MICHELE ASMAR FANINI

[illegible]

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Fardos e Fardões
Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)

Michele Asmar Fanini

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Doutora em
Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

São Paulo
2009

Agradecimentos

Esta tese foi financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por meio da concessão de uma bolsa de estudos que abrangeu um período de quatro anos, subvenção sem a qual sua realização não teria sido possível.

Maria Arminda, minha grande referência intelectual. Neste exato momento, minhas lembranças sobrevivem como um filme. Afinal, foi em 1998, quando ainda cursava o segundo ano de graduação em Ciências Sociais, especificamente a disciplina de Sociologia III, que tive o grande prazer de conhecer esta mestra ativa e inspiradora que seria, durante uma década (e ininterruptamente!), minha orientadora e conselheira. Sou tão grata à forma doce com que sempre me atendeu, à confiança que depositou em meu trabalho, à liberdade concedida para a produção de cada relatório. Não há como mensurar o orgulho e a alegria que sinto por nossa parceria acadêmica.

Meus queridos mestres Sedi Hirano, Sérgio Miceli, Irene Cardoso, Maria Helena Oliva Augusto, Sérgio Adorno, Sylvia Garcia, Lília Schwarcz e Renato Queiroz que, ao lado de Maria Arminda, despertaram em mim o incurável gosto pela pesquisa.

Sou também imensamente grata à Ana Paula Simioni e Maria de Lourdes Eleutério, que, além de terem produzido estudos que tanto inspiraram a elaboração desta tese, ofereceram contribuições mais do que generosas durante o exame de qualificação. Como foram esclarecedoras as sugestões! Também desejo manifestar meus sinceros agradecimentos pelas dicas dadas por Ana Paula, quando ainda estruturava meu projeto de pesquisa, que se refletiram na definição dos rumos da presente investigação. Sem dúvida, ambas as pesquisadoras merecem todo meu reconhecimento e gratidão.

Manifesto meus agradecimentos à Secretaria de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, nas pessoas de Angela, Irany, Vicente, Leci e Juliana, pela prontidão em me auxiliarem sempre que necessitei. Lembro-me, com muito carinho, da Samara, que tão cedo nos deixou, mas cuja presença continua viva.

A pesquisadora Nadilza Moreira, que intermediou, da forma mais gentil possível, meu contato com Dr. Cláudio Lopes de Almeida, neto de Júlia Lopes de Almeida. Aproveito para

estender meus agradecimentos ao Dr. Cláudio que, desde o primeiro contato, mostrou-se interessado em contribuir para a minha pesquisa, tendo-me concedido acesso irrestrito ao espólio de “Dona Júlia”.

Manifesto também meus agradecimentos aos funcionários da Biblioteca Nacional, que sempre me atenderam com muita prontidão.

Sou especialmente grata a todos os funcionários do Arquivo ABL, em particular ao Paulino, pela presteza com que atendeu às minhas (tantas!) solicitações. E é com grande entusiasmo que registro meu profundo reconhecimento à equipe da Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL, nomeadamente Luís, Leide, André, Suzie, Alice, Paulinha, que transformaram minhas garimpagens documentais em prioridade. A estas pessoas adoráveis, que também mediarão meu contato com Nélida Piñon e Ana Maria Machado, devo lembrar que esta tese, devedora destas buscas incansáveis pelos arquivos, é fruto de um trabalho coletivo, e que vocês fizeram toda a diferença!

Agradeço também a Sra. Carmen, funcionária da ABL há pelo menos 40 anos, considerada sua memória-viva, pela conversa esclarecedora, pela companhia agradável, por ter prontamente intermediado meu contato com Lygia Fagundes Telles e Ruth Niskier.

Nélida Piñon, Ana Maria Machado, Lygia Fagundes Telles, personagens desta história, que tive o grande prazer de conhecer e entrevistar. Sou muito grata a cada uma destas mulheres de fibra, que se dispuseram com entusiasmo a contribuir para esta pesquisa.

Djenane, minha querida amiga, com quem desfruto momentos tão agradáveis. Muito obrigada também pela cuidadosa revisão. Seus olhos de lince foram o pente-fino que faltava. Paulinha e Lucimeire, amigas das antigas, com quem posso contar sempre. Vocês acetinam os momentos mais difíceis. Meus amigos de faculdade e pós, “Marquitos”, Francini, Enio, Michelle, Rachel, Ruben, Rosane. Embora não os encontre com a frequência que gostaria, vocês fazem parte das minhas boas lembranças. Clayton amigo querido, também da época da faculdade, que se tornou um dos meus principais interlocutores durante o doutorado. Atentamente (e, diga-se de passagem, pacientemente), leu e releu toda a tese, teceu comentários os mais preciosos, que muitíssimo contribuíram para o fechamento do texto. Faltam-me palavras para exprimir o quanto sou grata a todos vocês!

Meus pais, Sérgio e Rita, e meu irmão, Ju, que acompanharam todo este processo bem de perto, que são meus grandes incentivadores e confidentes. A companhia de vocês é sempre

imprescindível! Meus sogros, Sr. Armando e Dona Cida, e meus avós, Michel e Sônia, cuja torcida (que é cativa) se revelou, durante este processo, um grande estímulo.

Meu marido, Rossi, com quem trilho o mesmo caminho há 7 anos. Sua presença em minha vida faz com que eu a deseje mais e mais. Muito obrigada por me proporcionar tamanha felicidade!

“Evidente sua obsessão [referindo-se a Simone de Beauvoir] – comum a todo artista – de permanência, de duração. E a tranqüila filosofia estruturada na certeza de que a imortalidade seria a morte da vida”.

Lygia Fagundes Telles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

<i>Dos caminhos teóricos.....</i>	I
<i>Procedimentos metodológicos.....</i>	VIII
<i>Desenho dos capítulos.....</i>	XXIII

CAPÍTULO 1.

As possibilidades de viabilização literária no período de formação da ABL.....	1
<i>1.1 Entre chás e Cadeiras: A ABL e seu contexto de criação.....</i>	<i>2</i>
<i>1.2 O chá civiliza-se... tal qual o Rio.....</i>	<i>23</i>
<i>1.3 Propostas pedagógicas e práticas formativas na virada do século.....</i>	<i>35</i>
<i>1.4 Fazer da pena um ofício: os óbices à profissionalização literária feminina.....</i>	<i>64</i>

CAPÍTULO 2.

Portas fechadas: Júlia Lopes entre o salão literário e a ante-sala da ABL.....	75
<i>2.1 Os melindres dos primeiros traçados.....</i>	<i>77</i>
<i>2.2 Viver em um “lar de artistas”.....</i>	<i>85</i>
<i>2.3 A leitura interdita e o prosaísmo do casamento.....</i>	<i>96</i>
<i>2.4 A recepção crítica: de elogios e objeções ao “silêncio ensurdecedor”.....</i>	<i>112</i>
<i>2.5 Portas fechadas: Júlia Lopes, um vazio institucional na ABL.....</i>	<i>119</i>

CAPÍTULO 3.

Amélia Beviláqua: “deve a mulher pertencer à ABL?”.....	140
<i>3.1 Um silencioso interregno: as mulheres e a ABL entre 1897 e 1930.....</i>	<i>141</i>
<i>3.2 “Talentos superiores ficam, às vezes, em pleno isolamento”.....</i>	<i>149</i>
<i>3.3 Preparando o terreno: entre impressões e divagações.....</i>	<i>165</i>
<i>3.4 A “sentença fulminante”: os bastidores do veto à candidatura de Amélia Beviláqua.....</i>	<i>172</i>
<i>3.5 A “maçonaria das letras” e suas “firulas gramaticais”.....</i>	<i>182</i>

CAPÍTULO 4.

“As eleitas”: trajetórias plurais, experiências convergentes.....	195
<i>4.1 As mulheres na Academia: a um passo da aprovação da elegibilidade feminina.....</i>	<i>195</i>
<i>4.2 “Entre parentes”: as tentativas de Dinah e a sagração de Rachel.....</i>	<i>198</i>
<i>4.3 “Como ficou chato ser moderna, serei eterna”: a eleição de Lygia Fagundes Telles.....</i>	<i>229</i>
<i>4.4 Nélida Piñon, “uma brasileira recente”.....</i>	<i>242</i>
<i>4.5 “A noite está estrelada e ele não está comigo”: a imortalidade da “amada” de Jorge.....</i>	<i>253</i>
<i>4.6 “A glória não passa de uma companheira das rugas”: o ingresso de Ana Maria Machado.....</i>	<i>259</i>

CAPÍTULO 5.

Com que roupa eu vou? As acadêmicas e o “fardão feminino”.....	271
<i>5.1 Fardão e espada: um breve histórico sobre a indumentária cerimonial.....</i>	<i>272</i>
<i>5.2 A presença de mulheres na ABL é uma “questão saial”.....</i>	<i>276</i>
<i>5.3 “Pano pra manga”: a conversão do Petit Trianon em uma “arena de moda”.....</i>	<i>280</i>
<i>5.4 O espírito do “fardão feminino”: do reino animal ao ambiente de gala.....</i>	<i>293</i>

PORTAS (ENTRE)ABERTAS

A guisa de conclusão.....	298
----------------------------------	------------

Apêndices.....	306
Bibliografia.....	339
Acervos e bibliotecas consultados.....	348
Sites consultados.....	350
Entrevistas realizadas.....	350
Entrevistas consultadas.....	351

Resumo

A partir de alguns estudos sobre a Academia Brasileira de Letras – entidade fundada no Rio de Janeiro, em 1897 –, é possível chegar a uma imagem já muito conhecida, porém pouco questionada: a de um espaço cuja compleição é marcadamente androcêntrica. Ainda que a associação entre Academia e dominação masculina possa parecer um tanto apressada, há um conjunto de implicações sociológicas nela inscritas que merecem ser descortinadas e problematizadas. Cabe-nos, assim, percorrer os caminhos teórico-analíticos que nos possibilitem apreender os matizes que tal correlação encoberta, tendo em vista as prerrogativas de gênero.

Para tanto, nosso ponto de partida, situado no encaço de alguns “déficits documentais”, será o período de consolidação da ABL, que assiste à cogitação do nome de uma mulher para figurar entre seus membros fundadores. Trata-se da escritora Júlia Lopes de Almeida que, logo em seguida, viu-se excluída da relação final de agremiados. Também dedicaremos especial atenção a 1930, ano em que a escritora Amélia Beviláqua propõe candidatura à Academia, obtendo como resposta um sonoro não. Além destes episódios, que representam verdadeiros “vazios institucionais”, buscaremos evidenciar as mudanças que se processaram na “Casa de Machado de Assis” ao longo do tempo, tendo como ponto de inflexão o ano de 1976, momento em que é aprovada a elegibilidade feminina, alteração regimental esta que fora sucedida pela exígua presença de mulheres até os dias atuais, mais especificamente, pelo ingresso de seis escritoras: respectivamente Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Zélia Gattai e Ana Maria Machado.

A partir do quadro construído, procuraremos mostrar se a referida modificação no Regimento Interno foi sintomática de uma alteração nos contornos tradicionais e conservadores da ABL, ou se as circunstâncias e motivações que orientaram tais ingressos resultam de forças sociais ratificadoras do cânon literário.

Palavras-chave: Sociologia da Cultura; Academia Brasileira de Letras; elegibilidade feminina; “déficits documentais”

Abstract

From some studies about the Brazilian Academy of Letters – an institute established in Rio de Janeiro in 1897 –, we can see an image that is widespread but not questioned, i.e., that of a space that tends to be visibly male chauvinist. Although the association of the Brazilian Academy and the male domination may seem to be simplistic, there is in it, in fact, a series of sociological implications that must be scrutinized and questioned. Thus, taking a theoretical and analytical approach *vis-à-vis* the gender, the aim of this study is to capture the nuances that such an association veils.

Therefore, our starting point, which takes into consideration the “absence of some documents”, will be the period of consolidation of the ABL, when the name of a woman is considered to emerge among its founding members. This woman was the writer Júlia Lopes de Almeida, who immediately afterwards saw herself excluded from the final list of members. Also we will dedicate special attention to 1930, year in which the writer Amélia Beviláqua proposed her candidacy to the ABL and got a sound “no” as a reply. Besides these occurrences, which represent a true “institutional emptiness”, we will seek to elucidate the changes that took place in the “House of Machado de Assis” throughout the years, having as a turning point the year 1976, period in which women eligibility was approved. We will see that such an alteration has been followed, until now, by a rare presence of women, more specifically, by the admission of six writers: Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Zélia Gattai and Ana Maria Machado.

From the resulting frame, we will find out whether the changes made in its statute in 1976 were, finally, indicative of a shift in the traditional and conservative structure of ABL or whether the circumstances and motivation that oriented the attainment of prestige and, consequently, a chair in the Brazilian Academy of Letters was the result of social forces which ratify the literary canon.

Keywords: Sociology of Culture; Brazilian Academy of Letters; feminine eligibility; “absence of documents”

Introdução

Dos caminhos teóricos

A aproximação com o tema que, posteriormente, se transformaria nesta tese de doutorado, se deu gradativamente, fruto de inquietações suscitadas pela leitura de alguns trabalhos cujo *leitmotiv* estava, mais ou menos explicitamente, no questionamento da “oficialidade” de determinadas fontes documentais, especialmente daquelas cuja pretensão transbordante as transformava em espécies de súmulas da “realidade” (sendo esta tomada como sinônimo de “verdade”).¹ O contato com estes estudos coincidiu com o aniversário de um ano de falecimento de Rachel de Queiroz, e com a avalanche de reportagens que a entronizavam como a primeira mulher a transpor os umbrais da Academia Brasileira de Letras² - a escritora fora eleita em 1977.

Era, pois, notória a importância histórica de Rachel de Queiroz. Contudo, e em meio aos preitos fartamente veiculados pelos meios de comunicação, em que qualificativos como “desbravadora” e “vanguardista” eram empregados como que para potencializar e mistificar sua presença na Academia, algumas indagações sobrevieram, em torno das quais esta tese começaria a se estruturar. Dentre os questionamentos, o mais insistente girava em torno das circunstâncias

¹ Refiro-me aos seguintes estudos: “O que querem os dicionários?”, de Heloísa Buarque de Hollanda e Lúcia Nascimento Araújo, que inaugura o volume **Ensaístas brasileiras**: mulheres que escreveram sobre literatura e artes entre 1860 e 1991. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. A abordagem das autoras suscitou a emergência de inúmeros *insights*, cujos aprimoramentos e lapidações foram possibilitados pela leitura de outros dois estudos os mais inspiradores, com os quais tive contato quando ainda se apresentavam sob a forma de teses de doutorado. São eles: ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **De esfinges e heroínas**: a condição da mulher letrada na transição do fim do século. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia. São Paulo, 1997, publicado em 2005, com o título **Vidas de romance**: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos 1890-1930 e SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista**: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia. São Paulo, 2004, publicado recentemente, com o título **Profissão Artista**: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. Outra fonte de pesquisa instigante e fundamental foi-me apresentada (e presenteada) por Ana Simioni, durante uma conversa em que tratávamos dos possíveis encaminhamentos teóricos para meu tema. Trata-se de um conjunto de artigos que integram um dos volumes de *Les Cahiers du GRIF*, a partir dos quais pude refletir sobre a noção de “mulheres excepcionais”, tão bem empregada por Simioni em sua tese. Já em 2005, a publicação de PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC também veio a integrar o rol de títulos de significativa importância para a calibragem teórica e temática da presente tese. Portanto, as produções aqui citadas atuaram como fonte de inspiração e aporte teórico privilegiado para que as formulações que arrolaremos adquirissem consistência.

² As subseqüentes referências à Academia Brasileira de Letras, bem como à Academia Francesa, aparecerão reduzidas respectivamente às siglas ABL e AF.

de seu ingresso: Rachel de Queiroz teria encontrado muitos óbices para fazer valer sua presença em uma entidade até então “masculina”? E esta indagação foi apenas o estopim para que tantas outras fossem formuladas, fazendo com que o foco de atenção também se voltasse para as demais escritoras, que igualmente se sagraram imortais, quais sejam, Dinah Silveira de Queiroz, em 1980, Lygia Fagundes Telles, em 1985, Nélida Piñon, em 1989, Zélia Gattai, em 2001 e Ana Maria Machado, em 2003. Elas teriam encontrado maiores ou menores dificuldades que a “primeira da fila”? Quais foram os bastidores de cada eleição? Que tipo de vantagens as eleitas obtiveram com relação a seus oponentes? O que nos revelariam os documentos produzidos pela própria ABL (**Atas**, **Anuários**, Efemérides, Revistas), bem como as fontes alternativas (jornais, crônicas, entrevistas com as eleitas que compõem o quadro atual da agremiação etc.)?

Tendo em vista este breve intróito, o propósito inicial desta tese *seria* a identificação das interferências que atuaram de modo percuciente para que um conjunto seletivo de escritoras viesse a integrar a ABL, reduto marcadamente masculino, a partir de 1977.

No entanto, o escopo da pesquisa sofreu uma alteração, mais propriamente, uma complementação, suscitada pela leitura do já citado **Vidas de romance**. No livro, Maria de Lourdes Eleutério menciona que duas escritoras haviam se aproximado da Academia, mas salienta que o ingresso de ambas havia sido preterido por seus pares. A autora se refere ao veto à presença de Júlia Lopes de Almeida, que chegou a ser cogitada para compor o quadro de membros fundadores da agremiação, em 1897, e à frustrada tentativa de candidatura protagonizada por Amélia Beviláqua, em 1930.³

Guiada por tais constatações, nossa primeira consulta ao acervo da ABL foi curiosamente reveladora, e aguçou a vontade de uma melhor compreensão acerca da relação de cada uma destas escritoras “preteridas” com a entidade. Reveladora, paradoxalmente, porque o arquivo quase nada nos informou a respeito de suas episódicas inadmissões. Afora conversas informais com a equipe de bibliotecários responsável pela Lúcio de Mendonça/ABL, pouca informação que pudesse comprovar ambos os vetos havia sido catalogada. É como se as escritoras sequer houvessem se aproximado dos umbrais da entidade. Rastros “aparentemente” apagados, tais lacunas se nos afiguravam como “achados” que mereciam ser descortinados. Impunha-se, pois,

³ Em **Vidas de romance**, Júlia Lopes de Almeida e Amélia Beviláqua, duas escritoras muito caras à presente investigação, compõem o escopo de Maria de Lourdes Eleutério, cuja abordagem lança luz sobre ambos os episódios que procuraremos aqui escavar: o modo como cada uma delas se aproximou da ABL, bem como as circunstâncias que cingiram suas inadmissões.

como tão relevante quanto a análise da presença feminina na ABL, a investigação acerca de alguns “vazios institucionais”⁴, situados no hiato de oitenta anos entre a criação da entidade, em 1897, e o ingresso da primeira mulher, em 1977. Tornava-se, assim, indispensável responder a outras questões, tais como: por quais motivos Júlia Lopes de Almeida e Amélia Beviláqua haviam sido preteridas pela ABL? Outras presenças femininas foram vetadas? O que nos informavam os bastidores de cada episódica inadmissão? A ausência de documentos internos a respeito de ambos os vetos teria sido intencional? O que as fontes alternativas (jornais de época, crônicas etc.) poderiam nos dizer a esse respeito? Assim, tais inquietações foram formuladas em turbilhão, todas amarradas pelo tecido comum da suposta incompatibilidade entre os fatos e as “versões dos mesmos”, cristalizadas sob a roupagem da “inquestionável” historiografia produzida pelo discurso acadêmico.

Portanto, sabíamos, de antemão, da existência de dois “vazios institucionais” na ABL; faltava-nos melhor conhecer as circunstâncias em que as escritoras foram impossibilitadas de integrar o “panteão dos imortais”. A propósito das “ausências”, outra visita ao acervo revelou uma terceira escritora que viveu situação semelhante, muito embora o desfecho tenha sido outro. Trata-se de Dinah Silveira de Queiroz que, antes de sagrar-se imortal, experimentou duas malogradas tentativas de ingresso na ABL, a primeira delas em 1970 e a segunda em 1979, episódios estes também timidamente noticiados, portanto, merecedores de nossa atenção. Além das experiências já sublinhadas, deparamo-nos também com um acontecimento praticamente desconhecido (o que justifica, de saída, seu tratamento), e que diz respeito ao quadro de sócios correspondentes, porção menos evidente da Academia. Mais especificamente, a consulta às Atas foi imprescindível para que tomássemos conhecimento da cogitação do nome da filóloga Carolina Michaëlis para integrar tal quadro, em 1911. Cabia-nos, destarte, compreender os motivos pelos quais sua candidatura sequer chegou a se concretizar.

Estas constatações e formulações inaugurais nos levaram a supor que o preenchimento das Cadeiras, pelo menos aos olhos mais cautos, não poderia ter como explicação unívoca a

⁴ A expressão “vazios institucionais”, bem como suas correlatas “ausências/lacunas institucionais”, mencionadas ao longo da tese, foram originalmente empregadas por Ana Paula Cavalcanti Simioni, durante o exame de qualificação, para qualificar/nomear a “presença latente” dessas escritoras na ABL, perfazendo “lacunas repletas de significados”. Tais expressões são indicativas do caminho que aqui percorreremos, que subentende uma espécie de complementação dos registros documentais produzidos pela Academia, mais propriamente, daqueles negligenciados por seus membros, e que integram a dimensão relegada da historiografia acadêmica.

observância da agremiação ao critério da notabilidade, do mérito literário⁵, até porque Júlia Lopes de Almeida foi considerada por muitos críticos da época como um dos grandes nomes da literatura do entresséculos. Somado a isso, ao estatuir como norma elementar para a seleção dos candidatos à “imortalidade” o mérito e o valor literários, a entidade cerrou fileiras contra o ingresso de mulheres – o que perdurou durante seus primeiros 80 anos de existência – principalmente porque sobre elas pesava o fardo da inferioridade intransponível e irremediável, atrelada a certa “condição feminina” (HAHNER, 1980; BERNARDES, 1989; MANOEL, 1996; EHRENREICH & ENGLISH, 2003 e MALUF & MOTT, 2006).

Nestes termos, não seria exagerado apostar na existência de certa política de ingresso misógina, escorada na noção de excepcionalidade (justificativa contundente para explicar a presença *tardia* de tão poucas escritoras⁶), procedimento este responsável pela naturalização de um pensamento segundo o qual as “posições de desigualdade [as “preteridas” versus as “eleitas”] não resultam de forças sociais mas sim de dons individuais, deixando incólume o cânon, sem identificar sua história e/ou as motivações que orientaram a sua emergência e seu uso” (SIMIONI, 2004: II). Quanto a isso, basta lembrarmos que

a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (PERROT, 2005: 9).

⁵ Conforme o Art. 2º do Estatuto da ABL, “só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário. As mesmas condições, menos a de nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes”. Além disso, o Art. 30 do Regimento Interno da agremiação (que em algumas edições corresponde ao Art. 17) reitera o Estatuto, e postula que “os membros efetivos da Academia serão eleitos dentre os brasileiros, nas condições do art. 2.º dos Estatutos, que se apresentarem candidatos, mediante carta dirigida ao Presidente e entregue na Secretaria, que da mesma passará recibo”.

⁶ Digo *tardia*, porque nem mesmo Júlia Lopes de Almeida, que à época da criação da ABL carregava consigo o epíteto de excepcional, transpôs a barreira simbólica da “segregação sexual”, para utilizar uma expressão empregada por Saffioti (1976).

Por suposto, estes oitenta anos de *ausência* feminina na ABL poderiam sinalizar não sua *inexistência de fato*, mas sua presença como parte do “inenarrável”, estando elas situadas, por constrações várias, “fora do acontecimento”.

Portanto, este tipo de abordagem não pode se furtar à análise da “ante-sala” da Academia Brasileira de Letras, referente às circunstâncias de ingresso e/ou óbices que viabilizaram ou não a presença feminina na agremiação, o que pressupõe a consideração dos critérios que envolvem a política de indicação e seleção formulada por seus membros efetivos, bem como os jogos de poder que dinamizam a instituição, evidenciando, especialmente, “a própria lógica estrutural e constituição do cânone literário, cujos critérios de exclusão e inclusão, de valor e legitimidade, são tidos como ‘naturais’ e determinados por uma tradição histórica e milenar inquestionável” (HOLLANDA & ARAÚJO, 1993: 14).

O horizonte de preocupações da ABL é bem pouco tópico, uma vez que os interesses que guiaram seus fundadores transcendiam às questões exclusivamente lexicográficas e propunham, para além disso, o cultivo da literatura nacional, enfim, o estabelecimento de uma *história oficial* das obras e autores brasileiros proeminentes. Assim como institutos mais ou menos coetâneos eram responsáveis pela produção científica do país, a exemplo do IHGB⁷, a ABL pretendia chamar para si a autoridade no que tange à abordagem de assuntos relacionados ao discurso literário, cuja produção ficaria a cargo do “panteão de escritores” por ela consagrado, investido de legitimidade para tal.

Por certo que o estabelecimento de uma *histórica oficial* evidencia como contraponto inevitável o emudecimento de muitas presenças literárias, ficando os critérios de sagração ao bel prazer daqueles agentes que dispõem de poder para a formulação dos códigos que orientam e dinamizam a entidade, especialmente quando se trata de uma instância de “auto-sagração”, como é o caso da ABL. O reconhecimento de tais arbitrariedades torna necessário perscrutar os “déficits documentais” e sua complexa significação para a compreensão da exígua presença feminina em seu interior (PERROT, 2005).

E este, pois, é um ponto nodal de nossa investigação, até porque especialmente os primeiros anos da ABL ilustram de modo conspícuo as vinculações hierarquizantes entre a concretude da existência social dos escritores e a oficialidade dos registros por eles produzidos

⁷ O IHGB foi fundado em 21 de outubro de 1838, tendo contado com o incentivo de D. Pedro II que, com sua política protecionista, estimulou e financiou pesquisas, além de ter concedido à entidade uma sede no Paço Imperial, local em que as sessões inaugurais transcorreram.

(sob a forma de Revistas, Efemérides, Atas, Anuários etc.) que, muitas vezes, eclipsaram rastros, obscureceram trajetórias, emudeceram e relegaram ao anonimato aqueles cujas possibilidades de inserção não foram suficientes a ponto de lhes assegurar um lugar no “rol” da imortalidade.

Os documentos presentes no acervo da ABL, ainda que versões e construções acerca dos acontecimentos reais, são fonte poderosa de legitimação, com todas as incongruências aí subjacentes, que envolvem desde os silenciamentos, ofuscamentos e distorções, até a supervalorização dos que detêm maior capital social. Por isso, investigar a presença (que é mais propriamente um estudo das ausências⁸) de escritoras na ABL requer este cuidado, até como uma precaução ante a tendência pueril e crédula da reprodução irrefletida daquilo que tais “dados” anunciam, sob o risco de reiterar suas negligências, e ver confirmada a subordinação feminina aos estereótipos e deturpações concernentes à parcialidade de tais fontes históricas documentais (HAHNER, 1980).⁹

Portanto, esta pesquisa procura descortinar o que muitas fontes arbitrariamente acabaram por encobrir, tendo como delimitação cronológica um longo período, que se estende de fins do século XIX até o despontar do século XXI, definido em função da presença/ausência de mulheres na ABL. Por certo que um recorte temporal desta magnitude requer uma calibragem de seu escopo analítico, com vistas a evitar que os ganhos em extensão (perspectiva diacrônica) impliquem perdas em profundidade, acarretando a inconsistência das abordagens sincrônicas. Tendo isto em vista, elegemos como foco temático a investigação dos *bastidores* em que se deram os vetos e as eleições das escritoras em questão, isentando-nos, pois, da análise das repercussões e dos efeitos institucionais, a médio e longo prazo, da permanência de tais escritoras na entidade, o que certamente renderia um estudo à parte.

Em termos concretos, o ponto de partida da investigação corresponde ao cenário de criação da Academia (oficialmente inaugurada em 1897), momento em que o nome de Júlia Lopes de Almeida é cogitado para figurar entre os fundadores da ABL, seguido por sua exclusão da listagem final. Muito embora Júlia Lopes tenha participado das discussões que culminaram na inauguração da Casa de Machado de Assis, a escritora não encontrou acolhida entre seus “pares”.

⁸ O termo “ausência” é empregado, nesta tese, menos como um sinônimo de “inexistência de fato” do que como produto de uma engenhosa construção operada pelo cânone literário.

⁹ Para Hahner, os pesquisadores devem questionar menos os motivos pelos quais as mulheres detêm poucas realizações de “importância histórica”, do que “os padrões que foram e estão sendo utilizados para avaliar o que é efetivamente de significação histórica. Se as mulheres são virtualmente invisíveis na esfera pública, então até que ponto será significativa esta esfera?” (1980: 16).

O desfecho da investigação coincide com o ingresso de Ana Maria Machado, a mais recente escritora eleita, em 2003.

Durante várias décadas, os acadêmicos buscaram justificar a ausência feminina na entidade, seja a exclusão do nome de Júlia Lopes da listagem final de membros fundadores, a desconsideração do nome de Carolina Michaëlis como possível concorrente à disputa pela vaga destinada aos sócios correspondentes, ou mesmo a invalidação da proposta de candidatura encaminhada por Amélia Beviláqua, lançando mão, em cada situação específica, de artifícios pouco convincentes, todos eles elaborados a partir das interpretações enviesadas que o Regimento Interno facultou. No caso de Amélia Beviláqua, por exemplo, o pretexto acabou por colocar em xeque a própria competência interpretativa da agremiação: ao definir como elegíveis os “brasileiros” que tivessem produzido obras de valor e mérito literários, o documento deu margem à fixação tácita da inelegibilidade feminina, uma vez que o vocábulo em questão foi tomado ao pé da letra, i.e., como sinônimo de indivíduos do sexo masculino. Desta feita, e com exíguas possibilidades de fundamentar e justificar o impedimento às candidaturas femininas, os imortais encontraram no documento uma brecha que, em 1951, culmina em sua modificação. Mais especificamente, esta data assiste à incorporação do aposto restritivo “do sexo masculino” ao texto regimental, tornando explícita e oficial a recusa à presença de mulheres na ABL, que até então era velada (mas nem por isso menos eficaz).

O “divisor de águas” da investigação será a mudança no Regimento Interno da instituição, ocorrida em 1976, que passa a prever o ingresso de escritores sem o limitativo aposto “do sexo masculino”, que é subtraído do documento. A partir dessa alteração as seis escritoras já mencionadas ingressam, esparsamente, na agremiação.

Nesses termos, a análise do cotidiano da ABL nos oferece condições para pensar as configurações sociais endógenas, isto é, o círculo de sociabilidade e as relações de poder que a caracterizam, como também aqueles vínculos e parcerias que compõem o seu entorno mais imediato, e que nos permitem traçar os esboços de um cenário social mais amplo, do qual a própria Academia é parte integrante, em que os conflitos de interesse, as políticas de indicação para a ocupação das Cadeiras, as alianças políticas adquirem maior visibilidade. Para tanto, será fundamental o questionamento das fontes produzidas pela própria entidade e por seus membros, cristalizadas em Revistas, Anuários, Atas, Efemérides, e, sobretudo, a consulta daquelas informações obtidas em outros mananciais, como é o caso dos arquivos e acervos particulares, de

jornais e revistas, de entrevistas com as escritoras que compõem o quadro atual de membros da ABL. A conjugação de tais fontes nos oferecerá condições para pensar sobre as relações estabelecidas entre os imortais dentro e fora da ABL, tendo em vista a preocupação específica com as circunstâncias concretas de veto e/ou ingresso de mulheres a esta instância de “auto”-consagração.

Desta feita, as questões postas de antemão supõem alguns procedimentos metodológicos, que serão iluminados a seguir, lembrando que “assim como ocorre com o conjunto dos fenômenos sociais, uma obra científica não é suscetível de análise exaustiva mas só pode ser tratada de maneira fecunda mediante ênfase seletiva sobre aqueles aspectos que realmente importa explicar” (COHN, 2003: IX).

Procedimentos metodológicos

Um dos procedimentos metodológicos mobilizados para a investigação que aqui se propõe é a biografia que, segundo Christine Planté é não menos que um “*affaire de langage*”. Tida por muitos estudiosos como gênero menor e edificante, acessível àqueles que possuem uma formação menos erudita, a utilização da biografia revela-se aqui vantajosa por oferecer a possibilidade do cotejamento de idéias e a concatenação de informações compulsadas sobre os biografados.¹⁰ Para justificar a escolha por tal procedimento, alvo de incisivas críticas e objeções as mais diversas, passaremos em revista alguns aspectos precípuos concernentes ao seu potencial explicativo e a seu estatuto teórico (Cf. VARIKAS, 1988: 43-45).

¹⁰ À guisa de ilustração, Andrade (2007) lembra que, ao longo da história ocidental, a biografia aparece tradicionalmente relacionada à sedimentação da imagem de personagens cuja relevância lhes outorgou a privilegiada posição de porta-vozes de determinado período. Por sua vez, as autobiografias obedecem a uma lógica menos parcial, pois seriam “a expressão da verdade mais límpida de uma vida, pois ninguém estaria mais próximo de si mesmo, de seus pensamentos, sentimentos e ações do que o próprio sujeito que os produziu e que então os relata. Sujeito que, melhor do que ninguém, pode reconstruir os acontecimentos, apontar sua própria coerência e transformações e revelar quem ele é”. Contudo, o autor salienta um importante ponto de inflexão no tocante à forma de conceber a (auto)biografia. Trata-se do advento da sociedade disciplinar, cujas peculiaridades se fizeram sentir na remodelação substancial dos mecanismos de vigilância e punição, de forma que a “individualização ascendente” (regalia dos soberanos e dos que os cingiam mais diretamente) passou a perder gradual espaço para a “individualização descendente”, i.e., a biografia, antes relacionada ao registro dos feitos de grandes personagens, torna-se eficaz mecanismo de controle social, sob a forma, por exemplo, da confissão, sendo o “indivíduo transformado em um caso e submetido a uma descrição que toma a norma por referência. E a descritibilidade é tanto mais marcada quanto maiores forem os desvios. Os relatos biográficos, desta maneira, tornam-se um meio de controle e um método de dominação” (p. 27-28).

As limitações impostas pela biografia, em um sentido geral, decorrem do fato de ser este procedimento fruto de (re)construções, portanto, inescapavelmente, produto de um olhar particular sobre determinada trajetória, em um contexto específico – na biografia, as informações acerca do biografado (que pode ser o próprio biógrafo) se apresentam, na maioria das vezes, tal como um encadeamento coerente e propositado de passagens pinçadas/eleitas por quem a elabora. O que torna um momento biográfico privilegiado, registrado ou eclipsado é o fato de tal “pedaço de vida” contribuir para o encaminhamento de uma discussão, cujo cerne encerra uma problemática de interesse do pesquisador. Por outro lado, as produções biográficas, ou os caminhos analíticos por elas sugeridos, traduzem um método investigativo e de documentação dos desencontros, das soluções e dos ajustamentos dinâmicos dos biografados às contingências sociais dadas por suas condições de existência (Cf. ELIAS, 1995: 125).

Por certo que as escolhas das passagens biográficas são estabelecidas a critério do pesquisador e, por conseguinte, a propósito do tema que orienta suas opções e que justifica os descartes necessários. Algumas das ressalvas que este método supõe encontram respaldo no fato de a descontinuidade, a imprevisibilidade e a aleatoriedade serem características do real, e de as biografias serem sempre (re)construções, portanto, procedimentos artificiais, que se propõem a ordenar os acontecimentos em um encadeamento inteligível (que não necessariamente coincide com a sucessão cronológica, pois o que está em jogo é, antes disso, a coerência dos elementos que conformam a biografia enquanto uma sucessão lógica) (BOURDIEU, 2000).

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim construídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico). Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido (*Idem, Ibidem*: 184-185).

No entanto, Eleni Varikas lembra que a biografia, se pensada à luz das temáticas em que se inscrevem as relações de gênero, possibilita colocar em evidência os critérios androcêntricos de avaliação e de definição dos acontecimentos históricos, constituindo-se enquanto recurso eficaz de problematização dos paradigmas tradicionais de interpretação acerca da experiência social das mulheres.

L'approche biographique pourrait enfin nous aider à restituer la multiplicité des expériences féminines, la multiplicité de manières dont elles vivent leurs contraintes, la multiplicité de voies qu'elles empruntent pour s'affirmer comme individus à part entière (...). Et si, comme le suggère E. Young-Bruehl, l'approche biographique est en mesure de signifier 'la mort de la règle selon laquelle l'histoire est écrite par les vainqueurs' (VARIKAS, 1988: 55).

Por conta da parcialidade típica das abordagens biográficas, o que não é sinônimo de inconsistência ou falta de rigor analítico, a intenção que se impõe a esse estudo está na consideração não apenas deste procedimento como caminho para melhor nos aproximarmos das escritoras, como também do material que é conformado pelos registros presentes em arquivos públicos, dentre os quais o da ABL e o da Biblioteca Nacional, bem como espólios particulares, como é o caso do acervo de Júlia Lopes de Almeida, pertencente ao seu neto, Cláudio Lopes de Almeida que, gentilmente, concedeu-nos irrestrito acesso para consulta. Tais fontes serão um acicate à reflexão, capazes de tornar mais fecunda a investigação das dimensões sociológicas dos itinerários a serem reconstruídos. Assim, o interesse pelas trajetórias dessas escritoras, para um pesquisador que as toma como fonte privilegiada de investigação, está na possibilidade de enxergar, sob um prisma específico, as peculiaridades correspondentes às circunstâncias de seus ingressos ou vetos à ABL, em algumas fases pontuais, obtidas por meio da iluminação de aspectos de suas experiências sociais.¹¹

¹¹ Há, assim, três dimensões complementares a partir das quais esta tese se estrutura. Será necessário perscrutar as relações sociais (favorecimentos, óbices, alianças etc) que forjam a própria instituição, atentar para o contexto no qual a ABL é apenas um componente e, por fim, levar em conta a política de indicação que orienta a seleção dos acadêmicos, via privilegiada de acesso a uma Cadeira, perfazendo um fio analítico composto, a partir da qual poderão ser identificadas referências às forças e tensões que constituem a estrutura social mais ampla. Com isso, será possível analisar os papéis desempenhados pelos homens de letras no que tange aos bastidores dos episódicos vetos protagonizados por Júlia Lopes de Almeida e Amélia Bevilacqua, bem como dos esparsos ingressos das escritoras Rachel de Queiroz, Dinah Silveira, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Zélia Gattai e Ana Maria Machado, na

Conforme mencionamos, o Art. 2.º do Estatuto da ABL prevê como condição indispensável para o ingresso à instituição o mérito e o valor literários. A contundência de tal prerrogativa nos leva a considerar as produções literárias das referidas escritoras como possíveis fontes analíticas – ainda que não exclusivas –, estando respaldadas ainda pelo fato de ser a literatura um poderoso elo de ligação entre os escritores e a sociedade e, mais que isso, um canal precípua de expressão e força por meio do qual os matizes de seus itinerários ganham expressividade. Antes de espelhamento ou hipóstase, a literatura é um veio a partir do qual elementos da vida social podem ser avaliados, e é nesse sentido que tais produções, quando necessário, serão mobilizadas.

A literatura é, antes de mais nada, um produto artístico destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? (SEVCENKO, 1983: 20).

Fica, destarte, evidente que a questão sumariamente delineada até então pressupõe a necessidade de lançar mão de um repertório multifário, oriundo de produções biográficas e literárias, documentos produzidos pela própria Academia, entrevistas, memórias, missivas, crônicas, consulta a acervos públicos e espólios particulares. Esse material compulsado atuará como fonte indispensável ao embasamento analítico que se propõe encaminhar, já que nos fornecerá indicações profícuas para a compreensão do contexto que era imediatamente subjacente às escritoras quando estas se aproximaram da ABL. Com isso, será possível encaminhar a investigação a respeito das influências em suas formações pessoais e profissionais e, de um modo mais tópico, as relações de interesses e conveniência que estabeleceram com seus pares, bem como as rivalidades que tais vínculos anunciavam, no cenário específico de suas eleições (ou tentativas de candidatura e ingresso).

ABL. Para tanto, será indispensável proceder à discriminação dos condicionantes que contribuíram para a viabilização artística de cada uma das escritoras em questão, para os círculos de sociabilidade que freqüentavam, para as multifárias possibilidades de mobilização de “trunfos” sociais e culturais que, por sua vez, lhes asseguraram ou não uma Cadeira na ABL.

Portanto, determinados aspectos do percurso das escritoras serão abordados com minúcia, a partir de distintos recortes temporais, já que as relações das mesmas com a Academia Brasileira de Letras nem sempre se dão em períodos coetâneos.

Esta tese é, *grosso modo*, um estudo fronteiro, situado no entrecruzamento de duas áreas historicamente “adversárias” na disputa pela hegemonia no cenário intelectual: a sociologia e a literatura ¹². Contudo, uma ressalva deve ser feita, justamente porque as investigações que serão arroladas nos próximos capítulos muito mais se aproximam do que poderíamos denominar de uma “sociologia dos literatos”, uma vez que este estudo não prioriza como procedimento teórico-analítico apreensões formalistas e internalistas de produções artísticas e literárias, aos moldes de uma “sociologia da literatura”.

Destarte, isentando-nos de imergir nesta contenda situada nas limítrofes e escorregadias demarcações existentes entre estes dois campos de conhecimento, tomando-os como “vales entrincheirados”, mostraremos a complementaridade e confluência entre ambos, tirando proveito de seus diálogos, sempre muito frutíferos em instilações.

Tendo isto em vista, é possível situar desde já algumas clareiras teóricas, de onde advêm *insights* capazes de orientar este estudo: Norbert Elias e Pierre Bourdieu serão referências teóricas obrigatórias à fundamentação que pretendemos dar à investigação. Ainda que não exaustivamente citados ao longo da pesquisa, seus escritos atuarão como estímulo à formulação de um conjunto de reflexões e vãos interpretativos relevantes.

A reconstrução dos oito itinerários que compõem nosso escopo terá em **Mozart: Sociologia de um Gênio** (1995), de Norbert Elias, fonte de inspiração inegável. No livro em questão, Elias se detém à tarefa de produzir a “história de vida” de Mozart, mas com um propósito que escapa aos convencionais limites que a biografia como ferramenta analítica oferece. Ao lançar luz sobre a experiência individual deste artista, “criado de *libré*”, educado segundo os padrões musicais vigentes na sociedade de corte, a ênfase de Elias recai sobre os

¹² As disputas temáticas e metodológicas entre ambas resultaram na competição interpretativa produzida, de um lado, por uma intelectualidade literária constituída por escritores e críticos e, de outro, por uma intelectualidade ligada à ciência social. Nestes termos, Lepenies nos lembra que “o problema da sociologia está no fato de que ela pode sem dúvida imitar as ciências naturais, mas não pode efetivamente tornar-se uma ciência natural da sociedade. Se renunciar, porém, à sua orientação científica, ela retorna a uma perigosa proximidade com a literatura” (1996: 17).

impedimentos sociais que restringiram as investidas profissionais do músico, em sua pretensiosa necessidade de tornar-se artista autônomo. Amparado na idéia de que “uma pessoa não se divide em artista em um compartimento e ser humano no outro” (p. 85), Elias mostrou ser possível elaborar um panorama das constrictões e demandas, referentes à produção estética que, uma sociedade determinada (no caso específico, a da corte), imprime em seus indivíduos, atentando para as nuances e singularidades com que cada um deles as sofre e a elas reage.

Estas constatações erigiram-se a partir da reconstrução da vida de Mozart, da ênfase em sua situação social de *outsider*, tendo em vista, de um lado, as exigências prescritas pela aristocracia, que ditava o rumo que sua produção deveria seguir (limitando seus impulsos criativos à insipidez da “arte por encomenda”) e, de outro, sua postura “excêntrica”, alimentada pelo desejo irrepreensível de criar livremente, i.e., “pela rica abundância de sua imaginação musical” (p. 14). A “tensão crônica” anunciada aponta para um desfecho trágico¹³, já que os impedimentos sociais eram recrudescidos pela inexistência de um mercado que pudesse corresponder à postura “vanguardista” do artista, o que acabou por coroar seu malogro. O rico panorama elaborado por Elias é fruto do enovelamento entre dados estruturais e experiências particulares do artista, e nos possibilita identificar o leque de soluções individuais que Mozart mobilizou para reagir às pressões sociais, bem como o alto preço que pagou por não se “adequar” aos protocolos da sociedade da qual fazia parte.

Tal como mencionamos, Pierre Bourdieu será também fonte teórica fundamental, especialmente seus estudos sobre a gênese e estrutura do campo literário. Impregnado pelo legado weberiano, ao buscar definir o campo literário, o sociólogo o apreende como um espaço crivado por “relações de concorrência pelo monopólio legítimo da violência simbólica”, em que as batalhas por posições e autoridade, muitas delas invisíveis e surdas, se exprimem por meio de uma hierarquia de legitimidades (áreas, obras, consagração e competências). No campo se produz e reproduz, ininterruptamente, a crença no valor da arte e no poder que o artista tem de criar valor.

Umas das apostas centrais das rivalidades literárias (vale para as artísticas) é o monopólio da legitimidade literária, ou seja, entre outras coisas, o

¹³ Elias salienta que, embora a palavra “tragédia soe como um tanto banal e grandiosa, pode-se afirmar, com alguma justiça, que o lado trágico da existência de Mozart deve-se ao fato de que ele, desde jovem, em sua luta por conseguir o amor das pessoas, não se sentiu amado por ninguém, nem mesmo por si próprio” (p. 11).

monopólio do poder de dizer com autoridade quem está autorizado a dizer-se escritor (...) ou mesmo a dizer quem é escritor e quem tem autoridade para dizer quem é escritor; ou, se preferir, o monopólio da consagração dos produtores ou dos produtos. Mais precisamente, a luta entre os ocupantes dos dois pólos opostos do campo de produção tem como aposta o monopólio da imposição da definição legítima do escritor (...) (BOURDIEU, 1996: 253).

Portanto, **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário (1996) nos auxiliará na reconstrução dos itinerários das escritoras em questão já que, no referido estudo, Bourdieu empreende uma análise conjugada entre a obra de arte e seu criador, não cedendo à tentação simplificadora de enxergar o artista como mero corolário do meio, facultando-lhe papel de relevo, consoante à consideração de suas produções e do contexto que o cinge. Dos textos de Bourdieu advirá o suporte teórico necessário para compreender o campo literário em que as escritoras despontaram, auxiliando-nos no processo de identificação de suas posições nesta “luta concorrencial”, a partir de uma perspectiva relacional e posicional, tendo em vista os elos que construíram, os vínculos que estabeleceram com seus pares, as contendas e disputas simbólicas que protagonizaram etc.¹⁴

¹⁴ Bourdieu define o campo literário como um espaço de disputas em que subjazem as tomadas de posição nos debates estéticos/artísticos que, por sua vez, concorrem para a permanência ou não do escritor, enquanto integrante de um grupo em busca da legitimidade de sua condição, via monopólio do poder de consagração dos produtores e produtos. É esta contenda entre os grupos, em torno da definição de quem tem autoridade para dizer-se escritor e para dizer quem é escritor, enfim, para definir o que é “produção literária verdadeira”, que sedimenta e dinamiza o próprio campo. A noção de campo artístico possibilita, pois, uma análise capaz de articular os três níveis (obra de arte, criador e meio social), sem que a obra seja apreendida como uma hipóstase da vida do criador, e sem que este seja ficcionalizado ou transformado em produto dos constrangimentos sociais. Os textos de Bourdieu apontam para a necessidade de uma investigação que prime pela conjugação entre campo artístico e campo do poder, e pela análise interna do campo artístico (enfim, pela consideração da estrutura das relações objetivas entre as posições que os agentes e os grupos ocupam em situação de disputa pela legitimidade). Além disso, será indispensável atentar para o *habitus* dos ocupantes de tais posições (que é o sistema de disposições relativo às posições e trajetórias determinadas no interior do campo em questão). Dada a importância das variadas formas de inserção no campo artístico brasileiro, será também inspirador à análise o estudo empreendido pelo teórico já mencionado, Norbert Elias, elaborado em parceria com John Scotson (2000), a respeito da relação figuracional firmada entre os estabelecidos e os *outsiders*, que é tratada pelos escritores em volume homônimo. A partir do referido estudo, será possível pensar sobre o processo de inserção social deste conjunto de escritoras no cenário literário da época e, especificamente, na ABL, e sublinhar os diferentes dispositivos que os escritores apresentavam para “serem aceitos” neste campo específico. É nesse sentido que os estudos elaborados por Bourdieu e Elias fornecem contribuições fecundas para a compreensão da literatura em sua dimensão social, atividade coletiva cujo caráter gregário permite, simultaneamente, a percepção da contraposição de grupos, de acordo com a posição que os agentes ocupam. Esta abordagem nos permite conjugar meio social, estilos de vida e tipo de produção literária, enfim, nos permite visualizar os entrelaçamentos desse *locus* de constrições responsável pela existência do escritor enquanto tal e, no caso aqui específico, tendo como pano de fundo as prerrogativas de gênero.

Portanto, tratar da presença/ausência feminina na ABL supõe a consideração não apenas das características deste espaço de constrações, que abriga renhidas lutas por reconhecimento pessoal, mas, e principalmente, a posição que cada uma das escritoras nele ocupava nos momentos em que ocorreram suas inadmissões ou eleições. Enquanto em Elias encontramos fundamentação teórica consistente para a compreensão da indissociabilidade entre trajetória individual e estrutura social, Bourdieu oferece aporte teórico indispensável para a apreensão do campo literário como um espaço de disputas simbólicas as mais subterrâneas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que esta tese elege como linha de orientação os vínculos estabelecidos entre escritores, pensados a partir do prisma das relações de gênero (do sexo ao qual pertencem), mais propriamente, das assimetrias que tais relações supõem. Tal pressuposto analítico explica-se pelo fato de a existência da ABL colocar em questão, desde o seu surgimento, a delimitação das fronteiras de um espaço em que a mulher sempre esteve tacitamente excluída, erigindo-se, portanto, como um local cujas relações de sociabilidade implicam a reprodução da “dominação masculina”.

Nestes termos, quando nos debruçarmos sobre a problematização das desigualdades entre os gêneros/sexos, que se nos afiguram como naturais e inevitáveis, Bourdieu também será referência teórica relevante. O estudo mobilizado, **A dominação masculina** (2003), enseja reflexões a propósito das estruturas simbólicas do inconsciente androcêntrico, que perdura no pensamento e nas práticas mezinhas de homens e mulheres. Ao longo do livro, o autor enfatiza o modo pelo qual o trabalho histórico da desistoricização se dá, não sem apontar para os mecanismos e para as instituições (Igreja, Estado, Família, Escola) responsáveis por sua constante reprodução, bem como para as possibilidades de transformação que são por elas obstadas.

Todavia, a despeito da inescapável presença dos conceitos de gênero e sexo, em momento algum pretendemos alçá-los à condição de eixos explicativos da tese, pois correríamos o risco de “sair pela tangente” e justificar as nossas questões a partir de um discurso homogeneizador, que evidencia o arriscado procedimento “de remeter a uma identidade feminina, tida por específica,

distâncias e oposições que advêm, de fato, de outros princípios de diferenciação” (CHARTIER, 1995: 38).¹⁵

Tais ressalvas indicam que a presença implícita de tais terminologias, em especial o conceito de gênero, subentenderá, neste estudo, sua intrínseca relação com o saber, melhor dizendo, com a carga cultural de que é portador, o que significa a impossibilidade de serem apreendidos como essência ou verdade.¹⁶ Sem dúvida, as reflexões que o espinhoso conceito de

¹⁵ Esta tese não pretende adentrar as discussões terminológicas e diferenciações entre os conceitos de gênero e sexo, pois tal empreitada demandaria um estudo à parte. Aliás, vale destacar que uma das obras aqui utilizadas, qual seja **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**, de Heleieth Saffioti, não faz menção ao conceito de gênero, mas sim ao de “sexo” como índice de diferenciação entre homens e mulheres. Portanto, não nos ateremos a estas nuances conceituais, apesar de sua relevância. No entanto, é possível salientar que, para muitos estudiosos, “‘sexo’ é o dado biológico de uma classificação cultural doravante chamada ‘gênero’. ‘Sexo’ é o substrato biológico sobre o qual são construídas as práticas sócio-culturais de ‘gênero’. Ainda noutras palavras, ‘sexo’ é a base biologicamente dada sobre a qual se (im)põe social e culturalmente o ‘gênero’, que é, assim, uma construção social. As palavras ‘macho’ e ‘fêmea’ identificam clinicamente pessoas em termos de suas naturezas biologicamente sexuadas; as palavras ‘masculino’ e ‘feminino’ identificam socialmente pessoas em termos de seus gêneros” (PIERUCCI, 1999: 124). Além disso, um ponto a ser considerado é que o conceito de gênero está intimamente atrelado ao de sexo, tal como evidencia Joan W. Scott, ao defini-lo como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, ou seja, *“le genre est un élément constitutif des relations sociales fondées sur les différences perçues entre les sexes et le genre est un mode fondamental de signifier les rapports de pouvoir (...) Il se réfère à et en même temps fonde la signification de l’opposition masculin-féminin”* (apud RIOT-SARCEY, 1988: 26). Contudo, ainda que amplamente utilizado nos estudos feministas, o conceito de gênero possui algumas insuficiências que também justificam o seu parcimonioso emprego ao longo desta tese. Ainda que possua calibre analítico conspícuo, tal conceito perde força explicativa ao reduzir as relações entre homens e mulheres a pares antinômicos, e revela seus limites justamente ao dar margem a uma inescapável relação tautológica fundamentada na oposição masculino-feminino, perdendo sua força interpretativa na medida em que acorrenta definições contrapostas, e tem seus sentidos extraídos exatamente de uma complementaridade forjada sob o signo da oposição irreduzível, da antinomia maniqueísta. Tal nomenclatura reitera dicotomias e assegura a reprodução das assimetrias relacionadas às relações as quais está referida, a saber, masculino versus feminino, e até mesmo mulher versus mulheres. Em suma, o conceito de gênero é porta-voz daquilo que, paradoxalmente, pretende denunciar, à medida que apreende os sexos como duas essências sociais hierarquizadas. Prova disso é imediata a associação entre gênero e feminino, gênero e mulher, associação esta que, a contragosto de sua própria pretensão, denuncia a inegável carga valorativa de que a noção é investida. E tanto a percepção social quanto a linguagem atestam a procedência desta associação, principalmente porque o gênero masculino se reveste de uma neutralidade que se contrapõe ao feminino, explicitamente caracterizado. O imediatismo de tal associação é deveras inquietante, principalmente porque sua constatação nos possibilita vislumbrar a força da des-historicização latente que opera. Por isso, nesta tese, menos do que a observância às terminologias “sexo” ou “gênero”, o emprego de cada um dos conceitos terá como propósito a referência à dinâmica que rege certo “automatismo” das relações entre homens e mulheres, engendradas pela dominação masculina, que se nos afiguram como que extirpadas da história, portanto, irremediáveis, naturais, inescapáveis. Com isso, intencionamos mostrar “a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica”, o que nos auxiliará “a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções” (CHARTIER, 1995: 41).

¹⁶ O que está subjacente à idéia de gênero, enquanto saber, é sua carga cultural, a impossibilidade de ser apreendido como essência ou verdade, portanto, o fato de ser sempre relativo, de ser uma construção oriunda de uma rede complexa de relações entre homens e mulheres, em que o corpo é objeto e alvo de poder. Seguindo os passos de Foucault, tal saber é produzido no interior de epistemes, cada uma com relativa autonomia, em que as possibilidades de uso e atribuição de significados são corolário de disputas políticas, em que as relações de poder (dominação e

gênero já rendeu entre historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos contribuirão para sua devida relativização. Contudo, afastaremos de nosso horizonte de preocupações aquelas abordagens puramente sexistas, que não oferecem mais do que uma atualização, pelo seu viés, da dominação simbólica, invertendo os termos da equação.

A esse respeito, um estudo acima de tudo inspirador, que nos auxiliará a refletir sobre a inserção feminina no mundo artístico é o já citado **Profissão artista**: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922, tese de doutorado de Ana Paula Cavalcanti Simioni defendida em 2004. Como o próprio título sugere, a pesquisa elege como fio condutor a acertada investigação acerca das possibilidades de profissionalização feminina na esfera das “belas artes” brasileira, em sua fase acadêmica. De saída, é possível notar que o recorte temporal se define como um contraponto à “tendência a se desqualificar tudo o que fosse anterior ao modernismo paulista” (p.II), i.e., à artificialidade daquelas disposições responsáveis pela transformação do entresséculos em alvo privilegiado de um processo intenso de deslegitimação encetado por sua fase subsequente, a saber, a modernista (MICELI, 1977; PASSIANI, 2003). Além disso, as datas que delimitam o intervalo em tela correspondem a acontecimentos em nada fortuitos: o ponto de partida, 1884, é o ano em que a artista plástica Abigail de Andrade é agraciada com a medalha de ouro em duas, das cinco obras que exhibe na Exposição Geral (p. 207), enquanto o ano de 1922 não apenas representa, simbolicamente, o ocaso do academicismo, com a Semana de Arte Moderna, como assiste à consagração de Georgina de Albuquerque no gênero artístico que ocupava o topo da escala hierárquica acadêmica, até então marcadamente masculino, qual seja, a pintura de história (p.281-282).

Em linhas gerais, a tese explora os mais variados óbices que se impunham àquelas mulheres que almejavam fazer carreira no restrito “espaço dos possíveis” do universo acadêmico brasileiro, em um período duramente refratário à presença feminina. Em uma abordagem despida de qualquer ar triunfalista, o livro todo revela a preocupação da autora com a “arte produzida por mulheres”, sem ceder à tentação de enxergá-la pela lente reducionista e simplificadora de um “feminino universal” que, na análise, é substituído pela apreensão da “feminilidade” como discurso produzido social e historicamente. Neste processo de desmistificação de

subordinação) são construídas. Saber subentende um conjunto de idéias, instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicas, responsáveis pelo ordenamento do mundo, sendo indissociável da organização social (Cf. SCOTT, 1994). Nesse registro, gênero é o modo pelo qual uma diferença social se organiza socialmente, em seus diferentes modos de expressão e atualização.

essencializações, nos são apresentados os mais diversos mecanismos por meio dos quais “noções de época invadiram os pareceres dos críticos e mesmo dos historiadores da arte levando-os a perceber, diferentemente, obras confeccionadas por cada um dos sexos” (SIMIONI, 2004: VII).

Na esteira destas considerações, fonte teórica obrigatória e igualmente esclarecedora é o também já mencionado **Vidas de romance** (2005), de Maria de Lourdes Eleutério, cujo fôlego analítico, oriundo do manuseio acurado de fontes garimpadas em acervos particulares e públicos, nos fornecerá contribuições essenciais para o tratamento sociológico da “mulher letrada” do entresséculos, já que a autora procede a cuidadosas e originais reconstruções do percurso social de escritoras que “orbitavam” a carreira literária de “êxito” de seus maridos, amados, irmãos, pais ou filhos, dentre as quais estão, como já mencionado, Júlia Lopes de Almeida e Amélia Beviláqua.¹⁷ As relações de parentesco desenham-se como forma insuspeita, encontradas pelas escritoras do período enfeixado no estudo, para a viabilização de suas incursões e notabilidade no cenário literário. Assim, Eleutério, por meio da reconstrução de experiências sociais e literárias, busca compreender iniciativas audaciosas de um conjunto de escritoras e poetisas silenciadas pela crítica literária brasileira, e isso faz com que sua empreitada se erija como um contraponto à propalada aridez de produção literária feminina, ao lançar luz sobre as fissuras do embrionário campo artístico brasileiro do entresséculos, sobre seus recantos silenciados.¹⁸

Além disso, as discussões a respeito das escritoras que não obtiveram oportunidade de ingresso na ABL requerem um exercício de contextualização que tenha a virada do século XIX para o XX como recorte específico. A propósito deste contexto, e dada a sua expressividade teórica e envergadura analítica, outra fonte a ser utilizada é **Literatura como missão** (1983). É nela que Nicolau Sevcenko inaugura entre os historiadores brasileiros o tratamento da literatura do final do século XIX, em suas implicações sociais e políticas, delineando um quadro em que

¹⁷ Os estudos de SIMIONI (2004), ELEUTÉRIO (2005), PLANTÉ (1988) e VARIKAS & RIOT-SARCEY (1988) nos auxiliarão a refletir sobre a noção de excepcionalidade, fruto de um discurso que atribui àquelas mulheres que “ousam” transpor o anonimato e forjar carreira de sucesso o epíteto de “extraordinárias”, dotadas de habilidades excepcionais. Este discurso acaba por oficializar a aridez de produções femininas, mantendo incólume o cânone artístico/literário, ao relacionar sucesso a “dons individuais”. Ao se propor a investigação da (in)elegibilidade feminina na ABL, é tentadora a explicação tautológica segundo a qual a exígua presença feminina é mero corolário da existência de mulheres excepcionais. Por suposto, explicações como esta concorrem para reforçar a parcialidade dos “déficits documentais”. Daí a necessidade de problematização da noção de excepcionalidade.

¹⁸ Como uma forma de questionar essas lacunas institucionais, tanto o estudo de Simioni, quanto o de Eleutério elegeram como eixo de orientação a preocupação com o “silenciamento”, com o intuito de denunciar e romper com a visão estigmatizada acerca da ausência feminina no campo literário/artístico, o que, em certa medida, confere a ambas as investigações um viés arqueológico, voltadas para a “restituição de ausências”.

são iluminados aspectos da atividade intelectual brasileira desde 1870 até a segunda década do século XX, período que coincide com a inauguração e consolidação da ABL.¹⁹

Da mesma forma, Jeffrey Needell elabora, em **Belle époque tropical** (1993), um estudo sobre os literatos do período, atentando para a interferência do contexto político, social e econômico nas escolhas dos mesmos, voltando-se para a identificação das relações que literatura e escritores mantinham com a elite carioca.

Por sua vez, o livro de Heloísa Pontes, **Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)**²⁰, publicado em 1998, nos fornecerá subsídios indispensáveis para pensar o mundo dos escritores como categoria social específica, possibilitando seu tratamento sociológico mais acurado. Ao delinear o eixo metodológico de seu estudo, qual seja, a análise do “grupo Clima e, simultaneamente, a experiência social, cultural, intelectual, política e institucional de seus membros mais expressivos, no decorrer das décadas de 40, 50 e meados dos anos 60” (1998: 14), a autora refina seu objeto de investigação, fundamentando-se em uma sólida base teórica construída a partir das contribuições produzidas por autores como Bourdieu, Elias, Ringer, Lepenies, Raymond Williams.

O estudo de Pontes, ao reconstruir o contexto sócio-cultural mais abrangente que interferiu na experiência dos integrantes do grupo Clima, incitará reflexões não apenas acerca das condições sociais favoráveis que facultaram às escritoras eleitas posição de destaque em um reduto tradicionalmente dominado pelos homens (haja vista a emblemática presença de Gilda de Mello e Souza na *Revista Clima*), mas dos constrangimentos sociais por elas sofridos, que se faziam sentir das formas mais subterrâneas. Dito de outra forma, o livro em questão nos auxiliará a reconstruir, idiossincraticamente, as experiências das escritoras que tiveram seus nomes

¹⁹ Neste quadro, Sevcenko nos fornece material indispensável à compreensão sociológica dos literatos, tidos como intelectuais engajados. Tal caracterização é tributária do legado das idéias européias de liberalismo, cientificismo e evolucionismo, em que aqueles figuram como representantes no Brasil de tais tendências. Nesse momento, as letras eram vistas como instrumento de intervenção política, indo ao encontro dos interesses dos abolicionistas e republicanos no Brasil. Mas, como mostra o autor, esses intelectuais, conhecidos como pertencentes à “geração de 1870”, teriam abandonado a postura engajada quando da instauração da República. Decepcionados e partilhando um sentimento de exclusão, os literatos se afastaram do mundo da política, tornando-se céticos quanto à possibilidade de a literatura contribuir para o processo de “civilização” da nação, estendendo tal frustração à inépcia da política. A consequência deste episódio resultou na formação de três grupos de literatos: os que aderem ao novo *status quo*; os que perfilham a idéia de um universo literário isento da “contaminação” pelo mundo exterior; e um pequeno número que enxerga o caráter instrumental da literatura, capaz de intervir na realidade brasileira.

²⁰ Fruto de sua tese de doutorado em Sociologia, defendida na Universidade de São Paulo em 1996, que trazia como título original **Destinos mistos: o grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)**.

vinculados à ABL, à luz das injunções institucionais que favoreceram ou impossibilitaram suas eleições e/ou solicitações de candidatura.

Além disso, a eleição da primeira mulher requereu da Academia uma série de adaptações, cujo objetivo era preparar o ambiente para a presença “do outro sexo”. Um dos índices emblemáticos deste ajuste está na confecção do “fardão feminino”, expressão por si só contraditória e reveladora, e que adquire maior consistência se pensada à luz da pesquisa de Gilda de Mello e Souza, **O espírito das roupas: a moda no século dezenove** (1996). Como o próprio título revela, o estudo em questão elege como objeto de investigação a moda no século XIX, e nos proporcionará bases teóricas fecundas para o tratamento da indumentária cerimonial dos acadêmicos, mormente a criação de sua versão feminina. Destarte, a relevância do referido estudo para esta tese está na riqueza da abordagem estética acerca do fenômeno social da moda, a partir da qual algumas notações acerca do traje de gala dos acadêmicos poderão ser tecidas.²¹

As escritoras serão aqui tomadas como integrantes de uma categoria modelada por condicionantes sociais, culturais e por constrangimentos de vários níveis: disputas quanto ao modo legítimo de produção literária, jogos de poder, políticas de indicação, possibilidades diferenciadas de fazer carreira e de sociabilidade e, especialmente a assimetria que caracteriza as relações entre os gêneros/sexos, questões iluminadas a partir de itinerários modelares, pensados em virtude de suas relações com a ABL.

Em se tratando da ABL, os estudos e as releituras a seu respeito fizeram com que eu pudesse constatar o caráter multifário deste material, bem como as possibilidades de investigação que iluminassem novos enfoques da personalidade e da obra de alguns de seus integrantes. Vale ressaltar que as produções existentes acerca da agremiação, quase sempre monotêmáticas e/ou circunscritas ao período de sua criação, versam sobre a contribuição intelectual dos letrados, em geral constituída por discursos e artigos que figuram na qualidade de encômios à literatura

²¹ A perspectiva analítica contrapontística adotada por Gilda de Mello e Souza, centrada na relação masculino-feminino, lhe possibilitou apreender a moda enquanto “recurso” feminino eficaz no jogo da competição social, enquanto forma de compensação da heteronomia econômica feminina. Gilda mostra que, na sociedade brasileira do século XIX, o casamento é o modo, por excelência, através do qual a mulher obtém prestígio e ascende socialmente. E as investidas na aparência são o trunfo feminino para lograrem êxito na arte da sedução.

brasileira e de estímulo à valorização da língua portuguesa. Não há dúvida de que muito do que se sabe sobre a ABL foi produzido internamente.

Nesse sentido, para além das produções que constituem o acervo da “Casa dos Imortais”, poucos são os estudos acadêmicos que elegem a agremiação como tema privilegiado de análise – e que, não à toa, constituem foco de nosso interesse. Porém, deve-se ressaltar que tal exigüidade acaba por ser compensada pela profundidade analítica, que é uma característica que os aproxima.

O primeiro deles é o bem-arregimentado estudo de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, **A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)**, publicado em 2001, revelador dos impasses existentes na geração pioneira da ABL, que corroboraram a hipótese por ele aventada, do quão políticos eram os letrados. O estudo de Rodrigues permite ao leitor inteirar-se dos primeiros momentos da instituição, do clima que antecedeu a sua fundação, da tentativa frustrada de obter a chancela do Estado. Rodrigues nos fornece elementos fundamentais para a compreensão dos imbróglis subjacentes ao projeto que deu origem à instituição, bem como das disputas veladas e impasses entre os literatos e a política, mesmo quando aqueles não se consideravam engajados. O autor ilumina as contendas entre os “eleitos”, e chama a atenção para os sinuosos limites entre prática literária e atuação política. Trata-se de uma abordagem que põe em xeque certa visão mitificadora, posto que preocupada em demonstrar que os integrantes da Academia eram mais humanos do que imortais. Rodrigues obtém êxito ao proceder à análise pormenorizada, e chega à seguinte constatação: por mais que os letrados pensassem estar livres do engajamento político, a Academia não ficaria incólume aos seus jogos, ainda que quase sempre truncados.

Além do referido estudo, é imprescindível mencionar o trabalho meticuloso de Alessandra El Far, **A encenação da imortalidade** (2000), em que a autora busca compreender as condições histórico-sociais de surgimento e consolidação de uma instituição como a ABL, tendo em vista os ajustes necessários a que fora submetido o modelo inspirado na “Académie de Richelieu”, para se estabelecer no Brasil. El Far se vale de um arsenal de informações produzidas pela instituição, bem como de produções literárias e notícias veiculadas pela imprensa da época, fontes que tornam sua análise prolífica, distanciada do lugar-comum.

Rina Signer também fez da ABL tema de sua dissertação, intitulada **Academia Brasileira de Letras: nacionalismo à francesa** (1988). A preocupação da autora se coloca como uma espécie de contraponto ao estudo de El Far, já que está voltada para a identificação de traços da

cultura francesa na sociedade brasileira da 1ª República, e tem na criação da congênere brasileira exemplo conspícuo desta influência. Signer (1988) nos fornece alguns elementos para compreender o “galicismo” do período de criação da instituição, mas não deixa de ponderar acerca do anacronismo aí subjacente, embora com certa reserva e parcimônia.

De um modo geral, além dos poucos estudos a respeito da ABL, uma inegável lacuna impera sobre as investigações acerca da (in)elegibilidade de escritoras na instituição, o que deixa visível as fendas analíticas aí inscritas e a necessidade de contribuir para sua – ainda que relativa – pavimentação.

Desenho dos capítulos

O primeiro capítulo desta tese, intitulado “As possibilidades de viabilização literária no período de formação da Academia Brasileira de Letras”, oferece uma análise dos bastidores da criação e inauguração da ABL. O capítulo põe em tela reflexões acerca das restritas possibilidades de profissionalização oferecidas àqueles indivíduos que, durante o entresséculos, desejavam seguir carreira literária e, sobretudo, viver de seus escritos, e o modo como tais restrições se converteram em estímulos, ao impulsionarem a idealização e criação de um espaço voltado para a consagração, ao menos teoricamente, de escritores: a ABL. Mostraremos que tal empreitada foi fruto da conjugação de esforços, os mais heterogêneos.

Será evidenciado, portanto, o cenário social em que a instituição foi pensada, assim como as principais discussões em torno da elaboração de seu projeto. Esta leitura retrospectiva terá como ponto de inflexão um balanço crítico acerca dos óbices à inserção feminina no mundo das letras, tendo em vista questões diretamente relacionadas à Academia, porém, extrapolando-a.

Por sua vez, o segundo capítulo, “Portas fechadas: Júlia Lopes entre o salão literário e a ante-sala da ABL” versa sobre a trajetória da primeira escritora a ter seu nome cogitado para figurar na lista dos imortais sem, contudo, ver confirmada tal possibilidade. Dedicaremos especial atenção aos modos pelos quais suas obras retratam as relações entre os sexos, o que contribuirá para o adensamento das considerações a propósito das dificuldades da profissionalização literária feminina no entresséculos, perfazendo, então, um material prolífico para a apreensão de questões relacionadas ao papel e ao lugar da mulher na sociedade brasileira de então.

O terceiro capítulo, intitulado “Amélia Beviláqua: deve a mulher pertencer à Academia Brasileira de Letras?” aborda o percurso literário e social de Amélia Beviláqua, a segunda escritora a ter seu nome “vinculado” à ABL. Mostraremos que, diferentemente de Júlia Lopes, que fora cogitada a integrar a entidade por alguns escritores, é Amélia Beviláqua quem toma a iniciativa de propor candidatura. A tentativa frustrada de ingresso de Amélia Beviláqua traz à tona as discussões acerca da postura intransigente da instituição no que diz respeito à elegibilidade feminina.

Assim, o segundo e terceiro capítulos têm o propósito de analisar os bastidores da “ausência” destas duas escritoras na ABL, iluminando as idiossincrasias que individualizam cada percurso, bem como sua convergência em um ponto comum: a impossibilidade de ingresso em um reduto marcadamente androcêntrico. Para tanto, serão enfatizados os modos pelos quais cada uma das escritoras teve seu nome atrelado à entidade, o papel das relações sociais e das redes de favorecimento que estabeleceram, respectivamente, com seus pares, e as justificativas mobilizadas por estes para explicarem ambas as inadmissões. Da mesma forma, serão considerados os posicionamentos das escritoras com relação a tais arbitrariedades que as preteriram da chance de virem a integrar o “panteão dos imortais”. A análise adquire maior visibilidade e consistência se pensada à luz das idéias, já mencionadas, de excepcionalidade e amadorismo, conceitos detidamente analisados por Ana Paula Cavalcante Simioni (2004), tal como será demonstrado ao longo da discussão.

Tendo isto em vista, as insistentes explicações que atribuíam àquelas romancistas que se destacavam certo espírito varonil serão mobilizadas ao longo do estudo. De saída, é possível citar Lúcio de Mendonça, que endossa tal posicionamento ao dizer que “é observação antiga que em cada escritora perde a humanidade uma mulher” (apud ELEUTÉRIO, 2005: 76).

Afirmações como esta não fazem mais do que atribuir às possibilidades de profissionalização feminina um caráter “episódico”, necessariamente revigorando a antinomia esvaziada figurada entre mulheres ordinárias, que seguiram o destino esperado, a saber, uma vida recôndita, e mulheres extraordinárias, que conseguiram transpor o mar de impedimentos e alcançar vãos que somente aos homens eram reservados (ou ao menos desejados), sendo, portanto, a eles equiparadas. Essa linha de pensamento é falaciosa, por ser portadora do arremedo persistente que credita às mulheres uma passividade inata, de essência, quase um sinônimo da idéia de “normalidade” (SIMIONI, 2004). Cabe-nos indagar os documentos produzidos pela ABL,

identificar suas lacunas e procurar nas fontes alternativas já citadas as respostas às inquietações que movem a presente investigação.

O quarto capítulo, “As eleitas: trajetórias plurais, experiências convergentes”, uma espécie de “divisor de águas” desta tese, tem como eixo de orientação o ingresso das seis escritoras já citadas à ABL. Trataremos das circunstâncias de suas candidaturas e ingressos, tendo como eixo analítico a ordem cronológica em que os pleitos ocorreram. Para tanto, estabeleceremos como ponto de partida da análise a alteração no Regimento Interno da agremiação, ocorrida em 1976, que passa a assegurar a elegibilidade feminina. Em seguida, atentaremos para os bastidores da eleição de Rachel de Queiroz, já que perfaz o momento inaugural da presença feminina no ambiente até então composto por escritores “do sexo masculino”. Com a transposição de uma barreira regimental, procuraremos refletir se os propósitos e interesses que conduziram a esta mudança corresponderam, de fato, a uma modificação na “visão de mundo” dos acadêmicos, ou se representaram (mesmo que veladamente) um casuísmo, i.e., um “ajuste interessado” menos no ingresso de mulheres em si do que em uma eleição específica: a da autora de **O quinze**.

Em suma, no quarto capítulo iluminaremos aspectos relacionados às trajetórias das “eleitas”, estando voltado para a identificação das influências sociais que Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélide Piñon, Zélia Gattai e Ana Maria Machado detinham, dentro de círculos específicos de sociabilidade, a ponto de lhes assegurar uma Cadeira no *Petit Trianon*. Enfim, trata-se de atentar não apenas para as possibilidades objetivas que lhes garantiram construir carreiras literárias de renome, dadas pelas suas condições sociais de existência, mas para os “trunfos” que estas escritoras mobilizaram, capazes de lhes assegurar suas sagrações como imortais. Há muitas histórias subterrâneas, como mostraremos, que desmistificam a obviedade que envolve algumas destas presenças femininas na ABL.

Tentaremos, portanto, compreender como as escritoras em questão conseguiram ingressar no universo masculino da ABL, o que as levou a aceitar indicação e/ou propor suas candidaturas e a enfrentar um preconceito historicamente construído e perpetuado, que enxerga as mulheres a partir de estereótipos maniqueístas, pares dicotômicos vazios, posto que ancorados em um discurso ratificador da dominação masculina (cf. INNOCENTI, 1985).

Por fim, no último capítulo, mais propriamente uma espécie de excuro, trataremos de um dos aspectos emblemáticos do ajuste da ABL à presença de mulheres, que por si só “dá pano para

manga”: a necessidade de confecção de uma indumentária cerimonial para o “sexo oposto”, o “fardão feminino”, expressão contraditória e reveladora do despreparo da Academia ante a necessidade de receber uma mulher. Nesses termos, o traje de gala adquire nessa tese um papel de destaque, ao se erigir como possibilidade fértil de reflexão acerca das relações entre as acadêmicas e os demais imortais, chegando mesmo a transformar a ABL em uma “arena de moda” (HOLLANDA, 1992: 79). Em suma, o capítulo 5, “Com que roupa eu vou? As acadêmicas e o fardão feminino”, nos possibilitará proceder a um balanço acerca da presença feminina na agremiação, à luz da vestimenta cerimonial.

Muito se sabe sobre a presença de letrados na ABL, bem como sobre suas investidas, mesmo que cifradas, para a perpetuação da imagem deste *locus* enquanto reduto masculino, mas pouco se produziu acerca dos matizes que estas construções encobrem, tarefa esta que se nos impõe. Tal empreitada subentende a consideração das vias de acesso à instituição, assim como a averiguação do calibre dos adversários que disputaram os pleitos com as escritoras eleitas, até porque, segundo Ana Maria Machado, “mulher ou homem, para entrar [na ABL], tem que fazer uma jogada política, se calçar em pessoas que tenham um esquema de alianças, um círculo, tem a questão do merecimento, a questão do convívio, e as circunstâncias de cada eleição”.²²

Este estudo pretende se balizar na identificação das dimensões sociológicas dos itinerários das escritoras em questão que, por sua vez, auxiliem na problematização dos impedimentos e também das possibilidades de ingresso feminino na ABL, tendo em vista as “vantagens” e os óbices que envolveram suas inserções ou não neste espaço orquestrado pela batuta masculina. A partir daí, buscaremos subsídios para responder às questões: estes itinerários permitem descartar a idéia de que a presença destas escritoras na ABL deveu-se a “dons individuais”? As mudanças no Regimento Interno de 1976 tinham em vista a candidatura de mulheres, ou apenas representaram um “casuísmo”, uma forma de permitir que determinada escritora, que dispunha de inegáveis influências familiares, políticas e sociais obtivesse seu espaço naquele reduto masculino, sem que exprimisse modificações efetivas na “visão de mundo” misógina dos acadêmicos? As circunstâncias em que tais mulheres foram eleitas e/ou preteridas reiteram a dominação masculina na ABL? A busca dessas respostas a contento caracterizará o propósito desse estudo.

²² Entrevista concedida à pesquisadora, em 07 de agosto de 2008. A íntegra encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese.

Sendo assim, esta tese estabelece como fonte privilegiada de investigação a presença/ausência feminina na Academia Brasileira de Letras, recorte a partir do qual consideramos ser possível identificar, por um lado, o modo como algumas mulheres fizeram frente aos óbices relacionados à profissionalização literária feminina e galgaram posições de destaque em um ambiente durante muito tempo a elas refratário e, por outro, as linhas de força que atuaram, tanto na viabilização dos ingressos, quando no engendramento dos vetos. Cabe perscrutar, neste caso, até que ponto as relações de cada uma delas com a agremiação (especialmente das “eleitas”) não ratificam, veladamente, a dominação a qual elas parecem impugnar.

Capítulo 1

As possibilidades de viabilização literária no período de formação da Academia Brasileira de Letras

Este capítulo, que tem como pano de fundo o momento de idealização e edificação da ABL, oferecerá um balanço acerca das possibilidades de profissionalização que o entresséculos oferecia a homens e mulheres. Para tanto, iluminaremos alguns dos modos pelos quais foram tecidas as relações entre as propostas pedagógicas então anunciadas e as práticas formativas que, ao entronizá-las, concorreram para reiterar uma diferenciação “intransponível” entre os sexos, especialmente ao sustentarem e legitimarem a produção de um repertório de discursos que, por sua vez, vinham a reforçar determinadas práticas culturais capazes de investir tais distinções de uma carga valorativa tal que, às mulheres, fora reservado o rótulo de “essencialmente inferiores” aos homens. Procederemos, também, a um conjunto de ponderações acerca da carreira literária como via de acesso menos restritiva às mulheres e procuraremos, por fim, averiguar as reverberações dessas questões na dinâmica dos primeiros anos de existência da Academia.²³

Como ponto de partida, teceremos considerações a respeito do momento que antecedeu, bem como do cenário correspondente aos primeiros anos de existência da “Casa de Machado de Assis”, com o intuito de sublinhar os propósitos que orientaram sua criação, que transcendem o “insuspeito” fato de ser ela um reduto responsável pela preservação da tradição literária brasileira, guardiã da língua portuguesa e consagradora da intelectualidade nacional (RODRIGUES, 2001: 16).²⁴ É inevitável desconfiar de um projeto aparentemente despretensioso como o que serviu de esteio à concepção da ABL. Por certo que outros interesses, menos “nobres”, tenham servido de bússola aos anseios de seus idealizadores, e que muitos deles tenham resvalado, ainda que implicitamente, nas prerrogativas de gênero.

²³ Ainda que este capítulo eleja como fonte privilegiada de investigação o período que se estende da década de 1870 até a década de 1930, quando necessário, serão feitas referências ao cenário mais abrangente do “longo século” XIX, para que seja possível compreender com mais acuidade as transformações de que são tributárias as propostas pedagógicas e as práticas formativas que germinaram no período aqui contemplado.

²⁴ Nas palavras de Machado de Assis, o propósito da fundação da ABL seria o de “conservar, no meio da federação política, a unidade literária” (Anuário da ABL, 2001: 17).

Entre chás e Cadeiras: a ABL e seu contexto de criação

Assim como nos tempos idos a musa canta e pede...
Gênio e mendigo... vede!... o abismo de irrisões!
Tasso implora um olhar! Vai Ossian mendicante...
Camina roto o Dante! E pede pão o Camões
Bem sei, Senhora, que ao talento agora
Surgiu a aurora de uma luza amena.
Hoje há salário p'ra qualquer trabalho,
Cinzel, ou malho, ferramenta ou pena!
Melhor que o Rei sabe pagar o pobre
Melhor que o nobre – protetor verdugo – !
Foi surdo um trono... à maior glória vossa...
Abre-se a choça aos Miseráveis de Hugo
Porém não sei se por costume antigo,
Que inda é mendigo do cantor o gênio.
Mudem-se os panos do cenário a esmo
O vulto é o mesmo... num melhor prosclênio...

Como ponto de partida da discussão que propomos encaminhar nesta seção, “Poesia e mendicalidade”, de Castro Alves, revela-se bastante profícuo, já que nos fornece uma “síntese” histórica acerca da figura do escritor. A associação escolhida pelo poeta para intitular o poema não poderia ser mais apropriada: o escritor tem aqui sentenciado, impiedosamente, seu *status*, vendo-se equiparado a um desvalido, cujo pronunciado estado de carência material é retratado por meio da alcunha de “mendigo”. Os últimos versos, por sua vez, delineiam um cenário específico, que se traduz a partir dos difíceis diálogos estabelecidos entre o “escritor” e o “mercado”. O encerramento do sobrevôo cronológico de Castro Alves tem ancoradouro certo: o século XIX, palco das agruras de inúmeros escritores que, almejando viver de seus textos, experimentavam sucessivas tentativas, na maioria das vezes infrutíferas, sendo a “indigência um espectro constante a assombrar [sua] imaginação” (SEVCENKO, 1995: 89).

Evidentemente, “a marginalidade do fazer poético [e artístico] não é peculiar ao caso brasileiro” (LAJOLO & ZILBERMAN, 2002: 126). Com maestria, Flaubert consegue transpor literariamente o paradoxo intrínseco à produção artística, que está relacionado justamente ao fato de ser ela apreendida como atividade desinteressada, sobre a qual não há valor comercial capaz de quantificá-la. E a sina anunciada prevê restritas opções: “ou o escritor adere ao mercado (...) ou aceita o papel decorativo que o meio lhe destina, assumindo a função de ‘canário de gaiola’”

(Idem, *Ibidem*: 127).²⁵ Durante todo o seu processo de profissionalização, a figura do escritor cristaliza a posição ambígua do artista diante de seu “ofício”, bem como os corolários daí oriundos:

Quando não nos dirigimos à multidão, é justo que a multidão não nos pague. É economia política. Ora, sustentando que uma obra de arte digna desse nome e feita com consciência é inapreciável, não tem valor comercial, não pode ser paga. Conclusão: se o artista não tem rendas, deve morrer de fome! Acha-se que o escritor, porque não recebe mais pensões dos grandes, é muito mais livre, mais nobre. Toda a sua nobreza social agora consiste em ser o igual de um vendeiro. Que progresso!²⁶

Dito de outra forma, o escritor, em busca de um *status* social definido para a atividade literária, aos poucos passou a protagonizar uma relação conflituosa, inscrita na antinomia entre liberdade criadora e lei do mercado, entre os imperativos sociais que interferem, de fora, na obra, e as exigências a ela intrínsecas, cuja pretensão é ser compreendida e aperfeiçoada, i.e., entre os comerciantes e os “criadores”, entre a “arte pela arte” e a arte média, dicotomia “que se retraduz,

²⁵ A expressão “canário de gaiola” foi utilizada no poema “Um cadáver de poeta”, de Álvares de Azevedo (1831-1852).

²⁶ O processo de formação do campo literário relaciona-se às modificações nas relações entre os produtores culturais e os detentores dos meios de divulgação, que passam a ser mediadas pelas sanções do mercado que passaram a se exercer sobre a produção literária (seja por meio das cifras de venda, do número de tiragens etc, seja indiretamente, através dos novos postos oferecidos pelo jornalismo) e pelas ligações duradouras que se forjaram a partir das afinidades de estilo de vida e de sistema de valores, catalisadas nos salões, que se incumbiam de aproximar parte dos escritores de certas frações da alta sociedade (BOURDIEU, 1996: 65). Não se pode deixar de mencionar que graças à divisão do trabalho foi possível o surgimento de uma categoria específica de produtores de bens simbólicos, voltados para o mercado, concomitante à formulação de teorias puras da arte, que passam a apreendê-la de uma forma “parcial”, enfim, dissociando a idéia de mercadoria da de “arte em si”, pura significação, revestida pela noção de fruição desinteressada. O arrefecimento do mecenato, pelo menos formalmente, e das encomendas diretas, que foram possibilitados pela formação de um mercado impessoal, com um público numeroso de compradores anônimos de bens culturais, isentou o escritor da dependência social antes existente, estando apenas submetidos às leis do mercado dos bens simbólicos, às suas demandas, identificadas através dos índices de venda e das pressões diretas ou implícitas dos detentores dos veículos de difusão, dos editores etc. Trata-se da substituição das “demandas de uma clientela selecionada pelos veredictos imprevisíveis de um público anônimo” (*Idem*, 1974: 104). A autonomia do campo de produção erudita pode ser identificada tendo em vista o grau de poder do campo, que se converte em normas que regem sua produção e critérios de avaliação de seus produtos (*Idem, Ibidem*: 101). Isso posto, a lógica do campo literário deve ser compreendida a partir da relação que os escritores que o compõem mantêm com os não-escritores, bem como com os demais escritores, o que resulta na constituição de um campo com relativa autonomia e na formulação simultânea de uma nova definição da função do escritor e de sua obra. Nesses termos, a definição dos grupos se dá por meio da oposição em torno das disputas e nomeações do que é literatura e, por conseguinte, de quem é escritor, em outros termos, “o campo artístico, pelo seu próprio funcionamento, cria a atitude estética sem a qual o campo não poderia funcionar. Em especial, por meio sobretudo da concorrência que opõe todos os agentes investidos no jogo, ele reproduz incessantemente o interesse pelo jogo, a crença no valor daquilo que está em jogo” (*Idem*, 2001: 286).

no plano ideológico, na oposição entre o idealismo do devotamento à arte e o cinismo da submissão ao mercado” (BOURDIEU, 1997: 142).²⁷

E isso porque, até o início do século XIX, a atuação como escritor era considerada uma atividade incerta, posto que insuficientemente delineada enquanto fonte segura de dividendos, incapaz de se constituir enquanto carreira. A luta pela profissionalização foi caracterizada pela atitude gregária de alguns escritores, que uniram esforços com o intuito de, assim, assegurarem reconhecimento social e estabilidade material, requisitos fundamentais para fazerem com que esta instável atividade passasse a se investir da solidez característica da noção de “profissão”.

Não sendo possível “ignorar as contingências da vida material” (BROCA, 2005: 39), a possibilidade de viver da própria pena foi o mote que conduziu os escritores do entresséculos na busca pela sedimentação de um *status* social definido para a atuação que, até então, se afigurava como hobby e diletantismo, uma espécie de passatempo dos afortunados e bem-nascidos, desobrigados das urgências materiais que combalia e limitava a atuação dos que, por não contarem com semelhante sorte (herdada ou garantida por meio da ocupação de postos

²⁷ Um exemplo notório dessa relação conflituosa pode ser encontrado na interpretação de Bourdieu (1996) sobre **A educação sentimental**, de Flaubert, no qual as personagens (nos deteremos aqui em Arnoux) atuam como representações de posições sociais. Segundo o sociólogo francês, é possível “reconstruir o espaço social de **A educação sentimental** baseando-se, para localizar as posições, nos indícios que Flaubert nos fornece em abundância, e nas diferentes “redes” delimitadas pelas práticas sociais de cooptação, tais como recepções, saraus e reuniões amigáveis” (*Idem, Ibidem*: 19). No livro, Bourdieu aborda a “espinhosa” relação entre os campos, a partir da posição que as personagens ocupam nas filigranas do romance. Arnoux, por exemplo, comerciante de quadros, representa o mundo “do dinheiro e dos negócios no seio do universo da arte” (*Idem, Ibidem*: 22), sendo definido pelo sociólogo como um “ser duplo”, que transita entre duas lógicas antitéticas, auferindo proveito de ambas, conforme suas conveniências. Justamente por esta ambigüidade, a personagem em questão está condenada à marginalidade: para os artistas, ele não é um artista “puro” e, para os burgueses, ele não é um comerciante “de fato”. Arnoux titubeia diante da lógica da arte e diante da lógica do dinheiro e, para se ver livre da desconfortável situação marginal, a personagem opta por “um dos lados”: começa a se aproximar do campo artístico, decretando, com isso, seu malogro econômico. A duplicidade de Arnoux é melhor compreendida quando Bourdieu explicita como o campo artístico/literário se constitui, suas peculiaridades de “economia às avessas”, cuja base está sedimentada na natureza dos bens simbólicos, realidades duais, mercadorias e significações, em que valor simbólico e valor mercantil mantêm relativa independência. O autor, ao descrever o mercado dos bens simbólicos, aponta para duas formas incongruentes de produção e circulação que são regidas por regras distintas, quais sejam, a economia anti-“econômica” da arte pura, voltada para a acumulação de capital simbólico, capaz de assegurar, sob determinadas condições e a longo prazo, lucros econômicos, e a lógica econômica das indústrias literárias e artísticas, que visam à difusão da produção, ao sucesso imediato e temporário, mensurado, por exemplo, pela tiragem de um livro, ajustando-a à demanda preexistente da clientela.

profissionais vantajosos), sucumbiam diante da possibilidade frustrada de viverem exclusivamente de seus escritos.

Pensando especificamente no caso do Brasil, não foram poucas as tentativas de institucionalizar espaços para os encontros regulares, voltados para a defesa dos interesses dos literatos, não tendo sido a Acadêmica Brasileira de Letras “a primeira tentativa de se criar uma organização que servisse aos sábios francófilos ou aos interesses dos literatos” (NEEDELL, 1993: 224). Por esse motivo, vale passar em revista aquelas agremiações que antecederam a criação da ABL e que lhe serviram como estímulo.

As principais iniciativas nesse sentido datam do período que compreende os anos de 1880 e 1890. Uma delas é o Grêmio de Letras e Artes ²⁸, associação fundada em 1887, na cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma instituição voltada para a “leitura de trabalhos literários e palestra instrutiva”, bem como para a orientação dos escritores brasileiros destituídos de recursos suficientes para a publicação de seus escritos. A rotina da sociedade literária foi facultada pela criação de uma diretoria e de um regulamento. A trajetória do Grêmio de Letras e Artes prenuncia as dificuldades por que passariam as demais sociedades literárias dos anos 1890, e dá mostras da preocupação que as caracterizaria, de tonalidade “sectária”, comprometida com a institucionalização da “classe” dos “homens de letras” e com a obtenção de recursos financeiros para a publicação de suas obras (EL FAR, 2000a: 43).

Outro exemplo é a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, fundada em 1890, e que tinha como ponta-de-lança a obtenção do apoio do governo brasileiro para a criação de uma lei que regulamentasse os direitos autorais. Seus estatutos inaugurais trazem as assinaturas dos futuros imortais Olavo Bilac, Valentim Magalhães, Aluísio de Azevedo e Artur de Azevedo, e propõem não apenas respaldar a publicação de todos os literatos associados à entidade, mas a criação de “um fundo social de ajuda em casos extremos e uma solidariedade mútua com o objetivo de salvaguardar a profissão literária no país” (*Idem, Ibidem*: 43).

Por sua vez, algumas das discussões em torno do projeto que culminaria na inauguração da Academia Brasileira de Letras, entidade fundada em 1897, tiveram como sede privilegiada o

²⁸ Compunham o Grêmio de Artes e Letras os seguintes nomes: Artur Azevedo, Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Paula Nei, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Olavo Bilac, Rodrigo Otávio, Figueiredo Coimbra, Alberto Silva, dentre outros. Machado de Assis recusou a presidência, alegando à diretoria já pertencer a outra agremiação, o Club Beethoven, “sociedade musical” voltada para a realização de concertos os mais prestigiados, fundado em 1882 e dissolvido em 1896, com estatutos exclusivistas, que vetavam a participação de seus membros na diretoria de associações congêneres (EL FAR, 2000a: 43).

chamado “salão verde”, expressão como era conhecida a residência do casal Filinto e Júlia Lopes de Almeida, figuras importantes do meio intelectual e literário da época, às quais nos referiremos mais detidamente no próximo capítulo. À informalidade das tertúlias que a residência dos Almeida sediava seguiu-se um importante acontecimento, a partir do qual a criação da agremiação começaria a adquirir, de fato, consistência, que foi o envolvimento, neste processo, da *Revista Brasileira* ²⁹, então sob a direção do respeitado crítico e ensaísta naturalista José Veríssimo.³⁰

Muitas vezes se tem dito, e o foi mesmo solenemente, no seio da Academia Brasileira, que lhe teriam sido o gérmen ou a célula da vida, os festivos ágapes do Clube Rabelais e da Panelinha. Puro engano; anacronismo evidente. Foi da 3ª. Revista Brasileira, a de José Veríssimo, cuja vida, em sua fase de mais intensa atividade, está tão ligada aos nossos fastos literários, que nasceu a idéia de se criar a Academia (OCTÁVIO, 1979: 40).

A *Revista Brasileira*, fruto inegável dos progressos técnicos do jornalismo brasileiro e da inserção das letras nesse mercado profissional, consolidou-se em contraposição à pronunciada banalização do texto literário (em termos estilísticos e conteudísticos, que tinha nos periódicos veículos expressivos de divulgação), e “à diferença dos jornais, que davam preferência aos textos curtos desses autores, a revista abrigava em suas páginas longos ensaios e estudos científicos” (EL FAR, 2000a: 44):

Definindo-se como uma revista de ciências, letras, artes, história, filosofia, economia, política, sociologia, viagens e bibliografia, publicava

²⁹ A *Revista Brasileira* iniciou suas atividades em 1855, mas sua existência foi marcada por “um histórico de intermitências. Sua segunda fase durara de 1857 a 1860; a terceira, de 1879 a 1881; e, em 1895, acabava de ser reinaugurada” (LACERDA, 2007: 9-10). Veríssimo esteve à frente do periódico entre os anos de 1895 e 1899. Alexandre Eulálio descreve José Veríssimo como um “crítico irredutível nos seus pontos de vista, equilibrado e preciso, embora marcado pelo vinco sentencioso de juiz; uma das figuras mais autenticamente representativas da prosa ensaística” (1992: 46). Machado de Assis e Joaquim Nabuco eram colaboradores regulares do periódico.

³⁰ José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário, nasceu em Óbidos (PA) e faleceu no Rio de Janeiro, RJ. Intensifica sua carreira jornalística a partir de 1891, quando se muda do Pará para o Rio de Janeiro, e passa a trabalhar no “recém-criado Jornal do Brasil, através do qual rapidamente se familiarizou com as rodas literárias da capital” (EL FAR, 2000a: 44). Compareceu a todas as reuniões preparatórias da instalação da Academia Brasileira de Letras. Escolheu por patrono João Francisco Lisboa, e é o fundador da Cadeira nº 18. Responsável pela publicação da *Revista Brasileira* entre os anos de 1895 e vai até 1899, completando vinte volumes em cinco anos, Veríssimo teve o dom de agremiar toda a literatura nacional.

sistematicamente artigos de Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Almirante Jaceguai, Medeiros e Albuquerque, visconde de Taunay, Inglês de Souza, Capistrano de Abreu, Domício da Gama, Graça Aranha, Filinto de Almeida, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Magalhães de Azeredo, entre outros. (*Idem, Ibidem*: 44).³¹

Outra característica da revista estava na concessão de seu espaço à realização de debates sobre a vida pública (ao contrário do que seria feito, ao menos em tese, na Academia que seria gestada em sua sede).

Este período é em nossa vida nacional de reorganização política e social. A *Revista Brasileira* não lhe pode ficar alheia e estranha. As questões constitucionais, jurídicas, econômicas, políticas, sociais [...] que nos ocupam e preocupam a todos, terão um lugar nas suas páginas. Republicana, mas profundamente liberal, aceita e admite todas as controvérsias que não se acham em completo antagonismo com a inspiração de sua direção. Em Política, em Filosofia, em Arte não pertence a nenhum partido, a nenhum sistema, a nenhuma escola. Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos que tenham alguma coisa que dizer e saibam dizê-lo, possam livremente manifestar-se.³²

Por congregar um grande número de colaboradores, a sede da *Revista Brasileira* foi se transformando, pouco a pouco, em um ponto de encontro da intelectualidade carioca. Se inicialmente, a frequência com que os colaboradores compareciam à sua sede definia-se em função da necessidade de entrega dos textos, i.e., do cumprimento de prazos, com o tempo, os encontros entre os colaboradores encontraram outras motivações: o gosto comum pelos assuntos literários, que lhes rendia longas conversas. Com isso, a revista “acabou por adquirir o status de agremiação literária, instituindo-se assim o chá das cinco” (*Idem, Ibidem*: 45).

Nestes termos, o que mais se aproximava de um ambiente de academia literária, no período, eram as reuniões da *Revista Brasileira*, que ocorriam na Rua do Ouvidor, n.º 31

³¹ A sede da revista passou a ser ponto de encontro de um grupo heterogêneo, mas que partilhava de um mesmo desejo: em fins de 1896, alguns colaboradores da revista, dentre os quais Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Valentim Magalhães, Graça Aranha e Araripe Júnior ressaltaram a necessidade de criação de uma agremiação que reunisse os expoentes da literatura brasileira, com o intuito de zelar pela língua portuguesa, cultivar o idioma nacional. Foi assim que “o êxito social e literário da **Revista Brasileira**, de José Veríssimo, [deu] coesão a um grupo de escritores e, assim, possibilidade a idéias” (Anuário da ABL, 2001: 8).

³² *Revista Brasileira*, ano I, tomo I, jan.-mar., 1895, p. 3.

(LACERDA, 2007: 9). Tratava-se, portanto, de uma revista aberta às publicações que “versassem sobre todos os assuntos e questões que possam interessar à maioria do público, nas áreas das letras, das ciências e das artes” (RODRIGUES, 2001: 35), cujas reuniões, assim como no Rabelais, clube criado por Araripe Jr. e Raul Pompéia, cuja vigência abrangeu os anos de 1892 e 1893, e na Panelinha, entidade criada posteriormente, em 1901, e contando com a mesma estrutura do Rabelais, aconteciam ao redor das “comidas cordiais”.³³

Imagem 1 – Integrantes da Panelinha, criada em 1901 para a realização de encontros de escritores e artistas. A fotografia é de um almoço no Hotel Rio Branco (1901), localizado na Rua das Laranjeiras, 192. De pé: Rodolfo Amoedo, Artur Azevedo, Inglês de Sousa, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Rodolfo Bernadelli, Rodrigo Octavio, Heitor Peixoto. Sentados: João Ribeiro, Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Silva Ramos. Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Os encontros do Rabelais, por exemplo, ocorriam mensalmente, de modo que cada membro incumbia-se de oferecer um farto banquete ao grupo. Valentim Magalhães chegou até mesmo a registrar o local e a lista com os nomes dos participantes em cada um dos jantares realizados ao longo do ano de 1892, embora tal registro não tenha se estendido pelo ano de 1893 (*Idem, Ibidem.*: 48-50).

A idéia da fundação do Clube Rabelais partiu de Araripe Júnior. Não teria estatutos, nem sede, nem diretores; consistiria apenas na organização de um jantar mensal que reunisse homens de letras e artistas, para uma hora de

³³ Tanto o Rabelais, quanto a Panelinha sediavam encontros informais entre algumas das personalidades boêmias do Rio de Janeiro. Quase todos os seus integrantes integrariam o quadro de membros fundadores da ABL.

agradável convívio, na expansão de seu gênio comunicativo, em torno de uma mesa de modestas iguarias (OCTÁVIO, 1979: 42).

No caso da *Revista Brasileira*, que abrigava muitos dos freqüentadores do Rabelais, os cardápios curiosamente reproduziam sua capa “no seu mesmo papel verde, sendo o sumário do número substituído pela lista das iguarias” (OCTÁVIO, 1979: 58). Para se ter uma idéia do “layout” do menu, consideraremos os registros deixados por Rodrigo Octávio, em **Minhas memórias dos outros**, ao nos evidenciar as opções incluídas no jantar do dia 9 de junho de 1896:

II Jantar	9 de junho de 1896
Revista Brasileira	
Sumário	
I – Sopa Jardineira: Ferreira de Araújo.	
II – Peixe à brasileira: Araripe Júnior.	
III – Franguinho de cabidela: Machado de Assis.	
IV – Churrasco do Rio Grande com farofa: Joaquim Nabuco.	
V – Peru recheado com presunto – Arthur Azevedo.	
VI – Salada de couve-flor: Affonso Celso.	
VII – Bibliografia – Pudim de laranja: Pedro Tavares. Frutas: José Veríssimo. Sorvetes: Rodrigo Octávio.	
VIII – Notas e observações – Clarete, Bordeaux e Porto: Silva Ramos, Taunay, Tarquínio de Souza.	
Rio de Janeiro	
Sociedade – Revista Brasileira	
31, Trav. do Ouvidor, 31	
1896	

O escritor e acadêmico Josué Montello, em **O Presidente Machado de Assis**, (1961), citando as **Minhas Memórias dos Outros**, lembra que Nabuco, Taunay e Machado não quiseram aderir ao Clube Rabelais, por o julgarem “barulhento”. Aliás, é justamente esta postura intransigente que orientará a criação da ABL. Imbuída de ideais cívicos e pendor nacionalista,

ladeados pela necessidade de conferir prestígio a um restrito grupo de escritores, a Academia se erige como um antípoda da lasciva boêmia, arrostando frontalmente a tríade associada à sua existência: “o café, a imprensa e o *bas fond*” (SIMIONI, 2004: 27). Daí a *Revista* ter sido eleita sede dos encontros entre aqueles que seriam os membros fundadores da ABL: havia uma clara sintonia entre sua linha editorial e a proposta norteadora da criação da agremiação, que começava então a se delinear.

Foi, portanto, em meio ao tradicional *five o'clock tea* e a fartos banquetes, que aconteciam na sede da *Revista*, que muitos literatos trataram da viabilidade de uma instituição voltada exclusivamente para as letras no Brasil.³⁴ Por trás da proposta, um pragmatismo inegável: seria uma associação capaz de garantir “o mérito do trabalho literário” àqueles escritores que, “apesar de serem conhecidos do público por escrever nos jornais de maior circulação, publicar revistas ou ocupar cargos relevantes na cena política do país, viam-se fadados às inconsistências e inseguranças do mercado das letras” (EL FAR, 2000a: 16).

A fundação da Academia Brasileira de Letras é utilizada como um exemplo da mudança de concepção do papel dos escritores no Brasil *fin-de-siècle*. Mais reflexo do que motor deste desvio de rumos, a centenária instituição teria nascido como fruto da angústia existencial dos principais homens de letras da época. Acuado diante da violência dos anos de chumbo da República, nos quais campeavam a censura, o estado de sítio, o empastelamento de jornais e o exílio de adversários do governo, um núcleo bastante heterogêneo de destacados literatos resolveu deixar de lado as divergências políticas e somar esforços para demarcar fronteiras de defesa contra as arbitrariedades da nova ordem institucional (RODRIGUES, 2001: 25-26).

Porém, o que vem a caracterizar essa agremiação, então embrionária, passa ao largo da existência de uma opção estética comum; o “consenso” advém justamente da ciência acerca de sua heterogeneidade e do apoio que nomes expressivos do mundo das letras manifestavam quanto à necessidade de institucionalização de um espaço de consagração literária, respaldado por regulamentos capazes de assegurar a sua legitimidade e proporcionar a sua consolidação.³⁵ A

³⁴ Tanto que, já nas sessões preparatórias, José Veríssimo propôs a fixação da escrita do topônimo Brasil, uma vez que não havia consenso quanto à sua grafia, ora escrito com “z” e ora com “s”. Os acadêmicos enxergaram a premência dessa proposta, ressaltando a simbologia de que era portadora: uma nação que tinha problemas em grafar o próprio nome não teria condições de pensar em idéias como a de progresso (Cf. EL FAR, 2000a: 68).

³⁵ *Grosso modo*, a idéia compartilhada pelos idealizadores da Academia era a de que da porta para dentro, todas as contendas e conflitos políticos não teriam espaço. Por certo que não foi bem assim que aconteceu, e pelo prisma do

prosperidade de um espaço de reconhecimento literário como este sinalizaria, ao um só tempo, o êxito daqueles profissionais que o encamparam, que enxergavam o fazer literário como último “refúgio ao talento”.³⁶

Os espíritos estavam fatigados da política. Os homens feitos, desiludidos; os homens novos, enjoados. Deu-se um nefasto absentismo da inteligência e da cultura na política e as letras apresentavam-se como o único refúgio ao talento (Graça Aranha *apud* EL FAR, 2000a: 47).

Nestes termos, a associação literária que foi tomando feição a partir dos encontros na *Revista Brasileira* era tida pelos seus membros como uma espécie de “abrigo”, já que acolhia não somente monarquistas como Joaquim Nabuco e visconde de Taunay³⁷, mas republicanos, como Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto e Lúcio de Mendonça. A despeito das divergências aí subjacentes, esses literatos partilhavam de um sentimento de desilusão política, tal como o salientado no período acima, escrito por Graça Aranha, e viam nas reuniões a possibilidade de forjarem um espaço autônomo, capaz de sedimentar o prestígio social por eles até então

ingresso das mulheres será possível pôr em tela, como será feito nos próximos capítulos, as características das redes de favorecimentos que se formavam durante a eleição de cada uma das escritoras, bem como daquelas que tiveram seus ingressos vetados, as rusgas e indisposições que determinada indicação e/ou candidatura causavam, enfim, o caráter plutocrático desse ambiente tradicional e seletivo.

³⁶ Agregadora das diferenças (políticas, estéticas, religiosas), a sede da *Revista Brasileira* se erige enquanto espaço pretensamente “neutro”. Mas, paradoxalmente, os intelectuais responsáveis pela agremiação literária eram críticos acerbos dos rumos do país, que atravessava um momento difícil da Primeira República. Como é possível terem forjado um espaço “imaculado”, acima das contendas e dissabores característicos do cenário sócio-político em questão? De acordo com a visão de Graça Aranha, as reuniões seriam um refúgio às desilusões políticas da década de 1890. O próprio Graça Aranha nos fornece um exemplo ilustrativo da heterogeneidade característica dos membros que compunham a *Revista Brasileira*: “Todas as tardes no Rio de Janeiro, antes que o sol transmonte, um grupo de homens se reúne em uma pequena e modesta sala. É o *five o'clock tea* da *Revista Brasileira*, refúgio suave, tranqüilo da tormentosa vida fluminense. Há desordens no Parlamento? (...) Há estado de sítio? Que importa! Recolhemo-nos àquele retiro e reciprocamente nos infiltramos de fluidos intelectuais. Não penseis que seja uma atitude, um gesto desdenhoso de estetas indiferentes. Não, os que ali vão são de vários aspectos morais: ao lado dos poetas, dos puro literatos, encontram-se os políticos, os oradores, os pensadores em geral. E todos vão esquecer suas tristezas, vão confundir-se, admirar os mestres, e engolfar-se no abandono sedutor da palestra. E é por esta confraternização inteligente, que não temos lugar entre nós para o inimigo literário. Talvez se não acredite, mas no fundo das relações dos nossos homens de letras há uma rara e feliz porção de solidariedade, que nos faz suportarem-se uns aos outros nas diversidades dos temperamentos (...)” (*apud* EL FAR, 2000a: 45). A partir daí se depreende que as questões extraliterárias, especialmente os posicionamentos políticos conflitantes, deveriam ser eclipsados pelos interesses que os uniam.

³⁷ A proposta inaugural da *Revista Brasileira*, voltada para o estabelecimento de um espaço dedicado exclusivamente ao cultivo das letras, atuou como ímã para aqueles “homens de letras” que se sentiam pouco à vontade no ambiente republicano (e que não eram poucos), o que foi recrudescido pela perseguição promovida por Floriano Peixoto aos literatos monarquistas e também àqueles que haviam contribuído para a saída de d. Pedro II do poder.

conquistado, e de garantir os interesses específicos da categoria à qual pertenciam: a de “homem de letras”, designação esta investida de um significado inegavelmente ampliado, abrangendo “aqueles que cultuavam as letras, reservando uma parte de sua vida à criação literária, não importando se tal dedicação era exclusiva ou não” (*Idem, Ibidem*: 46). Até porque ser escritor, neste período, por não corresponder a uma profissão, no sentido estrito do termo, subentendia, quase sempre, a necessidade de sua conciliação com outros encargos.

Os futuros membros da Academia estavam certos de que as diferenças políticas existentes entre eles seriam não somente arrefecidas, mas suplantadas pelo desejo comum de obtenção de uma posição hegemônica no incipiente campo literário brasileiro, já que todos eles partilhavam, *tout court*, a vontade de institucionalização de uma unidade lingüística e literária no país, a formulação de regras que estabelecessem os usos da linguagem e a estrutura dos discursos por eles produzidos, especialmente do lado de fora da Academia, pretensão por trás da qual subjazia (e o que de fato perseguiram) a obtenção de legitimidade nesta disputa simbólica pela formação do “gosto literário a partir da fundação de certos cânones; além, é claro, do monopólio de classificação dos literatos” (PASSIANI, 2003: 69). Destarte, mais do que “desinteressadas reivindicações lexicais, ortográficas e gramaticais”, estes escritores pretendiam a fruição das significativas vantagens simbólicas provenientes de uma iniciativa deste porte.

Tais esforços iniciais pareciam estar surtindo efeito, e a institucionalização deste ambiente de sagração literária estava prestes a se concretizar. De acordo com o Anuário da ABL (1998-2001), em 15 de dezembro de 1896 um encontro transcorreu na redação da *Revista Brasileira*, e aclamou Machado de Assis³⁸ como presidente da instituição.³⁹ Nesta mesma data, ficou definido que a instituição seria regida por um conjunto de regras, rituais, e que contaria com a presença de

³⁸ Fato digno de nota, eclipsado pela trajetória de êxito do escritor em questão é a influência que recebera de sua esposa, a portuguesa Carolina Augusta Xavier, com quem se casou em 1869. Leitora refinada, Carolina sugeria a Machado de Assis, e com recorrência, títulos que, inegavelmente, concorreram para o enriquecimento de seu estilo literário e para o aprimoramento de seu repertório temático, sendo o escritor tributário de tais indicações: “foi ela que o estimulou a ler os ingleses e, sobretudo, o aproximou da grande literatura portuguesa, fundamental em sua formação. Machado tinha o hábito de escrever de madrugada, antes de sair para o trabalho. Mal saía de casa, Carolina logo se punha a reler seus originais, a corrigir os erros, a emendar e sugerir” (Revista *Entre Livros*, Editora Duetto, 2006). Michelle Perrot, ao refletir sobre esta questão, mas tendo em vista o papel do historiador, lembra que “o trabalho do profissional masculino [se erige] como o mais verossímil narrador do passado”, sendo concomitante à “omissão das contribuições de suas parentas e das amadoras” (2003: 32).

³⁹ De acordo com Needell, a ABL foi criada à imagem e semelhança de Machado de Assis. O autor de **Dom Casmurro** é retratado como avesso às paixões políticas e às pugnas entre as escolas literárias, escritor cuja postura como funcionário do Ministério do Interior era descrita como sendo a de “um burocrata que servia indiferentemente aos liberais e conservadores, aos florianistas e paulistas” (NEEDELL, 2001). O dito “espírito conciliador” de seu primeiro presidente rendeu à ABL a característica de um salão de cordialidade e de boas maneiras, do mesmo modo que a compleição conservadora da agremiação se afigura como uma emanção de sua postura androcêntrica.

sócios correspondentes (membros cujo requisito seria viverem fora do Estado do Rio de Janeiro, ou mesmo fora do país). A preocupação basilar, nesta fase inaugural, estaria em assegurar a rápida projeção da Academia.

O intuito desta reunião prévia era também escolher os membros e a mesa diretora, bem como encaminhar a elaboração dos Estatutos e Regimentos. No dia 20 de julho de 1897⁴⁰, a Academia Brasileira de Letras, formalmente assim batizada, e agora instalada em uma sala do *Pedagogium* (**imagem 2**), núcleo de pesquisas educacionais no centro do Rio de Janeiro, obtida por Medeiros e Albuquerque, realiza aquela que seria oficialmente considerada sua sessão inaugural, contando com a presença de dezesseis escritores.⁴¹ Inicialmente pensada como uma instituição vinculada ao governo republicano, a agremiação acabou por tomar um rumo “apartidário”.⁴²

⁴⁰ Á guisa de ilustração, o ano de 1897 é emblemático para as francesas, pois é quando a *École de Beaux-Arts* passa a aceitar, em tese, o ingresso de mulheres para compor seu quadro discente. A ressalva se deve ao fato de que, “na prática, foi apenas em 1900 que as alunas puderam ser admitidas nos exames de ingresso como alunas regulares, visto que, nos anos anteriores, as comissões responsáveis pelas provas de admissão não consideraram nenhuma dentre as inscritas aptas ao cargo”. Porém, tal como lembra Simioni, as artistas plásticas francesas já estavam articuladas desde 1881, em torno da *Union des Femmes Peintres et Sculpteurs* (União das Mulheres Pintoras e Escultoras), “organização responsável por representar seus interesses, promovendo a exposição de seus trabalhos e cobrando acesso à formação na *École de Beaux-Arts*” (SIMIONI, 2004: 69-70). Por outro lado, temos, no Brasil, e no mesmo ano, a inauguração de uma entidade cujas bases estariam assentadas sobre um misogenismo dos mais persistentes, tal como veremos ao longo desta tese.

⁴¹ Retomaremos este assunto no próximo capítulo, ao tratarmos de Júlia Lopes de Almeida. Os dezesseis *fundadores iniciais* foram: Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Octávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo e Visconde de Taunay. Além deles, cinco *fundadores indicados* participaram das sessões posteriores: Coelho Neto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luiz Murat e Valentim Magalhães. Nove *fundadores convidados* somaram-se aos demais: Afonso Celso, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Sílvio Romero, Rui Barbosa e Urbano Duarte. Mas, como os organizadores haviam tomado como modelo a Academia Francesa, ainda faltavam mais dez cadeiras para completar o total de 40 notáveis da instituição inspiradora, que foram escolhidos por votação, pelos fundadores iniciais, perfazendo o grupo dos *fundadores eleitos*. São eles: Carlos Magalhães de Azeredo, Raimundo Correia, Aluísio Azevedo, Salvador de Mendonça, Domício da Gama, Luís Guimarães, Eduardo Prado, Franklin Dória, Clóvis Beviláqua e Oliveira Lima. Ver: *Ilustração Brasileira*, ano XXIV, no. 140 – dezembro de 1946, p. 39. Ver também: GALVÃO, 1937: 7-8.

⁴² O jornalista e advogado Lúcio de Mendonça, também colaborador da *Revista Brasileira*, iniciou sua vida profissional no jornal *A República*. Na redação, aproximou-se de renomados escritores, dentre os quais Machado de Assis. Com a proclamação da República, Mendonça fora nomeado secretário do ministro Campos Sales na pasta da Justiça, ocasião em que conhece o jornalista Medeiros e Albuquerque, diretor da Instrução Pública, órgão vinculado ao Ministério do Interior, sob o comando de Aristides Lobo. Coincidentemente, Medeiros pensava em criar uma Academia Brasileira, sob a égide do Estado, tal como declara: “o marechal Deodoro não se oporia, decerto, a qualquer decreto feito por Aristides sobre uma questão literária. Mas Aristides deixou o Ministério, eu saí da Secretaria do Interior, e nunca mais pensei no caso” (LACERDA, 2007: 13). Anos mais tarde, e graças à convivência com os colaboradores da *Revista Brasileira*, Lúcio de Mendonça e Valentim Magalhães reavivaram a idéia de uma Academia de Letras, ainda pleiteando vinculá-la ao governo republicano, o que despertou a discordância dos futuros consorciados monarquistas, tal é o caso da manifesta declaração de Taunay. A solução encontrada foi seguir o modelo apartidário da *Revista Brasileira*. Por seu envolvimento com a questão, capacidade de articulação e

Imagem 2 – Prédio do *Pedagogium*, na rua do Passeio, onde foi realizada a sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897. Fonte: **Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997**, 1997, p. 32.

Grosso modo, os ares franceses se fizeram sentir quando da formulação do perfil da agremiação, concebido com base no modelo da Académie Française de Lettres⁴³ (GALVÃO, 1937: 6, SIGNER, 1988; RODRIGUES, 2001; EL FAR, 2000a: 59-64), escolha em nada gratuita, já que, ao longo do século XIX, a França se firmou como metrópole internacional, tal era o seu potencial formador significativo, advindo do expressivo arsenal cultural de que dispunha (teatros, museus, cafés, galerias, academias, escolas de formação, ateliês), fornecendo aos artistas um espaço de convivência e um intercâmbio de experiências dos mais profícuos, consagrando-se especialmente como pólo de atração de estrangeiros em busca de lapidação de seus conhecimentos, de remate de suas qualificações artísticas (SIMIONI, 2004).⁴⁴

mobilização dos colegas escritores, os fundadores definiram Lúcio de Mendonça como o verdadeiro “Pai da Academia”, embora o título fosse atribuído a dois outros escritores: Machado de Assis e José Veríssimo. Sobre o assunto, consultar EL FAR, 2000a: 21-34. A título de ilustração, no artigo “Brasil, satélite intelectual da França”, da *Revista Brasileira*, seção “Os nossos acadêmicos”, Antônio Salles salienta ter sido “o Sr. Lúcio de Mendonça o iniciador do atual movimento que deu em resultado a fundação da Academia, a despeito de lhe ter falhado a última hora o impulso do bafejo oficial” (jan/mar 1897, tomo IX). Fonte: Biblioteca Nacional (Setor de Obras Raras – Microfilmagens).

⁴³ Sob a direção do cardeal Richelieu, a Académie Française de Lettres foi fundada em 1635, “em plena monarquia absolutista. Porém, com a Revolução Francesa, foi decretada a supressão de todas as academias, pois tornava-se incompreensível uma instituição hierarquizante num regime que se entendia democrático. Aqui, mesmo espelhando-se no exemplo francês, ocorria exatamente o oposto: nossa República iria dar à luz uma instituição que selecionaria alguns em detrimento de muitos outros” (EL FAR, 2000a: 26) .

⁴⁴ É, pois, equivocada se render à tentação de interpretar a criação da ABL como um simples processo de importação passiva do modelo francês. Tal empreitada ilustra muito mais a idéia de uma “aclimatação penosa da cultura

Aliás, eleger a “Casa de Richelieu” como modelo inspirador para a criação da ABL seria uma forma eficaz de ratificar o projeto tupiniquim encetado pelos escritores ligados à *Revista Brasileira*, valendo-se, para tanto, de um referencial já consagrado, o que “agilizaria” seu processo de oficialização, dando-lhe a legitimidade necessária para sua consolidação e perenidade:

Seria, porém, a partir dessa “instituição de empréstimo”, com seus rituais de recepção e de celebração, que se obteria uma certa legitimidade, ou mesmo um lugar mais destacado. A segurança do estabelecimento é que cimentava um espaço para esses literatos carentes de maior autonomia para as suas publicações e em busca de ascensão e consagração social (SCHWARCZ, 2000: 11).

Tal como a Académie Française de Lettres, o nosso cenáculo contou com a eleição de patronos, que foram escolhidos entre os escritores brasileiros falecidos, cujas produções teriam marcado a história literária do país – porém, no caso da AF, os patronos são os próprios fundadores.⁴⁵

européia”. (CANDIDO, 1975: 10). O que se depreende dessa afirmação, seja a partir do que nos conta o vasto acervo da ABL, seja por meio do empenho de pesquisadores brasileiros em afastar idéias como as de “cópia” e “arremedo”, por exemplo, é o número significativo de ajustes a que o modelo inspirador precisou ser submetido para ganhar vida em outro contexto, com suas particularidades e cores locais. A ABL traduz, de forma inegavelmente criativa, a tensão entre cosmopolitismo e localismo. Em análises como essa, vale ter em mente a prolífica idéia de Sahlins, cristalizada na expressão “estrutura da conjuntura”, peça-chave que possibilita apreensões mais matizadas e menos imediatistas de assuntos espinhosos como esse, que, desnecessário dizer, dão margem a reducionismos vários. Isso posto, é muito apressado afirmar que houve a transposição passiva do modelo francês, sendo mais apropriado pensar em termos de “originalidade da cópia”, uma boa saída para o imbróglio, um modo mais apropriado para compreender como a “importação” se processou e se “ajustou” em solo brasileiro. Nesse sentido, por mais que a intenção dos nossos fundadores fosse reproduzir as práticas francesas, visando à criação de uma instituição tão célebre quanto a européia, o quadro que aqui se formava foi aos poucos ganhando particularidades locais (EL FAR, 2000a: 63-64), ainda mais se considerarmos que “a tensão entre localismo e cosmopolitismo que tem caracterizado a dinâmica de nossa cultura, resulta numa espécie de *mélange* de linguagens e idéias, cujas tonalidades são específicas a cada momento e se projetam de modo diferenciado” (ARRUDA, 2001: 25-26), de modo que “a passagem do novo século, vindo repor o balanço das atividades intelectuais do país, encontrou assim a nossa intelectualidade definitivamente dividida entre nacionalismo e cosmopolitismo” (EULÁLIO, 1992: 52). Tal como o planejamento urbano de inspiração francesa, a consolidação da ABL também repõe a problemática intrínseca à relação entre, por um lado, a modernização e o progresso que emanavam da Europa e, por outro, a atenção às tonalidades locais.

⁴⁵ Entre 1897 e 1907 a diretoria foi composta pelos seguintes acadêmicos: Machado de Assis, Presidente; Joaquim Nabuco, Secretário-Geral; Rodrigo Octávio, Primeiro-Secretário; Silva Ramos, Segundo-Secretário; Inglês de Sousa, Tesoureiro (LACERDA, 2007).

Portanto, a cada um dos 40 acadêmicos ⁴⁶ coube a escolha de um patrono para a sua Cadeira, “um vulto da literatura nacional”, coadunando a admiração aos renomados escritores que marcaram a história literária brasileira e o comprometimento dos membros em fazer jus àqueles a quem representariam (ver **Apêndice 1 – Tabela 1**). A própria escolha dos “patronos”, ao estabelecer uma “linhagem patrilinear” revela, por si só, o pendor tradicionalista da instituição, em outros termos, a tácita idéia de que os grandes feitos, as grandes obras literárias supõem autorias masculinas.⁴⁷

⁴⁶ Como mostra El Far (2000a), cada uma das 40 cadeiras da ABL forma o que poderia ser denominado de “linhagem literária”, e a escolha de um novo membro estabelece como critério de desempate a afinidade literária que os candidatos mantêm com aquela vertente a qual a Cadeira que pretendem ocupar pertence. Por certo que, na prática, a tal “linhagem literária” cede lugar a outros apontamentos, que se fazem conhecer por meio dos discursos dos recém-eleitos que não possuem relação alguma com a cadeira e com o antecessor, e que, forçados a justificarem seu ingresso, em um golpe de improviso, estabelecem as mais incongruentes relações entre sua vida, sua contribuição “literária” e a linhagem a qual fará parte. Um bom exemplo é a posse de Souza Bandeira, justificada menos pelo mérito literário que pela intenção que os acadêmicos tinham de manter na vaga deixada por Martins Júnior um outro representante da Escola de Recife. O mesmo sucedeu com Aluísio Castro, que disse ter ocupado a Cadeira deixada por Osvaldo Cruz porque também era médico (Cf. EL FAR, 2000a: 100). Na verdade, em alguns casos, a engenhosa busca, por parte do ingressante, de semelhanças entre a sua vida, a de seu sucessor e a história da Cadeira faz com que seus discursos sejam repletos de “articulações forçadas”. Nesse sentido, o mais inacreditável é que “alguns novos acadêmicos, diante da impossibilidade de demonstrar uma ligação evidente com seus antecessores, arriscavam uma explanação mais mirabolante. Por exemplo, Osvaldo Cruz, ao proferir seu elogio a Raimundo Correia, além de mencionar a preocupação comum com as moléstias contagiosas, comparava-se ao poeta e juiz fazendo uma analogia entre medicina e jurisprudência. Para ele, a maneira como Raimundo Correia ‘absolvía publicamente e condenava em segredo’, obtendo assim a ‘cura de seu doente moral’, assemelhava-se ao tratamento médico, de sorte que o sistema jurídico podia ser visto como uma ‘terapêutica’, o juiz, como o ‘remédio’, e o condenado, como o ‘doente moral’ passível de cura”. (*Idem, Ibidem*, mesma página).

⁴⁷ Segundo os registros compulsados na ABL, honrar a Cadeira é também engrandecer o patrono que lhe cedera o nome. A nobreza da proposta, de render homenagem aos escritores brasileiros de renome, conviveu com iniciativas mais prosaicas, fundamentadas em predileções afetivas, como as que justificavam a indesejável presença feminina, bem como a indicação de “amigos de infância falecidos [...] e outras figuras menores sem relevo” (RABL (25/26): 24,1923).

Imagem 3 – Notícia publicada no periódico *Bruxa*, 1897. Fonte: **110 anos da Academia Brasileira de Letras**, 2007, p. 47.

O surgimento da ABL é, pois, sintomático de um conjunto de demandas que, por sua vez, alteraram a qualidade dos encontros entre os escritores. Estes, por sua vez, identificaram como condição *sine qua non* ao cultivo das letras a existência de uma sociedade “preparada”, polida, sofisticada, tencionando alcançar “uma visibilidade maior nas camadas intelectualizadas do Rio de Janeiro” (EL FAR, 2000a: 17).⁴⁸ Para tanto, o compartilhamento de códigos sociais deveria fundamentar-se em um conjunto de regras de conduta, voltadas para a punição de modismos e vícios de linguagem, lhes assegurando posição diferenciada no interior da elite intelectual carioca (*Idem, Ibidem*).

Em termos de porcentagem, e a título de ilustração, 70% dos primeiros acadêmicos eram bacharéis em direito, medicina ou engenharia; 12,5% haviam abandonado a faculdade antes de

⁴⁸ Cabe aqui citar um emblemático episódio que revela a postura sectária da ABL. Trata-se do veto ao ingresso de Lima Barreto (1881-1922), que estaria relacionado ao não-pertencimento do escritor aos círculos literários e sociais frequentados pelos acadêmicos, impedimento que encontra justificativa no fato de Lima Barreto, malgrado sua ampla e reconhecida produção literária, não dispor de capital social e material suficientes para galgar um espaço em um ambiente de caráter elitista, fundamentado em proselitismos. Mas a Academia não ficou incólume às suas críticas ferrenhas. Ao comentar sobre a pertinência de sua candidatura, Lima Barreto deixa claro que “não há nada mais justo e justificável. Além de produções avulsas em jornais e revistas, sou autor de cinco volumes; muito bem reconhecidos pelos maiores homens da inteligência do meu país. Nunca lhes solicitei semelhantes favores; nunca mendiguei elogios. Portanto, creio que a minha candidatura é perfeitamente legítima, não tem nada de indecente” (*apud* EL FAR, 2000a: 72).

completar o último ano e 17,5% não possuíam curso superior. Alguns membros, pertencentes às camadas mais abastadas, ao optarem pela carreira literária passaram a se incomodar com a crescente falta de dinheiro, como Coelho Neto, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo e Artur Azevedo. Outros, que reservavam à literatura importância secundária, mantiveram o alto padrão de vida de suas famílias, dentre os quais estão Graça Aranha, Magalhães de Azeredo, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Além desses, havia ainda os que, como Machado de Assis e José do Patrocínio, tinham “vencido” a pobreza por meio da literatura. (Cf. EL FAR, 2000a: 66).⁴⁹

Tais números deixam evidente que uma boa parte dos membros da ABL foi (e, convém dizer, ainda é) composta pelos chamados “expoentes” (em geral políticos e profissionais liberais, detentores de inegável capital social), indivíduos sem vínculos significativos com o universo literário, mas que, dada a notabilidade conquistada em suas respectivas áreas de atuação, encontraram facilidades de acesso na entidade, estando seus ingressos sempre tacitamente justificados em termos das vantagens que suas “notáveis” presenças renderiam à agremiação.⁵⁰ Tal como ficará evidente ao longo desta tese, ingressar na ABL na condição de expoente sempre se afigurou como uma “regalia” masculina: as mulheres que até então integraram o panteão dos imortais (e, diga-se de passagem, mesmo aquelas preteridas) são, sem exceção, “profissionais das letras” e/ou pesquisadoras reconhecidas, i.e., com uma carreira literária ou acadêmica consolidada. Em vista de tais considerações, não fica difícil compreender que

para conquistar um reconhecimento social mais abrangente, e não só restrito ao círculo de literatos, a ABL teceu toda uma rede de relações e favores que a

⁴⁹ Em franca expansão nos anos de 1880, a imprensa jornalística tornava-se cada vez mais porosa à presença de literatos que buscavam receber pelos seus escritos. Ainda que o retorno financeiro não fosse dos melhores, os escritores obtinham inegáveis ganhos simbólicos, dentre os quais projeção social e popularidade, a exemplo do que ocorrera com Olavo Bilac, quando ainda contava com 19 anos, ao ter seus primeiros sonetos publicados na primeira página da *Gazeta de Notícias* (EL FAR, 2000a: 38). A título de ilustração, Euclides da Cunha, no despojar de sua carreira literária, decide vender os manuscritos de *Os sertões* à Laemmert, por eles recebendo uma “ninharia”, atitude esta justificada em carta endereçada ao pai, na qual reconhecia que “num primeiro livro só se aspira a um lucro de ordem moral” (*apud* EL FAR, *Ibidem*: 41). As dificuldades financeiras, ainda que não tenham desaparecido com a venda dos originais, passaram a contrastar com o prestígio intelectual por ele adquirido.

⁵⁰ A preocupação de Nabuco deixa evidente a incoerência do projeto inaugural da ABL, que previa apenas a candidatura de “homens de letras” (ainda que a profissão de escritor não bradasse, na época, um *status* bem definido). Os interesses da instituição conduziram à reformulação do mesmo, uma vez que os literatos, por si só, não garantiriam à Academia visibilidade e prestígio (que poderia ser obtido por meio do consentimento do ingresso de indivíduos consagrados, oriundos de outras áreas). A idéia de Nabuco, que encontrava respaldo no modelo francês, foi responsável pelo ingresso de inúmeras personalidades (os expoentes, aos quais acima nos referimos, também chamados de “*grand seigneurs*”) que, embora nacionalmente reconhecidos e notáveis, pouca ou nenhuma afinidade possuíam com o universo das letras.

ligava a certos setores da elite brasileira, permitindo a entrada de personalidades que, embora célebres, nada tinham a ver com literatura (PASSIANI, 2003: 72).

Portanto, os 40 membros fundadores da Academia formavam um conjunto inegavelmente heterogêneo, seja em termos de postura estética, de *status* sócio-intelectual, ou mesmo com relação às posturas políticas e ao tipo de relação que mantinham com a literatura. Entre eles estavam romancistas, cronistas, poetas, críticos literários, monarquistas, republicanos, médicos, advogados, políticos, socialistas, parnasianos, realistas, naturalistas (EL FAR, 2000a: 65). Há, portanto, que se destacar as diferentes visões, expectativas e interesses que moviam os acadêmicos, retraduzidas nas distintas relações que mantinham com a carreira literária e com a literatura, enfim, entre os que viviam da pena, os que dividiam a carreira literária com outra profissão, ficando aquela em segundo plano, os diletantes, os expoentes etc. No entanto, por trás de toda esta heterogeneidade, um ponto de convergência os aproximava: a agremiação seria estratégica, assegurando-lhes um lugar inegavelmente privilegiado, para não dizer hegemônico, no incipiente campo literário, uma vez que “cabia a ela selecionar aqueles poucos escritores dignos, segundo os critérios – nem sempre estéticos – elaborados pela própria Academia, de ingressar no rol dos imortais” (PASSIANI, 2003: 67).

A turbulência dos primeiros anos de existência da ABL relacionava-se especialmente ao fato de a agremiação não haver alcançado a sua emancipação econômica. Sem contar com uma sede fixa, os acadêmicos, “errantes”, dependiam do empréstimo de salas para a realização das reuniões: entre os anos de 1896 e julho de 1897, as sessões transcorreram na sede da *Revista Brasileira*; em seguida, durante três meses, o ponto de encontro foi o *Pedagogium* (**imagem 2**)⁵¹, de onde a ABL transferiu-se para a sala do Externato Ginásio Nacional (**imagem 4**), atual Colégio Pedro II, do qual José Veríssimo era diretor, lá ficando entre maio e agosto de 1898; a seguir, transfere-se para o Ministério do Interior e da Justiça e, em seguida, para o escritório de Rodrigo Octávio, na Rua da Quitanda, lá permanecendo entre abril de 1901 e maio de 1905

⁵¹ Conforme Galvão, “muito embora instalada a 20 de julho de 1897 no velho edifício do “*Pedagogium*”, pela tenacidade de Lúcio de Mendonça, já em 1889 Medeiros e Albuquerque sugeria a Aristides Lobo, ministro do Interior do Governo Provisório, a necessidade de sua fundação” (1937: 6).

(LACERDA, 2007: 35).⁵² Em 1905, a ABL fixa-se em um espaço no edifício do governo, que é batizado de Silogeu Brasileiro (**imagem 5**).

Somente em 1905, sob o governo de Rodrigues Alves e sob os auspícios do Ministério da Justiça, a Academia Brasileira de Letras, ‘erigida às alturas de grande instituição de letras’ (...) passa a ter sede própria ocupando uma parte do edifício Silogeu Brasileiro (SEVCENKO, 1983: 94).

Imagem 4 – Edifício do Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II, na Rua Marechal Floriano, onde a Academia foi acolhida, em 1898. Fonte: **Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997**, 1997, p. 36.

⁵² As sessões solenes, durante este período inicial, realizavam-se ora no Salão Nobre do Ministério, ora no Gabinete Português de Leitura. Segundo Olavo Bilac, a imortalidade advinha do fato de não terem onde cair mortos. (LACERDA, 2007: 35).

Imagem 5 – Prédio do Silogeu Brasileiro, fronteiro ao Passeio Público, esquina com a atual avenida Beira-Mar, que a Academia ocupou entre os anos de 1905 a 1923, data da transferência para o Petit Trianon. Ali também funcionavam a Academia de Medicina, o Instituto dos Advogados da Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fonte: **Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997**, 1997, p. 46.

Imagem 6 – Fachada do *Petit Trianon*. O prédio funciona até os dias atuais como local para as reuniões regulares dos acadêmicos e para as sessões solenes comemorativas e de posse de novos membros da instituição. Fonte: **110 anos da Academia Brasileira de Letras**, 2007.

O fim do período de instabilidade da entidade foi fruto da intervenção do acadêmico Mário de Alencar, filho de José de Alencar e, na época, secretário do ministro do Interior e Justiça, Seabra, que conseguiu um espaço em um edifício do governo, para a sua instalação. Coexistindo com outras entidades culturais, o local seria posteriormente batizado de Silogeu

Brasileiro. Este préstimo do governo se deveu à aprovação de um projeto de lei elaborado por Eduardo Ramos, que tramitava na Câmara dos Deputados desde 1898, e que solicitava um local para as reuniões, além de isenção de gastos com tarifa postal e incentivo à publicação, concessões levadas a termo pela Imprensa Nacional. Destarte, esta passou a ser a sede da Academia até 1923, ano em que o governo francês ofereceu à instituição o *Petit Trianon* (**imagem 6**), que passou a ser sua nova sede.

Como mostra Sevckenko (1995), os benefícios concedidos pelo governo à ABL nada tiveram de casual, não vindo a caracterizar uma atitude nobre de filantropismo. É preciso entender tal episódio a partir das relações contíguas que se estabeleceram, ao longo do processo de consolidação da República, entre o governo federal e os homens de letras e expoentes (*grand seigneurs*), que possibilitaram a construção de uma eficaz e funcional rede de favorecimentos.⁵³

Por sua vez, a estabilidade da ABL foi conquistada a duras penas, como corolário de um processo gradativo, que lhe garantiu endereço fixo e significativa soma material⁵⁴, acumulando condições favoráveis à sua consolidação e, por conseguinte, à sua transformação em “espaço de consagração”. Data desse período a criação da *Revista da Academia Brasileira*, que pagava uma quantia pelas contribuições literárias recebidas.⁵⁵

Para finalizar este tópico, e pensando especificamente no aspecto restritivo da ABL, ainda mais se comparada à liberdade de circulação que caracterizava os encontros entre os escritores nas livrarias, faremos menção a um artigo de João Luso, publicado na revista *Kosmos*, no qual o

⁵³ Tendo em vista o bom relacionamento de alguns acadêmicos com muitos políticos da época, conseguir algumas concessões do governo não se tornaria uma tarefa intangível. Além do que, atrelar a instituição ao governo seria uma garantia de que ela não pereceria, derradeiro infortúnio que acometeu tantas agremiações anteriores. Por esse motivo, seria interessante seguir os passos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já que o apoio de d. Pedro II assegurou sua existência ao longo do século XIX. Isso fez com que os fundadores da ABL se preocupassem em buscar proteção oficial dos governantes republicanos. No entanto, sem contar com a “tutela” oficial do governo, à Academia coube aceitar de bom grado suas prestimosas concessões, a exemplo do Silogeu Brasileiro, e também estimular doações e favores alheios, procedendo a esporádicos rateios entre os sócios, com o intuito de tornar os gastos cotidianos mais equânimes.

⁵⁴ Durante os primeiros anos, que foram marcados pelo diminuto número de acadêmicos nas reuniões ordinárias, a existência da ABL dependeu de doações e da contribuição dos próprios acadêmicos. Além disso, o que conferiu à ABL um alívio material foi o fato de ter sido a herdeira exclusiva da fortuna deixada pelo livreiro Francisco Alves, em 1917. Mas para usufruir a herança era preciso seguir algumas condições, tal como especifica o próprio livreiro: “Deixo tudo o que possuo à Academia Brasileira de Letras enquanto ela existir e se deixar de existir, à Santa Casa de Misericórdia desta Capital, com as seguintes obrigações: 1ª – não alienar os imóveis; 2ª – converter em Apólice da Dívida Pública Federal as quantias que receber de meus testamentos; 3ª – fazer, de cinco em cinco anos, dois concursos, um sobre o melhor modo de divulgar o ensino primário no Brasil; outro sobre a língua portuguesa (...)” LACERDA, 2007: 83. Ver também: EL FAR, 2000a: 124. Nos dizeres de Lima Barreto, era “positivamente um negócio imortalizar-se vitaliciamente”.

⁵⁵ Voltaremos a tratar das características da ABL nos próximos capítulos, à luz da trajetória das escritoras que enfeixamos neste estudo.

autor evidencia a lancinante sensação de impotência, por parte de muitos homens de letras, ante a tentativa inglória de transposição dos umbrais da sectária agremiação, marcadamente um contraponto à “democrática fluidez” de trânsito proporcionada pela Garnier.⁵⁶

Ficar ali [na Garnier] de perna trançada, o ombro contra o batente, as duas mãos solidamente apoiadas no castão da bengala, eis a decisiva demonstração de talento ou de valor que a história exige para conscientemente se pronunciar. Parar àquela soleira ilustre, é indicar aos séculos vindouros a atitude da própria estátua; é posar para a posteridade. A Academia por ser exclusivamente de letras não pode dar, no seu seio restrito, lugar a todos os imortalizáveis; além disso, dispõe apenas de 40 cadeiras, em cada uma das quais se pode sentar apenas um gênio; ao passo que a porta da Garnier, onde os vultos se podem continuamente revezar, corresponde a um espaço ilimitado, independente de eleições, sem poltronas embaraçosas (...) A porta da Garnier amplia a Academia, ao mesmo tempo que repara as injustiças devidas à sua insuficiência.

O chá civiliza-se... tal qual o Rio⁵⁷

Muitos foram os fatores que fizeram com que o Rio de Janeiro se erigisse como capital cultural do Brasil, tornando-se cenário privilegiado para o desenvolvimento de um projeto como o que se desdobrou na criação da ABL. Neste processo, a influência da França não pode ser negligenciada: alçada, como dito, à condição de “metrópole internacional” (SIMIONI, 2004: 126) e, por conseguinte, de fonte de inspiração para a criação da ABL, os ares franceses se fizeram sentir intensamente nessas plagas, tanto no concernente à magnitude dos projetos arquitetônicos lá desenvolvidos e executados, que aqui ecoaram, quanto em relação às transformações proporcionadas pela reformas urbanísticas, à luz das quais a *belle époque* carioca começaria a se delinear. À análise mais pormenorizada de tais influências dedicaremos esta seção.

⁵⁶ “A sublime porta”. *Kosmos*, novembro de 1808. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

⁵⁷ Revista *Fon-Fon*, 15 jun. 1911. Fonte: Setor de Obrar Raras da Biblioteca Nacional (Microfilmagens).

O período que antecedeu a *belle époque* carioca⁵⁸ deixa à mostra uma peculiaridade da cidade, qual seja, o fato de ter sido ponto de convergência de tendências políticas que atravessaram todo o século XIX, fazendo da cidade palco privilegiado de intensas transformações relacionadas, especialmente, ao desmoronamento gradual do Império e à precedente instauração de um governo republicano.⁵⁹

E foi durante a fase republicana – especificamente quase uma década após a sua instauração, coincidindo, portanto, com o *début* da denominada *belle époque* –, que a ABL foi fundada, firmando-se como um nítido emblema da influência que a França exercia sobre a cultura brasileira, na condição de verdadeiro pólo sociocultural emanador das práticas de sociabilidade e hábitos de consumo. Quanto a isso, o galicismo da expressão que nomeia este período justifica, de saída, tal afirmação.

Não à toa, a França agregava uma série de estabelecimentos culturais que concorreram para que se tornasse referência internacional. Sua portentosa indústria de moda influenciava padrões de gosto e de costume para além de suas fronteiras geográficas, sem contar a magnitude do Louvre, as faculdades de ciências e letras, as bibliotecas, as galerias e *marchands*, elementos estes que fizeram com que a capital se estabelecesse “não como espaço de criação tecnológico, mas como a sede das artes e da cultura” (SIMIONI, 2004: 128).

Em *Comédia Humana*, obra de inegável “*enseignement sociologique*”, Balzac retrata literariamente cenas da capital francesa, procedendo a uma denúncia contra a cidade, fundamentada nas circunstâncias materiais características de uma modernidade instituída, em cujo cerne já se esboçavam os sinais de uma cultura da mobilidade, do jogo de interesses, do (relativo) rompimento dos laços tradicionais (SENNET, 1988).

Em meio aos entraves apontados por Balzac, a França constituía-se enquanto celeiro cultural emblemático, oferecendo um sem número de condições sociais favoráveis, que conduziram ao desenvolvimento de uma cultura “instruída”, impulsionada pelos arroubos criativos dos produtores de bens simbólicos. A Paris haussmanniana, das luxuosas mansões, das

⁵⁸ O marco de início da *belle époque* carioca é a ascensão de Campos Sales ao poder (1898-1902), e o ressurgimento das forças tradicionais, sob a égide das elites regionais (NEEDELL, 1998: 40). O período cristaliza a convivência antagônica e complementar entre a persistência do passado colonial e o potencial de mudança então anunciado. A esse respeito, um traço característico da elite carioca, visível também na elite paulista, é o poder conciliatório responsável por facultar a fusão entre as transformações generalizadas, então em processo, e a continuidade de uma hierarquia social, deixando evidente sua plasticidade e tenacidade (*Idem, Ibidem*).

⁵⁹ A capital do Brasil assistiu à formação do Partido Conservador, cuja hegemonia estava nas mãos de fazendeiros do interior fluminense, tendo tido papel importante no período de consolidação do Império, além do que, presenciou levantes que concorreram para a libertação dos escravos e para a queda da Monarquia (NEEDELL, 1993).

toilettes e das carruagens presencia o advento de uma nova arquitetura social, marcada pelas “ligações estreitas entre o mundo político e o mundo econômico que se apodera progressivamente da imprensa, cada vez mais lida e cada vez mais rentável” (BOURDIEU, 1996: 65).

A implantação sistemática do projeto urbanístico e arquitetônico levado a cabo por Napoleão III e seus sequazes – em particular, pelo prefeito do Sena, o “agressivo administrador”, barão Haussmann, que se encarregou de “modernizar” a Paris bucólica –, processou-se mediante a expulsão da classe trabalhadora parisiense, do centro da cidade, para os *banlieues*⁶⁰ (CLARK, 2004), culminando em um “arquitetado embelezamento” de Paris, i.e., em uma nova conformação espacial, na qual os grandes edifícios bradavam padrões de fachadas caracterizadas pelo estilo da época, o *Beaux-Arts*. Em outros termos, a eficácia simbólica e pragmática do projeto se fez notar na nova organização urbanística e arquitetônica, estabelecida à custa de sua retradução em um arranjo social excludente.⁶¹

Mais propriamente, as transformações empreendidas por Haussmann seguiram um rígido planejamento arquitetônico e urbanístico: as antigas ruas estreitas, congestionadas e mal-articuladas deram lugar a sistemas de circulação precisos e bem orquestrados (avenidas ligando os subúrbios e o centro; implantação de bulevares circulares com o fito de arrefecer o congestionamento; construção de *places-carrefours*, praças que promoviam a comunicação entre várias vias). Estas inovações inviabilizaram a existência dos bairros tradicionais da classe operária, do ponto de vista dos engenheiros, superpovoados e insalubres. Na verdade, o que estava por trás de tal desativação era uma estratégia contra-revolucionária, ainda que sob a roupagem de um reformismo “salutar”, calcado na justificativa do controle de moléstias, tal como a cólera (NEEDELL, 1993: 49-52; CLARK, 2004).

⁶⁰ Com relação ao processo de modernização a que Paris foi submetida, “a palavra empregada com mais frequência para descrever tal processo era “haussmanização”, concebida para expressar a brutalidade (a eficácia germânica) com que a cidade foi transformada (CLARK, 2004: 69). Ou ainda, “a população pobre e trabalhadora encontra-se, e vai encontrar-se cada vez mais, forçada a mudar para as extremidades de Paris; isso significa que o centro está destinado a ser habitado no futuro exclusivamente pelos bem de vida” (*Idem, Ibidem*: 71). Ainda de acordo com Clark, há uma série de registros fotográficos em que foram flagrados, ao longo da década de 1870, os sinais da modernidade como sinônimo de incompletude: paredes interrompidas e andaimes, perfazendo uma relação de semelhança com a imagem de uma ruína. Essas aproximações entre progresso e destruição foram brilhantemente deslindadas por Benjamin, em cujas análises o autor tece considerações reveladoras ao abordar a modernidade enquanto período da obsolescência, do ocaso da “*Erfahrung*” e do recrudescimento de novas formas de pobreza (Cf. BENJAMIN, 1996).

⁶¹ A propósito, a desativação e o silenciamento dos pólos de contestação parisienses foram possibilitados pela formação dos *banlieues*. A nova configuração espacial de Paris transformou a periferização em ponto de fuga incontestado do projeto. O êxito das reformas estava relacionado, *tout court*, ao remanejamento da pobreza para locais até então ermos, distanciados do perímetro urbano contemplado pela onda de inovações (CLARK, 2004).

No que concerne às transformações generalizadas a que se refere Needell, não é possível deixar de mencionar a relevância das reformas urbanas⁶² que então se processavam no Rio de Janeiro, já que foram a marca registrada do período que se convencionou denominar de *belle époque* carioca. Isso porque, na virada do século, a então capital do país assistiu a uma significativa modificação em seu paisagismo, que elegeu como fonte de inspiração o padrão de modernização francês.

As modificações arquitetônicas que aqui se processaram atingiram seu ápice durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), sucessor de Campos Sales, que tiveram à frente do projeto arquitetônico o engenheiro Pereira Passos⁶³, conhecido como o “barão de Haussmann do Rio de Janeiro” (BROCA, 2005: 35), tendo sido orientadas pelo propósito “civilizador” das “picaretas regeneradoras” a que Olavo Bilac alude em crônica datada de 1904, sedimentado na idéia fixa de “revitalização” da cidade, com o fito de torná-la páreo para as demais capitais européias, o que, por sua vez, coroou o afrancesamento do Rio de Janeiro e culminou na repercussão positiva dessas transformações para a política de imigração então em voga.

O Brasil entrou – e já era tempo – em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o ‘conforto’ já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidos por um decreto da Indiferença e da Ignomínia coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados (Olavo Bilac *apud* SEVCENKO, 1995: 30).

⁶² A esse respeito, vale sublinhar que “a urbanização no século XIX consistia em algo mais do que a difusão de hábitos urbanos; significava uma difusão mais geral de forças ‘modernas’, antitradicionais” (SENNET, 1988: 163).

⁶³ Como mostra Needell (1993), a trajetória do prefeito Pereira Passos o aproximou da França graças à sua formação na Escola Militar, inspirada em uma das grandes *écoles* francesas (provavelmente a *École Militaire*), e também devido à sua nomeação no consulado em Paris, tendo lá residido entre 1857 e 1860 e conseguido cursar a *École des Ponts et Chaussées* e, posteriormente, entre 1870 e 1880, para aperfeiçoar seus estudos. Pereira Passos pôde presenciar as modificações urbanísticas que então se processavam em Paris e se valer dessa referência para a elaboração de um projeto arquitetônico com vistas à modernização do Rio de Janeiro. Como dito, foi na gestão de Rodrigues Alves que Pereira Passos, já com quase setenta anos, foi investido de autoridade absoluta no planejamento urbano global da cidade, na realização das reformas, com exceção do porto e das vias adjacentes. O engenheiro pavimentou ruas, iluminou e ventilou a cidade, construiu calçadas, asfaltou estradas, criou avenidas ligando os subúrbios do Flamengo e de Botafogo, embelezou a cidade através da construção de praças etc, o que deixa evidente que “os princípios que haviam orientado as Grandes Obras parisienses foram adaptados ao Rio” (pp. 52-57).

A visão edênica de Bilac desconsidera os “efeitos colaterais”, para utilizar um jargão da época, de um empreendimento desta envergadura. Por certo que se desejava, como corolário de uma estruturação urbanística desta envergadura, uma cidade planejada e com suas belezas – naturais e artificiais – à mostra. Mas tal iniciativa se deu a expensas de procedimentos aviltantes, tendo seu êxito associado à “destruição de muitas propriedades, casas comerciais e cortiços”, em outros termos, a um extenso e arbitrário processo de desalojamento, de demolições que desencadearam o descontentamento de grande parte da população, ao se perceber desabrigada e desempregada, enfim, abandonada em nome do aformoseamento da capital do país (LEVIN, 1996: 22-23; BESSE, 1999: 16-17). A beleza artificialmente produzida encarregava-se de encobrir este lado menos glamoroso.

Segundo Broca, é possível pontuar nítidas distinções entre o projeto arquitetônico parisiense e o carioca. Enquanto o primeiro guiava-se pela necessidade de remodelar Paris do ponto de vista político-militar, de modo que os bulevares passassem a adquirir um contorno estratégico, vindo a se tornar um escudo ante as barricadas das revoluções liberais de 1830 e 1848, o plano do prefeito Pereira Passos perseguia finalidades não bélicas, mas estéticas, cujo fito seria a transformação fisionômica do Rio, que deveria adquirir feições parisienses e, quando não, ao menos os contornos de cidade européia (2005: 35). Assim, “o prefeito Pereira Passos moderniza o Rio de Janeiro, substituindo os lampiões a gás por luz elétrica, ao mesmo tempo em que alarga as avenidas, numa tentativa de copiar o que já havia sido feito em Paris” (PAIXÃO, 1987: 9), porém, com propósitos bastante distintos daqueles que orientaram a atuação de Haussmann.⁶⁴

É também Brito Broca (2005) quem estabelece um sugestivo contraponto, a partir do qual ilustra, simbolicamente, este cenário de transformações: de um lado, o café, representação alegórica da boêmia indisciplinada, decadente e, de outro, o chá, emblema da sofisticada boêmia dourada, da *jeunesse dorée*, então resplandecente. Pensando em termos do que poderia ser denominado de uma “topografia social da nossa literatura”, e em uma perspectiva sobremaneira sintética, às modificações na paisagem urbana correspondem a substituição de alguns hábitos: o café, o botequim e a confeitaria de outrora cedem lugar ao salão mundano, à casa de chá e à

⁶⁴ Segundo Levin (1996), e em se tratando da estrutura urbanística do Rio de Janeiro, “o prefeito Pereira Passos efetuou obras de arborização, mudou o sistema de calçamento, prolongou e alargou ruas, construiu mercados, ajardinou praças e parques, mandou construir tanques e bebedouros para animais, deu à cidade 30 mictórios públicos modernos, fez dragar e guarnecer o cais do porto, murou terrenos e realizou obras de canalização” (p. 22).

Academia Brasileira de Letras (José Paulo Paes *apud* PASSIANI, 2002: 40). Em linhas gerais, os botequins, marca característica do Império, sucumbem aos cafés, e estes são desbancados pelo reinado dos salões, regados a “chás” (LEVIN, 1996: 25).⁶⁵

O café já não se prestava ao ritual dessa camada superfina; teremos o advento do chá, não aquele chá pacato e familiar tomado à noite, no âmbito dos casarões patriarcais, mas servido às cinco da tarde com a designação britânica de *five o'clock tea* (BROCA, 2005: 56).

Aliás, a Revista *Fon-Fon* traz estampada em sua página a síntese dessa paisagem em ebulição (que, por sinal, intitula esta seção), ao se referir ao “primado” do chá, que aparece vinculado à idéia de progresso: “*O chá civiliza-se... tal qual o Rio*”.⁶⁶ Portanto, e em conformidade com o remodelamento e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, a fundação da ABL é apontada como um dos elementos-chave definidores desta nova paisagem urbana em formação, espécie de baluarte da *jeunesse dorée*, “legítimo produto da nova cidade que surge” (BROCA, 2005: 37-59)⁶⁷, tendo sua criação atrelada à imagem de antípoda do desregramento mundano, do lirismo desmedido, agora indesejável, que então ecoava de encontros furtivos nos cafés, nos botequins, nas confeitarias. Inegavelmente, a sisudez e a seriedade reivindicadas pela embrionária Academia, em meio aos chás, contrastavam, pois, com a informalidade dos encontros boêmios, “regados a cafés”.

Inspirando-se numa corporação conhecida não só por sua tradição, mas também pela ‘cordialidade’ e ‘civildade’ existentes entre seus integrantes, a

⁶⁵ Como evidencia Broca (2005), “o período de reajustamento político-social, que sucedeu à Proclamação da República, não era de molde a favorecer os hábitos mundanos. Mas no começo do século, a crescente valorização das letras e a espécie de aliança que elas fizeram com o mundanismo contribuíram para que surgissem alguns salões de caráter acentuadamente literário. Um dos mais notáveis teria sido o de Laurinda Santos Lobo, no alto de Santa Teresa” (p. 60). No próximo capítulo, faremos menção ao salão literário de Júlia Lopes de Almeida.

⁶⁶ 15 de junho de 1911. Sem dúvida, a emblemática frase fora inspirada no *slogan* de Figueiredo Pimentel, publicado na coluna “Binóculo” da *Gazeta de Notícias*: “O Rio civiliza-se” (BROCA, 2005: 37). De acordo com Eulálio, “o Rio civiliza-se! é a frase feita célebre para caracterizar a remodelação material dos costumes e da sociedade carioca” (1992: 53).

⁶⁷ A postura intransigente da ABL, sedimentada na figura de Machado de Assis, deixa à mostra que “a prova de compostura se tornara imprescindível para a admissão no novo grêmio, que desde o início se revestira de uma dignidade oficial incompatível com os desmandos da boêmia” (BROCA, 2005: 40).

Academia Brasileira de Letras evidenciava sua intenção de conseguir um espaço de atuação dentro dos parâmetros ditados pela elite carioca da época (EL FAR, 2000a: 76).

Mais propriamente, ao tomar forma no ambiente sofisticado da *belle époque*, a Academia Brasileira de Letras foi contrapondo-se à “*febre de mundanismo*”⁶⁸, característica do momento (que encontrou respaldo nas produções literárias que passavam a ganhar espaço, em geral voltadas para a expressão da modificação das práticas sociais, especialmente no que dizia respeito às novas formas de sociabilidade decorrentes da emergência de uma elite carioca requintada e “novidadeira”, consumidora de artigos de luxo).⁶⁹

A literatura típica da *belle époque*, contudo, era estéril em termos nacionais. Seu modelo cosmopolita europeu combinava bem demais com a própria fachada que era. Tal modelo, voltado para a vivência urbana, cosmopolita e narcisista da aristocracia e da *grande bourgeoisie*, era uma literatura articulada com a experiência comum às elites urbanas do mundo europeizado como um todo. O novo patamar de riqueza e comunicação alcançado no período fomentou o excesso, a sensualidade, a decadência, o consumo conspícuo e um modo de vida aristocrático, internacional, centrado em Paris. Assim, para determinadas minorias privilegiadas, a alta cultura do *fin-de-siècle* e a literatura da *belle époque* adaptavam-se perfeitamente a seu modo de vida. A extrema superficialidade desta literatura e seu caráter preciosístico introduziram-se na fantasia vivida e cultivada pelo “alto mundo”. Entretanto, precisamente porque o fez, ela fracassou em sondar realidades nacionais de uma

⁶⁸ Em linhas gerais, é possível dizer que “Mundanismo e Esteticismo comandavam, sob o signo da Futilidade, não só o movimento social como o literário também. E ainda o político. Ser mundano constituía título, razão de prestígio” (Gilberto Amado *apud* NEEDELL, 1993: 216). Um exemplo da disseminação de uma literatura mais “frugal” pode ser verificado na seguinte passagem retratada por Brito Broca (2005): “Figueiredo Pimentel, autor do célebre slogan ‘O Rio civiliza-se’, na discutidíssima coluna do ‘Binóculo’ na Gazeta de Notícias – cujas edições dominicais, com páginas coloridas, eram magníficas –, faz comentários sobre o último baile, a última recepção, entrelaçando-os com a notícia de uma conferência ou de um livro de versos (...) Para atrair o público, a literatura procura valer-se da fotografia, das ilustrações, identificando-se tanto quanto possível com os motivos sociais e mundanos, nas revistas da época” (p. 37).

⁶⁹ A decadência moral da intelectualidade da *belle époque* anuncia o caráter prosaico da literatura, que passa a corresponder ao gosto supérfluo burguês, tornando-se insegura fonte de sustento (BROCA, 2005; LEVIN, 1996; SEVCENKO, 1995 e EULÁLIO: 1992). Como ressalta Needell, “o leitor não se surpreenderá com o fato de que o público leitor de bairros elegantes, como Botafogo, estivesse interessado em literatura e literatos mundanos, já que acompanhamos a crescente importância deste gosto também em outros aspectos da vida da elite [...] Ao entrar na onda francesa, muitos literatos brasileiros produziam obras que serviram apenas como mais um aspecto do modo de vida cultivado pela elite: os *divertissements* leves, excitantes e elegantes que ajudavam a pessoa a se mostrar *au courant* no chá, na recepção ou no salão” (1993: 215-216). À literatura são dedicadas as seções mundanas dos jornais que, para atrair o público, “procura valer-se da fotografia, das ilustrações” (BROCA, 2005, 37).

espécie mais duradoura (...), o que poderia ter garantido a sobrevivência desta literatura (NEEDEL, 1993: 268).

Se, por um lado, os jornais da época se rendem a uma literatura mais frugal e de entretenimento⁷⁰, especializada em apurar programações culturais e sociais, uma espécie de “guia de passeio” destinado às elites, também comprometido com a defesa das reformas urbanas que então se processavam, a ABL se erige como o avesso do mundanismo, tendo na figura de Machado de Assis – o antípoda do dandismo, tão bem representado por João do Rio –, a materialização desta postura intolerante. Em outros termos, a compostura e “dignidade oficial” reivindicadas pela Academia mostravam-se incompatíveis “com os desmandos da boêmia” (EL FAR, 2000a: 72).

Duas novidades marcaram a entrada da vida literária no século XX: a criação da Academia Brasileira de Letras e a contribuição de escritores em jornais e revistas recém-lançados que cada vez mais requisitavam o trabalho profissional. No primeiro, Machado de Assis representa o peso da tradição, definindo o lugar da literatura oficial no cenário urbano. No segundo, a imagem de João do Rio melhor ilustra a combinação bem-sucedida do escritor solicitado pelo público e pelo mercado emergente com o acadêmico preocupado em levar o empenho profissional ao reconhecimento do legado estético (LEVIN, 1996: 19).

Todas estas mudanças, concretamente traduzidas sob a forma de um “processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca” (SEVCENKO, 1995, p.33), tão caras aos cronistas da época, contaram, então, com um reforço extra, advindo dos projetos e campanhas de saneamento propostos por Osvaldo Cruz, que tratou de “curar” a cidade (tais investidas, voltadas para a erradicação de moléstias como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola foram por ele idealizadas), bem como de desenvolver medidas preventivas capazes de garantir ao Rio de Janeiro a condição de “ambiente salutar”, “regenerado” (LEVIN, 1996).

⁷⁰ A literatura enquanto “sorriso da sociedade” oferece um “levantamento crítico das ocorrências costumeiras e dos espécimes característicos das áreas e subáreas burguesas [que se] reveza com o registro copioso dos ecos teatrais, na forma seja de crônica seja de crítica dos espetáculos” (EULÁLIO, 1992: 33).

Nestes termos, as transformações urbanísticas garantiram novas feições à paisagem social e ao ambiente literário carioca que, durante o período finissecular, concentrou-se na pequena e estreita Rua do Ouvidor (**imagem 7**), beco pelo qual passava “tudo quanto o Rio literário possuía de mais notável na época” (BROCA, 2005: 72), e em suas adjacências, que constituíam “o salão ao ar livre do Rio” (NEEDELL, 1993: 217).⁷¹

Imagem 7 – Rua do Ouvidor, em 1894. Fonte: PIZA, Daniel. **Academia Brasileira de Letras: Histórias e revelações**, 2003, p. 24.

O final do século 19 e os primeiros anos do século 20 – de 1890 até 1920 – correspondem a um período em que a literatura era (re)conhecida como “sorriso da sociedade” (expressão cunhada por Tristão de Ataíde), isto é, uma literatura marcada pelo estetismo, o evasimismo e a pureza verbal (...); era a época da “atitude literária” – os salões, as poucas livrarias e festas reuniam intelectuais e os pretendentes a tal posto – e não da produção literária propriamente dita, é a época dos *dândis*, como João do Rio. O contexto sócio-

⁷¹ Em oposição ao período da Independência, em que o indianismo pronunciado das elites tinha como função manifesta a afirmação do “desejo de ser brasileiro” está o momento acima explicitado, que se caracteriza por um “ímpeto infrene de ser estrangeiro”. Esse ímpeto civilizador era também justificado pelos escritores, que enxergavam aí uma estrutura de envergadura imprescindível para sua própria sobrevivência, fruto da correspondência entre o cultivo das letras e a necessidade de existência de uma sociedade instruída, capaz de reconhecê-los e prestigiá-los. “Os jornalistas, em particular, destacavam a importância cultural das reformas; não consideravam o afrancesamento do Rio apenas como um conjunto saudável e eficiente de novas vias, mas também como símbolo e instrumento da reabilitação do país e de um futuro ‘civilizado; isto é, europeu’” (NEEDELL, 1993: 68).

histórico era apropriado para a germinação desse tipo de literatura, principalmente em nosso maior centro urbano da época, a cidade do Rio de Janeiro (PASSIANI, 2002: 39).

A Rua do Ouvidor se tornou, portanto, o coração das práticas comerciais de artigos sofisticados, e as modificações nos padrões de consumo e no estilo de vida da população tornaram evidente o anacronismo da velha estrutura social do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos (SEVCENKO: 1995, 28). Esta rua transformou-se também em um “local de exibição” para as jovens cariocas, que desfilavam, impecáveis, seus trajes inspirados na moda francesa.

O Rio de Janeiro oferecia, pois, um campo de atuação para os intelectuais em um país pobre e quase que totalmente analfabeto. Os cafés, confeitarias e livrarias da cidade pululavam de múltiplos conventículos literários privados, compostos de confrarias vaidosas que se digladiavam continuamente pelos pasquins esporádicos da Rua do Ouvidor (NEEDELL, 1993).

Em linhas gerais, “a imagem do progresso - versão prática do conceito homólogo de civilização - se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia” (SEVCENKO, 1995: 29; BROCA, 2005: 35), e passa a caminhar de braços dados com iniciativas, não menos pragmáticas, inscritas nas formas anti-sépticas de uma profilaxia urbana.

O Rio de Janeiro estava imponente. Fazia tempo que suas ruas não se enchiam tanto de esplendor nem suas vitrines de mais atrativos. Parece que ninguém pensava, naquela época, senão em fruir os gozos que o destino proporcionava, com a abertura da fidalga Exposição Nacional (BEVILÁQUA, 1913: 35).

Imagem 8 – Exposição de 1908. Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

Na passagem acima, extraída do romance **Angústia** (1913), Amélia Beviláqua se refere já à primeira década do século XX, especificamente ao ano de 1908, que é quando o Brasil promove a Exposição Nacional (**imagem 8**), com o intuito de comemorar o centenário da Abertura dos Portos e, a um só tempo, divulgar às autoridades nacionais e estrangeiras o nosso “esquisito feitio de supercivilizados” (BROCA, 2005: 38), ou, como queriam seus idealizadores, a fachada da nova capital da República, urbanizada por Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz.

Não é, pois, de se espantar que, no entresséculos, o Rio deixasse cada vez mais de se assemelhar a um ambiente semiprovinciano. Dentre as mudanças que alteraram significativamente sua paisagem urbana, a inauguração da Avenida Central fez com que a vida social carioca deixasse, aos poucos, de se concentrar em uma pequena área, na qual o anonimato era quase impensável e se espraiasse para outras plagas. No entanto, o antigo hábito das “confrarias” persistia, e os escritores da época continuavam a se reunir com regularidade nos clubes, alguns dos quais mencionamos anteriormente, e nas livrarias Laemmert e Garnier⁷², dentre os quais é possível destacar Graça Aranha, José Veríssimo, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Olavo Bilac, Machado de Assis.

⁷² Como mostra Needell (1993), para os escritores, “as livrarias eram os altares de consagração, pois só os eleitos dispunham de público suficiente para justificar a venda de suas obras sob a forma de livros. Para a maioria dos literatos, estas lojas eram apenas pontos de encontro, nos quais se reuniam todas as tardes para conversar, ler seus textos em voz alta e fazer contatos úteis” (p. 218).

Contudo, para o público feminino em geral, a participação nos clubes lhes estava completamente vetada. Quanto às livrarias, não passavam de locais de passeio, geralmente associados à pretensão de encontrar marido (prática que, é claro, corroborava a expectativa dos homens), estando-lhes tacitamente restrita a possibilidade de participação nas acaloradas discussões intelectuais.⁷³ Por outro lado, e tendo o espaço público adquirido “uma importância relevante, no momento em que se vai às ruas para ver e ser visto” (PAIXÃO, 1987: 10),

a literatura feminina começa a se afirmar, embora ainda com certa timidez e certo pudor, resquícios de um passado que negava à mulher o direito de se expressar (*Idem, Ibidem*: 10).

Tendo em vista este cenário desfavorável à participação feminina nos ambientes intelectuais e acadêmicos, dedicaremos o segundo momento deste capítulo à compreensão de um conjunto de discursos e práticas culturais que apreendiam a mulher a partir de estereótipos suficientemente fortes não apenas para desautorizá-las intelectualmente, mas para desencorajar suas investidas profissionais. Veremos como as práticas culturais do período alimentavam e eram alimentadas por um sem-número de discursos cientificistas embebidos nas correntes teóricas positivistas e deterministas, disseminados e amplamente adotados pela sociedade de então, discursos estes que elegeram a “questão da mulher” como tema privilegiado de análise, melhor dizendo, como um problema a ser investigado, esquadrihado, solucionado.

⁷³ Fato curioso, e que nos fornece uma idéia, ainda que rarefeita, acerca do papel ornamental que grande parte das mulheres de então desempenhava, encontra-se na prática da diplomacia da época. Os diplomatas, conduzidos pela determinação perpetrada pelo então ministro barão do Rio Branco, procuravam como esposas apenas aquelas moças que tivessem lapidado sua educação em institutos franceses. De acordo com a justificativa do ministro, as futuras esposas de diplomatas, políticos e oficiais de alto escalão deveriam saber tocar piano, dançar, conversar com elegância, ler romances franceses e acompanhar os eventos europeus (Cf. SIGNER, 1998: 20). Em suma, às mulheres cabia exercer com desenvoltura o papel de “ilustres acompanhantes”. A propósito, o vínculo que a carreira diplomática mantinha com a Academia Brasileira de Letras era sobremaneira estreito, tendo se intensificado com a ida do barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores, em 1902. A saber, o barão ocupava uma cadeira na ABL desde 1898, e sua posição política lhe possibilitou indicar vários de seus colegas literatos para o preenchimento de cargos na carreira consular, assegurando, assim, a reciprocidade entre a política e as letras. Tanto que grande parte dos secretários e embaixadores incumbidos de executar funções de relevo no país e no exterior contava com um lugar cativo na instituição literária. É o caso, por exemplo, de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Domício da Gama, Rui Barbosa, Oliveira Lima, Magalhães de Azevedo, Olavo Bilac etc. As relações estabelecidas entre a diplomacia e as letras eram uma via de mão dupla, pois, se de um lado, era vantajosa a formação de um quadro de diplomatas “cultos”, que soubesse representar bem o país no exterior, contribuindo para a divulgação de uma imagem favorável da nascente República, por outro, aos literatos era interessante obter as “prebendas” e o significativo capital social oriundos dos postos diplomáticos.

Propostas pedagógicas e práticas formativas na virada do século

Assim foi modelado o objeto:
para subserviência.
Tem olhos de ver e apenas entrevê.
Não vai longe seu pensamento
cortado ao meio pela ferrugem
das tesouras. É um mito sem asas,
condicionado as fainas da lareira.
Seria um cântaro de barro afeito
a momentos incipientes sob tutela.

“Modelagem/Mulher”. LISBOA, 1985, p. 542

O poema acima, escrito por Henriqueta Lisboa, é um bom ponto de partida para as reflexões que pretendemos arrolar nesta seção, já que ilumina, em escorço, um traço candente da sociedade brasileira do entresséculos, qual seja, a apreensão da mulher como “objeto modelado para subserviência”, cuja possibilidade de conhecimento se via inadvertidamente interrompida pela “ferrugem das tesouras”.⁷⁴

⁷⁴ Heleieth Saffioti (1976), ao se referir ao Brasil colônia, lembra que “a tradição cultural de que eram portadores os europeus aliada à escassez de mulheres brancas e à licenciosidade dos costumes explicam a reclusão a que os homens obrigavam as suas filhas e esposas. O princípio da segregação sexual, integrante da tradição ibérica e validado pela Igreja Católica, iria, assim, pesar profundamente na formação da personalidade feminina, fazendo da mulher um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita participação cultural” (p. 188). A esse respeito, o pensamento de Gilberto Freyre exprime com nitidez certa “disposição” patriarcal que fez do Brasil uma sociedade visivelmente cindida, melhor dizendo, fundamentada em um “duplo padrão de moralidade” no concernente às atribuições e papéis sociais masculinos e femininos: “Ao homem [eram dadas] todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, num tipo de sociedade Católica como a brasileira, ao contato com o confessor” (FREYRE: 2000, 125). Gilberto Freyre aponta como característica basilar do regime patriarcal “o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele, o sexo nobre, ela o belo. Mas a beleza que se quer da mulher, dentro do sistema patriarcal, é uma beleza meio mórbida. A menina de tipo franzino, quase doente. Ou então a senhora gorda, mole, caseira, maternal, coxas e nádegas largas. Nada do tipo vigoroso, e ágil de moça, aproximando-se da figura de rapaz. O máximo de diferenciação de tipo e de traje entre os dois sexos” (*Idem, Ibidem*: 125). Tal como mostra o autor, a preferência pelas mulheres lânguidas, predileção esta que se manifesta por meio do desejo implícito e dissimulado de manutenção da distância da mulher dos domínios econômico e político, exercidos pelos homens sobre as sociedades organizadas nos moldes patriarcais, pode ter como fundamento possível a base material da sociedade. Assim, “à exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mais notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como o que dominou longo tempo no Brasil – convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando a mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filhos, criar menino” (*Idem, Ibidem*: 125).

Em linhas gerais, durante todo o entresséculos, as moças oriundas de “família de posse” eram preparadas para corresponder satisfatoriamente aos papéis sociais a elas designados, i.e., para confirmar as expectativas em torno de suas atuações como esposas, mães e donas-de-casa. Para tanto, a instrução que recebiam como que reiterava o processo mesmo de construção simbólica do que se entendia na época por “feminino”, por meio da reprodução dos qualificativos tidos como inatos, condizentes ao devir mulher, que ecoam até os dias atuais. Aliás, a parcialidade das fontes escritas reitera a vinculação dos papéis femininos a um conjunto de estereótipos que, por sua vez, podem ser traduzidos como uma ode à vida em conformidade com os limites da polidez, vindo a condenar, ou então, prescrever como indesejáveis e inconvenientes as “*vieilles filles*”, tanto quanto as “*femmes savants*”.⁷⁵

Menina que sabe muito
É mulher atrapalhada.
Pra ser mãe de família
Saiba pouco ou saiba nada (*apud* DIAS, 2001: 38) ⁷⁶

Com o intuito de ilustrar esta idéia, que se fortalece por meio de um discurso que postula a incapacidade da mulher como ser criador/criativo, inscrevendo-a sempre na condição de criatura, fonte de inspiração – pensamento este revelador, portanto, da “inaptidão” feminina para as atuações profissionais extra-domésticas, ou mesmo das duras implicações decorrentes de um destino não previsível –, Simioni (2004) faz alusão ao conto “Vera Ipanoff”, escrito por Gonzaga Duque Estrada. Nele, a protagonista, órfã de mãe, que “fora educada por um pai tirânico e por uma preceptora escocesa, ambos ciosos de seu futuro material” (p. 30), dedica-se intensamente aos estudos, vindo a se tornar médica.

⁷⁵ Lygia Fagundes Telles alude a uma frase de Charles Baudelaire, por considerá-la representativa da estrutura patriarcal: “*Aimer des femmes intelligentes est un plaisir de pédéraste*”. Em seguida, a escritora complementa, dizendo que “não era em vão que as mulheres disfarçavam a inteligência que repelia pretendentes ao invés de atraí-los, mulher inteligente chegava a assustar” (TELLES, 1997: 59).

⁷⁶ Como mostra Michelle Perrot, “‘seja bela e cale a boca’, aconselha-se às moças casadoiras, para que evitem dizer bobagens ou cometer indiscrições” (2005: 10). Assim, “a moça tocava piano, mas era vetada a participação em uma orquestra; esboçaria um desenho, todavia era proibida de fazer uma exposição pública. Poderia escrever, porém, não podia publicar, nem viver de seu próprio trabalho” (MENDES, 2004: 25). Exemplo contundente desta situação é iluminado por Maria Odila, ao se referir a um episódio que evidencia o quão indesejável e condenável se afigurava a formação intelectual da mulher: “em São Paulo, em 16 de março de 1835, uma visita de inspeção ao Seminário de meninas órfãs resultou num relatório ao Presidente de Província, denunciando abuso da professora, que ensinava literatura, em livros difíceis, em vez de ensinar a coser e a bordar” (DIAS, 2001: 38).

A estratégia de Gonzaga Duque atualiza uma relação sobremaneira corriqueira no pensamento do período, a saber, a de que ao processo de sofisticação do saber e apuro intelectual da mulher subjaz o esvanecimento das marcas definidoras de sua “feminilidade”, acarretando a perda de certa identidade de gênero (SMITH, 2003: 387).⁷⁷ A profissionalização da personagem lhe é onerosa, pois seu acurado conhecimento e sabedoria atuam como empecilhos à sua aceitação social. O insulamento é a previsível fortuna a ela reservada, tendo se tornado alvo corriqueiro de comentários maldosos, forjando-se como caricatura. Ainda de acordo com Simioni, “sua conquista pública significou a falência como mulher, e desembocou em um final triste e solitário, seu castigo” (2004: 31).

O isolamento social a que fora relegada a personagem, produzido pela quebra de uma interdição tácita (a profissionalização), é ainda recrudescido por sua solidão como mulher. E, quanto a isso, vale lembrar que uma sina ainda mais severa era reservada às “solteironas” – rótulo pejorativo empregado para qualificar aquelas mulheres que não contraíam matrimônio, como se constituíssem uma categoria indigna.⁷⁸ Sendo o casamento uma espécie de favor que o homem conferia à mulher, sua via privilegiada de ascensão social e econômica (MELLO E SOUZA, 1996), às celibatárias estava reservada a derrocada de seu prestígio, de modo que a conseqüente necessidade de dedicação ao trabalho remunerado parecia reiterar tal fortuna, ao denunciar seu *status* desvantajoso com relação às damas que desfrutavam dos benefícios proporcionados pela união matrimonial (GOTLIB, 2003).⁷⁹ Assim, a intensidade do insulamento experimentado por Vera Ipanoff advinha do fato de ser ela, ao mesmo tempo, “*femme savant*” e “*vieille fille*”.

⁷⁷ Sobre o assunto, consultar SMITH, Bonnie G. “Mulheres profissionais: um terceiro sexo?”. In: **Gênero e História: homens mulheres e prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, pp. 387-441

⁷⁸ Como lembra Susan Besse (1999), “ficar solteira raramente dava, às mulheres que o desejassem, a oportunidade de livrar-se dos papéis domésticos e da vida de família. A dependência econômica e o ostracismo social deixavam-nas sem outra opção que não a de viver com os pais ou irmãos e ajudar a realizar o trabalho enfadonho de cuidar da casa sem as recompensas ou o status que acompanhavam o casamento. Até mesmo as poucas mulheres solteiras que trabalhavam, sendo bem-sucedidas na árdua batalha para ganhar a vida de modo decente, estavam sujeitas à vigilância e ao julgamento constantes sobre suas vidas pessoais” (p. 53). Além disso, enquanto o casamento por conveniência se afigurava como um bom negócio para as famílias mais abastadas, sem necessariamente subentender afeição pessoal entre os futuros cônjuges, “as moças pobres, sem dotes permaneciam solteiras ou tendiam a constituir uniões consensuais sucessivas” (DIAS, 2001, p. 31).

⁷⁹ Ainda que prendada e virtuosa, a mulher que não se casava via obliterada a possibilidade de prestígio social, pois seu lugar na sociedade definia-se, substancialmente, em função do laço matrimonial que deveria constituir. Nas palavras de Saffioti (1976), “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia a sua estabilidade ou prosperidade econômica” (p. 33). A própria simbologia implícita na incorporação do sobrenome do marido revela o novo status adquirido, o de esposa, que é quase um sinônimo de “distinta senhora”. Àquelas que não se casavam, o rótulo pejorativo era inevitável. “Solteirona” era a pecha que acompanhava a mulher cujo “previsível destino” – o casamento – não se confirmava. A “solteirona” carregava o estigma da mal-amada, da aridez, do insulamento, pois

Em outros termos, o percurso da personagem, cujo desfecho encerra sua derrocada como mulher, é revelador da força com que operavam os discursos e as correntes de pensamento da época, que tomavam como objeto “a questão da mulher”.

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como potência do mal (TELLES, 2001: 403).

Tal como evidencia o fragmento acima, as inúmeras barreiras à profissionalização feminina encontraram suporte garantido em um sem-número de idéias correntes, sendo muitas delas transformadas em teorias, cuja acolhida estava associada ao fato de bradarem o *status* e a legitimidade de ciência. Por exemplo, ao discurso médico, munido de toda autoridade que a “chancela científica” é capaz de assegurar, coube explicar o dimorfismo sexual, ou melhor, seus desdobramentos em atributos e características anatômicas e fisiológicas que distinguem os dois sexos.⁸⁰ E, muito embora fosse possível estabelecer certa analogia entre a medicina e o tradicional papel atribuído às mulheres (especialmente como mãe), ficando a escolha por essa carreira como que equiparada a uma extensão dos cuidados dedicados à criação da prole, “a oposição à entrada de mulheres nessa profissão foi bem maior do que a que se passou em campos de menor prestígio e menos especializados, como enfermagem e educação. As médicas pioneiras no Brasil encontraram hostilidade e estiveram sujeitas ao ridículo” (HAHNER, 1996, p. 74; cf. BERNARDES, 1989, p. 141-142), tal como o conto de Gonzaga Duque revela.

Portanto, estas teorias, correntemente mobilizadas com o fito de melhor explicitarem a reprovável associação, posto que dissonantes, entre mulher e profissionalização/intelectualização, adquiriram grande popularidade na medida em que, primeiro, transformaram a mulher em objeto de estudo, cujas variações temáticas apareciam sintetizadas na mencionada expressão “a questão da mulher” e, segundo, deixaram evidente se tratar de um “problema” para a sociedade, uma

“faltara-lhe o amor, faltaram-lhe as sagradas agonias da maternidade” (ALMEIDA, 1903, p. 193). Assim, “o celibato de uma filha, (...) faz estremecer os pais, porque a palavra solteirona significa isolamento, falta dos carinhos mais justos, privação das mais ternas alegrias, miséria muitas vezes, e muitas vezes ridículo” (*Idem*, 1887, p. 61).

⁸⁰ Saffioti lembra o quão perniciosas eram estas explicações, ao atribuírem “[ao] desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, [a responsabilidade] pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas” (SAFFIOTI, 1976, p. 206).

incógnita “anomalia”, e que deveria ser, portanto, criteriosamente investigada, esquadrinhada, por meio de um arsenal científico. Mas não apenas aos médicos coube tal empreitada: especialistas de toda ordem – filósofos, cientistas, religiosos, juristas – curvaram-se diante deste “enigma” que vinha a ser “a questão da mulher”, e ostentaram autoridade para sua explicação.⁸¹

Se, por um lado, as mulheres encontravam exíguas possibilidades de profissionalização, aos rapazes “bem nascidos” era assegurada uma formação intelectual capaz de lhes garantir uma carreira de burocrata ou político, bem como o conhecimento humanístico condizente ao de um cavalheiro europeu. Os ensinamentos transmitidos aos rapazes lhes facultavam trilhar com desenvoltura os desígnios que a vida pública lhes reservava, de sorte que, aos olhos da sociedade da época, “o homem estava apto, em função de suas capacidades mentais, a criar as grandes obras, ao passo que as mulheres não passavam de colaboradoras” (SIMIONI, 2004: 34).⁸² Já às classes populares a educação adquiria os nítidos contornos de uma instrução voltada para a profissionalização (SAFFIOTI, 1976: 216).

Assim, as moças pertencentes às famílias tradicionais experimentaram, durante todo o século XIX, fórmulas amenas de aprendizagem, em sua quase totalidade, informais. Se, durante este período, pouca atenção era dada à educação feminina, tida como “luxo” ou “excentricidade de endinheirados” (MANOEL, 1996: 9), as últimas décadas do referido século apontam para essa necessidade, mas com um intuito marcadamente pragmático: fazer com que se tornassem damas

⁸¹ A esse respeito, Virgínia Wolf interpela uma platéia de mulheres, e nos dá a exata medida da proliferação destes discursos, bem como do contraponto entre os sujeitos do conhecimento (os homens) e os objetos de investigação (as mulheres): “Têm vocês alguma noção de quantos livros são escritos sobre as mulheres em um ano? Têm alguma noção de quanto são escritos por homens? Estão cientes de serem, talvez, o animal mais discutido do universo?” (WOOLF, 1985: 36). Sobre “mulheres como anomalia” cf. BAMBERGER, 1979: 49-51.

⁸² É possível constatar a existência de uma correlação entre o trabalho feminino e a posição social ocupada pela mulher, de modo que, às “bem-nascidas”, ou “bem-casadas”, o atributo de “ornamento” é recorrentemente utilizado, estando elas livres da preocupação com as urgências materiais. Já para aquelas que não desfrutavam de privilégios oriundos do nascimento, ou obtidos pelo casamento, a possibilidade de sobrevivência aponta para o universo extra-doméstico do trabalho, muitas vezes informal, como uma necessidade elementar. A escritora Júlia Lopes de Almeida enxerga na pobreza um acicate à emancipação feminina: “se uma mulher brasileira, (se há exceções? há-as de certo!) cai de uma posição ornamental em outra humilde, é de rosto descoberto que dia procura trabalho então vai ser costureira, mestra, tipógrafa, telegrafista, aia, qualquer coisa, conforme a educação recebida, ou o ambiente em que vive (...) Felizes as donzelas pobres, obrigadas pelas circunstâncias apertadas da vida a empregar a sua inteligência e a sua atividade no trabalho e no estudo!” (ALMEIDA, 1906: 10). Ao abordar as diferenças entre os homens e as mulheres a partir das relações de poder e produção de valor, Rosaldo (1979) atenta para o fato de que “aspectos característicos dos papéis femininos e masculinos nos sistemas sociais, culturais e econômicos podem ser relacionados a uma oposição universal entre os domínios de atividades domésticas e públicas”. A despeito das particularidades de cada arranjo social, a autora procede a uma revisão bibliográfica, com o fito de demonstrar a existência de “invariantes sócio-históricas” concernentes aos “valores de prestígio [que aparecem] sempre ligados às atividades do homem” (p. 35), e conclui assinalando que o “mundo feminino” é regido por um saber informal, enquanto o masculino orchestra-se por “normas formais de relacionamentos e características de papéis publicamente reconhecidos” (p. 63).

distintas, com que fossem investidas de qualificativos capazes de “melhor servirem como instrumento de civilização do mundo íntimo da elite” (NEEDELL, 1993: 85). Com isso, fica visível não se tratar de uma educação com vistas à profissionalização, mas de um preparo que pudesse lhes assegurar o polimento sociocultural (MANOEL, *Ibidem*: 22; cf. GOTLIB, 2003).

Tornava-se necessário, diria até mesmo imperioso, que as mulheres soubessem ler, escrever, conversar, que conhecessem, ao menos por informação, um pouco do mundo situado além dos muros de suas casas e das paredes da paróquia mais próxima. Em outras palavras, era necessário educar e cultivar as jovens (MANOEL, 1996: 22).

Por outro lado, ao atentarmos para o período em que o Brasil já experimentava sua fase republicana, seria possível supor que a mudança de regime político houvesse proporcionado modificações significativas no sistema de ensino brasileiro. Porém, se a afirmação procede, qual a intensidade das mesmas, pensando especificamente em termos de educação feminina?

Quanto a isso, diz Saffioti (1976) que a laicidade do ensino, proporcionada pelo ocaso do período monárquico, ainda que tenha implicado o “término” – ao menos oficialmente – do subjugo da instrução oficial à Igreja Católica, teve como corolário (muito pouco animador!) a validação de uma legislação descentralizada sobre o ensino, *leitmotiv* para a criação de um sistema educacional de base fragmentado, “fruto das mais diversas injunções locais” (p. 213-214). Isso significa que a República, além de não ter representado um clarão no concernente à possibilidade de transformação radical, com vistas à democratização no sistema de ensino brasileiro, apoderou-se das vetustas deformações atinentes à dualidade sobre a qual a educação se assentava, aliada à orientação católica de muitos colégios, que vieram a se tornar a “adequada” opção de instrução para o sexo feminino (*Idem, Ibidem*: 216).⁸³

⁸³ A esse respeito, José Veríssimo publica uma crônica, em 1900, na qual “expõe abertamente a chaga da cultura erudita brasileira, respaldando-a num panorama bem mais amplo e concreto. À parte os problemas políticos, seus óbices fundamentais repousariam sobre a própria estrutura social da nação, repercutindo diretamente na área da cultura”. A crônica nos informa que “o numero de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14333915 habitantes, de 12213356, isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em 100 brasileiros ou habitantes do Brasil. Dificil será, entre os países presumidos de civilizados, encontrar tão alta proporção de iletrados. Assentado esse fato, verifica-se logo que à literatura aqui falta a condição da cultura geral, ainda rudimentar e, igualmente o leitor e consumidor dos seus produtos” (*apud* SEVCENKO, 1995: 88).

A conservação do mesmo estilo de ensino superior, bacharelesco e alheio aos problemas nacionais, herdado do Império, adicionou-se a manutenção de um ensino secundário mais aquisitivo do que formativo, voltado para o ensino superior e privilégio das camadas abastadas. O hiato entre a rede primária de ensino e a instrução superior, já implantado do Império, persistiria no novo regime. A primeira República não conseguiria mesmo eliminar essa dualidade de ensino vigente quer nos sistemas escolares dos Estados, quer naquele da União. Justapunham-se, sem ligação vertical, o sistema primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o sistema secundário e superior, de outro. Constituindo o primeiro o sistema de educação popular e o segundo o sistema de educação da elite, a República não teve nenhum significado do ângulo da democratização da cultura (*Idem, Ibidem*: 214).

A tibieza da legislação sobre o ensino neste contexto permitiu que a Igreja Católica figurasse como grande “beneficiária da consagração da liberdade de ensino” (*Idem, Ibidem*: 214), de tal forma que a educação feminina passou a ser apanágio dos colégios confessionais, todos eles elitistas, culminando na insolúvel barreira segundo a qual a realização dos cursos secundários constituía, por si só, um obstáculo à profissionalização das mulheres.⁸⁴ E a explicação para isso é simples: “não sendo estes colégios equiparados aos oficiais, nem davam direito aos cursos superiores, nem permitiam a realização dos outros cursos de caráter eminentemente profissional”. Isso significa que as egressas não recebiam certificado de conclusão de curso normal ou secundário, documento obrigatório para a admissão, por exemplo, nas tão almejadas escolas de enfermagem (Glete Alcântara *apud* SAFFIOTI, 1976: 215).⁸⁵

⁸⁴ Para Saffioti, “o liberalismo de que se impregnava a legislação sobre o ensino na primeira República deixava larga margem de atuação à Igreja Católica, muito mais apta do que os leigos, pela tradição e pela posse de quadros habituados ao magistério, a desempenhar as tarefas educacionais situadas no terreno da livre concorrência” (*Ibidem*, 214). Nestes termos, a formação de grande contingente feminino nos colégios religiosos relaciona-se à heteronomia econômica, social e cultural da mulher, além do que, por não serem gratuitos, “marginalizavam do processo educacional amplas camadas da população nacional, repercutindo, pois, seriamente, na instrução da população feminina. Dada a insuficiência quantitativa das escolas normais, o encaminhamento das moças aos cursos secundários dos colégios religiosos constituía sério obstáculo à profissionalização feminina” (*Ibidem*, 215). Em consonância com estas considerações, Manoel (1996) alude ao fato de que “no Brasil, a implantação do projeto liberal, por não representar um momento decisivo da luta burguesa para superar o mundo aristocrático e rural, mas significando um reordenamento da própria oligarquia ao redor de uma nova ordenação política, não provocou exclusões e eliminações, mas cooptações e inclusões. Na esfera religiosa e educacional a conciliação se manifestou fortemente” (p. 17).

⁸⁵ Em **A dominação masculina**, a visada interpretativa de Bourdieu transcende o lugar-comum que circunscrevia a maior parte das análises sobre a temática que dá nome ao livro à unidade doméstica – a família é, sem dúvida, uma das esferas mais visíveis e contundentes do exercício da relação de dominação. Bourdieu, ao ampliar seu horizonte de investigação, dá a devida ênfase também a outras instâncias, dentre as quais figuram a Escola, o Estado e a Igreja, cujo poder de perpetuação da dominação masculina é, em muitos casos, sutil, “doce” e pouco visível, e seus mecanismos simbólicos de imposição são extremamente eficazes e incisivos. Portanto, uma das instituições apontadas por Bourdieu como responsáveis pela reprodução da dominação masculina, enfim, pela eternização das

Para se ter uma idéia deste quadro desfavorável à educação feminina, Needell estabelece uma comparação reveladora, a partir da qual é possível compreender a eficácia dos mecanismos de dominação de que se valiam, no século XIX e início do XX, as instituições formais de ensino, no sentido de reproduzirem e naturalizarem as diferenças entre os sexos. A abordagem do historiador leva em conta as peculiaridades de duas instituições tradicionais, distintas e distanciadas pelo público contemplado: o Colégio Pedro II, voltado para a formação de rapazes e o Collège de Sion, responsável pela instrução das herdeiras da elite carioca. Os dois colégios ilustram, de maneira percuciente, não apenas a natureza e a orientação formal da elite, mas também a existência de espaços cujos propósitos e encaminhamentos pedagógicos se moldam em função das expectativas e demandas sociais concernentes a cada um dos sexos. Tais diferenciações vêm a reforçar a artificial clivagem entre espaço público e privado, dando-lhes a roupagem de “naturais e inevitáveis”, cujas implicações faziam-se sentir

nos acontecimentos culminantes da nossa história, aqueles que nos fatos da nacionalidade brasileira iniciam períodos de renovação e de progresso - a independência, a abolição, a república – [ao revelarem que] a intervenção da mulher, direta ou indiretamente considerada, quando não foi nula foi hostil (ALMEIDA, 1906: 11).

O Colégio Pedro II, inaugurado em 1837 e refratário à presença feminina até 1884⁸⁶, teve como fonte de inspiração para sua elaboração curricular a educação clássica francesa, erigindo-se como uma espécie de preparatório para o ingresso na faculdade de direito (de São Paulo ou

estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão a ela correspondentes é a Escola. Nas palavras do próprio autor, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água, os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos” (BOURDIEU, 2003: 18). Quanto a isso, o sociólogo mostra que “embora seja verdade que encontramos mulheres em todos os níveis do espaço social, suas oportunidades de acesso (seus índices de representação) decrescem à medida que se atingem posições mais raras e mais elevadas (de modo que o índice real e potencial de feminilização é, sem dúvida, o melhor indício da posição e do valor ainda relativos das diferentes profissões” (*Idem, Ibidem*: 110).

⁸⁶ Com base em informações obtidas pela *Revista Ilustrada*, Simioni ressalta que o ano de 1884 foi marcado pela “abertura das aulas noturnas para o público feminino” no referido colégio (2004: 66).

Recife). Por lá passaram homens que se tornaram ilustres, como os imortais Joaquim Nabuco e visconde de Taunay, os políticos Rodrigues Alves e Washington Luís. Tais presenças fizeram com que, ao longo do tempo, a instituição adquirisse cada vez mais prestígio e notabilidade. A educação rígida oferecida, aliada ao esforço individual do aluno, era um passaporte poderoso para a obtenção de êxito nas carreiras públicas. Por esse motivo, “o Colégio II era, com efeito, o passo inicial privilegiado no cursus honorum do Império, pelo qual passariam os homens da belle époque carioca” (NEEDEL, 1993: 80).

Por sua vez, o Collège Sion, fundado em 1888, que traz no próprio nome o galicismo revelador da origem do modelo inspirador de seu paradigma pedagógico, abrigava as filhas da elite carioca, e se afigurava como um local cujos ensinamentos basilares deviam garantir às moças uma boa imagem perante a sociedade, por meio da conjugação entre comportamento exemplar e ilustração. *Grosso modo*, a escola contemplava como ideal formativo a absorção de um conjunto de códigos de conduta atrelado a um cabedal adequadamente afinado com a idéia de amadorismo, mantendo distante da instrução pretendida a preocupação com a profissionalização, com a carreira, questão considerada alheia, não concernente ao universo das jovens aprendizes.

O Sion logo adquiriu a reputação de ser a mais exclusiva e a melhor escola para meninas de “boa família” no país (daí a demanda por filiais em São Paulo e Minas Gerais). Os pais queriam que suas filhas fossem educadas como as meninas da nobreza francesa e certamente ficaram satisfeitos com o que ouviam falar dos métodos adotados [...] As “enfants de Sion” eram reconhecidas por seu francês perfeito, maneiras refinadas, formação em literatura clássica e apropriada submissão à autoridade (NEEDEL, 1993: 83).

A grade curricular dos cursos direcionados às moças ratifica e legitima a distinção significativa com relação aos currículos dos cursos oferecidos aos rapazes, de modo que, para aquelas, há a predominância dos trabalhos manuais e o preparo para o magistério primário, enquanto para estes, o que se nota é a preocupação com uma formação mais pragmática, cujo ancoradouro é o êxito nas empreitadas profissionais. Portanto, às mulheres, as possibilidades de profissionalização eram exíguas, especialmente porque

a imagem da mãe-esposa-dona-de-casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser (MALUF & MOTT, 2006: 374).

E tais diferenciações avigoram a artificial clivagem entre espaço público e privado, dando-lhes a roupagem de “naturais e inevitáveis”, cujas implicações faziam-se sentir especialmente

nos acontecimentos culminantes da nossa história, aqueles que nos fatos da nacionalidade brasileira iniciam períodos de renovação e de progresso - a independência, a abolição, a república – [ao revelarem que] a intervenção da mulher, direta ou indiretamente considerada, quando não foi nula foi hostil (ALMEIDA, 1906, p. 11).

Em larga medida, as observações tecidas acima mantêm sintonia com o pensamento de Nísia Floresta⁸⁷, em especial quando a escritora levanta questões acerca do tipo de educação oferecido, no Brasil, a uma menina:

Mandá-la aprender a dançar; não pela utilidade que resulta aos membros de tal exercício, mas pelo gosto de a fazer brilhar nos salões; ler e escrever o português, que, apesar de ser o nosso idioma, não se tem grande empenho de

⁸⁷ Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo utilizado pela republicana e abolicionista Dionísia de Faria Rocha (1810-1885), tradutora da versão francesa do livro *Vindications for the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft (1759-1797), que é considerado pela crítica uma obra vanguardista, ao antecipar em mais de um século e questões que fariam parte de diversas abordagens femininas (DUARTE, 2003: 432; GOTLIB, 2003: 30; HAHNER, 1980: 29-31). Segundo Telles (2001), o cognome de Dionísia foi formado da seguinte maneira: Nísia, em homenagem ao pai; Floresta, em alusão ao sítio em que nascera; Brasileira, evocando sua porção nacionalista e Augusta, em memória do homem que amou (p. 405). Ainda segundo Telles, Nísia se casou “aos 13 anos, em 1823, e deixou o marido no ano seguinte, quando o pai fugiu para o Recife devido a perseguições políticas. Por ter largado o marido, foi repudiada por toda a sua família com exceção da mãe que, enquanto viveu, sempre lhe deu apoio” (Idem, Ibidem: 405). Assim também, no final do século retrasado, Júlia Lopes de Almeida posiciona-se contrariamente às assimetrias que fundamentam as relações entre os sexos, e se refere ao fato de os homens terem tecido a sociedade “com malhas de dois tamanhos – grandes para eles, para que os seus pecados e faltas saiam e entrem sem deixar sinais; e extremamente miudinhas para nós. (...) e o pitoresco é que nós mesmas nos convencemos disto!”. Ver também: BESSE, 1999: 126-127.

conhecer cabalmente; falar um pouco o francês, o inglês, sem o menor conhecimento de sua literatura; cantar, tocar piano, muita vez sem gosto, sem estilo e mesmo sem compreender devidamente a música; simples noções de desenho, geografia e história, cujo estudo abandona com os livros ao sair do colégio; alguns trabalhos de tapeçaria, bordados, crochê etc, que possam figurar pelo meio dos objetos de luxo expostos nas salas dos pais a fim de granjear fúteis louvores à sua autoria (FLORESTA, 1853, p. 108).⁸⁸

Esse conjunto de “atividades formativas”, com o intuito de apenas transcender comedidamente as “agulhas e alfinetes”, para citar a expressão utilizada por Arthur Azevedo em sua contribuição para a *Poliantéia* (documento ao qual nos referiremos a seguir)⁸⁹, tinha como propósito a preparação da mulher para o casamento, bem como para o exercício satisfatório das funções condizentes ao papel de esposa e mãe: saber cuidar da casa, da família, portar-se devidamente em suas aparições públicas. Apreendida como nefelibata, “a moça entregava-se ao aprendizado da música e das maneiras, ao interesse pelos vestidos, vivendo na expectativa da chegada do marido” (MELLO E SOUZA, 1996, p. 89), de modo educar seria, na verdade, instruir, i.e., apenas “um complemento da formação feminina, uma espécie de acréscimo aos dotes e prendas já adquiridos pela mulher” (BERNARDES, 1989: 25; cf. HAHNER, 1980: 32).

⁸⁸ A verve questionadora de Nísia Floresta tinha predileções temáticas: a reivindicação da emancipação feminina, a abolição da escravidão. Como mostra Brito Broca, Nísia Floresta “escrevia em jornais e publicava livros, um dos quais com o título bem expressivo de Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens. Causou tanto mal-estar com essa atitude, que consta ter-lhe sido aconselhada uma viagem à Europa, para atender aos desejos dos que se inquietavam com suas atividades. Partiu ela para o Velho Mundo e lá se relacionou com Lamartine, Victor Hugo, Auguste Comte, vindo a escrever livros em francês e falecendo em Ruão” (1979: 77). Sobre a escritora, consultar também GOTLIB, 2003: 29-32.

⁸⁹ Eis a íntegra da contribuição de Arthur Azevedo para a *Poliantéia*:

“Entristece-me ver uma senhora
Formosa, mas obtusa. Seja embora
Simplesmente simpática;
Saiba, porém, um pouco de gramática.
Quando entrar numa sala
A todos saiba dirigir a fala.
Analise toilettes,
Mas, como, além de agulhas e alfinetes,
Alguma coisa o mundo tem, palestre
Sobre estes três assuntos:
Ciências, artes e literatura

.....
Ó Liceu das mulheres,
Idéia grande entre as idéias grandes,
Salve! Salve Tu queres
Preparar George Sandes
Na bela terra das Dona Anna Nerys” (*apud* BERNARDES, 1989: 29-30).

Com isso, o Brasil República não faz mais do que potencializar uma tendência já delineada ao longo do Império, segundo a qual as mulheres vão se concentrar em “certos ramos do ensino menos valorizados socialmente” (SAFFIOTI, 1976: 219).⁹⁰ Para comprovar esta afirmação, Saffioti nos oferece alguns dados estatísticos referentes ao ano de 1929 – data esta que, por simbolizar os últimos suspiros da fase republicana, possibilita uma visualização retrospectiva mais completa acerca dos vícios que caracterizaram o processo de implantação do sistema de educação nacional. Muito embora alusivas ao Brasil como um todo e a São Paulo em específico, as tabelas abaixo ilustram com propriedade as persistentes deformações subjacentes à dualidade do ensino carioca, às quais acima nos debruçamos:

**TABELA I – ENSINO SUPERIOR GERAL,
BRASIL 1929⁹¹**

Cursos	Matrícula		Conclusão de curso	
	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>
Medicina	5787	72	609	4
Odontologia	680	71	156	13
Farmácia	816	178	167	62
Filosofia e Letras	62	3	6	1
Ciências Jurídicas e Sociais	3180	20	401	2
Engenheiros Civis	2007	24	212	1
Engenheiros Geógrafos	---	---	---	---

⁹⁰ Para João do Rio, “a invasão feminina implicava a decadência das profissões” (*apud* SIMIONI, 2004: 41), situação esta traduzida por Bourdieu, ao evidenciar que “a melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial – o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira” (2003: 111).

⁹¹ Vale lembrar que Susan Besse procede a um levantamento de dados complementar ao elaborado por Saffioti, referente ao ano de 1940. Ver: BESSE, 1999, pp. 126-142. Besse mostra que apenas gradualmente as mulheres foram favorecidas pela expansão dos recursos educacionais, já que, de um modo geral “a dualidade do sistema educacional brasileiro – no qual o ensino primário normal e profissional era desvinculado da universidade e do ensino secundário preparatório para a universidade – funcionava para manter as hierarquias de gênero, bem como as de classe” (p. 128). Ainda lembra a autora que, mesmo após a década de 1930, considerando-se os egressos em nível universitário, apenas 9% eram mulheres.

Engenheiros Industriais	16	---	1	---
Engenheiros Agrimensores	Especializado Superior			
Engenheiros Agrônomos	Especializado Superior			
Engenheiros Mecânicos	Especializado Superior			
Engenheiros Eletricistas	282	2	42	---
Engenheiros Arquitetos	23	1	---	---
Químicos Industriais	---	---	---	---

(Fonte: SAFFIOTI, 1976: 217, destaques nossos)

**TABELA II– ENSINO SUPERIOR GERAL,
BRASIL 1929**

Cursos	Matrícula		Conclusão de curso	
	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>
Agronomia e Veterinária	970	10	145	2
Comercial	18892	4260	2458	627
Artes Dramáticas	47	53	---	1
Belas-Artes	1146	133	29	---
Música	616	4910	31	588

(Fonte: *Idem, Ibidem*: 217, destaques nossos)

**TABELA III– MATRÍCULA GERAL EM TODAS AS ESCOLAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1930**

Cursos	Matrícula geral		
	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Total</i>
Cursos pré-primário e primário	244483	210780	455263
Curso complementar	559	1938	2497
Curso secundário	21530	6309	27839

<i>Curso profissional:</i>			
a) Sacerdotal	535	---	535
b) Pedagógico	691	7010	7701
c) Artístico-liberal	178	1584	1762
d) Técnico-profissional	11827	6912	18739
e) Agrônômico	138	---	138
f) Náutico	83	---	83
g) Comercial	---	---	---
h) Obstétrico	---	43	43
<i>Curso superior:</i>			
a) Jurídico	822	4	826
b) Médico-cirúrgico	284	11	295
c) Médico-veterinário	25	---	25
d) Politécnico	447	7	454
e) Farmacêutico e Odontológico	1516	536	2052
f) Filosofia e Letras	45	---	45
TOTAIS	283163	235134	518297

(Fonte: *Idem, Ibidem*: 218, destaques nossos)

**TABELA IV – ENSINO ESPECIALIZADO SUPERIOR,
ESTADO DE SÃO PAULO 1929**

Cursos	Matrícula		Conclusão de curso	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Agronomia Veterinária	220	---	26	---
Comercial	10356	2168	1467	362
Eclesiástico	173	---	20	---
Arte Dramática	22	47	---	---

Belas-Artes	756	67	4	---
Música	269	1694	6	166

(Fonte: *Idem, Ibidem*: 219, destaques nossos)

Observando as informações compulsadas por Saffioti, especialmente em termos do número de matrículas efetuadas, é possível notar que, embora apresente uma participação bastante acanhada nos cursos superiores em geral, algumas áreas concentram ligeira presença feminina, tal é o caso das Faculdades de Farmácia, e outras chegam até mesmo a apresentar sua preeminência em relação aos rapazes, como acontece na Música e nas Artes Dramáticas.

Segundo Saffioti (1976), o aumento da procura feminina pelas Faculdades de Farmácia (*Tabela I*) se deve à crescente desvalorização social sofrida pela profissão, que perdeu espaço gradativo para os médicos. A transformação do farmacêutico em vendedor de remédios industrializados, além de simbolizar a perda de prestígio sofrida por tal setor ocupacional, diz a autora, tornou-o menos refratário à “penetração do elemento feminino” (*Ibidem*: 219).

Já a representação feminina nos conservatórios musicais (*Tabelas II e IV*), que se intensificou desde o último decênio do Império, mantém relação com o fato de esta ser considerada uma atividade formativa apropriada ao sexo feminino. Além disso, esta procura coincide com a extinção da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional, em 1860, instituição que contava com um contingente masculino predominante. No período subsequente, aqueles que desejassem seguir a carreira de musicistas tinham como opção o Conservatório de Música que, em pouco tempo, assistiu à sobreposição da clientela feminina em relação à masculina. Para se ter uma idéia deste quadro, em 1882, do total de alunos matriculados, 100 eram alunas, contra 37 alunos (*Ibidem*: 220).

Outra área de atuação em que, como as *Tabelas II e IV* sinalizam, as mulheres se sobrepõem aos homens é a das Artes Dramáticas. Aliás, Heloísa Pontes (2004a) lembra que “mais do que em qualquer outra esfera da produção cultural e intelectual brasileira até os anos de 1950, no teatro as mulheres conquistaram mais cedo e de forma eloqüente o nome próprio e o renome a ele associado”, notabilidade apenas equiparada àquela conquistada pelas cantoras na música popular (p. 233).

Por sua vez, e ainda em se tratando do campo de produção cultural, uma área específica requer atenção especial já que, diferentemente da Música e das Artes Dramáticas, forjou-se como um espaço eminentemente masculino. Referimo-nos às Belas-Artes (*Tabelas II e IV*). Com o intuito de melhor compreender esta desproporção entre os sexos na referida área, vale recorrer novamente ao estudo empreendido por Ana Paula Simioni (2004: 82), já que nele a autora descortina as limitações impostas àquelas mulheres que, entre 1884 e 1922, almejavam a viabilização profissional como artistas plásticas. Talvez a mais emblemática barreira identificada por Simioni seja a recorrência com que eram proibidas de freqüentar as aulas de pintura a partir de modelo vivo (que, no Brasil, apenas lhes foi autorizada em 1897. Embora tardia, esta data antecede o acesso feminino ao nu, se comparada às academias de arte européias).⁹²

Sendo o domínio das representações do corpo humano exigência fundamental para uma formação consistente – em conformidade com os moldes academicistas – e, por conseguinte, para a obtenção de renome artístico, as mulheres, que durante séculos foram alijadas desta modalidade essencial de conhecimento (vale dizer, por questões morais que recaíam sobre a pudicícia), encontraram-se não apenas em indiscutível desvantagem com relação aos seus pares, como esteticamente desautorizadas. Tendo isto em vista, não é de se estranhar a exígua presença das mesmas nesse “sistema de reputação” (PONTES, 2004a: 233). Nas palavras de Simioni,

o acesso ao modelo vivo era absolutamente indispensável à formação de um artista acadêmico. A ênfase da discussão feminista em torno da exclusão do mundo artístico está, justamente, neste ponto: as artistas mulheres foram impedidas de conhecer e dominar, ao longo dos séculos XVIII e XIX, as principais etapas de formação do ‘gênio’ artístico na medida em que o acesso ao nu lhes foi vetado por ser considerado imoral. Afirmam as historiadoras que sem o controle dos meios de expressão simbólicos característicos daquele fazer artístico, as mulheres foram relegadas a toda sorte de pinturas vistas como ‘menores’, as quais não exigiam o completo domínio da representação do corpo humano e, também demandavam menos preparo físico e intelectual. De sorte que se montava um círculo vicioso: as artes menores passavam a ser vistas como adequadas às inábeis mulheres e, toda a arte feita por mulheres, era colocada entre aspas, rotulada como menor (2004: 82).

⁹² Como lembra Simioni (2000), o aprendizado das belas artes podia até fazer parte da educação considerada desejável à mulher burguesa, contando que tal lapidação não fosse reivindicada como profissão, i.e., não ameaçasse transpor os limites do espaço doméstico. Caso contrário, era considerada perigosa e inadequada, podendo colocar em xeque a própria “feminilidade” da mulher (p. 342).

Afigurando-se, pois, como uma “regalia” masculina, a profissionalização nas artes plásticas traduzia um processo marcadamente excludente, do qual inúmeras artistas foram deixadas de fora, seja porque tiveram suas obras inadvertidamente inscritas nos tímidos limites do amadorismo ou, o que dá no mesmo, rebaixadas à categoria de prática diletante. Neste espaço perpassado por categorias impregnadas pelas lógicas de gênero, às artistas não “agraciadas” com o epíteto de “excepcionais”, portanto, à grande e esmagadora maioria, era reservada como inescapável fortuna “a vala comum do esquecimento coletivo”.

A simples menção de amadoras englobava vários significados: como o de que se tratava de pessoas sem um adequado conhecimento das regras do ofício, carentes de formação; além disso, acreditava-se que elas não buscavam na arte um modo de sustento, mas um simples passatempo. Evidentemente essa era uma categoria relacional, cujo uso presumia uma comparação, nem sempre explícita, mas sempre presente, com os artistas homens. Eles, os profissionais, detinham a formação adequada, o conhecimento suficiente, o respaldo institucional para, com as artes, exercerem o ofício de modo a conquistarem dinheiro, fama e glória. Para eles a arte era um empreendimento sério, uma profissão; para elas, um refinamento do espírito (*Idem, Ibidem*: 294).

Aliás, a primeira instituição a facultar o acesso feminino às aulas de arte (desenho e música) foi o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro ⁹³, em 1881, malgrado seu viés profissionalizante, que o distanciava da idéia de uma “arte pura e desinteressada”:

Embora o governo tenha sugerido que as jovens fossem ‘encaminhadas para estabelecimentos de adequada organização onde pudessem prosseguir em seus estudos’, nada equivalente ao Colégio Pedro II existia. Escolas secundárias particulares para moças eram em geral inadequadas e dispendiosas, e sua escolha de educação gratuita, ou pública, no Rio de Janeiro, estava limitada à escola normal e ao Liceu de Artes e Ofícios, que em 1881 acrescentou para as moças cursos especializados e de grande procura em música, desenho e português, mas

⁹³ “Fundado em 23 de novembro de 1856, por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, a Sociedade Propagadora das Belas Artes inaugurava, em 9 de janeiro de 1858, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Funcionava à noite, com professores gratuitos e dedicava-se à arte aplicada à indústria. As matérias essenciais, como a linguagem e a matemática, ao lado do desenho, eram ensinadas com o intuito de preparação aos ofícios e às profissões industriais” (Álvaro Paes de Barros *apud* BERNARDES, 1989: 21).

não em filosofia, álgebra ou retórica, como no Colégio Dom Pedro II” (HAHNER, 1996: 72).

O período acima evidencia o pendor tecnicista do Liceu de Artes e Ofícios, que atrelou sua imagem não apenas à missão de “disseminar pelo povo, como educação, o conhecimento do – belo – [como também] propagar e desenvolver, pelas classes operárias, a instrução indispensável ao exercício racional da parte artística e técnicas das artes, ofícios e indústrias” (Fonseca *apud* SIMIONI, 2004: 92). Ainda segundo Simioni, “a iniciativa do Liceu propiciava a formação de uma mão de obra feminina e, ao educá-la, levaria adiante um projeto social relevante. Mas tal projeto não se refere a todas as mulheres, e sim a uma camada em particular: às mulheres pobres”, visando à formação não de uma elite artística, mas de artesãos habilidosos (*Ibidem*: 92-95).

A abertura de classes de arte para mulheres fora comemorada com a produção de um documento, por iniciativa do próprio estabelecimento, intitulado *Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Liceu Imperial de Artes e Ofícios*, composto por um conjunto de textos de autoria de “homens de letras”, e que possuíam como tema comum a educação/profissionalização feminina (**imagem 9**). No total, manifestaram-se cento e trinta e um escritores, sendo quatro mulheres e cento e vinte e sete homens. Por si só, estes números são sobremaneira sugestivos.⁹⁴

⁹⁴ Assim, em virtude da abertura de classes de arte para as mulheres no Liceu, uma comissão encarregada de organizar a coletânea de textos foi composta. Dela faziam parte os Srs. Guilherme Bellegarde, Félix Ferreira e Velho da Silva Júnior, a quem foi confiada “a organização desta coletânea. Aceito por obediência o encargo, aliás honrosíssimo, dirigimo-nos imediatamente ao aos mais distintos homens de letras de nossa sociedade. Nas cartas que lhes endereçamos fizemos ressaltar a conveniência de não exceder de vinte linhas impressas cada um dos escritos destinados a esta *Poliantéia*” (*apud* BERNARDES, 1989: 21). Os critérios que deveriam ser seguidos pelos escritores, na confecção dos textos, eram: tema comum (a educação feminina); limite de vinte laudas. Os escritores selecionados eram considerados os mais destacados “homens” de letras, todos moradores do Rio de Janeiro. As quatro mulheres convidadas foram Adelina Lopes, Ana Machado Nunes Pena, Guilhermina de Azambuja e Laurencia Neto. Tendo em vista o ínfimo contingente feminino convidado a enviar suas reflexões, não é equivocado considerar que “o documento presta-se, de uma forma altamente expressiva, para o estudo da versão masculina a respeito da [educação e profissionalização da] mulher” (BERNARDES, 1989: 22).

Imagem 9 – Frontispício da *Poliantéia Comemorativa da Inauguração das aulas para o sexo feminino*, 1881. Fonte: BERNARDES, 1989: 20.

As contribuições encaminhadas aos organizadores da *Poliantéia* foram publicadas integralmente, balizadas apenas por critérios previamente definidos.⁹⁵ Tendo em vista o ínfimo contingente feminino convidado a enviar suas reflexões (quatro mulheres), não é equivocado considerar que “o documento presta-se, de uma forma altamente expressiva, para o estudo da versão masculina a respeito da [educação e profissionalização da] mulher” (BERNARDES, 1989: 22).⁹⁶

⁹⁵ Os critérios que deveriam ser seguidos pelos escritores, na confecção dos textos, eram: tema comum (a educação feminina); limite de vinte laudas. Os escritores selecionados eram considerados os mais destacados “homens” de letras, todos moradores do Rio de Janeiro.

⁹⁶ Com uma abordagem pretensiosa, o livro **A educação da mulher**, de Afrânio Peixoto, comporta uma pluralidade de exemplos misóginos, muito embora o autor, eximindo-se de uma auto-condenação, se esconda por trás da capa de um crítico ao misoneísmo. De todo modo, sob o pretexto de identificar especificidades relacionadas à educação feminina, Peixoto lança mão de uma análise significativamente abrangente, que tem como ponto de partida a Antiguidade Clássica e ancoradouro em meados do século XX. O autor, membro da ABL entre os anos de 1910 a 1947, procede a um aventuroso mapeamento histórico sobre o tema, conjugando-o a abordagens biologizantes. Dividindo o livro em duas partes, quais sejam “O que foi” e “O que deve ser”, o autor coaduna a reconstrução histórica a um exercício prospectivo, lançando mão de jargões ainda correntes, rescaldo do final do século XIX, nitidamente oriundos das teorias deterministas, positivistas e das abordagens naturalistas, para contextualizar comportamentos androcêntricos, não sem “cambalear” diante de sua postura deveras ambígua acerca do assunto. Uma das passagens que merece destaque refere-se à alusão a “pretensas máximas” extraídas dos ditos populares, postas em tela com o fito de respaldar a indesejabilidade do letramento feminino: “a mulher letrada não obedece, nem quer trabalhar [referindo-se à Índia]. No Ocidente essa desconfiança se traduziria pela frase ‘desconfie da mula

Concentrando-se apenas nos textos escritos pelos homens, Maria Thereza Bernardes (1989) analisou pormenorizadamente a *Poliantéia*, vindo a classificar as contribuições segundo uma escala por ela elaborada, composta por seis “idéias-matrizes”, que exprimem os diferentes modos como os cento e vinte e sete colaboradores apreendem a educação feminina:

TABELA V – SINOPSE DAS COLABORAÇÕES MASCULINAS ENVIADAS À *POLIANTÉIA*

<i>Diversificação das idéias sobre educação da mulher</i>		<i>Número de Colaborações</i>
1.	A educação deve preparar a mulher exclusivamente para o lar e jamais contribuir para a sua emancipação intelectual ou profissional	9
2.	Idéias evasivas que não chegam a definir educação feminina	9
3.	A educação deve completar a formação feminina	7
4.	A educação da mulher consiste, sobretudo, em uma preparação moral e religiosa	16
5.	Educar a mulher é contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo	63
6.	A educação da mulher representa sua emancipação	23

(Fonte: BERNARDES, 1989: 23)

O recorte de Bernardes se estabelece no sentido de enfatizar a “filigrana de idéias” que compõe o “pensamento masculino sobre a educação da mulher” (1989: 23). Como se pode notar, há um gradiente na escala estabelecida pela pesquisadora, em que o item 1 compreende os textos “mais conservadores”, que associam a mulher à maternidade e às atividades domésticas, enquanto o 6 abrange as visões mais libertárias acerca da educação feminina. Nesta escala,

que faz him (rincho de cavalo?) e da mulher que sabe latim” (PEIXOTO, 1936: 11). Ao se referir ao comportamento reprovável das *bas-bleus* – expressão depreciativa atribuída às mulheres intelectualizadas –, o autor busca explicitar a imparcialidade de seu trabalho crítico: “o pedantismo, a fuga à vulgaridade, embora para o ridículo, é tanto da natureza de homens como de mulheres, fátuos e vaidosas...” (*Idem, Ibidem*: 50).

portanto, o último extremo diz respeito às contribuições que elegeram como tema comum o potencial emancipatório que o conhecimento proporciona à mulher.⁹⁷

Não à toa, a maior parte das contribuições, quase 50% do total, concentra-se no item 5 (no qual se inscrevem também, como mencionado na nota de rodapé 82, as quatro contribuições femininas), que situa a educação feminina no terreno da moral, sendo apreendida como uma ferramenta para a dignificação da família, da nação e do mundo.⁹⁸ Vê-se aqui uma clara emanção do pensamento positivista, que credita à mulher uma “tarefa regeneradora da humanidade [de modo que] sua preeminência moral constituiria meramente um disfarce para sua heteronomia social, econômica e política” (SAFFIOTI, 1976: 210).

A partir desta amostra, é possível perceber a desvinculação entre a educação feminina e a idéia de um conhecimento emancipatório, transformador, e, mais do que isso, reiterar o que já afirmamos anteriormente, i.e., que as “percepções dos papéis sociais distintos reservados aos homens e às mulheres [implicam] orientações educacionais diversas para uns e outros” (SIMIONI, 2004: 63), aparecendo sintetizadas na expressão “segregação sexual”, empregada por Saffioti (*Idem, Ibidem*).⁹⁹

⁹⁷ No grupo 3, que enxerga a educação como complemento à formação feminina estão Arthur Azevedo e Machado de Assis. Para este último, fazia-se necessário “acrescentar ao papel feminino de direção do lar um pouco mais de cultivo do espírito” (*Idem, Ibidem*: 27). Por sua vez, o nome de Sílvio Romero aparece vinculado ao grupo 5 segundo o qual “educar a mulher é contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo” (p. 31).

⁹⁸ Tal como lembra Eleutério (2005), todas elas “comungavam das opiniões masculinas que observavam que educar a mulher é ‘contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo’ (p. 74). A esse respeito, há uma passagem na crônica “Educação”, de Júlia Lopes de Almeida, que reitera esta associação entre a educação feminina e a formação dos futuros cidadãos, no caso, seus próprios filhos. No trecho, a narradora desfere uma crítica à frivolidade do conhecimento “permitido” à mulher, que interfere negativamente em sua missão de educar os filhos: “Nenhum mestre pode ser mais insinuante, mais querido, mais doce, mais persuasivo, do que a mãe! E é principalmente essa missão que deve induzir todas as moças a ler e a estudar com atenção. Aprender para ensinar, com inteligência, alegremente, maternalmente! A nossa educação superficial, essencialmente decorativa, não nos permite decerto responder a todas as perguntas curiosas dos pequeninos a quem temos o dever indeclinável de guiar. (...) Se eles nos perguntam pelos fenômenos da natureza, os primeiros a atraírem a sua atenção, que resposta lhes damos? Eles querem saber o que é o calor, o que é o vento, o frio; se a lua está pregada no céu, de que é feita a sua luz, como e por que lampejam as estrelas, por que se une no horizonte a terra às nuvens; e o que é a terra, a pedra, o movimento, a água, o som (...) e nós, a quem isso não foi nitidamente ensinado, ficamos envergonhadas, humilhada com um profundo desgosto de nós mesmas. Então é que nos vem à mente o desprezo pela instrução ornamental, aparatosa (...)” (ALMEIDA, 1914: 201). Em outra crônica, intitulada “O dia do casamento”, esta temática reaparece: “é a nós, como mães, que a pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e moral” (*Idem, Ibidem*: 13).

⁹⁹ A esse respeito, cf. BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, especialmente o capítulo 5, intitulado “Educação sem emancipação”. De acordo com a autora, “a significação social da educação das mulheres era, pois, limitada pelas expectativas – partilhadas por homens e mulheres – de que as mulheres continuariam a ser os baluartes da ordem social e as guardiãs das relações sociais e de gênero tradicionais. Enquanto as mulheres (inclusive as educadoras) continuassem a encarar a própria educação como preparatória do casamento e da maternidade, a função desta como força socializadora era mais significativa do que seu papel como força libertadora” (p. 123-124).

À guisa de ilustração, os períodos a seguir, que constam da *Poliantéia*, exprimem tacitamente um discurso ratificador do cânon¹⁰⁰, em que o lar e a maternidade figuram como elementos com os quais a mulher, “genuinamente”, se identifica. Aliás, como ressalta Bernardes, “toda essa atrofia na proposta sobre a educação feminina é envolvida por uma atmosfera de respeito e veneração às mães” (BERNARDES, 1989: 26):

Nada mais quimérico do que certas doutrinas hoje em voga sobre uma igualdade mal entendida do homem e da mulher, nada mais desmoralizador do que lançar a mulher na concorrência industrial com o homem. Ser mãe e esposa é quanto basta à sua glória, à felicidade sua e nossa (Miguel Lemos, *apud* BERNARDES, 1989: 24).

Proclamai cada vez mais alto o dever do homem sustentar a mulher; tornai esse dever uma realidade; formai homens capazes de compreendê-lo e executá-lo (R. Teixeira Mendes, *apud* BERNARDES, 1989: 25).¹⁰¹

No tocante às áreas de atuação ditas “femininas”, algumas das quais nos referimos anteriormente, um ramo específico exige especial tratamento, não somente por aparecer tradicionalmente vinculado ao “segundo sexo”, mas principalmente por ter desempenhado inegável função na educação escolarizada das mulheres brasileiras, vindo a se tornar, ao lado do Liceu de Artes e Ofícios, “a escolha de educação gratuita, ou pública, no Rio de Janeiro” (HAHNER, 1996: 72). Trata-se do ensino profissional normal, que tem seu surgimento associado à missão de solucionar “o problema dos quadros docentes das escolas primárias” (SAFFIOTI, 1976: 221).

Para se ter uma idéia, as escolas normais, que passaram a existir em maior número após o ano de 1930, costumavam ser freqüentadas quase que exclusivamente por mulheres – em termos numéricos, elas representavam algo em torno de 90,0% do total de alunos. Esta procura se explica em parte pela existência de um vínculo simbólico que relacionava o papel de mãe ao de professora primária, vindo a garantir à profissão um lugar diferenciado/privilegiado no restrito

¹⁰⁰ Cânon pode ser aqui traduzido como “uma linha de desenvolvimento que relaciona determinados artistas, práticas, eventos, instituições e idéias que norteiam a compreensão do passado, do presente e mesmo expectativas com relação ao futuro” (SIMIONI, 2004: 2), ou então, como “o produto da atividade classificatória das instituições artísticas atuantes num dado contexto social e a formação do gosto” (Tota *apud* SIMIONI, 2004: 2).

¹⁰¹ Vale lembrar que Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram grandes divulgadores do pensamento positivista no Brasil, tendo fundado a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro.

espectro profissional a que as mulheres tinham acesso (i.e., sem que encontrassem grandes objeções). Como corolário, o corpo docente das escolas primárias não poderia contar senão com uma esmagadora presença feminina. Tomando por base a cidade do Rio de Janeiro, em 1935, Saffioti constata que 99,0% dos professores do ensino elementar eram formados por mulheres.

No entanto, cabe aqui um adendo. Ainda que em pequeno número até 1930, as escolas normais existentes no Brasil passaram a assumir, pouco a pouco, funções que lhe eram anteriormente incomuns – e isto em virtude do tipo de ensino que ofereciam e da escassez de escolas secundárias oficiais (*Idem, Ibidem: 222*) – chegando a desempenhar, por exemplo, insuspeito papel na promoção de um refinamento intelectual “desinteressado”, já oferecido por outras instituições de ensino, tal como anteriormente mencionamos. Isso significa que as escolas normais, cujo intuito inicial seria bem mais pragmático, com vistas à profissionalização de seu quadro discente, passam também a atender a uma diferente demanda, “desvinculada de preocupações utilitárias”:

Surgidas como escolas de formação de grau médio, destinavam-se, objetivo que ainda mantém como função precípua, à formação propedêutica e pedagógica do magistério primário. Ao lado de ser a escola normal uma instituição educacional destinada a qualificar força de trabalho para uma profissão de base intelectual, o que a assinalava como canal de ascensão, ela conferia também a seus alunos uma cultura geral desvinculada de preocupações utilitárias. Na medida em que se preenchia esta segunda função, a escola normal era procurada por moças sem intenções de desempenhar as atividades profissionais a que lhes daria direito o título de normalistas e que a ela acorriam em busca de uma cultura geral mais ou menos equivalente ao ensino secundário (*Idem, Ibidem: 222*).

Ainda perseguindo o raciocínio de Saffoti, é somente em 1939 que os normalistas tiveram assegurado, por meio de um Decreto-Lei, o direito de ingresso em alguns dos cursos que integram as Faculdades de Filosofia, mormente pedagogia, letras neolatinas, letras anglo-germânicas, letras clássicas, geografia e história. Contudo, esta resolução não vem desacompanhada de um rearranjo profissional um tanto “vicioso”, caracterizado pela

tendência a impelir a mulher, elemento predominante das escolas normais, à realização de cursos superiores, que a encaminhariam ao magistério nas escolas de grau médio. Dada a formação recebida pelos normalistas, a preferência pelos cursos de pedagogia seria muito pronunciada. Mesmo porque estes cursos vinham concretizar, em termos pouco diversos, é verdade, uma velha aspiração de criar-se uma Escola Normal Superior, destinada a formar pessoal qualificado para o exercício do magistério de grau médio (*Idem, Ibidem*: 228).¹⁰²

Assim, à mulher do entresséculos era destinada uma educação marcadamente informal, e mesmo a novidade inscrita nos ideais republicanos não fora suficiente para desgastar e/ou lanhar a estrutura oriunda dos três séculos de colonização agrária, fundamentada na “continência feminina” (GOTLIB, 2003: 26).

A vida da mulher, nesse contexto social, era a opção entre o matrimônio e o celibato. O primeiro representava a perspectiva ideal de aceitação para o indivíduo do sexo feminino. Quanto ao celibato, havia duas opções: a clássica categoria da ‘solteirona’ ou o ingresso numa instituição religiosa (MENDES, 2004: 37).

Em suma, tal como mostram Needell (1993) e Saffioti (1976), até o final da República Velha, somente as famílias “de posse e posição” tinham acesso à educação secundária e superior (e, ainda assim, com significativas restrições às mulheres), de modo que os nascidos fora dos círculos das elites estavam condenados à impossibilidade do letramento e da formação, a menos que conseguissem driblar tal sina, por meio do autodidatismo. À educação cabia, pois, “qualificar, desigualmente, pessoas ou grupos distribuídos de modo hierárquico num espaço social determinado”, de sorte que às mulheres estavam resguardadas as posições ora de “adorno doméstico, cuja única função socialmente relevante era a de gerir o lar e educar os filhos”, ora de mão-de-obra menos valorizada, quando estas se encontravam no pólo economicamente dominado, sendo “seu salário, freqüentemente menor que os dos homens na mesma ocupação”, considerado uma espécie de arrimo para as despesas do lar (SIMIONI, 2004: 95). Nas palavras de Amélia Beviláqua:

¹⁰² Para um exame mais detalhado acerca da escola normal, cf. SAFFIOTI, 1976: 221-232.

Outrora não era comum aos pobres saberem ler e, mesmo nas classes aristocráticas, muitas vezes somente se cuidava da instrução do menino. As meninas eram preparadas para serem donas de casa, cresciam em geral quase que completamente analfabetas.¹⁰³

Destarte, as distintas propostas pedagógicas oferecidas pelas instituições de ensino (formais e informais) à juventude brasileira do período, ao subentenderem possibilidades diferentes (quase sempre, desiguais) de formação intelectual e social, asseguraram, a um só tempo, a validação de um repertório de práticas formativas marcadamente dissonantes, cujas reverberações se fizeram sentir na configuração social e na (re)definição dos papéis e representações sociais, especialmente em termos da atualização da assimetria entre os sexos.

Além disso, o incentivo à leitura, que aos poucos se figura como uma importante “prática formativa” passa, gradualmente, a ser apreendido como acicate ao aprimoramento dos papéis atribuídos à mulher, i.e., do receituário orientador de seu *dever ser*. Portanto, o livro se torna uma fonte abundante de exemplos e aconselhamentos, possibilitando-lhes uma melhor compreensão de suas atuações como esposa, dona-de-casa e de mãe (ALMEIDA, 1914: 38).¹⁰⁴

Como um efeito do “preparo” a que as mulheres passam a se submeter, o entresséculos assiste ao aumento significativo do número de leitoras, diretamente relacionado à ampliação da alfabetização e às novas oportunidades de educação que lhes são oferecidas, tanto que, nesse período, muitas escritoras deixam de utilizar pseudônimos masculinos e passam a adotar cognomes femininos ou mesmo a assinar suas publicações com o próprio nome.

¹⁰³ Conferência proferida por Amélia Beviláqua, em agosto de 1905, no Terceiro Congresso Científico Latino Americano, realizado no Rio de Janeiro. A íntegra da exposição foi publicada, em 1907, na Revista Literatura e Direto, com o título “Instrução e Educação da Infância”. Ainda de acordo com o tema, vale acrescentar que, “no Rio de Janeiro, as mulheres tinham acesso a um número muito menor de escolas do que os homens. Em 1885, eram 17 primários públicos para os homens, atendendo a 909 alunos, ao passo que 9 escolas atendiam 533 alunas. A rede particular mantinha 51 estabelecimentos para homens e 46 para mulheres, mas enquanto eram 4490 alunos do sexo masculino, apenas 2864 mulheres estavam aí matriculadas” (Stein *apud* SIMIONI, 2004: 64).

¹⁰⁴ Em outros termos, “denunciando relações e necessidades diferentes, dentro de um todo social até então indiferenciado, a folha abre espaço para certo público que até então não contara de modo nenhum para os seus organizadores. Trata-se da ‘gentil leitora’, silhueta amável cuja presença só fora notada em algum raríssimo periódico ameno, mas agora exige redator especializado e rodapé apenas seu, até mesmo nos grande diários” (EULÁLIO, 1992: 31).

Imagem 10 – Jornal carioca, fundado em 1852, por Joana Paula Manso de Noronha, era editado todos os domingos, e trazia como subtítulo “modas, literatura, belas artes, teatro e crítica”. Tinha como objetivo “propagar a illustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. Circulou até 1855. Fonte: Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras (Microfilmagens).

BELLO SEXO

Periodico Religioso, de Instrucção e Recreio, Noticioso e Critico moderado

REDIGIDO POR VARIAS SENHORAS

CORTE.		REDACTORA EM CHEFE	FORA DA CORTE.	
ANNO.....	6\$000	D. Julia de Albuquerque Sandy Aguiar. RUA DA CARIOCA N. 50, LOJA.	ANNO.....	7\$000
SEMESTRE..	3\$000		SEMESTRE..	3\$500
AVULSO....	80		AVULSO....	100

Vol. 1

Quinta-feira 21 de Agosto de 1862

N. 1

O BELLO SEXO

Ahi vai o nosso Jornal, queridas amigas; e depois de ter ouvido os conselhos de meu marido, que tanto tem praticado na vida de escriptor, peço-vos licença por instantes para cumprir com um dever de cortezia, para com todos os illustres senhores redactores das folhas diarias e periodicas, e depois serei convosco.

Senhores redactores. Eu sou a primeira que conheço o acanhamento de minha intelligencia e instrucção, e por isso a ousadia que tomo em apresentar em publico esta folha, que por força será imperfeita em todos os lugares por onde a minha pobre penna tem de marcar o meu pensamento; mas eu só teinho em mente obrigar o meu sexo a vir a imprensa concorrer com o seu contingente para o progresso social, para esse grande bem publico, e assim fazer com que se desenvolvão grandes intelligencias, grandes capacidades, grandes genios que existem no meu sexo, olhados com pia indiferença, abandonados pelos homens de letras, esquecidos pela fraqueza de sua constituição propria.

Eu desejo que as minhas companheiras de sexo marquem na minha terra uma época de sua grandeza, illustração e completo progresso; desejo que as minhas companheiras de collegio venhão encontrar-se comigo neste labyrintho da vida, e provar que os nossos pais, os nossos mestres, não despenderão, nem trabalharão de balde; desejo que não se limitem só a ser mãis de familias esquecendo seus deveres de filhas

da patria; porque, assim como os homens trabalham para o nome e gloria de seus filhos, nós, como mulheres, devemos emprehender tambem trabalhos da intelligencia que tanto tem de contribuir para a ufania d'aquelles que trouxemos em nossos seios, que por elles tanto padecemos e que mais custou-nos a criar-os, e educar-os para Gloria de Deos e orgulho dos pais?

Senhores redactores. Não deveis ser austeros para comigo, vós mesmo estais na obrigação de relevar a falta de minhas inhabilitações, para bem escrever e melhor redigir uma folha, porque eu não trato senão de provocar os brios de nossas mãis, esposas, irmãs, primas, cunhadas e mais parentes pertencentes ao meu sexo, para futuro orgulho dos pais, dos esposos, dos irmãos, dos parentes afim de, cultivando as letras, concorrer para uma memoria brilhante de seus filhos.

Dirigindo-lhes pois os meus respeitosos deveres de cortezia vou finalizar voltando ás minhas companheiras de sexo.

A essas senhoras, que fazem honra ao nosso sexo, apenas pedirei que exerção para comigo a benignidade do coração de que é capaz e natural em nós; a ellas pertence esta folha: dignem-se pois cooperarem para a sua importancia com o fructo de suas intelligencias, assignando-os sempre com os seus nomes.

Trabalhemos pois, porque nós temos a ambição de gloria, e a maior gloria, que podemos alcançar na terra, entre os homens, é tentarmos a competencia com os trabalhos intelligentes de suas pennas.

Os lucros pecuniarios que eu poder

Imagem 11 – Jornal carioca, criado em 1862 por Júlia de Albuquerque Aguiar, apresentava compleição religiosa. Só eram aceitos para a publicação artigos assinados. Fonte: Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras (Microfilmagens).

O SEXO FEMININO

SEMANARIO LITTERARIO, RECREATIVO E NOTICIOSO

ESPECIALMENTE DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER

Redactora e proprietaria—D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz
COLLABORADORAS — SUAS FILHAS E DIVERSAS SENHORAS
Redacção — Itua do Lavrado n. 24

Assignatura para a corte		E' pelo intermedio da mulher que a natureza escreve no coração do homem. AIME' MARTIN.	Assignatura para as provincias	
Por anno.....	18000		Por anno.....	12000
Por semestre.....	5000		Por semestre.....	6000
Por trimestre.....	2000		Por trimestre.....	3500

Anno III

Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1889

N. 9

O SEXO FEMININO

A racional emancipação da mulher

Se attendermos que a palavra foi dada á creatura humana para por meio d'ella, esta mesma creatura tirar vantagens preciosas da sociedade e cumprir os deveres a que está ligada para com os seus semelhantes, facilmente se conhecerá que o uso que d'ella devemos fazer não deve ser opposto aos nossos sentimentos, nem aos deveres de sociabilidade.

Assim sendo, fácil é de ver que a phrase — *Emancipação racional da mulher*, usada n'esses nossos artigos, outro fim não tem senão o de fazer comprehender a necessidade de emanciparmos nos da tutela eterna e injusta que pesa sobre o nosso sexo.

Na actualidade, si bem que bastante modificada, graças á civilisação moderna, a mulher ainda é um ente tão dependente da vontade de outro ente, igual a ella, que, mesmo nas cousas mais triviaes da vida do lar domestico precisa ordem do marido, ou do pai, do irmão, etc., para deliberar. Ora, si nós, as mulheres, tanto como os homens, estamos obri-

gadas a receber as penas impostas nos codigos e legislações originadas por elles, homens, temos de direito natural o direito de exigir os beneficios d'aquelles, de quem recebemos as penas. Sendo nossa intenção pugnar pelo direito de igualdade, que nos foi usurpado pelos legistas humanos, do sexo forte, claro fica que é necessario empregar os meios para chegarmos ao nosso fim.

E' necessario que as cousas tomem um novo caminho, e este novo caminho só o conseguiremos pela propaganda a que nos consagramos presentemente.

Não estamos mais nos tempos em que o saber estava encarcerado nos claustros; a nova geração procura fazer desaparecer os vestigios tristes de outros tempos. Vemos, graças á luz da civilisação, que a verdadeira liberdade consiste na soberania da intelligencia, mas, verdade seja dita, sem se effectuar uma transformação radical e completa no regimen da actual educação do nosso sexo, nada, ou pouco, muito pouco, conseguiremos em beneficio de nosso desideratum. Não se conseguirá os fins, sem se applicar os meios. Até hoje não existe nesta grandiosa cidade do Rio de Janeiro,

Folhetim

A DIVA ISABELLA

ROMANCE ORIGINAL

POR

D. ELISA DINIZ MACHADO CORREIA

V

OS DOIS

(Continuação)

— Socegue, Martha; não estamos tão pobres como supõe... Sim. Foi Deus que nos enviou aquelle homem.

Assim fallando, Visconti tirava do bolso os florins que Genike lhe dera.

— Oh! disse Martha.

E mais socegada deixou-se cahir n'uma cadeira.

Lizetta recobrou a calma, e pôz-se a reparar a desordem do aposento.

Tendo-se tranquillizado, Martha ergueu-se e dirigindo-se ao marido:

— Como dizia ha pouco... quem lhe deu esses florins, foi...

Angelo Visconti relateu a sua mulher o encontro que teve com Genike e a promessa que elle fizera de conseguir que Lizetta cantasse em S. Petersburgo.

Quando Angelo concluiu, a mãe de Isabella respirou mais livremente.

— Deixa-me contar agora como fomos roubados, disse ella.

— Estava eu a servir a roupa branca, quando bateram á porta. Foi abir. Qual porém não foi o meu espanto ao reconhecer na pessoa que batia um homem que da vitrina do cabelleiro não me tirava a vista. Ah! devia tel-o adivinhado! O tal sujeito veio dizer-me que o cabelleiro cha-

Imagem 12 – Hebdomadário dedicado aos interesses femininos. Fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, na cidade de Campanha (RJ), em 1875. Transferiu-se, em seguida, para o Rio de Janeiro, tendo circulado até 1876. Em 1889 reaparece, com novo nome: *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Fonte: Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras (Microfilmagens).

Imagem 13 – Fundado em São Paulo, em 1888, por Josefina Álvares de Azevedo, tinha como intenção proporcionar às mães de família uma leitura amena que as iniciasse nos deveres de esposa e mãe. No ano seguinte, a proprietária redefine os propósitos do jornal, acrescentando se tratar de um veículo voltado também para a emancipação feminina. Sua circulação se estendeu até o ano de 1897. Fonte: Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras (Microfilmagens).

Não à toa, o Rio de Janeiro torna-se “o ponto favorito para a publicação de obras literárias” escritas por mulheres, figurando também como sede privilegiada para a criação de inúmeros periódicos, sob a direção feminina (BERNARDES, 1989: 100). Contudo, o aumento do número de leitoras –, fator peremptório para que muitas escritoras tomassem a frente na direção de redação jornais, especialmente femininos (como evidenciam as **imagens 10, 11, 12 e 13**), ou mesmo na condição de colaboradoras, como colunistas –, não se revelou fator determinante, ou ao menos suficiente, para lhes assegurar a devida fruição dos efeitos de consagração do campo literário que então se formava, havendo entre a prática de leitura e escrita e a consagração literária feminina propriamente dita um significativo hiato.

Aliás, “o longo percurso [por elas] enfrentado para que fossem reconhecidas como autoras de seus textos era ainda incerto no início da década de 30” (ELEUTÉRIO, 2005: 71).¹⁰⁵ Sem dúvida, merecedor de um estudo à parte, este quadro, no mínimo, recende o tipo de educação (bem como suas implicações sociais) destinado às mulheres do período aqui contemplado. Tendo isto em vista, e em conformidade com os propósitos desta tese, refletiremos, a seguir, justamente sobre as possibilidades de profissionalização feminina na carreira literária, no período em que a ABL foi criada. Inegavelmente, esta é uma das chaves privilegiadas para a compreensão do caráter androcêntrico que os membros fundadores imprimiram à agremiação.

Fazer da pena um ofício: os óbices à profissionalização literária feminina no período de formação da ABL

De acordo com o já mencionado historiador Jeffrey Needell (1993), durante a “*belle époque tropical*”, a literatura se afigurava como canal precípua de expressão para muitos diletantes, mas também como caminho da ascensão social para alguns desafortunados que tiveram, por meio da educação realizada a duras penas, o mundo das letras descortinado e eleito como possibilidade de reversão da ignomínia a que teriam sido condenados desde o nascimento: o êxito literário era uma forma legítima de redimir a origem humilde. Assim, para aqueles que se

¹⁰⁵ Como lembra Saffioti, “para o Brasil como um todo, o que se pode constatar é que a mulher não havia, realmente, penetrado nas escolas superiores, em números significativos, até 1930” (1976: 221).

encontravam nas franjas da sociedade, destituídos de privilégios, a “pena” se apresentava não apenas como um prazer, mas, sobretudo como uma saída (p. 217).

Embora “meio de vida” para alguns, Broca (1979) chama a atenção para o caráter “anti-social” de que se investia a literatura, ao atentar para as conseqüências, muitas vezes indesejáveis, que a decisão (ou falta dela!) de viver *exclusivamente* da produção de textos poderia desencadear. Esta ressalva vai ao encontro da argumentação tecida por El Far (2000a) que, por meio de um exemplo específico e contundente, nos oferece um diagnóstico acerca da situação desfavorável em que viviam os escritores no Brasil do entresséculos. El Far se refere ao livro de críticas **Cartas literárias**, de Adolfo Caminha¹⁰⁶, publicado em 1895.¹⁰⁷

A obra em questão narra os constrangimentos a que um escritor brasileiro precisava se submeter para ter seus textos publicados, uma espécie de calvário, sendo o editor um de seus grandes “adversários”, caracterizado por Caminha como um sujeito indisposto, comercialmente despreparado e, sobretudo, como um profissional que beira o arrivismo, com “febre de lucro e furor de riqueza (...) Porque editores há que não se contentam em baratear o trabalho intelectual: julgam-se uma entidade superior e têm o jeitinho impagável de franzir a testa aos homens de espírito, encarando-os com orgulho de nababo do alto de sua independência” (CAMINHA, 1999: 121-123): investido de poder de decisão, o editor subjuga os escritores, oferecendo valores módicos para a publicação de um livro:

Este [o editor], quando não é um sujeito grosseiro, sem tino comercial, ricaço, a quem tanto faz obter mais uma edição como não obtê-la, recebe-o amavelmente, com um arzinho de bondosa superioridade, manda-o sentar e passa logo ao assunto.

¹⁰⁶ Vale sublinhar que o nome de Adolfo Caminha (1867-1897) figurou na listagem inaugural de membros da ABL, elaborada por Lúcio de Mendonça (ver nota de rodapé 175), não chegando a assumir uma Cadeira por conta de sua morte prematura, ocorrida meses antes da inauguração da entidade.

¹⁰⁷ Na crônica “Protetorado de Midas”, publicada em 1894, Adolfo Caminha salienta que a cruel sina reservada aos escritores, não é uma exclusividade dos brasileiros, e se refere a Balzac como um exemplo de escritor que, a despeito das contingências da vida material, não se rendia à literatura de escada abaixo: “Aqui no Brasil, como na França, como na Alemanha, como na Escandinávia, como em toda parte, a história do artista é sempre a mesma história inenarrável, sempre a mesma legenda feita de desesperos, cortada de angústias cruéis, e onde cada página marca um episódio lutuoso, uma nota emocional, uma fatalidade sombria, um grito de dor, uma blasfêmia recalcada... É isso que fez o grande Balzac escrever: – ‘Fala-se nas vítimas causadas pela guerra, pelas epidemias; mas quem pensa no campo de batalha das artes, das ciências e das letras, e quantos esforços violentos para aí triunfar amontoam mortos e moribundos? Neste redobramento de trabalho que me agarrou instigado, como me acho, pela necessidade – nada me alenta. Trabalho e mais trabalho! Noites abrasadas sucedem-se a noites abrasadas, dias de meditação a dias de meditação, da execução à concepção e da concepção à execução’” (CAMINHA, 1999: 26).

O discurso é o mesmo de sempre: não há leitores, além disso o romance não é do gênero que o “nosso povo” gosta, e tal, e cousa...

— Mas, olhe que é um bom livro, senhor F...; tem estilo, tem arte, vale a pena...

— O amigo engana-se, diz o outro; nós editores preferimos ao estilo, à arte, um bom enredo, uma história de sangue cheia de mistérios, comovente, arrebatadora! É dito que o povo gosta, e nós, a respeito de gosto literário, só conhecemos o do povo. Continua o diálogo (...)

Acontece, finalmente, que o escritor vê-se na dura obrigação de tomar partido, e, neste caso, ou deixa ficar o livro porque a miséria o ameaça, ou, intransigente e altivo, prefere guardá-lo consigo e recolher-se à obscuridade. Em qualquer hipótese, é claro que ele só tem a perder, ele que trabalhou um ano inteiro, e às vezes muito mais, ele, o artista honesto e incansável (CAMINHA, 1999: 120).¹⁰⁸

Com isso, Adolfo Caminha explicita as (im)possibilidades de se viver, no Brasil, do trabalho literário, e o faz por meio da iluminação da saga enfrentada pelos escritores. Pressionado pelas urgências materiais, não era incomum ao “homem de letras” dividir tais habilidades com profissões que lhe assegurassem sua reprodução social, em geral, encargos burocráticos. As crônicas de Caminha deixam à mostra não apenas os infortúnios enfrentados pelos escritores, mas a quase inevitabilidade de sua “sina”: a miséria social e a obscuridade.

Cabe aqui chamar a atenção para um caso exemplar, capaz de ilustrar justamente o inverso desta situação, i.e., a profissionalização literária como forma de ascensão social. Referimo-nos a Machado de Assis que, como mostramos, em 1897, assumiria o notável “posto” de presidente fundador da ABL. A origem humilde deste escritor carioca, marcada por privações materiais, o obrigou, desde muito cedo, a manter-se distanciado, muito a contragosto, do universo das letras, exercendo trabalhos como mascate, dentre os quais o de vendedor de doces, quando ainda contava com 12 anos de idade. Daí ser possível tomar de empréstimo a idéia de que sua “formação humana [forjou-se] no enfrentamento das ‘duras lições de vida’” (GARCIA, 2002: 19).¹⁰⁹

Aos 17 anos, Machado de Assis consegue ingressar na Imprensa Oficial, onde passa a exercer a função de aprendiz de tipógrafo, sob a direção do romancista Manuel Antônio de

¹⁰⁸ O período citado se refere à crônica “Editores”, publicada em 1894. Disponível também em CAMINHA, 1999: 119-125.

¹⁰⁹ Sylvia Garcia assim qualifica as agruras que compuseram a formação de Florestan Fernandes. Respeitadas as inúmeras idiossincrasias que particularizam cada trajetória, a história de vida de Florestan Fernandes mantém algumas similitudes com a experiência social de Machado de Assis, especialmente se pensadas à luz da necessidade de enfrentamento (e superação) das urgências materiais e da consagração profissional.

Almeida, que logo se torna seu protetor. Este importante vínculo estabelecido com Almeida marca o início da carreira literária de Machado de Assis, na qual a “pena” lhe asseguraria um futuro promissor (tal o veredicto do experiente autor de **Memórias de um sargento de milícias**). Assim, a forma arguta com que Machado de Assis planejou suas estratégias investidas, com vistas à sua profissionalização literária, deixa evidente o quanto ele conseguiu tirar proveito da desvantajosa posição social em que se encontrava, contrariando a recorrente “fortuna” da indigência social, reservada àqueles escritores “sem eira, nem beira”, cujo ofício se afigurava como uma forma de privação.

Por sua vez, e a partir de uma abordagem de caráter retrospectivo, Brito Broca (1979) faz uma breve varredura da presença feminina na literatura brasileira, e aponta Teresa Margarida da Silva e Orta, autora de **Aventuras de Diófanés** (1752)¹¹⁰, como sendo a precursora da atividade literária no Brasil. Porém, Broca não deixa de asseverar que os caminhos que conduziram à profissionalização literária, se já se mostravam pouco favoráveis aos homens, eram ainda mais incertos e sinuosos para as mulheres que nele buscavam se enveredar. E tal afirmação encontra respaldo no fato de que, embora seja antiga a presença de escritoras, suas produções sempre foram alvo de severas críticas, de acerbos preconceitos, que encontravam justificativa naqueles discursos cientificistas, segundo os quais haveria uma assimetria entre os gêneros/sexos, desvantajosa à mulher, sendo esta compreendida também em termos da capacidade intelectual. Consideradas “essencialmente inferiores aos homens”, tais discursos estabeleciam a inadequação feminina para a vida literária.

Há também que se levar em conta a própria estrutura que caracterizava as cidades do século XIX, cujas esferas pública e privada apresentavam claras distinções, que se desdobravam em uma distribuição desigual dos papéis sociais entre os sexos, de modo que “o mundo público, sobretudo econômico e político é destinado aos homens e é o mundo que conta” (PERROT, 2005: 34). De acordo com Perrot, a cidade do século XIX apresenta-se como um espaço marcadamente sexuado, de tal modo que

as mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e cuidados, principalmente para as

¹¹⁰ Cabe aqui um adendo biográfico, uma vez que a escritora em questão mudou-se para Portugal aos cinco anos de idade, tendo lá produzido toda a sua obra (PAIXÃO, 1987: 10; GOTLIB, 2003: 28).

mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função significar a fortuna e posição de seu marido (*Idem, Ibidem*: 34).

Dentre os óbices que dificultavam a profissionalização literária feminina no entresséculos, é possível destacar a parcialidade dos registros oficiais (produzidos por críticos e estudiosos da literatura e da vida literária), que insistiam em mantê-las silenciadas, i.e., comumente as definindo segundo caracteres de convenção, como é o caso do rótulo de “amadoras”, designação atrelada à idéia da “*faute de mieux*”, e reveladora de que a disposição dos artistas no incipiente campo literário forjava-se não apenas como fruto dos “espaços de formação diferenciados” a que os principiantes estavam relacionados, mas, especialmente, como índice de que “as expectativas diversas com respeito às ocupações masculinas e femininas guiavam, implicitamente, o uso de categorias perpassadas pela lógica de gênero” (SIMIONI, 2004: 7).¹¹¹

A identificação da criatividade de uma artista com as forças produtivas inatas e poderosas da natureza coloca as produções das mulheres fora da esfera mediadora da atividade cultural masculina. Os homens estudam e pensam; as mulheres sentem e criam instintivamente. Na polarização ocidental do corpo e da mente, os homens são recompensados por serem intelectuais e teóricos, as mulheres por serem intuitivas e procriadoras (CHADWICH, 1995: 34).

Desse modo, ao ser definida como fruto da intuição, do improviso e da espontaneidade, a produção feminina é anunciada como um caso à parte, ficando estabelecidas as suas substanciais diferenças com relação àquelas criações (teóricas e intelectuais) que recebem o qualificativo de “profissionais”, quase um sinônimo de “masculinas”. Por sua vez, não sendo muitas vezes consideradas profissionais, as produções femininas eram apreendidas como praticamente inexistentes: a propalada “exigüidade” feminina no mundo das letras encontra reforço e sustentação nos ditos “vazios institucionais”: não tendo seus feitos retratados, catalogados, documentados, à grande parte das escritoras era ofertado como destino implacável o

¹¹¹ A esse respeito, Bonnie Smith lembra que os textos produzidos por mulheres, que já amargavam a “condição” de amadores, começaram a germinar no período correspondente às Revoluções Inglesa e Francesa, portanto, fins do século XVIII, tendo se multiplicado com mais intensidade no século XIX – por ter encontrado meios favoráveis para tal, como mencionamos no início deste capítulo. Sobre o assunto consultar SMITH (2003), especialmente o capítulo “O nascimento da amadora”.

esquecimento, a não-existência na historiografia literária. Trata-se, pois, menos de uma questão de inexistência de fato do que de situações propositais engendradas pelos déficits documentais (GOTLIB, 2003; SIMIONI, 2004; PERROT, 2005).¹¹²

Difícil é recolher toda a obra feminina, os nomes de suas autoras que, sempre, principalmente na sociedade que nos antecedeu, ficavam incógnitas, como incógnitas ficaram muitas produções valiosas de cérebros femininos (Andrade *apud* HOLLANDA & ARAÚJO, 1993: 14).

Tal como salienta Maria de Lourdes Eleutério, ao se referir às considerações de Olavo Bilac acerca da publicação dos versos de sua noiva, Amélia de Oliveira, ser escritora era até aceitável, mas com a ressalva de que os escritos não transcendessem o restrito círculo familiar. A publicação era condenável, sob a pena de macular a reputação da mulher (2005: 31):

“Minha Amélia

(...)

Antes de tudo, quero dizer-te que te amo, agora mais do que nunca, que não me saís um minuto do pensamento, que és a minha preocupação eterna, que vivo louco de saudade, (...) Não me agradou ver um soneto teu (...) desagradou-me a sua publicação.

(...)

Há uma frase de Ramalho Ortigão, que é uma das maiores verdades que tenho lido: – O primeiro dever de uma mulher honesta é não ser conhecida”. – Não é uma grande verdade? (...) há em Portugal e Brasil cem ou mais mulheres que escrevem. Não há nenhuma delas de quem não se fale mal, com ou sem razão. (...) Não quer isto dizer que não faças versos, pelo contrário. Quero que o faças, muitos, para os teus irmãos, para as tuas amigas, e principalmente para mim, – mas nunca para o público (...)

Teu noivo

Olavo Bilac

São Paulo, 7 fevereiro 1888.

¹¹² Além disso, o amadorismo também contribuiu para o barateamento, no crescente mercado de livros, das produções assim rotuladas, de modo que os “editores tiravam vantagem da inferioridade social e legal dessas autoras para reduzir os custos da expansão do mercado. O abuso sofrido pelas mulheres escritoras nas mãos dos editores, em termos de acertos financeiros quase sempre desvantajosos, tornou-se a essência da tradição literária do século 19” (PERROT, 2003: 103).

Fato é que, desde tempos remotos de nossa formação social, as mulheres viveram às margens do espaço público, e só por volta do século XIX começam a ser alfabetizadas e a ter acesso ao universo da literatura (PAIXÃO, 1987: 10). Ainda assim, durante todo este século, a mulher artista/escritora viveu sob o estigma do “amadorismo”, “rótulo que trazia consigo um tipo de classificação hierárquica que se baseava em uma contraposição implícita à figura do artista profissional como evidentemente masculina. Princípio classificatório perpassado pela lógica de gênero” (SIMIONI, 2004: 3-4), de tal modo que “literatura amadora passou a ser vista como de certa forma apropriada para mulheres” (SMITH, 2003: 25). Quando não, as mulheres que conseguiram constituir uma carreira de sucesso, forjando-se como escritoras de renome, viram-se rotuladas como excepcionais.¹¹³

No sistema cultural em formação, o trabalho intelectual da mulher soa estranho ao mundo masculino das letras, podendo ser admitido apenas excepcionalmente. Há formas veladas de deslegitimação e mesmo dúvidas recorrentes sobre se elas eram as verdadeiras autoras do que produziam (ELEUTÉRIO, 2005: 71).

Vamos a um exemplo, que será retomado no próximo capítulo: o jornalista e poeta Lúcio de Mendonça, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, mostrou-se grande entusiasta do trabalho das três Júlias (Júlia Lopes de Almeida, Júlia Cortines e Francisca Júlia), e atribui a notabilidade das escritoras ao fato de apresentarem semelhante compleição, qual seja, “a índole máscula do talento”. Mendonça acrescenta ainda que “a varonilidade do espírito destas três senhoras não lhes tira, mesmo literariamente falando, as graças do sexo”.¹¹⁴ Como se vê, a utilização de qualificativos como “varonil” ou “máscula” figuram como índices de valorização/diferenciação da produção literária de escritoras, passaporte inegável para a sacração

¹¹³ Reforçando o discurso acerca de uma pronunciada aridez feminina na esfera extra-doméstica (nomeadamente na política, arte, ensino e assistência social), Freyre menciona duas escritoras “excepcionais”, antes das quais “só houve bacharelas medíocres, solteironas pedantes ou simplórias, uma ou outra mulher afrancesada, algumas das quais colaboradoras do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro. E assim mesmo foram raras”. O autor se refere à Nísia Floresta e à Júlia Lopes de Almeida, a primeira sendo por ele descrita como “uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX (...) causa pasmo ver uma figura como a de Nísia”. Quanto à segunda, nenhum comentário segue à simples menção. No entanto, a breve abordagem é suficiente para que a escritora tenha seu nome inscrito no registro da “excepcionalidade” (*Idem, Ibidem*: 140-141).

¹¹⁴ Trata-se do artigo “As três Júlias”, publicado originalmente no *Jornal República*, em 6 de março de 1897 e, posteriormente, em 1906, no *Almanaque Garnier*.

de seus textos. Como lembra Lúcia Miguel-Pereira (1954), “nada prova melhor quanto somos toleradas como intrusas na literatura do que o supremo elogio feito a um trabalho feminino: consiste em dizer-se que parece escrito por homem”

Além disso, Simioni (2004: 7) lembra que “o sentido de arte como uma atividade diletante exclusivamente feminina – que sub-repticiamente se opunha ao trabalho feito por homens – perpassa a utilização do rótulo de ‘artista amador’”, tornando evidente a existência de um discurso voltado para a consideração de certa “fatura feminina”, estando o êxito, o reconhecimento alcançado por determinadas mulheres que ousaram se “aventurar” pelo universo das artes atrelado à idéia, não menos eficaz no sentido de demarcar seu limitado espaço de atuação, de excepcionalidade. Portanto, amadorismo e excepcionalidade reforçam-se mutuamente, sendo mobilizados para ratificar “uma linguagem sexuada para tratar da produção feminina, enquanto as obras masculinas percebidas como ‘o universal’, pareciam não ter sexo” (*Idem*: 9-10).

A propósito, Riot-Sarcey e Varikas (1988) demonstram que o significado da idéia de “excepcionalidade”, tal como utilizado correntemente, remete ao seu viés, à idéia de transgressão de uma regra formulada pela sociedade patriarcal, qual seja a da inferioridade da mulher, de sua desigualdade com relação aos homens, que circunscreve seus comportamentos, suas necessidades, seus campos de ação no interior de uma ordem por eles estabelecida, ainda que também por elas ratificada (cf. VERGARA, 1999: 227). As mulheres que arriscam desafiar ou insurgir-se contra tal regra recebem a classificação de “excepcionais”.¹¹⁵

No sistema cultural em formação, o trabalho intelectual da mulher soa estranho ao mundo masculino das letras, podendo ser admitido apenas excepcionalmente. Há formas veladas de deslegitimação e mesmo dúvidas recorrentes sobre se elas eram as verdadeiras autoras do que produziam (ELEUTÉRIO, 2005: 71).

Nestes termos, a idéia de excepcionalidade atualiza os vícios concernentes às assimetrias entre os sexos na medida em que traduz uma diferença mobilizada para legitimar a exclusão,

¹¹⁵ Tal como lembra Gotlib (2003), “são do século XIX os primeiros textos escritos por mulheres que têm alguma divulgação entre o público letrado. Até lá, nos tempos coloniais, mulher nada escreve, ou escreve mas os textos não aparecem, ou aparecem como exceção, entre a maioria quase absoluta de textos escritos por homens” (p. 27).

reservando às mulheres ditas excepcionais desenvoltura e habilidade singulares, capazes de lhes assegurar uma posição social hierarquicamente superior, enquanto “transgressoras” de uma regra, em contraposição às demais, “ratificadoras” desta, por conseguinte, supostamente destituídas de talento, dons individuais e competência suficientes a ponto de lhes render o rótulo de extraordinárias (RIOT-SARCEY & VARIKAS, 1988; SIMIONI, 2004). Não é exagero afirmar que a noção de excepcionalidade acaba por

reproduzir a visão hegemônica que reduziram, até o presente, as experiências históricas das mulheres a uma feminilidade normativa ou essencialista, fora da qual o que existe é anomalia e transgressão da ordem natural (VERGARA, 1999: 227).

Os casos que se nos afiguram como isolados, em que certas trajetórias femininas são apreendidas como heróicas, revelam uma inadequação terminológica: as mulheres tratadas como “exceção” representam apenas a ponta de um iceberg, uma vez que “adotar o esquema de norma-exceção mina a reflexão sobre o problema central da dialética entre o único e o geral, o singular e o universal” (RIOT-SARCEY & VARIKAS, 1988: 77).

A despeito desse cenário desfavorável à projeção, visibilidade e legitimidade das produções literárias de autoria feminina engendradas pelas “formas ‘legítimas’ que a historiografia sancionou e elegeu como compatíveis com o cânone clássico da literatura, havia uma economia literária informal” (HOLLANDA & ARAÚJO, 1993: 16), subterraneamente elaborada.¹¹⁶ Se, por um lado, os registros produzidos por críticos literários, escritores e estudiosos da literatura e da vida literária acenavam para a aridez feminina no campo literário, vindo a traduzir “repetições incansáveis, calcadas em efemérides abstratas, situadas em um nível

¹¹⁶ Gotlib (2003) lembra que, durante muito tempo, os textos escritos por mulheres crispavam-se em “um contexto de cultura bem específico: o espaço doméstico registrado nos livros de receitas, diários, cartas, simples anotações, orações, pensamentos, listas de deveres e obrigações, que, efêmeros, quase na sua grande maioria desapareceram. Quanto aos textos de caráter mais artístico, constituiriam exceção” (p. 29). Nesta mesma direção estão as considerações de Lygia Fagundes Telles, segundo a qual as mulheres “quando mocinhas, elas podiam escrever seus pensamentos e estados d’alma... nos diários de capa acetinada... Depois de casadas, não tinha mais sentido pensar sequer em guardar segredos, que segredo de mulher casada só podia ser bandalheira. Restava o recurso do cadernão do dia-a-dia, onde, de mistura com os gastos da casa cuidadosamente anotados e somados no fim do mês, elas ousavam escrever alguma lembrança ou uma confissão que se juntava na linha adiante com o preço do pó de café e da cebola (...). Vejo nas tímidas inspirações desse cadernão... um marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira da chamada carreira de letras – um ofício de homem” (TELLES, 1997: 60).

olímpico, elevado”, os mesmos não davam conta de eclipsar o conjunto de “ações sutis e transformadoras realizadas por aqueles agentes menos visíveis, conquanto menos dotados de poder” (SIMIONI, 2004: VIII). Os **Capítulos 2 e 3** buscarão aclarar tais considerações.

Consolidada neste cenário marcado por clivagens forjadas a partir da naturalização da “segregação sexual”, para utilizar a expressão empregada por Heleieth Saffioti, e muito bem visualizada na desigual distribuição de papéis e funções entre homens e mulheres, a Academia Brasileira de Letras é sintomática das barreiras ou facilidades que cada um dos sexos encontrou para obter formação profissional, inserção social e, no caso específico, sagração literária. Daí não ser exagerado afirmar que a “Casa de Machado de Assis” apresenta-se, *ex nihilo*, como uma das instâncias produzidas pelas diferenciações entre os gêneros/sexos, mas também delas reprodutora, com seus critérios de seleção calcados nas relações de poder, suas taxonomias e regulamentos derivados de um tradicionalismo conservador capaz de assegurar a perpetuação de sua “feição” masculina, para não dizer misógina. A compleição da agremiação é, portanto, sintomática das relações que diferenciam os sexos, sendo nela entronizadas.

Nos próximos capítulos desta tese questionaremos, a partir de trajetórias concretas, os motivos pelos quais a presença feminina na ABL foi, por tanto tempo, dificultada por seus membros, que se valiam das desculpas as mais mirabolantes para sustentar tamanha arbitrariedade. Consideramos, desde já, que o simples fato de a Academia ter sido concebida à luz da “Casa de Richelieu” – que, desde o seu surgimento, não aceitava mulheres em seus quadros –, serviu durante um bom tempo de pretexto para que o “sexo oposto” não transpusesse seus umbrais. Veremos, pois, que as explicações para a inelegibilidade feminina, na congênere brasileira, não se esgotam aí. Elas são multifárias e sempre arbitrárias.

Mais especificamente, nos próximos dois capítulos, trataremos de evidenciar as circunstâncias em que se deram os insucessos das tentativas de ingresso na ABL de duas escritoras, a saber, Júlia Lopes de Almeida e Amélia Beviláqua, recorte que subentende uma análise mais pormenorizada das especificidades dessa instância de consagração, tendo em vista os momentos em que ocorreram os vetos em questão, caracterizando experiências frustradas de ingresso, seguidas por um silenciamento incômodo em torno de tais episódicas impossibilitações.

Há que se destacar, de saída, que os nomes de ambas as escritoras sequer chegam a ser registrados nos autos da instituição, procedimento institucional regular, o que vem a corroborar a idéia de que “as fontes contribuem para o obscurecimento das trajetórias femininas”.¹¹⁷

Em seguida, analisaremos os bastidores e as circunstâncias de ingresso das “eleitas”: Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Zélia Gattai e Ana Maria Machado, iluminando o peso da política de indicações em cada uma das candidaturas, os vínculos que tais escritoras mantinham com outros imortais e o modo como avaliavam a presença feminina na entidade.

Por mais tentador que seja a reiteração daquilo que o discurso produzido pela ABL nos informa, será indispensável correremos o risco de contrariá-lo repetidas vezes.

¹¹⁷ Pensando especificamente nas artistas plásticas brasileiras do entresséculos, Ana Paula Simioni (2004) identifica uma não-correspondência entre os dados oficiais registrados nos dicionários e aqueles encontrados nos catálogos das Exposições Gerais de Belas-Artes e dos Salões Nacionais de Belas-Artes. Tal contraponto é revelador, assemelhando-se ao caso das escritoras aspirantes a uma vaga na ABL: os registros produzidos pela agremiação são parciais, principalmente por não haverem registrado algumas tentativas de candidatura femininas, tal como mostraremos ao longo dos próximos capítulos. Em conversa informal com Domício Proença Filho, atual ocupante da Cadeira 28 da ABL, ficou evidente que apenas são considerados “oficiais” os episódios e as situações registrados nos Anuários e Atas da instituição. “O que ali não constar, não existiu”, afirma o acadêmico.

Capítulo 2

Portas fechadas: Júlia Lopes entre o salão literário e a ante-sala da ABL

Imagem 14 – *Retrato de Júlia Lopes de Almeida*, pintado por Berthe Worms, em 1895, e oferecido pela retratista à escritora. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

Imagem 15 – Dedicatória que consta do verso da tela *Retrato de Júlia Lopes de Almeida*, que traz os seguintes dizeres: “À D. Júlia Lopes de Almeida, sua amiga sincera Berthe A. Worms, 1895”. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

A inadmissão de mulheres na ABL é tema dos mais vetustos, coincidindo com o seu próprio período de formação. Tal afirmação encontra respaldo nos documentos produzidos pela instituição, ou melhor, nas pistas por eles deixadas, subsumidas pela oficialidade que maquia os acontecimentos, transformando-os em versões e paráfrases do que as informações extra-oficialmente anunciam.

Tendo isto em vista, nesse e no próximo capítulo voltaremos nossa atenção para os bastidores da ausência feminina na entidade, trazendo a lume sua postura androcêntrica, as discussões acadêmicas de cunho misógino, e as implicações regimentais de tais posicionamentos, que mantiveram, durante anos, a ABL oficialmente refratária à presença feminina. Tais análises serão elaboradas a partir de duas trajetórias concretas: a de Júlia Lopes de Almeida, que teve seu nome excluído da listagem final de membros fundadores da Academia e, no próximo capítulo, a malograda experiência de Amélia Beviláqua, ao assistir, atônita, ao veto à proposta de candidatura por ela encaminhada à agremiação. Para tanto, concederemos o devido peso às circunstâncias de cada episódio, aos jogos de poder que atuaram decisivamente em cada inadmissão, perfazendo, assim, uma leitura destas “ausências institucionais”.

Os melindres dos primeiros traçados

Escritora por profissão, Júlia Valentina da Silveira Lopes nasceu no Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1862, em um casarão na rua do Lavradio, onde se localizava o Colégio de Humanidades, então propriedade de seu pai. Filha de lisboetas, passou quase toda a sua infância no Rio de Janeiro.¹¹⁸ Aos sete anos, sua família fixa moradia em Campinas, e lá a escritora permanece até os 23 anos (DE LUCA, 1999). Além de testemunhar sua estréia na carreira literária, a cidade do interior paulista é também cenário de seu primeiro romance, **A Família Medeiros**¹¹⁹, publicado em 1891, portanto, seis anos antes da fundação da Academia Brasileira de Letras.

A predileção pelas letras aflorou precocemente, mas o incômodo que a percepção desta habilidade lhe causava (que espelhava o senso comum da época, a saber, o de que às mulheres não competia aventurar-se pela carreira literária), fez com que Júlia Lopes tomasse algumas precauções para que suas habilidades não fossem descobertas: ela escrevia às escondidas.¹²⁰ Tal postura fica evidente na entrevista intitulada “Um lar de artistas”, que a escritora concede a João do Rio, publicada n’*O momento literário*:

Pois eu em moça fazia versos. Ah! Não imagina com que encanto. Era como um prazer proibido! Sentia ao mesmo tempo a delícia de os compor e o

¹¹⁸ Em entrevista concedida à pesquisadora Rosane Salomoni, em 2001 (que consta do espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida, neto da escritora), a escritora Fernanda Lopes de Almeida, também neta de Júlia Lopes, e irmã de Cláudio Lopes de Almeida informa que Valentim Lopes, pai de Júlia Lopes, era médico e homem de letras, e narra também um fato curioso: dado o seu desempenho na contenção de uma das grandes epidemias que acometera a população carioca, o Imperador o agraciou com o título de Visconde, tendo ficado conhecido como Visconde de São Valentim. A origem do “São” se deve à sua devoção ao santo homônimo, o que lhe rendeu uma combinação intencional, já mobilizada anteriormente, para batizar a fazenda de sua propriedade: Fazenda São Valentim.

¹¹⁹ **A Família Medeiros**, publicado inicialmente em folhetins na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, é o primeiro romance de Júlia Lopes, porém, o segundo livro de sua carreira. A estréia da escritora se deu com o livro de contos **Traços e Iluminuras**, em 1887, cujo sucesso de crítica e público foi imediato. Além disso, vale ressaltar que, em 1886, Júlia publica, ao lado da irmã Adelaide, o livro *Contos Infantis*, destinado às crianças (Cf.: COELHO, 2002: 311). Segundo Antônio Austregésilo, **A Família Medeiros** é um romance revelador de acurada observação e beleza literária (1923: 38-39).

¹²⁰ Não era infundado o receio de Júlia Lopes, de que descobrissem suas habilidades como escritora, afinal, as mulheres encontravam limitadas possibilidades de inserção social, e a profissionalização era pouco compreendida e desejada pelos homens do entresséculos. Tal como diz Paixão, “as poucas mulheres que ousaram desafiar o preconceito social constituem uma minoria. Escritora, só se aceitava mesmo a que escrevia diários íntimos, dentro de seu quarto, escondida dentro de casa. Talvez seja este o motivo por que encontramos, na literatura feminina, sempre uma atmosfera de interiorização, intimista mesmo: uma forma de escrever voltada para dentro” (1987: 10).

medo de que acabassem por descobri-los. Fechava-me no quarto, bem fechada, abria a secretária, estendia pela alvura do papel uma porção de rimas... De repente, um susto. Alguém batia à porta. E eu, com a voz embargada, dando volta à chave da secretária: já vai, já vai!

A mim sempre me parecia que se viessem a saber desses versos, viria o mundo abaixo. Um dia porém, eu estava muito entretida na composição de uma história, uma história em verso, com descrições e diálogos, quando ouvi por trás de mim uma voz alegre: – Peguei-te, menina! Estremeci, pus as duas mãos em cima do papel, num arranco de defesa, mas não me foi possível. Minha irmã, adejando triunfalmente a folha e rindo a perder, bradava: – Então a menina faz versos? Vou mostrá-los ao papá! Não mostres! É que mostro!¹²¹

Alfabetizada pela irmã Adelina Lopes¹²² que, além de escritora, era 12 anos mais velha, Júlia Lopes teve em casa uma inegável fonte de inspiração. Por outro lado, pôde experimentar as agruras que se impunham àquelas mulheres que optavam pela profissionalização. O desejo de se tornar escritora era idéia obsedante, mas o conflito entre dar vazão às suas habilidades ou reprimi-las a acompanhou durante algum tempo, até que, ainda jovem, se vê rendida àquilo que era inevitável: a produção de textos literários. Não à toa, Júlia Lopes de Almeida começou a escrever de modo praticamente confessional, chegando até mesmo a publicar um romance epistolar, em 1913, intitulado **Correio da Roça**¹²³, emblemático de uma prática recorrente nas produções femininas de então (**imagem 16**).

¹²¹ Entrevista originalmente publicada em 25 de março de 1905, na *Gazeta de Notícias*. A versão aqui utilizada consta do espólio de Júlia Lopes de Almeida.

¹²² Adelina Amélia Lopes Vieira (1850-?) nasceu em Lisboa (Portugal). Veio com os pais para o Brasil quando tinha pouco mais de um ano de idade. Viveu no Rio de Janeiro, tendo se dedicado “não só ao ensino das crianças, mas também às discussões sobre novos métodos didáticos e à criação de textos poéticos, teatrais e infantis (...) Colaborou assiduamente em jornais e revistas brasileiras (dentre os quais *O Tempo*, que defendia a política de Floriano Peixoto)” (COELHO, 2002: 27). A título de ilustração, Fernanda Lopes de Almeida, em entrevista já mencionada, salienta que Adelina herdara de seu pai, Valentim Lopes, o título honorífico concedido pelo Imperador, tornando-se, assim, Viscondessa.

¹²³ Trata-se de um romance que, em linguagem simples, fornece ao leitor um panorama contrapontístico entre a cidade e o campo. As personagens do romance, Maria e Fernanda mantêm contato por meio da troca de correspondências, transformando-se na principal forma de ligação entre ambas, que se vêem separadas por força das circunstâncias. Maria, mãe de quatro filhas, enviúva e, por urgências materiais, vê-se impelida a deixar a cidade do Rio de Janeiro e a se mudar para a propriedade rural da família, batizada de Remanso. Tendo desfrutado do ambiente sofisticado da cidade, freqüentado os salões, acompanhado as novidades da moda e assegurado às filhas uma educação diferenciada, a mudança dos rumos de sua vida a deixa combatida. Para ela, abandonar a vida na cidade é como regredir no tempo, como deixar para trás a “civilização”. Assim, o campo é, em um primeiro momento, retratado por Maria como fonte de insatisfação, como o “outro” da cidade. Fernanda, que segue sua vida na cidade, passa a imprimir nas cartas enviadas à amiga um tom de incentivo, buscando despertar nela o interesse pelos assuntos rurais. O estímulo fica bastante evidente na seguinte passagem: “Acredita que o campo brasileiro será eternamente triste, se a mulher educada que o habita não se interessar pela sua fartura, a sua poesia, dando ao pessoal inculto que a rodeia exemplos de carinho, de atividade, de amor à natureza, levando-o assim na esteira de sua inteligência para um futuro melhor As tuas quatro filhas, educadas no colégio de Sion, só com destino às salas e às

Imagem 16 – 1ª. Edição de **Correio da Roça**, 1913.

O caso de Júlia Lopes talvez seja emblemático da situação de desconforto para com a “sina” reservada à mulher, que podia ser traduzida por meio do dilema entre o afloramento da predileção pelas letras e a necessidade de contê-lo, certa sensação proibitiva de extravasá-la conjugada a sua implacabilidade. A contenção da vontade de escrever, no caso de Júlia Lopes, entremeava-se aos arroubos criativos e intransigentes, que teimavam em emergir, processando-se às escondidas.¹²⁴

Em entrevista citada anteriormente, Fernanda Lopes de Almeida conta que Adelina Lopes só tomou conhecimento do talento literário da irmã graças à Joana, filha de escravos, e que fora criada com a família Valentim. Joana, que tinha a mesma idade de Júlia Lopes, mantinha

sacristias, vêm-se dentro das grossas paredes desse velho casarão do Remanso, como freiras em um convento” (p. 33). O encerramento da carta é bastante sugestivo, pois Fernanda convida a amiga Maria a tirar proveito da vida no campo, alertando-lhe estar ciente “de que milagres é capaz a inteligência e a energia das mulheres obrigadas a atuarem por si” (p. 35). Ao longo do romance, Maria se rende aos encantos do campo, “ambiente casto”, deixando definitivamente para trás o “ambiente de pequenas intrigas e grandes maldades” da capital (p. 151). Um dado interessante é que, com a venda de **Correio da Roça**, Júlia Lopes financiou a viagem da família para a Europa, por volta de 1914. Em 1925, retorna com a família à Europa, lá ficando até 1932, tal como lembra sua neta, Fernanda Lopes de Almeida (informação verbal). Segundo Leonora De Luca (1999), “ao publicar-se o romance **Correio da Roça** (lançado em livro no ano de 1913, depois de divulgado em folhetins), a escritora encontra-se no auge da popularidade; mesmo viagens rotineiras – como sua visita a Campinas, em 1912 – assumem caráter de consagração pública. Acumulam-se ainda evidências de que seu prestígio extrapola os limites da comunidade lusófona: em 16 de fevereiro de 1914 registra-se uma apoteótica recepção a ela oferecida em Paris, num banquete para o qual, a pretexto de apresentarem-na “ao mundo intelectual francês”, foram convidadas 400 pessoas” (p. 287).

¹²⁴ Como lembra Needell, “as expectativas quanto à educação das moças diferiam sobremaneira. Mesmo em 1898, a filha de Rui Barbosa, Adélia, foi descrita como ‘um dos ornamentos de nossa sociedade aristocrática. Raras são as moças que em tão tenra idade possam apresentar um cabedal tão rico de instrução como ela. Diversas línguas lhe são familiares, e no piano se revela insigne artista’. Ou seja, o ensino das moças compreendia uma lista de refinamentos a atingir, com o intuito de melhorar sua reputação aos olhos de um possível noivo e respectiva família” (1993: 75-76).

com esta um grande laço de amizade. Certo dia, e despretensiosamente, Joana comenta algo com Adelina Lopes, que a faz despertar: “Nhá Júlia escreve cada coisa linda, e guarda tudo na gaveta e fecha com chave”. Adelina, curiosa e, desde então, a espreita, consegue enfim surpreender Júlia Lopes enquanto escrevia: “Peguei-te, menina”. A primogênita apoderou-se dos papéis, triunfante, e foi mostrar ao pai.

Porém, todo aquele receio manifestado por Júlia Lopes foi dissipado tão logo percebeu que poderia contar com o apoio de seu pai, Valentim Lopes, homem cultivado, “um diletante das letras que escreveu peças teatrais e ensaios literários”¹²⁵. Para a surpresa da filha caçula, e contrariando as expectativas da época, o português Valentim recebe com entusiasmo a notícia sobre sua predileção pelas letras, e, mais do que isso, acaba por inseri-la no circuito literário, fato que vem a se concretizar em 1881, quando se torna colunista da *Gazeta de Campinas*.

A oportunidade deflagradora de sua estréia no referido jornal ocorreu após ter assistido, ao lado do pai, à apresentação da jovem atriz Gemma Cuniberti, que a deixou maravilhada. Valentim, que havia sido solicitado pela *Gazeta de Campinas* a escrever um artigo sobre o espetáculo, ao perceber a empolgação da filha, alegou não dispor de tempo suficiente para a confecção do texto, e decidiu incumbi-la por sua produção, em seu lugar. Mesmo titubeante e insegura, Júlia Lopes aceita o desafio. O texto, que traz como título o nome da atriz, é publicado em 7 de dezembro de 1881 e marca sua estréia como colaboradora de jornais e revistas.¹²⁶

¹²⁵ Fernanda Lopes de Almeida lembra também que era um hábito de Valentim “promover serões literários em Campinas. As moças, todas tinham trabalho manual. Os homens liam alto, enquanto as mulheres bordavam, faziam seus trabalhos manuais”. Os homens liam, as mulheres ouviam. E complementa, dizendo que “a casa em que moravam, em Campinas, possuía uma porta de comunicação para o principal teatro da cidade. Todas as companhias que se apresentavam na Corte, passavam por Campinas também”.

¹²⁶ A seguir, a íntegra do artigo: “Sr. Redator, venho trêmula pedir-lhe o braço, para que me apresente em público a atraente, a divinal criança, a encantadora Gemma! Com a sua apresentação, fico certa do melhor acolhimento. Desculpe-me para com ela e para com todos que me lerem do mal tecido da linguagem com que escrevi estas linhas que lhe envio, abusando, sem dúvida, da concessão de um cantinho em seu jornal. Quero que me dispense toda a sua indulgência, que sei ser excessiva, e me alcance o favor de seus leitores, dizendo-lhes que o influxo do anjo que ora me leva à imprensa, não se repetirá talvez em toda uma longa vida. O entusiasmo tolhe-nos ordinariamente a palavra, e eu entusiasmada, estou a pedir-lhe que publique palavras minhas na Gazeta! Palavras minhas! Minhas! Oh! Meu Deus! Estou escrevendo e acrescentando a cada frase uma linha de pontos de exclamação. Pontos enormes! Linhas sem fim! ... Agradecendo a benevolência com que me leva à presença do gentil portento, assunto desta carta, peço-lhe que beije por mim as faces rosadas da esplêndida artista. Quando eu era pequena, sonhava com todas as crianças, com umas brancas e luminosas fadas, que viviam vestidas de nuvens e coroadas d’estrelas, e esperava ver estas divinas criaturinhas com uma ansiedade louca! Mas... o tempo passou, e, inexorável, foi desfazendo, a proporção [duas palavras ilegíveis] caminhando na idade aquelas imagens transparentes. Vi sem lágrimas dissolver-se a minha fantasia. As ilusões que temos mais esplêndidas são as da infância, e nós as desfolhamos quase com alegria como se fossem rosas, entregando uma por uma as pétalas ao vento, sentindo prazer em vê-las borboletear no espaço. Só em sonhos pode existir o que é sobrenatural, e a imaginação infantil cria prodígios de absurdas dimensões. Eu tinha me esquecido já há muito tempo das varinhas de condão daquelas fadas gentis dos meus sonhos, quando entrei uma noite

— Papá, a Júlia faz versos! — Não senhor, não lhe acredites nas falsidades!

— Pois se eu os tenho aqui. Olha, toma, lê tu mesmo...

Meu pai, muito sério, descansou o *Jornal*. Ah! Deus do céu, que emoção a minha! Tinha uma grande vontade de chorar, de pedir perdão, de dizer que nunca mais faria essas coisas feias, e ao mesmo tempo um vago desejo que o pai sorrisse e achasse bom. Ele, entretanto, severamente lia. Na sua face calma não havia traço de cólera ou de aprovação. Leu, tornou a ler.

A folha branca crescia nas suas mãos, tomava proporções gigantescas, as proporções de um grande muro onde na minha vida acabara a alegria... Então, que achas? O pai entregou os versos, pegou de novo o *Jornal*, sem uma palavra, e a casa voltou à quietude normal. Fiquei esmagada. Que fazer para apagar aquele grande crime? No dia seguinte fomos ver a Gemma Cuniberti, lembra-se? Uma criança genial. Quando saímos do espetáculo, meu pai deu-me o seu braço. — Que achas da Gemma? — Um grande talento. — Imagina! O

Castro pediu-me um artigo a respeito. Ando tão ocupado agora! Mas o homem insistiu, filha, insistiu tanto que não houve remédio. Disse-lhe: não faço eu, mas faz a Júlia...

Minha Nossa Senhora! Pus-me a tremer, a tremer muito. O pai, esse, estava impassível como se estivesse a dizer coisas naturais:

— Estamos combinados, pois não? O prometido é devido. Fazes amanhã o artigo.

Sei lá o que respondi! O certo é que não dormi toda a noite, nervosa, imaginando frases, o começo do artigo. Pela madrugada julgava impossível escrevê-lo, tudo parecia banal ou extravagante. Mas depois do almoço, antes de sair, o pai lembrou-me como se lembra a um escritor: — Vê lá, Júlia, o artigo é para hoje.

Tenho que o levar à noite. Havia um jornal que exigia o meu trabalho. Era como se o mundo se transformasse. Sentei-me. E escrevi assim o meu primeiro artigo... Só mais tarde, muito mais tarde, é que vim a saber a doce invenção de meu pai. O Castro nunca exigira um artigo a respeito da Gemma...

Portanto, a presença do pai na formação intelectual de Júlia Lopes foi fundamental, tendo tido participação decisiva em sua estréia como escritora, aos 19 anos de idade.¹²⁷ A partir daí,

no teatro. Esperei impaciente que principiasse o espetáculo. Levantou-se o pano e o meu olhar fixou-se ávido n'um vultozinho encantador. Ouvi-lhe com graça a mais natural repetir uma lição de geometria e de gramática, enquanto olhava de soslaio para o tirano, o fio! Desde então senti-me presa a essa imagem ideal e iluminadora e para logo surgiu-me na memória a visão de outr'ora, e murmurei de mim para mim: esta vale ainda mais! A voz da talentosa e ciumenta bambina tinha o tremular das estrelas que d'antes engrinaldavam as gentis criações da minha fantasia! Oh! Minha loira e adorável Gemma, deixa que eu te fale por um momento, já que não poderei tornar a ouvir-te. Falar contigo, é quase uma alegria! Seria muito mais completa se te tivesse sentada em meus joelhos e murmurar-te ao ouvido estas palavras: _ Non te vedrò mai più?". Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida. Júlia Lopes possuía um caderno, cujas páginas continham suas contribuições para os jornais. A escritora recortava cada texto e os colava, seguindo a ordem cronológica em que foram publicados. O caderno faz parte do espólio da escritora, já citado. Júlia Lopes encerra sua contribuição para a *Gazeta de Notícias* em 1886, momento em que a família Silveira Lopes deixa Campinas e volta a residir em Portugal.

¹²⁷ Tal como evidencia João do Rio, é por orientação do pai que Júlia Lopes se ocupa, neste período, da leitura dos clássicos portugueses (Garrett, Herculano, Camilo Castelo Branco, Júlio Diniz) – para voltar-se, depois de casada,

Júlia Lopes se torna colaboradora assídua desse e de outros periódicos, tendo como incentivador o jornalista Carlos Ferreira, que lhe solicita a resenha da nova edição de um livro de Casimiro de Abreu (ELEUTÉRIO, 2005: 78).¹²⁸ Portanto, a vida literária de Júlia Lopes de Almeida inicia-se em Campinas, cidade em que passou parte da infância e início da adolescência.

Aliando a carreira literária ao jornalismo, Júlia Lopes adquiriu renome e prestígio. No inverno de 1885, passa uma temporada no Rio de Janeiro, momento em que recebe de Olavo Bilac¹²⁹ o convite para participar de *A Semana* (1893-1895)¹³⁰, publicação semanal criada e patrocinada pelos amigos Valentim Magalhães e Filinto de Almeida¹³¹ (**imagem 17**).

A Semana e seus idealizadores, que figurariam na lista de membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, também tiveram grande influência na projeção de outras escritoras, dentre as quais Francisca Júlia¹³² e Narcisa Amália¹³³ (ELEUTÉRIO, 2005: 79).

para os grandes nomes do Realismo e do Naturalismo francês (Flaubert, Maupassant, Zola). In: “Momento literário”. Cf. DE LUCA, Leonora. “O feminismo possível de Júlia Lopes de Almeida”. *Cadernos Pagu* (12) 1999, p. 282.

¹²⁸ Como lembra Maria Thereza Bernardes (1989), diferentemente do que muitas produções teóricas apontam, em meados do século XIX, o jornalismo era atividade acessível e exercida por um número significativo de mulheres.

¹²⁹ Jornalista, poeta e inspetor de ensino, o carioca Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) foi o fundador da Cadeira 15 da ABL. Esteve à frente da criação de vários jornais, de vida mais ou menos efêmera, como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. Na seção “Semana” da *Gazeta de Notícias*, substituiu Machado de Assis, trabalhando ali durante anos. Ao lado de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia, é um emblemático poeta do parnasiano brasileiro. Dentre seus sonetos mais conhecidos estão “Via-Láctea” e a “Profissão de Fé”. Em 1913 vence um concurso organizado pela revista *Fon-Fon*, a partir do qual passa a ser chamado de “Príncipe dos Poetas”. Dados extraídos do acervo da ABL: <http://www.academia.org.br>

¹³⁰ Trata-se de uma revista “exclusivamente literária e chegando a influenciar grandemente o movimento literário e artístico, apesar de sua curta duração” (ELEUTÉRIO, 2005: 80). Seus idealizadores atraíram colaboradores renomados como Araripe Jr., Olavo Bilac, Lúcio de Mendonça e, posteriormente, João Ribeiro.

¹³¹ Francisco Filinto de Almeida nasceu na cidade do Porto, em 4 de dezembro de 1857. Chegou ao Brasil aos 10 anos de idade, fixando-se no Rio de Janeiro a partir de 1868. Embora não tenha cursado o ensino superior, obteve projeção como jornalista e escritor, tendo escrito com Júlia Lopes o romance **A casa verde**. Fonte: Coleção Filinto de Almeida. Arquivo ABL; DE LUCA (1999); entrevista concedida por Fernanda Lopes de Almeida.

¹³² Francisca Júlia da Silva Münster nasceu em Xiririca (atual Eldorado), em São Paulo, em 1871. Filha do advogado Miguel da Silva e da professora Cecília Isabel da Silva, ainda criança muda-se com a família para a capital paulistana, lá morando até o seu falecimento, em 1920, aos 49 anos. Estréia como poeta aos 18 anos, escrevendo para o *Estado de São Paulo*. Após 1892, tem suas poesias publicadas nos jornais *Correio Paulistano* e *Diário Popular*, e em dois periódicos cariocas: *O Álbum* (mantido por Artur Azevedo) e *A Semana* (para o qual também colaborava Júlia Lopes). Parnasiana ortodoxa, Francisca Júlia cultiva a profissão até seu casamento, após o qual se dedica integralmente ao lar. Porém, diferentemente de Júlia Lopes, “Francisca pertence a uma família de reduzidas posses e casa-se com um homem totalmente desconhecido do meio intelectual. Há dúvidas em precisar-se quando a poeta teria casado e que profissão teria seu marido” (ELEUTÉRIO, 2005: 94). Em 1917 recebe homenagem de poetas de São Paulo, que oferecem um busto seu, em bronze, para a Academia Brasileira de Letras (Cf.: COELHO, 2002: 217). Austregésilo (1923) faz menção ao talento de Francisca Júlia, mas não sem sucumbir à tentação de comparar sua obra àquela feita por homens, portanto, superior. Diz ele que “no domínio da poesia computam-se mais nomes, e alguns tão notáveis que rivalizam com os melhores poetas contemporâneos. Em primeiro lugar cumpre citar Francisca Júlia, a imortal autora de Mármore e Esfinges, duas obras fortíssimas de inspiração e técnica” (p. 40). Ver também: GOTLIB, 2003: 40-41.

¹³³ Poeta, jornalista e professora, Narcisa Amália (1852-1924) nasceu em São João da Barra (RJ). Filha do poeta Jácome e da professora Narcisa Inácio de Campos, obteve grande sucesso de público e de crítica, sendo uma das

Imagem 17 – Filinto de Almeida e Valentim Magalhães, em retrato por eles oferecido a Alberto de Oliveira, 1887. “Ao excelente amigo Alberto de Oliveira, oferecem os retratados”. Fonte: **110 anos da ABL**, 2007: 95.

Em se tratando das contribuições de Júlia Lopes para *A Semana*, uma delas merece destaque. Intitulada “*In Extremis*”, o texto lhe rende o primeiro lugar no Segundo Concurso Literário promovido pela revista, na categoria destinada à prosa. O resultado fora publicado no dia 30 de junho de 1894. O conto é protagonizado pelo casal Laura e Dr. Seabra; ela, formosa e delicada, “com o seu vestido azul claro, muito leve e o chapeuzinho de rendas finas bem pousado na cabeleira loira” e ele, “um homem de ciência, materialista e descrente”. A história trata da desconfiança de Seabra a respeito de um suposto amor impossível, vivido por Laura e Bruno; este, amigo da família, com quem o casal costumava assistir às corridas no Derby.

poucas escritoras a constar das fontes oficiais. Sua estréia se dá com o livro de poesias **Nebulosa**, em 1872, que adquire grande projeção nos meios literários da época. Em sua residência, recebia amigos para tertúlias literárias, prática costumeira da época. Dentre os frequentadores estavam os futuros membros fundadores da ABL Raimundo Corrêa e Luís Murat. Colabora em diversos periódicos e revistas, dentre os quais *A República* e *Correio do Povo* (RJ), *Diário de Pernambuco* (PE), *O Fluminense* (Niterói), *O Garatuja* (Resende) e nos jornais femininos *A Família* (SP), *Almanaque das Senhoras* (RJ) etc. Foi injustamente acusada por Múcio Teixeira, em artigo publicado em 1912, de não ser a autora de *Nebulosas*, calúnia que apenas se desfez por completo em 1949, por meio do minucioso estudo bibliográfico empreendido por Antônio Simões dos Reis, intitulado *Narcisa Amália*. Em crônica publicada em 1889 no jornal *O Garatuja*, Narcisa explicita o incômodo lugar ocupado pela mulher letrada: “A pena obedece ao cérebro, mas o cérebro submete-se antes ao poderoso influxo do coração; como há de a mulher revelar-se artista se os preconceitos sociais exigem que o seu coração cedo perca a probidade, habituando-se ao balbúcio de insignificantes frases convencionais? (...) É sobre a pressão esmagadora da desventura que a poetisa ou a pensadora anima-se a passar da Conceição à Execução – cerrando os olhos à multidão circundante – cerrando os ouvidos aos rumores circundantes, a fim de evitar, no momento supremo, a hesitação ou o desfalecimento”. Ver: COELHO, 2002: 501-502; ELEUTÉRIO (2005) e MUZART (1999).

O marido, que possuía atributos frontalmente distintos dos de Bruno, coleciona indícios que o levam a alimentar sua desconfiança, pois “sentia que o pensamento dos dois unir-se-ia sempre através das distâncias arrastados pelo mesmo ideal, pelo mesmo ardor e pela mesma esperança”. Assim a narradora os descreve: “o outro era moço, ele já se avizinhava da velhice, o outro era um sonhador, um idealista simpático à imaginação ardente e alevantada de Laura”, ele era um homem já “sem forças para encantar ninguém”. Certo dia, quase prontos para mais uma corrida, Laura é surpreendida pelo marido, com a notícia de que a saúde de Bruno não ia nada bem. O casal consente em alterar os planos do passeio, pois julga oportuno visitar o enfermo. Desacreditado pelos médicos, Bruno aceita apenas leite, recusando todo e qualquer alimento que lhe fosse oferecido. Por recomendação médica, a família tenta recorrer a amas de leite, com a esperança de o verem curado, porém, “umas não querem dar-lhe o seio, outras recusam-se a tirar o leite com a bomba”. Tudo se encaminha para um fim um tanto inusitado, já que, no início do conto, a narradora, ao apresentar Laura, atenta para um detalhe: ela está em fase de amamentação.

O desfecho, apesar da ambigüidade que exprime, é marcadamente ousado e apresenta inegável erotismo: indecisa, por conta do respeito ao marido, Laura propõe assumir o papel de ama de leite, e obtém consentimento de Seabra. Em seguida, “a moça ajoelhou-se rapidamente e desabotoou com os dedos nervosos e tateantes o seu lindo vestido de seda azul claro. O marido curvou-se trêmulo com as narinas dilatadas e o coração oprimido, arrependido de seu consentimento ia dizer – não!”. Prostrado, o marido nada mais podia fazer, a não ser acompanhar, atônito, a cena. De repente, Seabra foi tomado por uma profunda sensação de alívio, pois ninguém, além dele, percebera que, à ligeira melhora de Bruno, àquela incrível centelha de vida, seguiu-se um profundo sono – o último.¹³⁴

Um ano após vencer este concurso, aos 25 anos, Júlia Lopes de Almeida se casa com Filinto de Almeida, na cidade de Lisboa. A esse respeito, conta Fernanda Lopes de Almeida que Valentim Magalhães fora incumbido de representar Filinto de Almeida em uma conversa com Valentim Lopes, na qual recomendaria o amigo como seu futuro genro. No entanto, a conversa não surte muito efeito, pois Valentim Lopes não consente a união de sua filha com Filinto de Almeida, alegando considerá-lo um rapaz boêmio, possivelmente sem condições ainda de formar uma família. Neste espaço de tempo, Valentim Lopes viaja com a família para Portugal, enxergando na distância uma possibilidade de arrefecimento da paixão entre Filinto e Júlia.

¹³⁴ *A Semana*, 30 jun. 1894. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

Contudo, o pretendente não se intimidou e aportou em terras lusitanas, vindo a se casar com Júlia pouco tempo depois. Casados, os dois regressam ao Brasil em 1888, e, já no ano seguinte, Filinto de Almeida é beneficiado pelo advento da República, sendo promovido a redator-chefe de *O Estado de S. Paulo*. Por esta razão, fixam residência na capital paulista, lá permanecendo até 1895. É neste período que Filinto também exerce um mandato como deputado estadual (entre 1892 e 1894).

Nesta fase, Júlia Lopes publica as coletâneas **Contos infantis** (1886) e **Traços de Iluminuras** (1887), a primeira em co-autoria com a irmã, Adelina Lopes, e a segunda dedicada aos pais e também a Filinto de Almeida.¹³⁵ Aliás, ao se referir às influências que teria sofrido, a ponto de viabilizarem sua carreira literária, Júlia Lopes destaca o pai e o marido como seus grandes incentivadores:

Tive duas criaturas que a fizeram, meu pai e meu marido. Em solteira, meu pai dava-me livros portugueses, o Camilo, o Júlio Diniz, Garrett, Herculano. Já publicara livros quando casei, e só depois de casada é que li, por conselho do meu marido, os modernos daquele tempo, Zola, Flaubert, Maupassant. (...) Maupassant causou-me grande impressão. (...) Eu li Maupassant depois de publicada **A Viúva Simões** (RIO, 1994: 34).

Viver em um “lar de artistas”

Em 1895, já tendo se consagrado como escritora, Júlia Lopes se estabelece com a família no Rio de Janeiro, mudando-se no início do século XX para uma tranqüila chácara em Santa Tereza, local que passou a ser conhecido, tal como mencionamos no **Capítulo 1**, como salão verde, um dos principais pontos de encontro da intelectualidade carioca do entresséculos (**imagem 18**).¹³⁶ Também conhecido como um “lar de artistas”, expressão cunhada pelo dândi João do Rio,

¹³⁵ De acordo com Eleutério (2005), “**Contos infantis** teve três edições sucessivas, cada qual com 5.000 exemplares, perfazendo ao longo dos anos 17 edições foi aprovada pela Instrução Pública da Capital da República e em vários estados” (p. 74).

¹³⁶ Tal como assinala a nota publicada n’A *Gazeta* de São Paulo, em 14 de junho de 1922, o lar hospitaleiro de Santa Teresa pelo qual passaram quase todos os grandes nomes da literatura nacional constituía visita obrigatória, para muitos dos artistas e homens de letras que visitavam a capital do país (*apud* MOREIRA, 2002: 83). Segundo Cláudio e Fernanda Lopes de Almeida (informação verbal), a mudança de seus avós para o casarão de Santa Teresa ocorreu por volta de 1902, e grande parte do montante para a sua construção adveio da venda do romance **A falência**. Quanto ao salão verde, explicam que fora assim batizado por se tratar de um grande espaço a céu aberto, aprazível,

a casa de Filinto [e Júlia] fica a dez minutos da cidade e é como se estivesse perdida num afastado bairro. Não há vizinhos; não há trânsito pela estrada, a não ser o bonde de quarto em quarto d’hora. Uma grande paz parece descer das árvores. A sala, de um largo conforto inglês, tem uma biblioteca com os livros preferidos dos poetas, um vasto *bureau* cheio de papéis e revistas, e uma porção de quadros com assinaturas notáveis de Souza Pinto, Amoedo, Parreiras...¹³⁷

Imagem 18 – Fachada da residência dos Almeida, localizada no bairro de Santa Teresa (RJ), que continha o salão verde, [s.d]. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

De acordo com Simioni, a expressão “lar de artistas” não parece ter sido empregada aleatoriamente, já que consegue sintetizar a harmonia existente entre o casal e, portanto, abrandar o “problema do ingresso feminino nas instâncias públicas da vida social”. De certo modo, o que está subentendido na expressão é a menção ao “modelo de família burguesa mediante o qual o

cercado por plantas, portanto, um salão bastante atípico, se comparado ao requinte dos ambientes fechados, que sediavam os saraus e as tertúlias literárias. Talvez, justamente por esta informalidade e, somada ao prestígio dos anfitriões, tornou-se “ponto de confluência da intelectualidade carioca”, tornando-se local privilegiado e dinamizador da vida literária do entresséculos.

¹³⁷ Trecho extraído da crônica “Um lar de artistas”. Ainda de acordo com Moreira (2002), a casa de Santa Teresa fora venerada pelos filhos, tendo-se tornado um ninho cultuado pelo aprendizado materno. Na vida familiar, Júlia Lopes transmitiu aos filhos o amor pelas artes e pelo pensamento humanista. Nas palavras de seu filho, Afonso Lopes de Almeida, “o morro de Santo Antônio só não foi arrasado pela oposição levantada por ela na imprensa; ela queria-o ajardinado (...) O caminho aéreo do Pão de Açúcar deve-se tanto à energia e ao arrojo do coronel Fridolino Cardoso quanto à ardente imaginação criadora de minha mãe. O Mercado das Flores é obra sua, como sua foi a primeira exposição florícola (...) Na cidade de Petrópolis as hortênsias que margeiam o rio canalizado e que tão fresca e vivida graça lhe dão foram plantadas por idéia sua [D. Júlia]” (p. 86).

homem permanecia como autoridade moral e financeira e a mulher dedicava-se, com felicidade, ao papel de criadora dos filhos e da arte” (2004: 47), i.e, o homem nos é apresentado como o provedor, enquanto a mulher aparece investida de qualificativos oriundos de certo “espírito conciliatório”, visível ao ser descrita como aquela que executa com desenvoltura as incumbências como mãe e como artista. Nestes termos, a noção de “lar” acaba por aludir, com efeito, à tradicional divisão dos papéis que caracterizam a unidade doméstica, cuja complementaridade se espraia, em alguma medida e sutilmente, para a própria atuação artística do casal.

Depoimentos deixados pela filha, a escultora Margarida Lopes de Almeida fazem menção às tertúlias organizadas por Júlia Lopes em seu salão verde, que reunia poetas, pintores, músicos, intelectuais brasileiros e estrangeiros, especialmente portugueses e franceses (MOREIRA, 2002: 83). Eram freqüentadores assíduos Olavo Bilac, Raimundo Correia, Alberto Nepomuceno, João Luso, Júlia Cortines, Maria Clara da Cunha Santos. Ainda de acordo com Margarida Lopes de Almeida, havia uma singularidade nas relações de sociabilidade cultivadas por sua mãe, em que as amigas mais próximas eram senhoras burguesas sem a menor pretensão literária (*Idem, Ibidem*: 84).¹³⁸ E tais vínculos, ao atestarem o desinteresse, por parte de Júlia Lopes, de manter-se próxima daquelas escritoras profissionais, pareciam buscar, meticulosamente, uma certificação: a de que sua imagem não fosse lanhada e/ou interpretada como a de uma “mulher presunçosa”, ou, em outros termos, de que à sua imagem de mãe, esposa, anfitriã, artista não se sobrepusesse a imagem de uma mulher exclusivamente “profissional”, audaciosa, prepotente. Júlia Lopes parecia o tempo todo primar pelo equilíbrio sedimentado na expressão “lar de artistas”: ser “mãe-artista”, “esposa-artista”, gerir o lar e produzir arte, conjugadamente.

Ainda que seus laços de amizade de alguma forma amainassem a dimensão profissional de sua existência, a atuação literária de Júlia Lopes não deixou de se destacar, rendendo-lhe a

¹³⁸ É renitente a associação entre a vida nos salões e a emancipação feminina, sendo aqueles considerados “verdadeiros centros do debate político e cultural” (HOLLANDA & ARAÚJO, 1993: 21). A existência dos salões literários foi intensa entre o Segundo Reinado e a década de 1930. Segundo Montesquieu, os salões podiam ser definidos como “um tipo de república, um novo estado dentro do estado”, tendo sido uma criação das mulheres da aristocracia. “Espaço semi-público, situado entre a casa e a rua, o salão literário foi um dos poucos territórios onde as mulheres tinham um lugar reconhecido, e onde efetivamente desenvolveram formas originais de sociabilidade em torno do exercício e do debate literário” (*Idem, Ibidem*: 21). Ainda de acordo com Hollanda e Araújo (1993), “a percepção da importância destas formas de organização literária parece imprescindível para a definição da inserção das mulheres na cultura letrada e no espaço político nacional. Já no ano de 1890, em artigo no jornal paulista A Família, Inês Sabino havia observado ‘o quanto a literatura, o jornalismo e os salões literários estavam atrelados à emancipação feminina’” (p. 23)

posição de escritora mais publicada na Primeira República¹³⁹ – por volta de trinta livros –, sem contar seu já mencionado elo com a imprensa, desempenhando a função de assídua colaboradora.

¹⁴⁰ A iniciativa e o êxito profissional da escritora fizeram com que se tornasse “símbolo de realização para aquelas mulheres que pretendiam expressar-se através das letras, [tendo sido] alvo de poemas dedicados e muitas referências vindas de todo o mundo literário” (ELEUTÉRIO, 2005: 75).

Oriunda de família tradicional, “criada entre livros e rendas” e casada com o escritor português Filinto de Almeida, Júlia Lopes estava comprometida com os valores de uma sociedade ainda estruturada sobre um conjunto de estereótipos que postulavam a complementaridade entre os sexos, ficando à mulher reservada a atuação no âmbito doméstico. Por outro lado, a escritora foi testemunha ocular da intensidade com que as transformações histórico-sociais se processavam no Rio de Janeiro, especialmente aquelas anunciadas e oriundas da transição do Brasil Império para o Brasil República, tendo até mesmo transformado sua

¹³⁹ A segunda edição de **A Família Medeiros**, romance inaugural da escritora, publicada em 1894, foi prefaciada pelo editor Horácio Belfort Sabino, que faz as seguintes apreciações: “a autora, por demais conhecida no nosso meio literário pelo talento e ilustração que tem revelado em todas as suas produções, deu à obra, agora publicada em segunda edição, um cunho genuinamente nacional, pondo em relevo o seu grande espírito observador, e conseguindo, na sua narração, reunir à beleza da forma a verdade na reprodução dos nossos costumes. E a contraprova do mérito do livro é o fato raríssimo de se haver esgotado a primeira edição em cerca de três meses”. Esta obra consta do acervo particular da pesquisadora. Vale registrar que **A Família Medeiros** foi publicado primeiramente em folhetim, no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, entre os meses de outubro e dezembro de 1891.

¹⁴⁰ A contribuição de Júlia Lopes para jornais e revistas se estendeu por mais de trinta anos, priorizando a publicação de crônicas que versavam sobre temas como encômios à Abolição e à República, a importância da educação feminina, os conflitos conjugais, alguns dos quais trataremos no próximo item. Tendo sua trajetória marcada por contribuições para diversas revistas femininas, Júlia Lopes fundou, em 1919, ao lado de Cassilda Martins, o *Nosso Jornal*, ano em que é criada, no Rio de Janeiro, a Legião da Mulher Brasileira, da qual fora presidente honorária. Além disso, o período que enfeixa os anos 1914 e 1935 foi marcado pela publicação da *Revista Feminina*, periódico dirigido por Virgilina de Souza Salles, do qual Júlia se tornou colaboradora. Tendo entre seus colaboradores jornalistas e escritores consagrados, o periódico também possuía uma coluna, intitulada “Jardim Fechado”, que recebia textos de leitores. Além de Júlia Lopes, os colaboradores mais importantes eram Cláudio de Souza, que assinava os editoriais com o pseudônimo Ana Rita Malheiros, Chrysanthème (pseudônimo de Cecília Bandeira de Melo Rebelo Vasconcelos), Coelho Neto, Menotti del Pichia e Antônio Austregésilo. A revista tinha como alvo o público feminino, abrangendo seções sobre etiqueta, culinária, relacionamento conjugal, comportamento feminino, moda, artesanato. Dentre as seções que compõem a revista, é possível destacar: “O que uma boa dona de casa deve saber”, “Como enfeitar minha casa”, “Receitas de *Toilete*”, “O menu de meu marido”, “Trabalhos de agulha” etc. Contos, charges e publicidade também faziam parte do rol temático do periódico. Fonte compulsada: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Com sede em São Paulo, a revista podia ser adquirida avulsamente ou por meio de assinatura. No entanto, “o feminismo defendido pela Revista Feminina “além de preservar os papéis tradicionais da mulher, mantém-se fiel à antiga concepção da Igreja da autoridade do marido e obediência da esposa” (Lima apud RAGO, 2005). Eram comuns as premiações oferecidas aos leitores, quando estes indicavam novos assinantes. Piano e enxoval para noiva estão entre os itens divulgados pela revista. Com uma abrangência nacional, a *Revista Feminina* chegou a alcançar uma tiragem mensal de 25 mil exemplares, inserindo-a no seletivo grupo das revistas de maior circulação no período, por conseguinte, projetando os seus articulistas (MALUF & MOTT, 2006: 639).

produção literária em canal de manifestação da mulher burguesa, culta e desejosa de reconhecimento profissional (MOREIRA, 2003: 78).

Se, por um lado, romper com o ciclo de produção e consagração literária não era tarefa fácil (nem mesmo intenção declarada pela escritora), já que produzir textos era uma atividade, por excelência, masculina, cabendo às mulheres uma posição ornamental na sociedade brasileira de *fin-de-siècle*, tal como evidenciamos no **Capítulo 1**, por outro lado, Júlia Lopes de Almeida consegue forjar uma carreira de sucesso, consagrando-se em vida, o que se deve, tal como retomaremos adiante, ao engenhoso equacionamento, por ela promovido, entre seus diferentes papéis: como escritora, esposa e mãe. Sua intensa relação com as letras é transbordante, a ponto de ter influenciado seus filhos (**imagem 19**)¹⁴¹ e marido, que gravitavam em torno de seu êxito.

Dentre os filhos de Júlia Lopes, Margarida Lopes de Almeida (1896-1983) foi quem conquistou maior destaque no mundo artístico, notabilizando-se como declamadora (**imagens 20 a 23**) e como escultora. A artista formou-se pela Escola Nacional de Belas Artes mas, antes de diplomar-se, e em virtude dos excelentes conceitos obtidos nas disciplinas cursadas, foi agraciada com uma importante láurea, qual seja, o prêmio “Viagem a Paris”, por meio do qual teve subvencionado um longo estágio na “capital internacional da cultura”, tal como nos informou seu sobrinho, Cláudio Lopes de Almeida.

¹⁴¹ Como dito anteriormente, Júlia Lopes teve seis filhos, com uma diferença de dois anos, em média, entre cada gravidez. Os dois primeiros, Adriano e Valentina, faleceram com poucos meses de idade, e os demais – Afonso, nascido em 1888; Albano (pai de Cláudio e Fernanda Lopes de Almeida), em 1894; Margarida, em 1896 e Lúcia, em 1899 – apresentaram desde cedo inclinação artística, segundo comentário de Cláudio Lopes de Almeida. Como salienta Eleutério, Afonso escreveu vários livros, os versos de *Terra e céu* e *Evangelho da bondade*, as crônicas de *No ano 1 da era nova*, as viagens publicadas em dois volumes: **Através da Europa** e **O gênio rebelado**, mas seguiu a carreira diplomática. Além de realizar conferências literárias, escreveu, em parceria com a mãe, o livro **A árvore** e publicou também o livro **Mãe**, “enfática louvação a Júlia Lopes. O volume é dividido em dois tempos: Antes, quando Júlia vivia, e Depois, após a sua morte (...). Albano, o outro filho de Júlia, foi pintor de paisagens e também seu colaborador no volume *Jornadas no meu país*, para o qual fez ilustrações. Margarida foi simultaneamente escultora e declamadora e Lúcia, sendo musicista, também produziu o livro **Terra do futuro**” (ELEUTÉRIO, 2005: 91-92), cuja notória influência da mãe se faz sentir, tanto no concernente às escolhas temáticas, quanto às referências explícitas à sua obra, tal como fica evidente no trecho a seguir: “Júlia Lopes de Almeida, cuja obra é um monumento de Paz e Beleza, construtora incansável de alto pensamento, e Civilização, ocupando-se de todos os ângulos de todas as necessidades de sua terra, e da sua gente, que pintou com profunda verdade em seus romances imortais, - criadora, através de suas crônicas semanais no “O País”, da primeira creche no Brasil, da primeira maternidade para os pobres, como da primeira exposição de flores, e do primeiro mercado de flores, para que elas pudessem também poetizar os Lares pobres, criadora da hortênsia como símbolo de Petrópolis, e de um dia destinado ao culto da árvore, ocupando-se das crianças com livros escolares, onde, sob a capa da fantasia, em estilo claro, e fidalguia de forma, elas pudessem aprender sem esforço, e reter, as passagens mais belas de nossa História, mais lindas e úteis da nossa Flora, mais necessárias à boa formação moral” (1973: 21).

Imagem 19 – Júlia Lopes, ladeada pelos filhos Afonso, Margarida (sentados), Albano e Lúcia (em pé), [s.d.]. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, de propriedade de Cláudio Lopes de Almeida.

Assim, logo após a premiação, Margarida Lopes parte a caminho da cidade-luz, em 1924, conforme registros da ENBA, com vistas à lapidação de sua formação artística, e lá permanece até 1930. Ainda de acordo com Cláudio Lopes, “o programa de estágios era rígido. Ela deveria enviar sistematicamente seus trabalhos para a Escola”. Fato curioso, e que teria repercussões surpreendentes (mas, até hoje, praticamente desconhecidas) foi a participação “acidental” de Margarida Lopes em um concurso ocorrido em Paris, que buscava encontrar

as mais belas mãos. Embora não fosse candidata, alguém a indicou e ela ganhou o prêmio. Há notícias nos jornais da época. Ela já era conhecida também como declamadora. Daí em diante a Margarida expunha suas mãos de forma “acintosa”, nas fotos, nas reuniões...¹⁴²

¹⁴² Esta e as demais informações sobre Margarida Lopes nos foram concedidas por Cláudio Lopes de Almeida.

Imagens 22 e 23 – Programa do Recital de Margarida Lopes de Almeida, 19 de janeiro de 1934. Fonte: Coleção Margarida Lopes de Almeida. Arquivo ABL.

A partir de então, Margarida Lopes se tornou amplamente conhecida por suas belas mãos, cujo tom alvo da pele e os dedos longilíneos eram seus traços característicos. Cláudio Lopes exemplifica esta fama adquirida por sua tia, dizendo que os donos de joalherias recorrentemente a procuravam, mostrando-se sempre muito interessados em ver suas mãos adornadas por seus artigos nos anúncios publicitários. A esse respeito, a **imagem 23** revela exatamente o modo como Margarida Lopes costumava e gostava de ser retratada: as mãos em relevo, sempre preeminentes, como se tivessem sido esculpidas.

Antes de regressar ao Brasil, Margarida Lopes realiza um de seus últimos estágios, no ateliê de Paul Landowski (1875-1961), artista que havia sido designado, justamente neste período, a esculpir as mãos e a parte superior do monumento do Cristo Redentor (RJ)¹⁴³. Tal incumbência contou com a participação de Margarida Lopes, tal como salienta seu sobrinho:

Um dos últimos estágios da Margarida (1929?) foi no ateliê do Landowski. A Margarida falava um francês sem sotaque (ela declamava e era considerada uma *diseuse*) e Landowski só descobriu que ela era brasileira pela documentação. Ficou encantado e contou-lhe que tinha acabado de receber uma encomenda do Brasil para construir a maquete do Cristo Redentor para o Corcovado e que ela iria estagiar com ele participando dessa encomenda.... e a Margarida pediu para fazer as Mãos do Cristo... Esta história era contada com orgulho pela Margarida e é verossímil mas não tenho documentação.

Olhando as mãos do Cristo e olhando as fotos das mãos da Margarida parece mesmo que as do Cristo foram esculpidas "à imagem e semelhança das da Margarida".¹⁴⁴

Contudo, as informações acima contrastam frontalmente com as versões que se popularizaram, encampadas pela filha de Landowski, nas quais Margarida Lopes, quando chega a ser mencionada no episódio, tem sua participação reduzida a um papel secundário, de coadjuvante, sendo considerada simplesmente fonte de inspiração para o artista plástico. Ela, que “já era uma escultora considerada [e premiada] quando estagiou no Landowski”, nas palavras de

¹⁴³ De acordo com Giumbelli (2008), “o grau da participação [de Paul Landowski] na concepção da estátua [é] motivo de controvérsia”. O projeto que deu origem ao monumento (inaugurado em 1931) foi concebido pelo engenheiro Heitor da Silva Costa e pelo artista plástico Carlos Oswald.

¹⁴⁴ Por outro lado, versões correntes sobre este episódio descrevem a atuação de Margarida Lopes apenas como fonte passiva de inspiração para a modelagem das mãos do Cristo Redentor, estando em sintonia com a parcialidade dos registros historiográficos identificada por Ana Paula Simioni (2004).

Cláudio Lopes, e que, tal como costumava relatar, havia prontamente se candidatado a esculpir as mãos do monumento:

A Margarida quando estagiou no Landowski já era uma escultora considerada. Laureada no Brasil com Prêmio de Viagem de 5 anos a Paris. Estava no seu 5º e último ano de "estágio". Já participara e fora premiada em exposições (LE SALON -- SOCIÉTÉ DES ARTISTES FRANÇAISES). Então não havia razão para a Margarida ser modelo, mas havia para ser ela a modeladora.

A filha do Landowski andou contestando essa versão e dizendo que o pai fez tudo sozinho. Não há documentação; há versões... A da Margarida é verossímil. A grande honra da obra é do Landowski e em nada desmerece ter ele mandado sua estagiária (laureada, brasileira etc...) esculpir alguma parte do Cristo, sob sua supervisão.¹⁴⁵

Passados muitos anos, “Margarida foi convidada para catedrática interina do Curso de Estatuária da Escola [ENBA], onde exerceu essa função até que um catedrático concursado substituísse o que falecera”, tal como lembra seu sobrinho. Muito embora este convite venha a traduzir o reconhecimento profissional obtido pela escultora, também é possível entrever, por meio dele, o preconceito ainda sofrido pelas mulheres que almejavam seguir carreira nas Belas-Artes, especialmente como docentes, i.e., como transmissoras do saber artístico. Quanto a isso, Simioni (2004) observa que

em nenhum outro ramo das belas-artes as mulheres eram mais inesperadas do que na escultura. Usualmente compreendida como uma arte masculina pela exigência de força física, essa aparentava uma incompatibilidade insuperável com relação àquela presumida “feminilidade” que envolvia o “sexo frágil” (p. 236).

Ao lado desta explicação, que encontrou na reivindicação do vigor físico o elemento “viril” capaz de atrelar o ofício ao sexo masculino, a escultura era vista com certa desconfiança, dada a proximidade que mantinha com aquelas atividades consideradas ignóbeis, a saber, as

¹⁴⁵ Cláudio Lopes de Almeida possui os Catálogos de 1928, 1929 e 1930, que comprovam as premiações de Margarida Lopes quando expôs suas esculturas nos salões franceses.

manuais, mecânicas. Em um país como o Brasil, com significativas raízes escravocratas, os trabalhos braçais tornaram-se alvo certo de uma contaminação simbólica aguda, que culminou em sua desvalorização social, para não dizer, sua desqualificação (*Idem, Ibidem*: 236). Por conta disso, a escultura viu-se situada em uma “corda bamba”, diante do perigo iminente de seu rebaixamento do “inatingível universo das artes, reino das atividades intelectuais por excelência, para a condição de um simples ofício” (*Idem, Ibidem*: 236). No caso específico de Margarida Lopes, as mãos desempenham um papel duplo e, mais propriamente, contraditório: ao mesmo tempo em que a aproximam do trabalho manual, como escultora, dele a afastam, por serem igualmente tomadas como representação de uma “beleza literalmente escultural”, o antípoda de todo e qualquer esforço físico.

Voltando a falar sobre Júlia Lopes, sua influência literária se fez sentir não apenas em seus filhos e marido. Até mesmo o afastamento de Adelina Lopes do mundo das letras parece manter estreita relação com o estrondoso sucesso editorial de sua irmã caçula. A crescente notoriedade conquistada por Júlia Lopes foi acompanhada pelo conseqüente retraimento e ofuscamento de Adelina, escritora que lhe servira de fonte de inspiração, e que foi adquirindo, pouco a pouco, um outro *status*, a saber, o de “irmã de Júlia” (ELEUTÉRIO, 2005). Assim, “a qualificação de Adelina é tão-somente ser irmã da “exímia” romancista, que, por sua vez, é esposa de um homem de considerável destaque no mundo das letras à época” (*Idem, Ibidem*: 76).¹⁴⁶

A esse respeito, Fernanda Lopes rememora uma queixa recorrente de Adelina Lopes que confirma certo ressentimento ao perceber-se “diminuída” ante o notável talento da irmã caçula: “Não sei por que só falam da Juju” (referindo-se à Júlia Lopes). Ao que responde Filinto de Almeida: “É porque a Júlia se dedicou à literatura, ela escolheu aquilo e só fez aquilo, ao passo que tu pintas, tu bordas, tu cantas, tu escreves, então, te dispersastes tanto que não chegaste a fazer um nome em um setor”. Por certo que esta não vinha a ser a melhor explicação.

Para elucidar ainda mais esse processo, Eleutério faz menção à série de artigos intitulada “Nossas escritoras”, de autoria de João Sincero, expressamente reveladora. O texto inaugural é

¹⁴⁶ Adelina Lopes sempre se revelou bastante empenhada em obter reconhecimento literário, e prova disso foi sua iniciativa em mobilizar meios para fazer com que grandes nomes da literatura tomassem conhecimento de sua produção (prática muito recorrente entre os escritores iniciantes da época), como é o caso de Machado de Assis, para quem endereçou dois livros, com dedicatórias que exprimiam sua admiração pelo escritor. Muito embora os exemplares em questão constem do acervo da ABL, os mesmos não puderam ser manuseados, tampouco ter seus títulos identificados, por integrarem a exposição comemorativa do centenário de morte de Machado de Assis.

dedicado a Júlia Lopes, “a mais notável prosadora brasileira. Espírito eminentemente observador, dotado de extrema ductibilidade, não se compraz somente em vaguear no mundo da fantasia (...) Daí o ser uma escritora moderna (...) é sentimental sem pieguismo (...) delicada sem preciosismo” (2005: 75). O segundo artigo dirige-se à Adelina Lopes, porém, o autor deixa entrever a preponderância de Júlia: “Figura nesta modesta galeria gloriosamente aberta com o nome de Júlia Lopes a prosadora exímia que uniu seu coração e destino ao do inspirado poeta Filinto de Almeida, Dona Adelina Lopes Vieira, irmã daquela” (*Idem, Ibidem*: 76). Situada como que à sombra da irmã, a primogênita viu-se impelida, como forma de evitar o ostracismo, a ausentar-se do campo literário.

A leitura interdita e o prosaísmo do casamento

Longe de se afigurar como uma “feliz coincidência”, muitas são as passagens da obra de Júlia Lopes que tematizam a leitura e a produção literária como práticas interditas às mulheres. Um exemplo notório é a crônica “Cada vez que...”, que consta do volume **Eles e Elas (imagem 23)**¹⁴⁷, já que evidencia o descompasso entre o desejo manifesto de a personagem acompanhar a leitura com o marido, e a recusa deste em compartilhar com a esposa uma “atividade a ela não afeita”:

Quando me debruço sobre o ombro de meu marido para seguir-lhe a leitura, percebo no gesto suave com que ele afasta o livro dos meus olhos, esta significação:

¹⁴⁷ O livro **Eles e Elas**, publicado em 1910, é uma coletânea das crônicas que Júlia Lopes escreveu para o jornal de circulação nacional *O País*, destinadas às colunas “Reflexões de uma esposa” e “Reflexões de um marido”. Utilizamos aqui a edição de 1922, que consta do acervo particular da pesquisadora. As crônicas evidenciam os extremos da voz narrativa em um esforço para apaziguar as demandas masculinas e femininas no que diz respeito às dissonantes visões de mundo, cristalizadas na polaridade entre, de um lado, as persistências do patriarcalismo e, de outro, as ambições femininas emancipatórias, que encontravam inspiração na Europa, no elã cosmopolita da *belle époque*. Portanto, é nessa atmosfera híbrida de demandas e valores, afetada pela nova visão sócio-cultural feminina acerca das relações entre homens e mulheres, particularmente no campo das relações afetivas, que Júlia Lopes de Almeida tece seu discurso polissêmico. Um dos trechos do romance é publicado, em 1915, na *Revista Feminina*, cuja nota introdutória assim o apresenta: “São Paulo hospeda neste momento uma das nossas mais exímias escritoras – D. Júlia Lopes de Almeida – cujo estilo simples e delicioso reflete toda a suavidade da alma feminina. Saudando a consagrada escritora, a Revista Feminina oferece às suas leitoras um dos capítulos do seu lindo volume, **Eles e Elas**, respeitando-lhe a ortografia”. Os exemplares da *Revista Feminina* encontram-se disponíveis na Biblioteca Nacional.

- Tu não entendes disto... vai-te embora...

Eu retomo o meu lugar, um tanto envergonhada da ousadia, e ele segue sozinho nessas altas regiões do espírito, que me são vedadas. O meu plano é outro, cá embaixo; e arrojam-me para ele com tão repetidos impulsos, que começo a magoar-me (ALMEIDA, 1922: 25-26).

Imagem 24 – 1ª. Edição de **Eles e Elas**, 1910.

Seguindo esta mesma linha, na crônica “Os livros”, que compõe o **Livro das noivas** (**imagem 28**)¹⁴⁸, Júlia Lopes lança luz sobre esta temática, retratando novamente o hábito da

¹⁴⁸ Assim como **Eles e Elas**, o **Livro das noivas**, publicado em 1896, é fruto de uma compilação de crônicas que Júlia Lopes escreveu para a *Gazeta* durante o ano de 1884, na coluna intitulada “Leitura Popular” e o subtítulo “As Nossas Casas”. Muito bem definido por Eleutério (2005) como uma “coletânea de aconselhamentos”, um “libelo à submissão da mulher” (p.84), ou então, nas palavras de Austregésilo (1923), “feito com doçura feminina e a dedicação tão cheia de elegância, que se constituiu entre nós jóia preciosa para presentes às moças brasileiras” (p. 38), a edição de 1914 de **Livro das Noivas** traz como dedicatória um texto dirigido a seu marido, Filinto de Almeida. Quando do desaparecimento de Júlia Lopes, Filinto compila um conjunto de poesias inspiradas na esposa, e publica, em 1938, o livro **Dona Júlia**, que contém a referida dedicatória, porém, como encerramento do livro. A homenagem se inicia com o seguinte trecho da poesia “Lyrica”, escrita pelo autor: “As nossas almas já se uniram de tal corte, que nem a própria morte nol-as [sic] desunirá”. Em seguida, Júlia exprime a intensidade do sentimento que nutre por Filinto, revelada por meio de uma profunda cumplicidade: “Meu Filinto, lê na minh’alma como em um livro aberto. Não tenho pensamento que te não comunique, desejo ou sonho que te não exprima. Ninguém, pois, melhor que tu, conhecerá a sinceridade destas páginas singelas, onde de vez em quando os nossos filhos aparecem, e que te entrego, certa de que serão queridas ao teu coração. Não te dou um livro literário, mas dou-te um livro sentido, a que segredei todas as minhas alegrias e tristezas. Tu, que tens, com igual carinho e bom conselho, participando de umas e outras, acolhe-o bem, que vai nele todo o amor da tua Júlia”. Segundo Mendes, “Júlia Lopes de Almeida é a maior figura da época, pela extensão de sua obra e longa vida literária. Todos os seus livros foram elogiados e reeditados, vários traduzidos. Ainda na década de 1920, o livro preferido pelas mulheres brasileiras era o **Livro das noivas**, de sua autoria, ratificando a idéia de que o casamento continuava sendo o assunto de maior interesse e relevância para as mulheres. Poucas são também as escritoras admitidas no cânone literário brasileiro. Todas as que produzem literatura visando a um público, ao ‘espaço público’ e não ao privado, ‘forçam’ um lugar para a mulher num cânone marcadamente masculino” (2004: 47).

leitura como uma prática indesejável às mulheres. Segundo a autora, “os pais antigos proibiam a leitura às filhas, afirmando que os livros eram os piores inimigos da alma”, e a maneira que encontravam de mantê-las deles distanciadas, posto que responsáveis pela perdição feminina, era não lhes ensinar a leitura (p. 35). Em seguida, a narradora atenta para um desdobramento social desta “proibição”, que é a aridez de mulheres leitoras e a parca procura pela literatura nacional e de “qualidade”:

É raro encontrarem-se nas nossas salas duas senhoras que falem de literatura, mostrando interesse pelos bons autores, principalmente pelo de seu país! Do jornal lêem o folhetim, isto é, o romance de enredo, onde as deleitam as cenas imprevistas, as astúcias de lacaios, os véus negros de adúlteras em entrevistas amorosas, e os lampejos de espada no campo da honra! (p. 36)¹⁴⁹

Imagem 25 – Imagem extraída do **Livro das noivas**, 1914. Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em meio às recorrentes menções às restritas possibilidades de letramento feminino, deparamo-nos, de modo contrapontístico, com uma série de imagens de Júlia Lopes de Almeida (fotografias, aquarelas e postais) que “dialogam entre si” ao reforçarem a associação entre

¹⁴⁹ Porém, na crônica “Mulher brasileira”, que integra o **Livro das damas e donzelas** (1906), Júlia Lopes considera que “apesar da antipatia do homem pela mulher intelectual, que ele agride e ridiculariza, a brasileira de hoje procura enriquecer a sua inteligência freqüentando cursos que lhe ilustrem o espírito e lhe proporcionem um escudo para a vida, tão sujeita a mutabilidades”.

“mulher” e “escrita”. No postal acima (**imagem 25**), por exemplo, Júlia Lopes é retratada em pleno processo de escrita. Disposta ao final da crônica “Uma carta”, a imagem representada no postal insinua uma prática específica de escrita, à qual nos referimos anteriormente, a saber, a epistolar, tida na época como “eminentemente feminina” e, conforme a autora, produzida à noite, durante o “serão, única hora de sossego, para quem tem filhos pequeninos” (1914: 168).

Imagem 26 – Retrato a óleo de Júlia Lopes de Almeida, pintado por Richard Hall, 1922?. Imagem também reprografada e incluída no livro **Dona Júlia** (1938), de Filinto de Almeida. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

Por sua vez, e ainda dentro desta temática, o retrato a óleo pintado por Richard Hall (**imagem 26**) no início da década de 1920¹⁵⁰, e posteriormente incluído no livro **Dona Júlia** (1938), de autoria de Filinto de Almeida, flagra Júlia Lopes de Almeida não propriamente durante o labor criativo, mas no exato momento de sua interrupção. A mão esquerda, que repousa improvisadamente sobre seu colo, segura os óculos que, muito provavelmente, haviam acabado

¹⁵⁰ De acordo com Cláudio Lopes de Almeida, o retrato a óleo em questão foi confeccionado quando Júlia Lopes contava, aproximadamente, com 60 anos.

de ser removidos de sua face. Já a mão direita, aquela que, durante os arroubos criativos, detém a pena, e que também folheia cada página lida, é cuidadosamente mantida sobre a escrivaninha, vindo a reforçar a idéia de que a escritora fora surpreendida em pleno exercício de sua profissão.

A pose de Júlia Lopes, cuja altivez encontra reforço em seu olhar inquisidor e judicativo, faz com que o “momento de pausa” adquira os contornos de uma “intromissão inconveniente”, justamente porque à rigidez de sua expressão e traços fisionômicos correspondem os retoques rapidamente promovidos pela escritora em sua postura, no intuito de adequá-la às exigências de um retrato e, arriscamos dizer, apressar a sua confecção, para logo retornar ao trabalho. Além disso, o ligeiro aprumo promovido por Júlia Lopes em sua imagem, no intuito de melhor “apresentar-se” ao retratista – ao retirar os óculos e interromper a escrita/leitura –, como que recrudesce, enviesadamente, os fortes indícios que a vinculam ao ofício de escritora.

Imagem 27 – Aquarela de Rodolpho Amoêdo, [s.d.]. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

Ainda compondo este rol de imagens de Júlia Lopes de Almeida, todas elas alusivas à sua atuação como “profissional das letras”, localizamos no espólio da escritora uma aquarela, assinada por Rodolpho Amoêdo (**imagem 27**), cujas semelhanças com a de Richard Hall (**imagem 26**) merecem ser descortinadas.

Para começo de comparação, ambos os retratos insinuam, muito provavelmente, o modo como Júlia Lopes desejava ser reconhecida e apreendida: em seu ambiente de trabalho, em meio a livros e a folhas ainda em branco (estas, estrategicamente dispostas, de modo a anunciarem o

momento pregresso à feitura da obra). Nesse sentido, inúmeras semelhanças podem ser pontuadas entre a figura acima e aquela anteriormente analisada. Em ambas, a escritora é apreendida em poses semelhantes e em um mesmo cenário, a saber, a sala de leitura/escritório de sua casa de Santa Teresa, tal como afirma Cláudio Lopes de Almeida.

O olhar impaciente da escritora, que parece exprimir certo incômodo por ver-se interrompida, também é comum a ambas as representações, embora mais acentuado nesta última. No entanto, a informalidade da indumentária da escritora, tal como evidencia a aquarela de Amoêdo, contrasta com a seriedade do traje em que é retratada por Richard Hall. É como se a primeira expusesse Júlia Lopes a exercer a profissão de escritora, em seu ambiente de trabalho/escritório, e a segunda fizesse transparecer aqueles traços mais recônditos, a partir dos quais o mesmo cenário adquire conotações mais intimistas, transmitindo a sensação de estar ela em seus “apostos”. No limite, profissão e hobby dividem o mesmo espaço; criação literária e leitura contemplativa são retratadas como práticas indissociáveis, complementares e, sobretudo, como hábitos triviais. Nas palavras de José de Souza Martins, ao ser referir aos registros fotográficos (a exemplo do que parece caracterizar o processo de confecção do retrato),

esse cuidado na apresentação pessoal do fotografado é também uma racionalização vestimental com o objetivo de fazer-se entender pelo “leitor” da fotografia e preventivamente evitar que a vestimenta própria de um certo código de decoro induza a leitura da foto segundo uma pauta de entendimento que entre em conflito com aquilo que o fotografado entende ser como pessoa e quer dar a ver (2006: 15).

Ambos os retratos, ao apreenderem Júlia Lopes em momentos de “interrupção do fazer literário”, “eternizam” a espera como incômodo e, sobretudo, revelam seu contraponto: a produção literária como um processo contumaz, que não prevê interrupções.

Portanto, o fazer literário e a leitura não são apenas temáticas características da fatura literária de Júlia Lopes de Almeida, como transbordam para seus registros pictóricos, muitos deles pessoais, outros, ilustrações de suas próprias obras. Estas imagens “perenizam” Júlia Lopes como escritora/leitora, especialmente ao apreenderem aqueles exatos momentos de tensão, deflagrados pela suspensão momentânea de tais práticas, e acabam por nos fornecer registros a partir dos quais o universo literário é anunciado como sendo o universo, *par excellence*, da

escritora, no qual criação artística e lapidação do conhecimento se definem como atividades cotidianas.

Júlia Lopes de Almeida chegou também a ser retratada pela pintora francesa Berthe Worms (1868-1937), na tela *Retrato de Júlia Lopes de Almeida*, escolhida para inaugurar o presente capítulo (**imagem 14**).¹⁵¹ A pintura foi exposta em 1895, na II Exposição Geral de Belas Artes, organizada pela ENBA, no Rio de Janeiro, e oferece uma imagem completamente distinta da escritora, se comparada àquela que os retratos anteriormente analisados transmitem. Como um “botão de rosa” a irromper, soberano, entre outras flores: eis o modo como “Dona Júlia” é retratada pela artista plástica francesa, imagem substancialmente distanciada do modo como a escritora “se dava a ver” nas demais telas. Os tons claros, perolados, parecem conferir ao *Retrato de Júlia Lopes de Almeida* um “ar etéreo”, cândido, sublime, angelical. A delicadeza, a leveza e a brandura da tela contrastam, pois, com a “aspereza” da postura e com a seriedade dos traços fisionômicos que as **imagens 26 e 27** “comunicam”.

Além da temática da leitura/escrita, igualmente obsedantes, as diferenças entre os sexos aparecem longamente retratadas na produção de Júlia Lopes. Um exemplo notório é a crônica “A roupa branca”, que também integra o **Livro das noivas**, na qual a narradora atenta para o fato de as mulheres desconhecerem “as suas capacidades cerebrais e [entreterem-se] a cultivar outras, em que são inferiores...” (p. 20). Nota-se, no texto, a menção à subserviência e ao aviltamento femininos, tematizados por meio da ênfase na dependência financeira da personagem em relação ao marido, ao ver-se obrigada a lhe solicitar, timidamente, uma quantia em dinheiro para as despesas comezinhas.¹⁵²

¹⁵¹ Além desta, duas outras telas assinadas pela artista plástica francesa participaram do evento, quais sejam *Lição Difícil* e *Cabeça de Cardeal*, “sendo a última laureada com um admirável prêmio: a segunda medalha de ouro” (SIMIONI, 2004: 228). Conforme nos informou Cláudio Lopes de Almeida, o *Retrato de Júlia Lopes de Almeida* fora confeccionado quando a escritora contava com 33 anos, coincidindo, portanto, com a data em que fora exposto (1895).

¹⁵² Sem dúvida alguma, esta é uma temática recorrente nos escritos de Júlia Lopes. Outro exemplo é a crônica “Mas se é assim...”, que retrata uma conversa entre os pais e a filha Lolota, recém-casada. O assunto recai sobre o matrimônio, sobre as falhas do marido, que tem descumprido um de seus “deveres” mais elementares. O pai interpela: “Ouviste, minha mulher? Ele não lhe dá dinheiro! Mas é a principal obrigação de todo o homem que se casa dar dinheiro à sua mulher! Não sejas tola, minha filha, pede-lh’o. Por que é que ele não te dá dinheiro?!”. Mais adiante, Lolota revela aos pais que o marido costuma dispensar sua companhia em suas idas ao teatro, o que desencadeia uma discussão: o pai acusa a mãe de ter transmitido à filha “sentimentos de submissão e de inferioridade”, ao que a mãe rebate, dizendo que “as imperfeições que tu agora condenas nas mulheres são as virtudes, através das quais vocês nos respeitam e nos amam. O mundo ensinou-nos a criar os filhos para a liberdade e as filhas para os homens; o erro vem de longe e requer muita coragem para ser emendado” (ALMEIDA, 1922: 167-169). Virgínia Woolf ironiza, ao evidenciar o peso da tradição na atualização do pensamento segundo o qual “mesmo

Cada vez que peço dinheiro a meu marido e que ele acompanha o gesto de o tirar da algibeira com estas palavrinhas: – Oh, já acabaste com todo o dinheiro que te dei ontem?! – sinto um calafrio subir-me dos calcanhares à nuca.

Devo corar, porque ele modifica logo o tom em que o espanto envolve uma censura e sorri, magnânimo, pondo-me nos dedos trêmulos as notas requisitadas, como se m'as desse para comprar balas e bonecas! E o dinheiro, afinal, não é para mim, é para nós; é para ele, mais exigente que eu nos regalos da mesa e do conforto. De humilhada que me sinto, parece-me que então me contentaria como o mais humilde cantinho da terra e que despida de todos os luxos, roendo ervas cruas como os cabritos, eu me sentiria mais gloriosa, por mais independente, do que nesta contingência de pedir, de precisar... [...] Ele tira o dinheiro do bolso com ar soberano, e eu estendo a mão, como uma mendiga (ALMEIDA, 1922: 21-22).¹⁵³

Imagem 28 – Capa da 3ª edição do **Livro das Noivas**, 1914. Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Imagem 29 – Capa da 1ª edição do **Livro das Donas e Donzellas**, 1906. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

que eu pudesse ganhar dinheiro, não é um assunto de grande interesse para mim. Melhor deixar isso para o meu marido” (1985: 32).

¹⁵³ De acordo com Moreira (2003), “a temática ficcional desenvolvida por D. Júlia está presa ao lar, às prendas domésticas, ao universo feminino e às formas de interação que as mulheres desenvolvem entre si e com os papéis que lhes eram atribuídos, de mãe extremosa, esposa feliz e serva atenta aos desejos do marido e dos filhos. Culturalmente, tal mulher estava envolta numa atmosfera romântica, paradisíaca, que tornava as responsabilidades e os papéis femininos atividades prazerosas, desprovidas de um significado negativo e/ou desgastante, porque havia uma idealização extrema das lidas domésticas” (p. 89).

Por sua vez, no trecho final da já citada crônica “Cada vez que...”, a escritora lança luz sobre as assimetrias entre os sexos, perscrutando as diferentes expectativas em torno dos papéis de “esposa” e “marido”. Ao voltar o olhar para o ambiente privado, a narradora ironiza:

Ah, o lar! A sagração da mulher... (...) Tudo é dele [do marido]! Tudo! A casa é o mundo que está aos seus pés, obediente ao seu gosto; abrem-se as portas a quem ele quer, fecham-se a quem lhe convém... A minha virtude deve consistir em ser de fácil persuasão. Meu marido quer, meu marido não quer, e acabou-se! Entretanto, as nossas opiniões são desconstruídas; mas, pela minha submissão, concordamos infalivelmente! Ele nem dá pelo sacrifício; dir-se-ia que a rua por onde anda não tem outro calçamento (p. 26).

Embora o casamento, enquanto fonte de realização feminina, seja uma construção social, não sendo possível decretar a sua centralidade e inevitabilidade, especialmente se pensarmos naquelas mulheres que tiveram formação diferenciada, como é o caso de Júlia Lopes de Almeida – lembremos, por exemplo, que a escritora assevera que “se não fosse a prudência das mulheres, o casamento seria uma fonte abundantíssima de escândalos”¹⁵⁴ –, sua trajetória pessoal nos surpreende, ao se erigir como parênteses diante de suas próprias observações.¹⁵⁵ Embora não enxergasse o casamento como fonte *exclusiva* de realização feminina, Júlia Lopes via nele o prenúncio de uma nova vida, em que à mulher eram designadas responsabilidades sugeridas pelas atuações como esposa e mãe.

Assim, ao atentar para as distinções conferidas aos papéis desempenhados pelos cônjuges, a escritora dá vazão ao conjunto de expectativas sócio-culturais que incidem sobre cada ato, gesto, comportamento que, por sua vez, conformam ambos os “estereótipos”, de tal modo que, em alguns momentos tais elementos são apresentados ao leitor como que descolados de sua historicidade para, em outros, transcenderem o lugar-comum que os naturaliza. Mais propriamente, em alguns textos, Júlia Lopes endossa o discurso moralista em torno da união

¹⁵⁴ *Revista Feminina*, out. 1916. A esse respeito, vale lembrar que “a senhora delicada e rica, dependente absoluta do marido, criou o ideal romântico sexual de feminilidade para mulheres de todas as classes” (EHRENREICH & ENGLISH, 2003: 119). E não há uma só crônica, ou um só romance de Júlia Lopes em que a temática esteja ausente.

¹⁵⁵ Por meio de seus escritos, Júlia Lopes obteve um significativo retorno financeiro, evidenciando que o casamento não era, ao menos não exclusivamente, sua fonte de proventos, tal como era comum no período. A esse respeito, “contava sua filha Margarida que, certa vez, a mãe havia levado toda a família à Europa com ganhos de sua produção” (TELLES, 1997: 441).

matrimonial para, em outros, problematizá-lo, relativizando-o.¹⁵⁶ E a comprovação de tal abordagem contrapontística é, por um lado, a ênfase na previsibilidade do “*ethos*” que garante à mulher, especialmente, sua dignidade e respeito: “o meu dever de boa esposa é calar-me muito bem caladinha e lamentar ainda por cima a dureza desta vida, que obriga o meu pobre marido a um trabalho tão absorvente e tão árduo!” (ALMEIDA, 1922: 28) e, por outro, o questionamento acerca de sua postura passiva cultural e historicamente: “Não te resignes a ser em tua casa um objeto de luxo. A mulher não nasceu só para adorno, nasceu para a luta, para o amor e para o triunfo do mundo inteiro!” (*Idem*, 1914: 13).¹⁵⁷

Na crônica “Casa-te”¹⁵⁸, por exemplo, o matrimônio é definido, cartesianamente, como um processo que inclui três fases distintas; “a primeira delas é a da ebriedade, a segunda a da inquietação e a terceira a da amizade amorosa e profunda, que é a mais nobre e a mais doce das três” (ALMEIDA, 1922: 271):

Na primeira, mulher e marido olham um para o outro através de lunetas cor-de-rosa, estando dentro do período a que chama lua-de-mel (...).

Na segunda fase do casamento olham-se marido e mulher, não já através de cristais otimistas, mas de verdadeiras lentes de aumento, buscando cada um descobrir na alma do outro mistérios que o ciúme inventa, intenções perversas, deslealdades, ou a verdade absoluta, a verdade nua, a verdade inteiriça de um amor sem mácula.

O amor arroga-se então ares e direito. A menor suspeita o melindra, uma palavra menos prudente desnorteia-o.

Só na terceira fase do casamento mulher e marido se contemplam a olho nu. Conhecem-se então, e contam um com o outro para a travessia do mais doloroso passo da vida – o que transpõe os umbrais da velhice (*Idem, Ibidem*: 271-272).

¹⁵⁶ Vale ressaltar que desfrutar das benesses que um “lar” poderia proporcionar era um privilégio, pois pensando na configuração social do Brasil de então, esta comodidade não correspondia à realidade de grande maioria da população, tomada de assalto pela proliferação de cortiços que, por sua vez, eram o avesso da privacidade associada à imagem de um ambiente recôndito, contornos caracterizadores do planejamento arquitetônico, cujo ordenamento espacial coroou as construções das casas de uma seleta elite urbana. (FAUSTO, 2006: 37-38).

¹⁵⁷ E complementa, dizendo que se “se o casamento torna geralmente os indivíduos mais complexos, porque suporem que à felicidade da mulher casada basta o gozo material da vida?” (*Idem*, 1922: 24). Sobre a temática do casamento, cf. BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, especialmente o capítulo 2, “Casamento: instituição deformada e desmoralizada” (pp. 41-62).

¹⁵⁸ Esta crônica integra o volume **Eles e Elas** (1922). Acervo particular da pesquisadora.

As metáforas (“luneta cor-de-rosa”, “lente de aumento” e “olho nu”), mobilizadas para definir cada estágio do casamento, traduzem desde o encantamento que marca os momentos iniciais da “vida a dois”, em que as núpcias são coroadas pela lua-de-mel, até o “reinado” da cumplicidade, sua última etapa, que é quando “as máscaras caem” e os cônjuges podem contar um com o outro “para a travessia do mais doloroso passo da vida – o que transpõe os umbrais da velhice”. A crônica revela o olhar condescendente da autora para o casamento: mesmo com todos os percalços (que a impiedosa “lente de aumento” é capaz de potencializar), a narradora oferece ao leitor um balanço dos mais favoráveis ao enlace matrimonial.

Imagem 30 – Imagem que ilustra a crônica “Bailes”, extraída do **Livro das noivas**, 1914: 54. Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Por sua vez, e elegendo as mulheres como interlocutoras, a crônica “Bailes” aborda não propriamente a vida nos “salões”, como o título “em falso” sugere (um provável chamariz). O texto assemelha-se a uma espécie de “fonte de aconselhamento” destinado às jovens mães, adquirindo relevo os sentimentos de culpa e remorso que uma noite de “divertimento galante” pode desencadear na mulher, ao chegar em casa e se dirigir ao quarto de seu filho, para conferir se a criança continua dormindo:

Assaltou-me o remorso de o ter deixado, e pensei com pena nessas mães que correm sempre à busca das distrações lá de fora, deixando noites e dias consecutivos os seus filhinhos em casa, longe dos seus beijos e dos seus cuidados!

Pobre loucura a nossa! De todos os divertimentos com que a sociedade nos solicita, é o baile com certeza o mais prejudicial ao nosso lar.

(...)

Não vale a pena trocar por essa ventura o vaidoso prazer de arrastar num salão a longa cauda de um vestido de seda; não, minhas amigas, não vale a pena!... (1914: 53-55)

Com isso, é possível arriscar que a voz autoral que caracteriza os textos de Júlia Lopes é argutamente escorregadia, primando pela conciliação entre as pretensões femininas e os valores patriarcais vigentes, salvaguardados pela burguesia ascendente, tendo tecido um discurso edulcorado, e não expressamente combativo. Assim, pelo tom enviesado, característico da fala de algumas de suas personagens femininas, a escritora permitiu que se sobressaísse uma discreta resignação, melhor dizendo, uma insatisfação existencial advinda da condição política e cultural da mulher brasileira do entresséculos: “(...) para a mulher, o marido talvez seja alguma coisa mais complexa; para o marido, porém, a mulher é sobretudo um hábito” (ALMEIDA, 1922: 78), ou então,

o nosso papel é mais passivo: basta-nos estender as mãos para abençoar os sensatos maridos que vão aos teatros assistir a espetáculos inteiros, só para informarem depois às mulheres que é indubitavelmente muito mais agradável passar o rico serão em família! (*Idem, Ibidem*: 106).

Já o fragmento acima, extraído da crônica “Há de ter muita graça...”¹⁵⁹, coloca em evidência a imagem do casamento como um cárcere, “no qual o homem se apodera da chave e sai quando quer, deixando a companheira fechada” (BESSE, 1999: 45), em contraposição à própria experiência de Júlia Lopes, que imprime à união matrimonial outro significado, marcado pelo

¹⁵⁹ A crônica em questão integra o volume **Eles e Elas** (1922). Acervo particular da pesquisadora.

“sentimento de mútua admiração”, considerado por João do Rio um dos encantos daquele “lar de artistas” (RIO, 1910: 7),¹⁶⁰.

Se, por um lado, Júlia Lopes se profissionalizou como escritora, tornando-se um exemplo da mulher letrada bem-sucedida e representante de uma *moderada* emancipação feminina¹⁶¹, por outro, os assuntos abordados em seus textos contavam com o comedimento de uma dama respeitável da *belle époque* tropical. Isso significa que as contestações presentes em sua obra revestiam-se de uma parcimônia que não chegavam a pôr em xeque a assimetria entre os sexos

¹⁶⁰ Tal como salienta João do Rio, “Filinto esquece os seus versos e pensa nos romances da esposa. Leva-a a certos trechos da cidade para observar o meio onde se desenvolverão as cenas futuras, é o seu primeiro leitor, ajuda-a com respeito forte e másculo. D. Júlia ama os versos do esposo, quer que ele continue a escrever, coordena o volume prestes a entrar no prelo. E ambos, nessa serena amizade, feita de amor e de respeito, envolvem os filhos numa suave atmosfera de bondade” (*Idem, Ibidem*).

¹⁶¹ Não há como desconsiderar um aspecto da trajetória de Júlia Lopes, especialmente porque ele a associa às primeiras iniciativas feministas ocorridas no Brasil. Trata-se de sua relação, ainda que muito branda e comedida, com o protótipo do que viria a ser a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, associação esta que teve como Presidente a bióloga Bertha Lutz, filha do suíço Adolpho Lutz, especialista em medicina tropical, e de Amy Fowler, inglesa, enfermeira. Bertha Lutz licenciou-se em Ciências pela Faculdade de Ciências de Paris, em 1918, e é considerada, segundo Saffioti (1976), “a primeira pregadora, através da imprensa e da tribuna, da emancipação da mulher”. No ano seguinte, Bertha Lutz assume a liderança do movimento feminista brasileiro, vindo a representar o Brasil, ao lado de Olga de Paiva Meira, no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, “em cuja Primeira Conferência são aprovados, dentre outros, os seguintes princípios gerais: o de salário igual, sem distinção de sexo, para o mesmo trabalho; e a obrigação de cada Estado organizar um serviço de inspeção, incluindo mulheres, a fim de assegurar a aplicação das leis e regulamentos para a proteção dos trabalhadores” (p. 258). (Cf. AUSTREGÉSILO, 1923: 145-146; SAFFIOTI, 1976: 257). Ver também BESSE, 1999: 184. Mais especificamente, Júlia Lopes tornou-se presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira, organização de serviço social fundada no Rio de Janeiro, em 1919, com o lema “Amparar e elevar a mulher”, na qual Bertha Lutz atuava como diretora da comissão administrativa (HAHNER, 1980: 102). Porém, o caráter filantrópico da Legião, que desagradava Bertha Lutz, não coincidiu com o perfil que a bióloga imprimiria na Federação, por ela criada em 1922. Antes, porém, de fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, Bertha Lutz cria, em 1920, juntamente com Maria Lacerda de Moura, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, com propósitos em nada assistencialistas. Este seria, pois, o gérmen do movimento que se desdobraria, em 1922, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujo fito era “promover a educação e profissionalização das mulheres. Entre práticas e discursos transpostos, graduou-se em Ciências Naturais na Sorbonne, em 1918; em Direito no Rio de Janeiro, em 1933; consolidou sua carreira científica nos mais de 40 anos de funcionalismo público no Museu Nacional; liderou a luta pelo voto feminino e exerceu, ela própria, o direito de ser votada. No Parlamento propôs inúmeras mudanças na legislação brasileira”, tendo assumido o cargo de Deputada Federal, em 1936, mandato exercido apenas até 1937, quando tem início a ditadura imposta pelo Estado Novo (SOUZA, SOMBRIO e LOPES, 2005; HAHNER, 1980). Como lembra Heleieth Saffioti, as manifestações feministas no Brasil tiveram como detonador a visita feita por Bertha Lutz a Londres, pouco antes da I Guerra Mundial, “momento em que o feminismo inglês se encontrava em uma de suas fases mais violentas”. Saffioti, no entanto, não deixa de salientar o vanguardismo de Nísia Floresta, no tocante à divulgação de idéias emancipacionistas. No entanto, a diferença entre esta e Bertha Lutz, apontada por Saffioti, é suficiente para compreendermos a expressividade e desdobramentos sociais advindos da relação de cada uma com o feminismo, especialmente porque “a posição feminista de Nísia Floresta permaneceu circunscrita à sua pessoa, não organizando nenhum movimento visando à emancipação da mulher. Parece ter assumido postura mais convincente com relação à abolição, pois conta que tenha realizado conferências, no Rio de Janeiro, em 1842, nas quais pregava a liberdade de culto, a emancipação dos escravos e a federação das províncias brasileiras” (SAFFIOTI, 1976: 257). Consultar também HAHNER, 1980: 98-125 e BESSE, 1999: 183-199.

ou, quando o faziam, vinham acompanhadas por contrapesos. Até porque, segundo Peggy Sharpe, para a escritora,

(...) a emancipação resultaria não do direito de votar, porém de maiores oportunidades educacionais e profissionais fora do lar. (...) A verdadeira medida do processo de transformação social estava na capacitação feminina para contribuir por meio do trabalho remunerado tanto na esfera privada através do serviço doméstico como no mercado de trabalho mais amplo (*apud* ZANCHET, 2006: 147).

A título de ilustração, Júlia Lopes de Almeida dedica uma de suas crônicas à discussão acerca das teorias feministas, que reivindicam “plena liberdade” à mulher (1922: 73). Merece destaque a voz autoral, masculina, que confere ao texto um tom ranzinza e de inconformismo. Intitulada “Ah!, os senhores feministas!”, a crônica é narrada por um marido injuriado com tais “progressos”, que sobre eles reflete guiado por motivações as mais pessoais: por haver acabado de constatar que a esposa se ausentava de casa em horário um tanto inapropriado, durante a “hora do jantar”, contrariando “a sua obrigação de boa esposa”, qual seja, “estar em casa, não fazer nunca sentir a sua falta”:

Para castigo desse ensaio, o que eu deveria fazer, seria sentar-me à mesa com minhas duas filhas, e comer tudo! Mas poderia eu comer alguma coisa estando nesta inquietação? Não! Sinto que não engoliria nem uma colherada de caldo, vendo diante de mim o seu lugar vazio. Não é porque ela o enfeite muito... coitadinha! Está cada vez mais magra e mesmo insignificante... mas só porque a sua obrigação de boa esposa é estar em casa, não fazer nunca sentir a sua falta, e estar sobretudo naquela hora sentada naquela cadeira, dirigindo o movimento do serviço! Minha mulher é-me tão indispensável à mesa, como o pão, o saleiro, a garrafa de vinho e o guardanapo (p. 74).

Inicialmente, o narrador chega a suspeitar de que a razão do “movimento de independência da esposa” se deva aos livros, e chega mesmo a questionar-se: teria sua esposa Terezinha ido à sua biblioteca e lido Ibsen? A dúvida logo se dissolve, pois “Terezinha não lê, nem por acaso!” (p. 74). A motivação deve ser outra, ressalta o marido: “talvez ela queira experimentar-me” (p.74), por puro capricho. O desfecho do texto dá mostras de que a simetria

nas relações entre os gêneros apenas é desejável pela lente masculina quando esta não correr o risco de transpor a teoria:

Compreendo perfeitamente a ausência de minha mulher, quando quem está fora de casa sou eu; mas vejo muito bem agora que não a suporto, quando quem está fora de casa é ela! O fato em si parecerá o mesmo; todavia, que diferença, Deus do céu! Supus que fosse mera fórmula literária o dizerem por aí que a mulher é a verdadeira alma do lar; entretanto, a observação é exata (p. 77).

Portanto, Júlia Lopes de Almeida, antes mesmo de romper simbolicamente com tais estereótipos, alimentados por discursos socialmente legitimados, buscava promover abordagens que contemplassem tanto os argumentos ratificadores das assimetrias entre os gêneros, quanto aqueles posicionamentos incisivamente a elas contrários.

Mais propriamente, a obra de Júlia Lopes põe em bosquejo os traços característicos do lar burguês do século XIX, em que a mulher é apresentada por meio da conjugação de papéis considerados “dissonantes”, sendo a própria escritora exemplo deste “espírito conciliatório”. Em termos pictóricos, os retratos anteriormente analisados (**imagens 14, 26 e 27**) acabam por ilustrar tal imagem, ao flagrarem Júlia Lopes como escritora profissional/leitora contumaz e como mulher angelical, feminina, que chega mesmo a confundir-se com um “botão de rosa”. Isso porque à época, como vimos no capítulo anterior, o desenvolvimento das habilidades literárias das mulheres era apreendido, equivocadamente, como o avesso de suas atuações, no âmbito privado, estas sim, previsivelmente “femininas”. Esta dita disparidade de ocupações configurava papéis antinômicos, excludentes (MALUF & MOTT, 2006). Em linhas gerais, seus textos não só retratam a subserviência indulgente feminina, que geralmente aparece associada às damas pertencentes a uma camada social mais abonada, como também evidenciam a saga daquelas mulheres que, motivadas pelas urgências materiais, partem em busca da atuação profissional, ficando os homens relegados muitas vezes à condição de coadjuvantes (ELEUTÉRIO, 2005). Como lembra Leonora De Luca, a escritora opõe “a frivolidade e a apatia das mulheres de classes abastadas (freqüentadoras dos salões) à sobriedade e à atividade da mulher humilde, que trabalha para prover a subsistência” (1999: 290).

É principalmente no registro ficcional que as mulheres problematizam a injustiça social e o lugar que lhes é destinado; é também lá que o mundo do trabalho feminino começa a ser delineado, como a possibilidade de libertação da submissão feminina (MOREIRA, 2002: 85). Há nos escritos de Júlia Lopes a indicação de que o trabalho e o estudo são os melhores caminhos para a emancipação feminina, mas tal autonomia reivindicada em sua produção literária, e mesmo em sua experiência social, é sempre apreendida como um complemento às possibilidades de realização da mulher, via casamento e maternidade: não há embate entre as funções, mas adequações, ajustamentos.¹⁶² Em outros termos, a postura de Júlia Lopes evidencia a “positivação de um determinado tipo de artista, capaz de se profissionalizar sem romper com as expectativas em torno dos papéis femininos, em especial o da maternidade” (SIMIONI, 2004: 43).

Júlia Lopes pode ser considerada uma “mulher empreendedora e celebrada justamente porque conciliava os mais diversos papéis sociais da nova mulher”, tendo-lhes rendido “o símbolo da emancipação feminina que circunscrevia as letras às horas roubadas à maternidade e aos deveres de casa” (ELEUTÉRIO, 2005: 82). O seguinte comentário, publicado na revista *A Mensageira*, evidencia tal postura:

Esta revista, (...) dirige-se especialmente às mulheres incitando-as ao progresso, ao estudo, à reflexão, ao trabalho e a um ideal que as nobilite e as enriqueça (...) Ensinará que, sendo o nosso, um povo nobre, as nossas aptidões podem e devem ser aproveitadas em variadas profissões remuneradas e que auxiliem a família, sem detrimento do trabalho do homem (1897: 4-5).

No próximo item mostraremos que muitos julgamentos aventados pela crítica literária da época acerca da atuação profissional de Júlia Lopes reproduziram tal lugar-comum, não sem o estabelecimento tácito de uma hierarquia entre os papéis por ela exercidos, de modo que o a produção artística chega a lhe render o título de “excepcional”.

¹⁶² Como mostra Júlia Lopes na crônica “Ser mãe”, que faz parte do **Livro das Noivas**, “ser mãe é renunciar a todos os prazeres mundanos, aos requintes do luxo e da elegância; é deixar de aparecer nos bailes em que a vigília se prolonga, o espírito se excita e o corpo se cansa no gozo das valsas” (1914: 171). Além disso, João do Rio lembra que a escritora falava “dos livros e dos filhos ao mesmo tempo. Estou a crer que os confunde” (1910: 35).

D. Júlia foi a realizadora admirável desse tipo de mulher intelectual na qual a relevância do espírito não prejudica as qualidades primaciais do coração, provando não existir antagonismo nenhum entre a honestidade de uma vida de esposa e de mãe de família e o livre exercício da inteligência e do talento (CELSO, 1935).

A recepção da crítica: de elogios e objeções ao silêncio ensurdecedor

Tal como ficou evidente ao longo deste capítulo, Júlia Lopes de Almeida consagrou-se em vida, tendo presenciado a inclusão de seu nome entre “os mais considerados nas letras de então” (ELEUTÉRIO, 2005: 73). No entanto, ainda se faz necessário compreender o modo como os críticos a ela coetâneos receberam sua obra e o que, de fato, significava ser “escritora consagrada” em um período em que a “mulher letrada” encontrava uma série de dificuldades não apenas para conseguir ser considerada profissional como, e sobretudo, para ser reconhecida, “renomada”. Estas considerações iniciais adquirem maior consistência se pensadas à luz do “percurso da crítica, reduto masculino por excelência”, cuja apreciação “sobre os méritos intelectuais femininos quase sempre se vinculava aos méritos maternos e familiares da mulher” (ELEUTÉRIO, 2005: 72).

No caso de Júlia Lopes de Almeida, as ressalvas pontuadas pela crítica literária do período dividiam espaço com pronunciados elogios. Os pareceres laudatórios ficaram principalmente por conta de José Veríssimo e Antônio Austregésilo¹⁶³, cujas considerações merecem destaque não somente por terem sido produzidas por nomes respeitados, mas porque ambos desfrutavam de uma posição legitimada como membros da ABL. O primeiro deles, José Veríssimo, chegou a afirmar que “com seu novo livro, **A falência**, a sra. D. Júlia de Almeida toma decididamente lugar (...) entre os nossos romancistas” (VERSÍSSIMO, 1910: 141). Austregésilo, por sua vez, registra em seu livro de ensaios intitulado **Perfil da mulher brasileira** (1923), as mulheres que considera mais relevantes no cenário intelectual brasileiro. A escritora que se sobressai, e a quem o autor tece elogios, é Júlia Lopes de Almeida. O segundo parágrafo assim se inicia:

¹⁶³ Terceiro ocupante da Cadeira 3 da ABL, o pernambucano Antônio Austregésilo integrou o quadro de membros da instituição entre 1914 e 1960. Médico, professor e ensaísta, participou do movimento literário e artístico da Escola do Recife e, em 1912, foi designado professor da recém-fundada Cátedra de Neurologia na Universidade do Brasil, sendo considerado o precursor no processo de institucionalização da especialidade em questão no Brasil. Fonte: Acervo da ABL, também disponível no site www.academia.org.br

No domínio literário temos que citar em primeira linha Júlia Lopes de Almeida. É a nossa consagrada romancista. Antes dela poucas narrativas literárias haviam aparecido. É uma precursora. Todos os seus livros são feitos com grande carinho e com excepcionais qualidades de observação. Nunca se filiou nessa ou naquela escola e nunca se deixou influenciar por qualquer escritor. Todos os seus romances são escritos com o mesmo espírito de observação, a mesma análise delicada e precisa que tanto lhe ressaltam o espírito de verdadeira novelista (AUSTREGÉSILO, 1923: 37).¹⁶⁴

No entanto, as críticas favoráveis de José Veríssimo e Antônio Austregésilo acerca da atuação literária de Júlia Lopes não deixaram de intimidar a publicação de pareceres ambíguos, alguns dos quais portadoras de inúmeras objeções, tal como a de Agripino Grieco, que inscreveu a obra de Júlia Lopes no registro das “(...) epopéias domésticas que formam a nossa *Bibliothèque Rose*”, atribuindo à mesma o rótulo de “perfumaria” (MOREIRA, 2003: 79).¹⁶⁵ Além das ressalvas, alguns críticos literários simplesmente isentaram-se de emitir qualquer manifestação, promovendo, assim, um silêncio incômodo, uma indiferença perturbadora, tal é o caso da postura distanciada dos também acadêmicos Sílvio Romero e Araripe Júnior.

De toda forma, considerações como as aventadas por Veríssimo e Austregésilo renderam a Júlia Lopes uma posição privilegiada no campo literário, chegando o primeiro até mesmo a inscrevê-la, como sucessora, no rol formado por escritores como Taunay, Aloísio de Azevedo, Machado de Assis, firmando-se ao lado de Coelho Neto como referência literária, e com certa vantagem, tal a manifesta predileção de Veríssimo:

¹⁶⁴ Antônio Austregésilo abre o capítulo fazendo menção às singularidades da mulher contemporânea que, segundo ele, se destaca das demais por estar presente “quer na literatura, ciência, nas artes, como música, pintura, escultura etc. e sobretudo no magistério, em que se notam verdadeiras revelações pedagógicas” (p. 37).

¹⁶⁵ Também Elódia Xavier (1991) procede a um breve balanço acerca da obra de Júlia Lopes de Almeida, e considera o estilo da escritora “defasadamente romântico, abusando da retórica enfática e do tom didático. Suas narrativas se incluem no que se deliberou chamar de ‘o sorriso da sociedade’; obras que visavam divertir sem questionar valores sociais”. Ainda de acordo com Xavier, Júlia Lopes “reduplica a ideologia patriarcal e as ‘rainhas do lar’ povoam suas histórias. Mas, aqui e ali, sente-se a presença de uma rachadura neste bloco ideológico tão artificial. Prenúncios de conscientização” (p. 15). Como vimos, esta aura edulcorada que reveste os escritos de Júlia Lopes, além de não esgotar suas possibilidades de interpretação, acaba por encapsulá-los no acervo da *Bibliothèque Rose*, deixando de fora o exame das incontáveis fissuras que o compõem, ou rachaduras, para utilizar o termo empregado por Elódia Xavier.

Depois da morte de Taunay, de Machado de Assis e de Aloísio de Azevedo, o romance no Brasil conta apenas dois autores de obra considerável e de nomeada nacional – D. Júlia Lopes de Almeida e o Sr. Coelho Neto, eu, como romancista, prefiro de muito d. Júlia Lopes (*apud* MOREIRA, 2003: 79).¹⁶⁶

As mais recorrentes críticas à escritora, no entanto, revestiam-se de uma ambigüidade que ratificava a idéia de excepcionalidade, ao iluminarem sua fatura a partir da associação incauta e apressada entre gênero e profissão. Este tipo de julgamento credita àquelas mulheres que conseguiram transpor as barreiras do anonimato e forjar carreira literária de êxito o rótulo de “incomuns”, de “excepcionais”, diferindo-as, portanto, de todas as demais, fadadas à sina que lhes assevera o cumprimento de papéis sociais atinentes ao seu sexo: o de serem esposas, mães e donas-de-casa (SIMIONI, 2004). O tom elogioso do comentário de Austregésilo ilustra o quanto recorrente é esta associação.

Porém, como já mencionado, Júlia Lopes não apreendia a emancipação feminina como um antípoda dos papéis culturalmente tidos como femininos, quais sejam a maternidade e a administração do lar, mas, ao contrário, ela se realizava também por meio deles. Muitos críticos enxergavam este equacionamento como uma chave para a classificação do comportamento de Júlia Lopes como “ambíguo”, encontrando como justificativa o fato de o posicionamento da escritora resvalar em “universos” dissonantes, excludentes, não-intercambiáveis.

Júlia foi mãe extremada, compôs a imagem perfeita do casal em harmonia, dedicando-se concomitantemente à literatura. Tais predicados fizeram dela a mais louvada escritora do entresséculos e também a que mais produziu, não só publicando livros, mas também colaborando assiduamente na imprensa (ELEUTÉRIO, 2005: 75).

¹⁶⁶ Proprietário de um salão na Rua do Rozo, cujas feições se distanciavam do mundanismo, Coelho Neto viveu o apogeu de sua carreira literária nas primeiras décadas do século, “quando exerceu ele sensível influência em nossas letras, aclamado não somente aqui como em Portugal (...) Martins Fontes chamava a residência da rua do Rozo de ‘Santa Casa de Coelho Neto’, pela franqueza generosa com que o escritor acolhia a todos, estimulando-os, entusiasmando-os, distribuindo elogios com a maior facilidade” (BROCA, 2005: 62-63).

À Lúcia Miguel-Pereira, considerada a primeira crítica literária brasileira¹⁶⁷, coube parte da responsabilidade pela publicação de pareceres razoavelmente favoráveis sobre a escritora, tal como o que segue:

Júlia Lopes de Almeida, na verdade, é a maior figura *entre as mulheres escritoras* de sua época, não só pela extensão de sua obra, pela continuidade do esforço, pela longa vida literária de mais de quarenta anos, como pelo êxito que conseguiu com os críticos e com o público; todos os seus livros foram elogiados e reeditados, vários traduzidos, sendo que se consumiu em três meses a tiragem da **Família Medeiros** (MIGUEL-PEREIRA, 1988: 259-260, grifos nossos).

Por outro lado Miguel-Pereira, salienta a feição lusitana e o caráter monótono da construção de Júlia Lopes que, segundo a crítica, padece de originalidade¹⁶⁸. Tal comentário parece não superar o imbróglio que acompanha toda a produção literária da escritora, uma vez que Miguel-Pereira acaba por inscrevê-la em uma categoria “especial” do campo literário, i.e., em um espaço marcadamente feminino, das obras produzidas por mulheres, tendo seu mérito literário reconhecido como parte deste “nicho”. Esta aparentemente inevitável filiação reproduz e naturaliza as clivagens internas do campo literário, dificultando o reconhecimento da produção literária de Júlia Lopes se desvinculada das relações de gênero.

Digno de nota é o fato de o rótulo de excepcional adquirir ainda maior força na classificação de Júlia Lopes porque atrelado ao qualificativo acima citado, cuja carga valorativa não é em nada desprezível: o de ambígua. Como afirma Gotlib (2003), referindo-se à escritora,

¹⁶⁷ Como lembra Eleutério (2005), é “somente nos anos 30 que Lúcia Miguel-Pereira, mineira, nascida em 1903 e falecida em 1959, filha do cientista Miguel Pereira, será considerada crítica literária. Colaborou em diversos jornais, escreveu vários romances, literatura infantil, um estudo crítico e biográfico sobre Machado de Assis” (p. 72).

¹⁶⁸ A crítica em questão inicia o tópico dedicado à Júlia Lopes, que consta de seu livro **Prosa de ficção**, referindo-se ao fato de que, “embora tivesse, ainda no século dezoito, tido em Margarida da Orta e Silva uma precursora, a ficção não conta entre nós, no período aqui estudado, muitas mulheres” (1988: 259). Segundo a crítica, e endossando as apreciações tecidas por Nestor Vitor, “não tem muito modo brasileiro no escrever a notável autora; se se firma qualquer peculiaridade na construção dos seus períodos, essa parece antes de feição lusitana” (Nestor Vitor *apud* MIGUEL-PEREIRA, 1988: 260). E complementa as ponderações de Vitor dizendo que, embora “narrados agradavelmente, misturando à observação uma certa dose de romantismo, os livros de Júlia Lopes, se nada possuem de original, revelam, no seu tom familiar, na sua completa ausência de artifícios, de afetação, inegáveis dons literários. A simplicidade, tão rara sempre, e ainda mais no tempo em que escreveu, é a sua qualidade dominante” (*Idem, Ibidem*: 260-261).

a sua posição em relação aos papéis sociais da mulher é ambíguo: de um lado, defende-se enquanto mãe e esposa; de outro, investe no apoio a sua capacidade de trabalho e a sua força para gerir recursos que lhe garantam uma sobrevivência e autonomia financeira (p. 38).

Tendemos a discordar do período acima, até porque supomos ter o “jogo de cintura” revelado por Júlia Lopes lhe permitido o agenciamento de um “equilíbrio tenso”, nos termos utilizados por Elias (1995), uma vez que a trajetória da escritora exprime, pelo contrário, o equacionamento frutífero das imbricações entre suas escolhas individuais e as constrições sociais.¹⁶⁹ Os temas mesmo que Júlia Lopes mobilizou para compor as suas obras referem-se ao mundo burguês, portanto, trazem em si as contradições inerentes ao próprio período. A diversidade de papéis, facultada pela conjugação de um espírito e de uma conduta que arregimentavam comportamentos considerados díspares, como, por exemplo, a reivindicação e a convivência, lhe rendeu uma posição favorável (e, diga-se de passagem, confortável) no ambiente literário de então, ao mesmo tempo em que deu margem e linha à crítica da época, que enxergou em seu “espírito conciliatório” uma pronunciada ambigüidade e, sobretudo, excepcionalidade. Nestes termos, a conjugação dos dois rótulos (excepcional e ambígua) vem a reiterar a visão que apreende como antinômicos e inconciliáveis, de um lado, a atuação de Júlia Lopes como mãe e esposa e, de outro, como escritora, prato cheio para os críticos lhe atribuírem a tal aura de incomparabilidade.

Arriscamos, portanto, dizer que a propalada ambigüidade atribuída a Júlia Lopes como que eclipsa a complexidade do agenciamento que a escritora promoveu, ao transitar com inegável êxito e desenvoltura pelos universos doméstico e literário e, assim, “acentuar a necessidade de as mulheres serem boas donas-de-casa além de serem cultas” (HAHNER, 1980: 89).

¹⁶⁹ Referimo-nos à obra **Mozart: sociologia de um gênio**, na qual Elias coaduna, a partir da trajetória do músico, dados estruturais a aspectos de sua trajetória individual, sem que esta seja apresentada como um produto das determinantes sociais, e sem que as referências à organização da sociedade escamoteiem as escolhas e soluções encontradas pelo indivíduo. A descrição da trajetória desse artista burguês, em meio à sociedade aristocrática, revela o descompasso e a “ambigüidade” da posição do músico, os dissabores inevitáveis por ter vivido “à frente de seu tempo”, cujos laços estabelecidos com a classe para a qual devia prestar serviços constrangeram e limitaram a sua produção, dando margem à sensação de incompreensão e desolamento pelo anseio e expectativa frustrada de reconhecimento. No caso específico de Júlia Lopes, o “equilíbrio tenso” não representou sua derrocada mas, pelo contrário, sua acomodação e ajustamento ao campo literário de então.

Sou de muito pouca leitura. Era capaz de passar a vida lendo, mas uma dona de casa não pode perder tanto tempo. E até fico nervosa quando vejo livros por abrir. Seria tão agradável gastar a existência lendo!... Quem entretanto cuidaria dos filhos, dos arranjos da casa.

(...)

Há uma certa hora do dia em que as coisas ficam mais tranqüilas. É a essa hora que escrevo, em geral depois do almoço. Digo às meninas: – Fiquem a brincar com os bonecos que eu vou brincar um pouco com os meus. Fecho-me aqui, nesta sala, e escrevo. Mas não há meio de esquecer a casa.¹⁷⁰

Desta feita, ao mesmo tempo em que as experiências social e literária de Júlia Lopes induzem ao questionamento acerca do monopólio da legitimidade artística/literária, das práticas que investem de poder e autoridade determinados artistas, em detrimento de outros, seu percurso e seus escritos deixam entrever uma postura mais ajustada ao campo literário, justamente porque sua presença está associada à conciliação apaziguadora que promoveu entre os afazeres designados à figura de esposa e mãe e o êxito enquanto prosadora, perfazendo uma espécie de panegírico de atribuições consideradas dissonantes.¹⁷¹

A possibilidade de uma mulher conciliar a administração do lar com um trabalho literário, do mesmo nível qualitativo da produção masculina, vinha demonstrar a inconsistência dos mitos machistas que vedavam o acesso às profissões liberais a todo o gênero feminino; o ineditismo de se dispor da presença de uma escritora que não se limita à composição de versinhos – mas que participa ativamente da vida da nação, emitindo opiniões próprias –, torna-a modelo a ser seguido por toda uma legião de mulheres talentosas que afloram pelo Brasil (DE LUCA, 1999: 285).

Classificações simplificadoras como as que acima enunciamos deixam, pois, à sombra o fato de Júlia Lopes ter tirado proveito destas duas dimensões: onde a escritora enxergava complementaridade, o julgamento crítico apontava incompatibilidade. Ser escritora e mãe eram

¹⁷⁰ Trecho extraído da crônica “Um lar de artistas”, anteriormente citada.

¹⁷¹ Tal como assinala Simioni (2004), “a esposa companheira que atuava como mãe culta – nos moldes republicanos – era o símbolo da mulher moderna desejável naquele raio de um novo século. Seu oposto, a ser evitado, era a mulher profissionalmente combativa. Esta roubava os espaços dos homens, portava decadência às profissões nas quais ingressava e, por fim, destruía a harmonia alcançada socialmente (baseada nas funções diversamente ocupadas conforme o gênero), simbolizando aquele ‘outro’ perigo que rondava o imaginário de tantos homens e mulheres de outrora, sintetizado, por exemplo, pela imagem das sufragetas: mulheres escandalosas, que promoviam passeatas públicas pelo direito ao voto” (p. 44).

atividades consideradas, na época, como excludentes, porém, esta não era, definitivamente, a leitura que Júlia Lopes fazia de sua atuação e, por suposto, justamente aí se situa uma das explicações para a projeção literária e sucesso editorial angariados pela escritora.¹⁷²

Com isso, e na contramão de muitas apreensões maniqueístas, está o próprio posicionamento de Júlia Lopes, para quem a literatura possuía o *status* de aliada no processo de educação dos filhos, reforçando suas atribuições como esposa e mãe: seus escritos evidenciam a complementaridade entre a emancipação da mulher e a sua atuação como mãe zelosa e esposa dedicada. Este aspecto não pode ser desconsiderado enquanto um dos elementos dinamizadores de sua fatura literária:

Aprender para ensinar! Eis a missão sagrada da mulher.
É preciso para isso que a sua leitura seja sã, bem feita. O gosto bem educado transmitir-se-á sem mácula e sem esforço aos filhos (ALMEIDA, 1922: 39).

Portas fechadas: Júlia Lopes, um vazio institucional na ABL

Como mencionado anteriormente, as discussões inaugurais que culminaram na criação da ABL tiveram a residência dos Almeida como um dos pontos de encontro, firmando-se como espaço recorrente de discussões e debates acerca da compleição que viria a caracterizar a agremiação. Os anfitriões, Júlia Lopes e Filinto de Almeida, estavam, pois, absortos com o projeto, tendo-se revelado grandes articuladores da etapa que definiu os traçados iniciais da ABL (ELEUTÉRIO, 2005; MOREIRA, 2003).

Tendo isto em vista, e dado o peso literário que Júlia Lopes possuía, Lúcio de Mendonça, “infatigável promotor da mulher no mundo das letras” (ELEUTÉRIO, 2005: 76), em artigo

¹⁷² Tal como nos confirmou seu neto, Dr. Cláudio Lopes de Almeida. A esse respeito, as conclusões a que chega Leonora De Luca muito se aproximam de nossas constatações, especialmente ao lembrar que “Júlia Lopes de Almeida realizou, através de seus escritos, o ‘feminismo possível’ dentro do quadro histórico-social específico de sua época: embora suas preocupações com a redefinição do lugar da mulher na sociedade possam parecer-nos hoje ultrapassadas e conformistas, efetivamente não era assim para seu tempo. Num certo sentido, sua propalada ‘amenidade’ refere-se mais a recursos estilísticos (sua estratégia de ‘aconselhar persuadindo’) do que ao caráter brando de seu feminismo propriamente dito. Foi justamente graças às suas pouco agressivas intervenções que a escritora teve acesso garantido à grande massa de leitores distribuídos pelos mais diferentes extratos sociais. Propostas de cunho mais revolucionário iriam bani-la da grande imprensa” (p. 298).

publicado no *Estado de S. Paulo*, datado de 3 de dezembro de 1896, toma a iniciativa e sugere o oferecimento de uma Cadeira à escritora que, à época, já havia publicado cinco livros¹⁷³, para figurar entre os membros fundadores da instituição.¹⁷⁴

Nos esforços para a criação da Academia, escreveu Lúcio de Mendonça uma série de artigos, com o título “Cartas Literárias”. Terminava com a enumeração dos quarenta nomes que pareceriam dignos de figurarem como fundadores da instituição; entre eles, vinte e quatro se tornaram fundadores e três deles ingressaram posteriormente. E entre esses nomes estava o de uma grande escritora, conhecida como a maior do seu tempo, Júlia Lopes de Almeida, que sobrepunha não só ao marido, Filinto de Almeida, como também a José do Patrocínio, Sílvio Romero, Domício da Gama, Eduardo Prado, Clóvis Beviláqua, Raimundo Correia e Oliveira Lima (VENÂNCIO FILHO, 2006: 8-9).

No entanto, mostraram-se favoráveis à proposta de Mendonça, por razões óbvias, apenas Filinto de Almeida, Valentim Magalhães e José Veríssimo.¹⁷⁵ Tais apoios foram, como de se esperar, insuficientes para fazer frente às objeções aventadas pelos demais “homens de letras”, posto que a aceitação da indicação do nome de Júlia Lopes sugeriria acolher na agremiação uma mulher, algo inesperado e indesejável. Como forma de manifestar sua insatisfação para com o

¹⁷³ São eles: o livro de contos **Traços e Iluminuras** (1887), o romance **Memórias de Martha** (1888), **A Família Medeiros** (1892), **Livro das Noivas** (1896) e **A Viúva Simões** (1897). Sem contar a parceria com a irmã Adelaide, em **Contos Infantis**, bem como as suas regulares contribuições para jornais e revistas de todo o país, a partir das quais muitas de suas publicações, previamente divulgadas em folhetins, adquiriram o formato de romances. Das obras acima mencionadas, obedeceram a esta seqüência **Memórias de Martha**, **A Família Medeiros**, **Livro das Noivas** e **A Viúva Simões**.

¹⁷⁴ Lúcio de Mendonça sugere os seguintes nomes para membros efetivos da ABL: Adolfo Caminha, **Afonso Celso**, **Alberto de Oliveira**, Alberto Silva, **Alcindo Guanabara**, **Araripe Júnior**, **Artur Azevedo**, B. Lopes, Capistrano de Abreu, **Carlos de Laet**, **Coelho Neto**, **Constâncio Alves**, Eduardo Salamonde, Escagnolle Dória, **Taunay**, Eunápio Deiró, Ferreira de Araújo, **Graça Aranha**, **Guimarães Passos**, **Inglês de Sousa**, **Joaquim Nabuco**, **José Veríssimo**, Júlia Lopes de Almeida, Luís Delfino, **Luís Murat**, **Machado de Assis**, **Medeiros e Albuquerque**, **Olavo Bilac**, **Osório Duque-Estrada**, **Pedro Rabelo**, **Ramiz Galvão**, **Rodrigo Octávio**, **Rui Barbosa**, **Silva Ramos**, **Teixeira de Melo**, **Urbano Duarte**, **Valentim Magalhães**, Virgílio Várzea e Xavier da Silveira. Em negrito, os escritores e/ou expoentes que figuraram na relação final. Com isso, dos 40 nomes indicados por Mendonça, apenas 12 não se tornaram membros fundadores. O curioso é que o nome de Filinto de Almeida não aparece na relação elaborada por Mendonça, mas apenas o de Júlia Lopes.

¹⁷⁵ Vale salientar que, quando já formado o quadro composto pelos 40 acadêmicos, Carlos Magalhães de Azeredo posiciona-se favoravelmente ao ingresso feminino. Poeta, jornalista e diplomata, o carioca Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1973) fundou a Cadeira 9 da ABL, tendo sido considerado o escritor mais jovem a integrá-la, contando na época de sua criação (1987) com apenas 25 anos de idade. Foi também membro do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e da Academia Internacional de Diplomacia. Fonte: <http://www.academia.org.br>

não-acolhimento de sua sugestão pela maioria esmagadora, Mendonça publica “uma nota de tristeza”:

Na fundação da Academia Brasileira de Letras, era idéia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos a gente de outro sexo; mas a idéia caiu, foi vivamente combatida por outros, irreductíveis inimigos das machonas (sic) (...) Com tal exclusão, ficamos inibidos de oferecer a espíritos tão finamente literários como o das três Júlias, o cenário em que poderiam brilhar a toda luz (1907: 249).¹⁷⁶

Embora inclua em sua lista apenas o nome de Júlia Lopes de Almeida, o jornalista também faz referência a outras duas Júlias [Francisca Júlia e Júlia Cortines], como desejáveis membros da ABL, explicitando, assim, a proeminência literária das mesmas¹⁷⁷, e mostra-se resignado ante a incompatibilidade entre a proposta que asseguraria à instituição um critério de seleção legítimo e o seu descumprimento. Contudo, ainda que afeito à presença feminina na instituição, as terminologias empregadas pelo jornalista exprimem um olhar preconceituoso, e não estão muito distantes dos termos correntes que postulavam a assimetria entre os gêneros, tão bem mobilizados por seus pares. Exemplo disso é a associação que estabelece, explicitada no trecho acima destacado, na qual as escritoras aparecem rotuladas como “*machonas*”, detentoras de um espírito varonil, que não lhes acomete as graças do sexo ao qual pertencem (cf. ELEUTÉRIO, 2005: 76).

Tal quadro reforça a sensação, muito bem traduzida por Sonia Delaunay, de que “as obras das mulheres [são] consideradas à parte” (*apud* CHADWICK, 1995: 31), de modo que o reconhecimento do talento de determinadas escritoras parece denunciar a dificuldade de tomar desvinculadamente (seja por parte de críticos literários, como de muitos escritores) produção artística/literária e “feminilidade”. Deste modo, “ser mulher” como que recende uma espécie de condenação, anuncia a decretação de uma sentença, cujo apaziguamento aparece, com frequência, atrelado à masculinização do estilo, da conduta.

¹⁷⁶ Trecho extraído de “As três Júlias”, publicado originalmente no Jornal *República*, em 6 de março de 1897 e, posteriormente, em 1906, no *Almanaque Garnier*. Quando faleceu a poetisa Francisca Júlia da Silva, em 1920, Humberto de Campos, em sessão da Academia, fez o necrológio da escritora e declarou que se houvessem mulheres no quadro da Academia, ela teria sido admitida e com seu falecimento uma das cadeiras estaria coberta de crepe. Segundo Carlos de Laet, em crônica datada de 13 de setembro de 1911 no jornal *O País*, “a exclusão do sexo feminino, tido como inábil para formar parte de uma companhia literária, qual a nossa Academia, far-nos-ia deploravelmente retrogradar muitos séculos, revelando, outrossim, cabal desconhecimento da história das letras”.

¹⁷⁷ Trata-se do já citado artigo “As três Júlias”.

É importante destacar que, em uma das primeiras reuniões da ABL, solicitada por Lúcio de Mendonça, registra-se a presença de Filinto de Almeida, não sendo feita nenhuma referência à Júlia Lopes. E o curioso é que, na primeira listagem elaborada por Mendonça e publicada em sua coluna intitulada “Cartas literárias”, mantida n’*O Estado de S. Paulo*, constata-se exatamente o oposto: o nome de Filinto de Almeida não é mencionado, mas apenas o de Júlia Lopes (ver nota de rodapé 152). Quanto a isso, Francisco Galvão nos fornece alguns detalhes acerca da referida sessão, que conta com a presença dos fundadores iniciais e indicados:¹⁷⁸

Machado de Assis, que foi aclamado seu presidente, compareceu à reunião convocada por Lúcio [de Mendonça], com seus companheiros: Artur Azevedo, Araripe Júnior, Coelho Neto, *Filinto de Almeida*, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, José Veríssimo, Luiz Murat, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabello, Rodrigo Octavio, Silva Ramos, Teixeira de Mello, Valentim Magalhães e Visconde de Taunay. Estes, com ele Lúcio, elaboraram o regimento interno, e convidaram, para a continuação dos trabalhos, Afonso Celso, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Ruy Barbosa, Sílvio Romero e Urbano Duarte (GALVÃO, 1937: 7, destacaques nossos).

A propósito, a *Edição Comemorativa dos 110 anos da ABL* salienta que o único nome feminino presente na lista de possíveis membros fundadores era mesmo o de Júlia Lopes de Almeida, e aponta como justificativa para sua exclusão a fiel observância, por parte da congênere brasileira, aos critérios de admissão adotados pela Académie Française, que previa apenas o ingresso de indivíduos do sexo masculino, constatação esta também presente na investigação de Alessandra El Far, segundo a qual “Júlia Lopes de Almeida, uma das poucas escritoras da época, foi retirada da relação final sob pretexto de que na Academia Francesa – modelo da nascente agremiação – não era consentida a entrada de mulheres” (2000a: 53-54).

¹⁷⁸ Como já evidenciado no capítulo anterior, a sessão inaugural da ABL contou com a presença apenas dos **fundadores iniciais**, quais sejam, Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabello, Rodrigo Octávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo e Visconde de Taunay. A este grupo coube a deliberação acerca dos Estatutos e Regimento Interno, que excluía implicitamente as mulheres. Já Coelho Neto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luiz Murat e Valentim Magalhães ingressaram logo em seguida, por meio de indicação por parte dos fundadores iniciais, perfazendo o grupo de **fundadores indicados**.

O que se depreende desse episódio é a literalidade da expressão “homens de letras”, levada a cabo pelos fundadores iniciais, que participaram da primeira sessão, bem como pelos indicados, que integraram o grupo logo em seguida. De acordo com a Edição, foi “por um acesso de fidelidade – aí sim, excessiva – ao modelo da Academia Francesa, que não aceitava mulheres, Júlia teve seu nome retirado da lista dos quarenta membros” (LACERDA, 2007: 31).¹⁷⁹

Fica, então, tacitamente definida a impossibilidade de ingresso de mulheres na ABL.¹⁸⁰ O silêncio renitente, bem como as lacunas nos registros produzidos pela agremiação, garantiram a este episódio uma tonalidade harmoniosa, ou ao menos pacífica, já que as explicações para a inadmissão situaram-se na “insuspeita” transformação da restrição em uma emanção impessoal – o Regimento, recém-elaborado, teria se edificado no encaixo daqueles critérios orientadores da seleção de membros para a AF, há muito consagrados, daí extraíndo toda a sua legitimidade. Tais evidências nos levam a supor que as prévias da reunião oficial tenham sido determinantes para o desligamento da escritora deste espaço de “auto-consagração literária”. Porém, não é possível qualquer afirmação precisa ou reconstrução pormenorizada dos bastidores deste impedimento, por estarmos diante de insondáveis “déficits documentais”.¹⁸¹

Ainda que reconhecida prosadora, Júlia Lopes não assistiu à concretização dessa possibilidade de ingresso, fato este que se deve, segundo Lúcio de Mendonça, a uma “mentalidade machista e medíocre”, i.e., às constrições sociais inscritas nas prerrogativas de gênero.

¹⁷⁹ Em sua maioria, as justificativas para a exclusão do nome de Júlia Lopes da lista final de membros fundadores da ABL atribuem a sua impossibilidade de ingresso ao fato de que, nas instituições congêneres, especialmente em Madrid, Lisboa e Paris, que atuaram como fonte de inspiração para a formação da ABL, não havia mulheres em seus quadros (MOREIRA, 2002: 85). Apesar de Júlia Lopes ter sabido mobilizar adequadamente o capital cultural de que dispunha, o mesmo não fora suficiente para garantir sua presença entre os membros fundadores da ABL.

¹⁸⁰ Como mostramos no **Capítulo 1**, Joaquim Nabuco sugeriu a eleição de *grands seigneurs* como uma forma de assegurar à incipiente instituição credibilidade em todo o país. Nestes termos, era indispensável à ABL a presença de personalidades representativas de todos os segmentos da sociedade, o que pressupunha a ampliação da idéia de “homens de letras”, porém tomada em seu sentido literal: indivíduos do sexo masculino. Tratava-se de “popularizar” as letras, menos para torná-las acessíveis às camadas menos eruditas, do que para difundi-las entre as elites de todo o país. Para Nabuco, deveriam entrar para a Academia os expoentes, enfim, “as superioridades do país. A Academia formou-se de homens na maior parte novos, é preciso graduar agora o acesso. Os novos podem esperar, entrarão depois por aclamação, em vez de entrarem agora por simpatias pessoais ou por serem de alguma coterie. A Marinha não está representada, nem o clero, nem as artes, é preciso introduzir as notabilidades dessas vocações que também cultivam as letras. E as grandes individualidades também” (RABL, 1964: 84).

¹⁸¹ É provável que o impacto dessa negativa tenha levado Júlia Lopes a adotar uma estratégia discreta, reservando-se ao direito de, ao invés de manifestar-se publicamente sobre o acontecido, oferecer como resposta as investidas subseqüentes em sua carreira literária. O que pode corroborar esta suspeita é o fato de Cláudio Lopes de Almeida afirmar desconhecer qualquer publicação assinada por Júlia Lopes de Almeida, que trate do episódio.

A identificação da criatividade de uma artista com as forças produtivas inatas e poderosas da natureza coloca as produções das mulheres fora da esfera mediadora da atividade cultural masculina. Os homens estudam e pensam; as mulheres sentem e criam instintivamente. Na polarização ocidental do corpo e da mente, os homens são recompensados por serem intelectuais e teóricos, as mulheres por serem intuitivas e procriadoras (CHADWICH, 1995: 34).

A inadmissão não teve uma justificativa plausível e convincente, tampouco contrapartida por parte da escritora, mas fez sentir a implacável força operadora do cânon, uma vez que a escolha arbitrária por alguns autores determinados

implica a exclusão de todo um universo de possíveis, doravante eclipsados. Paralelamente, tais práticas se traduzem também em efeitos de consagração, uma vez que os eleitos, sejam eles pessoas, idéias ou objetos, ganham o direito a participarem da memória de uma coletividade qualquer, por serem fixados em livros, artigos e crítica (SIMIONI, 2004: 2).

Não há dúvidas, portanto, de que se trata de uma instância em que a mulher não encontrava acolhida, ficando nas entrelinhas tal explicação, ou então, deixando subentendido que “em um período em que se discutia se as mulheres eram ou não naturalmente dotadas das mesmas capacidades intelectuais dos homens, ser artista e mulher implicava se deparar com uma série de reservas e estereótipos na vida diária” (*Idem, Ibidem*: XII). Nestes termos, ao fechar as portas para Júlia Lopes, a ABL expõe a lógica em que estavam assentados seus alicerces, segundo a qual a feminilidade é “fator” de inegável diminuição do capital simbólico (BOURDIEU, 2003: 112).

A repercussão deste indigesto episódio foi amainada pelo ingresso de Filinto de Almeida, marido de Júlia Lopes de Almeida, na vaga que, supostamente, seria a ela destinada, como uma forma gentil de remendar a sugestão feita por Lúcio de Mendonça. Nas palavras de Humberto de Campos, “como D. Júlia não pode entrar, dá-se-lhe uma satisfação, incluindo Filinto” (*apud* ELEUTÉRIO, 2005: 81).

A inclusão de Filinto de Almeida no quadro de sócios fundadores da Academia chegou a ser explicada como uma satisfação pública à exclusão de sua

mulher, D. Júlia Lopes de Almeida, considerada no seu tempo a mais famosa escritora brasileira (MONTELLO, 1967: 91).

Por sua vez, se o misogenismo exprimia-se veladamente, não chegando a encontrar porta-vozes que o encampassem explicitamente, a acolhida de Filinto de Almeida por muito pouco não descumpru o Regimento Interno recém-formulado, que limitava o ingresso à ABL apenas aos brasileiros. “Português castiço”, Filinto de Almeida obteve “naturalização tácita”, beneficiando-se da chamada “lei da grande naturalização”, simplesmente por não haver manifestado intenção em conservar a nacionalidade portuguesa.¹⁸² Embora não fosse fator impeditivo para seu ingresso na entidade, visto que a não-manifestação subentendia, neste caso, seu consentimento em naturalizar-se, tal “detalhe” sequer chegou a ser mencionado, diante de tamanho impacto causado pela possibilidade de ingresso de uma mulher.

Vale arriscar que a entrada de Filinto de Almeida tenha soado como uma estratégia restituidora e compensatória, um “cordial acordo” capaz de oferecer ao “casal de artistas” uma “satisfação pública”. Em outros termos, diante da desaprovação da presença feminina, a melhor saída foi transformar o ingresso de Filinto em uma homenagem à Júlia Lopes. Segundo Josué Montello, “Filinto é, assim, um acadêmico consorte” (para não dizer “com sorte”).

Compreende-se, assim, que, entre D. Júlia Lopes de Almeida, que era então nossa primeira escritora, e seu marido Filinto, que fazia versos de mérito relativo, a Academia preferiu este último, e ele próprio, com bom humor, risonhamente se considerava, para realçar ainda mais os méritos da companheira – o acadêmico consorte (MONTELLO, 1976).

A afirmação de Josué Montello recrudescer a idéia de que a tradição conservadora da Academia Brasileira de Letras fora determinante para a exclusão do nome de Júlia Lopes da relação final de membros fundadores. Já se sabe que, desde o seu surgimento, o mérito literário

¹⁸² Conforme Art. 12 da Constituição de 1891, são considerados “cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem”. Nestes termos, a naturalização de Filinto de Almeida ocorreu em virtude da chamada “lei da grande naturalização”, contemplada no referido Artigo.

não é garantia ou pré-requisito para o ingresso na ABL, especialmente quando se trata de autoria feminina, considerada na época como “naturalmente inferior”.

O curioso é que, no caso de Júlia Lopes, sua vaga fora preenchida pelo esposo, nascido em Portugal, e que compunha “versos de mérito relativo”, para citar mais uma vez as palavras de Montello.¹⁸³ Portanto, na tentativa de “compensar” a ausência da escritora e de, assim, tornar esse veto menos expressivo, amainando os possíveis alardes e indesejáveis desdobramentos, muitas versões apontam que Filinto de Almeida tem o seu ingresso vinculado à cortês substituição da esposa, reiterando, destarte, a feição tradicional e misógina da instituição, porém, amaciada, i.e., envolta em uma aura de gentileza “quase insuspeita”.¹⁸⁴

A Filinto de Almeida fora designada a Cadeira 3, que tem como patrono Artur de Oliveira, de quem fora amigo. Na entrevista já citada, concedida a João do Rio para *O momento literário*, o poeta tece um comentário sugestivo a respeito da ausência de Júlia Lopes na ABL, e evidencia sua relativa convivência para com o episódio ao esboçar, em tom de confidência e sigilo, um desconforto deveras contido: “Nunca disse isso a ninguém, mas há muito que o penso. Não era eu quem deveria estar na Academia, era ela”.¹⁸⁵ Por outro lado, Fernanda Lopes de Almeida, em entrevista já mencionada, opõe-se às versões que apreendem o ingresso de Filinto como uma “restituição” à inadmissão de Júlia. Segundo a neta do casal,

é freqüentemente dito que o Filinto estava na Academia representando a Júlia, porque ela não podia ser eleita, porque mulher não podia ser eleita, então ele estava a representando. Não foi nada disso. Ele tinha uma mágoa muito grande com a Academia, porque achava que a Academia não prestigiava devidamente a

¹⁸³ Esta mesma avaliação é feita por Antônio Olinto, para quem Júlia Lopes “era mais escritora do que ele [Filinto], escrevia contos, poesias, romances” (1999: 45).

¹⁸⁴ A postura intransigente da ABL foi o acicate necessário à sequência de fundação de agremiações literárias femininas. Sabendo-se que as Academias concorrem para a ratificação da inserção dos letrados no ambiente artístico, a mobilização de fontes nos alertou para a proliferação de um circuito de academias femininas de letras, muitas delas erigindo-se como um rebatimento à parcialidade do critério de seleção da ABL. Nestes termos, “a primeira agremiação literária que se tem notícia foi a Liga Feminista Cearense, fundada em 1904, por Alba Valdez, identificada no meio literário como defensora do direito da ascensão cultural, econômica e política para as mulheres” (HOLLANDA & ARAÚJO, 1993: 25). Uma informação curiosa, presente em **Ensaístas Brasileiras**, diz respeito à tentativa de ingresso de uma quarta Júlia à ABL: as autoras apontam a cearense Júlia Galeno (1899-1978) como pretendente a uma vaga quando da fundação da instituição. Incomodada com a negativa, “cria sua própria academia [Academia Juvenal Galeno] ‘exclusivamente para mulheres’, explicitando sua crítica frente à posição sexista da Academia Brasileira e promovendo sua inserção, ainda que marginal, no mundo institucionalizado das ‘belas-letras’” (p. 23). O nome da Academia é uma homenagem ao seu pai, o poeta cearense Juvenal Galeno. Ver também: HOLLANDA, 1992.

¹⁸⁵ Entrevista mencionada, concedida à pesquisadora Rosane Salomoni, que consta do espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

Júlia. Ele entrou por méritos próprios, ele era um intelectual considerado na época, fazia parte daquela roda que fundou a Academia, e não houve nada disso, de que ele entrou para representar a Júlia, e ele, a vida toda, se aborreceu muito, porque achava que não davam à Júlia o prestígio que a Júlia merecia. E ele dizia “quem devia estar lá [na Academia] era ela”, mas dizia isso sentido por não darem o lugar que ele achava que ela merecia.

O distanciamento da escritora para com este episódio é aterrador: como mencionado anteriormente, não há qualquer manifestação pública de Júlia Lopes, posicionando-se ante a exclusão de seu nome, questionando a arbitrária política de indicação adotada pelos membros fundadores da Academia. Ainda que o silêncio da escritora não possa ser compreendido como uma evidência da pouca relevância que atribuía a este meio específico de sagração, ou mesmo de sua convivência com relação à ocupação da Cadeira por seu marido, é possível ao menos afirmar que a própria indicação de seu nome para compor a lista de fundadores é sintomática de seu prestígio e notoriedade.

Nestes termos, sem obter uma vaga, Júlia Lopes é homenageada, após seu falecimento¹⁸⁶, e passa a ser considerada por alguns acadêmicos a Cadeira 41 da Academia. Duas hermas, de autoria de sua filha, Margarida Lopes de Almeida, são descerradas, a primeira delas no Passeio Público, na cidade do Rio de Janeiro (**imagem 31**), inaugurada em 30 de maio de 1939, e, a outra, no jardim Gomes do Amorim, na cidade de Lisboa, em 28 de março de 1953 (**imagem 32**).

Trata-se duma obra de Margarida Lopes de Almeida, a excelente recitadora da nossa poesia, de todas as poesias. Depois de haver tantas vezes, como declamadora, interpretado páginas daqueles livros magníficos, páginas que todas as mulheres deviam saber de cor, Margarida interpretou agora, como escultora, a fisionomia inspirada de sua mãe. Reproduziu as feições de Dona Júlia no barro brando que se havia de converter em bronze eterno. (LUSO, 1939: 323).

¹⁸⁶ Júlia Lopes viveu até os 72 anos. Sua morte, em 1934, é decorrente de uma infecção contraída quando de uma viagem à África, em visita a uma das filhas, Lúcia Lopes de Almeida de Noronha. (Ver: ELEUTÉRIO, 2005: 93 e MOREIRA, 2003: 97). Em 30 de maio de 1935, exatamente no primeiro aniversário de seu falecimento, a ABL promove o necrológio de Júlia Lopes, em sessão presidida por Afonso Celso, em que se manifestaram os acadêmicos Alberto de Oliveira, João Luso e Olegário Mariano.

Imagem 31 – Inauguração da herma de Júlia Lopes de Almeida no Passeio Público, 1939. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, que pertence a Cláudio Lopes de Almeida.

Imagem 32 – Margarida Lopes de Almeida ao lado de sua produção artística, localizada no jardim Gomes do Amorim, junto à Avenida Dr. Antônio José de Amorim, na cidade de Lisboa, 1953. Fonte: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, que pertence a Cláudio Lopes de Almeida.

Tais iniciativas não parecem despidas de um significativo caráter restituidor, por meio das quais sua sagração fora assegurada extra-oficialmente.¹⁸⁷ Já que impossibilitada de imortalizar-se

¹⁸⁷ Fato curioso é que tanto Francisca Júlia, quanto Júlia Lopes de Almeida são homenageadas (sendo a segunda postumamente). E mais uma “feliz” coincidência: o busto de bronze parece investir-se de um papel se não simbolicamente restituidor, ao menos, apaziguador dos efeitos da dominação simbólica e da incongruência dos códigos que regem a dinâmica do campo literário brasileiro.

como membro da ABL, Júlia Lopes recebeu, postumamente, este preito, que traduz, contraditoriamente, uma “forma efêmera de eternização”.¹⁸⁸

Aliás, perseguir a “posteridade”, projetando-a nos monumentos (EL FAR, 2000b: 124) era prática recorrente entre os escritores do período. Prova disso é o comentário de um jornalista da *Revista da Semana*, publicado em 1900, que chega a definir o entresséculos como a “idade de bronze”:

Quem não lograr um lugar na Academia guarda ainda a esperança de ser incorporado aos bronzes; e se consegue as duas coisas, bem se pode considerar superior, e de muito, aos próprios deuses, cuja imortalidade é única.

Imaginemos, agora, muitos de nossos acadêmicos esculpidos em bronze!... Seria a imortalização de toda essa geração.

Eles que não percam a esperança de tão completa consagração. A coisa está sendo hoje muito mais fácil que já se foi. Atravessamos uma idade de bronze e é impossível que não tratemos de moldar, em liga nobre, vultos como o do Sr. Joaquim Nabuco... (apud EL FAR, *Ibidem*: 124-125).¹⁸⁹

O caso de Júlia Lopes ilustra exatamente a situação acima descrita: como não obteve um lugar entre os imortais, sua imagem foi perenizada em “liga nobre”.

Ainda com relação às homenagens póstumas à Júlia Lopes, não podemos deixar de mencionar aquela que sobreveio em 1938, sob a forma de livro. Trata-se de **Dona Júlia (imagens 33 e 34)**, obra fruto da compilação de poesias escritas por Filinto de Almeida e “editada em número limitado de exemplares para serem oferecidos pelo autor aos que conheceram e amaram minha mãe [Júlia Lopes]”, nas palavras de Margarida Lopes de Almeida.¹⁹⁰

Como já mencionado no início deste capítulo, Filinto de Almeida publica o volume com o intento de exprimir “comovente preito de saudade àquela que fora sua amorosa companheira por quase meio século” (DE LUCA, 1999: 289), e recebe de seus pares contrapartidas elogiosas,

¹⁸⁸ A placa de bronze que acompanha a herma de Júlia Lopes, localizada no Passeio Público (Rio de Janeiro) fora roubada em 2004, sem que até hoje fosse providenciada a sua reposição. Daí a incongruente expressão “forma efêmera de eternização”.

¹⁸⁹ Sobre esta discussão, cf. EL FAR, 2000b.

¹⁹⁰ Estes dizeres são parte da dedicatória do livro **Dona Júlia**, escrita em 9 de outubro de 1957, cujo exemplar compõe o acervo particular da pesquisadora.

como é o caso das missivas que lhe são endereçadas por Olegário Mariano e Menotti Del Picchia (**imagens 35 a 37**).¹⁹¹

Imagem 33 – Folha de rosto do livro **Dona Júlia**, 1938. Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

¹⁹¹ Segue a dedicatória de Filinto de Almeida (**imagem 34**): “Aos meus filhos, aos meus netos, à irmã sobrevivente, Alice Lopes Campeão. A todos, parentes e amigos que a amaram, a prezaram, a admiraram. E, especialmente, a Virgínia Gomes Leitão, sua prima-irmã, ofereço e dedico este livro de Dona Júlia (que não será exposto à venda). F. A. Maio de 1938”. Como encerramento do livro, Filinto insere a dedicatória que consta do **Livro das Noivas**, na qual Júlia Lopes de Almeida manifesta publicamente seu amor pelo marido – tal como já comentado na nota de rodapé 11. Ver: ALMEIDA, 1938: 143.

Imagem 34 – Dedicatória do livro **Dona Júlia**, 1938. Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Dentre os 63 poemas que compõem o livro, alguns deles foram escritos postumamente, e exprimem com profundidade a tristeza em que se encontrava Filinto de Almeida, após o falecimento da esposa. Tal é o caso daquele intitulado “Aos leitores” (1938: 17-18), datado de 20 de outubro de 1934. Como o livro não foi exposto à venda, segundo observação do próprio autor em nota ao final da dedicatória (**imagem 34**), o poema em questão é um desabafo dirigido àquele círculo de amigos e parentes que foi presenteado com a edição:

Perdoai, meus amigos, se vos dou
Os ressaibos da dor em que ora vivo,
Ecos desta aflição, não lenitivo
Do sofrimento que me aniquilou

É o começo do fim que já chegou...
Do destino ao decreto imperativo
Inerte não me entrego nem me esquivo,

Mas clamo pelo bem que me levou.

E era tão grande o bem, tão puro e santo!
Meu guia, meu santelmo, meu perdão,
Glória da minha vida e seu encanto.

Tudo acabou. Ficou-me esta paixão,
Esta angústia perene do meu pranto,
Sangue do retalhado coração.

Por sua vez, o poema “Não pode ser” (*Idem, Ibidem*: 87-88), escrito em 31 de março de 1937, ilustra o inconformismo de Filinto de Almeida diante da necessidade de conviver com a ausência de Júlia Lopes. Mais especificamente, o autor exprime, em forma de verso, todo o seu dissabor ao tomar conhecimento do resultado de alguns exames médicos a que se submetera, que atestavam sua vida longa. O paciente não vê motivos para comemorar a “boa-nova”, e a considera digna de lamentação: continuar a viver é quase uma condenação; saber-se longo é ter a dimensão da extensão do tempo que lhe resta para conviver com o sofrimento causado pela perda da esposa:

Este doutor que aqui me examinou [Dr. C. Perrone]
Com a sua moderna “aparelhagem”,
Mostrou-me que da Vida na romagem
Já a minha idade a média ultrapassou.

Até os cento e vinte anos, me augurou,
Eu deverei seguir a minha viagem.
Mas para tanto não terei coragem,
Nem o seu vaticínio me alegrou.

Perdida a imensa, a ideal felicidade,
Que só contigo, ó meu amor, gozei,
Isso fora injustiça e crueldade;

Pois se do meu destino isso for lei,
Serão mais quarenta anos de saudade
Neste ermo escuro e triste em que fiquei.

No entanto, Filinto de Almeida contraria o vaticínio do Dr. Perrone, e falece em 28 de janeiro de 1945, uma década após ter perdido sua esposa (**imagem 40**).

Filinto de Almeida também solicita à ABL a criação do Prêmio Júlia Lopes de Almeida, com o intuito de laurear produções em prosa de autoria feminina (**imagens 38 e 39**). O prêmio é instituído em 1952, mas sua vigência não ultrapassa a década de 1960.¹⁹²

Assim, as homenagens póstumas que Júlia Lopes recebera evidenciam que, durante o entresséculos, a discrição da extra-oficialidade configurava-se enquanto forma correntemente acionada para a celebração do mérito e expressividade literários de escritoras que ousassem ultrapassar os umbrais do ambiente privado. Mais do que “excepcionais”, estas escritoras pareciam viver nos limites de uma “contravenção”.

¹⁹² Conforme levantamento feito no acervo da ABL, a agremiação tornou público, em 1952, que no ano vindouro passaria a conceder o Prêmio Júlia Lopes de Almeida, “destinado a livro inédito ou publicado de autor feminino, de prosa, de preferência romance ou coleção de novelas ou de contos; na falta, poderá ser candidato um livro de versos, de qualidade superior e de forma chamada clássica, sempre de autor feminino”, e que concederia às vencedoras a quantia de Cr\$7.200,00. Para se ter uma idéia, aquele que oferece a maior soma em dinheiro é o Prêmio Machado de Assis, cujo ganhador seria agraciado com CR\$12.000,00 (RABL, jul a dez, 1952: 80-81). A divulgação das inscrições para candidatura ao Prêmio Júlia Lopes de Almeida ocorre, portanto, em 1953, e a primeira premiação, em 1954. O último prêmio concedido data de 1964. Foram contempladas as seguintes escritoras: em 1954, Ondina Ferreira, com a obra **Medo**; em 1955, Zilah Corrêa de Araújo, com **A loja de ilusões**; em 1957, Heloneida Studart, com a obra **Diz-me teu nome!**; em 1959, Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury), com a obra **Elos da mesma corrente**; em 1960, Stella Leonardos, com **Estátua de Sal** e Maria Eugênia Porto Oliveira Ribeiro, com **A sensitiva**; em 1961, Berenice Grieco, com **Caliban** e Stela Tostes, com **Paixão de mulata**; em 1962, Maria Cibeira Perpétuo, com a obra **E continuamos a viver...**; em 1963, Maria Silveira Nunes Galvão, com **Um ensaio de vida** e Cecília Bezerra de Rezende, com **O mundo cresceu quando o meu filho nasceu**; e, por fim, em 1964, Elza Heloísa, com **Pé de moleque** e Maria Ramos, com **Banhado em flor**. (*Idem, Ibidem*: 80-81).

Imagem 35 – Cumprimentos enviados por Menotti Del Picchia a Filinto de Almeida, a propósito da publicação de **Dona Júlia**, 1938. Fonte: Coleção Filinto de Almeida. Arquivo ABL.

Harve, 7-12-1938

Meu querido Mestre e Amigo Filinto de Almeida,

É com uma sincera e profunda emoção que avulsos de virar a folha 140 do seu livro "Dona Julia". Ah! como timbra eu nação quando insistia junto ao meu amigo no sentido de que não retardasse a sua publicação! Que série admirável de admiráveis sonetos lyricos! Feliz o Poeta que, ao chegar aos oitenta annos, pôde ainda cantar com tanta graça commovida, com tão alta inspiração e tal amor!

Don-de, canta octogenario e novo,
Tudo que posso dar: tudo que tenho...
Perdôa, minha amigo, se é tão pouco.

Alvarez dos versos que lhe consagrou, e que formam um poema magnifico, tudo que tenho diante dos olhos e da imaginação a creatura incomparavel que foi a sua companhia de tantos annos! Aquella que todos nós, seus admiradores respeitros, seus filhos pelo espirito e pelo coração, designamos a nossa "Dona Julia"! Como com-
prehendo a sua dor!

Vós agora que estive, miserando,
Perto de annos décadas dormindo
E quasi meio século sonhando.

Não cultivarei jamais a lisonja. Quando digo que gosto de um livro ou de uma poesia é porque gosto mes-

mas. Não lhe peço, pois, o menor favor, dizendo que a leitura de "Dona Júlia" proporcionará às almas do meu exílio um doce e reconfortante instantâneo. Seus versos são espontâneos e singulares. Há nelles uma musicalidade digna dos maiores sonetos.

Porque sofro é que sei que a vida é isto,
Dor que vai, dor que fica, dor que vem.

Não sei de nada que possa dizer sobre a vida com tanta poesia! Guardei de memoria os dois decasyllabos que acabo de citar e um ^{apocrita-ly} ~~decasyllabo~~ com especial carinho, nos "Reflexões do meu caderno de notas", que estou publicando no "Jornal do Commercio".

Reputo o soneto "24 de Setembro" uma perfeita obra-prima. Perdeu elle as numeras do que a gente lê e logo decora.

Saudados nos estar ali para dizer-lhe de viva voz todo o bem que penso de seu livro. Não por isso, porém, é meu effluvio o meu abraço.

Faço votos para que estes lindos o encontrem no gozo da melhor saúde, na companhia dos seus filhos e dos seus netos. Queria beijar por mim a mãe de Margarida e transmittir as effluvia um cordial abraço. Saudados de mim e da mulher para todos.

Um grande abraço do seu discípulo e amigo

sincero

Olegário Mariano

à A. B. L. numero de
apólices da Div. pub. Federal
(o tipo à sua escolha) de renda
suficiente para a instituição
de um prémio anual de ⁵ 500
contos de réis, que será dado
ao melhor livro de prosa
de autor feminino, de prefe-
rência romance, ou collecção de
novelas ou de contos, inédito
ou publicado no ano anterior,
que mereça ser premiado;
caso não ^{acomunado} apasce ^l nenhum
desses géneros, poderá o prémio
ser dado a obra de outro género,
escolar, ensaios, estudos literá-
rios, etc. ^{por obra de outro} — ou ainda, mas só
à falta de livro de em prosa,
a um livro de versos de qualida-
de superior e forma da chamada
clássica, sempre de autor femi-
nino. O prémio terá, obriga-

toriammente, a designação
de "Prêmio Julia Lopes de Almeida"
e será acompanhado de
um Diploma simples mas em
que esteja um bom retrato de
D. Julia. Esse Diploma dirá
mais ou menos o seguinte:

— A fulana
oferece a memoria da grande
ilustre escritora D. J. L. A., por
intermedio da A. B. & L. este
pequeno premio,
— Por sua obra tal —

Se porventura não fôr o premio
conferido um ano por não ter
concorrido obra alguma que o
mereça, será oferecido em dobro
no ano seguinte e assim por diante

Imagens 38 e 39 – Manuscritos originais da solicitação encaminhada por Filinto de Almeida à Academia Brasileira de Letras, em que propõe a criação do Prêmio Júlia Lopes de Almeida, distinção a ser concedida às produções de autoria feminina que obtiverem destaque preferencialmente na prosa (romances, novelas ou contos originais). Fonte: Coleção Filinto de Almeida. Arquivo ABL.

Faleceu Filinto de Almeida onze anos depois de sua mulher, a 28 de Janeiro de 1945, cercado de seus filhos e netos, à Av. Atlântica 466 em Copacabana, no mesmo quarto e no mesmo leito em que falecera sua mulher.

Casaram-se os dois escritores em Lisboa, na Igreja de S. Domingos, no dia 28 de Novembro de 1887. Viveram portanto 47 anos de vida conjugal de uma felicidade completa, como bem demonstram os sonetos do livro "Dona Júlia" de Filinto de Almeida.

Imagem 40 – Carta de autoria desconhecida, notificando o falecimento de Filinto de Almeida, ocorrido no mesmo leito em que falecera Júlia Lopes de Almeida, 1945. Fonte: Coleção Filinto de Almeida. Arquivo ABL.

De acordo com os registros contidos nos **Anuários** e nas **Atas** da ABL, durante os primeiros 33 anos de sua existência, os seus membros efetivos foram eleitos, dentre os “brasileiros”, que haviam produzido obras de “valor e mérito literários”. Porém, uma das justificativas encontradas para inviabilizar a admissão feminina adveio justamente das

interpretações enviesadas que o próprio Regimento Interno facultou, já que o vocábulo “brasileiros” fora tacitamente tomado como uma alusão apenas aos indivíduos “do sexo masculino”.

Enfim, por conta de uma restrição implícita, a participação feminina na ABL deixou de ser cogitada, e o silêncio quanto ao assunto se estendeu pelas três primeiras décadas de sua existência, tendo sido timidamente rompido em 1930, por conta do veto à candidatura de Amélia Beviláqua, que trouxe novamente à baila a necessidade de discussão acerca da possibilidade da presença de mulheres na entidade. Porém, este episódio teve como desdobramento – ainda que tardio – a alteração do Regimento Interno, que, a partir de 1951, passa a incorporar, como complemento ao vocábulo “brasileiros”, o aposto restritivo “do sexo masculino”, um adendo que confere à palavra seu sentido literal.¹⁹³

Veremos, no próximo capítulo, como tais modificações se processaram no cotidiano da agremiação, culminando, por conseguinte, na proibição sumária, explícita e categórica da elegibilidade feminina, arbitrariedade que se estendeu até o ano de 1976.

¹⁹³ Tal como mostraremos no quarto capítulo, é apenas em 1976 que a ABL aquiesce acerca da candidatura feminina.

Capítulo 3

Amélia Beviláqua: “deve a mulher pertencer à Academia Brasileira de Letras?”

“Esta justiça será feita, unicamente, para outras senhoras”.

(BEVILÁQUA, 1930: 9)

Um silencioso interregno: as mulheres e a ABL entre 1897 e 1930

Como já mencionamos, e dedicaremos este capítulo a tal análise, o ano de 1930 assistiu à proposta de candidatura de Amélia Beviláqua, a primeira escritora a manifestar publicamente sua intenção em integrar o “Silogeu brasileiro”.

No entanto, entre a recusa de Júlia Lopes de Almeida, em 1897, na qualidade de membro fundadora, e a solicitação de Amélia Beviláqua, em 1930, passaram-se 33 anos, e o debate acerca da presença de escritoras na agremiação compôs, esporadicamente, a pauta de algumas das reuniões ocorridas durante estas três décadas.

Pensando neste interregno, que se nos afigura, à primeira vista, como um período de letargia e silêncio profundos, buscaremos mostrar que a questão da elegibilidade feminina na ABL permaneceu como uma sombra, uma pendência no cotidiano dos acadêmicos. Portanto, o aparente esquecimento atribuído ao assunto pode ter sido, na verdade, uma tentativa proposital de torná-lo modorro, adiando, com isso, as possibilidades de um confronto conclusivo.

Dito isso, a partir de agora, passaremos em revista as principais discussões ocorridas nesse ínterim, que tiveram como ponto alto a proposta de candidatura encaminhada pela escritora a quem dedicaremos este capítulo: Amélia Beviláqua

Imagem 41 – Imagem de uma sessão pública da Academia Brasileira, realizada em 1909, ainda, no Silogeu. Segundo informações da ABL, provavelmente, um dos mais antigos registros fotográficos de uma sessão. Fonte: **Academia Brasileira de Letras: 100 anos**, p. 22.

Iniciaremos a investigação, fazendo referência a duas sessões específicas, que remontam a 1911. Isso porque, tal como nos informam os autos da ABL, este foi um ano marcado pelo retorno da polêmica acerca da elegibilidade feminina, desencadeada pela cogitação do nome da filóloga Carolina Michaëlis¹⁹⁴, para compor o quadro de sócios correspondentes, na sucessão do escritor russo, Léon Tolstoi (1828-1910), que até então ocupava a Cadeira 17.¹⁹⁵ Quanto a isso, o período abaixo, extraído da Ata da sessão ocorrida em nove de setembro de 1911¹⁹⁶, comprova tal

¹⁹⁴ Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) nasceu em Berlim, mas morou grande parte de sua vida em Portugal, tendo falecido na cidade do Porto. Nas palavras do acadêmico Antônio Austregésilo, “vernaculista acatada e profunda” (1923: 15), Michaëlis foi uma das mais importantes filólogas da língua portuguesa. Atuou como intérprete do Ministério do Interior alemão para os assuntos da Península Ibérica, o que evidencia seu interesse pela cultura hispânica, especificamente pelos temas portugueses. E foi justamente este interesse que a aproximou de seu futuro marido, Joaquim de Vasconcelos - musicólogo, historiador de arte, que estudara na Alemanha, com quem se casa em 1876, na cidade de Berlim. No ano seguinte ao seu casamento, desembarcam na cidade do Porto, onde começa a trabalhar na Biblioteca da Ajuda, incumbindo-se da edição do **Cancioneiro da Ajuda**. Em 1911, recebe um convite da Faculdade de Letras de Lisboa, para atuar como docente, transferindo-se, em seguida, para a Universidade de Coimbra. No mesmo ano é eleita para a Academia das Ciências, porém, por se tratar de mulher, seu ingresso suscitou discussões e estranhamento.

Ver: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biografias/cmvasconcelos.html>

¹⁹⁵ De acordo com Art. 1º dos Estatutos da ABL, § 1º, “a Academia compõe-se de 40 membros efetivos e perpétuos, dos quais 25, pelo menos, residentes no Rio de Janeiro, e de **20 membros correspondentes estrangeiros**, constituindo-se desde já com os membros que assinarem os presentes Estatutos”. Fonte: Estatutos e Regimento Interno da ABL, 1910 (grifos nossos).

¹⁹⁶ Participaram da sessão, além de Afonso Celso, José Veríssimo, João Ribeiro, Artur Orlando, Salvador de Mendonça, Coelho Neto, Carlos de Laet, Silva Ramos, Rodrigo Octávio, Filinto de Almeida, Araripe Jr., Alberto de Oliveira, Souza Bandeira e Afrânio Peixoto.

indicação, que vem acompanhada pela sugestão do nome do escritor francês Anatole France. Ambos são apresentados como potenciais candidatos para a disputa pela vaga em questão.

A ordem do dia é a eleição de um membro correspondente à vaga de Tolstoi. Porque (sic) fossem lembrados os nomes do Sr. Anatole France e D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Vale registrar que o Regimento Interno de 1901, então vigente, não apresenta qualquer restrição ao ingresso feminino:

Art. 32 - As eleições para preenchimento da vaga de membro correspondente serão feitas mediante indicações apresentadas por Acadêmicos e após o estudo de uma comissão, especialmente nomeada pelo Presidente para informar a Academia acerca dos candidatos propostos.

(Fonte: Estatutos e Regimento Interno da ABL, 1901, p. 24).

Em vista desta indicação, a tônica da sessão do dia nove de setembro de 1911¹⁹⁷ não podia deixar de recair, senão, sobre o debate acerca da elegibilidade feminina, mais especificamente, “sobre a inconveniência das mulheres nas sociedades masculinas, sobre a assimilação das mulheres aos eclesiásticos quanto ao uso do uniforme acadêmico”. Ao tomar a palavra, o acadêmico Afonso Celso defende que a possibilidade de ingresso da filóloga não deveria ser tratada como uma “questão isolada”, e sim derivar de uma resolução mais abrangente, que dissesse respeito à “questão do sexo”.

O Sr. Afonso Celso acha que se deve preliminarmente resolver a questão do sexo, como condição para a elegibilidade. O Sr. Souza Bandeira, autor da candidatura de Anatole France, diz que não o superior em sexo à D. Carolina, mas a eleição desta não seria possível por se achar preenchido o número de correspondentes portugueses.

¹⁹⁷ Participaram da sessão, além de Afonso Celso, José Veríssimo, João Ribeiro, Artur Orlando, Salvador de Mendonça, Coelho Neto, Carlos de Laet, Silva Ramos, Rodrigo Octávio, Filinto de Almeida, Araripe Jr., Alberto de Oliveira, Souza Bandeira e Afrânio Peixoto.

Tal como se pode depreender da leitura do período acima, a “questão do sexo”, que sempre se afigurou como um problema, é tratada explicitamente como a real barreira ao ingresso de Carolina Michaëlis. Contudo, ao buscarem justificar a proibição à referida candidatura, a explicação nem de longe resvalou nas prerrogativas de gênero (possivelmente para evitar um desgaste maior por parte da Academia, que mantinha desde a sua criação uma postura intolerante e arbitrária ante o assunto). Os acadêmicos buscaram na destinação das vagas por país a deixa (mais uma “carta na manga”) para sacramentar a inadmissão da filóloga. Para melhor compreender o argumento dos acadêmicos, vejamos o que nos diz o parágrafo 5.º do Art. 32 do Regimento Interno da ABL, já que traz especificadas as condições para a candidatura de sócios correspondentes: “Dos 20 lugares de membros correspondentes, metade será destinada a escritores e sábios portugueses, preferidos os que se tenham interessado pelo Brasil”.¹⁹⁸

De acordo com tais critérios, e após procedermos aos devidos levantamentos, foi possível constatar que, no ano de 1910, dez novos sócios correspondentes haviam sido eleitos, dos quais metade possuía nacionalidade portuguesa.¹⁹⁹ Levando-se em consideração este quadro, bem como o fato de outras cinco Cadeiras já estarem ocupadas por portugueses, as vagas destinadas ao país estavam, de fato, integralmente preenchidas.²⁰⁰

Assim, vincular a impossibilidade de candidatura de Michaëlis à sua nacionalidade poderia soar como uma excelente justificativa, posto que oficialmente respaldada, não fosse o fato de a filóloga ter nascido na Alemanha, e não em Portugal, como “supuseram” os acadêmicos.

Fruto de uma inacreditável manobra, o veto à Carolina Michaëlis é exemplo contundente de que a “questão do sexo”, ainda que profundamente partilhada pelos membros da ABL, não chegava a ser explicitamente manejada para fundamentar uma inadmissão feminina.²⁰¹ Estamos,

¹⁹⁸ Fonte: Estatutos e Regimento Interno da ABL, 1901, p. 24.

¹⁹⁹ De acordo com nossos levantamentos, os 19 acadêmicos que então ocupavam a posição de sócios correspondentes eram: os portugueses Gonçalves Viana (eleito em 1910), Carlos Malheiros Dias (eleito em 1907), Jaime de Séguier (eleito em 1910), Antônio Correia de Oliveira (eleito em 1910), Eugênio de Casto (eleito em 1898), Guerra Junqueiro (eleito em 1898), Cândido de Figueiredo (eleito em 1901), Ramalho Ortigão (eleito em 1910), Teófilo Braga (eleito em 1898), Conde de Monsaraz (eleito em 1910), os poloneses Henrik Sienkiewicz (eleito em 1900) e Jean Finot (eleito em 1910), o uruguaio Javier de Viana (eleito em 1910), o belga Victor Orban (eleito em 1910), o peruano José Santos Chocano (eleito em 1910), o italiano Guglielmo Ferrero (eleito em 1907), o francês Paul Groussac (eleito em 1898), o argentino Rafael Obligado (eleito em 1898) e o sueco Goran Bjorkman (eleito em 1910).

²⁰⁰ Os portugueses que já compunham o quadro de sócios correspondentes, antes da eleição de 1910, eram: Eugênio de Castro (eleito em 1898), Teófilo Braga (eleito em 1898), Guerra Junqueiro (eleito em 1898), Carlos Malheiro Dias (eleito em 1907), Cândido de Figueiredo (eleito em 1901).

²⁰¹ O veto ao ingresso de Carolina Michaëlis ocorreu durante a presidência de Rui Barbosa, que ocupou o cargo entre 1909 e 1919. Sob uma alegação fundamentada no Regimento Interno, a Casa pôde maquiara a desaprovação em ter

pois, diante de uma interpretação enviesada facultada pelo Regimento Interno, bem como de seu mais expressivo produto: uma verdadeira “lacuna institucional”. Na vaga deixada por Tolstoi, fora eleito o austríaco Martin Brussot, em 1912.

A Academia, afirma o Dr. Constâncio Alves, não quis aceitar Júlia Lopes de Almeida e mais tarde recusou o de Carolina Michaëlis para sócia correspondente. Que prova isso? O ponto de vista errado, o misogenismo da Academia, que não soube fazer justiça à romancista brasileira nem à notável escritora Carolina Michaelis, a quem a Academia de Ciências de Lisboa ofereceu uma cadeira. Porém essas escritoras nada propuseram; eu fui oficialmente repelida, e, assim, é muito mais ofensiva a recusa (BEVILÁQUA, 1930: 114).

Alguns dias depois, em trinta de setembro de 1911, nova reunião acontece, e o assunto vem novamente à baila.²⁰² A Ata da sessão aponta para evidentes semelhanças entre as propostas encaminhadas por Afonso Celso, no dia nove, e as então perfilhadas por Salvador de Mendonça:

Na ordem do dia, entra em discussão, a propósito da candidatura de Carolina Michaëlis, a elegibilidade das mulheres à Academia. O Sr. Salvador de Mendonça levanta questões de princípio e ordem: por que, em tal assunto, não começarmos pela elegibilidade ou eleição das brasileiras? Refere (sic) controvérsias aos primeiros tempos na Academia. Encarece um nome que é do respeito e da admiração de todos: o da Sra. Júlia Lopes de Almeida. Depois, estaremos em caso de decidir assunto tão grave, sem a maioria, ao menos, dos acadêmicos residentes? Requer a convocação especial de uma sessão.

Percebe-se, facilmente, o mal-estar provocado pelo assunto entre os acadêmicos, que tendiam, muitas vezes, a solicitar foro especial para seu “adequado” tratamento. Desse modo, consoante às manifestações polidas, que tentavam evidenciar a premência do tema (como que para cumprir protocolos), tratado sempre a conta-gotas, a maioria dos acadêmicos protelava o

entre seus membros uma mulher. Merece destaque o fato de que, entre 1907 e 1918, Filinto de Almeida fazia parte da Diretoria da agremiação, desempenhando a função de Tesoureiro e que, conforme consta da Ata da sessão de nove de setembro de 1911, foi o único membro a votar contra a “inconveniência das mulheres nas sociedades masculinas”.

²⁰² Nesta sessão, estavam presentes, além de Salvador de Mendonça, os acadêmicos Mário de Alencar, Afonso Celso, José Veríssimo, Filinto de Almeida, Paulo Barreto, Rodrigo Octávio, Silva Ramos, Carlos de Laet, Arthur Orlando, João Ribeiro, Dantas Barreto, Augusto de Lima, Coelho Neto, Alberto de Oliveira e Afrânio Peixoto.

encaminhamento da discussão, lançando mão de justificativas que iam resvalar, ora na ausência de quórum, ora na interpretação enviesada do Regimento Interno, ora no julgamento de que se tratava de questão excepcional, culminando em seu freqüente adiamento, transformado em “assunto merecedor de sessões especiais”. Por conta disso, a elegibilidade feminina passou, cada vez mais, a adquirir o caráter de “decisão improvável”, de tal forma que apostar na realização de reuniões extraordinárias tornou-se uma forma de manter o assunto em “banho-maria”.

De todo modo, a proposta de Salvador de Mendonça fez com que seus pares relembassem as controvérsias que marcaram o período de criação da agremiação, cuja conseqüência fora o veto ao ingresso da escritora carioca Júlia Lopes de Almeida, na condição de membro fundadora, proibição esta sacramentada pelo pretexto de que a ABL estaria se erigindo à “imagem e semelhança” de sua congênere, a Académie Française de Lettres, entidade cujo Regimento restringia a possibilidade de candidatura e ingresso apenas aos indivíduos do sexo masculino.

À guisa de ilustração, vale lembrar que, desde a fundação da ABL até os dias atuais, apenas duas mulheres chegaram a integrar o quadro de sócios correspondentes, quais sejam, a italiana Luciana Stegagno Picchio (9ª ocupante da Cadeira 6, tendo ingressado em 1920 e sido sucedida em 2008 por Arnaldo Saraiva) e a portuguesa Agustina Bessa-Luís (6ª ocupante da Cadeira 10, cujo ingresso aconteceu em 1922).²⁰³

Neste mesmo mês, Carlos de Laet²⁰⁴, em crônica publicada no jornal *O País*, em 13 de setembro de 1911, contrapõe-se à porção “retrograda” da ABL, e chega até mesmo a fundamentar sua argumentação aludindo à presença de Madame Durocher na Academia de Medicina.²⁰⁵

A exclusão do sexo feminino, tido como inábil para formar parte de uma companhia literária, qual a nossa Academia, far-nos-ia deploravelmente retrogradar muitos séculos, revelando, outrossim, cabal desconhecimento da história das letras.

²⁰³ Consultar Tabelas **3(B)** e **3(C)** do **Apêndice 1**. A **Tabela 4**, que se encontra no mesmo **Apêndice**, estabelece uma relação comparativa entre o número de sócios correspondentes, por sexo

²⁰⁴ Como lembra El Far (2000a: 24), algumas fontes apontam Acácio Ramos como o pseudônimo do escritor Carlos de Laet (1847-1927). Bastante conhecido “por sua língua ferina e pelas inúmeras polêmicas que travou na imprensa carioca”, o escritor chegou até mesmo a tecer críticas ferrenhas à idéia de fundar uma academia de letras, rebatendo os artigos de Lúcio de Mendonça e Valentim Magalhães. Contudo, e para sua surpresa, seu nome constava na listagem inicial elaborada por Lúcio de Mendonça (seja porque o idealizador da agremiação desconhecesse a real autoria das críticas, o que era pouco provável, ou porque via aí uma estratégica iniciativa de intimidação).

²⁰⁵ Sobre Madame Durocher consultar: MOTT, 1998.

Em 1920, e em virtude do falecimento de Francisca Júlia, Humberto de Campos se incumbiu do necrológio da poetisa e, em meio à preleção, também rememora os controversos primeiros anos de existência da ABL, ao afirmar que, caso fosse possível a presença de escritoras na agremiação, estariam todos diante da perda de uma acadêmica, cuja Cadeira estaria coberta de crepe (VENÂNCIO FILHO, 2006: 13). Como se vê, por serem conjecturais, tais homenagens germinam em campo fértil: pelo simples fato de não passarem de suposições, os preitos como que arrefecem o real pendor misógino da agremiação. Ao propor imaginar como seria se Francisca Júlia houvesse integrado a instituição, Humberto de Campos transforma a ausência *de fato* da escritora em *presença momentânea*, e esse exercício exime, de certa forma, parte da responsabilidade da Academia, permitindo que o confronto real com o tema seja dissolvido em uma solenidade de enaltecimento, que, ao simular uma presença, se pretende “restituidora”.

Passados dois anos, em 1922, a *Revista Brasileira* publicou um artigo de Carlos Magalhães de Azeredo (acadêmico que já havia se posicionado favoravelmente ao ingresso de Júlia Lopes de Almeida), com o título “O feminismo e a Academia: comentário sobre um concurso”. O texto se refere à abertura dos concursos promovidos pela agremiação, que já de início, viu figurar entre os classificados, e em primeiro lugar, Rosalina Lisboa²⁰⁶ e Gilka Machado²⁰⁷, duas poetisas numa época em que a ABL não concedia premiações a mulheres.²⁰⁸

²⁰⁶ Nascida no Rio de Janeiro, Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) foi poeta, romancista, jornalista e diplomata. Filha do Senador João Coelho Lisboa e de Luíza Pizarro de Coelho Lisboa, teve educação esmerada, com professores particulares. Começa a publicar versos precocemente, aos 15 anos de idade, nas revistas cariocas *Fon-Fon* e *Careta*. O livro de poesias, intitulado **O rito pagão**, publicado em 1921, rende-lhe o prêmio da ABL. Deste período em diante, torna-se colaboradora assídua na grande imprensa. *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *Revista da Semana* estão entre os jornais e periódicos que contaram com a sua contribuição (Cf.: COELHO, 2002: 571-572). Segundo Austregésilo (1923), a característica da poesia de Rosalina Lisboa “é o espírito místico associado ao parnasianismo. Há sempre majestade em seus versos, de modo que a sua leitura dá a impressão da entrada em um templo sagrado. Rito pagão, livro que logrou o prêmio acima referido, possui o mistério intelectual dos sonhadores predestinados” (p. 40).

²⁰⁷ De acordo com Coelho (2002), Gilka Machado (1893-1980) “foi uma das primeiras vozes femininas do Brasil, a romper as barreiras do decoro público e a exaltar o amor sensual, erótico”. Carioca, nascida na capital, em 1893, viveu até os 87 anos de idade. Oriunda de um lar de artistas, seu pai era poeta e sua mãe atriz de teatro, pelo casamento uniu-se a mais um artista, o chargista, poeta e jornalista Rodolfo de Melo Machado. Em 1933 vence o concurso promovido pela revista *O Malho*, tendo sido proclamada a maior poetisa do Brasil, fato que não obteve a devida repercussão na crítica e nos registros oficiais. Insurgindo-se contra uma sociedade conservadora, Gilka Machado “ousou expressar, em poesia, a paixão dos sentidos, a volúpia do amor carnal e o dramático choque entre corpo e alma”, recebendo severas críticas, dentre as quais é possível destacar as desferidas por Humberto de Campos e Agripino Grieco (p. 228). Assim Austregésilo define Gilka Machado: “poetisa originalíssima; possui alma forte sensual, vibrátil, e lança em seus versos toda a macieza da volúpia imaginária que se pode transportar para a arte dos ritmos e das rimas (...) Gilka Machado deve ser colocada no primeiro plano dos maiores poetas nacionais. Tudo em seus versos é sensação e sentimento, tudo é alma e arte, tudo é amor e poesia” (p. 40). Ver também: GOTLIB, 2003: 41-42.

Imagino que os mais espantados teriam sido juízes mesmo, quando viram a quem haviam premiado! De fato, ainda não é a entrada das mulheres na Academia que eu advogava há meses, mas já o reconhecimento estrondoso – tanto mais impressionador, porque o produziu a força das coisas e não o arbítrio dos homens – de que se continuam a fechar-lhes as nossas portas, não se podendo alegar que seja por lhes faltar a elas merecimento para serem admitidas na nossa companhia. Por minha parte, persisto em opinar que seria tão vantajoso, quanto justo consagrar-lhes a elegibilidade.

Austregésilo (1923) também faz menção ao concurso, e considera que sua importância se inscreve no fato de ter revelado “que os dois candidatos mais discutidos e que lograram maiores favores do cenáculo foram Rosalina Coelho e Gilka Machado” (p. 41). Assim, se o ingresso feminino era absolutamente vetado, conceder a premiação às mulheres ao menos parecia soar como menos ameaçador.

Voltando a mencionar a crônica de Carlos Magalhães de Azeredo, algumas considerações nos saltam aos olhos. Se por um lado, muitos dos acadêmicos contrários à presença de escritoras apostavam em argumentos como o de que as mulheres alterariam negativamente a ordem da instituição, por outro lado, os pontos defendidos pelo cronista revelam uma postura não muito “transgressora”, especialmente porque seu texto se constrói a partir de uma lógica classificatória, crivada por idéias relacionadas a certo “modo de ser feminino”, que encontram correspondência em termos como “edificante”, “zelo”, “perfeição”, “suavidade”, “delicadeza”.²⁰⁹ Em outros

²⁰⁸ Vale a pena lembrar que o ano de 1922 é cenário de um importante acontecimento que tomou proporções nacionais. Trata-se da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, por Bertha Lutz, a que nos referimos no capítulo anterior. Nestes termos, as três primeiras décadas do século XX assistem a significativas mudanças no concernente à posição da mulher diante dos vetustos óbices que lhes dificultavam uma “plena” inserção social. Em linhas gerais, “a questão do trabalho da mulher seria uma das mais constantes e vigorosas preocupações do movimento feminista brasileiro. De acordo com o espírito da época, porém, necessário se fazia encetar a luta organizada a favor do voto feminino” (SAFFIOTI, 1976: 259), o que conduziu a FBPF a inaugurar várias frentes de lutas políticas e sociais na busca pela obtenção de garantias às mulheres, que pudessem estar fundamentadas na lei, dentre as quais a equidade salarial, a proteção à maternidade, o alistamento eleitoral. Tais reivindicações pelos direitos da mulher, encetadas pela FBPF, foram condensadas em um “Manifesto Feminista” (p.261), e uma de suas primeiras realizações foi assegurar a entrada de meninas no Externato do Colégio Pedro II. (p. 259-263; BESSE, 1999: 185).

²⁰⁹ Como mostramos no **Capítulo 1**, estes qualificativos, que compõem um discurso conservador, cujo zênite fora o século XIX, não deixou de ter influência nas primeiras décadas do XX. Produzido e atualizado por “autoridades” que, por sua vez, encontravam amplos meios de divulgação (e adeptos), e das quais emanavam os saberes médicos, o pensamento religioso e o filósofo, os discursos ofereciam pareceres acerca das distinções entre os sexos feminino e masculino, sejam respaldados na anatomia humana, que estabelecia como pressuposto o fato de as capacidades e habilidades distintas entre os homens e as mulheres serem corolários de diferenças biológicas, sejam oriundos da cosmovisão positivista, em que a família aparecia como um dos pilares da ordem social, ou mesmo a partir da “sacralização” do lar, em que o marido e a mulher desempenhavam papéis e funções distintas, no sentido de garantirem uma “morada feliz” e virtuosa, “refúgio idílico do desagradável, mas ‘verdadeiro’ mundo dos homens”

termos, o cronista revela-se favorável à presença de mulheres, tão somente porque elas trariam benefícios à agremiação, como o de impedir que as divagações extremadas, comuns entre os homens, pairassem sobre as sessões. As mulheres cuidariam, assim, para que os rumos das discussões não saíssem dos eixos.

Ora, continuo a pensar que a colaboração de algumas escritoras, longe de perturbar a ordem e a serenidade dos programas acadêmicos, contribuiria para estimular o zelo dos colegas pelo edificante exemplo de pontualidade e perfeição no desempenho dos seus compromissos que elas nos darão. Mais de uma vez, por certo, enquanto estivéssemos nos perdendo em divagações de sutil bizantinismo, ouviríamos uma voz suave a redargüir delicadamente: ‘Srs., voltemos ao assunto’...

Às mulheres, que, segundo Azeredo, tendem a honrar seus compromissos com pontualidade, caberia zelar pelo bom andamento dos encontros, desempenhando um papel edificante. Percebe-se aqui certa analogia com os cuidados exercidos pela figura da mãe (que acompanha, zela, cuida etc.). Nestes termos, o apoio manifesto por Azeredo não encontra fundamentação na equidade de direitos, posto que seu ancoramento revela uma postura conservadora, preocupada em elencar as vantagens que a presença de mulheres traria aos acadêmicos, todas elas ratificadoras das assimetrias entre os gêneros.

A despeito destas sessões ocasionais, um “conluio do silêncio”, para utilizar a expressão empregada pelo próprio Magalhães de Azeredo, marcou a rotina dos anos seguintes da ABL, e fez com que as discussões em torno da elegibilidade feminina esfriassem, até que, em 1930, um fato inusitado, imprevisto e sem precedentes, tomou de assalto os acadêmicos, lembrando-os da existência de antiga pendência, que remontava ao período de criação da agremiação. A surpresa em questão ficou por conta da proposta de candidatura encaminhada por Amélia Beviláqua ao então presidente, Aloísio de Castro, intenção oficialmente comunicada aos acadêmicos em sessão

(EHRENREICH & ENGLISH, 2003: 40; SAFFIOTI, 1976). De acordo com Ehrenreich e English, “tudo o que parece exclusivamente feminino se transforma num desafio para o intelecto científico e racional. O corpo da mulher, com seus ritmos autônomos e possibilidades geradoras, parece para a visão machista uma ‘fronteira’, uma outra parte do mundo natural a ser explorada e escavada” (p. 33) por um conjunto de especialistas (ginecologistas, obstetras, psicanalistas etc). A propósito do impacto do discurso religioso sobre a educação feminina ver: MANOEL, 1996. É possível também considerar que tais discursos “sobre a família e o casal – literários, religiosos, médicos e jurídicos – decretavam, a partir de meados do século XIX, que era no lar, no seio da família, que se estabeleciam as relações sexuais desejadas e legítimas, classificadas como decentes e higiênicas” (MALUF & MOTT, 2006: 386). Sobre o positivismo e sua relação com a instrução feminina consultar: SAFFIOTI, 1976: 209-210.

ocorrida no dia 29 de maio de 1930. Ao anúncio seguiu-se um alvoroço, que fora sucedido pela realização das já típicas *reuniões extraordinárias*, nas quais os acadêmicos se viram impelidos a lançar luz sobre aquela sombra vetusta, que os acompanhava cotidianamente, e que os mantinha ligados de forma umbilical ao ano de 1897. Afinal, perguntavam-se atabalhoados, “deve a mulher pertencer à Academia Brasileira de Letras?”. Para reflexão, encerraremos este tópico com o parecer de Amélia Beviláqua, ao tomar conhecimento de sua recusa:

Fiquei indecisa. Não sabia mesmo o que devesse responder; senti uma espécie de aniquilamento de vida, talvez paralisação das forças imediatamente suspensas pela hesitação moral. Entretanto, para corresponder à delicadeza da pergunta, concordei em escrever qualquer coisa, sem alegria nem entusiasmo (BEVILÁQUA, 1930: 16).

Antes de adentrarmos os bastidores deste episódio, cujo desfecho o período acima antecipa, e analisarmos estas coisas escritas “sem alegria nem entusiasmo”, procederemos a uma apresentação da escritora Amélia Beviláqua, que ocupa o cerne do presente capítulo, o que nos leva a perscrutar aspectos sociais e literários de sua trajetória, ainda que sob a pena da parcialidade que reina em toda e qualquer reconstrução biográfica, e que faz com que o próprio pesquisador padeça diante dos recortes arbitrários, que se estabelecem em função de seus interesses temáticos.

“Talentos superiores ficam, às vezes, em pleno isolamento”: aspectos da trajetória literária de Amélia Beviláqua

A piauiense Amélia Carolina de Freitas Beviláqua²¹⁰ nasceu em 7 de agosto de 1860, em Juremenha (PI) e, ainda criança, mudou-se com a família para São Luís do Maranhão, onde

²¹⁰ Filha do desembargador e, posteriormente, juiz de direito de Piauí, Maranhão e Recife, José Manuel de Freitas e de Tereza Carolina da Silva Freitas, Amélia teve 9 irmãos: João Alfredo, advogado; Vitor Manuel, juiz; José Otávio, médico; Tomás, oficial da marinha; Teófilo José, engenheiro; Ana Julieta; Cesarina Evangelista de Freitas Bastos; Tereza de Freitas Sá e Rosa Amália (Cf. ELEUTÉRIO, 2005: 167). Iniciou sua educação em São Luís do Maranhão

iniciou sua educação, chegando a concluí-la em Recife. Tal como no caso de Júlia Lopes de Almeida, cujas influências que concorreram para a sua viabilização literária encontraram respaldo e estímulo nas figuras do pai e do marido, a trajetória de Amélia Beviláqua exprime e reitera a força e os efeitos de tais presenças, tendo no ambiente familiar uma fonte inegável de motivação para a consolidação de sua carreira literária.

Além de magistrado de renome, o pai de Amélia era colaborador de inúmeros impressos de caráter liberal e abolicionista, tendo sido uma referência inegável em sua vida, principalmente no que se refere à sua aproximação do universo literário. Outra influência marcante foi a presença de Araripe Jr.²¹¹, a quem Amélia atribui a responsabilidade pelo seu encorajamento em publicar seus escritos.

Nem tinha ainda paciência para investigar a arte, nem interesse que descobrissem os escritos, rabiscados por simples desenfadados mentais. Mas o Dr. Araripe desencantou o meu segredo, e, um belo dia, foi-se, levando alguns de meus trabalhos, que eu muito envergonhada, como se confessasse uma falta, depois de grande relutância lhe confiei. Ele, muito animador, influía-me a publicar o pequeno livro, que eu, todos os dias, me empenhava por destruir .²¹²

e a concluiu no Recife, no colégio São Vicente de Paula, dirigido por religiosas francesas. Faleceu em 17 de novembro de 1946, na cidade do Rio de Janeiro.

²¹¹ Tristão de Alencar Araripe Júnior (1948-1911) foi um renomado crítico literário, tendo estudado a obra de autores como José de Alencar, Gregório de Matos, Tomás Antônio Gonzaga, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo etc. Nascido em Fortaleza, CE, compareceu às sessões preparatórias da fundação da Academia Brasileira de Letras e fundou a Cadeira 16, escolhendo como patrono o poeta Gregório de Matos. É dele o desenxabido Prefácio de **Alcyone**, livro de contos, publicado pela Editora Magalhães, em 1902, que marcou a estréia de Amélia Beviláqua como escritora. Reservando apenas as últimas linhas ao tratamento da obra em questão, Araripe Jr. tece tímidos comentários acerca da aptidão feminina para a literatura, relacionando-a ao fato de as mulheres possuírem uma arguta capacidade de análise psicológica, além de não serem pedantes como o “sexo oposto”, que busca sempre fundamentar suas explicações em bases científicas. Diz Araripe: “Não sei onde li que as mulheres são mais aptas do que o homem para contar e engendrar soluções ao romance da vida. Quem quer que proferiu esta sentença, afirmou uma grande verdade. As senhoras são mais sensíveis aos espetáculos do mundo; têm a visão menos sobrecarregada de preconceitos filosóficos ou literários; e, por herança, e com o esforço realizado no manejo das crenças, acabam por exercitar as suas faculdades imaginativas no arranjo de histórias, de que a curiosidade infantil se mostra sempre ávida”. Segundo o crítico literário, **Alcyone** é resultado de um processo da “narrativa linear, de forma expositiva e simples, que é o que mais se coaduna com o conto”. Amélia dedica o livro, “escrito entre as ocupações de casa e o ruído alegre de nossas filhas”, ao marido Clóvis e também a sua mãe. Um adendo importante, e que traduz o “espírito” do período (quanto à mobilização incansável de chavões para explicar as diferenças – consideradas ontológicas – entre a escrita feminina e a masculina), está presente nas considerações de Araripe Jr., uma vez que estas resvalam na idéia de um “feminino universal”, tão bem problematizado por Simioni (2004).

²¹² Seguem outras passagens do relato de Amélia: “Folheando, hoje, o meu credo, sensações vindas em diversos aspectos, resultados das minhas fadigas espirituais, em doces ou acerbos momentos, o pensamento caiu sobre uma época afastada. Vista magnífica, vibrante de saudades... Dentro desta luz de crepúsculo fugidio, reconheci o perfil distinto de um escritor, a quem me acostumei, desde menina, a render preitos. Contemplei, no seu retrato, a perfeição da alma e a eloquência do talento. Um instinto me adverte que este grande Mestre me aparece, na sua modéstia e simplicidade, agora, como outrora. Perpassam no silêncio sonoridades, que sobem, clamando, sempre muito alto, a

Como salienta Eleutério, “se Júlia Lopes de Almeida cresceu em um meio culto e conheceu Machado de Assis, à Amélia igualmente não faltou o estímulo intelectual, inclusive de pessoas de expressão e do nível de um crítico como Araripe Jr” (ELEUTÉRIO, 2005: 170). Porém, as lembranças que Amélia tem de seus primeiros contatos com as letras são pouco edênicas, e revelam que o sofrimento fez parte deste processo que, mais tarde, se tornaria uma de suas fontes de realização.

A formação de meu espírito foi diferente da formação dos mestres. Não foram os livros nem os professores, que os tive em número muito escasso; quem abriu o caminho de minha intelectualidade, me deu o entendimento de tudo o que era necessário saber foi a dor. Com ela aprendi muito (*apud* MENDES, 2004: 59).

O jurista Clóvis Beviláqua²¹³, com quem Amélia se casa em 1883, foi colega de curso e amigo de seu irmão, João Alfredo. Com Clóvis, Amélia manteve uma “convivência intelectual estreita e profícua, também testemunhada pelos amigos e descrita pelo casal” (ELEUTÉRIO, 2005: 156).²¹⁴

glória do artista morto prematuramente (...) Muito bem queria eu ao Dr. Araripe Junior, que sempre me tratou com um carinho paternal (...) Desde a infância, tive sempre muito gosto para as letras, a paixão pelos livros, o sentido de observação pelas formas. Entretanto, jamais cultivei este amor, que desabrochava sob a negligência de meu desprezo, e assim toda a vida ficaria. Nem tinha ainda paciência para investigar a arte, nem interesse que descobrissem os escritos, rabiscados por simples desenfadados mentais (...) Assim, considerei sempre o Dr. Araripe com o afeto de filha e discípula” (BEVILÁQUA, 1929: 39-54).

²¹³ Como mencionado, Clóvis Beviláqua (1859-1944) foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, tendo ocupado a Cadeira 14. Nascido em Viçosa (CE), filho de José Beviláqua, que foi deputado provincial muito tempo, e de Martiniana Aires Beviláqua, Clóvis desempenhou as funções de jurista, magistrado, jornalista, professor, historiador e crítico. Foi discípulo de Tobias Barreto e um dos mais conhecidos representantes da Escola do Recife e sua filosofia positivista (Cf.: COELHO, 2002: 47). Vale a lembrança de que, no escritos de Amélia, Clóvis era por ela chamado de Mestre. Outra informação importante é que, a partir de 1895, Clóvis Beviláqua estreita laços, por meio da troca de correspondências, com José Veríssimo, e passa a ser um dos colaboradores da *Revista Brasileira*. Se, *a priori*, a principal intenção das missivas “eram as publicações na Revista Brasileira, sob a direção de José Veríssimo”, o contato formal entre ambos transformou-se, gradativamente, “em uma sólida amizade, que se conservou anos afora, até a morte do grande crítico” (MEIRA, 1990: 295). Aqui já se esboçam os primeiros indícios de que Clóvis comporia o quadro de membros fundadores da ABL, pois, além da amizade com Veríssimo, quando Clóvis e Amélia mudam-se para o Rio de Janeiro, “copiosa foi a sua correspondência com Rodrigo Octávio, Conde de Afonso Celso, Fernando de Magalhães e muitos outros” (*Idem, Ibidem*: 299).

²¹⁴ Clóvis conheceu Amélia “quando dum passeio feito com colegas às praias de Olinda, Pernambuco, onde o Desembargador José Manuel de Freitas, pai de Amélia, Juiz dos Feitos da Fazenda na capital pernambucana,

Juntos, Clóvis e Amélia formaram uma parceria de sucesso, voltada tanto para o universo literário, com *Literatura e Direito*, editado em 1907, como para a publicação de revistas, dentre as quais o periódico *Ciências e Letras*, de 1911.²¹⁵ Porém, a história de vida de Amélia, antes mesmo de conhecer o marido, “era muito interessante, se pensarmos no afincio das leituras descritas em alguns de seus livros, no hábito da boa leitura e de relações e amizade que mantinha com os intelectuais de seu tempo” (ELEUTÉRIO, 2005: 173).

veraneava com a esposa e a filha. O mar estava agitado. Clóvis, notando que altas ondas arrastavam Amélia e os pais e vendo que não sabiam nadar, atirou-se ao mar, retirando-os todos, já na iminência de se afogarem (...) Depois desse incidente começou a frequentar a residência do futuro sogro, a convite deste, surgindo aí o interesse entre ambos. É sabido que já era amigo íntimo de João Alfredo de Freitas, irmão de Amélia, estudante de Direito em 1880, em Recife, quando Clóvis cursava o 3º ano jurídico” (BRANDÃO, 1989: 42).

²¹⁵ Vale dizer que, diferentemente dos óbices que atuavam sobre o “destino” dos homens que aspiravam viver das letras, os entraves à profissionalização feminina, especialmente àquelas que almejavam enveredar-se pelo mundo das artes, encontravam nos Códigos Civis legitimidade e sustentação, sob o pretexto de “harmonizar as relações da vida conjugal”, tal como se refere o jurista Clóvis Beviláqua, a quem coube a elaboração do Código Civil de 1916. O documento evidenciava que o direito da mulher casada ao trabalho deveria passar pelo veredicto do marido ou, em alguns casos, pelo juiz, fato que atestava a cristalização da subserviência feminina, reiterada e reproduzida no vasto âmbito das relações consuetudinárias. A saber, a violência física era um eficiente recurso utilizado pelos maridos, para conter o ímpeto emancipatório de suas esposas, compelindo-as a sufocarem seus talentos em existências forçosamente recônditas e discretas, sob a pena de acerbos punições. A esse respeito, vale registrar que “vários preceitos do Código Civil de 1916 sacramentavam a inferioridade da mulher casada ao marido. Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família. Ou seja, a nova ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação. A esposa foi, ainda, declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis, limitações só compatíveis às que eram impostas aos pródigos, aos menores de idade e aos índios. Vale lembrar que o Código Civil de 1916 guardou certa distância da legislação de 1890. Nesta, era conferida ao marido, sem qualquer dissimulação, a chefia da sociedade conjugal, bem como a responsabilidade pública da família, além de caber a ele a completa manutenção dos seus, e a administração e o usufruto de todos os bens, inclusive dos que tivessem sido trazidos pela esposa no contrato de casamento” (MALUF & MOTT, 2006: 375). Um exemplo contundente do enraizamento da violência física, que cerceava a liberdade da mulher, encontra-se no livro de memórias de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), intitulado *Diário de Bitita*, publicado postumamente, em 1998. De acordo com Macedo (2004), “nos idos dos anos 60, Carolina Maria de Jesus foi repentinamente celebrada como uma grande novidade no mundo das letras devido ao fato de ser uma negra, favelada e migrante que guardava uma “jóia” em meio à sua condição social: escrevia”. Nele, a escritora, neta de um ex-escravo, discorre sobre um fato marcadamente revelador, que compõe sua memória de infância: Quando vovô veio almoçar, não tinha farinha. Ele não comia sem farinha porque na época da escravidão os negros eram obrigados a comer o angu e a farinha. À tarde, quando foi jantar, encontrou farinha. Perguntou à siá Maruca: __ Onde e quando conseguiste dinheiro para comprar esta farinha? Os seus olhos voaram para o rosto de siá Maruca, que havia mordido os lábios. Por fim ela resolveu responder: __ Eu lavei roupas para dona Faustina, ela pagou e eu comprei cinco quilos de farinha, lavei duas dúzias por um mil réis. O quilo da farinha custou duzentos réis. O meu avô retirou a cinta da cintura e espancou-a. Dizia: __ É a última vez que a senhora vai fazer compras sem o meu consentimento. Quando quiser sair, peça-me permissão. Quem manda na senhora sou eu! Se a senhora não sabe obedecer, vai embora. (apud MALUF e MOTT, *Ibidem*: 378).

Imagem 42 – Ao centro, Amélia e Clóvis Beviláqua, ladeados por docentes e estudantes do curso de Direito da Faculdade de Niterói. Fotografia tirada em 22 de outubro de 1931, como registro das Conferências proferidas por Amélia na referida instituição, que vieram a ser publicadas no volume intitulado **Divagações da minha consciência**. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

Imagem 43 – Retrato de Amélia Beviláqua, extraído da obra *Divagações da minha consciência*, 1931. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

Imagem 44 – Retrato do casal Amélia e Clóvis Beviláqua, extraído da obra *Divagações da minha consciência*, 1931. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

Portanto, um aspecto crucial da trajetória de Amélia diz respeito à parceria intelectual e amorosa que estabeleceu com Clóvis Beviláqua, união fecunda, cujas repercussões positivas significaram também o revigoramento de seu entusiasmo como escritora. Tanto que, em 1898, Amélia é incentivada por Clóvis Beviláqua e pelo irmão, a publicar artigos em jornais de Recife, bem como a encaminhar textos, assinados com o pseudônimo AFB, para a *Revista do Brasil*. Estes estímulos inaugurais contribuíram inegavelmente para que Amélia se tornasse a primeira escritora piauiense a publicar obras ficcionais (MENDES, 2004: 74).²¹⁶

²¹⁶ A propósito da relação entre criatividade e parcerias (amorosas e artísticas), além do já citado trabalho de Eleutério (2005), ver também: CHADWICK & COURTIVRON, 1995. Nesta obra, composta por um conjunto de ensaios acerca das implicações de ordem vária (pessoal, social, artística) que os relacionamentos entre casais podem render para os êxitos individuais, as análises percorrem o sinuoso entrecruzamento que cinde a vida privada e a vida pública de duplas renomadas, à luz das carreiras trilhadas, seja na literatura ou nas artes plásticas, dentre as quais estão Camille Claudel e Auguste Rodin, Clara e André Malraux, Frida Kahlo e Diego Rivera, Sonia e Robert Delaunay etc. Os ensaios nos oferecem inúmeras pistas para a compreensão do quanto o processo criativo, a fatura artística e a projeção social são tributários das características de cada relação conjugal, e em que medida as mulheres ressentem certo eclipsamento. O que engrandece a análise é o fato de as autoras rechaçarem fórmulas prontas/receituários, no lugar da qual é exposta a “riqueza das interações privadas que operam no interior dos relacionamentos”. Os ensaios têm êxito ao redefinem conceitos os mais desgastados como autonomia, sucesso e compromisso, ressignificando-os, à luz de trajetórias concretas que enfeixam, idiossincriticamente, soluções encontradas em parceria para as questões ordinárias, não livres das prerrogativas de gênero.

Cinco anos mais tarde, Amélia Beviláqua, ao lado de outras escritoras, dentre as quais é possível mencionar Edwiges de Sá Pereira, Francisca Isadora, Adalgisa Duarte Ribeiro, Úrsula Garcia²¹⁷ lançam a revista mensal *O Lyrio*²¹⁸, voltada para o público feminino. Fundada em 15 de novembro de 1902, a revista “congregava freqüentadoras de salões que demonstravam ter uma formação intelectual bastante elevada” (ELEUTÉRIO, 2005: 168), e tinha como um de seus traços característicos o fato de ser a “única revista escrita exclusivamente pela mulher brasileira” (FERREIRA et al., 1999: 74). Ávida por títulos nacionais e estrangeiros, Amélia Beviláqua mantinha, graças à atuação no periódico, uma significativa rede de contatos, proporcionada pela revista, em mais de 30 cidades e 15 estados, o que ratifica a reciprocidade e solidariedade existente entre as jornalistas em formação.²¹⁹

²¹⁷ Importante presença na vida de Amélia Beviláqua, a cearense Úrsula da Costa Barros Amorim Garcia (1864-1905), nascida em Aracati (CE), não apenas dividiu com Amélia a direção de *O Lyrio*, como estabeleceram um forte elo de amizade. Filha do juiz de direito Francisco Amorim Costa Barros, Úrsula foi poeta, romancista e jornalista, projetando-se por meio de seu notável refinamento cultural. Publicou, em 1901, o *Livro de Bella* (poemas) e, três anos mais tarde, *O romance de Áurea*. Foi membro da Liga Feminista do Ceará, do jornal *Le Monde Marche* e da *Oficina Literária Martins Júnior*. Amélia e Úrsula intensificaram os laços de amizade a partir de 1902, portanto, apenas três anos antes do falecimento desta. As duas costumavam se reunir aos domingos para a prática do inglês. Em “Reminiscências”, crônica que integra o livro *Impressões*, Amélia recorda os felizes momentos que desfrutou ao lado da amiga: “O sol se amorteceu de todo, mas revejo a púrpura cintilante da sua derradeira luz. Era a essa hora a nossa cara reunião cheia de alegrias e festas... Sempre me lembro da querida Ursulinha, tenho o sentimento de que uma flor muito bela e amada até a adoração desabou das alturas e se fanou tristemente, como aquela luz celestial, que vai morrendo agora... (...) Freqüentemente fazíamos belos passeios pela cidade, pelos arrabaldes, nas horas mais frescas do dia, ou à tarde. Amélia descreve também a posição da amiga na revista e faz referência às suas outras atuações, dentre as quais a de tradutora: “na posição de secretária do Lyrio, despachava a correspondência, escrevendo, além disso, para todos os números, artigos, poesias, notícias, e ainda se incumbia dos sobrescritos e outros arranjos referentes ao seu cargo. E o tempo ainda lhe sobrava, para traduzir romances, que publicava no Correio de Recife, e para ajudar a mãe nos trabalhos de casa” (BEVILÁQUA, 1929, p. 69-83). Amélia encerra o capítulo dedicado à Úrsula transcrevendo a poesia que a amiga enviou ao *Almanaque das Senhoras*, antes de seu falecimento, como forma de homenageá-la no dia de seu aniversário. Quando da publicação da poesia, Úrsula havia falecido há menos de um mês, e esse gesto tomou Amélia de emoção, fazendo-a sentir como se a própria alma da amiga houvesse transposto “os espaços misteriosos do universo”, presenteando-a com um fraternal abraço (p. 91-92).

²¹⁸ Amélia Beviláqua, Úrsula Garcia, Adalgisa Ribeiro, Luiza Cintra Ramalho, Maria Augusta Freire, Cândida Duarte Barros, Belmira Villarim e Edwiges Sá Pereira registram, no primeiro número da revista, a qual público destinam as publicações: “às mimosas leitoras, às bondosas e compassivas mães, às senhoritas gentis”, mas também incluem os “cavalheiros ilustres”, acompanhada pela seguinte recomendação: “não olheis de sobrelhas carregadas para esta florinha que desponta. Acolhei-a nas vossas secretarias, com a devoção benevolente, que se tributa a um filho” (*apud* FERREIRA et al., 1999: 74-75). A despeito de sua expressividade, a revista teve uma curta existência, saindo de circulação em 1904. Assim, por pouco mais de dois anos, a revista “derramou, por entre os que adoram as letras amenas, o delicioso encanto de sua floração em prosa e verso” (BEVILÁQUA, 1929: 74).

²¹⁹ Como é possível supor, a maioria dos escritores encontrou muitas dificuldades para se firmarem na carreira literária. Não podendo contar com uma carreira literária sólida, o que suporia viver exclusivamente da produção de obras autorais, os escritores do período contornavam a situação escrevendo colunas para jornais, o que garantia seu sustento. Essas considerações dão conta do fato de que “como permanece ínfima a margem de público para obras não meramente de consumo, o autor já espera receber bem pouco”. Ver: LIMA, Luiz da Costa. “A questão da cultura”. Caderno Mais!, *Folha de S. Paulo*, 18 mai. 2003. Referindo-se aos primeiros decênios do século XX, Sérgio Miceli tece considerações a respeito da autonomia do trabalho literário e, ao chamar a atenção para a “base de sustentação” capaz de viabilizar a carreira literária, evidencia a persistência de um quadro pouco favorável àqueles que buscavam

Tal como constata Eleutério (2005), a expressividade da revista *O Lyrío* em Pernambuco pode ser comparada à projeção que *A Mensageira* obteve em São Paulo, especialmente no que concerne à amplitude da rede de correspondências que a revista galvanizou.

Além de 8 redatoras, todas ‘gentis senhoras e senhoritas’ freqüentadoras de salões que demonstram ter uma formação intelectual bastante elevada, leitoras de autores nacionais e estrangeiros como Casemiro de Abreu, Raimundo Corrêa, Tolstoi, Goethe, Byron, impregnadas da cultura francesa, sobretudo dos séculos 18 e 19, a revista conta com cerca de 40 correspondentes de mais de 30 cidades de 15 estados brasileiros, indo do Pará a Santa Catarina (FERREIRA et al., 1999: 74).

Ao se referir à amiga Úrsula Garcia, Amélia reitera o que havíamos abordado nos capítulos anteriores: ainda que a “ausência” de escritoras no cenário artístico brasileiro apareça como causa para a explicação da exigüidade de suas participações em agremiações, instituições de consagração etc, sua presença é, antes disso, “ofuscada” e, quando não, “apagada” dos registros historiográficos. Pensando especialmente nas três primeiras décadas do século XX, que corresponde ao período de amadurecimento literário de Amélia Beviláqua,

o dever ser das mulheres brasileiras foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos, ao mesmo tempo que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. ‘A mulher que é, em tudo, o contrário do homem’ foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época intranquila e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao ‘recôndito lar’ e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de ‘rainha do lar’, sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa (MALUF & MOTT, 2006: 373).

viver exclusivamente de seus escritos. Segundo Miceli, “a carreira literária devia invariavelmente se ancorar numa tríplice sustentação, a saber, a colaboração continuada na imprensa (jornais e revistas ilustradas), a produção de obras autorais, e a inserção no serviço público em condições de interferir o mínimo possível nas atividades propriamente intelectuais (...) Não havia caminhos alternativos para o sucesso artístico e/ou literário fora desses marcos institucionais de operação” (MICELI, 1996: 18).

Este discurso ideológico, ao projetar uma imagem da mulher como “o outro do homem”, ensejou que tais construções fossem retraduzidas nos registros produzidos pelos críticos e estudiosos da literatura, os quais, na maioria das vezes, as excluía da condição de sujeitos históricos. No entanto, a exígua produção literária atribuída às mulheres é aparente, devendo, portanto, ser explicada não em função da inexistência *de fato* de escritoras no campo literário, que é produto de eficaz distorção, mas por meio da atuação de mecanismos latentes que lhes vetavam “as portas das instituições oficiais” (SIMIONI, 2005: X) restringindo-lhes as possibilidades de profissionalização/projeção literárias. Sendo o cânon literário fruto de um conjunto de práticas que se desdobram em disposições, assegurando aos incluídos o direito de desfrutarem de seus “efeitos de consagração”, uma vez que se fixam na memória de qualquer coletividade (seja por meio de livros, artigos e crítica), é mais adequado dizer que a “ausência” destas escritoras é “construída”, posto que corolário da escassez *intencional* de registros a respeito das mesmas na história e crítica literárias (*Idem, Ibidem*: 2).

Assim, os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração, da encenação propriamente dita do teatro da memória. Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e por posição (PERROT, 2005: 39).

Nestes termos, a “inexpressiva” presença de mulheres no campo literário brasileiro, tal como os dados propõem, não coincide com a história informal, subterrânea. Com isso, as sucessivas deturpações que caracterizaram a estratégica construção do cânon literário, ou seja, as implicações dessas obliterações são tomadas na condição de “causa”, e a explicação tautológica para este quadro passa a adquirir o *status* de “inquestionável” e “natural”.

Entre os que tiveram a sagração de artista, pode-se gravar o nome de Úrsula Garcia. Não deixou talvez renome. Em primeiro lugar, era mulher, depois, custa muito reconhecer-se a perfeição do que realmente é bom. Mas deixou funda lembrança nos que a conheceram intimamente e assistiram à sua deslumbrante ascensão (BEVILÁQUA, 1929: 78).

O LYRIO

Revista Mensal

REDACTORA-CHEFE—*Exma. Sra. D. Amelia de Freitas Bevilacqua.*REDACTORA-SECRETARIA—*Exma. Sra. D. Candida Duarte Barros.*REDACTORAS—*Exmas. Sras. Dra. Maria Augusta Freire e DD. Edwiges Sá Pereira, Belmira Villarim, Adalgisa Duarte Ribeiro e Luiza Ramalho.*

A INSTRUÇÃO DA MULHER

Depois que a Republica foi proclamada, todas as instituições do Paiz passaram por transformações radicaes. Isso não é negado nem pelos mais fervorosos adeptos do regimen decahido; entretanto não me é dado apontar os grandes erros, que a nova forma de governo tem tido, o que é muito natural em todos os paizes, que de um instante para outro por mutações sensíveis, como o nosso.

Ha um descuido, um erro que o governo tem praticado e que continua aferrado a elle. Quero me referir a instrução publica, principalmente a instrução da mulher.

Em verdade, o que tem feito o governo em prol da instrução? O ensino superior em todas as nossas faculdades vive entregue aos caprichos dos ministros. Os programmas de ensino mudam-se sempre como os scenarios theatraes. Não ha muito tempo um ministro pretendeu reformar as escolas superiores do pais, todos nós assistimos as celeumas levantadas em toda a parte. Não ha estabilidade no ensino. Isso quanto ao superior. Agora, quanto ao primario a questão assume proporções assustadoras. Exemplifi-

quemos, principiando pelo nosso Estado, onde tão pequeno numero de escolas existe para a população que o mesmo tem.

Quem se der ao trabalho de estudar calmamente o methodo de ensino das nossas escolas, ha de ver que elle não obedece a uma orientação sadia, ha de ver programmas enormes, cheios de mil e uma disciplinas, ha de ver que se ensina muito e nada se aprende.

E de facto, ve-se um alumno que é dado por prompto nas materias do curso primario ignorando rudimentos cozequinhos e sabendo de oitiva altas questões de Direitô Publico !

Os poderes publicos não têm ligado importancia ao ensino, é forçoso confessar.

Dura veritas !

As escolas em pequeno numero e desprovidas do necessario, funcionando em predios sem as mais rudimentares exigencias hygienicas, comportam 70, 80 e mais alumnos!!

Como pode um professor, por mais habil que seja, por melhor vontade que tenha, preparar tantos alumnos?

Attenda bem o poder publico para estas verdades; não é admissivel economia, quando se trata de instrução; precisamos mais de escolas, do que de quarteis, de professores, que de soldados.

Imagem 45 – Frontispício d'*O Lyrio*, publicado em 10 de dezembro de 1902. Fonte: Setor de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional (Microfilmagens). O mesmo exemplar traz, na sequência, as contribuições de Amélia Bevilacqua e Úrsula Garcia.

Eduque-se a infância, instrua-se a mulher e medite-se sempre no quanto de sabedoria encerra este pensamento: «Abrir escolas é fechar prisões.»

27-11-902.

MARIA Â. MEIRA DE V. FREIRE.

PAGINAS DO MEU LIVRO

(FRAGMENTOS)

É muito triste ver-se o descampado silencioso dos cemitérios, porém muito mais triste, mais frio, e desolador, é penetrar-se no intimo de muitos lares!

No cemitério, os mortos repousam docemente sem perturbação nenhuma. No lar, porém, onde se veem cabeças adoráveis de crianças lindas, e se aninham, na doce penumbra de seios delicados, a esperança fagueira, e o coração ternamente amoroso da mulher que abandonando a patria e a familia, correu pressurosa, para esse canto, feliz e confiante, atraída e subjugada pela voz do amor, enfrentando-se porém, desde o primeiro momento, com um frio mais penetrante, e um jazigo mais horroroso e mais incompreensível do que a gelidez dos tumulos, o que muitas vezes se depara é a descrença, a morte aterradora, o acabamento de todas as felicidades!

É assim a vida! Quem diria que n'esses templos formados de pennas macias, de flores perfumosas e puras como o orvalho, vivesse e crescesse o desaffecto?! N'esse recanto de amores, onde se ouve o doce palpitante de corações, e em revoadas passam os beijos, eu pensava que se entrelaçassem, n'um engaste primoroso, todas as alegrias da terra. Mas eu vejo desgostosa somente o pallido relevo de uma paisagem mal desenhada, incolor, um traço de abysmo, onde se filtram insultos, e se expõe, ao ouvido innocente do filho pequenino, a traição do pai desnaturado. É mil vezes mais doloroso e mais compungente esse quadro de vida do que a morte pela fome, do que todas as desgraças possíveis, por que é, incontestavelmente, a realidade mais aspera de carregar-se, e o peso mais duro, e mais cruel de supportar-se.

É quasi sempre nessa situação de desalento que os dois conjuges, extenuados, fartos, aborrecidos um do outro, invocam o divorcio, por que se odeiam, porque ha sempre entre elles uma tal prevenção e separação de pensamentos que cada um pensa desesperado em trocar o seu consorte.

No entanto, nesse momento critico, bastava um pouco de senso por parte do homem para que tudo se apasiguasse, e renascesse (quem sabe!) um amor muito maior do que a visão odienta que os prostrou.

A mulher deshonra algumas vezes a familia, porém é simplesmente pelo despeito, ou levada pelo exemplo do marido, por que se vive n'um meio pernicioso e desregrado.

Contam-se os casaes felizes. E' por isso que a mulher casada vive sobresaltada, apavorando-se continuamente com a catastrophe terrível de que vive sempre ameaçada, e é por isso que ella ás vezes se desequilibra tambem.

Si o divorcio pudesse melhorar essa situação tão falsa, tão cruel mesmo, imposta á mulher como o sello de uma maldicção eterna, os divorcistas deviam trabalhar, cavar bem fundo com as alavancas scientificas e fazer uma transformação completa sobre este solo brasileiro. Deviam alumiá-los esses cuninhos escuros, não com um pallido faul que pudesse fenecer, nem com uma luz que estremecesse, mas uma luz trazida dos astros n'uma irradiação enorme, uma tocha de claridade tão grande, que não se apagasse mais nunca, — a felicidade e o bem de que tanto carecem gerações inteiras!

Mas, senhores, dai em primeiro lugar, ao vosso lado, o canto mais distincto á vossa companhia, sede correctos com a vossa familia, res, peitai-a, sede honestos que tereis as venturas que procuraes. Este é que é o unico e o melhor de todos os remedios; não deixeis que se desate nunca o laço de amor a que tão solidamente vos prendestes um dia, perante uma sociedade inteira, perante a igreja e a lei, e sobretudo, perante a vossa propria consciencia. Vós que desconfiaves tanto da capacidade das mulheres, provaes ao menos a vossa força mais resistente neste ponto, fazei-a feliz, por que é de vós que essa felicidade depende e não do divorcio; o que a humanidade precisa é de um pouco menos de hypocrisia, é de uma sinceridade absoluta.

AMELIA DE FREITAS BEVILAQUA.

MENSAGEIRO

Pelo occidente o sol crepusculisa a tarde fria. N'um scismar dorido a joven Cléria pensa no escolhido de su'alma amoravel, indecisa.

Doce favonio languemente frisa um lago branco de crystal polido, onde um raio de sol amortecido morosamente em refracções se irisa.

Quanta saudade do querido Ausente!...
—Se a viração levasse mansamente
um fio ao menos d'essa trança farta...

N'esse momento um pombo de azas pandas,
vôa, buscando o rumo das varandas,
trazendo ao bico a desejada carta!...

Maceió, 18—11—903

RITTA ABREU

FLOR EM BOTÃO

(FRAGMENTOS D'UMA CARTA)

A' Maria Euphrasia

Queres saber como ella morreu ?

Não pude responder-te logo, mas procurarei referir tudo agora. N'aquelles primeiros dias, eu só perguntava á mim mesma—como foi possível que ella morresse?!

Sabes—eu d'antes gostava imensamente de ter, mergulhada a haste na agua d'um jarrinho, um botão de rosa; achava tão linda a flor assim! O seu perfume me era mais agradável, a sua belleza mais tocante. Quando o mimoso botõesinho seccava, substitua-o por outro; mas nunca me occorreu associar alguma ideia de *vivo*, de *humano*, á pequenina flor.

Depois que ella morreu... será sem duvida uma puerilidade, porem nunca mais quiz possuir um botão de rosa!

E quando me dão uma flor assim, admiro-a, mas entristeço... E' facil comprehenderes-me.

Olha,—uma vez,—fallava-se diante de mim na transformação que muitas vezes se opera nas feições de uma menina quando se torna moça, citando alguém as delicadas phrases de José de Alencar nas primeiras paginas do seu admiravel romance «Diva»; lembraram tambem o dito popular: «de menina feia mulher bonita» e vice-versa. Apontaram-se não raros exemplos de meninas lindissimas que se tinham mudado em moças *pouco interessantes* (porque, convencionalmente, *não ha moça feia*; são feias somente as velhas...)

Bella era linda, encantadora!

Houve então quem dissesse: —

«Quem sabe se ella se conservará bonita?» E eu protestei:

«Oh!... Essa é um verdadeiro botão de rosa. Ha de dar razão á J. de Alencar: passará de botão á flor, simplesmente!»

Refiro-te isto agora para que me comprehendas melhor. Desde então um botão de rosa me fazia lembrar aquelle anjo...

E esse botão, vês tu, não estiolou murchando até seccar; não feneceu lentamente desbotando... não!

Conservou o mesmo viço e esplendoroso encanto até o derradeiro instante. Bruscamente quebrado e precipitado no fundo d'um sepulchro, era bello sempre...

O' meu adoravel botão de rosa!

Foi assim que ella morreu... e que eu nunca mais pude ver, sem um doloroso confranger do coração, que mão alheia e descuidosa colhesse e cortasse do galho uma flor em botão...

URSULA GARCIA.

PRECE

Escrepta após a leitura da poesia
A uma mãe—inserida no Interlúdio—
de Eugénio de Castro.

A Vida é noite, luto e morte.

EUGENIO DE CASTRO.

Santa Maria, doce e bondosa,
Trago meus filhos ao teu altar!
Lança sobre elles, óh Mãe piedosa,
A luz bendita de teu olhar.

Dizem algures, Virgem Maria,
Que a Vida é triste, que tem horrores,
Que, para elles, oh! mais valia
Dormir na cova cieia de flores;

Que os seus mimosos, frageis pezinhos,
Que não me canso, não, de os beijar,
Terão somente fataes espinhos
Pelas veredas que vão trilhar;

Que só revezes, duros pezares,
E' que lhes guarda no Mundo a Sorte;
—Caminhos ermos, sombrios mares,
E os pobresinhos sem guia ou norte,

Por isso oh! Virgem, traog-os agora
Junto ao refugio de teu altar;
—Silvem serpentes no mundo embora,
Ha de amparal-os o teu olhar.

Vê que são lindos, têm a candura
Do teu divino, loiro Senhor,
Olha-os:—nos olhos igual doçura,
Nos labios—risos feitos de amor.

Fica visível, pois, a preocupação de Amélia Beviláqua com tal “invisibilidade”, com o esquecimento promovido propositalmente pela historiografia literária, o que a leva a enxergar como única saída para abrandar tal ocaso o trabalho cotidiano da lembrança, neste caso, “fonte mais confiável”, capaz de manter “vivas” trajetórias literárias como a de Úrsula Garcia

É possível aqui estabelecer um paralelo, uma vez que tal constatação encontra como correspondente o estudo empreendido por Heloísa Pontes, **Destinos mistos** (1996) a respeito do grupo Clima, formado em fins de 1938, por jovens estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir do qual se originou a revista homônima. O recorte estabelecido pela autora nos permitir entrever as possibilidades de profissionalização feminina no âmbito literário, já nas primeiras décadas do século XX, uma vez que participavam do grupo em torno de vinte pessoas,

entre rapazes e moças, como Sara Lifchitz (que se casou com um dos colaboradores ocasionais de Clima e futuro embaixador, Lauro Scorel), Doroth Fineberg (posteriormente Lefèvre, em função do seu casamento com o crítico de música da revista, Antônio Branco Lefèvre), Yolanda Paiva (que namorou Ruy Coelho, por um curto período), Helena Gordo (que se casou com João Guilherme de Oliveira Costa), Maria de Lourdes dos Santos, Ruth Alcântara e Gilda de Moraes Rocha. As três últimas tiveram um papel importante na produção da revista e na vida de três de seus editores. Maria de Lourdes casou-se com Lourival Gomes Machado, em 1939; Ruth casou-se com Décio de Almeida Prado, em 1941; Gilda com Antonio Candido de Mello, em 1943 (PONTES, 1998: 125).

Formada pelo Instituto de Educação, onde foi assistente de Fernando de Azevedo, e profissionalmente inserida na Universidade de São Paulo, Maria de Lourdes dos Santos Machado teve uma participação coadjuvante na *Clima*, desempenhando a função de secretária. Sequer chegou a escrever artigo para a revista (*Idem, Ibidem*: 126). A atuação de Ruth de Almeida Prado, formada em geografia e história pela Faculdade de Filosofia, foi igualmente tímida. Convidada por Plínio Ayrosa para ser sua assistente na cadeira de etnologia e língua tupi-guarani, optou por abandonar a carreira assim que ficou noiva de Décio de Almeida Prado, “por considerar que essa não era a sua verdadeira vocação” (*Idem, Ibidem*: 126).

Por sua vez, a participação de Gilda de Mello e Souza na *Revista Clima* é considerada emblemática, justamente por ter sido, diferentemente da de suas amigas, efetiva. Formada pela

Faculdade de Filosofia, em 1939, tornou-se professora universitária e “lançou-se como ficcionista em *Clima*” (*Idem, Ibidem*: 126).²²⁰

De todas as mulheres do grupo, Gilda foi a única que conseguiu conciliar o trabalho e as atribuições domésticas com a carreira universitária. Diferentemente de Maria de Lourdes, que como ela também se profissionalizou na Universidade de São Paulo, Gilda não abriu mão de seus projetos intelectuais e da vontade de escrever (*Idem, Ibidem*: 126-127).²²¹

Gilda de Mello e Souza inaugura sua participação como ficcionista da revista com o conto “*Week-end com Teresinha*”, publicado em maio de 1941, exatamente em seu número de estréia. Para sua frustração, “enquanto seus amigos foram brindados com elogios rasgados pela importante contribuição que vinham dando como críticos de cultura, Gilda recebeu uma única avaliação, assim mesmo enviesada, pelo primeiro conto que publicou em *Clima*”, assinada por Sérgio Milliet.²²² Neste mesmo ano, bem como em seu sétimo número, a revista publica o segundo conto de Gilda, intitulado “*Armando deu no macaco*”, o que, de certa forma, evidencia que o silêncio da crítica e mesmo a pincelada de descrédito que recebera de Milliet não chegaram a desestimulá-la. No entanto, suas contribuições não se estenderiam por muito mais tempo. O terceiro conto de Mello e Souza saiu em abril de 1943, e trouxe como título “*Rosa Pasmada*”, uma sugestão de Mário de Andrade, seu primo de segundo grau (PONTES, 1998). O texto não apenas anuncia a “despedida” de Mello e Souza de *Clima*, decisão que provavelmente esteve relacionada a sua insegurança, fruto da “ausência de críticas claramente favoráveis a sua produção como contista”, como evidencia sua recusa diante da posição e do papel “que seus companheiros da revista lhe atribuíram” (*Idem*, 1998: 131).

²²⁰ Contudo, Gilda de Mello e Souza, assim “como suas amigas, Maria de Lourdes e Ruth, não se furtou ao trabalho menos visível, e nem por isso menos necessário, que ocorria no âmbito privado da revista e no plano das relações pessoais do grupo” (*Idem, Ibidem*: 126).

²²¹ Prova da ínfima participação feminina no cenário intelectual da época (o que transparece no número de mulheres envolvidas com a produção da revista) é o fato de que, “ao longo de sua trajetória, *Clima* divulgou artistas e escritores jovens da época. Entre os artistas plásticos contemplados, nenhuma mulher. Entre os poetas, encontramos 18 homens e 5 mulheres (...) Do total de 13 contos publicados, 9 foram escritos por homens e 4 por mulheres (...) Como autoras, as mulheres se fizeram presentes na condição de poetisas e contistas. Como personagens, ocuparam um lugar de destaque no universo ficcional da revista” (...) Mas esta supremacia numérica está longe de corresponder a uma abordagem mais complexa e nuançada do universo feminino” (PONTES, 1996: 219 ss.).

²²² No entender do crítico, via-se nesta “geração” um grande potencial ensaístico e crítico, ao contrário do que o âmbito ficcional da revista anunciava (*Idem, Ibidem*: 128).

Mas se assim o foi, longe de ser apenas um problema pessoal, fruto de uma trajetória particular, tal sentimento é uma expressão condensada da situação vivida na época pelas mulheres de sua geração. O acesso à formação intelectual que tiveram na Faculdade de Filosofia, somado à vivência inédita de uma sociabilidade fortemente ancorada na vida universitária, permitiu a várias delas reorientar o papel social para o qual haviam sido educadas: mães e donas-de-casa. O impacto dessa experiência renovadora propiciada pela faculdade foi enorme, sobretudo para aquelas que efetivamente tentaram inventar para si um novo destino, como foi o caso de Gilda. Mas isso se deu à custa de conflitos, inseguranças e dilemas muito específicos. Principalmente no início, quando [as mulheres] não se sentiam socialmente seguras para se inserirem no campo intelectual predominantemente masculino da época. As dificuldades preliminares que enfrentaram, transmutadas sob a forma de inseguranças pessoais, foram sendo contornadas, mas não eliminadas, à medida que construíram novos modelos de conduta e atuação (*Idem, Ibidem*: 130)

À guisa de ilustração, apenas quinze anos mais tarde a ficcionista voltaria a publicar o seu quarto e derradeiro conto. Intitulado “A visita” o texto fora “publicado em 1958 no Suplemento Literário do Jornal *O Estado de S. Paulo*, que reuniu mais uma vez, só que em novas bases, o grupo da extinta revista *Clima*” (*Idem, Ibidem*: 130)

Dáí ser possível dizer que a atuação de Gilda de Mello e Souza na revista avigora o quanto a divisão do trabalho intelectual reitera a assimetria das relações entre os sexos.²²³ Não apenas quanto às diferentes funções atribuídas a cada um dos integrantes responsáveis pela

²²³ Outro exemplo paradigmático de tal assimetria nos é apresentado no artigo “Modas e modos: uma leitura enviesada de **O espírito das roupas**”, publicado em 2004. No texto, Heloísa Pontes procede a uma esclarecedora contextualização do momento em que Gilda de Mello e Souza concebe, como resultado final de sua tese de doutorado, **O espírito das roupas**: ensaio de sociologia estética. Para tanto, a autora lança luz sobre as linhas de força que operavam no interior da Faculdade de Sociologia da USP, com o intuito de melhor compreender a tímida acolhida que este estudo teve, em 1951, ano em que a tese é defendida. Uma das explicações para a “morna” recepção relaciona-se, segundo a autora, à oposição frontal que o estilo de Mello e Souza mantinha com relação ao de Florestan Fernandes, que, apenas um ano depois, finalizava sua tese, intitulada **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. Ambos os estudos, embora coetâneos, traziam como resultado final escolhas temáticas, procedimentos analíticos e metodologias teóricas que o sociólogo em questão anunciava como antagônicas. Como lembra Pontes, “ensaio e tratado, dois modelos distintos de pensar e fazer sociologia, atualizados de forma paradigmática nos trabalhos de Gilda de Mello e Souza e de Florestan Fernandes. Interpretar, no caso da autora; explicar, no de Florestan” (p. 19). A respeito das escolhas temáticas, o embate intelectual resumia-se em, de um lado, a guerra, tema viril e, de outro, a moda, “coisa de mulher”. E, nesta contenda, quem vence a “guerra”, i.e., “a obtenção dos direitos de sucessão na ‘linhagem’ acadêmica instaurada pelos professores estrangeiros” (p.21), é o “estudo sobre a guerra”, de modo que o pensamento sociológico da época excluiu de seu repertório “as dimensões estéticas dos fenômenos sociais e o ensaio do seu universo discursivo” (p.22), sob a acusação de inconsistência científica. Sobre a Florestan Fernandes ver: ARRUDA, Maria Arminda N. & GARCIA, Sylvia G. **Florestan Fernandes** - Mestre da Sociologia Moderna. Brasília: Paralelo 15/CAPES, 2003 e GARCIA, Sylvia G. **Destino ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002.

confeção do periódico, como as associações prévias entre mulher e ficção traduzem explicitamente o *handicap* feminino, no caso, aquele experimentado por Gilda de Mello e Souza, corolário de uma distribuição desigual de incumbências, que resvalavam nas prerrogativas de gênero (*Idem, Ibidem*: 123 ss.).

Aos homens couberam as posições e os temas nobres: a cultura e a editoria das seções permanentes. Às mulheres, a “costura” da redação, a função de colaboradoras, a poesia e o conto – na dupla condição de escritoras eventuais e de personagens principais do universo ficcional masculino (*Idem, Ibidem*: 132).

Em outros termos, a revista *Clima*, comprometida com o exercício da crítica voltada ao teatro, cinema, literatura e artes plásticas, atribuía à produção de textos ficcionais um importância menor, se comparada à modalidade específica de trabalho intelectual exercido pelos críticos, que se constituía enquanto “reduto masculino por excelência”.²²⁴ Esta “porção” menos privilegiada da revista, assumida por Gilda de Mello e Souza, se, por um lado, causou-lhe “certo ressentimento”, por representar seu distanciamento das “coisas do pensamento”, por outro, facultou-lhe um “ato de liberdade, ainda que arrevesado”, no exato momento em que decide abandoná-la (*Idem, Ibidem*: 131). Nestes termos, a experiência de Gilda de Mello e Souza adquire relevância menos pelas idiossincrasias que a singularizam, do que por traduzir um sentimento “geracional e de gênero” (*Idem, Ibidem*: 26-27).

Temos assim que a inserção das mulheres no cenário intelectual e literário se deu gradualmente, inaugurando aos poucos um caminho divergente daquele a elas atribuído sob a forma naturalizada de uma “essência” feminina: o de serem mães, esposas e donas-de-casa. Porém, como evidenciamos nos capítulos anteriores, este processo não se forjou a partir de uma sucessão linear de acontecimentos, em que a pecha de “mulheres que escrevem”, de “seres

²²⁴ Como ressalta Miceli, “ao mesmo tempo em que evidencia os temas então considerados ‘nobres’, na prática, quase monopolizados pelos homens, trazendo à baila lances repletos de sinais excludentes que se efetivam a despeito de qualquer intento deliberado, Heloísa vai destrinchando os mecanismos de relegação a que estavam sujeitas muitas jovens intelectuais de talento, com frequência impossibilitadas de desgarrar, com alguma autonomia, dos projetos e diretrizes impostos pelos homens da turma” (1999: 138).

excepcionais”, de “amadoras” simplesmente deixou de existir. Ao contrário, as ambigüidades e os conflitos eram, inegavelmente, seus elementos constitutivos, e em nada desprezíveis.²²⁵

Preparando o terreno: entre “impressões” e “divagações”

As referências familiares – tanto a influência de seu pai, como seu casamento com Clóvis Beviláqua –, assim como os laços de amizade que mantinha com círculos sociais compostos por intelectuais da época atuaram como um acicate para o afloramento das habilidades literárias que, anos mais tarde, em 1930, respaldariam e encorajariam Amélia Beviláqua a pleitear uma vaga na Academia Brasileira de Letras.²²⁶ Contando com o apoio do marido, a iniciativa de Amélia marca um fato extraordinário, já que, até então, a ABL não havia assistido à solicitação *oficial* de candidatura, por parte uma mulher.

Clóvis retribuiu o companheirismo da esposa e a apoiou incondicionalmente quando ela se candidatou à vaga deixada por Alfredo Pujol na Academia Brasileira de Letras. Não havia precedentes para o caso, e os acadêmicos se reuniram para considerar a questão. Mas, para aceitá-la como concorrente seriam necessárias mudanças regimentais que eram inexequíveis, e isso serviu de justificativa para a negação da inscrição (ELEUTÉRIO, 2005: 168).

²²⁵ Tecendo pontes com as artes plásticas, o estudo de Simioni nos revela que tanto o olhar Gonzaga Duque para as produções femininas, quanto a apropriação de seu discurso pelos críticos subseqüentes, como é o caso de Laudelino Freire, fazem ecoar certo lugar-comum: a presença da mulher no campo artístico brasileiro do entresséculos, a despeito de sua considerável presença nos salões da época, tendo-lhes rendido prêmios e menções honrosas, foi recebida de forma reticente, como um avassalador imprevisto. Simioni mostra que, na obra **Um século de pintura: apontamentos para a história da pintura no Brasil, de 1816 a 1916**, Freire “agrupa” todas as referências às mulheres artistas em uma categoria, que figura no final do texto. O nome designado ao conjunto de escritoras já não nos causa surpresa: “novos” e “amadores”. Atribuída também aos homens, a categoria de amador abriga variações semânticas que merecem nossa atenção: para estes, era a tradução de “um momento da carreira que seria superado com estudo, com profissionalização. Para as mulheres era um rótulo que as discriminava de modo permanente, independentemente de serem profissionalizadas, jovens ou velhas”, em outros termos, sinônimo de uma inescapável condição. A transitoriedade do amadorismo masculino se contrapunha à perenidade do feminino. Sobre o assunto cf. SIMIONI, 2004: 19-20.

²²⁶ Tal como evidencia Eleutério, “Amélia publicou vários romances, contos, séries de conferências realizadas em suas viagens pelo Norte e Nordeste, e teve a ousadia de candidatar-se à Academia Brasileira de Letras” (2005: 168). Além disso, “a casa de Clóvis foi sempre freqüentada pelos maiores vultos da intelectualidade brasileira, entre os quais Oliveira Lima, Araripe Júnior, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Martins Júnior, Sílvio Romero” (PICANÇO, 1936: 119).

Assim, as discussões em torno da ausência de escritoras na ABL reaparecem em 1930, ocasião em que Amélia Beviláqua intenta candidatar-se ao pleito que ocorreria para o preenchimento da vaga deixada por Alfredo Pujol, por ironia do destino, um estudioso da vida de Machado de Assis, que foi quem, na Academia, representou de forma mais bem acabada todo o vigor do passadismo, toda a força do conservadorismo e da tradição.²²⁷ Veremos agora quais medidas a escritora tomou para tentar sua subscrição.

Em 1929, portanto, no ano anterior ao encaminhamento de sua proposta de candidatura para a ABL, Amélia Beviláqua publica – e tudo leva a crer que não tenha sido casual – o já citado livro intitulado **Impressões**. Um detalhe merece nossa atenção: a obra é composta por um conjunto de pensamentos que exprimem as apreciações da autora acerca de escritores como João Ribeiro, Alberto de Oliveira, Araripe Jr., Sílvio Romero e Rodrigo Octavio, todos eles membros da Academia Brasileira de Letras.²²⁸

O tom elogioso das impressões registradas no livro homônimo nos possibilita supor que Amélia Beviláqua, ao externar publicamente seu ímpeto como leitora, por meio da manifestação de suas preferências literárias e do acompanhamento das mais recentes publicações – ainda que necessitasse aliar tal atividade à criação de sua filha Velledinha²²⁹ – estava, com isso, buscando preparar o terreno para a sua candidatura na agremiação, angariando possíveis aliados, ou mesmo desencorajando a emergência de posturas avessas ao seu ingresso. A começar pelo seletor grupo homenageado, as considerações de Amélia revelam-se encomiásticas, tal como analisaremos a seguir.

Impressões pode ser considerado uma inegável “moeda de troca”, por mais apressada que tal afirmação possa soar, fazendo valer o que nos diz Adolfo Caminha:

Há quase sempre, direi mesmo sempre, má vontade para os que ousam estrear na literatura [no caso específico de Amélia, obter “reconhecimento literário”] sem uma carta, um bilhete de apresentação, uma formalidadezinha diplomática, um pedido afetuoso, alguma cousa oficial e solene. O poeta deve se

²²⁷ Alfredo Gustavo Pujol (1865-1930), advogado e político, foi o terceiro ocupante da Cadeira 23, eleito em 14 de novembro de 1917, além de Membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pujol foi o advogado da Academia no inventário do livreiro Francisco Alves para os bens de São Paulo.

²²⁸ Todos os escritores, com exceção de João Ribeiro, compuseram a lista inaugural da ABL, portanto, ingressaram na condição de membros fundadores. Quando da publicação do livro, Sílvio Romero e Araripe Jr. já haviam falecido.

²²⁹ Amélia Beviláqua inicia o capítulo I, dedicando-o “ao erudito escritor das Cartas Devolvidas”, Dr. João Ribeiro, da seguinte maneira: “Há um ano inteiro nada faço, a não ser pensar, contemplar, ler jornais e ser o pajem de minha filha pequena” (BEVILÁQUA, 1929: 5).

mostrar humilde, ‘bom mancebo’, um pouco tímido sem parecer tolo demais, e confessar imediatamente as suas culpas, isto é, dizer-se idólatra do Sr. Sílvia Romero (...) (CAMINHA, 1999: 29).²³⁰

No caso de Amélia Beviláqua, que já era uma escritora conhecida, mas que desfrutava de uma posição marginal no campo literário brasileiro, a estratégia manejada foi mais contundente – no lugar de uma carta ou de um pedido, tratou logo de publicar um livro, que serviu como uma espécie de preito aos escritores consagrados.

Com isso, é possível supor que a escritora tenha pretendido tornar pública a sua admiração por determinados nomes da literatura brasileira, todos eles de “significativo quilate” e ocupando posições estratégicas no campo literário de então. Porém, o olhar autocrítico de Amélia Beviláqua volta-se para uma questão deveras delicada, que poderia lhe render desagradáveis implicações: o fato de a publicação de um livro com estas características suscitar incompreensões, julgamentos e comentários maldosos, que pudessem vir a ser identificados como bajulação. Contudo, a hesitação de Amélia Beviláqua diante da possibilidade de vir a receber o rótulo de “aduladora” não fora suficiente para desencorajá-la em sua empreitada, tendo resolvido correr os riscos inerentes a esta exposição.

Assim, disposta a arcar com quaisquer desdobramentos indesejáveis, a escritora publica o que poderíamos denominar de panegírico, no qual a organização dos capítulos, todos eles independentes, não é estabelecida em função de um recorte cronológico, mas em função das leituras que tem empreendido, ou das temáticas que lhe têm inspirado reflexão. Por isso, os capítulos trazem como título, em geral, o próprio nome do escritor ou o título da obra a ser homenageada/analizada.

O capítulo inaugural, intitulado “Ao erudito escritor das **Cartas devolvidas**”, versa sobre a produção de João Ribeiro.²³¹ Amélia Beviláqua confidencia ter se dedicado à releitura de algumas de suas obras, e revela ter sido uma experiência tão prazerosa quanto o contato com os textos inéditos, como é o caso de **Cartas devolvidas**.

²³⁰ O período citado se refere à crônica “Protetorado de Midas”, publicada em 1894.

²³¹ Segundo ocupante da Cadeira 31, o jornalista e escritor João Ribeiro (1860-1934) apenas não figurou entre os membros fundadores da ABL porque, quando de sua inauguração, estava ausente do Brasil. No entanto, assim que regressou, teve seu nome imediatamente cogitado, tendo sido eleito para o preenchimento da vaga deixada por Guimarães Júnior, em cerimônia ocorrida em 1898.

Talvez fosse mais acertado guardar comigo o deslumbramento do meu sentir, mas parece que eu pecava ainda mais, escondendo, egoisticamente, o que penso sobre os seus talentos e erudição (...) O Dr. João Ribeiro é um dos escritores mais notáveis da literatura brasileira contemporânea, e também dos mais fecundos. A poesia, o conto, a crítica literária, a história, a filosofia, o folclore atraíram-lhe a inteligência, e, em todos esses domínios é mestre (p. 8-9)

Ao final do capítulo, Amélia Beviláqua inclui um ingrediente em nada desprezível, que culmina na “pessoalização” da abordagem: trata-se da visita que fez à família de João Ribeiro. Tal revelação não aparece despida de intencionalidade, emergindo como estratégia capaz de tornar conhecida a proximidade que mantinha com o escritor, a ponto de já haver freqüentado sua casa. Por suposto, a exposição pública dos laços de amizade poderia galvanizar suas futuras investidas na ABL.

Desde o primeiro momento em que entrei a doce intimidade desse ninho de amor, me senti cativa. O grande prestígio do seu chefe, o encanto cheio de carinhosas ternuras da sua querida esposa, sempre agradavelmente delicada e simpática, a graça vaporosa de suas interessantes filhas prendadas e transbordantes de gentilezas, como os seus ilustres progenitores, seduziam docemente (...) Esse afeto me comoveu bastante, e se, por desventura, deixasse de ser querida por eles, em mim sobreviveria, eternamente, o mesmo sentir (BEVILAQUA, 1929: 20-21).

Por sua vez, o segundo capítulo, que traz o título “Impressões das poesias do Sr. Alberto de Oliveira”, é integralmente dedicado à obra deste acadêmico que, segundo Amélia, “está atravessando o esplendor da sua glória, tem subido todos os degraus do triunfo, e conhecido os pedaços mais tocantes da psicologia humana” (p. 24). A autora se refere, nominalmente, à melancólica “Câmara-ardente”, às aquarelas de “Cheiro de flor” e a “Ramo de árvore”, leituras destacadas por lhe terem proporcionado novas emoções estéticas. O arremate do capítulo traz uma notória homenagem a Alberto de Oliveira, pois é neste momento que Amélia aponta sua soberania, responsável por lhe render o epíteto de “príncipe dos poetas”.

Quis, nestas frases que escrevo ao poeta soberano, dar toda a vibração que transborda do meu sentir; mas, presentemente, é muito desfavorável o estado da minha alma em sofrimento. Assim mesmo, tenho grande satisfação em me ter animado a vir trazer, ao príncipe dos poetas brasileiros, a minha humilde homenagem (*Idem, Ibidem*: 29).

Entre os escritores homenageados não é inesperada a presença de Araripe Jr., de quem já tratamos mais detidamente no início deste capítulo. Com o poeta, Amélia afirmava possuir um elo similar àquele existente entre pai e filha. Assumindo-se sua discípula, a autora aproveita a ocasião para lamentar o desaparecimento prematuro daquele que considerava um incentivador, um mestre: “esta amizade, que me desvanecia, lembrada neste momento, me entristece, porque a perdi tão cedo. Se os homens como ele pudessem viver sempre...” (*Idem, Ibidem*: 40).

Igualmente alvo de vivazes elogios, o crítico sergipano Sílvio Romero tem garantido o seu quinhão.²³² O capítulo a ele dedicado se inicia com um questionamento aventado por Amélia, que não faz mais do que ressaltar a posição do homenageado no campo literário: a de um escritor canônico. Comparado pela autora a uma “estrela de primeira grandeza”, a interrogação lançada é não menos do que um modo lisonjeiro de exprimir uma constatação: “Que direi desse gênio, formidável nos escritos, nos debates, na arte, na filosofia, nas provocações, em tudo o que afeta a sua exaltação cerebral, preitos, amor à família, à pátria, à liberdade espiritual?” (*Idem, Ibidem*: 55).

Entremeando referências à produção intelectual de Sílvio Romero a episódios extraídos de algumas de suas experiências cotidianas, Amélia busca forjar o perfil de um pensador que agenciava com êxito os proventos de um inegável capital social. Mas, por um momento, os comentários da autora parecem estar assentados em uma incongruência. Em tom de desabafo, Amélia se mostra indignada com o fato de a importância e expressividade que Sílvio Romero possuía em vida haverem se dissipado após seu falecimento, dada a indiferença com que, segundo diz, a notícia de sua morte fora recebida pelos círculos acadêmicos da época.

²³² Aliás, o Sergipe aparece descrito neste capítulo como um celeiro de talentos ou, nas palavras da própria autora, “um luzeiro” (p. 59), pois explica que, além de Sílvio Romero, “a encantadora terra nortista” também produziu nomes como João Ribeiro, Hermes Fontes, Fausto Cardoso, Gilberto Amado, Aníbal Freire, Tobias Barreto, Laudelino Freire.

Sua morte, que foi recebida, como acontece, geralmente, com todos, neste tempo de universal ceticismo, debaixo de maior indiferença, em mim, provocou uma explosão de dor muito grande. Eu dormia quando, alta noite, me acordaram para anunciar a triste nova, enchendo de luto a nossa residência naquela hora, que paralisava, nas alturas de um cimo infinito, o vôo altaneiro do ousado condor (p. 57).

No entanto, a autora peca não em revelar seu pesar diante da perda de alguém que considera insubstituível, mas ao apostar que pronunciado ceticismo e apatia se seguiram à notícia do falecimento do escritor, o que se revela fantasioso. A presumida ingenuidade da constatação de Amélia, ao desaprovar a falta de sensibilidade e a indiferença, não a torna uma exceção à regra, tal como descreve. É impossível imaginar que o desaparecimento do acadêmico tenha sido seguida por uma apatia e um silêncio superlativos, como o quadro fornecido por Amélia Beviláqua.

E, mais uma vez, a ênfase da autora recai sobre o vínculo de amizade, aparentemente inerte, que possuía com o crítico e escritor, oferecendo ao leitor traçados de uma relação de proximidade, construída por meio da conjugação arguta entre reverências e notas de um possível elo fraternal.

Não teria fim este artigo traçado sob a pressão da saudade de quem tanto se mostrou nosso amigo, até ao último instante, em que o vimos no seu leito de sofrimentos, e, mesmo agora, na distância tão longa, ainda nos traz instantes de conforto (...) Por mais que este caro amigo se distancie, o encontraremos muito perto com o mesmo brilho e a dignidade dos mais altivos escritores modernos (p. 68).

Integrando o rol de escritores homenageados, o autor de **Minhas memórias dos outros** também é agraciado com um capítulo exclusivo, em que, de saída, Amélia evidencia ter sido escrito após a leitura de **Coração aberto**, cortesia que lhe fora enviada pelo próprio Rodrigo Octávio.

Coração aberto é simples e modesto, como o seu dono, que sabe colocar ao seu lado sempre em intimidade os leitores, longe das maneiras cerimoniais e

das roupagens enfeitadas, que lhe fariam perder as virtudes. (...) Mas se chega ao fim do livro, sente-se vontade de recomeçar (p. 104)

Ao tecer comentários sobre as experiências profissionais de Rodrigo Octávio, Amélia ressalta sua carreira como magistrado, suas atuações em conferências internacionais e, em destaque, menciona sua atuação como presidente da ABL, cargo desempenhado durante o ano de 1927.²³³ Esta é a segunda menção que Amélia faz à agremiação, estando a primeira relacionada ao nome de Laudelino Freire, “a quem mais deve a alta empresa do dicionário que está elaborando a Academia Brasileira de Letras”, e que figura em sua lista sobre os “*luzeiros*” sergipanos, no capítulo dedicado a Sílvio Romero (1929: 59).

Portanto, é inegável que, ombreando com a bonomia das homenagens prestadas ao seletivo grupo de escritores estava implícito o desejo de Amélia em demarcar sua importância como parte deste mundo, como membro desta categoria, ou então, de fazer-se notar ante seus pares. É provável que esta postura, norteadas pela busca de reconhecimento literário, tenha tido como ápice sua intenção em concorrer a uma vaga no “Silogeu brasileiro”, fato até então sem precedentes, mas que estava prestes a acontecer e, como veremos, abalar as sibilinas estruturas da agremiação.

²³³ Uma das seções do livro se distingue das demais, e o motivo é evidente, por trazer à tona um tema já tratado por Amélia anteriormente, em *Angústia*. Intitulado “Qual a sua opinião sobre o divórcio?”, o capítulo IX revela uma Amélia não preocupada em discorrer sobre as leituras que realizou e que considera dignas de destaque, tal como ocorre na maior parte do livro, pois aparece às voltas diante de um controverso e espinhoso tema, quase um tabu para a sociedade de então: o divórcio. Visivelmente resistente em manifestar-se publicamente, Amélia justifica seu comedimento alegando ser necessária “uma ciência especial para falar neste assunto, sobre o qual, infelizmente, precários elementos possuo. Além disso, me parece que este inquérito é mais apropriado aos casais desunidos” (BEVILAQUA, 1929: 117). A inquietação com o tema do divórcio surge quando Amélia é interpelada por um jornalista do *Correio da Manhã*, que deseja conhecer seu posicionamento. Hesitante, ao longo do capítulo, e, portanto, distante das pontuações corajosas da narradora de *Angústia*, Amélia protela em falar abertamente sobre o assunto e, com parcimônia, expõe suas impressões, valendo-se de elementos de sua trajetória pessoal para respaldar seu olhar declinatório para o divórcio. Segundo a escritora, faltava-lhe “conhecimento de causa” para poder tratar do tema com a devida propriedade. “Fui criada num meio, onde jamais se arvorou uma contenda. Não me recorde de ter sentido, entre meus pais, senão uma temperatura de afeto, de absoluta pureza. Era carinhosamente equilibrado aquele adorador casal, que somente a grande força da morte conseguiu desunir” (*Idem, Ibidem*: 120). Enquanto Júlia Lopes denuncia mais abertamente os “casamentos de aparência”, e chega a apresentar ironicamente o lar como “a sagração da mulher”, Amélia é mais evasiva, e tende a não oferecer aos leitores uma visão pormenorizada acerca do assunto; quando não, suas considerações resvalam na reiteração do tradicionalismo. O tema do divórcio também aparece em *Divagações sobre a consciência*, quando Amélia narra um episódio em que o “Mestre” (Clóvis Beviláqua) fora procurando por um cliente que desejava se divorciar da esposa, com quem possuía filhos. Um dos motivos alegados era o adultério, pois, segundo ele, a mulher afirmava não ser ele o pai biológico das crianças. Clóvis opta por não aceitar o caso, mas Amélia o aconselha: “se a mulher tem todos estes defeitos, realmente a separação é o melhor remédio” (*Idem*, 1931: 43-44).

“A sentença fulminante”: os bastidores do veto à candidatura de Amélia Beviláqua

“Estou mais perto de me sentir orgulhosa do que humilhada”

(Amélia Beviláqua, 1930: 117)

Sim, orgulhosa. A douta Academia
Que o vosso nome ilustre recusou
Em nada vos tirou
De vossa grande, esplêndida valia.

Humilhada, por quê? Não se ofuscou
Vosso talento, e, creio a companhia
De alguns fósseis de lá, não vos servia
Pois que a sério ninguém nuca os tomou.

Os documentos vários
Que nesse livro vosso agora estão preitos
Não são apenas literários.

São conceitos leais e verdadeiros
Dos que “imortais não são
Mas julgamentos fazem justiceiros

O poema acima, marcadamente solidário a Amélia Beviláqua, foi escrito por Telles de Meirelles, em outubro de 1930. Nós o escolhemos para inaugurar a presente seção não apenas pelo fim a que o autor se propôs (solidarizar-se à escritora), mas pelo modo como a homenagem se notabilizou.

O autor endereçou o poema à Amélia Beviláqua em momento que poderíamos qualificar como “quase” oportuno: logo após ela haver publicado um volume integralmente dedicado à discussão acerca do veto à sua candidatura pela ABL. Amélia, que recebeu o preito com muito entusiasmo, encontrou para o poema uma destinação imediata, que requereu um pequeno ajuste: decidiu incorporá-lo ao volume recém-lançado, como uma espécie de epígrafe.²³⁴

²³⁴ Ao menos no exemplar que utilizamos, que se encontra disponível na Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL, o poema aparece improvisadamente incluído na primeira página.

O volume ao qual nos referimos, intitulado **A Academia Brasileira de Letras e Amélia Beviláqua**, que traz como subtítulo “Documentos Histórico-Literários”, exprime o posicionamento da escritora ante a sua inadmissão como candidata, e é fruto da compilação de discursos e artigos dispersos, veiculados pela imprensa da época, que, por sua vez, versavam sobre o assunto.

A escritora, ao contrário de D. Julia, resolve comprar uma vasta e pública discussão com a Academia cujo último ato foi a publicação do livro **A Academia Brasileira de Letras e Amélia Beviláqua**. Pelo conjunto do material apresentado no livro, uma reunião de depoimentos, artigos de jornal e textos da autora em defesa própria, pode-se perceber a alta voltagem da tertúlia político-gramatical travada na ABL em função das aspirações e provocações de D. Amélia (HOLLANDA, 1992: 77-78).

Assim, enquanto **Impressões** atuou como aliado de Amélia na fase imediatamente anterior à manifestação de seu interesse em propor à ABL sua candidatura, o presente livro teve o propósito de tornar públicas as frustrações, desventuras e infortúnios de seu percurso marginal, que culminou na tentativa fracassada de ser admitida como membro da agremiação.

Segundo Clóvis Beviláqua, “a sentença foi fulminante”, causando na escritora inconformismo e desconforto (1930: 53). Aliás, a negativa da ABL foi eclipsada pela documentação produzida pelos próprios acadêmicos, já que tanto as Atas quanto os textos que compõem o acervo da agremiação não fazem menção ao interesse de Amélia Beviláqua em integrar o grupo dos imortais brasileiros, tanto que seu nome sequer chega a ser incluído na lista de candidatos à vaga por ela pleiteada. E quanto a isso, não fosse a iniciativa da preterida em registrar o episódio e publicá-lo, nele enfeixando suas impressões, bem como os artigos que outros escritores produziram sobre o assunto, dele não restariam mais do que silêncios, vazios, lacunas – e muitos poderiam apostar piamente em sua inexistência.

Se, por um lado, **A Academia Brasileira de Letras e Amélia Beviláqua**, tem como pedra-de-toque o desabafo da escritora, inconformada com a deliberação da ABL, ao “homologar” a recusa de sua candidatura, por outro, a publicação atua como uma forma de garantir ao episódio certa visibilidade e oficialidade, livrando-o, ao menos em parte, da possibilidade de entoar o coro dos vazios institucionais, cuja inevitável fortuna é o esquecimento, ou seja, a inexistência histórica que emana dos “déficits documentais”.

Embora inicie o texto tecendo agradecimentos àqueles que apoiaram a sua candidatura²³⁵, Amélia também enxergava na publicação um potente instrumento de delação, por meio do qual poderia insurgir-se contra os “imortais misogenistas”, alfinetando e provocando aqueles que endossaram tal impedimento, ou que foram a ele coniventes. A autora credita à posteridade a reparação desse equívoco, ao vislumbrar a possibilidade de que a justiça seja feita ao menos a outras senhoras. Nestes termos, o livro não pode ser investigado se apartado de uma dimensão que lhe é crucial: a vindita.

Tendo a Academia Brasileira de Letras recusado a minha inscrição, como candidata à vaga de Alfredo Pujo, provocou revolta natural na mentalidade brasileira contemporânea, que se traduziu em escritos de grandes vibrações e notável elegância de frases, e em outras manifestações mais íntimas, igualmente expressivas de simpatia pela minha causa, principalmente pelo pensamento a que ela, dignamente, deu expressão (...) Grande número de pessoas em cartas formosíssimas, de viva-voz, por telegramas, ou enviando lindos ramalhetes de flores, livros, artigos, me trouxeram o grato conforto, consideração e solidariedade, repelindo, vivamente, o golpe desferido contra mim pelos imortais misogenistas, direi mais acertado, que antipatizaram com a lembrança da minha candidatura e, violentamente, me afastaram de seu grêmio (1930: 5-6).

Foram estas as palavras de abertura dos **Documentos histórico-literários**, em que Amélia Beviláqua considera a recusa à sua candidatura um “extraordinário acontecimento literário”. Pensando na expressão de que se vale a autora, o termo “extraordinário” soa inadequado, justamente porque o episódio, do ponto de vista dos acadêmicos, investidos de poder de escolha de seus candidatos, teve como desfecho o previsível, inscrevendo-se no registro do esperado, do ordinário. Ou seria presumível uma deliberação favorável ao ingresso de mulheres na agremiação?

²³⁵ De acordo com a escritora, “delicados possuidores de corações generosos, como Spencer Vampré, Odylo Costa, J. Cavalcanti, Ruy Severiano Caracas, Hector Santos, Nilo de Vasconcellos, Henrique Pinheiro de Vasconcellos, Guilherme Estelleta, Manoel Carlos, José Luiz Erthal” além daqueles não citados, que se manifestaram por meio de “cartões, telegramas, como presentes sagrados” (Idem: 8). Logo em seguida, Amélia rende homenagem a algumas mulheres, por terem manifestado apoio a sua candidatura. São elas: Annicota Santos, representante maranhense; D. Eugênia, representando a família Carvalho Miranda; Baronesa de Loreto, viúva de Franklin Dória, fundador da Cadeira 25 da ABL. Em seguida, a autora ironiza, dizendo que “os imortais tiveram ocasião de se mostrar heróicos. Sustentaram as barreiras da tradição. Selecionaram a raça, a espécie, que será por eles mesmo cultuada, na sua palidez, sem relevo... e eu passei a contemplar as coisas mundanas, em seu aspecto exterior e interior, sob uma claridade nova” (1930:13).

Ao longo do texto, percebe-se que os questionamentos de Amélia Beviláqua, mais do que externarem sua insatisfação para com o veto da ABL à sua candidatura, põem em tela as agruras decorrentes de uma frustração inaudita, recrudescida pelos óbices que atuaram decisivamente, vetando-lhe as possibilidades de fruição dos efeitos de consagração que uma Cadeira na ABL poderia lhe render.

De que serve, finalmente, externar o meu modo de sentir?

Para dizer que pretendo uma cadeira na erudita sociedade?! Se em todas as minhas aspirações, por mínimas que tenham sido, sempre encontrei a formidável barreira do Impossível, como poderia pensar em ser consagrada? (BEVILÁQUA, 1930: 18)

Como mencionado no início deste capítulo, foi sob a presidência de Aloísio de Castro que os acadêmicos tomaram conhecimento desta, que foi a primeira solicitação de candidatura assinada por uma mulher:²³⁶

Amélia de Freitas Beviláqua, escritora desde a juventude, resolveu candidatar-se, com o apoio do marido. “O Mestre”, como ela o chamava. Clóvis prontamente a incentivou, a “Senhora do meu lar”, e saiu logo em campanha junto a amigos acadêmicos. Alguns receberam bem a notícia, outros fizeram restrições reservadas, sem ânimo para declarar com franqueza a Clóvis a sua discordância. Vários se opuseram, por motivos nem sempre revelados (MEIRA, 1990: 301).

O suposto “ineditismo”²³⁷ da proposta requereu a realização de uma sessão extraordinária, ocorrida em 29 de maio de 1930, com o intuito de os membros da ABL

²³⁶ Além de Aloísio de Castro, compunham a Diretoria da ABL os seguintes acadêmicos: Gustavo Barroso, Secretário-Geral; Olegário Mariano, Primeiro-Secretário; Ademar Tavares, Segundo-Secretário; Luís Carlos, Tesoureiro (LACERDA, 2007: 164). Mais adiante, veremos que, não diferente das anteriores, esta fora uma gestão marcadamente misógina.

²³⁷ Ainda que muitos textos classifiquem este episódio como inédito, extraordinário, tal como vimos no primeiro capítulo, muitas foram as tentativas (todas frustradas) de ingresso de escritoras na ABL. As quatro Júlias (Júlia Lopes de Almeida, Júlia Cortines, Francisca Júlia e Júlia Galeno) figuram entre os primeiros nomes cogitados para uma vaga na instituição – no caso de Francisca Júlia, como sócia correspondente –, tendo adquirido evidência, e, portanto, configurando o primeiro veto, a tentativa de ingresso de Júlia Lopes de Almeida, não apenas pela expressividade de sua produção literária, mas por ter feito parte das reuniões que culminaram na fundação da agremiação. Sem contar o

estabelecerem um acordo quanto à possibilidade de ingresso de escritoras na instituição, respondendo, assim, à insólita demanda de Amélia Beviláqua.

O presidente, buscando partilhar a responsabilidade da deliberação com os demais membros, destinou a interpretação do Regimento Interno ao colegiado, para que, conjuntamente, fosse arbitrada a decisão sobre a validade da candidatura de mulheres. O acadêmico Constâncio Alves chegou a sugerir que a votação fosse secreta, mas a sugestão de Afonso Celso, pelo voto nominal foi aprovada.

O cômputo geral foi o seguinte: 21 acadêmicos presentes, dos quais sete votaram a favor da elegibilidade feminina e 14 reprovaram a proposta. Laudelino Freire, João Ribeiro, Augusto de Lima, Ademar Tavares, Fernando de Magalhães, Luiz Carlos e João Ribeiro compunham o grupo minoritário, enquanto Aloísio de Castro, Gustavo Barroso, Olegário Mariano, Afrânio Peixoto, Alberto Oliveira, Coelho Neto, Constâncio Alves, Dantas Barreto, Goulart de Andrade, Humberto de Campos, Luís Guimarães Filho, Ramiz Galvão, Roquette-Pinto e Silva Ramos votaram contra a admissão feminina.

Terminada a sessão, fica estabelecido que o Art. 2º do Estatuto da ABL²³⁸, ao se referir ao vocábulo “brasileiros”, faz menção exclusivamente aos indivíduos do sexo masculino. Porém, mais do que uma questão de interpretação, como queriam os acadêmicos, a justificativa para o veto ao ingresso de mulheres encontrou no vocábulo um inegável alibi. Em 31 de junho de 1930, o *Jornal do Commercio* publicou uma síntese da reunião:

Na sessão da Academia Brasileira de Letras, realizada no dia 29 de maio de 1930, o Sr. Presidente, Dr. Aloysio de Castro, comunicou ter requerido inscrição à vaga de Alfredo Pujol, Amélia de Freitas Beviláqua. Sendo a primeira vez que se apresentava, à Academia, uma candidatura feminina, o Sr. Presidente, por não se achar autorizado a interpretar o art. 2.o dos Estatutos, solicitou que a Academia, em plenário, se manifestasse, de modo que,

veto à candidatura de Carolina Michaëlis, para sócia correspondente. O caráter de ineditismo parece estar associado ao fato de que, ao compilar os textos publicados na imprensa em ocasião do veto, juntamente com sua leitura acerca do posicionamento da ABL, Amélia tenha garantido ao episódio uma “existência oficial”, o que foi obtido por meio de sua documentação e publicação, eclipsando, assim, todos os demais impedimentos que ocorreram antes de 1930. Em outros termos, Amélia julgou que tal acontecimento devesse “ficar documentado e não disperso em jornais. Daí a necessidade de publicar este volume” (BEVILÁQUA, 1930: 6) e a conseqüente classificação do episódio como “inédito”.

²³⁸ Art. 2º - Só podem ser membros efetivos da Academia os **brasileiros** que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecimento mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário. As mesmas condições, menos a de nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes (grifo nosso).

futuramente, se pudesse ter um critério seguro, para aceitar ou rejeitar candidaturas de senhoras

Sobre o assunto falaram os Srs. Constâncio Alves, Augusto de Lima, Silva Ramos, Afonso Celso, Roquette-Pinto, Alberto de Oliveira e Coelho Netto, sendo afinal resolvido, por maioria, que na expressão ‘os brasileiros’ do art. 2.º dos Estatutos só se incluíam indivíduos do sexo masculino.

Votaram contra os Srs. Adelmar Tavares, Luiz Carlos, Afonso Celso, Augusto de Lima, Fernando de Magalhães, João Ribeiro e Laudelino Freire.

O Sr. Félix Pacheco, dado como presente, não havia comparecido, e fez declaração de voto favorável à entrada das senhoras, na Academia Brasileira de Letras.

Amélia Beviláqua (1930) chama a atenção para alguns, dos muitos comentários desagradáveis, como o desferido por Rodrigo Octávio, para quem esta seria “uma consulta saial” (*Idem, Ibidem*: 25), ou como a postura de Gustavo Barroso que, provavelmente, teria endossado a decisão que transparece misoneísmo. Não menos estarrecedora é a dúvida manifestada por Olegário Mariano, que se mostra um acadêmico menos preocupado com a discussão em si do que com a idéia de as mulheres virem a usar fardão. O poeta questiona, em tom de brincadeira: “Que vestimenta arranharemos para ela? O hábito de freira, o quimono japonês?” (*Idem, Ibidem*: 29).²³⁹ Os comentários de Rodrigo Octávio e Olegário Mariano recendem, no mínimo, descaso para com o assunto, que adquire a forma de um chistoso entretenimento.

Félix Pacheco, que não compareceu à sessão, manifestou-se favoravelmente à entrada de mulheres, referindo-se à escritora “com palavras lisonjeiras” (*Idem, Ibidem*: 7).²⁴⁰

²³⁹ À discussão sobre a vestimenta dedicaremos o próximo capítulo. Porém, podemos adiantar que a idéia de um “fardão feminino” já causava estranhamento e despertava a curiosidade dos acadêmicos, desde a criação da ABL.

²⁴⁰ A declaração de voto de Félix Pacheco foi publicada no Jornal do Comércio, em 14 de maio de 1930. O imortal assim se pronuncia: “Ao contrário da notícia publicada, não estive presente na penúltima seção da Academia. Estivera presente, o meu voto fora favorável ao ingresso das mulheres. Entendo que toda restrição nesse sentido é iliberal e ilógica. Contingências naturais de caráter psicológico umas, de ordem moral outras, podem vedar, e vedam ao sexo frágil diversas carreiras; mas nunca ninguém pensou proibir-lhes esta, em que militamos, das letras e da arte. O nosso ofício não existe sem uma constante inspiração de beleza. Como repelir, portanto, a grande causa geradora de nossas obras, o perpétuo motivo de fé do nosso trabalho? (...) Honro-me bastante de ser membro da Academia Piauiense de Letras, a que também pertence a distinta escritora. Os cenáculos estaduais, modelados pelo nosso, andam nesse sentido, muito adiante da Academia”. Até aqui, percebe-se o comedimento de Félix Pacheco, enxergando a mulher como ornamento, definindo-a como sexo frágil. E conclui: “Não tenho a veleidade de criticar o que foi resolvido. A Academia sabe o que faz, e não erra nunca. Eu também não quero errar, e a consciência me diz que erraria se procurasse de qualquer forma impedir que viessem a fazer parte do nosso grêmio escritoras da estirpe de Maria Eugênia, Amélia Beviláqua, Albertina Berta, Anna Amélia, Gilka da Costa, ou Rosalina Coelho Lisboa (...). Por que motivos havemos de seguir tão de perto aos fundadores no desacerto inicial que praticaram? Se o mal é de nascença, razão maior de o corrigirmos. Não é triste que, na primeira turma de quarenta, deixassem de figurar Júlia Lopes e Francisca Júlia? Para que ampliarmos, eternizarmos essa tristeza, insistindo na negativa?” (*Idem, Ibidem*: 59-64).

É visível que o jurista procurou descartar-se da resposta, ridicularizando-o. Não estava na sua feitura de sábio obrigar-se a proclamar direitos a quem não os merece; a indiscrição da pergunta [deve a mulher pertencer à ABL?] o enfastiou (...) Nada sei do que se passa lá fora, do outro lado do Atlântico, terras longínquas, onde nunca irei, e que o querido e ilustre diplomata conhece bem, porque as tem habitado; mas, se volvermos a vista para os nossos Estados, encontraremos em Pernambuco, Edwiges de Sá Pereira, primorosa poetisa e escritora elegante, vice-presidente da Academia de Letras. No Ceará, também é sócia da Academia a romancista Alba Valdez. Eu mesma, desconhecida, vivendo afastada de tudo, pertenço à Academia Piauiense de Letras (*Idem, Ibidem*: 25-27).

Em um breve balanço, Amélia Beviláqua recorre a situações concretas para destacar a existência de “Academias de Letras sem preconceitos antifeministas” (*Idem, Ibidem*: 27), fazendo menção a Edwiges de Sá Pereira²⁴¹ e a Alba Valdez²⁴². Porém, quando fala de si mesma, o que se sobressai é menos o relevo dado à sua admissão pela Academia Piauiense do que a ênfase (que recai sobre sua posição desfavorável) no campo literário, descrevendo-se como uma desconhecida, destituída de trunfos sociais, ausente de redes de favorecimento.

E, quanto à questão “deve a mulher pertencer à Academia Brasileira de Letras?”, a pretendente à vaga complementa aquelas considerações que inauguraram nosso capítulo:

Nada menos apropriado do que a minha entrada neste inquérito. Compete a resposta somente aos que pertencem à congregação dos altos estudos – os sábios. Tenho eu apenas, como brasileira, de agradecer, comovida, aos sócios da Academia que se referem favoravelmente às suas patricias (*Idem, Ibidem*: 18-19).

²⁴¹ Poeta, cronista, crítica e jornalista, Isabel Edwiges de Sá Pereira (1884-1958) nasceu em Barreiros (PE), tendo feito parte, ao lado de Amélia Beviláqua, do jornal *O Lyrrio*.

²⁴² Alba Vaz (1874- 1962) foi poetisa, cronista e professora, e utilizava “Maria Rodrigues Peixe” como nome literário. Nasceu na Vila de São Francisco de Uruburetama (atual Tapajé, no Estado do Ceará). Mudou-se aos 10 anos para Fortaleza, tendo seguido carreira docente e contribuído para jornais e revistas de Ceará e outros estados, dentre os quais estão o *Diário do Ceará*, *A Tribuna*, *A Razão*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Recife*, *Íris*. Em 1904, funda a Liga Feminista Cearense, da qual fora presidente (COELHO, 2002: 29-30).

O término da sessão de 29 de maio de 1930 foi marcado, então, pela aquiescência dos membros quanto à inelegibilidade de Amélia Beviláqua, que concorreria à Cadeira 23²⁴³, vaga ocupada, entre os anos de 1917 e 1930, pelo advogado e jornalista Alfredo Pujol.²⁴⁴ De acordo com os acadêmicos, caso a escritora saísse vitoriosa do pleito, seria necessária a modificação do Regimento Interno da instituição, o que se revelava inconseqüente e impraticável. No entanto, a explicação para o veto à candidatura de Amélia Beviláqua recaía sobre um documento que, anteriormente, já sofrera modificações. Sem esboçarem qualquer pudor, a “firula gramatical” é novamente manejada pelos acadêmicos como justificativa para uma atitude intransigente, para não dizer misógina.

Com isso, seis, das sete candidaturas propostas foram aceitas: Otávio Mangabeira, Viriato Corrêa, Menotti Del Picchia, Alcântara Machado, Artur Mota e Haeckel de Lemos, tendo saído vitorioso o engenheiro e político Otávio Mangabeira, eleito em 25 de setembro de 1930, porém, empossado apenas em 1º de setembro de 1934.²⁴⁵

NOTAS E DOCUMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA			
VAGAS	CANDIDATOS	DATA	VOTOS
55 – Alfredo Pujol	Octavio Mangabeira Viriato Corrêa Menotti del Picchia Alcântara Machado Artur Mota Haeckel de Lemos	25-9-1930	35

Fonte: **Academia Brasileira de Letras**: notas e documentos para a sua história (1896-1940). Rio de Janeiro, 1940, p. 219. Acervo: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

²⁴³ Um adendo que pode ser feito, a título de curiosidade, refere-se ao fato de que a Cadeira em questão, entre os anos de 1961 e 2001, fora ocupada por Jorge Amado, e, logo em seguida, por sua esposa, Zélia Gattai, entre 2001 e 2008.

²⁴⁴ Em artigo, publicado pelo *Jornal do Comércio*, em 29 de junho de 1930, João Cavalcanti considera “um absurdo inexplicável aquela preliminar do dia 29 de maio na Academia Brasileira de Letras. Negar inscrição à mais valiosa de todos os romancistas brasileiros! Amélia de Freitas Beviláqua escreve admiravelmente bem (...) A esposa do grande mestre do direito é um gênio e o mais cativante dos escritores modernos (...) Aceito a tradição religiosa, porque é confortadora do Universo; porém querer que se transforme em dogma a tradição da Academia Brasileira de Letras, não concordo absolutamente (...) Amélia de Freitas Beviláqua é o maior dos romancistas brasileiros. Para os tempos de outrora era José de Alencar; depois surgiram Machado de Assis, Júlia Lopes, Afrânio Peixoto e outros”.

²⁴⁵ A lista contendo os nomes dos escritores que faziam parte da ABL quando da proposta de candidatura por parte de Amélia Beviláqua encontra-se no **Apêndice 1** desta tese (ver **Tabela 2**).

Para Amélia, a impossibilidade de seu ingresso foi “um golpe desferido pelos imortais misogenistas”, pela “maçonaria das letras” que antipatizou com a lembrança de sua candidatura: “violentamente, me afastaram do seu grêmio” (*Idem, Ibidem*: 6-20). Assim, a votação preliminar deixa à mostra que a escritora estava pisando em terrenos hostis, movediços (*Idem, Ibidem*: 18). Em tom de desabafo, Amélia Beviláqua salienta que os acadêmicos

sustentaram, energicamente, as barreiras da tradição. Seleccionaram a raça, a espécie, que será por eles mesmos cultuada, na sua palidez sem relevo... e eu passei a contemplar as coisas mundanas, em seu aspecto exterior e interior, sob uma claridade nova (*Idem, Ibidem*: 13).

Laudelino Freire buscou reavivar a discussão, registrando sua necessidade em virtude do baixo número de imortais quando da sessão do dia 29 de maio, que não chegou a atingir um quórum significativo o bastante para validar a decisão.

Tratando-se de assunto de maior importância, visto que envolve direitos de terceiros, convirá que a Academia pondere de novo sobre a matéria, a fim de que não fique a prevalecer, caso seja realmente errada, a interpretação sumariamente dada ao artigo 2º dos Estatutos, em virtude da qual estarão para sempre fechadas as portas da Academia às escritoras brasileiras (...) Apreciaram-na os grandes mestres de Direito Clóvis Beviláqua e Spencer Vampré, com fundamentos que deixam mal a resolução acadêmica (RABL, 1930).²⁴⁶

Tendo como propósito obter a anulação da decisão, buscando “provar que a violência da preliminar do dia 29 de maio não estava de acordo com os estatutos” e, portanto, viabilizar a candidatura de Amélia, a iniciativa de Laudelino Freire não ultrapassou os frágeis limites da boa intenção (BEVILÁQUA, 1930: 10-11).²⁴⁷

²⁴⁶ Também disponível em: BEVILÁQUA, 1930: 119-120.

²⁴⁷ Segundo Venâncio Filho (2006), o acadêmico Ademar Tavares “entende que a indicação não pode ser aceita, pois corresponde em linguagem jurídica ao que se chama ‘embargos de declaração’, isto é, o acadêmico Laudelino Freire apela da decisão da Academia para a própria Academia, a fim de que esta considere a interpretação por ela dada ao vocábulo ‘brasileiro’. A matéria é adiada” (p. 21).

Penso na vida, relembro a carinhosa discussão na Academia de Letras, provocada pelo Dr. Laudelino Freire. Veio ele plantar, nas ruínas das minhas decepções, a linda flor da esperança, mas as crenças em derrocada desabam, insensivelmente, sob o próprio esforço, que emprego para suste-las. O meu edifício gracioso desaparece, transfigurado nas linhas principais. Nessa suave contingência, luto, em vão, defronte do sacrifício do gentil imortal (...) Como fazia São Praxedes no tempo de Nero, recolhendo os restos dos primeiros mártires cristãos, guardarei religiosamente, as tristes reminiscências da Academia Brasileira de Letras, o muito que têm feito em meu favor os sinceros apreciadores e, por fim, o Dr. Laudelino Freire, suavizando a rudeza de uma lição de mestres, que se julgam sábios” (*Idem, Ibidem*: 16).

João Ribeiro também se manifestou, ao lançar uma inesperada proposta objetivando desatar o nó górdio que então havia se instaurado na agremiação: “abrir mais lugares na Academia para os homens, e três para as senhoras” (*Idem, Ibidem*: 20). Uma concessão que adquire o contorno de prática altruísta, já que contemplaria a “gregos e troianos”, ainda que muito desproporcionalmente. De acordo o imortal, para os homens, mais Cadeiras deveriam ser criadas – nenhuma menção tendo sido feita a respeito do número de novas vagas concedidas –; já para as mulheres, um contingente pré-estabelecido de três Cadeiras soaria como gentileza e cortesia, e a proposta haveria de ser bem-recebida. Por certo que a sugestão de João Ribeiro, que simbolizava um verdadeiro prêmio de consolação para as mulheres, não teve repercussão, tendo-se limitado ao plano das idéias.

Com derrisão, os imortais Constâncio Alves e Silva Ramos revelam uma postura sectária, ao “aprovarem” a presença de escritoras nas Academias. Ambos se dizem favoráveis a tais presenças, mas complementam o comentário com um deboche: contanto que sejam exclusivamente voltadas para as mulheres. Silva Ramos sugere “que as senhoras fundem a sua Academia e deixem em paz o Petit Trianon” (*Idem, Ibidem*: 25) e Constâncio Alves, “a quem certas formas do modernismo aborrecem” (*Idem, Ibidem*: 21), estabelece uma analogia entre a Academia e os conventos como fonte de explicação para sua postura:

A igreja tem seus conventos. Nuns estão os frades, noutros estão as freiras. Ninguém briga pela seleção. É natural. Lá, as religiosas trabalham pela glória de Deus; as nossas escritoras podem também, na sua Academia, trabalhar pela glória das letras (*Idem, Ibidem*: 21).

O acadêmico Humberto de Campos defende que a ABL se mantenha firme em sua decisão e que, caso venha a admitir a candidatura de escritoras, altere o Estatuto, pois voltar atrás indicaria a desmoralização do cenáculo (VENÂNCIO FILHO, 2006: 22).

Contrariamente à conclusão a que Amélia chega, a sua recusa foi, como dito, não um episódio excepcional, mas um posicionamento esperado por parte da ABL. O discurso sexista de Constâncio Alves, que se gabava por também ostentar uma postura misoneísta (vê-se claramente em seu discurso a proposital confusão entre tradição e dogma), buscando no proselitismo da igreja uma referência convincente para justificar a inadequação da presença de escritoras na Academia, tem em grande parte dos imortais um inegável ponto de sustentação, enfim, acolhida e reiteração.

A “maçonaria das letras” e suas “firulas gramaticais” ²⁴⁸

“Tenhamos a prudência e admiremos, como é justo, todas as mulheres de letras, mas não votemos em nenhuma delas”.

Constâncio Alves

Tal como ficou evidente em diversas passagens desta tese, o solo comum de todas as discussões em torno da (im)possibilidade de ingresso de mulheres na ABL foi o Artigo 2.º de seu Estatuto (especificamente o Art. 17 ou 30 do Regimento Interno, que o complementam), ou melhor, a interpretação enviesada que o mesmo facultou. As candidaturas femininas não foram analisadas em função do mérito literário, mas por meio da remissão ao tradicionalismo, tomado como índice explicativo e, no limite, transformado em *dogma*, tal como salientou João Cavalcanti. Nos termos de Clóvis Beviláqua, a interpretação dada ao documento evidenciava que “a palavra brasileiro de que se servem os Estatutos da Academia, no dispositivo referente à composição do grêmio literário compreende, somente, o sexo masculino! A declaração é oficial,

²⁴⁸ Expressão utilizada pela acadêmica e escritora Ana Maria Machado, em entrevista concedida à pesquisadora, para definir os despestes semânticos mobilizados pela ABL, que tinham como intenção a proibição da candidatura de Amélia Beviláqua. A íntegra da entrevista encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese. Portanto, este tópico será dedicado à análise dos bastidores e significados que este pretexto adquiriu, em meio às calorosas discussões que suscitou entre os acadêmicos e juristas.

e, por isso mesmo, conturbante” (*Idem, Ibidem*: 55), investindo o vocábulo de um significado restritivo.²⁴⁹

O desfecho foi pouco feliz, porquanto, em vez de enfrentarem a situação, elegendo-a ou não, preferiram uma solução diplomática, sob a alegação de que os Estatutos faziam referência a “brasileiros” e nessa expressão só estariam compreendidos os homens.²⁵⁰

Solução infelicíssima e primária, porquanto constitui princípio firmado em dispositivos legais e constitucionais que a expressão “brasileiro” compreende os dois sexos. Assim está nas constituições federais. Assim está no código civil. Assim o esclareceria a velha jurisprudência romana (MEIRA, 1990: 301-302).

Clóvis Beviláqua rebate a oblíqua interpretação com ironia, respaldando-se no infalível argumento de que, se assim o é, o dicionário da língua portuguesa, então em processo de elaboração pela própria Academia, certamente indicará que o verbete “brasileiro” se refere apenas aos indivíduos do sexo masculino. O autor do Código Civil sustenta sua observação sublinhando que, tal como estatue o Art. 2.º deste documento, segundo o qual “todo homem é capaz de direitos e obrigações”, as mulheres estão implicitamente representadas, pois, como é de conhecimento de todos, “homem” representa uma categoria genérica.

²⁴⁹ Situação semelhante ocorre, em 1879, na *Royal Academy School*, que declinou acerca da admissão de mulheres com parecer que recaía sobre a interpretação enviesada que o artigo 1.º facultou, segundo o qual apenas seriam aceitos “homens dotados de retidão de moral e de caráter” (SIMIONI, 2004: 72-73). Lembra-nos a autora que “na interpretação do artigo operava-se um uso político da língua na medida em que o termo man tanto poderia ser visto como um representante do universal (incluindo tanto o gênero masculino quanto o feminino), quanto poderia ser tomado em seu sentido restritivo e, de fato, por décadas, foi a segunda postura que prevaleceu” (*Idem, Ibidem*: 73). Como se vê, a apropriação indevida e interessada do vocábulo “brasileiros” tem seus precedentes históricos.

²⁵⁰ Uma manifestação que merece destaque é a de Spencer Vampré, que publica no jornal *A notícia* um artigo intitulado “A palavra ‘brasileiros’ só se refere aos homens: como está sendo julgada a candidatura da senhora Amélia de Freitas Beviláqua em face daquele erro da Academia”. Catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, Vampré inicia o artigo relacionando o veto à candidatura de Amélia Beviláqua à inadmissão de Júlia Lopes, episódios estes envolvendo esposas de acadêmicos: “Repetiu-se o episódio ocorrido há anos com D. Júlia Lopes de Almeida, também, como D. Amélia, esposa de um acadêmico”, e assinala ser muito raro encontrar “na história mental das agremiações literárias, um ponto de vista assim lamentavelmente estreito como este. A cultura literária não tem sexo, e a mentalidade feminina atinge por vezes às culminâncias do pensamento”. E conclui, dizendo ser “profundamente lamentável o gesto da Academia Brasileira de Letras; mas estou certo que voltará atrás, premida pelo clamor dos homens bons, amigos da justiça (...) Isso que fizeram foi uma violência aos textos da lei, e até ao ‘decoro da inteligência’”. *A notícia*, 28 jun. 1930.

Imagem 48 – Noticia publicada no jornal *Folha do Norte*, de Belém, 9 jun. 1930, 1ª página, a propósito da recusa da candidatura de Amélia Beviláqua. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

Em seguida, o jurista se refere ao Art. 69 da Constituição, de acordo com o qual “são cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil”. Para refutar de vez o argumento infundado mobilizado pelos imortais, o “Mestre” continua perseguindo esta mesma linha de raciocínio adotada pela ABL e ressalta, sarcasticamente que, assim sendo, presume-se que, no Brasil, a mulher não possui nacionalidade, tampouco direitos. A conclusão a que chega é a previsível constatação de que a ABL desrespeitou um “preceito elementar da hermenêutica” (BEVILÁQUA, *Ibidem*: 57).

Quando se fala de homem, de modo geral, a expressão abrange os dois sexos (...) Para a Academia, porém, na dicção – brasileiro, o gênero gramatical implica, necessariamente, o sexo. E, como sua autoridade é grande teremos de concluir que, no Brasil, as mulheres não têm nacionalidade, nem direitos (*Idem*, *Ibidem*: 55).

A ABL elege como manobra um surpreendente equívoco, o que nos leva a dizer que a decisão se torna ainda mais inconsistente, por ter sido firmada em bases áridas, e o que é mais

grave, desautorizando a própria instituição. Eis o disparate: a agremiação parece desconhecer aquilo que se apresenta como uma das justificativas para a sua existência: a língua portuguesa.

Conduzia assim a ABL, o debate em torno do acesso feminino à imortalidade literária como uma questão prioritariamente gramatical, insensível aos argumentos enfáticos de Clóvis Beviláqua que invocava a responsabilidade da Academia, enquanto autora do Dicionário da Língua Portuguesa (HOLLANDA, 1992: 77).

No mesmo ano, a poetisa Henriqueta Lisboa²⁵¹ compôs um soneto, tematizando a postura intransigente da Academia Brasileira quanto à velada proibição de ingresso de escritoras:

As cadeiras azuis da Academia
é problema insolúvel da mulher . . .
Acrescentar ao caso uma ironia,
Eis, a meu ver, o que se faz mister.

As reticências, em diplomacia,
são recursos melhores que qualquer,
Eu sei de gente má que malícia
pelo que se disser ou não disser . . .

Vejo-vos, ó poltronas, face a face,
e não posso atingir a honra suprema
enquanto ao meu alcance não descerdes!

Ai de mim se de leve alguém pensasse
que eu, fazendo lembrar um velho tema,
em vez de azuis vos ver, vos visse “verdes”... (*apud* VENÂNCIO
FILHO, 2006: 23)

²⁵¹ Henriqueta Lisboa nasceu em Lambari (MG), em 1904, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1985. Filha do político João Almeida Lisboa, deputado federal e estadual e presidente do Conselho Administrativo de Minas Gerais, viveu em um ambiente familiar que lhe facultou o contato precoce com o mundo das letras. Conforme suas próprias palavras, “não sei precisar o instante em que cessou o divertimento e principiou a gravidade do ofício. É que me surpreendo, ainda hoje, com a graça do jogo, em meio à cogitação sobre os mistérios da vida e da morte” (*apud* COELHO, 2002: 259). Foi ensaísta e uma das grandes vozes da poesia brasileira, autora de mais de trinta volumes de poesia, ensaios críticos, traduções. Tem seus poemas publicados em jornais e revistas do Rio de Janeiro e Minas Gerais (*Diário de Minas*, *O Malho*, *Revista da Semana*, *A Manhã*, *O Jornal* etc). **Enternecimento** (1929) marca sua entrada oficial no campo literário, tendo-lhe rendido o Prêmio Poesia Olavo Bilac, oferecido pela ABL, em 1930. Foi a primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras, em 1963, rompendo um ciclo de candidaturas masculinas.

No poema, Henriqueta ironiza a apropriação “interessada” do Estatuto, ao se referir, de forma cifrada, às discussões em torno do vocábulo “brasileiros”, deixando bem claro na última estrofe se tratar de “um velho tema”. Para tanto, a poetisa estabelece uma analogia com as cores das cadeiras, e mostra que tal alegação, ao invés de eximir os então membros da Academia de sua responsabilidade pelo veto, evidencia a cumplicidade dos mesmos para com o Regimento elaborado quando da fundação da instituição, apoiado na adoção improvisada de um discurso sobremaneira “conveniente”.

Fato é que, desde a sua fundação, a ABL procurou fazer “vistas grossas” para as demandas femininas, rebatendo as solicitações de ingresso de forma inconsistente, por meio de argumentos um tanto improváveis, como foi o caso da mobilização de um “despiste semântico”.

Do que tenho lido no brilhante *Diário da Noite*, os acadêmicos reconhecem que a lei interna da Academia Brasileira de Letras não se opõe à entrada de senhoras nessa douda corporação. Realmente, diante do dispositivo estatutário, ninguém poderá pensar de outro modo. Se os estatutos não proíbem, permitem (BEVILÁQUA, Clóvis. *Ibidem*: 33).

Prova disso é o texto “As mulheres e a Academia”²⁵², escritor por Josué Montello, para quem “a admissão de mulheres na Academia sempre constituiu, desde a origem da instituição, objeto de vivos debates. Pautando-se pelo modelo da Academia Francesa, a Casa de Machado de Assis fechou as portas às escritoras”. (MONTELLO, 1967: 91). Os registros de Montello fazem menção a um diálogo travado entre Ataulfo de Paiva e Roquette-Pinto, suscitado pela proposta de candidatura feita por Amélia Beviláqua. A informal conversa dos acadêmicos exprime muito bem a aura de comicidade que o tema envolvia:

Reaberto o debate com o pedido de inscrição de D. Amélia, o Ministro Ataulfo de Paiva, admirador declarado do belo sexo, logo se mostrou favorável à admissão das mulheres na Academia:

²⁵² O acadêmico Josué Montello (1917-2006) participou da sessão que culminou na aprovação da candidatura de mulheres. O texto em questão integra o volume *Na casa dos quarenta* (1967), cujo título fora uma sugestão de Ademar Tavares, que faleceu antes mesmo de sua publicação, convertendo-se em “padrinho póstumo deste livro” (p. 15).

– Dariam encanto e graça a esta casa de marmanjos – admitiu, lembrando alguns nomes femininos.

E Roquette-Pinto, numa sugestão:

– Eu sou a favor das mulheres na Academia, desde que declarem, no ato de inscrição, que são maiores de quarenta e cinco anos.

Ataulfo abriu os braços, com uma fisionomia desolada:

– Caro colega, onde encontrar uma mulher que tenha a coragem de confessar, por escrito, que tem quarenta e cinco anos de idade? (*Idem, Ibidem*: 91-92).

No entanto, Clóvis Beviláqua alega que, se a ABL tem como propósito exprimir a vida literária do país, e havendo mulheres talentosas, “cujos livros são afirmações apreciáveis da mentalidade brasileira”, a inadmissão das mesmas desautoriza a própria instituição, no que diz respeito à sua função de representatividade, e julga ser perturbador pensar que “as ruínas do misoneísmo ainda possam alicerçar opiniões de elites intelectuais” (*Idem, Ibidem*: 34-35).

Como afirma Odylo Costa, membro da Academia Piauiense de Letras, após mostrar haver debatido o Código Civil Brasileiro com seus pares, “a palavra homem significa todos os indivíduos da espécie humana, parecendo-nos que o vocábulo brasileiro compreende as pessoas de um e outro sexo. É esse o termo dos Estatutos da Academia Piauiense de Letras”.²⁵³ O mais espantoso é a obviedade da questão, segundo Ana Maria Machado, uma “firula gramatical”²⁵⁴, ter rendido tantas discussões.

Os artigos publicados na época nos possibilitam perceber que o “Mestre” advogou em favor de Amélia Beviláqua e que, estando fortemente investido de autoridade para questionar o despiste semântico operado por seus pares acadêmicos – como jurista e membro fundador da ABL –, sua fala adquiriu certa expressividade no campo literário, mas fora insuficiente para promover qualquer alteração regimental. Diante disso, ao ver-se testemunha do desrespeito da agremiação ao que considera um “preceito elementar da hermenêutica”, Clóvis Beviláqua tornou pública a sua ruptura com o “Silogeu maior”, deixando de freqüentar as reuniões após a inadmissão de sua esposa, tal como informa a *Gazeta de Notícias*, de 20 de agosto de 1926. Em

²⁵³ Artigo intitulado “Academia Brasileira de Letras”. *Jornal do Commercio*, 5 jun. 1930. Também disponível em: BEVILÁQUA, 1930: 51.

²⁵⁴ Em entrevista já mencionada. Consultar **Apêndice 2** desta tese.

que pese a decisão do jurista, seu desligamento definitivo não fora possível, pois o título de membro da ABL é vitalício e irrenunciável.

Por suposto, seu afastamento pode ser entendido como fruto de um processo de reavaliação de sua carreira, cujos rumos, acertos e percalços o vinculam diretamente à trajetória de Amélia Beviláqua e, portanto, à parceria que com ela estabelecera.

Nestes termos, a atitude de Clóvis Beviláqua, antes de representar um gesto ferrenho de desaprovação quanto à inelegibilidade feminina, evidencia que as bases de seu posicionamento assentavam-se no companheirismo, de modo que sua decisão exprime uma reação pautada pela dimensão sentimental que emanava de seu vínculo com Amélia. A propósito, o veto à candidatura da escritora exemplifica algo bastante recorrente entre casais de artistas: o fato de que é geralmente a mulher a negligenciada pela crítica e pela historiografia (SIMIONI, 2004: 122). E uma explicação para isso resvala em certa tradição cultural que sobrevaloriza a criação solitária, de sorte que as parcerias são apreendidas como partícipes de uma relação tal que um é mais Importante que o Outro (Chadwick & Courtivron *apud* SIMIONI, *Ibidem*).

Sem contar o fato de que, em suas manifestações, o jurista parecia estar menos empenhado em interceder favoravelmente quanto à presença de mulheres na ABL, tomada como uma causa geral, do que em externar seu descontentamento perante uma recusa específica: a de sua parceira literária e conjugal.²⁵⁵ Até mesmo porque, quando da possibilidade de ingresso de Júlia Lopes, o “Mestre” manteve-se alheio às discussões, não esboçando qualquer envolvimento com a questão da “admissão feminina”.

Outro dado que vai ao encontro de nossa suposição advém da postura conservadora do jurista que, como mostramos anteriormente, ficou incumbido pela elaboração do Código Civil de 1916 que, por sua vez, “reiterava a supremacia masculina”, vindo a definir o marido “como cabeça do casal perante a lei, investido do poder de autorizar ou proibir que ela [a esposa]

²⁵⁵ Francisco Galvão (1937), ao entrevistar Clóvis Beviláqua, faz um comentário que nos transmite esta idéia de parceria e companheirismo que parecem ter marcado a trajetória do casal. A entrevista tem como preâmbulo a apresentação de algumas características do entrevistado, e é entremeada por informações sobre o cenário em que a conversa se desenvolverá, no caso, a própria residência de Clóvis Beviláqua. Possivelmente com o intento de fornecer ao leitor elementos que o possibilitem certa familiarização com o espaço em que vive o acadêmico, Galvão faz referência à Amélia: “a seu lado, a sua companheira de todas as horas, a escritora Amélia de Freitas Beviláqua, de certo um nome credenciado em nossas letras, revê as provas de seu último livro” (p. 84). Vê-se que a escritora é apresentada menos como uma referência literária do que como a companheira inseparável de Clóvis Beviláqua.

seguisse uma carreira profissional” (BESSE, 1999: 11).²⁵⁶ Seguramente, o jurista buscou recobrir esta assimetria valendo-se de eufemismos, o que o levava a salientar que

as razões da hierarquia e das restrições impostas à mulher não deveriam ser atribuídas à inferioridade física e mental, uma vez que homens e mulheres são dotados de capacidade equivalente. O condicionante, assinalava o jurista, era a diversidade das funções que os consortes eram chamados a exercer “junto à sociedade e na família” (MALUF & MOTT, 2006: 379).

Se, para Clóvis Beviláqua, homens e mulheres desempenham papéis distintos na sociedade e na família, temos, assim, indícios de que seu conservadorismo seria suficientemente marcante para que ele viesse a investir acerbamente em favor da presença de escritoras na ABL, a menos que estivesse se tratando de um ingresso específico, o de sua esposa, uma exceção à sua própria maneira de enxergar a hierarquia e as restrições impostas à mulher pelo Código Civil:

O Código Civil de 1916 interpretou o modo como cada um dos cônjuges deveria ser apresentado socialmente. Um conjunto de normas, deveres e obrigações, com seu correlato inibidor e corretivo, foi formalmente estabelecido para reger o vínculo conjugal, a fim de assegurar a ordem familiar. A cada representante da sociedade matrimonial conferiu-se um atributo essencial. Assim, se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica. À figura masculina atribuíam-se papéis, poderes e prerrogativas vistos como superiores aos destinados à mulher. Delineava-se com maior nitidez a oposição entre esferas pública e privada, base necessária para que a mulher se torne mulher e o homem se torne homem, ao mesmo tempo que fornece os elementos de identificação do lugar do homem e da mulher em todos os aspectos da vida humana (*Idem, Ibidem*: 379-380).

Assim sendo, e a despeito dos elogios que recebeu da “tríade dos críticos consagrados” (ELEUTÉRIO, 2005: 175), a saber, Araripe Jr., João Ribeiro e Sílvio Romero, Amélia Beviláqua não encontrou acolhida na ABL. Entretanto, como a própria escritora menciona, recebeu convite

²⁵⁶ Referindo-se às décadas de 1920 e 1930, Susan Besse afirma que “o novo traçado das fronteiras entre os sexos, ainda que cedendo às pressões feministas para a integração das mulheres a esferas anteriormente masculinas e buscando melhorar a qualidade das relações homem-mulher, acabou deixando intacta a domesticidade das mulheres” (1999: 12). Muito embora “intacta” seja uma definição exagerada, nota-se a persistência, eufemizada, das distinções concernentes a cada sexo.

para integrar a Academia Piauiense de Letras, além de ser ter sido homenageada pela “Casa de Juvenal Galeno” (Fortaleza, CE), ao lhe ser atribuído o título de patrona da Cadeira 48 da Ala Feminina.

Sem dúvida, tais demonstrações de respeito e reconhecimento, ainda que a tenham confortado, não foram capazes de arrefecer o sentimento de alijamento e decepção que a proibição de sua candidatura na ABL lhe causara.²⁵⁷

O que então se passou provocou imenso trauma no casal Beviláqua, pessoas puras e sem malícia, de um momento para outro envoltas em um aranzel de comentários e competições desordenadas. E os comentários da imprensa! (MEIRA, 1990: 301).

E, mais uma vez, findas as discussões, o silêncio quanto ao assunto se restabeleceu no cenáculo, mas com aquele velho aspecto de pendência, de algo inconcluso, a pairar sobre o cotidiano dos acadêmicos.²⁵⁸ Tanto que, passados vinte anos, a inadmissão de mulheres na ABL

²⁵⁷ A sensação de alijamento experimentada por Amélia Beviláqua muito a aproxima da condição de *outsider*, conceito desenvolvido por Norbert Elias e John Scotson, para traduzir a posição daqueles indivíduos preteridos de determinado *establishment*, i.e., da “minoría dos melhores”. Nestes termos, o episódio vivido pela escritora, sintetizado nos significados subjacentes à idéia de “auto-indicação”, deixa à mostra sua posição desvantajosa no gradiente de poder cujo topo é ocupado por aquele “grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (2000: 7). A inadmissão de Amélia Beviláqua foi um golpe desferido contra sua auto-percepção, que já se denunciava abalada, haja vista a declarada submissão da escritora (em termos de talento e cacife) em relação àqueles escritores renomados, prestigiados. Ver: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

²⁵⁸ Mas este era um silêncio cínico, já que, ao preferir Amélia Beviláqua de compor seus quadros, a ABL mostrou-se refratária às reivindicações e conquistas femininas que se processavam vigorosamente, desde a primeira década de 1900, e que interferiram sobremaneira nos rumos do movimento feminista brasileiro. Aliás, prova disso é que, praticamente coetânea à proposta de candidatura de Amélia Beviláqua, assistimos à participação de duas mulheres, dentre as quais Bertha Lutz, na confecção do anteprojeto da Constituição de 1934 que consagrou definitivamente o voto feminino: “A Dra. Carlota Pereira de Queiroz, primeira mulher no Corpo Legislativo brasileiro, participou da Assembléia Constituinte, em 1933, como delegada de São Paulo. A Dra. Bertha Lutz foi nomeada, pelo chefe do governo provisório, para representar o movimento feminista organizado, na Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934. Auscultada a opinião feminina, elaborou Bertha Lutz um trabalho, sob a forma de sugestões escritas, única modalidade de colaboração admitida pelo regulamento da Comissão, estruturado pela Subcomissão organizadora. Essas sugestões giravam em torno de 13 princípios fundamentais, ou sejam: racionalização do poder, organização da economia, dignificação do trabalho, nacionalização da saúde, generalização da previdência, socialização da instrução, democratização da justiça, equiparação dos sexos, consagração da liberdade, proscrição da violência, soerguimento da moral, flexibilidade do direito, dinamização da lei”. (SAFIOTTI, 1976: 263). Muito embora tenha sido aprovado em 1932, o voto feminino restringia-se “às mulheres alfabetizadas de mais de vinte e um anos, e depois da imposição do Estado Novo autoritário, em 1937, ninguém votou durante oito anos” (BESSE, 1999:

continuava amparada na interpretação equivocada do Regimento Interno, até que, em 26 de junho de 1951, Osvaldo Orico propõe a modificação do Art. 30 do referido documento, por ser passível de alteração. Sua proposta é promover uma emenda que torne *clara* a elegibilidade feminina.²⁵⁹

Ao sugerir a modificação do Art. 30 do nosso Regimento Interno, no sentido de torná-lo mais humano e liberal, tive em mente não só harmonizá-lo com as imposições de nosso tempo, mas também com a isenção de nossos membros fundadores.

Efetivamente, na forma de nosso estatuto básico, nenhuma reserva oferecem eles à admissão nesta Casa de brasileiros de outro sexo, constituindo até certo ponto uma inovação recente o dispositivo regimental que veda à mulher a faculdade de candidatar-se a uma cadeira na Academia.

(...)

Nessa ordem de considerações, subsiste apenas como um preconceito, como um arcaísmo egoísta do homem o fato de estarem cerradas para as aspirações femininas as portas das Academias do Mundo. Das Academias, digo mal, de certas Academias, porque a dos Goncourt se orgulha e rejubila em possuir em seu seio, como mestre e como guia, a figura marcante de Colette, um dos grandes talentos criadores de nossa época e a da Suécia sempre apelou para que lhe não faltasse a honra de contar entre os seus pares a expressão universal de Selma Lagerloff (RABL, 1951: 9).²⁶⁰

No entanto, além de a votação não ter sido favorável à emenda, uma vez que os acadêmicos julgavam se tratar de uma questão estatutária (por sua vez, impassível de alteração) o ano de 1951 assiste a uma modificação substancial em seu Regimento Interno – frontalmente

10). Em se tratando do movimento sufragista feminino, o escritor Lima Barreto, *persona non grata* entre os acadêmicos, mantinha com estes um ponto em comum: o comportamento misógino. Ver: BARRETO, Lima. “Feminismo e voto feminino (Estudo de Ciência Social)”. **Feiras e mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 267-269.

²⁵⁹ Neste ano, os membros que compunham a Diretoria da ABL eram: Aloísio de Castro, Presidente; Aníbal Freire da Fonseca, Secretário-Geral; Vianna Moog, Primeiro-Secretário; Elmano Cardim, Segundo-Secretário e Gustavo Barroso, Tesoureiro (LACERDA, 2007: 212). Sobre o assunto, ver também HAHNER, 1996: 88-125.

²⁶⁰ Osvaldo Orico prossegue, voltando-se para o caso específico das escritoras brasileiras, impossibilitadas de ingressar ao “Silogeu maior” por uma “barreira iníqua”: “não consigo disfarçar essa tristeza íntima, senhores acadêmicos, quando vejo em nossa sala, distanciada de nossos trabalhos, dele separada por uma barreira iníqua, a figura de Maria Eugênia Celso, dona de tantos méritos para estar conosco, inclusive a tradição de família. Daquela revoada de sonhadoras que vieram depois de Júlia Lopes de Almeida – considerada com justiça a Cadeira n.º 41 da Academia – e que se caracterizou com a geração feminina mais brilhante de nossa poesia, os nomes de Maria Eugênia, Rosalina [Coelho Lisboa], Gilka Machado, Ana Amélia, bem como outros que vieram depois, Carolina Nabuco, Rachel de Queiroz, Henriqueta Lisboa, Cecília Meireles, Lúcia Miguel-Pereira, Dinah Silveira de Queiroz, Lília Ripoli, Lázinha Luiz Carlos Caldas Brito, atestam que não seria uma concessão, mas um ato de justiça que se desse ao artigo 17 o espírito liberal que ele deve ter” (*Idem, Ibidem*: 9-10).

infensa à proposta de Orico –, tornando oficial o que até então era velado: o misogenismo da agremiação.

Vale ressaltar que a proibição ao ingresso feminino já aparecia improvisadamente incorporada ao Regimento de 1927, em tinta vermelha, tal como evidencia a **imagem 49**, sendo que é apenas em 1951 que a “Casa de Machado de Assis” promove a inclusão, no corpo do texto, do aposto “do sexo masculino”, que restringe a própria norma estatutária e oficializa o pendor misógino da entidade: ²⁶¹

Art. 30 – Os membros efetivos serão eleitos, nas condições do art. 2.º dos Estatutos, dentre os brasileiros, **do sexo masculino**, que tenham publicado, em qualquer gênero de literatura, obra de reconhecido mérito, ou, fora desses gêneros, livros de valor literário.

Fonte: Estatutos e Regimento Interno da Academia Brasileira de Letras, 1951 (grifos nossos).

Com isso, o Regimento Interno não faz mais do que formalizar o atrelamento dos critérios de elegibilidade às prerrogativas de gênero, contrapondo-se não apenas à proposta inicial de Osvaldo Orico, mas tornando explícita sua dissonância com relação ao próprio Estatuto.

Ignora o público, e ignoram até muitos acadêmicos, que esse Regimento foi maculado por feia e mesquinha emenda. Esta emenda tornou as cadeiras azuis dessa Casa um privilégio do “sexo masculino”, com isso deturpando as intenções dos fundadores, que aludiram somente a brasileiros em geral com obras publicadas (RABL, jul.-dez.,1970: 5).

²⁶¹ Dentre os acadêmicos que se contrapuseram expressamente à proposta de Osvaldo Orico, o mais eloquente foi Pedro Calmon, para quem o Estatuto da Academia prevê apenas a admissão de escritores do sexo masculino. Peregrino Júnior, Levi Carneiro, Ataulfo de Paiva, Celso Vieira e Rodrigo Octávio endossaram as considerações aventadas por Calmon. Carneiro chega a mencionar que os membros fundadores da ABL tiveram em mente a criação de um ambiente cujo ingresso estaria vetado às pessoas do sexo feminino. O curioso é que não há qualquer alteração nas publicações do Regimento Interno de 1937 e 1940. Apenas em 1951 o aposto restritivo é incluído, como um efeito contrário à proposta de Osvaldo Orico, e reiterado na publicação de 1964.

exigida, far-se ha segundo escrutinio entre os dois mais votados para cada cargo e considerar-se hão eleitos os que obtiverem a maioria relativa.

§ 4.º — No caso de empate em segundo escrutinio, se considerará eleito o Academico mais antigo.

Art. 30.º — Os membros effectivos da Academia serão eleitos dentre os brasileiros, nas condições do art. 2.º dos Estatutos, que se apresentarem candidatos, mediante carta dirigida ao Presidente e entregue na Secretaria, que da mesma passará recibo.

Nessa carta, afim de satisfazer ás exigencias do art. 2.º dos Estatutos, dará o candidato á Academia a lista de suas obras publicadas, remetendo-lhe exemplares, pelo menos, de algumas dellas.

§ 1.º — As eleições serão feitas por escrutinio secreto, com a presença, pelo menos, da maioria absoluta dos Academicos residentes no Rio de Janeiro.

§ 2.º — Os membros da Academia impedidos de comparecer por qualquer motivo, enviarão seus votos de accôrdo com o disposto no § 2.º do art. 29, devendo os residentes fóra do Rio de Janeiro ser avisados com antecedencia pela Secretaria.

§ 3.º — Aos Academicos é prohibido comprometterem o seu voto. Os que se manifestarem, publicamente, pró ou contra candidato já inscripto não poderão tomar parte na votação respectiva.

§ 4.º — Só será considerado eleito o candidato suffragado pela maioria absoluta dos membros da Academia existentes ao tempo da eleição.

§ 5.º — Não havendo, no primeiro escrutinio, a

A expressão "brasileiros" só se applica aos escritores do sexo masculino.

Imagem 49 – Imagem original do Regimento Interno da ABL, de 1927. Ao longo da existência da agremiação, modificações pontuais se processaram no documento, de modo que o Art. 30 passa a corresponder ao Art. 17 nas edições posteriores a 1964. Percebe-se aqui o adendo, em vermelho, que viria a ser incorporado à redação do Regimento, segundo o qual “a expressão ‘brasileiros’ só se applica aos escritores “do sexo masculino”. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL

É, então, possível afirmar que, se, por um lado, as Atas, os Anuários, as Efemérides são as principais fontes de informação acerca da Academia, por outro, a ausência de registros a respeito da indicação do nome de Júlia Lopes como membro fundadora, e mesmo da proposta de candidatura encaminhada por Amélia Beviláqua revela que suas fendas e lacunas ratificam a parcialidade e a limitação de que são portadoras, especialmente ao promoverem um intencional processo de obscurecimento (oriundo de manobras regimentais as mais arbitrárias) de nomes femininos como os aqui destacados, a ponto de promoverem sua “exclusão, peremptória, da memória e, por conseguinte, da própria história” (Cf. SIMINONI, 2004: IV; PERROT, 1995).

Iniciaremos o capítulo seguinte tratando de outro interregno – que é o período que se estende de 1951 a 1976, em que a discussão sobre a (in)elegibilidade feminina é poucas vezes mencionada pelos acadêmicos, quase caindo no esquecimento – não fosse novamente a iniciativa de Osvaldo Orico e a persistência de Dinah Silveira de Queiroz, tal como mostraremos. Em seguida, neste mesmo capítulo, procederemos a outra investigação, cujo ponto de partida é o ano de 1976, momento em que a candidatura feminina novamente é colocada em pauta, resultando, desta vez, em sua aprovação, exatamente a um ano da eleição da primeira acadêmica: Rachel de Queiroz. A última parte do capítulo debruça-se sobre a identificação das circunstâncias de ingresso das seis escritoras que até então se sagraram imortais, que é quando perscrutaremos as singularidades de cada uma das eleições, os vínculos que estabeleceram com os acadêmicos antes de seu ingresso, o funcionamento da política de indicações, enfim, as facetas mais recônditas destas tão visíveis presenças.

Capítulo 4

“As eleitas”: trajetórias plurais, experiências convergentes

As mulheres na Academia: a um passo da aprovação da elegibilidade feminina

“Não será uma mulher a ingressar na ABL, mas sim um escritor do sexo feminino”.

Austregésilo de Athayde

Para os propósitos de nossa tese, os anos de 1976 e 1977 são considerados grandes divisores de água. Vamos a alguns pormenores: prestes a se tornar octogenária, a ABL foi palco de transformações significativas, cujas entronizações podem ser analisadas primeiramente, a partir da aprovação da elegibilidade feminina, ocorrida em 1976, portanto, 79 anos após a sua criação e, logo em seguida, em 1977, quando Rachel de Queiroz é eleita, inaugurando a presença feminina na entidade.²⁶²

Tendo isto em vista, dentre os acontecimentos que merecem especial destaque em nossa análise estão duas sessões, realizadas em setembro e outubro de 1976, que tiveram como resultado a abertura da agremiação para o ingresso feminino. O terreno estava, assim, preparado para oficializar a candidatura da primeira proponente. Buscaremos, a partir de agora, iluminar os motivos e as implicações destas modificações no cotidiano da ABL, tendo em vista as circunstâncias de ingresso de cada uma das seis eleitas até então.

Para tanto, inauguraremos esta seção mencionando a crônica “As mulheres na Academia”²⁶³, de autoria de Josué Montello. Não fortuitamente, nós a elegemos, porque sua publicação aconteceu a um mês da primeira sessão a que nos referimos, e que será analisada no próximo item desta tese. Com teor semelhante ao texto que o autor publicara, em 1967, o tom inicial desta crônica exprime certa ironia e comicidade, suscitadas por um episódio vivido pelo acadêmico, ao ver-se interpelado por uma jornalista acerca da ausência de escritoras na ABL:

²⁶² Para fins analíticos, tomaremos como parâmetro o ano em que cada escritora foi “eleita”, lembrando que ele nem sempre coincide com o momento em que se realiza a cerimônia de posse.

²⁶³ *Jornal do Brasil*, 5 de agosto de 1976. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

Uma jovem jornalista de São Paulo procurou-me na Academia Brasileira querendo ouvir-me sobre a entrada das mulheres naquela instituição. Repliquei-lhe que as mulheres entram na Academia sempre que têm esse propósito: a prova é que ela estava ali, no salão da biblioteca falando comigo...

Mas não era bem isso que ela desejava ouvir de mim. Sua curiosidade tinha outra intenção. Mulher e jornalista, queria saber por que a Academia, com tantas escritoras ilustres aqui fora, ainda não pôs lá dentro alguém que as representasse

O acadêmico reconhece o pendor misógino de seus antecessores e salienta que, 14 anos antes da fundação da ABL, foi criado no Rio de Janeiro o Club Beethoven, com o intuito de “cultivar a música vocal e instrumental”, tendo Machado de Assis como um de seus diretores, como já mencionado no **Capítulo 1**. De acordo com Montello, o Estatuto da sociedade faz transparecer sua compleição conservadora.

Em quatro concertos quinzenais e nas *matinéés* dadas no salão do Clube, poderão ser admitidas as famílias dos sócios, entrando por uma porta especial independente do Clube (...) Pela palavra família estendem-se as senhoras que moram debaixo do mesmo teto, as quais serão admitidas por cartões especiais.

Montello, ao estabelecer tal analogia, evidencia se tratar de agremiações congêneres, em que à ABL, coube seguir os passos trilhados por seus precursores. Por suposto, esta afirmação acaba por eximir de responsabilidade os legatários das Cadeiras, apresentando-os como passivos herdeiros de um lastro que, como se sabe, não representava uma fonte intocável, irrevogável. Aliás, como vimos, os acadêmicos assumem para si o que se afigura como um “inviolável testamento”, contudo, tal discurso apenas se sustenta (ou é por eles mobilizado) circunstancialmente, a exemplo do que ocorreu com Júlia Lopes de Almeida, ao ter seu nome arbitrariamente excluído da relação final de membros fundadores. O pretexto para justificar tal recusa recaiu justamente sobre a observância aos critérios de seleção que viriam a ser adotados pela ABL, “fidedignamente” inspirados nos Estatutos da Académie Française de Lettres. Voltando à crônica, o autor também salienta a presença periférica das mulheres nos eventos sociais: não lhes sendo permitida a participação nas agremiações, suas possibilidades de atuação

estavam reduzidas – mesmo que nem sempre explicitamente – à condição de “favor especial, com ares mesmo de atenção clandestina”.

Tendo em vista que a força da tradição se esvai devagar, segundo palavras do próprio Montello, duas sessões, ocorridas em 1976 – como dissemos, uma no mês de setembro e a outra em outubro –, conduziram a agremiação a modificações definitivas (embora, em termos práticos, muito pouco sentidas), cujas circunstâncias e reverberações merecem ser enfatizadas. Para tanto, buscaremos, no item a seguir, responder a alguns questionamentos, dentre os quais: havia alguma relação entre as sessões mencionadas e a proposta de candidatura encaminhada por Rachel de Queiroz? Em quais circunstâncias a escritora em questão fora eleita? Perseguir tais interrogações subentende o descarte de respostas óbvias, conduzindo-nos a pensar na densidade deste momento e no que ele encoberta (exemplo disso é que, além da malograda experiência de Amélia Beviláqua, a entidade assistiu a outra tentativa frustrada de candidatura, em 1970, desta vez, protagonizada por Dinah Silveira de Queiroz).²⁶⁴

Para responder a tais indagações, é fundamental iniciarmos a investigação com uma reconstrução do percurso literário de ambas as escritoras – Dinah Silveira de Queiroz e Rachel de Queiroz –, bem como do cenário que assistiu às aproximações (e investidas) de cada uma com a ABL. Outro ponto deve ser investigado: tanto a aprovação da elegibilidade feminina, como o ingresso de Rachel de Queiroz representariam emanações de uma concreta modificação no perfil tradicionalista e misógino da Casa de Machado de Assis?²⁶⁵

²⁶⁴ No **Capítulo 3**, mostramos ter sido Amélia Beviláqua a primeira escritora a propor candidatura à ABL, ao que a agremiação respondeu negativamente. A autora de **A muralha**, antes de ser eleita, propôs sua candidatura por duas vezes – a primeira delas, em 1970, que encontrou no Regimento Interno uma barreira intransponível, e a segunda, em 1979 que, embora oficializada, não lhe assegurou a vitória. Portanto, Dinah Silveira de Queiroz tem sua proposta aceita apenas uma década depois de sua primeira tentativa, ocasião em que consegue, enfim, sagrar-se “imortal”, tal como veremos ao longo deste capítulo. Por isso, a intenção de candidatura de Dinah Silveira de Queiroz, tornada pública em 1970, representa uma segunda tentativa frustrada de participação feminina na Casa de Machado de Assis.

²⁶⁵ Anunciado este cenário, bem como algumas das questões que nos orientarão, devemos perquirir acerca dos motivos pelos quais Dinah Silveira de Queiroz encontrou tantas barreiras para ingressar na ABL. Do mesmo modo, descortinaremos o conjunto de circunstâncias que fizeram de Rachel de Queiroz a “primeira da fila”.

“Entre parentes”: As tentativas de Dinah e a sagração de Rachel

Louvo o Padre, louvo o Filho, o Espírito Santo louvo. Louvo Rachel, minha amiga, nata e flor do nosso povo. Ninguém tão Brasil quanto ela, pois que, com ser do Ceará, tem de todos os Estados, do Rio Grande ao Pará. Tão Brasil: quero dizer Brasil de toda maneira - brasílica, brasiliense, brasiliana, brasileira. Louvo o Padre, louvo o Filho, o Espírito Santo louvo. Louvo Rachel e, louvada uma vez, louvo-a de novo. Louvo a sua inteligência, e louvo o seu coração. Qual maior?

Sinceramente, meus amigos, não sei não. Louvo os seus olhos bonitos, louvo a sua simpatia. Louvo a sua voz nortista, louvo o seu amor de tia. Louvo o Padre, louvo o Filho, o Espírito Santo louvo. Louvo Rachel, duas vezes louvada, e louvo-a de novo. Louvo o seu romance: "O Quinze" e os outros três; louvo "As Três Marias" especialmente, mais minhas que de vocês. Louvo a cronista gostosa. Louvo o seu teatro: "Lampião" e a nossa "Beata Maria". Mas chega de louvação, porque, por mais que a louvemos, nunca a louvaremos bem. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém.²⁶⁶

O poeta e acadêmico Manuel Bandeira²⁶⁷, ao escrever o “Louvado para Rachel de Queiroz”, em virtude do cinquentenário da escritora, responde, encomiasticamente, à indagação que buscaremos investigar ao longo desta seção: por que Rachel de Queiroz foi a primeira escritora a integrar a ABL? As apreciações de Bandeira anunciam a canonização (literal!) da escritora e, por conseguinte, declaram sua presença ilustre no panteão literário brasileiro. Com isso, o poeta, que fazia parte dos quadros da ABL já há duas décadas, mais do que atribuir à Rachel de Queiroz um lugar diferenciado em nossas letras, lança mão de recursos, tais como a exposição pública de suas características “sobre-humanas”, ladeadas pelas referências ao que a escritora teria de mais atávico, e arquiteta a sua entronização, preenchendo de sentido o título escolhido para a homenagem: um “louvado”. Esta ovação, de certa forma, se traduz como um curioso prenúncio, que viria a se concretizar com a transformação de Rachel de Queiroz em “imortal”.

Sem dúvida, quando da publicação do “Louvado”, Rachel de Queiroz já fruía, há quase três décadas, os efeitos de consagração oriundos de sua atuação no campo literário brasileiro. Porém, a inserção da autora de **O quinze** neste espaço de constrições e disputas foi corolário da

²⁶⁶ Texto de Manoel Bandeira, intitulado “Louvado para Rachel de Queiroz”, publicado na *Folha de São Paulo*, em 18 de novembro de 1960. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL. Também em: QUEIROZ, 1977: 237.

²⁶⁷ Manuel Bandeira (1886-1968) foi o terceiro ocupante da Cadeira 24 da ABL, tendo sido eleito em 29 de agosto de 1940.

conjugação de elementos pessoais e sociais que, além de um inegável reconhecimento profissional, investiu-lhe de condições sem as quais sua admissão na Casa de Machado de Assis não teria sido possível.

Aliás, não há biografia sobre Rachel de Queiroz que deixe de enfatizar o fato de ter sido ela a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras. Porém, quais vantagens pessoais e sociais asseguraram à escritora uma Cadeira no “Silogeu maior”, confirmando o cifrado vaticínio do acadêmico Manuel Bandeira?

Em retrospecto, cabe sublinhar que à modificação do Regimento Interno, em 1951 (e, como dito, reiterado na publicação de 1964), novo período de arrefecimento transcorre, sendo apenas rompido em 1970, portanto, alguns anos antes do ingresso de Rachel de Queiroz. Desta vez, e para surpresa de muitos, o ressurgimento da discussão acerca da (in)elegibilidade feminina aparece atrelado à proposta de candidatura encaminhada por Dinah Silveira de Queiroz, a primeira escritora a ser agraciada com o Prêmio Machado de Assis, em 1954.

Como é notório, a ilustre Dinah Silveira de Queiroz, detentora do Prêmio Machado de Assis, autora de notável obra literária, traduzida para o francês, o espanhol e outras línguas, honrou a Academia Brasileira com uma carta em que pede a sua inscrição como candidata. Assim procedeu na suposição de que o Regimento da Academia ainda era o mesmo que vigorou por ocasião de sua fundação, nos tempos de Machado de Assis, de Joaquim Nabuco, de Sílvio Romero, de José Veríssimo, de Carlos de Laet, de Rui Barbosa e de tantos outros homens eminentes.

Ignora o público e o ignoram até muitos senhores acadêmicos que esse Regimento foi maculado por feia e mesquinha emenda, constante de exemplar impresso, mas não distribuído aos novos acadêmicos, junto com o diploma e a espada, por ocasião de suas posses. Essa emenda tornou as cadeiras azuis desta casa um privilégio do “sexo masculino”, com isso deturpando as intenções dos fundadores, que aludiram somente a brasileiros, em geral, com obras publicadas.

268

²⁶⁸ Texto apresentado na sessão de 2 de julho de 1970, e assinado por Raimundo Magalhães Júnior, Joracy Camargo, Peregrino Júnior, Jorge Amado e José Américo de Almeida.

Podemos perceber claramente as clivagens e divergências internas que o assunto sempre suscitou, bem como a insistência com que, tanto os favoráveis, quanto os avessos ao ingresso de mulheres remontam às origens da ABL como manancial explicativo para seus posicionamentos atuais. No entanto, diferente do que o texto acima sustenta, o período de criação da entidade caracterizou-se especialmente, como mostramos, pela proibição tácita do ingresso de mulheres, o que invalidaria, de saída, o argumento segundo o qual a “emenda mesquinha” no Regimento Interno tenha representado a deturpação das intenções dos fundadores da agremiação. Há aí muito mais continuísmo do que dissonância: a modificação regimental (a incorporação do aposto restritivo “do sexo masculino”), encetada em 1951, nada mais representou do que a oficialização de um pendor, digamos “congenito”: a “Casa de Machado de Assis” mostrou-se, desde sempre, terminantemente avessa ao ingresso feminino. A diferença está no fato de que, à época de sua criação, a agremiação dispensava qualquer sanção que atestasse seu caráter misógino, tão somente porque se tratava de uma postura tacitamente compartilhada pela grande maioria de seus membros fundadores.

Se, a cada interpretação do Art. 17 (ou do Art. 30, nas edições do Regimento anteriores a 1964), uma versão implementa o impasse em torno da questão, o ponto de convergência está, justamente, na ausência de precisão e objetividade para seu devido tratamento, enfim, no ramerrão teórico que, antes de conduzir à obtenção de definições, atualiza o lugar-comum em que se inscrevem as evasivas argumentações. Repletos de senões, os pareceres dos acadêmicos transformam a “questão da elegibilidade feminina” em um imbróglio, em uma sinuosa e complexa “incógnita”, cujo tratamento é meramente protocolar.

Sentenciada pelo então Presidente Austregésilo de Athayde²⁶⁹, na sessão de 2 de julho de 1970, a proposta de candidatura de Dinah Silveira de Queiroz encontrou reforço na iniciativa de Osvaldo Orico, que enxergou na ocasião uma adequada oportunidade para reavivar sua antiga proposta, dirigida à ABL em 1951, na qual solicitava a modificação do Regimento Interno, de modo a subtrair o aposto restritivo. Tais foram as considerações do proponente:

²⁶⁹ Em 1970, além do Presidente Austregésilo de Athayde, integravam a Diretoria da ABL os seguintes acadêmicos: Marques Rabelo, Secretário-Geral; Adonias Filho, Primeiro-Secretário; Joracy Camargo, Segundo-Secretário; Aníbal Freire da Fonseca, Tesoureiro.

Considerando que o Art. 17 do Regimento Interno da Academia entra em conflito com o disposto no Art. 2º dos Estatutos da Academia, que não discrimina sexos para os “brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros da literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou fora desses gêneros, livro de valor literário, considerando que à luz de nossas constituições políticas, não existe discriminação no emprego e uso da palavra “brasileira”. Considerando que caducou o preconceito de só elegerem para instituições como esta cidadãos do sexo masculino, como discrimina, contra os nossos Estatutos, o Art. 17 do Regimento Interno, e que instituições congêneres, como a Academia Paulista, a Academia Mineira e várias outras existentes no país, já contam com a presença das mulheres nos seus quadros. Considerando que a Academia das Ciências de Lisboa já contou entre seus membros um valor feminino do porte de Carolina Michaëlis. Considerando, finalmente, que constitui um privilégio injusto e odioso para os homens que sejam excluídos de participarem dos quadros da Academia elementos femininos do maior e mais destacado relevo nas letras nacionais; proponho que seja alterada para esta, em consonância com os nossos Estatutos, a redação do Art. 17 do Regimento Interno desta Casa, que interpretou de maneira errônea e inconstitucional do Art. 2º dos referidos Estatutos: Art. 17 – Os membros efetivos serão eleitos, nas condições do Art. 2.º dos Estatutos, dentre os brasileiros do sexo masculino ou feminino, que tenham publicado, em qualquer gênero de literatura, obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livros de indiscutível valor literário. As mesmas condições, menos a nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes. Sala das sessões da Academia Brasileira de Letras, em 2 de julho de 1970 (RABL, jul.-dez., 1970: 9-10).

Novamente, a proposta de Osvaldo Orico não suscitou discussões. Assemelhando-se a uma decisão corriqueira (embora episódica) e sem grande relevância, o presidente Athayde recorre ao tão controverso Art. 17 do Regimento de 1964, e nega o pedido de candidatura encaminhado pela escritora, que objetivava concorrer à Cadeira 17, na vaga deixada pelo acadêmico Álvaro Lins.

Considerando que, como é notório, a ilustre escritora Dinah Silveira de Queiroz honrou a Academia com uma carta em que pede a sua inscrição como candidata. Assim procedeu na suposição de que o Regimento da Academia ainda era o mesmo que vigorava por ocasião de sua fundação, nos tempos de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, José Veríssimo, Carlos Laet, Rui Barbosa e de tantos outros.

Aqui, mais uma vez, a alusão às origens da agremiação compõe o discurso acadêmico, apreendida como um contraponto à atual compleição da entidade. O período acima atesta também

que, para o Presidente Athayde, a proposta enviada por Dinah Silveira de Queiroz é fruto do desconhecimento, por parte da escritora, da existência de uma barreira documental impossibilitado o ingresso de mulheres. Contudo, é pouco provável que Dinah Silveira não estivesse ciente deste óbice, e muito possível que sua investida buscasse justamente confrontá-lo e dirimi-lo.

Portanto, ao recorrer a um argumento como este, Athayde “sai pela tangente”, ancorando-se no improcedente, uma vez que a diferença apontada em seu discurso nunca existiu *de fato*. Basta lembrarmos, mais uma vez, da indicação de Júlia Lopes de Almeida como membro fundadora e de seus desdobramentos, para logo invalidarmos tal justificativa.

De todo modo, Dinah Silveira de Queiroz dispunha de alguns trunfos sociais que poderiam ter-lhe garantido o ingresso na ABL, em sua primeira tentativa. Sem dúvida, a própria escritora considerava tais “vantagens” suficientemente fortes, a ponto de terem-na encorajado a propor sua candidatura antes mesmo da alteração no Regimento Interno e, muito provavelmente, imaginar-se sair vitoriosa do pleito. Por esse motivo, o percurso pessoal e social de Dinah Silveira nos possibilita identificar quais diferenciais a escritora acumulou, que lhe despertaram o interesse de integrar a ABL, bem como as possíveis explicações para o malogro de sua primeira tentativa.

Oriunda de “família tradicional paulista, de escritores e intelectuais renomados, [Dinah] era filha de Alarico Silveira, advogado e homem público, que exerceu altos cargos, como o de Ministro do Tribunal de Contas” (COELHO, 2002: 159).²⁷⁰ Além disso, casou-se duas vezes, com figuras notáveis, política e socialmente. Aos 19 anos, com Narcélio de Queiroz, primo de Rachel de Queiroz – daí o mencionado parentesco que Dinah mantém com a escritora – que possuía inegável capital social. Narcélio atuava como secretário do Presidente Washington Luís, tendo assumido, posteriormente, o cargo de Desembargador.²⁷¹ À época da primeira proposta de candidatura à ABL, Dinah vivia seu segundo matrimônio, com o diplomata Dário Moreira de

²⁷⁰ Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982) nasceu em São Paulo Seu pai, Alarico Silveira, advogado e homem público, exerceu o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, além de ter sido o autor de uma Enciclopédia brasileira; sua mãe, Dinorah, faleceu precocemente, quando contava com pouco mais de vinte anos, deixando órfãs a escritora e a irmã Helena. Por conta disso, as filhas ficaram aos cuidados dos parentes, período em que Dinah pôde experimentar a vida longe da cidade, já que passava longas temporadas na fazenda em São José do Rio Pardo. Seus estudos se deram no Colégio Les Oiseaux, em São Paulo no qual, com a irmã Helena, colaborou assiduamente no Livro de Ouro, o que lhe rendera um troféu literário (COELHO, 2002: 159-160). Ver também: <http://www.academia.org.br>

²⁷¹ Em 1961, e após 31 anos de casados, Dinah enviúva de Narcélio, com quem teve duas filhas, Léa e Zelinda. Casou-se, em 1962, com Dário Moreira de Castro Alves.

Castro Alves, que chegou a atuar como Embaixador do Brasil em Portugal. No entanto, as influências que poderiam emanar da carreira diplomática – e de fato, o Itamarati envolveu-se nesta “batalha” travada por Dinah com a ABL – foram insuficientes a ponto de impedirem ou reverterem a decisão declinatória da agremiação, quanto à sua intenção de vir a disputar uma vaga.²⁷²

Ao lado das vantagens que seu círculo familiar lhe assegurou, Dinah Silveira desfrutava de uma carreira já consolidada nas letras brasileiras, tendo obtido importantes lauréis, como, por exemplo, o Prêmio Antônio de Alcântara Machado, em 1940, pela Academia Paulista de Letras; além de duas respeitáveis distinções, pela ABL, quais sejam o Prêmio Afonso Arinos, em 1950, e o já mencionado Prêmio Machado de Assis, em 54, pelo conjunto da obra. A propósito, a fotografia a seguir (**imagem 50**)²⁷³, datada exatamente desse período, parece flagrar Dinah Silveira de Queiroz durante um momento de pausa na leitura, tal como sugere o livro aberto em suas mãos. Tal registro visual é uma espécie de testemunho da intensa ligação que a escritora mantinha com o universo das letras, com o seu ofício, merecendo destaque o modo como os livros estão nele dispostos: mais do que pano de fundo, eles compõem também o primeiro plano da fotografia, e o fato de estarem não apenas empilhados, como arranjados à frente de Dinah Silveira, chegando mesmo a recobrir parte de sua imagem, transmitem a sensação de a escritora estar neles “imersa”.

²⁷² Segundo nos informou a Sra. Carmen, que integra a equipe de funcionários da ABL há 43 anos, e que acompanhou de perto este episódio, o Itamarati tomou partido na questão da elegibilidade feminina, tendo-se manifestado favorável à candidatura da escritora, muito embora tal iniciativa não tenha assegurado qualquer modificação no Regimento Interno da instituição. De todo modo, não será possível avançar nestas considerações – sobre o real grau de envolvimento do Itamarati com esta questão e sobre os pareceres encaminhados à ABL (se realmente existiram) –, uma vez que nada encontramos a este respeito nos levantamentos feitos no acervo da agremiação.

²⁷³ As fotografias podem tanto ser tomadas como “fontes factuais”, i.e., como meras ilustrações do discurso sociológico, ou como referência de conhecimento, oferecendo ao pesquisador elementos que complementem ou reforcem o conteúdo das fontes teóricas, que revelem novas perspectivas de análise, ocultas ou mesmo ausentes dos mananciais tradicionalmente compulsados (MARTINS, 2008: 10). Em outros termos, é possível dizer que “a imagem comunica”, sendo ela “ao mesmo tempo evidência e construção (do fotógrafo) e evidência da construção (fotografado)” (*Idem, Ibidem*: 15).

Imagem 50 – Dinah Silveira de Queiroz, década de 1950. Fonte: **110 anos da Academia Brasileira de Letras**, 2007: 253.

Por certo que estas expressivas premiações, bem como o suposto empenho do Itamarati eram grandes aliados de Dinah Silveira, e lhe conferiram certo conforto e segurança para que viesse a pleitear seu ingresso na Casa de Machado de Assis. Assim, os dois prêmios que obteve pela ABL, um deles pelo conjunto da obra, pareciam sinalizar o interesse da agremiação em recebê-la como membro, tendo ficado claro para a escritora o reconhecimento literário que desfrutava entre os acadêmicos, i.e., sua conformidade em relação ao critério seletivo basilar para o ingresso na instituição, a saber, o mérito literário. Isto tudo nos leva a arriscar que a escritora esperasse não encontrar na ABL qualquer restrição à sua candidatura, muito embora, para sua surpresa, viu sua intenção esfumar-se.

Ainda que a negativa da ABL, sacramentada por Austregésilo de Athayde, muito pouco se assemelhe à malograda experiência vivida por Amélia Beviláqua, estamos diante da segunda proposta formal de candidatura, agora mais impactante: e isso porque, além de Dinah Silveira ter podido contar com o apoio de aliados externos à agremiação, sua proposta ocorre em um momento de grande efervescência no concernente às produções teóricas feministas. Se bem que o

insucesso de sua investida acaba por revelar as “sutilezas do preconceito” contra a mulher (SAFFIOTI, 1976: 281) e certo acanhamento do feminismo brasileiro (SIMIONI, 2004: 68).²⁷⁴

No caso de Amélia Beviláqua, seu principal aliado era o próprio marido, o jurista Clóvis Beviláqua, acadêmico que, como mostramos, gozava da posição de membro fundador da agremiação e que, em virtude da reação declinatória de seus pares diante da proposta de Amélia, indispôs-se com o cenáculo. Após a publicação de artigos em que rebate a “firula gramatical” manejada pela ABL como argumento ao veto de sua esposa, o jurista não encontra outro caminho possível, senão romper definitivamente com a agremiação.

Enquanto Amélia partilhou sua amargura com alguns de seus pares, chegando a publicar uma obra, com o fito de projetar as contendas que marcaram o veto à sua intenção de candidatura (e assim, impedir que o episódio caísse no esquecimento), tornando conhecidos os nomes, tanto daqueles que encamparam tal arbitrariedade, como dos que a apoiaram, os desdobramentos da inadmissão da candidatura de Dinah Silveira foram sentidos nacionalmente, e com certa repercussão. Tanto que a notícia “Dinah: o fim de uma discriminação”, publicada no *Correio Brasiliense*, em 5 de agosto de 1977, um dia após a eleição de Rachel de Queiroz, deixa evidente o empenho da escritora, ao revelar que “nos últimos sete anos, [Dinah Silveira] liderou a batalha definitiva para o ingresso de mulheres na Academia”.²⁷⁵ Dividindo a página com esta notícia, e em destaque, está o anúncio do ingresso da escritora Rachel de Queiroz, em que a ênfase recai sobre a quebra de um tabu de 80 anos.²⁷⁶

²⁷⁴ Sobre o feminismo no Brasil ver HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, v.2, 1999, pp. 183-221.

²⁷⁵ Lygia Fagundes Telles se refere à Dinah Silveira de Queiroz como “uma das pioneiras no trabalho persistente de quebrar o antiquíssimo tabu do ingresso da mulher na Academia Brasileira de Letras” (TELLES, 1997: 59). Da mesma forma, Antônio Olinto considera que “apesar de seu romantismo – ou por causa dele – Dinah Silveira de Queiroz foi eminentemente combativa – e a presença da mulher na Academia Brasileira de Letras é resultado dessa combatividade” (OLINTO, 1999: 49).

²⁷⁶ Filha de Daniel de Queiroz, juiz de Direito e professor, e de Clotilde Franklin de Queiroz, Rachel descende, pelo lado materno, da família Alencar, tendo como ilustre parente o autor de **O Guarani** (sua bisavó materna, “dona Miliquinha” — era prima José de Alencar). Pelo lado paterno, é descendente dos Queiroz, família tradicional de Quixadá e Beberibe. Nascida em Fortaleza (CE), em 17 de novembro de 1910, Rachel de Queiroz se muda com a família, aos sete anos, para o Rio de Janeiro, em decorrência da periclitante situação ocasionada pela seca, em 1915. Transcorridos dois anos, fixam residência em Belém (PA), mas retornam a Fortaleza, em 1919. É, portanto, em sua terra natal que a escritora começará a freqüentar a escola, e onde concluirá o curso normal. Aos quinze anos, Rachel de Queiroz obtém, pelo Colégio Imaculada Conceição, o diploma de professora, passaporte inicial para seu ingresso no magistério. Sob duas fontes de influência a formação de Rachel de Queiroz se arquiteta: uma, oriunda do contato com as agruras do sertão, que lhe rende material abundante para a confecção de seu romance de estréia, *O quinze*, e a outra, relacionada aos incentivos culturais que o ambiente familiar lhe proporcionara. Como relata a própria escritora: “eu nasci em uma casa de intelectuais, onde todo mundo lia muito. E por isso, naturalmente, eu comecei a ler também (...) Quando comecei a escrever em jornal, aos 16 anos de idade, eu já tinha uma enorme familiaridade

Contudo, não parecemos estar diante do “fim de uma discriminação”, justamente porque o ingresso de Rachel de Queiroz se nos afigura como uma espécie de casuísmo, tal como veremos adiante. Tratava-se menos de aprovar a elegibilidade feminina do que de criar condições favoráveis para a viabilização de um ingresso específico. Quanto a isso, Ana Maria Machado faz uma importante observação:

(...) a mesma composição da Academia, que num determinado momento recusou a insistência da Dinah para entrar, se abriu para Rachel em seguida, porque a Rachel era amiga dos governos militares e havia uma relação com a política. Isso não diminui nem um pouquinho o valor da Rachel, ou o merecimento da Rachel, mas dá uma idéia de circunstâncias.²⁷⁷

Assim, se a composição acadêmica que vetou Dinah Silveira foi a mesma que assegurou o ingresso de Rachel, pode-se supor que as discussões em torno da modificação do Regimento Interno foram dirigidas e interessadas, e que tinham em mente o acolhimento exclusivo de Rachel

com esse universo da literatura (...) Em casa todo mundo lia e opinava; eu não era uma exceção que por acaso tinha brotado no jardim” (*apud* DE FRANCESCHI, 2002: 22). Ainda muito jovem, aos 16 anos, Rachel de Queiroz estreita vínculos com o jornal *O Ceará*, para o qual passa a escrever crônicas, utilizando o pseudônimo “Rita de Queluz”. As contribuições facultam-lhe, pouco depois, a eminente posição de redatora efetiva. Passados três anos, em 1930, Rachel de Queiroz então publica **O quinze**, cuja repercussão fora estrondosa, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro - tendo sido contemplada com o Prêmio Graça Aranha, um ano depois -, ocasião em que se muda para Guanabara, onde reside inicialmente na Ilha do Governador. A partir daí, sua colaboração para os jornais se expande e intensifica. Torna-se colaboradora de jornais como *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *Folha Carioca*, *Última Hora*, *Jornal do Comércio*, dentre outros, dedicando os próximos nove anos à sistemática produção de crônicas, que lhes assegurarão notabilidade, especialmente por sua coluna, na última página do jornal *O Cruzeiro*. Em 1932, casa-se com o jornalista e poeta bissexto José Auto da Cruz Oliveira, com quem teve uma filha, Clotilde, que faleceu precocemente, antes de completar os 2 anos de idade. Não ficando incólume às transformações políticas que já acenavam no início da década de 1930, marcada pela deposição de Washington Luís e o início da Era Vargas, Rachel de Queiroz manifesta seu descontentamento, vindo a se filiar ao Partido Comunista, tornando-se alvo fácil de rótulos, como o de “agitadora comunista”, e amargando durante três meses na prisão, de outubro de 1937 a janeiro de 1938, em uma sala do Corpo de Bombeiros de Fortaleza. É neste mesmo ano que a escritora intenta publicar o romance **João Miguel**, sendo impelida a submetê-lo a um comitê, para exprobração. Após deliberação do PCB, seu romance é censurado, sob a alegação de que o entrecho contemplava um episódio reprovável: um operário tira a vida de outro. Por uma sucessão de desaprovações ao despotismo do partido, especialmente quanto às interferências arbitrárias em sua conduta e escrita, Rachel de Queiroz rompe com ele definitivamente. Aproxima-se, então, do pensamento trotskista, e deixa evidente que o caminho que escolhera para sua obra não estava em consonância com as prescrições do PCB, a saber, o romance proletário (ALVES, 2005: 9; HOLLANDA, 2004: 293). A despeito da censura, seu livro é publicado pela Editora Schmidt, do Rio de Janeiro. Em 1939, separa-se de José Auto e muda-se para a capital carioca, onde começa a trabalhar como colaboradora no *Diário de Notícias*, e vem a colaborar em outros jornais, dentre os quais estão o *Diário da Tarde*, *O Jornal*, a *Vanguarda Socialista*, *Última Hora*, *Jornal do Comércio* e, mais tarde, o *Diário de Pernambuco* e *O Estado de São Paulo* (HOLLANDA, *ibidem*).

²⁷⁷ Entrevista concedida à pesquisadora, por Ana Maria Machado. A íntegra encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese.

de Queiroz que, como mostraremos, desfrutava de grande popularidade entre os acadêmicos. Este bom relacionamento pôde ser confirmado previamente, na cerimônia que a ABL lhe ofereceu, em virtude do quadragenário da publicação do estrondoso **O quinze**²⁷⁸, ocasião em que o acadêmico e amigo da escritora, Vianna Moog, pronuncia-se favoravelmente ao seu ingresso, inscrevendo-o no registro da excepcionalidade.

Sr. Presidente, a idéia da eleição de Rachel de Queiroz para a Academia é o assunto que desejo abordar. Estaria na tradição acadêmica abrir uma única exceção? A Academia já abriu exceção ao trazer Getúlio Vargas, aliás, a primeira e única, fechando-se as portas em seguida. Se as portas se tivessem fechado com a eleição de Rachel não haveria dúvida alguma... Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente, pois a companhia dela é isso que se vê, cria esse ambiente de alegria e de festa (RABL, jul.-dez., 1970: 82).

A manifestação de Vianna Moog é reveladora, já que o estabelecimento de uma insólita analogia entre Rachel de Queiroz e Getúlio Vargas evidencia que a admissão de ambos se situa no registro da concessão, do extraordinário. Quanto à Rachel de Queiroz, o nítido fator impeditivo emana das prerrogativas de gênero, melhor dizendo, de uma “desvantagem” constitutiva, inerente: ser mulher. Ainda assim, os vínculos sociais que a escritora estabeleceu com alguns acadêmicos como que obnubilaram tal *handicap*, e o transformaram em benefício, privilégio, exceção. A carta de agradecimento que a escritora dirige ao Presidente da ABL, Austregésilo de Athayde, em virtude da homenagem que a agremiação lhe prestara, dá mostras dos frutos que adviriam de sua proximidade com os acadêmicos:

²⁷⁸ No entanto, **O quinze** não é o romance de estréia de Rachel de Queiroz, pois, antes dele, a escritora publica, sob a forma de folhetim, o romance **História de um nome** – que aborda as várias encarnações da personagem Rachel. A publicação de **O quinze** ficou a cargo dos pais de Rachel de Queiroz, que investiram o suficiente para uma tiragem de mil exemplares. Tendo uma acolhida pouco efusiva no Ceará, o pai de Rachel de Queiroz opta por enviar exemplares a São Paulo e ao Rio de Janeiro, para que possam ser submetido a novas apreciações críticas. Recebido com elogios, o romance cai nas graças de Mário de Andrade, Augusto Frederico Schmidt e Graça Aranha, e a autora estava prestes a experimentar os efeitos de consagração que o campo literário lhe reservava, uma vez que “a valoração positiva que **O quinze** recebe se estende aos demais romances de Rachel e criaria entre eles uma linha evolutiva que segue analisando as mazelas sociais através das constantes literárias que a autora elegeu. **O quinze** é visto assim como a semente e ao mesmo tempo como a concretização mais bem acabada desse projeto literário” (ALVES, 2005: 13-14). Em 1950, Rachel de Queiroz publica um segundo romance, agora n’ *O Cruzeiro*, sob a forma de folhetim. Trata-se de **O galo de ouro**, composto por 40 capítulos, e que viria ser publicado em livro apenas em 1986. A partir de 1944, a escritora se torna cronista exclusiva do jornal em questão, vínculo que se estende até o ano de 1975 (HOLLANDA, 2004: 293). Em 1958 recebe da ABL o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto de sua obra (QUEIROZ & QUEIROZ, 1998: 31).

Rio, 25 de setembro de 1970. Meu querido Presidente: Como V. Exa., na sua sabedoria, não o ignora, a oratória é um entre os demais privilégios dos varões; raramente a nós, mulheres, é concedido o dom da eloquência. Somos criaturas do colóquio e do *tête-à-tête*, e se não digo que somos criaturas do diálogo é porque a palavra diálogo tomou agora conotações singulares, e mais significa atividade coletiva do que entendimento entre duas pessoas. Junto a essa carência específica da condição feminina, Sr. Presidente, minha natural timidez viu-se agravada pela honraria especial que me estava sendo concedida –, a fraterna, afetuosa acolhida dentro do próprio santuário acadêmico – como se eu fosse um dos vossos. Não é de espantar, então que cumula de tantas maneiras, eu me sentisse incapaz de dizer quaisquer palavras de agradecimento, depois da chuva de rosas com que fui inundada. Trago-lhe, a si, à Casa, aos oradores de ontem, esses agradecimentos atrasados – e saiba que o atraso em nada lhes diminui a força afetiva. Gostaria que V. Exa., e todos, e cada um da Ilustre Companhia, recebessem a afirmação da alegria que me deram, e tivessem a certeza de que a tarde de ontem guardei-a no coração. Sua velha, fiel e muito grata amiga, Rachel de Queiroz (RABL, jul.-dez. 1970: 83).

Muito embora a escritora afirmasse nunca ter tido a idéia de entrar para a ABL, dispensando a participação em associações e confrarias literárias, admitia a importância das mesmas, como espaços de legitimação artística.²⁷⁹

O artista é um ser humano e como tal, está vulnerável a todas as tentações, ao poder, às ambições de toda natureza. O que acontece é que, às vezes, para se proteger, o artista tenta se legitimar nas confrarias, porque unido a outros artistas ele pode se sentir mais forte (...) A Academia é um lugar onde você encontra alguns amigos, troca idéias e busca compartilhar algumas coisas a respeito do seu ofício de escritor (QUEIROZ, 2002: 198).

Portanto, aos poucos, a indiferença manifesta se transformou em interesse, especialmente porque seu círculo de amizades, composto em sua maioria por escritores, estava cada vez mais vinculado à ABL, o que lhe despertou certa sensação de alijamento (ainda que voluntário), ao ver-se “excluída” dos encontros facultados pela agremiação (QUEIROZ & QUEIROZ, 1998: 210).

²⁷⁹ Ainda de acordo com a escritora sertaneja: “não sou mulher literata. Não frequento rodas literárias, nem pertenço à *intelligentsia*. Escrevo por profissão, para ganhar a vida”. *Folha da Tarde*, Porto Alegre (RS), 5 de agosto de 1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

Com o correr dos anos, entretanto, os meus amigos mais próximos foram entrando para a Academia: Adonias Filho, Otávio de Faria, Afonsinho (Afonso Arinos), Aurélio Buarque. Muitas vezes, às quintas-feiras, quando saíamos do Conselho de Cultura e os conselheiros acadêmicos nos abandonavam, dirigindo-se, a pé, para a Academia, que ficava a uma quadra de distância, eles brincavam conosco, “os excluídos”. Mas a idéia de me fazer entrar para a Academia foi de Adonias Filho (QUEIROZ, 1998: 210).

Rachel de Queiroz assistiu, um a um, aos ingressos de seus amigos mais próximos à Casa de Machado de Assis, envolvendo-se especialmente com a candidatura de Adonias Filho e Otávio de Faria. Para quem possuía uma postura mais distanciada, e um declarado desinteresse pelas confrarias, era pronunciado o repentino envolvimento da escritora com o “Silogeu brasileiro”, tendo até mesmo participado da campanha para angariar votos para ambos, que obtiveram êxito nos respectivos pleitos.

Eles dois lá dentro, consideravam uma espécie de traição terem me deixado de fora. Também havia na Casa outros amigos meus com a mesma idéia. Confesso que fiquei na moita. Primeiro, como já contei, nunca me ocorrera a idéia de me candidatar. E quando Otávio e Adonias me falavam no assunto, eu tinha um argumento irresponsável: mulher não pode entrar para a Academia. Eles então se dedicaram à nova frente de batalha: a entrada de mulher para a Academia. Não contaram, contudo, com a minha colaboração em nada. Como já disse, sou tímida e jamais lutei por títulos, premiações, lauréis (*Idem*, *Ibidem*: 210-211).²⁸⁰

Fica, pois, evidente que Rachel de Queiroz estava cada vez mais inclinada a fazer parte da ABL, tendo tido em seus amigos acadêmicos verdadeiros incentivadores e imbatíveis aliados. Tanto que, se estabelecermos um paralelo com as propostas de candidatura de Amélia Beviláqua e Dinah Silveira de Queiroz, notaremos uma clara diferença, especialmente porque agora estamos diante de uma indicação (e não de “auto-indicações”), o que possui um peso outro neste processo de apresentação e investida na agremiação, sendo a expressão da boa relação que a escritora mantinha com seus pares, por conseguinte, de sua posição privilegiada neste espaço de

²⁸⁰ Inserida social e literariamente no ambiente carioca, Rachel de Queiroz conhece, por intermédio de seu primo, o médico e escritor Pedro Nava, o também médico Oyama de Macedo, com que se casa em 1945. A relação perdura até o falecimento de Oyama, em 1982. Segundo Hollanda, “Oyama foi o maior incentivador da produção literária de Rachel. Era seu mais severo crítico literário e comentava minuciosamente cada palavra escrita por ela. Após sua morte, Rachel nunca mais foi a mesma” (2004: 294).

constrições e disputas simbólicas. Por sua vez, a auto-indicação aponta justamente para o oposto, e atesta a desvantagem em que se encontra o(a) solicitante. Se as regras e critérios que orientam a seleção de novos membros são elaborados pelos próprios acadêmicos, a indicação atua como uma espécie de preâmbulo, de antecipação do ingresso.

Prova disso é que “a eleição de Rachel de Queiroz era tida como praticamente certa, desde que se deu a vaga, com a morte de Cândido Motta Filho”, segundo nos informa o Diário de São Paulo.²⁸¹ Assim, a intenção específica que orientou as discussões em torno da modificação do Regimento Interno, em 1976, assemelha-se a um casuísmo, pois o ingresso de Rachel de Queiroz fora “encomendado”, arquitetado. Rachel de Queiroz chega até mesmo a pontuar esta diferença, que a separava de Dinah Silveira de Queiroz e, ao esboçar a imagem de um Presidente vencido – pois Austregésilo de Athayde sempre fora avesso à presença feminina na ABL –, nos possibilita entrever alguns dos ingredientes fundamentais que asseguraram ao seu ingresso o caráter de um “fato isolado”, de um “feito”.

Logo depois tivemos a satisfação de eleger Dinah Silveira de Queiroz, que, ao contrário de mim, era abertamente candidata havia muito tempo. (...) Austregésilo de Athayde, segundo me contavam, era, a princípio contrário à idéia da entrada de mulheres para a Academia. Mas há duas versões da história: para Adonias, ele se ‘convertera’ à mudança quando viu que a minha entrada era um fato consumado. A mim dizia que, se dantes fora contra as mulheres, ao saber que era o meu nome apresentado, virou a casaca e foi o meu mais entusiasta eleitor. Preferi, é claro, aceitar a versão dele (*Idem, Ibidem*: 212).

Contudo, a indicação de Rachel de Queiroz, para se oficializar, esbarrava naquele antigo detalhe: seria necessária a aprovação da elegibilidade feminina, o que foi obtido após a realização de duas reuniões. A primeira delas ocorreu em 2 de setembro de 1976, momento em que é reavivada a proposta feita, há 15 anos, por Osvaldo Orico, ao recomendar a supressão do aposto “do sexo masculino”, que foi oficialmente incorporado ao Regimento Interno de 1951, em função dos desdobramentos da proposta de candidatura encaminhada por Amélia Beviláqua, duas décadas atrás. Contudo, é ainda acrescida à proposta de Orico uma terminologia específica, empregada por Hermes Lima, que postulava a premência da transformação da “emenda restritiva

²⁸¹ Publicada em 5 de agosto de 1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

em aditiva”, que passaria, assim, a prever a admissão de mulheres. Por mais redundante que pudesse parecer, a intenção de Hermes Lima seria um procedimento recomendável: uma vez incorporado ao documento o vocábulo “mulheres”, não haveria mais espaço para dúvidas ou interpretações enviesadas quanto à elegibilidade feminina, como ocorreu repetidas vezes, a despeito da obviedade do Artigo.

Sem acordo estabelecido, a discussão é retomada em 14 de outubro do referido ano, momento em que o então presidente, Austregésilo de Athayde, submete a solicitação aventada pelos proponentes à votação, ficando estabelecida, oficialmente, a elegibilidade feminina. Segundo Athayde, “o assunto já foi devidamente discutido através dos oitenta anos da Academia, e creio que houve tempo suficiente para que ela emendasse os seus pontos de vista e hoje chegasse ao que me parece uma atitude de unanimidade”.²⁸²

Antes de seu encerramento, Afonso Arinos qualificou a sessão como excepcional, ao pôr fim a um assunto com o qual a ABL estava umbilicalmente ligada, e que se apresentava como uma pendência. Portanto, entre a impossibilidade de ingresso de Júlia Lopes e a eleição de Rachel de Queiroz transcorreram oitenta longos anos, o suficiente para constataremos que “excluídas dos jogos do poder, elas [as mulheres] são preparadas para deles participar por intermédio dos homens, que nele estão envolvidos” (BOURDIEU, 2005: 97).

Desta feita, não se tratava, a princípio, de questionar os Estatutos e o Regimento Interno da ABL, mas de facultar o ingresso de alguém politicamente influente, que mantinha laços estreitos com muitos acadêmicos, e que, “por ironia do destino”, era “do sexo feminino”, portanto, não contemplada pelo Regimento Interno, que ainda bradava a referida emenda restritiva (“brasileiros, do sexo masculino”). Nestas condições, o Art. 17 passou a ser um empecilho, e deveria ser modificado a contento.

²⁸² O presidente faz as seguintes considerações: “Vamos votar com certa solenidade esta proposta, que tem oitenta anos de apresentação. No curso da Academia ela foi diversas vezes cogitada e apresentada. Chegou o momento de decidir. Temos aqui vinte e nove votos por escrito, outros apresentaram pequenas ressalvas, mas dando o seu assentimento à emenda (...). Foi aprovada por unanimidade pela Academia Brasileira de Letras” (VENÂNCIO FILHO, 2006: 41)

Na Academia, então, temos a entrada de Rachel, que foi uma consagração, porque era a novidade de uma mulher entrar na Academia. Mas eu acho que ainda hoje, é uma novidade a entrada da mulher na Academia.²⁸³

Imagem 51 – Carta de inscrição de Rachel de Queiroz. “Rio de Janeiro, 6 de abril de 1977. Ex^{mo} Sr. Dr. Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras. Pela presente venho pedir a Vossa Excelência o favor de me inscrever como candidata à vaga aberta nos quadros da Academia com o falecimento do nosso saudoso patrício, o ilustre polígrafo Candido Motta Filho. Com protestos de elevada estima, sou de Vossa Excelência confreira e admiradora. Rachel de Queiroz”. Fonte: **110 anos da ABL**, 2007, p. 255.

Uma vez aprovada a elegibilidade feminina, os amigos acadêmicos de Rachel de Queiroz, especialmente Adonias Filho, Odilo Costa Filho, Vianna Moog, empenharam-se em promover a campanha para recrutar aliados e, assim, “angariar” votos. Enquanto isso, a escritora preferiu

²⁸³ Entrevista concedida, por Nélida Piñon, à pesquisadora. A íntegra encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese.

manter-se afastada do Rio de Janeiro, tendo retornado ao local de “duelo” a apenas uma semana da eleição, quando já não havia muito que ser feito.²⁸⁴

Quando vi a luta armar-se entre os que eram a favor e os que eram contra a presença de mulheres, antecipei a ida para o sertão e fui com Oyama me esconder no Não Me Deixes.

Nesse tempo não tínhamos ainda telefone na fazenda, e, como eu nunca escrevo cartas, pouco as recebo também. Não posso nem dar detalhes da campanha na Academia, porque de nada sabia. Eles, aliás, evitavam mesmo me falar, com medo de que eu atrapalhasse ou que a coisa não vingasse (QUEIROZ, 1998: 211).

Se, por um lado, seria possível arriscar que, em alguma medida, a aprovação da elegibilidade feminina é tributária do envolvimento revelado por Dinah Silveira para com esta causa, por outro, uma análise mais acurada das fontes documentais, bem como as entrevistas que realizamos com as acadêmicas que compõem o quadro atual da ABL (Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon e Ana Maria Machado) revelam que a agremiação “maquinava” em favor não de Dinah, mas de Rachel de Queiroz, e por questões que Nélida Piñon pontua com muita propriedade:

A Rachel era grande amiga dos poderosos da casa, inclusive do Austregésilo de Athayde. Ela era muito próxima do Athayde, e Athayde não deixaria entrar Dinah, não deixaria. Eles lutaram: Octávio de Faria, Adonias Filho, Austregésilo, Afonso Arinos, Aurélio. Todos eles eram íntimos, colegas, amigos de Rachel. Então, a Dinah era estranha no ninho, e considerada, talvez, uma mulher insistente demais. A Rachel, desde menina, foi apoiada pelos homens. Ela foi a escritora que mais foi bem-recebida pelos homens quando estréia. Nenhuma mulher foi recebida de uma forma, logo participando do grupo. Ela se integra ao grupo, lá de Maceió, onde ela mora, de Graciliano, todos eles. Ela recebia muito na casa dela, no Rio de Janeiro, ela já tinha um marido, isso também ajudou muito. Só que ela mandava na casa. Ela tinha paixão por ele, mas ela era a grande figura. Ela que recebia, às vezes, trinta, quarenta pessoas em casa para feijoadas, para tudo, cozinhasse bem, mulher

²⁸⁴ Como lembra Hollanda (1992), “o ingresso na Casa deve também, como nos rituais de aliança, ser precedido de um pedido oficial do candidato. O candidato está pronto para iniciar a penosa trajetória das “visitas” a seus futuros colegas levando livros de sua autoria, presentes, iguarias, flores e, obviamente, um pedido de voto. Rachel, após a entrega da carta de inscrição ao Presidente, viaja para o sertão, de onde só volta no momento da eleição, esquivando-se assim da “prova” das visitas, ou seja, do requerido exercício de humildade e submissão a seus pares” (p. 83).

generosa. Ela era uma grande nordestina, fazendeira. E ela, então, nunca transmite idéias feministas, ao contrário, ela não gostava das feministas.²⁸⁵

Entre a aprovação da elegibilidade feminina e a posse de Rachel de Queiroz, passaram-se quase dez meses. O pleito que a sagrou imortal ocorreu em 4 de agosto de 1977, no qual a escritora disputou com Pontes de Miranda²⁸⁶ a Cadeira 5, na sucessão de Cândido Motta Filho. Foram 23 votos pra Rachel de Queiroz contra 15, dedicados a Pontes de Miranda, além de um voto nulo. Assim, com uma margem de 8 votos de vantagem, Rachel de Queiroz obteve uma vitória relativamente “folgada”, tornando-se notícia de primeira página em todos os jornais da época.²⁸⁷

Imagem 52 – Rachel de Queiroz, logo após ser empossada, 4-11-1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

²⁸⁵ Entrevista concedida à pesquisadora, por Nélida Piñon,. A íntegra encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese.

²⁸⁶ Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (1892-1979) foi advogado, jurista, professor e ensaísta. Nasceu em Maceió, tendo concluído o bacharelado em Direito em 1910, na Faculdade do Recife. Seu livro de estréia, intitulado *A moral do futuro*, publicado aos 20 anos, foi prefaciado por José Veríssimo. Embora não tenha obtido êxito no referido pleito, sagra-se imortal em 1979, ocupando a Cadeira 7, na vaga deixada por Hermes Lima. Rachel de Queiroz declara ter votado, logo depois de eleita, naquele que era seu opositor, na eleição que o consagrou (QUEIROZ, 1998: 211).

²⁸⁷ Quase todas as matérias jornalísticas sobre o episódio foram publicadas em 05 de agosto de 1977, exatamente um dia após a eleição e o anúncio oficial de que Rachel de Queiroz havia vencido o pleito. Algumas delas merecem destaque: *Correio Brasiliense*: “Mulher já é imortal – Rachel de Queiroz eleita para Academia”; *Correio do Povo*, de Porto Alegre: “Rachel de Queiroz, a primeira mulher as Academia Brasileira de Letras”; *O Dia*, do Rio de Janeiro: “Rachel é a primeira “imortal” do Brasil”; *Diário Comércio & Indústria*, de São Paulo: “Rachel, mulher na ABL”; *Diário de Minas*: “Sem o fardão, Rachel de Queiroz, primeira mulher na Academia”; *Diário de Pernambuco*: “Rachel de Queiroz quebra tabu e se torna “imortal””; *Diário de São Paulo*: “Rachel de Queiroz: mulher na Academia”; *O Estado de São Paulo*: “Rachel de Queiroz, a vez da mulher na ABL”, *Diário do Paraná*: “Foi quebrada a tradição na Academia Brasileira de Letras”; *Folha da Tarde*, de Pernambuco: “Escritora derrota jurista e entra na Academia de Letras”; *O Globo*: “Rachel de Queiroz eleita para a Academia”. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

É, pois, patente a desvinculação entre a batalha pelo ingresso de Rachel de Queiroz e o que poderíamos definir como uma ação/campanha politicamente orientada em favor da elegibilidade feminina, já que esta vem a reboque da indicação de uma candidatura específica. O posicionamento de Osvaldo Orico, que foi quem mais se empenhou internamente pela aprovação da candidatura de mulheres, atesta seu inconformismo não apenas se ausentado do pleito que sagrou Rachel de Queiroz, como definindo publicamente a eleição como “um efeito de pressões de fora, especialmente do Conselho Federal da Cultura”, órgão presidido pelo acadêmico Adonias Filho, que, aliás, foi quem recebeu a candidata eleita quando de sua posse: “Foi ele [Adonias Filho] quem não permitiu que a escritora Dinah Silveira de Queiroz também pleiteasse a candidatura, para facilitar a candidatura de Rachel de Queiroz”.²⁸⁸ Na mesma reportagem, Pontes de Miranda, o adversário derrotado, abriu mão da tradicional cordialidade, e desferiu críticas acerbas à eleição da escritora sertaneja, vindo a atribuir sua vitória exclusivamente às influências políticas: “quem venceu não foi a mulher, mas um órgão do Governo”.

Para melhor compreender tais acusações, convém ressaltar que o envolvimento de Rachel de Queiroz com o Governo foi facilitado por relações de parentesco – a escritora era prima do primeiro presidente militar do Brasil, um dos responsáveis pelo Golpe de 64, Humberto Alencar de Castelo Branco, cuja gestão se estendeu até 1967. Além disso, e conforme De Franceschi (2002:6), a residência de Rachel de Queiroz, no Rio de Janeiro, havia se convertido em palco de várias das reuniões preparatórias para o referido Golpe, deixando evidente seu grau de comprometimento com a “política conspiratória” que daria início ao período ditatorial.

Osvaldo Orico, como acima mencionamos, inscreve o eloqüente empenho de Adonias Filho na campanha de Rachel de Queiroz como fruto de uma conveniente troca de favores envolvendo a ABL e o Conselho Federal de Cultura.²⁸⁹ À guisa de ilustração, ambos (Rachel de Queiroz e Adonias Filho) tornaram-se membros do referido órgão governamental em 1967, e nele

²⁸⁸ Entrevista concedida ao *Estado de S. Paulo*, em 5 de agosto de 1977. Outras revelações integram a reportagem e merecem destaque: “O escritor Osvaldo Orico disse ontem, tão logo soube do resultado da eleição, que não compareceu à reunião como protesto ao resultado que ele já previa e desabafou: ‘Ganhou Rachel, mas perdeu a Academia’. O autor da emenda ao regimento permitindo a candidatura de mulher à imortalidade acusou o Conselho Federal de Cultura a ter influenciado os acadêmicos através de seu presidente Adonias Filho. ‘– Foi ele quem não permitiu que a escritora Dinah Silveira de Queiroz também pleiteasse a candidatura para facilitar a vitória de Rachel de Queiroz’”. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

²⁸⁹ De acordo com Calabre (2006: 1), “o Conselho Federal da Cultura (CFC) foi criado pelo do Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, e instalado a partir do Decreto nº 60.237, de 27 de fevereiro de 1967. Permaneceu em funcionamento por mais de 20 anos e teve sua dissolução decretada em 1990”. Formado por 24 membros, todos indicados pelo Presidente do país, o CFC estava dividido em quatro câmaras: artes, letras, patrimônio histórico e artístico nacional e ciências humanas.

permaneceram durante longos anos: Rachel de Queiroz até 1985, e Adonias Filho até 1990, data de seu falecimento. No entanto, um importante detalhe, capaz de fundamentar a acusação de Orico, sequer chegou a ser mencionado quando da eleição da escritora: no exato ano em que Rachel de Queiroz sagra-se imortal, porém, antes de sua candidatura ser anunciada, Adonias Filho assume a presidência do Conselho Federal de Cultura, posição alcançada graças à indicação da amiga que, inegavelmente, desfrutava de grande poder e influência entre os políticos de então.²⁹⁰

Em outros termos, Ana Maria Machado afirma que, muito embora Dinah Silveira tenha batalhado pela elegibilidade feminina, “não houve uma reação a ela” por parte dos sócios. Por sua vez, o ingresso de Rachel de Queiroz pode ser compreendido como uma espécie de contraponto a essa “apatia” e desinteresse: fruto exatamente de uma engenhosa mobilização interna, a eleição da primeira imortal adquiriu os contornos de uma resposta, i.e., uma “docilidade a uma pressão externa, de que, já que teriam que engolir uma mulher, que então fosse uma mulher que era prima de um Presidente da República (...) Houve a ação de lobbies”.²⁹¹

Como dito anteriormente, muito embora anunciada como uma vitória do feminismo, como a quebra de um tabu de 80 anos e, no limite, como sintomática da modificação no perfil conservador e tradicionalista da ABL, a eleição de Rachel de Queiroz não foi exatamente corolário de uma iniciativa/campanha em favor da elegibilidade feminina.

[Rachel de Queiroz] foi a primeira mulher a entrar na Academia e nunca se saberá verdadeiramente se a enorme festa nacional em torno desta posse dizia respeito à vitória definitiva das mulheres e à queda de um dos mais severos bastiões da cultura brasileira, ou se era apenas mais um feito "natural" e ocasional de Rachel de Queiroz (HOLLANDA, 1992: 76).

Ainda que tentadoras e aparentemente convincentes, especialmente porque formuladas como uma espécie de parecer acerca das férteis conquistas obtidas pelas lutas feministas na década de 1970, estas não são as melhores explicações para o episódio, e o próprio discurso de

²⁹⁰ Orico define “o trabalho de Adonias Filho para eleger Rachel de Queiroz como uma retribuição, pois foi ela, com seus poderes mágicos quem o colocou na presidência do CFC”. *Estado de S. Paulo*, em 5 de agosto de 1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL

²⁹¹ Entrevista concedida à pesquisadora, por Ana Maria Machado. A íntegra encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese.

posse de Rachel de Queiroz nos possibilita alicerçar o argumento que sustentamos. Como é de praxe, o acadêmico eleito profere, no dia de sua posse, um discurso em que lança luz sobre a “linhagem literária” da Cadeira que passará a ocupar, procedendo a um balanço acerca da trajetória social de seus antecessores.²⁹² Ao analisar este ritual, marcadamente masculino, Hollanda (1992) lança as bases para a compreensão do modo criativo como a primeira imortal agenciou sua inclusão em uma linhagem até então “patrilinear”:

Como Rachel, a primeira mulher a ingressar na Academia (...) terá traduzido para o feminino um ritual de traços claramente patrilineares como o da transmissão do patrimônio cultural acadêmico?

É bom lembrar que a conquista e ocupação de uma cadeira acadêmica não se faz com facilidade. A cerimônia da posse, bem como a praxe dos procedimentos que a antecede, exige do candidato um longo e litúrgico caminho de "iniciação", feito de provas de humildade, virtude e merecimento pessoal. Se bem sucedido, o futuro acadêmico está habilitado a ser recebido na Casa, como legítimo herdeiro da linhagem e da tradição, das quais, a partir de então, torna-se guardião e transmissor (p. 83).

Sem sacrifício dos protocolos, era imaginado que o discurso da escritora estivesse crivado por referências diretas, ou pelo menos mencionasse a aprovação da elegibilidade feminina, a importância histórica de seu ingresso, enfim, o fato, em nada desprezível – que ocupava a primeira página de todos os jornais brasileiros –, de ser ela a primeira mulher a experimentar a “sagração acadêmica”, em uma agremiação até então expressamente masculina (para não dizer misógina).

Contudo, o discurso passa ao largo desta questão, e por isso é frustrante. A escritora parece flunar diante do assunto, que chega a adquirir o contorno de algo prescindível. Novamente, e em socorro desse alheamento de Rachel de Queiroz, deparamo-nos com a interpretação de Hollanda (1992) que, como salientamos há pouco, identifica a preleção da acadêmica como uma estratégia capaz de impedir que houvesse uma ruptura abrupta ou uma descontinuidade entre seu ingresso e a “linhagem patrilinear” da qual era herdeira. Para Hollanda,

²⁹² Considerando a ordem cronológica de ingresso, os seguintes acadêmicos formavam a “estirpe literária” da Cadeira 5, que tem como Patrono Bernardo Guimarães: Raimundo Correia, membro fundador; Osvaldo Cruz; Aloísio de Castro e Cândido Motta Filho. A íntegra de todos os discursos de posse encontra-se disponível no site oficial da ABL: www.academia.org.br

a fala da recém-eleita promove sua inclusão apaziguada neste tronco literário, adaptando e “sutilizando a solene transmissão patriarcal do patrimônio literário nacional” (p.84) a esta nova circunstância.

A linhagem da cadeira n.º 5 era formada por Bernardo Guimarães (patrono), Raimundo Corrêa (fundador), Oswaldo Cruz, Aloysio de Castro e Cândido Mota Filho. Agora seria de Rachel. Como pedir adequadamente a licença ritual mas necessária e sentar-se confortavelmente neste espaço ocupado, desde 1897, por expoentes e fundadores da cultura nacional, usando um traje longo, com decote em V, saltos altos e sem nenhuma espada?

(...)

Rachel havia conseguido, na mais clássica estratégia do desempenho feminino, enfeitiçar a audiência e recuperar, nas primeiras linhas de seu discurso, uma linhagem, diversa daquela da cadeira n.º 5, mas que igualmente interveio e conformou a literatura brasileira: as mulheres como leitoras ou mesmo como aquelas que ensinaram e estimularam a leitura. Num mesmo gesto, resgata a linhagem feminina de sua formação literária e, para usar uma palavra da moda, "privatiza" a figura fundadora de Raimundo Corrêa, que, torna-se simplesmente seu "misterioso, louco poeta particular". (*Idem, Ibidem*: 84-85)

Nélida Piñon, que esteve presente na posse de Rachel de Queiroz, revela, por um lado, o desapontamento causado pelo discurso da primeira eleita mas, por outro, considera justamente a “indiferença” com que a recém-eleita experimentou “uma conquista dessa natureza” como uma possível explicação para seu ingresso na condição de “primeira imortal”: “Rachel era aliada do mundo masculino”:

(...) eu fiquei decepcionada com o discurso dela, porque a Rachel não era feminista, ela não tinha a noção histórica do papel da mulher na sociedade, e ela entra justamente por isso. Eu acho que a Rachel entra na Academia, e não Dinah, porque Dinah desenvolve um papel político, e Rachel não. Rachel era aliada do mundo masculino, não que eu não seja, ou Dinah não seja, mas é que ela era no sentido de olhar com uma certa indiferença uma conquista dessa natureza. Ela é aceita com naturalidade porque ela é apoiada por seus grandes amigos homens e grandes escritores, como ela também era.²⁹³

²⁹³ Entrevista já citada. Consultar **Apêndice 2** desta tese.

Em entrevista concedida a Hermes Rodrigues Nery, no ano de sua posse, Rachel de Queiroz deixa claro não ser porta-voz, melhor dizendo, de não possuir vinculação alguma com o movimento feminista, o que reitera a congruência entre seu discurso de posse e sua postura “desinteressada” diante da significação histórico-social de seu ingresso.

Nunca fui feminista. Não acredito nessa entidade particular “a mulher”, diferenciada da outra entidade “o homem”. Tudo é gente, tudo é criatura. Claro que acho que as mulheres, nas sociedades mais atrasadas, têm a vida mais dura e mais estreita que a dos homens; mas isso são as contingências do ambiente social no seu todo, e não um propósito especial de discriminar contra a mulher. Aliás, quem primeiro discriminou foi Deus Nosso Senhor, que, fazendo da mulher a fêmea da espécie, lhe pôs às costas a carga da maternidade (*Idem*, 1977: 121).²⁹⁴

Outro aspecto que merece atenção é o discurso proferido por Adonias Filho na ABL, em recepção a Rachel de Queiroz, no qual referência alguma é feita ao fato de se tratar da primeira mulher a integrar a agremiação. O acadêmico reserva sua análise ao tratamento/enaltecimento de algumas das personagens femininas que compõem a faceta dramatúrgica de Rachel de Queiroz, especialmente nas peças “Lampião” e “A beata Maria do Egito”. Adonias Filho justifica que “é através da personagem feminina, efetivamente, que vós, atingindo a órbita social e aspectos do problema humano nordestino, fizeste do teatro um veículo para a auscultação” (AGUIAR FILHO, 1981: 63; HOLLANDA, 1992).

Aliás, o alheamento de Rachel de Queiroz contrasta frontalmente com a efervescência teórica das décadas de 60 e 70, profundamente marcadas pelas teorias feministas, que recaíam, *grosso modo*, sobre o questionamento acerca da generalidade do termo ‘Mulher’, sobre a identificação do repertório de discursos e práticas que concorreram para a “invisibilidade

²⁹⁴ No entanto, Alves (2005) se refere à Rachel de Queiroz como uma “desbravadora dos ditos espaços masculinos de intelectualidade”, e ressalta que “embora Rachel de Queiroz não se vincule diretamente ao chamado movimento feminista, destina grande parte de sua obra a discutir questões do universo feminino, centrando nas mulheres quase todos os seus romances, inclusive dando a eles o nome de suas heroínas como título: As três Marias, Dora, Doralina, Memorial de Maria Moura. E se O Quinze tem como título a seca de 1915, personagem fundamental desse romance, é Conceição quem guia o leitor trama a fora, funcionando como uma espécie de alterego da escritora, assim como em Caminho de pedras o romance se inicia com o foco em Roberto, mas pouco a pouco cede espaço a Noemi, verdadeira personagem central do livro” (p. 10).

histórica” e emudecimento femininos etc (PERROT, 1995; *Idem*, 2003, *Idem*, 2005; SCOTT, 1994).²⁹⁵

E é com recorrência que os pareceres críticos acerca da produção literária de Rachel de Queiroz a inscrevem na contramão das associações com o feminismo e, mais propriamente, com aquele tipo de escrita classificada como “feminina”. Assim, não tendo ficado incólume às rotulações, a escritora teve sua obra considerada como um antípoda das representações literárias sobre o feminismo e sobre o feminino, tendo o seu estilo definido repetidas vezes como másculo, viril. E tais qualificações começaram a germinar precocemente, i.e., quando de sua estréia no cenário literário, com a publicação de **O quinze**, ocasião em que alguns críticos chegaram a questionar a autoria do romance, se teria sido realmente escrito por uma mulher.

O quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que realmente causava assombro, de uma mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a

²⁹⁵ Data deste período o estabelecimento de linhas de pesquisa que assumiram a responsabilidade de transformar as mulheres em indivíduos e sujeitos da história, as chamadas *Women's History*, iniciativa de acadêmicas feministas da década de 1970, especialmente de Joan Scott, que teve como ponta-de-lança as discussões relacionadas às diferenças de gênero, explicitadas a partir da cisão entre “sexo” e “gênero”, à qual nos referimos na Introdução desta tese. Tratava-se, pois, de questionar e problematizar os discursos que inscreviam as diferenças de gênero nos limites de um essencialismo naturalista ou de um determinismo mecanicista, buscando contribuir para “*réintégrer les femmes dans l’histoire en position de sujets*” (RIOT-SARCEY, 1988: 36). Entra em cena a preocupação em pontuar diferenças e, ao mesmo tempo, em redesenhar a relação homem-mulher, a partir da identificação de armadilhas conceituais que acabavam por favorecer interpretações simplistas e equivocadas, como por exemplo, as que conduziam à apreensão da mulher como “o outro” do homem, formando uma relação de contrapeso, quase que vetorial, quando não tautológica e oca. Quanto a isso, vale lembrar que, para muitos críticos do feminismo, esses estudos partem do pressuposto da vitimização feminina, da posição desfavorável e indulgente da mulher (em relação ao homem), o que acaba por ratificar aquilo que buscam “combater”. Os estudos desenvolvidos nesse momento reclamam, *grosso modo*, a necessidade de identificação e questionamento dos processos responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural, e, em muitos pontos, dialogam com as análises posteriormente desenvolvidas por Bourdieu, na década de 1990, que apontam para a necessidade de problematização da enganosa coerência da *doxa*, do longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social sobre os corpos e as mentes, responsável por conceber e sustentar uma relação familiar, tida como natural, com nossa própria tradição. Dois estudos sobre o feminismo no Brasil merecem destaque. O primeiro é o já citado livro de SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976, especialmente a *Parte II*, intitulada “A evolução da condição feminina no Brasil”, que contempla o capítulo “Manifestações feministas”, no qual a autora busca compreender a “*segregação sexual*”, a partir da identificação dos “hiatos entre as relações sociais efetivas e a sua regulamentação jurídica, por mostrarem-se as primeiras incapazes de absorver a racionalidade (substantiva e também funcional, porquanto visava à harmonia das relações sociais) de que está prenhe a segunda. Neste sentido, o movimento feminista brasileiro induziu à elaboração de uma legislação não reclamada por extensas áreas da população feminina” (p. 257). O segundo estudo é o já citado texto de HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Op. cit., pp. 183-221. Outra indicação, que aborda seu contraponto, a saber, o antifeminismo é: SOIHET, Rachel. “Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.º 24, p.191-207, 2008. Consultar também BESSE, 1999: 214-220.

cabeça: “Não há ninguém com esse nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado (Graciliano Ramos *apud* HOLLANDA, 2004: 290).

Tal como o período acima evidencia, Graciliano Ramos, por exemplo, duvidava da existência de alguém com o nome de Rachel de Queiroz, o que o levou a apostar que um pseudônimo estaria escamoteando a verdadeira autoria do livro, esta sim, masculina. Da mesma forma, Augusto Frederico Schmidt chegou a declarar a “suspeita de que D. Rachel de Queiroz fosse apenas um nome escondendo outro nome” e, embora não dito, provavelmente de um homem, pois afirmava não enxergar em **O quinze** “nada que [lembrasse], nem de longe, o pernosticismo, a futilidade, a falsidade de nossa literatura feminina” (NERY, 2002; BRUNO, 1977; HOLLANDA, 2004).²⁹⁶ A despeito de tais discussões, o alvoroço causado pela publicação do romance rende rápidos frutos à autora que, já em março de 1931, é contemplada com o recém-criado Prêmio Graça Aranha ²⁹⁷. Tal reconhecimento é sucedido pelo pronunciado interesse de editoras nacionais em adquirir os direitos de sua segunda edição, que Rachel de Queiroz concede à Editora Nacional (HOLLANDA, 2004: 291).²⁹⁸

Se, por um lado, posicionamentos críticos como os aventados por Graciliano Ramos e Schmidt convergiam quanto à qualidade literária da autora, por outro, encontraram como forma de amainar a “benevolência” de seus juízos a mobilização de um procedimento dos mais incrustados culturalmente: o tom elogio das apreciações vinha atrelado à desconfiança acerca do sexo ao qual pertenceria a autoria do livro, culminando na desvinculação da escrita de Rachel de Queiroz “do que tradicionalmente era considerado literatura feminina” (BRITTO, 2007: 72).

²⁹⁶ Como mostra Bourdieu (2003), qualificar determinada obra como “feminina” ou “masculina” é apreender o mundo social enquanto mercado de bens simbólicos “dominado pela visão masculina: ser, quando se trata de mulheres, é (...) ser-percebido, e percebido pelo olhar masculino, ou por um olhar marcado pelas categorias masculinas – as que entram em ação, mesmo sem conseguir enunciá-las explicitamente, quando se elogia uma obra de mulher por ser ‘feminina’, ou, ao contrário, ‘não ser em absoluto feminina’. Ser ‘feminina’ é essencialmente evitar todas as propriedades que podem funcionar como sinais de virilidade; e dizer de uma mulher de poder que ela é ‘muito feminina’ não é mais que um modo particularmente sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder” (p. 118). Nestes termos, o que se passa com Rachel de Queiroz é exatamente o oposto: o atributo ‘feminino’ como que desaparece dos pareceres críticos, cedendo lugar a definições que inscrevem sua produção ficcional no registro da “virilidade”, o que soa como uma diferenciação, como um elogio, aproximando-a do registro poder.

²⁹⁷ O prêmio em questão é criado logo após o falecimento de Graça Aranha, em 26 de janeiro de 1931.

²⁹⁸ De acordo com Hollanda (2004: 291), “antes mesmo que esta segunda edição se esgotasse, Rachel foi procurada por um então modesto editor, cuja firma se chamava Editora José Olympio. Daí nasceu uma associação entre ela, José e os irmãos Daniel e Athos, que durou 57 anos, quando a morte os separou”.

Assim, a capacidade que Rachel de Queiroz apresenta para escapar do que se poderia nomear como “as fraquezas do sexo” dá alento à sua prosa, capaz, apesar disso, de retratar momentos pungentes relacionados ao drama de seca, como a exploração de crianças. Dos elogios feitos, a maior parte deriva da capacidade da autora em não se render à lacrimosidade típica do sexo feminino (ALVES, 2005: 12).

É sempre informalmente e com circunspeção que “a primeira imortal” se refere à elegibilidade feminina na Academia, diferentemente de sua “prima distante”, Dinah Silveira de Queiroz que, como mostramos, tornou pública sua intenção de candidatura, em 1970, tendo transformado sua busca individual em uma luta em nada discreta contra o “passadismo atualizado” da ABL. Em declaração ao *Correio Brasiliense*, no dia da posse de Rachel de Queiroz, Dinah Silveira mostra-se satisfeita com “o fim de uma discriminação de sexo”:

Afinal, consegui realizar um dos grandes ideais de minha vida. Nesse instante, o primeiro pensamento que me ocorre, é o de que as pessoas não devem ter medo do ridículo. Quando comecei esta luta, muita gente achava que eu faria um papel ridículo. Enfrentei todos. E termina agora uma grave discriminação de sexo, tão detestável quanto à discriminação de cor. Saúdo Rachel de Queiroz com o melhor de minha ternura e de minha admiração: ela, de fato, tinha a primazia. Estou tão feliz como se estivesse dentro da pele da própria Rachel.²⁹⁹

Muito embora tivesse negada sua primeira investida, Dinah não desistiu de integrar a agremiação, ainda mais agora, que o cenário lhe parecia favorável: além de a maior barreira haver sido transposta por Rachel de Queiroz, a candidata declarada sabia que, de quebra, poderia contar com os préstimos de uma aliada que se mostrou imbatível. Tanto que, após ser eleita a primeira imortal, Rachel de Queiroz concedeu entrevistas e, em algumas delas, menciona a premência do ingresso de Dinah Silveira de Queiroz, a quem considera a “primeira dama da literatura brasileira” – nota-se que esta era uma consideração mútua.³⁰⁰

²⁹⁹ *Correio Brasiliense*, 5 ago 1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁰⁰ Este título fora, na verdade, atribuído à própria Rachel de Queiroz pela crítica da época, tal como evidencia Alves (2005), que também chama a atenção para a trajetória singular da escritora: “reconhecida como a “primeira-dama” da

Estou muito contente e espero que no meu rastro, outras intelectuais ingressem na Academia Brasileira de Letras, sendo que, desde agora, mais do que nunca, serei eleitora fervorosa da candidatura de Dinah Silveira de Queiroz, a primeira dama da literatura brasileira.³⁰¹

Mas, se por um lado, a primeira eleita se declarava uma entusiasta do ingresso de Dinah Silveira de Queiroz, por outro, sua relação para com a questão não ultrapassava os limites de um discreto apoio. Entre lançar-se a liderar uma campanha favorável ao ingresso da proponente e definir-se como sua eleitora havia uma grande distância, e as manifestações de Rachel de Queiroz não acenaram para um envolvimento outro que não sua declaração de voto. Se bem que o simples fato de revelar publicamente ser eleitora de Dinah Silveira produziu, por si só, desdobramentos que acabaram por favorecer o seu êxito, embora pareçam ter repercutido apenas em sua segunda candidatura oficial.

Assim, diante de um contexto menos hostil, Dinah Silveira de Queiroz propõe nova candidatura à ABL, em 1979, vindo a disputar a Cadeira 7, na vaga deixada por Hermes Lima.³⁰² Esta é a primeira vez que a escritora tem aceita e oficializada a sua proposta, malgrado o resultado desfavorável do pleito, que traz como vitorioso o seu adversário, Pontes de Miranda.

literatura brasileira, Rachel passou por momentos distintos em sua trajetória. Em 1930, com **O quinze**, surgiu como garota prodígio. Depois de pertencer aos quadros do PCB, e mesmo ajudar a fundá-lo no Ceará, rompeu com o partido após breve período, devido à censura que se impunha a João Miguel, tentando traçar um caminho à sua escrita que a autora se negava a aceitar como predestinado” (p. 8). Passados três anos, a escritora se muda para Maceió, ocasião em que conhece Jorge de Lima, José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Às vésperas da publicação do romance **Caminho de pedras**, que sai pela José Olympio, em 1937, é acusada de subversão, e tem seus livros queimados em Salvador. De acordo com Alves, a publicação de **Caminho de pedras** representa a emancipação da escritora (*Idem, Ibidem*: 8). Em 1939, separa-se de seu marido e muda-se para o Rio de Janeiro. Este é o ano da publicação de seu quarto livro, **As Três Marias**. Descontente com a falta de perspectivas do governo de João Goulart, que sucedeu à renúncia de Jânio Quadros (Rachel de Queiroz recebe de Jânio Quadros um convite para assumir o Ministério da Cultura, mas não se entusiasma com a proposta, alegando ser apenas jornalista), em 1961 a escritora ofereceu apoio aos generais responsáveis pela deposição de Jango e, por conseguinte, pelo Golpe de 64. O presidente Castelo Branco, conterrâneo e parente longínquo de Rachel de Queiroz, a nomeia, em 1966, delegada do Brasil, na 21ª Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas e, no ano seguinte, passa a integrar o Conselho Federal de Cultura, atuação que, como dito, perdura até 1985.

³⁰¹ *Correio Brasiliense*, 5 ago 1977; *Diário de Pernambuco*, 5 ago 1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁰² Como dissemos, em 1970, a escritora intenta candidatar-se, mas tem o seu pedido negado. Apenas em 1979 tem sua candidatura formalizada, embora saia derrotada do pleito. Além de Pontes de Miranda, que venceu o embate com um total de 20 votos, também concorriam com Dinah os Srs. Joaquim Inojosa, Paschoal Villaboim Filho e Wilson Lustosa Cabral.

Um detalhe merece destaque: o mesmo acadêmico que havia sido derrotado por Rachel de Queiroz, agora vence Dinah Silveira.³⁰³

Quando, afinal, a Academia quebrou sua tradição e permitiu que as mulheres também pudessem entrar lá, bati palmas para Rachel de Queiroz. Mais adiante, candidatei-me à cadeira número 7 e a perdi para Pontes de Miranda. Foi esta a única vez em que concorri antes da vitória.³⁰⁴

Mais uma vez, a derrota não combaliu a persistente escritora que, após um encontro com Osvaldo Orico, em que o acadêmico manifesta apoiá-la integralmente, resolve propor sua segunda candidatura. Segundo a própria Dinah Silveira, “[Osvaldo Orico] foi um dos campeões da entrada da mulher na Academia Brasileira de Letras. Se o tabu foi quebrado, muito lhe devem as escritoras”.³⁰⁵ O curioso é que a vaga em aberto é justamente a deixada por Pontes de Miranda, que até então ocupava a Cadeira 7³⁰⁶. Seu adversário, Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação do Governo Vargas, obteve 15 votos, contra os 23 impetrados por Dinah Silveira, de acordo com a Ata da sessão realizada em 10 de julho de 1980:

Procedeu-se a eleição para a Cadeira no. 7, vaga com a morte de Pontes de Miranda. Eram candidatos a Sra. Dinah Silveira de Queiroz, os Srs. Gustavo Capanema e José Sílvio Barreto de Macedo. Vinte Senhores Acadêmicos votaram por carta. Dos vinte e dois presentes apenas dezoito votaram pois quatro já haviam enviado votos por carta. Recolhidos os votos foi feita apuração e teve o seguinte resultado:

Dinah Silveira de Queiroz – 23 votos

Gustavo Capanema – 15 votos

O Presidente proclamou eleita, com 23 votos, a Sra. Dinah Silveira de Queiroz.

³⁰³ As duas tentativas malogradas de Dinah Silveira denunciam sua posição desfavorável neste campo de disputas, especialmente se pensada à luz da experiência de Rachel de Queiroz, que representa o *establishment*. Não seria exagerado dizer que o estigma que a pretendente carregou reforça sua localização neste gradiente de poder: Dinah Silveira foi taxada de “insistente” pelos acadêmicos, rótulo pejorativo que indicava sua frágil relação com a ABL.

³⁰⁴ Depoimento de Dinah Silveira de Queiroz, intitulado “Crônica da gratidão”, publicado no *Correio Brasiliense*, em 7 de agosto de 1980. Fonte: Coleção Dinah Silveira de Queiroz. Arquivo ABL. Dinah busca neste comentário desfazer o boato que circulava, à época, segundo o qual a escritora havia se candidatado à ABL 11 vezes.

³⁰⁵ “Saudade e cinzas”. Crônica escrita por Dinah Silveira de Queiroz, em virtude do falecimento de Osvaldo Orico. *Correio do Povo*, 22 de março de 1981. Fonte: Coleção Dinah Silveira de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁰⁶ Os acadêmicos que ocuparam a Cadeira 7, cujo Patrono é Castro Alves foram: Valentim Magalhães, membro fundador; Euclides da Cunha; Afrânio Peixoto; Afonso Pena Júnior; Hermes Lima; Pontes de Miranda e, em sua sucessão, Dinah Silveira de Queiroz. Após o falecimento da escritora, foram eleitos Sérgio Corrêa da Costa e Nelson Pereira dos Santos, sendo este último o atual ocupante.

(Fonte: RABL, jan.-jul., 1981: 305).³⁰⁷

Enfim, em sua segunda candidatura oficial, Dinah Silveira obtém a sagração como acadêmica (**imagens 53 e 54**), tendo sido empossada no dia 7 de abril de 1981.³⁰⁸

A casa, sem que se soubesse como, foi tomada por fotógrafos, jornalistas e repórteres de televisão. Nesse momento inicial, uma nuvem de ansiedade povoou o meu espírito. Deixei todos na sala, entrei no meu quarto, acompanhada por minha irmã, Helena Silveira. Era exatamente o instante em que, segundo os cálculos, eu deveria receber a notícia do resultado da eleição para a Academia Brasileira de Letras. Demorou um pouco. E, de súbito, o telefone. A voz de Plínio Doyle [então diretor da Biblioteca Nacional] anunciou: - Você teve 23 votos. Ganhou a eleição! Em seguida, Adonias Filho forneceu detalhes do acontecimento e o meu quarto se tornou bojudo e se inflou de gente: parentes, amigos e a imprensa.³⁰⁹

³⁰⁷ Embora secreto, alguns acadêmicos revelaram para a imprensa seus votos. Vianna Moog, aliado de Rachel de Queiroz, votara em Gustavo Capanema, assim como Abgar Renault e Otto Lara Rezende.

³⁰⁸ Em crônica intitulada “Experiência na Academia”, Dinah, além de narrar a ansiedade com que aguardava a tão desejada cerimônia de posse, tece importantes considerações a respeito de seu ingresso, especialmente ao defini-lo como um “alívio”, deixando à mostra a dúvida gerada pela eleição de Rachel de Queiroz, podendo não ter sido de fato o prenúncio de que outras mulheres transporiam “os umbrais da imortalidade”: “Faltava, ainda, a experiência plena da Academia: o dia da posse. Ainda mesmo para quem escreve artigos diários, será difícil exprimir o que se sente diante de um ambiente a um tempo feérico e confuso: grandes personalidades, amigos vindos de longe, a presença do representante do Presidente João Figueiredo, o Ministro da Educação e Cultura Rubem Ludwig, e eu ali naquela tribuna, um lugar da mais alta honra para um escritor do Brasil, entre um microfone e uma lâmpada, a recitar meu discurso (...) Não me esquecerei da gratidão a que me levou o incentivo de Rachel de Queiroz, primeira dama da Academia (...) Todas as mulheres, ou quase todas as que me cumprimentavam, falavam do significado daquela ocasião. Depois da entrada de Rachel, muito se murmurou que ela seria um símbolo. O lado feminino na Academia seria só ela e mais nenhuma escritora, por melhor que fosse, transporia os umbrais da chamada imortalidade. A minha entrada representou uma espécie de alívio, o tabu estava rompido e agora acredito que outras merecidamente ocuparão as poltronas da Casa de Machado de Assis”. *Jornal A Província do Pará*, 27 de abril de 1981 e *Diário de Sorocaba*, 21 de junho de 1981. Fonte: Coleção Dinah Silveira de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁰⁹ “Crônica da gratidão”, para o *Correio Brasiliense*, em 7 de agosto de 1980. Fonte: Coleção Dinah Silveira de Queiroz. Arquivo ABL.

Imagem 53 – À esquerda, momento em que Dinah Silveira de Queiroz recebe, por telefone, a notícia de sua vitória. *O Estado de S. Paulo*, 11-07-1980. Fonte: Coleção Dinah Silveira de Queiroz. Arquivo ABL.

Imagem 54 – Dinah comemora a vitória com Rachel de Queiroz. *Jornal do Brasil*, 11-07-1980. Fonte: Coleção Dinah Silveira de Queiroz. Arquivo ABL.

O esforço e a insistência surtiram efeito, de modo que a eleição de Dinah Silveira de Queiroz adquire o caráter de “correção histórica”, nos termos empregados por Nélida Piñon. No entanto, como uma espécie de golpe do destino, a escritora pouco pôde usufruir das benesses que a tão almejada posição de acadêmica ainda poderia lhe proporcionar. Como um avesso de sua nova condição, a de imortal, Dinah tivera uma vida breve, tendo falecido no dia 27 de novembro de 1982, pouco mais de um ano após a sua posse.

Ela [Rachel de Queiroz] possuía um capital social que lhe facilita o ingresso. A entrada dela é uma penalidade da Dinah Silveira de Queiroz, que era a mulher que realmente pleiteou o ingresso. Tanto que a Academia faz justiça

depois. Não que Rachel não merecesse, ela merecia amplamente, mas ela não tinha noção histórica [da importância que seu ingresso possuía]. Mas a Dinah entra depois, como uma correção histórica.

E interessante que Rachel de Queiroz entra na Academia Brasileira antes de Marguerite Yourcenar entrar na Francesa. Portanto, Rachel entra como uma mulher importante, com uma obra importante, mas como se fosse um homem entrando. O discurso dela é de homem, e eu fiquei decepcionada, porque sempre fui uma feminista, não contundente, sempre muito bem-educada, mas com idéias firmes.³¹⁰

Vale lembrar que o ano de 1980 é também emblemático para a Academia Francesa. Enquanto na congênere brasileira a inelegibilidade feminina encontrara como justificativa a observância aos critérios de seleção vigentes na AF – como mencionado no **Capítulo 1** –, após a modificação em seu Regimento Interno, a “Casa de Machado de Assis” passa, de satélite, a possível fonte de inspiração para o “Silogeu francês”, que assiste, neste ano, ao ingresso da romancista, ensaísta e poeta, Marguerite Yourcenar (1903-1987), a primeira francesa a sagrar-se imortal, ainda que a aprovação da elegibilidade feminina, na referida entidade, tenha antecedido a nossa.

Diferentemente de Rachel de Queiroz, a primeira acadêmica francesa é bastante incisiva, e elege como intróito de sua preleção o ineditismo de seu ingresso, em uma agremiação que define como misógina:³¹¹

C'est seulement il y a un peu plus ou un peu moins d'un siècle que la question de la présence de femmes dans cette assemblée a pu se poser. En d'autres termes c'est vers le milieu du XIX^e siècle que la littérature est devenue en France pour quelques femmes tout ensemble une vocation et une profession, et cet état de choses était encore trop nouveau peut-être pour attirer l'attention d'une Compagnie comme la vôtre. Mme de Staël eût été sans doute inéligible de par son ascendance suisse et son mariage suédois: elle se contentait d'être un des meilleurs esprits du siècle. George Sand eût fait scandale par la turbulence de sa vie, par la générosité même de ses émotions qui font d'elle une femme si admirablement femme; la personne encore plus que l'écrivain devançait son temps. Colette elle-même pensait qu'une femme ne rend pas visite à des hommes pour solliciter leurs voix, et je ne puis qu'être de son avis, ne l'ayant pas fait moi-même. Mais remontons plus haut: les femmes de l'Ancien Régime, reines des salons et, plus tôt, des ruelles, n'avaient pas songé à franchir votre seuil, et peut-être eussent-elles cru déchoir, en le faisant, de leur souveraineté

³¹⁰ Entrevista já citada, concedida por Nélida Piñon. Consultar **Anexo 2** desta tese.

³¹¹ Assim como o discurso de Rachel de Queiroz, o de Dinah Silveira também fica em débito com relação à abordagem da presença feminina na Academia.

féminine. Elles inspiraient les écrivains, les régentaient parfois et, fréquemment, ont réussi à faire entrer l'un de leurs protégés dans votre Compagnie, coutume qui, m'assure-t-on, a duré jusqu'à nos jours; elles se souciaient fort peu d'être elles-mêmes candidates. On ne peut donc prétendre que dans cette société française si imprégnée d'influences féminines, l'Académie ait été particulièrement misogyne; elle s'est simplement conformée aux usages qui volontiers plaçaient la femme sur un piédestal, mais ne permettaient pas encore de lui avancer officiellement un fauteuil. Je n'ai donc pas lieu de m'enorgueillir de l'honneur si grand certes, mais quasi fortuit et de ma part quasi involontaire qui m'est fait; je n'en ai d'ailleurs que plus de raisons de remercier ceux qui m'ont tendu la main pour franchir un seuil.³¹²

Segundo a própria Youcenar, não seria possível conceber que, em uma sociedade como a francesa, impregnada pelas influências femininas, a AF continuasse a elas refratária. No entanto, e a despeito de sua eleição, os umbrais da agremiação ficaram apenas entreabertos para as mulheres, tal como em sua congênere brasileira. De 1980 até hoje, além da precursora, apenas outras cinco acadêmicas francesas desfrutaram da condição de “imortais”, e compõem o quadro de membros atuais da agremiação. São elas: Jacqueline Worms de Rommily, filóloga e ensaísta; Hélène Carrère d'Encausse, historiadora; Florence Delay, romancista; Assia Djebar, romancista e Simone Veil, magistrada; cujas eleições ocorreram, respectivamente, em 1988, 1990, 2000, 2005 e 2008.

³¹² Tradução: “Apenas há aproximadamente um século que se questiona a presença feminina nesta assembléia. Ou seja, foi somente no século XIX que a literatura se tornou, para algumas mulheres na França, uma vocação e uma profissão, e esse estado de coisas era talvez ainda muito novo para chamar a atenção de uma Companhia como a vossa. Mme de Staël não poderia, sem dúvida, ter sido eleita por causa de sua ascendência suíça e seu matrimônio sueco: ela se contentava em ser um dos melhores gênios do século. George Sand teria causado um escândalo por sua vida agitada, pela generosidade de suas emoções que fazem dela uma mulher tão admirável; a pessoa, mais do que a escritora, estava à frente de seu tempo. Collete mesmo não pensava que uma mulher deveria fazer visitas a homens para pedir-lhes voto, e sou totalmente dessa opinião, tanto que eu mesma não o fiz. Mas voltemos ainda mais no tempo: as mulheres do *Ancien Régime*, rainhas de salões literários e, mais tarde, de guetos literários, nem imaginaram sequer atingir este nível, talvez até acreditassem estar rebaixando suas soberanias femininas ao fazê-lo. Elas inspiravam os escritores, os governavam, às vezes e, frequentemente, conseguiam fazer com que um de seus protegidos entrasse em vossa Companhia, costume que, segundo dizem, existe até hoje; elas se preocupavam muito pouco com o fato de serem elas mesmas candidatas. Não podemos, assim, afirmar que nesta sociedade francesa tão impregnada de influências femininas, a Academia tenha sido misógina; ela simplesmente se conformou com o costume que voluntariamente colocava a mulher num pedestal, mas não permitia ainda que ela tomasse uma cadeira. Não tenho, por isso, nenhum motivo para me orgulhar desta grande, mas igualmente fortuita - e de minha parte, involuntária - honra que me fizeram; tenho, aliás, mais razões ainda para agradecer àqueles que me estenderam a mão e que me ajudaram a transpor esta barreira”. A íntegra do discurso de Marguerite Yourcenar está disponível em: <http://www.academie-francaise.fr>

“Como ficou chato ser moderna, serei eterna”: a eleição de Lygia Fagundes Telles

Na tarde de 20 de julho de 1897 foi fundada a Academia Brasileira de Letras. O escritor Machado de Assis, um mestiço meio gago e pobre, o menino do Morro do Livramento que vendia caramelos num tabuleiro, era agora aquele homem de *pince-nez* e colarinho duro, o primeiro presidente dessa Academia. Casado com a bem-amada Carolina, uma portuguesa, moravam numa espaçosa casa na Rua Cosme Velho. **Fico me perguntando se ela estaria nessa reunião que ele presidiu** (TELLES, 2007: 31, destaques nossos).

Com esta aparentemente “despretensiosa indagação”, Lygia Fagundes Telles³¹³ inaugura o conto “Machado de Assis”, que integra o volume **Conspiração de nuvens**. A provocação da escritora faz ecoar, por traz da dúvida levantada, uma certeza: ainda que estivesse presente na cerimônia de abertura da Academia, a participação de Carolina Augusta Xavier de Novaes naquele cenáculo não teria sido outra, senão a de espectadora. A percepção da escritora revela sua profunda sensibilidade com relação à ausência feminina (ou presença apenas ornamental) nas agremiações literárias que, durante muito tempo, encontrou sustentação em um repertório de discursos de apelo positivista e determinista que postulava a inferioridade das capacidades intelectuais das mulheres em relação às dos homens (SIMIONI, 2004). Tais arbitrariedades, pontuadas no **Capítulo 1**, tiveram como consequência não apenas a tardia alfabetização feminina, mas sua difícil profissionalização e reconhecimento literários. A esse respeito, a própria Lygia Fagundes Telles ressalta que

a mulher brasileira aprendeu a ler e a escrever muito tarde e mesmo depois disso continuou aprisionada, vigiada. Minhas antepassadas escreviam versos nos cadernos de receitas, de compras do dia: dois quilos de cebola, duas caixas de sabão e vinha um verso, um sonho, um devaneio. A mulher brasileira seguia a

³¹³ Nascida em São Paulo, em 14 de abril de 1923, Lygia passou a infância no interior paulista, tendo morado em diferentes cidades, dentre as quais Sertãozinho, Assis, Areias, Descalvado e Apiaí. Retorna a São Paulo nos anos 30. Em 1941 ingressa no Curso de Direito do Largo de São Francisco, formando-se em 1946. Seu primeiro marido é o jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, que fora seu professor na faculdade, e com quem teve um filho, Goffredo Neto. Nos anos 60, já separada de Goffredo, casa-se com Paulo Emílio Salles Gomes, crítico de cinema, romancista e fundador da Cinemateca Brasileira, da qual foi diretor até o seu falecimento, em 1977. A respeito da biografia de Lygia Fagundes Telles consultar o **Caderno de Literatura Brasileira**: Lygia Fagundes Telles. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1998, especialmente as sessões “Memória seletiva – Inventário dos rastros”, “Confluências” e “Geografia Pessoal”. Ver também COELHO, 2002: 386-389.

tradição portuguesa, quer dizer, completamente dentro do espartilho (*Idem*, 1998: 39).

Como é possível perceber, o ingresso de Lygia Fagundes Telles na ABL não vem desacompanhado de uma profunda consciência, revelada pela escritora, acerca do significado histórico da presença feminina em agremiações do gênero, para uma sociedade com pronunciado lastro “androcêntrico”. Aliás, a rigidez do “espartilho”, que tolheu por tantos séculos as investidas profissionais femininas, foi sentida pela escritora em sua própria trajetória pessoal, que a ela reagiu de maneira audaciosa, tal como atestam suas escolhas acadêmicas e profissionais: Lygia Fagundes concluiu dois cursos superiores, vistos na época como “tipicamente masculinos”, quais sejam, a faculdade de Educação Física, em 1943, pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo, e o bacharelado em Direito, em 1946, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Para se ter uma idéia da desproporção entre homens e mulheres no curso de Direito, Lygia Fagundes nos oferece seu testemunho: “Quando eu entrei na universidade, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, éramos seis ou setes mocinhas e quatrocentos rapazes”.³¹⁴

Ao ser interpelada sobre a escolha por cursos completamente distintos, a escritora comenta que sua estratégia foi intencional, pois, com isso, ampliaria seu leque de possibilidades e, por conseguinte, as chances de atuação profissional. O intuito de Lygia Fagundes era, mais do que profissionalizar-se, conquistar a estabilidade financeira por meio de seus próprios esforços, e não via matrimônio.

Se não conseguisse me estabelecer numa profissão, teria a outra. Foi um cálculo futuro. (...) Pensando hoje nisso, eu acho uma coisa interessante da minha parte: uma juvenzinha naquela época preocupada em se manter sozinha e não em assegurar economicamente às custas de um casamento, por exemplo (TELLES, 1998: 40).

Como estudante de Direito, a escritora passa a freqüentar as rodas literárias da Faculdade, que ocorriam, tal como nos informam os **Cadernos de Literatura do Instituto Moreira Salles**,

³¹⁴ Entrevista que nos foi concedida por Lygia Fagundes Telles, em outubro de 2008. A íntegra encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese.

no Restaurante Itamarati, na Leitaria Campo Belo, na Cafeteria Vienense, no Café Seleta e na Livraria Jaraguá, esta última possuindo como grandes atrativos um salão de chá e uma galeria de arte. Estes locais costumavam receber importantes nomes da literatura e crítica literária, dentre os quais Mário e Oswald de Andrade, bem como jovens intelectuais, como é o caso do crítico de cinema e ensaísta Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), integrante da revista *Clima*, que Lygia Fagundes conhece em 1940, em virtude de uma palestra por ele ministrada na Faculdade de Filosofia, e com quem se casaria duas décadas depois (1998: 10-11).³¹⁵

Também é nesta época que a escritora integra a Academia de Letras da Faculdade do Largo de São Francisco, tornando-se colaboradora dos jornais acadêmicos *Arcádia* e *A Balança*. Muito embora a efervescência cultural dessa fase tenha-lhe inspirado e, por suposto, tornado mais pronunciado seu gosto pelas letras – basta lembrar que, em 1944, a escritora publica a coletânea de contos **Praia Viva**, pela Editora Martins –, sua estréia como escritora ocorre em 1938, sendo, portanto, anterior ao seu ingresso no referido curso e, portanto, ao contato com as acaloradas rodas literárias. O livro em questão, também uma coletânea de contos, intitula-se **Porão e sobrado**, cuja publicação foi custeada por seu pai.

O ano em que Lygia Fagundes Telles conclui a graduação em Direito, 1946, corresponde exatamente ao rescaldo da Segunda Guerra Mundial, acontecimento este que marcou profundamente sua geração e, particularmente, sua maneira de enxergar o mundo e de perceber as mudanças sociais. Durante entrevista que nos foi concedida, a escritora define o referido episódio histórico como um deflagrador do aumento significativo da participação de mulheres em profissões até então consideradas masculinas, transformações estas que se fizeram sentir, gradualmente, naqueles ambientes a elas até então refratários (informação verbal):

Na Segunda Guerra Mundial, que é a minha geração (eu me formei em 1946), os homens foram para a Guerra, e as mulheres, então, começaram a entrar nas fábricas, nos escritórios e nas universidades. O homem faltando nas fábricas, nos escritórios e nas universidades, a mulher foi ocupando o lugar dele, e ocupando muito bem. Começou aí.³¹⁶

³¹⁵ No conto “Paulo Emílio”, Lygia Fagundes Telles ilumina passagens da trajetória profissional do crítico de cinema, bem como as influências que recebeu da escritora, que lhe despertaram grande interesse pela carreira literária, culminando na publicação, em 1976, da elogiada obra **Três mulheres de três Pppês**, quando contava com sessenta anos de idade. Ver: TELLES, 2007: 51-57. Ver também PONTES, 1998: 52-54.

³¹⁶ Entrevista já citada, disponível no **Apêndice 2** desta tese.

As mudanças a que Lygia Fagundes se refere culminaram, portanto, em um inevitável rearranjo profissional atrelado à necessidade de preenchimento daqueles espaços, *involuntariamente* vazios, deixados pelos homens convocados para o *front*.³¹⁷ E é exatamente nesta chave que Lygia Fagundes compreende a presença de escritoras na ABL, i.e., como sintomática desta modificação estrutural que, aos poucos, tornou ambientes como este, tradicionalmente androcêntricos, menos hostis à inserção feminina, tal como evidenciaremos a seguir.

Sempre me perguntam muito isto: - Por que você entrou para uma Academia de Letras? - Como diria Machado de Assis, ele disse isso mesmo: - Entrar para uma Academia de Letras não significa escrever nem melhor, nem pior. O acadêmico não vai escrever nem melhor, nem pior, ele vai, isto sim, conviver com aqueles que têm um ofício que é o ofício da paixão, que é a felicidade de exercer o ofício da paixão (TELLES, 2000).³¹⁸

³¹⁷ Bem menos otimista, Susan Besse analisa a segmentação por sexo na força de trabalho entre os anos de 1920 e 1940, e, ao descortinar a dimensão, digamos, pragmática das justificativas que tornaram desejável o trabalho feminino, especialmente com a rápida expansão do setor de serviços, salienta que “os empregadores invariavelmente (e convenientemente) descobriam que as mulheres (que pediam salários muito mais baixos do que os homens) estavam ‘naturalmente’ qualificadas para preencher os novos postos de professoras, enfermeiras, assistentes sociais, balconistas, caixas de banco, telefonistas, recepcionistas e secretárias (...). No setor comercial, os empregadores concordavam em que o trabalho da mulher era mais eficiente, mais seguro e mais rápido (e também mais barato) na execução de tarefas repetitivas que não exigissem tomada de decisões, inovação ou responsabilidade (habilidades que supunha serem difíceis para as mulheres, dada sua natural ‘timidez’)” (BESSE, 1999: 148). Além disso, referindo-se ao crescimento do número de indústrias ao longo do século XX, a autora salienta que este novo cenário não favoreceu as mulheres na mesma proporção que os homens, i.e., “não só o número de mulheres empregadas nessas indústrias continuava sendo relativamente pequeno como ainda elas eram em geral segregadas, pelos operários, em funções menos desejáveis, especialmente chamadas de ‘femininas’ (...)” (*Idem, Ibidem*: 162). Em termos numéricos, dados de 1938 referentes a salários médios de operários adultos, homens e mulheres, no Brasil revelaram que as mulheres ganhavam somente 47,6% do que ganhavam os homens (*Idem, Ibidem*: 167). Com isso, Besse procede a um balanço crítico deste quadro aparentemente vantajoso para as mulheres, e constata que as profissões por elas ocupadas como que atualizavam a segmentação por sexo, posto que “não contestavam os estereótipos da natureza feminina, nem colocavam as mulheres em competição com (ou em postos de autoridade sobre) os homens, nem lhes ofereciam oportunidades de progresso social ou de realização intelectual, nem lhes proporcionavam renda e status adequados para serem confortavelmente auto-suficientes. Em consequência disso, os homens conservavam sua posição privilegiada no mercado de trabalho, enquanto a mão-de-obra feminina continuava barata para os empregadores. A economia ganhava uma grande reserva de mão-de-obra facilmente explorável, sem destruir uma ideologia de gênero que supunha a necessidade de oposição binária entre masculinidade e feminilidade para a preservação da ordem pública e da hierarquia social” (*Idem, Ibidem*: 167).

³¹⁸ Fragmento extraído do discurso proferido por Lygia Fagundes Telles, em 2000, durante evento promovido pela ABL, voltado para a discussão do gênero literário com o qual a escritora mantém inegável afinidade: o “conto”. A íntegra encontra-se disponível no site oficial da agremiação: www.academia.org.br

Durante participação em evento promovido pela ABL, em que se discutia o gênero literário “Conto”, Lygia Fagundes torna clara a motivação que a conduziu a candidatar-se a uma Cadeira na entidade: a possibilidade de convívio com aqueles que exercem o mesmo ofício e, mais do que isso, partilham da mesma paixão: escrever. Aliás, em sua fala, tal como evidencia o período acima, paixão e escrita são tratados como sinônimos. Contudo, muito antes de Lygia Fagundes pensar em, de fato, concorrer a uma vaga, Paulo Emílio Salles Gomes chega a incentivar sua candidatura, mas sob uma alegação inegavelmente inesperada. Enfatizando o ar “paternalista” da agremiação, o crítico de cinema buscava alertá-la de que “a Academia protege, sobretudo a uma mulher”.³¹⁹

A despeito do apoio e incentivo de Paulo Emílio, e contando com duas de suas publicações premiadas pela ABL – a primeira delas, o livro de contos **O cacto vermelho**, que lhe rende o prêmio Afonso Arinos, em 1949 e, a segunda, o romance **As meninas**, que lhe assegura o prêmio Coelho Neto, em 1973 –, Lygia Fagundes Telles apenas torna pública a sua candidatura em julho de 1985. Tal como nos informou a própria escritora, a indicação de seu nome para figurar entre os imortais partiu de alguns amigos acadêmicos, nomeadamente Cyro dos Anjos, Arnaldo Niskier, Rachel de Queiroz e Eduardo Portella, sendo possível dizer que a força destes “cabos eleitorais” anunciou antecipadamente a vitória folgada que a escritora viria a experimentar, concretizada em 24 de outubro de 1985.³²⁰ Aliás, sua vitória entre os acadêmicos era dada como certa, semelhante ao que se passara com Rachel de Queiroz.

Lygia Fagundes desbanca seus quatro adversários, quais sejam Vivaldi Moreira, Presidente da Academia Mineira de Letras; Antônio Emílio Vieira Barroso, médico e coronel do Exército; Diógenes Magalhães, escritor e professor, e Márcia Moura, ex-vogal da Justiça Trabalhista, em pleito decidido facilmente, em primeiro escrutínio (muitos acadêmicos apostavam, aliás, que a escritora seria eleita por unanimidade).

Mesmo que a previsão dos acadêmicos não tenha se confirmado totalmente, Lygia Fagundes angariou 32 dos 39 votos, sendo que os 7 restantes foram todos destinados a Vivaldi

³¹⁹ Esta informação fora concedida por Nélida Piñon, durante entrevista já citada. No próximo item, dedicado à análise das circunstâncias de seu ingresso na ABL, trataremos mais detidamente deste aspecto.

³²⁰ Nomes mencionados durante entrevista concedida à pesquisadora, em 02 de outubro de 2008. A íntegra se encontra disponível no **Apêndice 2** desta tese. Lygia Fagundes conheceu Cyro dos Anjos por intermédio de Carlos Drummond de Andrade, com quem possuía um grande laço de amizade desde a década de 1940. Cyro dos Anjos integrou a ABL entre os anos de 1969 e 1994, na vaga deixada por Manuel Bandeira.

Moreira. O resultado foi anunciado por Rachel de Queiroz, a primeira acadêmica a deixar a sala de votação, que imediatamente telefona para a escritora recém-eleita para lhe dar as “boas novas”, ao que responde Lygia (**imagem 55**): “— Rachel, que coisa linda! Estou tão feliz! Quantos votos? Trinta e dois? Ah, quase a idade de Cristo!”³²¹

Imagem 55 — Momento em que Lygia recebe, de Rachel de Queiroz, a notícia de sua vitória. *O Estado de São Paulo*, 25-08-1985. Arquivo Lygia Fagundes Telles (Academia Brasileira de Letras).

Quarta ocupante da Cadeira 16³²², a escritora assume, ironicamente, a vaga deixada por Pedro Calmon, acadêmico avesso à presença de mulheres na agremiação (ainda que tenha declarado haver votado em Dinah Silveira de Queiroz).

³²¹ *Jornal do Brasil*, 25 de outubro de 1985. Fonte: Coleção Lygia Fagundes Telles. Arquivo ABL.

³²² Tendo como Patrono Gregório de Matos, a Cadeira 16 é composta pelos seguintes acadêmicos: Araripe Júnior, membro fundador; Félix Pacheco; Pedro Calmon e Lygia Fagundes Telles.

Imagem 56 – Lygia comemora com os amigos acadêmicos a sua eleição para a ABL. Jornal *O Globo*, 25-08-1985. Fonte: Coleção Lygia Fagundes Telles. Arquivo ABL.

Em consonância com as formalidades que a sessão de posse sugere, o discurso da escritora rende a seus antecessores uma homenagem arquitetada por meio da reconstrução da memória da Cadeira que passará a ocupar.³²³ Dignos de nota, os momentos finais da preleção põem em tela uma questão há muito esperada, e até então negligenciada pelas acadêmicas precedentes em suas falas inaugurais: pela primeira vez é feita alguma menção à elegibilidade feminina:

Antes de a Academia Francesa de Letras, que foi nosso modelo, receber Marquerite Yourcenar, esta Academia Brasileira de Letras teve o *beau geste* de abrir suas portas para Rachel de Queiroz. Em seguida, para Dinah.

³²³ Realizada em 12 de maio de 1987, a cerimônia de posse foi suntuosa, pois, pela primeira vez, a Academia contou com um sistema de telões que permitisse que os quase mil convidados pudessem acompanhar a oficialização do ingresso de Lygia Fagundes Telles e seu discurso de posse. Após o ritual na ABL, um grande coquetel foi oferecido, no Hotel Debret (Copacabana), pela Editora Nova Fronteira, aos amigos da mais nova acadêmica. *O Globo*, 9 de maio de 1987; *Jornal da Tarde* (SP), 25 de outubro de 1985; *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1985. Fonte: Coleção Lygia Fagundes Telles. Arquivo ABL. Embora não seja uma freqüentadora assídua das reuniões e dos encontros que acontecem às quintas-feiras na ABL, o que muito provavelmente se deva ao fato de morar em São Paulo, Lygia Fagundes participa semanalmente dos encontros promovidos pela Academia Paulista de Letras. A escritora fora eleita em 1982 para a Academia Paulista de Letras, na qual ocupa a Cadeira 28.

“Não quero um trono - diria também Rachel de Queiroz. - Quero apenas esta Cadeira”.

A mesma paixão que nos une: a paixão da palavra. A mesma luta tecida na solidão e na solidariedade para cumprir o duro ofício nesta sociedade violenta, de pura autodestruição. E neste tempo que está mais para Gregório de Matos do que para Pedro Calmon - ah! quanta matéria para a inspiração do trovador com sua viola demolidora.

Imagem 57 – Posse de Lygia Fagundes Telles, 12-05-1987. Fonte: **Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997, 1997**, p. 111.

Lygia Fagundes Telles não apenas ressalta a posição “vanguardista” da ABL, se comparada à Academia Francesa, como, sabiamente, estabelece uma relação sugestiva com o tema, por meio da qual busca traduzir o “espírito” dos novos tempos, que, segundo ela, pende mais para Gregório de Matos do que para Pedro Calmon. Com isso, a escritora não apenas rompe com um ciclo de silêncio em torno da (in)elegibilidade feminina, como torna evidente a importância histórica que atribui à presença feminina na ABL, posicionamento este reiterado em entrevista que nos foi concedida:

A Academia Brasileira de Letras foi fundada por Machado de Assis com outros companheiros da época, no século XIX, e foi uma cópia, os mesmos

Estatutos da Academia Francesa de Letras. O mesmo molde da brasileira foi copiado da francesa. Agora, o interessante é o seguinte, que Marguerite Youcenar, em 1980, foi eleita para a Academia Francesa de Letras e, três anos antes, isso é muito bonito, Rachel de Queiroz entrou na Academia Brasileira de Letras. Isso quer dizer que a Academia Brasileira aceitou a presença da mulher antes ainda da Academia Francesa aceitar Marguerite Youcenar, logicamente, você já sabe, Rachel de Queiroz, que entrou e eu fiquei muito satisfeita com isso.

Apesar de estarmos no Terceiro Mundo, a revolução da mulher, que é uma revolução importante, a mais importante revolução do século XX, no Brasil funcionou muito.³²⁴

Mais propriamente, o posicionamento crítico de Lygia Fagundes Telles com relação à postura androcêntrica da ABL parece fortalecer-se, ao deslindar com sutileza aquilo que, subrepticamente, a agremiação construiu como seu alicerce, como um discurso inquestionável, ancorado na tradição que emana de seus membros fundadores. Para ratificar especialmente sua crítica ao legado misógino que a “Casa de Machado de Assis” recende, a escritora descarta a possibilidade de existência de uma “escrita feminina”, embora consinta que as injunções sociais conferem à mulher uma leitura diferente da realidade em que está inserida:

O que existe são mulheres e homens que escrevem bem e mulheres e homens que escrevem mal. A única distinção que faço é em relação à qualidade dos textos. Mas é claro que mulheres e homens têm vivências diferentes e isso de algum modo vai aparecer na literatura. **Ciranda de pedra** é um romance que não poderia ter sido escrito por um homem. Se fosse, seria diferente, compreende? O que entrou ali foi o meu conhecimento da condição da mulher pertencente a uma sociedade como a nossa, que até bem pouco tempo não tinha qualquer consideração por ela. No meu livro **Invenção e memória**, há uma cena que aconteceu de verdade com meus antepassados. O homem, quando ia trabalhar, prendia as tranças da mulher dentro de uma arca, dava um nó, fechava a tampa e levava a chave. A mulher ficava ali até que ele voltasse. Tinha comida, uma fruta, um bordado para fazer. Mas estava presa (...) Esse desprezo pela mulher, mesmo por aquela que sabia escrever, sempre foi muito grande (TELLES, 1998: 38).

Assim, o balanço que Lygia Fagundes Telles oferece acerca do ingresso de mulheres na ABL está em conformidade com sua visão sobre os produtores de obras literárias: não há

³²⁴ Entrevista concedida em 2 de novembro de 2008. A íntegra está disponível no **Apêndice 2** desta tese.

qualquer vinculação entre qualidade textual e sexo; a autoria de um texto não pode ser compreendida ou classificada a partir de categorias fundamentadas nas relações de gênero. E isto não quer dizer que a escritora não identifique na literatura feminina certa idiossincrasia, como dito, relacionada não à qualidade, mas às heranças históricas que lanharam a sociedade com características misóginas, tornando as experiências femininas distintas das dos homens (TELLES, 1997: 57-58; *Idem*, 1998: 38).

Aliás, a postura da ABL, especialmente durante seus primeiros anos de existência (como mostramos, mais latente do que abertamente admitida e pronunciada), ancorou-se neste tipo de pretexto para justificar a ausência feminina entre seus membros: a explicação *tácita* estaria na falta de “mérito literário” das produções assinadas por mulheres, apreendida como traço inerente à fatura feminina. Quanto a isso, Lygia Fagundes atenta para a existência de uma

propalada divisão de águas no sentido de separar a literatura feminina da masculina, penso que esta divisão não existe... A única divisão que faço é no tocante à qualidade. O sexo é como o sexo dos anjos, não interessa. Puro preconceito. Ah! Os preconceitos... no começo da minha profissão eu sentia bastante agudo esse preconceito, como um espinho. Tanta desconfiança, tanta ironia... Curioso é que as mulheres, principalmente as mulheres, me agrediram com seu descrédito. Com sua pouca fé. Compreensível, afinal elas não ousavam ainda, encasuladas, tementes. Quando viam uma companheira de sexo romper a tradição... se irritavam com o desafio: o preso que vê o outro fugir enquanto ele continua engaiolado precisa de muita generosidade para desejar as melhores coisas ao fugitivo (TELLES, 1998).

A esse respeito, vale também mencionar o texto “A mulher escritora e o feminismo no Brasil”³²⁵, publicado em 1997, no qual Lygia Fagundes não apenas menciona sua relação com o feminismo, como pontua certas ressalvas quanto à sua vinculação ao movimento:

No começo da minha carreira, eu era uma feminista inconsciente; eu nem pensava em feminismo e eu era feminista, no sentido de batalhar as minhas idéias e a minha vocação. Muito mais tarde vi que a libertação das mulheres

³²⁵ Texto produzido por Peggy Sharpe, a partir de entrevistas concedidas por Lygia Fagundes. In: SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se**: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.

significa ser paga por seu trabalho. Minha libertação deveu-se às extraordinárias transformações sociais que o país viveu desde a minha adolescência. Durante a Segunda Grande Guerra, quando os homens válidos partiram para as trincheiras e as mulheres na retaguarda começaram a exercer nas fábricas, nos escritórios e nas universidades, o ofício desses homens... Eis então as mulheres ocupando esses espaços, eis as mulheres provando que também podiam desempenhar funções até o momento notadamente masculinas... Quer dizer que a “rainha do lar” podia desempenhar – e bem – funções mais sofisticadas? Contudo, persistia a desconfiança fechando na sua nuvem o chamado segundo sexo. Isso também no campo das artes, o preconceito.

(...)

Eu me coloco contra essa idiotice que o feminismo tem de exigir que a mulher faça alguma coisa intelectualmente. Não é assim. Há vocações erradas, um grande número de mulheres escrevendo sem vocação porque passa a ficar na moda escrever, enquanto elas poderiam fazer tão bem outras coisas (TELLES, 1997: 60-61).

Ao olhar em retrospecto, Lygia Fagundes identifica no início de sua carreira literária a “vinculação espontânea” que estabeleceu com o feminismo, tal como evidencia o período acima. Porém, esta “adesão inconsciente” se processou de um modo nada trivial, chegando mesmo a vir acompanhada de um processo de resignificação da idéia de “feminismo”: ele é empregado pela escritora em um sentido completamente particular, qual seja, para nomear as condições de realização de determinada vocação.³²⁶

Nestes termos, o que parecia estar em jogo para Lygia Fagundes, quando de sua estréia como escritora, transcendia preocupações “taxonômicas”: não se tratava simplesmente de uma questão de “filiação”, i.e., de posicionar-se em um dos lados – “ser ou não feminista” –, mas de “batalhar por suas próprias idéias, por sua vocação”. Daí a escritora haver emprestado ao termo uma nova acepção, que traduz as possibilidades que as mulheres têm de mobilizar meios favoráveis, a partir dos quais a “vocação” ou, como costumava dizer, o “chamado”, possa se realizar a contento. Já com a maturidade, a idéia de vocação parece-lhe insuficiente para explicar a realização feminina, e a interpretação mais idealista cede lugar a uma postura mais, digamos, realista, sustentada pela idéia de que “a libertação das mulheres significa ser paga por seu trabalho”. Com esta afirmação, Lygia Fagundes não apenas atrela a emancipação feminina à independência financeira, mas o faz a partir de sua própria experiência como egressa de duas

³²⁶ Segundo Lygia Fagundes Telles, “a vocação não significa (ou melhor), não exige sucesso, ah!, um alívio quando descobri isso, não está incluída a idéia da glória e sim esta simples e profunda vontade de cumprir o chamado mesmo sem a esperança do prêmio. Se ele vier, melhor, é claro, mas sem o cálculo de futuro, e isso me parece importante. Não gosto de definições, há sempre um risco em definir (...)” (TELLES, 1999: 111).

faculdades distintas, cujas escolhas, aparentemente conflitantes, não correspondiam, a rigor, apenas a um ímpeto de realização vocacional, mas, e sobretudo, à estratégia de, apostando em áreas de atuação sobremaneira distintas, ampliar as chances de conquistar sua “libertação”, nos termos por ela empregados.

No mais, as críticas que a escritora tece ao feminismo buscam tornar evidente que este, muitas vezes peca, colocando-se como uma forma sofisticada de grilhão, de camisa-de-força teórica, especialmente ao arbitrar sobre a atuação feminina, como se “fazer alguma coisa intelectualmente” fosse a única vocação aceitável (ou mesmo desejável), o único caminho possível de reação aos longos anos em que a mulher esteve em condições aviltantes e de subalternidade. Corolariamente, diz Lygia Fagundes, encontramos-nos em um “beco sem saída”, campo fértil para a proliferação de “vocações erradas”.

Dito de outra forma, Lygia Fagundes Telles compreende o “feminismo” de uma maneira bastante particular, tomando-o como sinônimo de “finalidade, [de] objetivo. Acho que feminismo é exatamente o trabalho que a mulher deve realizar. Sua presença deve se fazer sentir em todos os ramos de atividades, detestando todo tipo de preconceito” (*Idem, Ibidem*: 63). Por meio deste conceito, mais propriamente, de sua redefinição, a escritora sublinha a importância da participação feminina no espaço público, referindo-se implicitamente à igualdade entre os sexos, em termos de atuação profissional e realização pessoal.

Além disso, a aproximação de Lygia Fagundes Telles com o “universo feminista” também se fez sentir de outra forma, marcadamente sutil: por meio de seu contato com a escritora Simone de Beauvoir. O primeiro encontro entre ambas ocorreu em 1960, em virtude de um almoço oferecido pelo editor Barros Martins ao casal francês (Beauvoir e Sartre), para o qual a escritora brasileira também fora convidada. Este episódio, que foi o ponto de partida para outros fecundos encontros entre as escritoras, marcou profundamente a vida de Lygia Fagundes Telles, que o relembra com riqueza de detalhes no artigo “Meu encontro com a escritora”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 8 de janeiro de 1978. A escritora rememora com saudade a “inesgotável curiosidade” revelada por Simone de Beauvoir durante suas longas conversas, que perquiria sobre questões as mais gerais, relacionadas à condição da mulher no Brasil, e também sobre as reverberações e interferências da

mentalidade brasileira no processo da minha profissão de escritora. Respondi-lhe que, no início, a interferência foi negativa: a imensa carga de convenções cristalizadas na época, me abafara demais, como abafara os jovens de minha geração, éramos tímidas: ousar o quê diante do inexistente mercado de trabalho para a mulher? A libertação modestíssima só foi facilitada durante as extraordinárias alterações pelas quais passou o país desde a minha adolescência (quando comecei a escrever) até a arrancada principal coincidindo com a estimulante ebulição notadamente a partir do suicídio de Vargas [em 1954]”: estava então eu saindo da Faculdade de Direito onde participara de passeatas de lenço amarrado na boca. Vivo ainda o som das patas de cavalo. E o borbulho no peito do jovem ferido de morte. Se me libertei mais do que o próprio país, foi simplesmente porque a libertação individual era mais fácil”.³²⁷

Se, por um lado, as linhas de força que operam em cada pleito evidenciam que a vitória na luta concorrencial por uma Cadeira na ABL subentende uma bem-arquitetada política de indicações, configurando-se como uns dos passaportes indispensáveis para a sagração imortal, por outro, o ingresso de Lygia Fagundes representa, sem dúvida, o coroamento de uma carreira literária já há muito consolidada.

³²⁷ Beauvoir também se mostrava interessada em saber “em que medida a modernização da cultura teria contribuído para a valorização da mulher no seu ofício. Hoje, teria lhe dado uma resposta através de uma idéia de Paulo Emílio Salles Gomes e que parte do princípio de que no nosso século a modernização em geral ó modernizou a burguesia. Como membros de uma corporação que precisa procurar outros recursos de subsistência, além doa tão sumários proporcionados por uma atividade como a literária, por exemplo, chegara a vez das escritoras reivindicarem o difícil reconhecimento no campo da palavra escrita”. Passados alguns dias, Lygia Fagundes recebe um telefonema de Beauvoir, propondo um novo encontro. Decidiram jantar em um restaurante italiano, onde puderam conversar sobre seus “problemas e perplexidades”. Lá mesmo, a escritora francesa sugeriu outro encontro, antes de seu retorno a Paris, pois desejava oferecer à Lygia um exemplar de **Todos os homens são mortais**, bem como obter da amiga um texto de sua autoria, ao que Lygia sinaliza positivamente, pensando em lhe presentear com a versão francesa de **Ciranda de Pedra**. Encontram-se na véspera da partida do casal, em uma livraria, e cumprem o prometido: a troca de exemplares. Passadas duas semanas, Lygia Fagundes é surpreendida com uma carta “no curioso papel quadriculado que me fez recuar até os antigos cadernos de aritmética da minha infância, cada número dentro do seu quadradinho. Mas ali, a letra intratável, livre, desobedecia à convenção das fronteiras. Atenta e atenciosa Simone de Beauvoir. Não só lera o livro como se apressara em alegrar o coração de uma escritora brasileira que passou o dia levitando, em estado de graça”. As duas escritoras voltam a se encontrar uma década depois, dessa vez, no apartamento de Beauvoir, em Paris: “Fomos almoçar num bistrô do bairro, era outono e a folhagem das grandes árvores estava esbraseada. Achei-a mais magra. Mais envelhecida no casaco de couro e botas da cor da folhagem. Voltou aos seus temas preferidos, o movimento feminista. Política. Literatura”.

Nélida Piñon, “uma brasileira recente”

Concorrer a uma Cadeira na ABL não fazia parte dos planos de Nélida Piñon³²⁸, até que, durante conversa informal com Jorge Amado e Lygia Fagundes Telles, em Lisboa, a escritora é instigada a propor sua candidatura, na sucessão de Aurélio Buarque de Holanda. A princípio, Nélida Piñon foi arrebatada por uma dupla surpresa, pois, como lembra em entrevista que nos foi concedida, a sugestão de seus colegas vinha acompanhada pela triste notícia do falecimento do colega acadêmico.

Eu só tomo esta decisão [de concorrer a uma vaga na Academia] uma semana em que eu estou em Lisboa, com Lygia Fagundes Telles, Jorge Amado e José Saramago. Saíamos da reunião, Jorge, com aquela camisa colorida, vinha ao encontro, com Zélia, “você vai se candidatar na vaga do Aurélio”. Porque ele [Aurélio Buarque] morre enquanto nós estávamos viajando. E eu queria muito bem ao Aurélio. E eu disse “como?”. Me deu um choque, porque eu não sabia que um amigo tinha morrido. Fiquei chocada, e o Jorge, que era um leão, leonino persistente, tinha um gênio forte, e queria porque queria. Então, o que ele faz? “Vamos todos almoçar”, naquele parque Mayer, perto do Hotel Tívoli, perto da Avenida Liberdade, onde ele freqüentava. Um lugar modesto, mas que

³²⁸ A carioca Nélida Piñon, nascida em 1937, possui ascendência ibérica, herança que sempre exerceu grande influência em seu processo criativo. Seus pais Olivia Carmen Cuiñas Piñon e Lino Piñon Muíños, naturais de Cotobade, Galícia, radicaram-se no Brasil na década de 1920. Formada em jornalismo pela PUC-RJ, sua estréia literária ocorreu em 1961, com a publicação de **Guia-mapa de Miguel Arcanjo**, que abriu caminho para seguidas produções, cujo ponto alto é o romance **A república dos sonhos**, de 1984. Em 1970, Nélida Piñon cria a disciplina de Criação Literária na Faculdade de Letras da UFRJ. Ganhadora de inúmeros prêmios, dentre os quais o Internacional Juan Rulfo de Literatura Latino-Americana e do Caribe (conjunto de obras), em julho de 1995; Ibero-Americano de Narrativa Jorge Isaacs, de Cali, Colômbia – para conjunto de obra, em setembro de 2001 (primeiro intelectual de língua portuguesa e primeira mulher a receber este prêmio); Prêmio Rosalía de Castro, para conjunto de obra em língua portuguesa – Galícia, Espanha, concedido pelo PEN Clube da Galícia, em maio de 2002; Prêmio Internacional Menéndez Pelayo – entregue em Santander pela Ministra de Educação e Cultura de Espanha, em julho de 2003; Prêmio Príncipe de Astúrias, Letras, indicada por um júri formado por 20 intelectuais espanhóis, presidido pelo Presidente da Real Academia, Don Victor Garcia de La Concha, em Oviedo, Espanha, recebido em outubro de 2005; Prêmio Woman Together, entregue em 3 de abril de 2006 na sede da ONU, em Nova York, por sua “implicação na consecução dos Objetivos do Milênio Através do Desenvolvimento da Mulher, a luta contra a pobreza, a educação, a arte e a cultura”. Dentre as premiações nacionais vale citar o Prêmio Mario de Andrade, da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), pelo romance **A casa da paixão**, em 1973 e pela obra **República dos sonhos**, em 1985; Prêmio Golfinho de Ouro, pelo conjunto da obra, oferecido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelo Conselho Estadual de Cultura, em 1990; Prêmio Álvaro Moreyra, concedido pela Academia Carioca de Letras, por **Até amanhã, outra vez**, em 2000; Prêmio Jabuti, pelo romance **Vozes do deserto**, em 2005. Em 1995, ano em que Nélida Piñon é eleita Primeira-Secretária da ABL, é também nomeada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vindo a integrar a delegação brasileira junto à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. Cf. COELHO, 2002: 507-509 e também os sites: <http://www.academia.org.br> e <http://www.nelidapinon.com.br>.

ele guardava muito carinho, porque quando ele estava exilado, ele vai receber Zélia e o filhinho, que vêm do Brasil, em 1945, lá. (...) Era um parque de diversões, com vários pequenos restaurantes. Então, ele vai, com a mulher e o filho para este restaurante, que é muito modestinho e barato. A dona era uma senhora, com as filhas. As portuguesas ajudaram o menininho, deram leite, mamadeira, tudo. Então, Jorge, mesmo depois de ficar famoso, conhecido, sempre foi muito agradecido, um homem grato, que tinha o sentimento da gratidão. Então, ele já um homem famoso, ele ia pra lá. Ele levava os escritores. E lá fomos almoçar. E ele, “você tem que ser candidata”, “você tem que ser candidata”, e Lygia também.³²⁹

Retomando o que foi mencionado no tópico anterior, Lygia Fagundes Telles, para reforçar a proposta de Jorge Amado, conta à colega escritora que Paulo Emílio Salles Gomes costumava definir a Academia como um local de proteção, especialmente para as mulheres. Aqui está explícita a referência a um ambiente viril, com o qual a mulher poderia contar como fonte de zelo, amparo e assistência.

Lygia dizia: - Nélida, Paulo Emílio, que era trotskista, dizia: - você tem que entrar na Academia, porque a Academia protege, sobretudo a uma mulher.

E ele tinha razão. É um lugar de proteção. Nós somos muito apaixonadas pela Casa. Então, a Casa tem o sentido da proteção aos seus membros. Somos só 40. As nossas discussões eventuais, quando há, e eu acho que para o número de 40 egos, nós temos uma grande harmonia. Então, um protege o outro.

³²⁹ Esta seção terá como um dos recursos analíticos fundamentais a já citada entrevista que Nélida Piñon concedeu-me em 10 de agosto de 2008. A íntegra da mesma encontra-se disponível no **Apêndice 2** desta tese. Como relata Nélida Piñon, Jorge Amado costumava, há muito, freqüentar com a família um restaurante modesto, em Lisboa, localizado no Parque Mayer. E, quando Nélida se encontra com ele, com Zélia Gattai e com Lygia Fagundes Telles na capital portuguesa, em virtude de um Congresso, o escritor baiano as convida para um almoço neste restaurante, chamado *O Retiro da Amadora*, que acabou sendo o cenário de algumas das conversas acerca da vaga deixada por Aurélio Buarque e da sugestão do nome de Nélida Piñon como candidata a sua sucessão. Muito embora não especifique a data, tudo leva a crer que foi após o término da Segunda Guerra, Zélia Gattai rememora a primeira vez que esteve no restaurante com o marido, local que, aos poucos, se tornou um “refúgio” para a família Amado: “Existe no centro de Lisboa, ao lado da Avenida da Liberdade, um grande parque arborizado – tílias, nespereiras, figueiras, um venerável jacarandá, oriundo do Brasil –, o Parque Mayer, a meu ver, um dos encantos da capital portuguesa. Nele se localizam alguns dos mais tradicionais teatros da cidade, nos quais se apresentaram e se apresentam artistas famosos da revista e da comédia – reino de Beatriz Costa e Raul Solnado –, e uma dezena de restaurantes que servem a típica comida portuguesa, sem luxo mas de insuperável qualidade. Quis minha estrela [é assim que Zélia se refere ao marido] que o motorista nos conduzisse naquele dia ao Parque Mayer, do qual viria a ser freqüentadora habitual muitos anos mais tarde, e, ainda mais, que eu escolhesse para o nosso almoço um recanto pequeno e aprazível, O Retiro da Amadora. Nunca poderia imaginar que um dia me tornaria amiga fraterna daquelas jovens atenciosas que nos atenderam, as proprietárias do acolhedor restaurante” (GATTAI, 1984: 24).

E a Academia é uma instituição poderosa, a grande instituição cultural do Brasil. Então, ele percebeu, o Paulo Emílio, que se ele morresse, a Lygia estaria protegida. E ele morre logo.³³⁰

Se, durante anos a fio, a ABL se mostrou terminantemente infensa à elegibilidade feminina, a fala de Paulo Emílio Salles Gomes, à qual anteriormente nos referimos, fornece novos elementos que atestam o quanto a agremiação soube tirar proveito desta nova situação, transformando a presença de mulheres em fator de reiteração de seus contornos varonis, agora acetinados e transfigurados em um aprazível espaço de “proteção”.

Por certo que a conversa com Jorge Amado e Lygia Fagundes fora determinante para que Nélida Piñon decidisse propor candidatura à ABL. Tanto que, de volta ao Brasil, a escritora não demora a tomar as medidas necessárias para encaminhar sua solicitação. Aliás, no dia em que formaliza a sua inscrição, a escritora é sondada pelo Presidente Austregésilo Athayde, que se mostra interessado em conhecer as motivações que a conduziram a concorrer a uma Cadeira na Casa de Machado de Assis.

A conversa com o Presidente também se revela crucial para a vitória de Nélida, pois, desfrutando de uma posição privilegiada e inegavelmente influente, Athayde poderia, a partir dali, se tornar um importante aliado, um “cabo eleitoral”. Ao que parece, foi exatamente isso o que aconteceu, pois a proponente respondeu exatamente o que ele desejava ouvir, saindo-se muito bem da inesperada sabatina.

A Carmen, que é a grande Secretária, a memória da Academia, disse: - o Presidente Athayde quer falar com a senhora.

E ele (...) parecia um totem. Ele não me conhecia, nem eu a ele.

- Soube que a senhora acabou de se inscrever.

E eu: - Sim, Presidente, acabei de me inscrever, na vaga do querido mestre Aurélio Buarque, meu amigo.

E ele disse: - e por que a senhora se inscreveu?

E eu comecei, gentilmente: - porque, eu sou de família imigrante, e eu achei que me faltava essa memória, para completar essa minha visão do Brasil. Mas, de repente, eu senti que tinha que viver uma coisa, que estava no sub-reptício de sua pergunta. Agora, se o senhor pensa, Sr. Presidente, que eu me inscrevo buscando a glória que a Academia vai dar, o senhor está equivocado. Eu não estou me inscrevendo para buscar a glória, que só a Academia pode me

³³⁰ Entrevista já citada, concedida por Nélida Piñon. Consultar **Apêndice 2**.

dar, não. Que glória eu quiser, quem vai me dar sou eu, com os meus livros, e na rua. Eu não vim buscar glória.

E sabe que, a partir dali, ele me tratou de uma forma absolutamente especial.³³¹

Na sessão do dia 27 de julho de 1989, Austregésilo de Athayde anuncia o êxito de Nélida Piñon, em primeiro escrutínio, na acirrada disputa pela Cadeira 30³³², em que disputou com os seguintes candidatos: Antônio Olinto, Olavo Dantas, Felisbelo da Silva, Ruy Bueno de Arruda Camargo, Raimundo Santa Helena e Diógenes Magalhães. Com apenas dois votos de vantagem sobre Antônio Olinto, Nélida Piñon torna-se a quarta mulher a integrar o “Silogeu brasileiro”.

Feita a apuração, foi o seguinte o resultado:

1º. Escrutínio

Nélida Piñon..... 19 votos

Antônio Olinto..... 17 votos

Olavo Dantas..... 1 voto

(Fonte: RABL, jul.-dez., 1989: 203)

Como fica visível, a pugna se desenrolou entre Nélida Piñon e Antônio Olinto, que era chamado de “o candidato do Presidente José Sarney”.³³³ Segundo Lygia Fagundes Telles, a vitória fora sofrida e apertada, e se concretizou graças à mudança, em última hora, do voto de alguns acadêmicos, dentre eles, o do General Lyra Tavares.

A imprensa definiu a eleição de Nélida Piñon como uma derrota do bloco governista e do fisiologismo, porém, a escritora afirma não ter transformado a sua campanha, que definiu como “discreta”, em um embate político. O próprio Jorge Amado, que tanto incentivou sua candidatura, declarou ter votado em seu adversário, Antônio Olinto.³³⁴

³³¹ Entrevista já citada, concedida por Nélida Piñon. Consultar **Apêndice 2**

³³² Além de Nélida Piñon, a Cadeira 30, que tem como Patrono Pardal Mallet é formada por Pedro Rabelo (membro fundador), Heráclito Graça, Antônio Austregésilo e Aurélio Buarque de Holanda.

³³³ Antônio Olinto assumiu, em 31 de julho de 1997 a Cadeira 8, na sucessão de Antônio Callado.

³³⁴ As seguintes notícias, todas publicadas na mesma data – 28 de julho de 1989 –, fazem menção a este fato. *O Estado de S. Paulo*: “Nélida derrota candidato do Planalto à imortalidade”; a *Folha da Tarde*: “Sarney perde entre imortais”; a *Folha de São Paulo*: “Nélida Piñon derrota grupo de Sarney”. Fonte: Coleção Nélida Piñon. Arquivo ABL.

Imagem 58 — Após a eleição, os votos são queimados em uma pira, tal como evidencia a imagem. *O Globo*, 6-12-1989. Fonte: Coleção Nélida Piñon. Arquivo ABL.

A fotografia acima (**imagem 58**) retrata o ritual de encerramento da eleição que sagrou Nélida Piñon como membro da ABL: a queima dos votos. O procedimento em questão caracteriza todo e qualquer pleito ocorrido na agremiação. Com uma postura imponente e olhar compenetrado, a escritora detém o controle da pira e comanda, tal qual uma “feiticeira”, o irreversível “apagamento” das preferências cristalizadas nas cédulas. Cada voto, por mais comprometedor que possa ser, encontra nas chamas seu destino final, ocasião em que é selado, simbolicamente, o “anonimato” das escolhas.³³⁵

Nélida Piñon, que se considerava uma brasileira ainda recente³³⁶, atribui seu interesse pela Academia ao fato de enxergar aí uma possibilidade de sedimentar sua nacionalidade, de recrudescer sua brasilidade. Assim, sempre que questionada acerca dos interesses que orientaram a sua candidatura, a escritora descarta as motivações vis, como a vaidade e a consagração, e fundamenta-se em argumentos que giram em torno de idéias como “pertencimento” e “inserção”, arrostando e, mais do que isso, contrapondo-se àquelas suposições que, inevitavelmente,

³³⁵ A anonimidade não é apenas assegurada simbolicamente, por meio do ritual de queima dos votos, mas sob a forma do silêncio dos acadêmicos em torno de seus candidatos preferidos. Ainda que alguns sócios cheguem a declarar abertamente suas escolhas, a manifestação pública é considerada um desrespeito aos Estatutos da entidade. Tendo isto em vista, a reconstrução pormenorizada das linhas de força que operam em cada pleito acaba por ser dificultada, pois as motivações que conduzem as escolhas de cada membro nem sempre correspondem àquilo que as relações de proximidade entre eles parecem anunciar.

³³⁶ “Sou brasileira recente” foi o título escolhido por Nélida Piñon para intitular o seu discurso de posse, posteriormente publicado em PIÑON, Nélida. **Presumível coração da América**. Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2002, p. 77-96.

compõem o imaginário dos que buscam compreender os interesses que impelem escritores e “expoentes” a galgarem inserção em entidades como esta.

Jorge disse: - Nélida, comece a ligar.

Mas, naquela época, os telefonemas internacionais eram caros, e eu não tinha as facilidades que eu tenho hoje.

Mas aí, eu disse: - está bem. E fiquei pensando. Talvez me falta enveredar pela memória da Academia, como se eu estivesse enveredando pela memória do Brasil, porque sempre, até então, eu tinha o sentimento de ser uma brasileira recente. Amava o país, conhecia profundamente tudo do Brasil e de sua história, mas eu era uma brasileira recente.

Talvez me falte conversar, ter convívio com estes acadêmicos, para que parte da memória brasileira entre em mim como escritora, porque eu me penso como escritora, e não como acadêmica. Eu amo a Academia, mas eu sou escritora. Tanto que eu continuo publicando, eu continuo lutando. Eu não penso nas benesses da Academia, eu penso na batalha literária, na criação, na publicação. Você vê que eu estou sempre publicando.³³⁷

Como mostramos há pouco, a conversa que Nélida Piñon teve com o Presidente Athayde, logo após haver efetuado sua inscrição, evidencia seus interesses para com o “Silogeu brasileiro”: menos do que a fruição das benesses advindas da agremiação, de seus efeitos de consagração, o que estava em jogo era a anunciada possibilidade de galvanizar seu pertencimento, que adviria a partir do convívio com os acadêmicos.³³⁸

O discurso de posse da escritora salienta justamente este ponto, e atualiza, por meio de referências familiares, o tecido compósito do qual se originou **A república dos sonhos**, publicado em 1984:

Muitas vezes confessei que sou brasileira recente. Minha família, no Brasil, é mais jovem que as palmeiras imperiais do Jardim Botânico. Carrego comigo a sensação de haver, eu mesma, desembarcado na Praça Mauá, no início do século, no lugar dos meus avós, em busca da aventura brasileira, a única saga que ainda hoje estremece meu coração.

(...)

Aos senhores membros desta Academia, que me acolheram com generosidade quando lhes bati à porta pela primeira vez, declaro-me

³³⁷ Entrevista já citada, concedida por Nélida Piñon. Consultar **Apêndice 2**.

³³⁸ Porém, de todo modo, seria muito improvável que qualquer acadêmico (ou candidato) admitisse ter como motivação de ingresso à ABL o desejo de consagração.

sinceramente honrada. A esta Casa cheguei não tangida pelas glórias, que jamais consolam quando tanto nos falta ainda por fazer. Vim em busca, sim, do convívio enriquecedor, do ensejo único de privar com a preciosa memória que emana desta histórica instituição.³³⁹

Diferentemente das demais eleitas, a experiência de Nélida Piñon na ABL envolve sua atuação também em cargos administrativos, dentre os quais podemos destacar o de Secretária-Geral, na gestão de Antônio Houaiss, e o de Presidente, entre os anos de 1996 e 1997.

Logo depois que eu tomei posse, ele [Austregésilo Athayde] me manda para Portugal, junto com Antônio Houaiss, para discutir o acordo ortográfico. Eu não tinha tradição na Casa, e logo depois ele me coloca na Secretaria. Você vê que eu percorri vários cargos, e muito cedo.³⁴⁰

Em meados de 1996, Antônio Houaiss, enfermo, solicita afastamento da agremiação, e Nélida Piñon, que desempenhava a função de Secretária-Geral, assume, interinamente, o lugar do acadêmico, e é oficialmente apresentada aos demais membros, na sessão de 1.º de agosto de 1996. De acordo com a Ata a referida sessão,

a acadêmica Nélida Piñon comunicou que o Presidente Antônio Houaiss encontra-se enfermo e, na sua ausência, assume a presidência, fazendo votos para que na próxima semana já possa estar presidindo a Casa com o brilho de sempre (RABL, jul.-dez., 1996: 47).

Josué Montello chega a considerar a interinidade da acadêmica um “*estágio probatório*”, e considera que Nélida Piñon possui “a vocação das letras e a capacidade administrativa de uma dona-de-casa”.³⁴¹ Nota-se facilmente no comentário do acadêmico a atualização daqueles discursos deterministas produzidos ao longo do século XIX, que estabelecem uma

³³⁹ Como dito, a íntegra de todos os discursos de posse encontra-se disponível no site oficial da ABL: www.academia.org.br

³⁴⁰ Entrevista já citada, concedida por Nélida Piñon. Consultar **Apêndice 2**.

³⁴¹ *Jornal da tarde*, 6 de dezembro de 1996. Fonte: Coleção Nélida Piñon. Arquivo ABL.

correspondência entre mulher e domesticidade, segundo os quais as práticas concretas reiteram a tendência tácita de exclusão feminina do espaço público, especialmente da esfera política (Cf. SIMIONI, 2004: 296; PERROT, 2003; MALUF & MOTT, 2006).

Tendo se saído muito bem em seu período “probatório”, a acadêmica “arranca” elogios de seus pares, torna-se alvo de comentários lisonjeiros – não desacompanhados de um incontido sentimento de surpresa (**imagem 59**) –, que culminam na cogitação de seu nome para concorrer à Presidência da Academia para a próxima gestão.

Imagem 59 – Declarações de Josué Montello e Antônio Callado, quando Nélida Piñon assume, interinamente, a presidência da ABL, no lugar de Antônio Houaiss. *Tribuna da Imprensa*, 6-12-1996. Fonte: Coleção Nélida Piñon. Arquivo ABL.

Com isso, no final de 1996, Nélida Piñon, que até então havia se incumbido, provisoriamente, do cargo, lança sua candidatura e tem sua chapa vitoriosa, sendo empossada em 12 de dezembro do referido ano.³⁴² No trecho final de seu discurso de posse, Nélida Piñon faz menção ao fato de ser a primeira mulher a presidir a ABL:

É como mulher, escritora, cidadã brasileira que hoje, com a ajuda de Deus, dos brasileiros amantes das causas nobres, dos membros desta Casa que,

³⁴² O resultado da eleição é divulgado em 5 de dezembro de 1996, e a chapa de Nélida Piñon, a única a se candidatar, é eleita por unanimidade. Votaram 38 acadêmicos. Na cerimônia de posse, a acadêmica proferiu o discurso “Memória da viagem”, no qual reverencia alguns dos acadêmicos que a precederam nesta posição que agora lhe fora confiada. Posteriormente, o discurso foi publicado em: PIÑON, 2002.

libertos de preconceitos, confiaram na minha condição feminina, assumo, comovida, a Presidência da Academia Brasileira de Letras (PIÑON, 2002: 103).

Além de a própria acadêmica considerar sua vitória “um ato absolutamente progressista [da ABL]” (PIÑON, 1999: 156), sintomática do arrefecimento do preconceito que a agremiação sempre tivera quanto à presença de mulheres em seus quadros, esta eleição específica ocorre em um momento bastante sugestivo, uma vez que a Academia se encontrava em meio aos preparativos para a comemoração de seu I Centenário. Portanto, as solenidades, que já se anunciavam em 1996, seriam orquestradas pela batuta de uma mulher.³⁴³

Você sabe que havia grandes disputas para saber quem ia ser o Presidente do Centenário. (...) E foi uma presidência brilhante, nos feitos, nos gastos. Um dos maiores elogios que eu recebi, no final de minha presidência, foi de Ledo Ivo, que disse “Sra. Presidente, a senhora pecou por avara”. Com isso, ele quis dizer que eu tive um zelo com o dinheiro público, com o dinheiro da Academia.³⁴⁴

³⁴³ Segunda a própria acadêmica, “esta Casa, no seu Centenário, em consonância com seu papel aglutinador da consciência intelectual do país ambiciona reforçar seus vínculos com Instituições brasileiras, em particular com as Academias Federativas que, ao longo da história foram salvaguardadas, em seus estados, da cultura normativa, nem sempre estimulada. Através delas, dos intelectuais brasileiros de regiões díspares, precisamos forçar o Brasil a conhecer-se, abolindo a rigidez hierárquica e as avaliações apressadas (...) Apontar a má distribuição de renda cultural, ousar olhar de perto o espelho e as deformações da história. O que se reflete nesta superfície, por sinal, diz respeito ao frontispício desta Academia. Nesta diretoria, composta por tantos ilustres Acadêmicos, e pelos demais membros desta Casa, prevalece irrepreensível zelo pelo língua, que nos desafia a autoria de um novo Dicionário. Zelo pelo rigor orçamentário, pelo acervo patrimonial, pela Biblioteca e Arquivo, ambos a caminho da imediata informatização. Zelo pela Revista Brasileira, pelos Anais, pelas publicações, pelo Banco de Dados, todos a servir de ponte entre tradições centenárias e os apelos do futuro” (PIÑON, 2002: 102). Em sua gestão, Nélida Piñon inicia o processo de informatização da ABL; inaugura e implanta o Centro de Memória; incentiva a visitação pública ao *Petit Trianon*; promove eventos culturais abertos ao público, dentre os quais Ciclos de Conferências e Palestras com convidados estrangeiros e nacionais, mesas-redondas comemorativas. Atualmente, estes eventos fazem parte da programação permanente da ABL. O resultado das comemorações do Centenário rendeu a publicação do livro já citado **Academia Brasileira de Letras – 100 anos**, com texto assinado por Rodrigo Lacerda e coordenação do projeto de Alberto da Costa e Silva, bem como a produção do CD-ROM correspondente.

³⁴⁴ Entrevista concedida por Nélida Piñon. A escritora, em “Presumível coração da América” menciona o arbitrário trabalho da memória “oficial”, que não só preteriu a mulher, como lhe destinou, durante tantos anos, tecer “a história lacrada no interior do seu espírito” (PIÑON, 2002: 14). Daí a importância histórica de sua ascensão à Presidência da ABL. Contudo, ainda que Nélida Piñon se considere feminista, e que, em sua trajetória muitos sejam os momentos em que se dedica às discussões em torno dos papéis sociais da mulher, sua atuação na Academia, bem como sua “postura ética e estética nunca permitiria que ela se identificasse com a teoria feminista da escritora marginalizada” (MONIZ, 1997: 104).

Como se pode perceber, é pronunciado o caráter simbólico desse empossamento: além de ser a primeira gestão feminina à frente da Casa de Machado de Assis, ela ocorre justamente no ano em que a agremiação comemora os cem anos de sua criação – que também coincide com os vinte anos do ingresso da primeira escritora.

A eleição de Nélida Piñon à presidência da Academia Brasileira de Letras foi recebida com gerais aplausos por significar o reconhecimento do papel da mulher na sociedade contemporânea (...) Não faltaram, todavia, referências irônicas e até mesmo maldosas, até o ponto de considerar a Casa de Machado de Assis anacrônica e sem significado na paisagem cultural de nosso tempo.³⁴⁵

Com o término da gestão de Nélida Piñon, o acadêmico Arnaldo Niskier torna-se seu sucessor, vindo a desempenhar a função de Presidente da agremiação entre os anos de 1998, quando é eleito, e 1999, momento em que ocorre a sua reeleição. Se, entre 1996 e 1997, a ABL assistiu, pela primeira vez, a uma acadêmica na presidência, a gestão de Niskier foi marcada pela projeção da figura da “primeira-dama”, até então pouco visível naquelas paragens. Tal proeminência se deve ao envolvimento de sua esposa, Ruth Niskier³⁴⁶, na organização de dois ciclos de palestras, que contaram com a chancela da ABL, e que tiveram como eixo comum o tratamento das relações entre as mulheres e a sociedade. De acordo com a idealizadora do evento:

Não se trata de exaltar pura e simplesmente a presença e participação da mulher na sociedade brasileira. Desde que ela adquiriu o direito de voto, o que só em 1946 pôde exercer pela primeira vez, a mulher não mais se contentou com o papel de coadjuvante do homem, de forma secundária, mas passou a exigir uma presença mais igualitária no processo de desenvolvimento econômico e social.

³⁴⁵ Artigo escrito por Miguel Reale, e publicado na *Folha de S. Paulo*, em 16 de dezembro de 1996. De acordo com o *Jornal da tarde*, “mais do que um tabu brasileiro, a eleição de uma mulher para a presidência de uma academia de letras nacional é inédita mundialmente. Tanto que o fato despertou a curiosidade do tradicional jornal *Le Monde*, que a entrevistou antes da eleição. Para Nélida, o simples fato de ter uma mulher ocupando o cargo máximo da ABL é uma prova da adequação da Academia a seu tempo”. 6 de dezembro de 1996. Fonte: Coleção Nélida Piñon. Arquivo ABL.

³⁴⁶ Ruth Niskier concedeu-me uma entrevista, em 8 de agosto de 2002, na qual pontua as características gerais do Comitê Cultural Feminino. Segundo a organizadora, muito embora sua sobrevida não tenha sido significativa sob a chancela da ABL, o Comitê continua existindo, e conta com o patrocínio da joalheria H. Stern.

Assim, surgiram as primeiras mulheres que passaram a brilhar na cena pública, aumentou a sua presença na política e na vida cultural, de que são uma boa e eloqüente prova as três que hoje brilham na Academia Brasileira de Letras: Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Nélida Piñon (NISKIER, 2000: 3).

A iniciativa de Ruth Niskier formalizou-se em março de 1998, e foi batizada com o nome de *Comitê Cultural Feminino*. De acordo com a então “primeira-dama”, o Comitê buscou tematizar o papel da mulher na sociedade hodierna, a partir de olhares distintos, de acordo com o propósito de cada ciclo: as conferências que compuseram o primeiro ciclo foram proferidas, exclusivamente, por membros da Academia, tendo sido posteriormente publicadas em 8 de março de 1999, no volume **A mulher na sociedade contemporânea**³⁴⁷. Já para o segundo ciclo, a organizadora convidou mulheres expoentes em diferentes áreas de atuação, e o resultado das palestras ministradas deu origem ao livro **A mulher no terceiro milênio**, publicado em 2000.³⁴⁸ Nestes termos, à presidência feminina de Nélida Piñon seguem-se as propostas e iniciativas levadas a cabo pela então “primeira-dama” Ruth Niskier. Em que pese as limitações que esta função tradicionalmente carrega, estando sempre associada ao cumprimento de protocolos capazes de reforçar seu aspecto meramente ornamental, Ruth Niskier conferiu-lhe novos contornos, vislumbrou novas possibilidades de atuação e incitou os acadêmicos a refletirem sobre o papel da mulher no mundo atual. Por outro lado, tais discussões não chegaram a transcender a

³⁴⁷ O primeiro ciclo contou com a participação dos seguintes acadêmicos: Ivo Pitanguy, com a conferência “Beleza e cultura”; Antônio Olinto, que falou sobre “A mulher na literatura”; Lêdo Ivo, com o tema “A mulher na poesia”; Lygia Fagundes Telles, cuja abordagem versou sobre “As personagens femininas”; Nélida Piñon, com a palestra sobre “A paixão e a memória da mulher” e Sábato Magaldi, que analisou “A mulher no teatro brasileiro”. O ciclo de palestras teve início em 14 de abril de 1998 e encerrou-se em 16 de novembro do referido ano, de modo que a cada mês uma conferência fora realizada. Merece destaque a intróito preparado por Antônio Olinto, que emerge sob a forma de dedicatória: “(...) eu quero dedicar esta conferência à memória de Dinah Silveira de Queiroz, a mulher que abriu as portas da Academia para as mulheres. Mulher que lutou, durante mais de dez anos, insistindo em que a Academia não podia continuar naquela situação, que achava – e o dizia publicamente – irregular, inconstitucional, pois, sendo a Academia uma organização subordinada às leis, não podia proibir, nela, a presença de uma parte ponderável da cidadania brasileira. Depois de conseguir essa vitória, nada fácil, não foi a Dinah a primeira a entrar para a Academia. A primeira foi Rachel de Queiroz (...) Mas a vitória foi das duas: uma que conquistou o lugar, a outra que se tornou a primeira (...) A vitória de Dinah havia acontecido antes, pois fora a primeira mulher a ganhar o Prêmio Machado de Assis, em 1954; a segunda foi Rachel, em 1958” (1999: 43-44).

³⁴⁸ Participaram do segundo ciclo a advogada e professora Rosiska Darcy de Oliveira –, que presidiu, em 1995, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – com o tema “Feminismo e feminilidade”; Mariana Jacob, que abordou “A inserção da mulher numa perspectiva médica no século XXI”; Cláudia Costin, tratando das relações entre “A mulher e o poder”; Maria Sílvia Bastos Marques, que falou sobre “O crescimento da mulher na área dos negócios”; Maria Beltrão, com o tema “A mulher brasileira: de onde veio e para onde vai”; Dalal Achcar, cuja conferência versou sobre “Arte e cultura no próximo milênio” e Maria Helena Matarazzo, com a palestra “O amor em evidência na virada do século” (NISKIER, 2000).

vigência da gestão de Arnaldo Niskier, o que acabou por lhes conferir o caráter de “episódico bafejo”.

“A noite está estrelada e ele não está comigo”: a imortalidade da “amada” de Jorge.

“Ai, que saudades de Jorge!” É assim que Zélia Gattai³⁴⁹ inicia o livro **Jorge Amado: um baiano romântico e sensual** (AMADO et al. 2002), dedicado à memória de seu companheiro, com quem viveu uma duradoura união, que ultrapassou os 55 anos.³⁵⁰ Despida de formalidades, a memorialista nos familiariza, sem volteios, com algumas passagens biográficas que marcaram a experiência do casal, desde o “primeiro encontro”, até o momento em que Zélia Gattai se depara com aquela que seria a grande perda de sua vida: a morte de Jorge Amado. Para a memorialista, escrever sobre o assunto é uma forma de abrandar a tristeza, de trazer o marido de volta à vida (p. 101).

³⁴⁹ Filha dos italianos Ernesto Gattai e Angelina Da Col, Zélia Gattai (1916-2008) nasceu em SP, tendo estreado como escritora em 1980, com o romance **Anarquistas, graças a Deus!**, no qual põe em tela suas raízes italianas e as agruras da imigração italiana. Seu pai integrava o grupo de imigrantes políticos que aportou no Brasil em fins do século XIX, com o objetivo de fundar uma comunidade anarquista na selva brasileira. A família de sua mãe chegou ao Brasil no período da abolição da escravidão, e passou a trabalhar nas plantações de café, em São Paulo. Em meados da década de 1930, um amigo de seu avô lhe empresta um livro de Jorge Amado, cuja leitura muito lhe entusiasmara. Este foi seu primeiro contato com o escritor, com quem casaria em 1945, em seu segundo matrimônio, e pouco depois de se conhecerem pessoalmente. Como diz Gattai, “apenas ele me viu pela primeira vez em maio de 1945. Eu o vi, de longe, meses antes. Segundo ele sempre confessou, ao pôr os olhos em mim, o clima rolou em seguida (...) Eu vi Jorge antes de ele me ver, no Teatro Municipal, no início de 1945, na abertura do I Congresso de Escritores, no qual ele presidia a delegação baiana. Admiradora do escritor, ao saber que ele participaria do congresso, toquei-me para o Municipal (...) Ao longe, eu o vi cercado de gente, sobretudo de mulheres, belas, cultas, charmosas. Conhecia algumas delas, de jornais e revistas. Sentada ali, sentada fiquei. Quem era eu para me aproximar da celebridade? Não era intelectual, não possuía credenciais, nem mesmo coragem para me apresentar e dizer-lhe ser uma leitora encantada de seus livros (...)” (GATTAI, 2002: 11-12). Foi em meio a um comício organizado por Jorge Amado, para Prestes, que acabava de sair da prisão, que Zélia e Jorge ficam frente a frente. A partir daí, Jorge Amado a convida para ser sua datilógrafa e tem início a duradoura relação, que só se dissolveria em 2001, com o falecimento de seu “Amado”. A decisão de escrever sobre sua infância partiu da influência dos filhos João Jorge, nascido em 1947, e Paloma, em 1951, que costumavam ouvir com entusiasmo as histórias que a mãe costumava contar. Após muita insistência para que fossem transformadas em livros, Zélia sucumbe ao pedido dos filhos e começa a escrever suas memórias; a própria Zélia Gattai lembra que quando se deu conta, 300 páginas haviam sido escritas (Idem, 1990: 9). Com exceção de seu livro de estréia, os demais recontam sua trajetória, sempre “indissolavelmente fundida à vida aventureira e fecunda de Jorge Amado e suas andanças” (COELHO, 2002: 657).

³⁵⁰ Prefaciado por Eduardo Portella, este “livro-testemunho, [foi] escrito pela **mulher de Jorge Amado**, Zélia Gattai Amado, e pelos filhos, Paloma Jorge Amado e João Jorge Amado” (PORTELLA, 2002: 7, grifos nossos).

Este breve preâmbulo deixa visível que as lembranças que Zélia Gattai partilha com os leitores germinam das experiências que a atrelam a seu companheiro e parceiro intelectual.³⁵¹ Até mesmo a presença de ambos na ABL está imbricada, pelo elo inquebrantável da sucessão acadêmica. E a esse respeito, o ingresso de Zélia Gattai na “Casa de Machado de Assis” trouxe consigo algo novo, capaz de sedimentar, simbolicamente, os laços que a uniam em vida, a Jorge Amado: pela primeira vez, a genealogia de uma Cadeira comporta como membros – ainda por cima, seqüenciais – marido e mulher. A imortalidade literária parece sacramentar a tão duradoura união vivida pelo casal.

A frase inicial do discurso de posse de Zélia Gattai dá o tom exato do tipo de abordagem que a recém-eleita havia preparado para a cerimônia: “Chego à vossa ilustre companhia, talvez trazida por uma estrela”. Aos demais membros da Cadeira³⁵², considerável comedimento, parcas referências. Portanto, o esperado se cumpriu, e a preleção da acadêmica se revelou um verdadeiro preito ao seu antecessor direto, Jorge Amado, que havia ocupado, durante quarenta anos, a Cadeira que agora lhe competia preencher.

Em 2001, Jorge Amado e eu comemoramos 56 anos de nosso primeiro encontro. Ele me vira pela primeira vez, em São Paulo, em maio de 1945. De mim ele não sabia nada, nem podia saber porque eu era apenas uma simples desconhecida, sem nenhuma credencial. Ele também não sabia que eu possuía uma estrela que o pusera em meu caminho.

Jorge me encontrava pela primeira vez, mas eu o conhecera antes, o vira de longe, no início de 1945, no Teatro Municipal, na abertura do Congresso Brasileiro de Escritores, que se realizava em São Paulo.³⁵³

A indicação do nome de Zélia Gattai para integrar o quadro de membros da ABL partiu de Arnaldo Niskier, Eduardo Portella e Antônio Olinto, e contou com a pronta adesão da maioria dos acadêmicos. E vale salientar que o anúncio oficial de sua candidatura fez com que alguns

³⁵¹ A respeito das influências profissionais e do rendimento intelectual experimentado por casais de artistas consultar a obra já citada: CHADWICH & COURTIVRON, 1995.

³⁵² Além de Jorge Amado, a Cadeira 23, que tem como Patrono José de Alencar, fora ocupada pelos seguintes acadêmicos, seguindo a ordem cronológica de ingresso: Machado de Assis, membro fundador; Lafayette Rodrigues Pereira; Alfredo Pujol e Otávio Mangabeira. O sucessor de Zélia Gattai, e atual ocupante da Cadeira 23 é Luiz Paulo Horta.

³⁵³ Trecho do discurso de posse proferido por Zélia Gattai. A íntegra encontra-se disponível em <http://www.academia.org.br>

pretendentes à vaga recuassem, antevendo uma estrondosa derrota para a proponente (que sequer havia formalizado sua candidatura). Dentre os desistentes estão Jô Soares e Paulo Coelho.³⁵⁴

Nunca poderia imaginar que eu seria a primeira mulher a ocupar a cadeira do próprio marido. Eu estava numa tristeza profunda, como se tivesse caído num vazio, pensando como ia continuar minha vida na casa do Rio Vermelho sem Jorge. Não pensava em nada, nem de longe estava pensando na Academia, quando alguns amigos, como Eduardo Portella, Arnaldo Niskier, Antonio Olinto, insistiram para que eu me candidatasse. Portella é amigo de mais de 40 anos. Jorge chamava ele de Príncipe e ele o chamava de Jorgito. Ele está presente em meu livro “Códigos de família”, homem de grandes frases, que faz a gente rir com imensa facilidade. Nunca diz que um amigo entrou pelo cano, diz que tubulou...³⁵⁵

Em um primeiro momento, Zélia Gattai se mostrou reticente diante da indicação, esboçando até mesmo certo constrangimento, talvez por não julgar que estivesse, em termos literários, à altura do marido. Aliás, é bastante visível a insegurança de Zélia Gattai diante de sua atuação no campo literário, tanto que seus livros e suas declarações mencionam, com recorrência, a relação de poder existente entre ela, memorialista, e o marido, escritor. Segundo declaração da própria Zélia Gattai, Jorge Amado sempre a incentivou a escrever (AMADO et al., 2002), e sua profissionalização, ainda que tardia, como escritora se deve a tais estímulos. Contudo, fica patente na fala a seguir, que as recomendações do escritor não deixavam, por outro lado, de demarcar e reforçar a diferença “de estilo” que os separava, à qual acima nos referimos:

Você tem muito a contar. Agora, lhe dou um conselho. Não tente fazer literatura. Você não é uma literata. Você é uma pessoa simples. Ele viu umas páginas que eu tinha escrito para a Paloma e me disse: “Escreva do jeito que você escreveu essas páginas. Escreva com teu coração, com teu sentimento. Escreva a história de São Paulo, da tua infância. Quando começaram a chegar os

³⁵⁴ A esse respeito, afirma Zélia Gattai: “Quando me inscrevi como candidata eu não tinha nenhum conhecimento de que tivesse havido outro candidato antes. Por exemplo, Jô Soares, que é uma pessoa da minha maior estima, eu não sabia que ele estava interessado. Nem Paulo Coelho, escritor com um sucesso formidável. Foi com a insistência da Paloma, do João, de Portella, Niskier, Antonio Olinto, Murilo, que me inscrevi. E depois começou aquela coisa toda. Paulo Coelho me telefonou, me escreveu uma carta, dizendo que não havia outra pessoa para substituir Jorge”. Declaração concedida ao jornal *O Globo*, e publicada em 8 de dezembro de 2001. Fonte: Coleção Zélia Gattai. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

³⁵⁵ Declaração concedida ao jornal *O Globo*, e publicada em 8 de dezembro de 2001. Fonte: Coleção Zélia Gattai. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

primeiros automóveis. Quando ainda não existia arranha-céus, tua vida no meio dos imigrantes de todas as nacionalidades. Tuas experiências. Você tem tanta coisa para contar, minha filha, que você pode fazer um livro com teu coração, não com literatura. Porque literatura barata é uma desgraça”. E você vê, me disse ele, eu também escrevo com o coração. Com emoção. O livro bom é aquele que emociona a gente. Durante 56 anos Jorge foi meu marido, foi meu mestre, foi meu amor. Ele me ensinava as coisas. A procurar a palavra exata. Por causa dele escrevi sempre com o coração, sem usar citações, buscando palavras simples. E ele ficava encantado com o meu sucesso.³⁵⁶

À indicação do nome de Zélia Gattai para concorrer à vaga deixada por seu marido seguiu-se o apoio insistente e incondicional dos amigos e dos filhos, Paloma e João Jorge, que acabaram por convencê-la:

Você tem que se inscrever, mãe”, insistiram. “Você vai ocupar a cadeira do pai. Ele esteve 40 anos lá, ia ficar tão contente. Toda vez que ele foi à Academia você frequentou com ele, você conhece o ambiente, você estima a Academia, faz parte daquela casa.

Também afirmaram: “Você já é uma escritora, você não vai lá dizendo de cara, ah, eu sou herdeira dele e quero tomar conta, não é questão de ser herdeira porque isso não existe. Você pode ir porque você tem seus leitores, seus livros se sucedem”. E é verdade. “Anarquistas, graças a Deus”, por exemplo, já está na 40 edição. Corre o mundo.³⁵⁷

A eleição de Zélia Gattai, ocorrida no dia 7 de dezembro de 2001, teve como adversários os Srs. Joel Silveira, Waldemar Cláudio dos Santos, Marcelo Henrique, Diógenes Magalhães e Cid Paulo Pereira de Oliveira e as Sras. Yeda Octaviano, Rachel da Gama Sampaio e Eliane Ganem. Tendo sido a primeira a oficializar candidatura à Cadeira 23, na sucessão do acadêmico Jorge Amado, a disputa foi vencida quase que por unanimidade, o que atesta que seu ingresso

³⁵⁶ *Jornal NordesteWeb*, 8 de dezembro de 2001. Fonte: Coleção Zélia Gattai. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL. A esse respeito, Antônio Olinto lembra que Zélia Gattai começou a escrever tardiamente, mas com um ímpeto tão pronunciado que lhe rendeu uma considerável produção: “Zélia Gattai Amado, mulher de Jorge Amado, não era escritora. De repente, deu-lhe uma coisa e ela escreveu oito livros de enfiada, sendo cinco de memórias, um romance, dois infantis (...) Esta escritora não tem nada a ver com Jorge Amado, é o oposto de Jorge Amado, com uma simplicidade de estilo, que vem um pouco, talvez, da sua formação italiana em São Paulo, e um gosto de contar casos – casos que fluem, assim, um atrás do outro” (OLINTO, 1999: 50).

³⁵⁷ Declaração concedida ao jornal *O Globo*, publicada em 8 de dezembro de 2001. Fonte: Coleção Zélia Gattai. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

havia sido deliberado pela agremiação com antecedência. O pleito não representou mais do que o cumprimento de protocolos obrigatórios.

Feita a apuração, foi o seguinte o resultado:

1º. Escrutínio

Zélia Gattai Amado..... 32 votos

Joel Silveira..... 4 votos

Nulo..... 1 voto

(Fonte: RABL, jul.-dez., 2001: 378)

Imagem 60 – Zélia enquanto profere seu discurso de posse. *O Dia* (RJ), 22-05-02. Fonte: Coleção Zélia Gattai. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

Embora acusada por muitos de ingressar na ABL por herança³⁵⁸, o então Presidente, Tarcísio Padilha, declara que o resultado favorável da votação não deve ser atribuído ao fato de ser Zélia Gattai esposa de Jorge Amado:

³⁵⁸ Joel Silveira, o único dos nove oponentes de Zélia Gattai que chegou a receber votos, declarou não ver mérito literário na escritora. Lêdo Ivo, articulador da campanha de Joel, mostrou-se insatisfeito com o resultado do pleito.

Não pesou na votação o fato de Zélia ter sido mulher de Jorge, pois ela é uma escritora de personalidade própria. Eles formavam um casal, mas tiveram trajetórias separadas. Além do mais, ela tem uma enorme capacidade de comunicação. Há escritores que escrevem muito bem, mas, quando o livro acaba, deixa uma sensação de vazio. Ela não, ela capta a alma. E é uma grande figura humana.³⁵⁹

Porém, não há como desconsiderar que o ingresso de Zélia Gattai, aos 85 anos de idade, esteve o tempo todo vinculado à imagem de seu marido: até mesmo quando os acadêmicos insistiam em justificar que seu ingresso não simbolizava uma gentileza da Casa, a menção ao nome de Jorge Amado era inevitável. Outra questão que deve ser levantada, e que parece se contrapor aos argumentos dos acadêmicos que buscavam, com insistência, desatrelar a eleição de Zélia Gattai da idéia de “herança” e “favorecimento”, diz respeito ao fato de que, durante estes longos quarenta anos que Jorge Amado frequentou a ABL, o nome de Zélia não chegou a ser cogitado para integrar o quadro de imortais.

Imagem 61 – Zélia Gattai e Nélida Piñon, 2001. Fonte: **110 anos da Academia Brasileira de Letras**, 2007, p. 293. É Nélida Piñon quem anuncia a Zélia Gattai, por telefone, o resultado da votação.

Seria uma coincidência a indicação de seu nome ocorrer justamente após a morte de seu “Amado”? Não se trata aqui questionar o mérito literário de Zélia Gattai, mas de lançar luz sobre a teatralização empreendida pelos acadêmicos, no sentido de mascarar aquilo que soava como

³⁵⁹ *Jornal NordesteWeb*, 8 de dezembro de 2001. Fonte: Coleção Zélia Gattai. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

inequívoco. Arriscamos, pois, apostar na existência de uma relação entre a indicação do nome da memorialista e o falecimento do escritor. Muito embora Tarcísio Padilha tenha chegado a declarar, em 2001, que o resultado favorável da votação obtida por Zélia Gattai não devesse ser atribuído ao fato de ser ela esposa de Jorge Amado, dois anos mais tarde, o mesmo acadêmico deixa escapar, durante seu discurso de recepção à recém-eleita Ana Maria Machado, que a presença de Zélia Gattai na ABL “constituiu uma engenhosa e sábia maneira de reter entre nós o grande Jorge Amado”.³⁶⁰

“A glória não passa de uma companheira das rugas”: o ingresso de Ana Maria Machado

À vida e a todos eu devo
por esta hora encantada.
não tenho como pagar
tamanha glória alcançada.
Só me resta agradecer,
os olhos aos céus volver,
e graças a Deus render.
A todos, muito obrigada.

Com estes versos de agradecimento, a escritora carioca Ana Maria Machado inaugura seu discurso de posse no *Petit Trianon*, em 29 de agosto de 2003. Absorta, a escritora dá voz a uma confidência: “nada faria supor que um dia os caminhos de minha vida me trouxessem a ocupar esta Cadeira número 1 nesta Casa”.

Nascida em 1941, no Rio de Janeiro, a escritora, jornalista e tradutora Ana Maria Machado consagrou-se especialmente por suas produções literárias voltadas para o público infanto-juvenil, muito embora a profissionalização como escritora tenha sucedido suas investidas

³⁶⁰ No discurso em questão, o acadêmico procede a uma “genealogia” da presença feminina na agremiação. Disponível em www.academia.org.br. A vitória de Zélia Gattai foi amplamente noticiada pelos jornais da época, que insistiram na associação entre seu ingresso e o fato de ser esposa de Jorge Amado. As notícias a seguir, todas publicadas no dia 22 de maio de 2002, estabelecem relações entre a posse de Zélia Gattai e o marido, Jorge Amado: “Clã Amado assiste à posse de Zélia”, *O Povo* (Fortaleza); “Zélia Gattai assume a cadeira de seu marido”, *A Tribuna* (Ribeirão Preto); “Zélia Gattai assume a cadeira de Jorge Amado na ABL”, *Jornal do Comércio* (RJ); “Zélia Gattai assume vaga de Jorge na ABL”, *A Tarde* (Salvador); “Zélia relembra primeiro encontro com Jorge Amado ao tomar posse na ABL”, *O Globo*. Fonte: Coleção Zélia Gattai. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

em outras carreiras, primeiramente, como estudante de Geografia e, em seguida, como aluna de História da Arte do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque.

Em 1961, Ana Maria Machado, que já havia concluído o curso de arte, retorna ao Brasil e inicia a Faculdade de Letras Neolatinas, na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. E é durante a graduação que a escritora se aproxima do jornalismo, vindo a atuar como repórter no *Correio da Manhã*, quando conhece nomes como Antonio Callado, Carlos Heitor Cony e Otto Maria Carpeaux (SILVESTRE, 2007: 37). No emblemático ano de 1964, Ana Maria Machado diploma-se em Letras, muito embora sem as tradicionais solenidades de colação de grau, “pois vários professores e alunos eram procurados pela polícia da ditadura militar” (*Idem, Ibidem*: 37).³⁶¹

Após formar-se, inicia o curso de mestrado na UFRJ e, em 1966, ano em que o finaliza, casa-se com o médico Álvaro Machado, irmão da também escritora Ruth Rocha³⁶². Neste período, muda-se com o marido para São Paulo, momento em que nasce seu primeiro filho. De volta ao Rio de Janeiro, em 1968, Ana Maria Machado passa a integrar o corpo docente da UFRJ (à época, Universidade do Brasil): assume as disciplinas de Análise da Linguagem Cinematográfica e Teoria Literária, na Escola de Comunicação, tornando-se auxiliar do poeta Augusto Meyer e professora-assistente de Literatura Brasileira, na Faculdade de Letras, ao lado de Afrânio Coutinho. Vale registrar que ambos os docentes eram membros da ABL desde o início da década de 1960. Torna-se também docente da PUC-RJ, assumindo a disciplina de Literatura Brasileira

Porém, Ana Maria Machado pouco pôde desfrutar da cidade-natal, pois, “no segundo semestre de 1969, a escritora foi perseguida e presa, teve colega e alunos detidos” (*Idem, Ibidem*:

³⁶¹ No livro **Contracorrente**: conversas sobre leitura e política (1999), coletânea de artigos e conferências de Ana Maria Machado, a escritora tece críticas ao pensamento uniformizado, refere-se, indiretamente, às agruras do período militar e, em virtude de tais considerações, elege a contracorrente como sua posição, por excelência: “Sou mesmo contra a corrente. Contra toda e qualquer corrente, aliás. Contra os elos de ferro que formam cadeias e servem para impedir o movimento livre. E contra a correnteza que na água tenta nos levar para onde não queremos ir. No fundo, tenho lutado contra correntes a vida toda. E remado contra a corrente, na maioria das vezes. Quando as maiorias começam a virar uma avassaladora uniformidade de pensamento, tenho um especial prazer em imaginar como aquilo poderia ser diferente. Sou mesmo contra a corrente” (MACHADO, 1999: 7).

³⁶² Na declaração a seguir, a acadêmica relata sobre sua proximidade com Ruth Rocha: “Eu sou a mais velha de onze irmãos e acho que sempre quis ter uma irmã mais velha. Quando casei com o irmão da Ruth, compreendi que tinha ganho essa irmã tão desejada. Até hoje continuamos muito amigas e o fato de termos posteriormente começado a escrever na mesma revista só nos aproximou”. Fonte: <http://www.anamariamachado.com>

26), situação esta que culminou em seu o exílio, em Paris.³⁶³ Na bagagem, leva consigo algumas cópias de histórias infantis que estava escrevendo para a revista *Recreio*³⁶⁴, que traz o selo da Editora Abril. Durante este período no exterior, que se estendeu até o ano de 1971, a escritora exerce a função de jornalista, vindo a trabalhar para a revista *Elle*, em Paris, e para a *BBC*, em Londres, dá à luz seu segundo filho e desenvolve sua tese de doutorado em Lingüística e Semiótica na École Pratique de Hautes Études, sob a orientação de Roland Barthes³⁶⁵, chegando a se tornar professora assistente na Sorbonne.

De volta ao Brasil, em 1973 é contratada pelo *Jornal do Brasil* e pela *Rádio JB*, na qual atuou como chefe da seção de Radiojornalismo durante sete anos. No entanto, em 1978 a escritora inscreve sua obra **História meio ao contrário** em um concurso literário, sob pseudônimo, e é contemplada com o prêmio João de Barro.³⁶⁶ A partir de então, passa a “receber uma série de convites de editores para publicar outros textos que estavam guardados na gaveta” (*Idem, Ibidem*: 26), vindo a dedicar cada vez menos tempo ao jornalismo.

É também nesta época que Ana Maria Machado sente o desejo de fundar sua própria livraria, voltada para o público infantil, iniciativa concretizada em 1979.³⁶⁷ De acordo com a escritora, a idéia surgiu a partir de um acontecimento o mais trivial:

³⁶³ A escritora é irmã de Franklin Martins (ministro da Comunicação Social do governo Lula) que, no período em questão, participou ativamente do combate à ditadura militar. Eleito, em 1968, presidente do DCE da UFRJ, onde cursava Ciências Econômicas e, logo em seguida, vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, Franklin Martins é considerado um dos mentores do seqüestro do embaixador norte-americano Charles B. Elbrick, ocorrido em 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro (do qual participaram também José Dirceu e Fernando Gabeira). Os articuladores do seqüestro buscavam pressionar o governo brasileiro a libertar quinze presos políticos. Ana Maria Machado teve uma participação indireta no episódio: o carro utilizado, dirigido pelo também jornalista Cid Benjamin, estava no nome da escritora, e a polícia acabou por prendê-la por dois dias. Ao comentar o ocorrido, Ana Maria Machado revela ter se tornado uma “bomba ambulante”, pois “podia prejudicar um amigo só por cumprimentá-lo”. Tal situação fez com que ela “optasse” pelo “exílio voluntário” na França. Fonte: Revista *Veja*, 21 jun. 2000.

³⁶⁴ Ana Maria Machado inicia suas contribuições para a *Revista Recreio* em 1968, ao lado da amiga Ruth Rocha, Joel Rufino e Marina Colassanti. De acordo com a própria escritora, “durante anos, [*Recreio*] foi esperada com ansiedade nas bancas, lida com sofreguidão nas casas, copiada e recopiada nas escolas por professores que viam em suas histórias a resposta a uma carência que sentiam e ninguém ainda havia detectado: a de textos bem brasileiros com qualidade literária, falando de questões importantes da atualidade e que pudessem ser lidos com prazer pelas crianças e, ao mesmo tempo, que divertissem” (*apud* VENÂNCIO, 2007: 25-26).

³⁶⁵ Com o título **O recado do nome**, e posteriormente publicada pela Nova Fronteira, em 1976, a tese de doutorado de Ana Maria Machado aborda a obra de Guimarães Rosa, à luz do nome de suas personagens.

³⁶⁶ Muito antes de vencer este concurso literário, quando Ana Maria Machado contava ainda com 12 anos de idade, vê publicado um texto de sua autoria. Intitulado “Arrastão”, o texto versava sobre as “redes de pesca artesanal em Mangueiros”, e saiu pela revista *Folclore*, tal como relata a própria escritora (MACHADO, 1996: 27).

³⁶⁷ Data de 1978 a publicação de seu primeiro livro infantil, intitulado **Bento-que-bento-é-o-frade**. Cf. COELHO, 2002: 58, bem como os sites: <http://www.anamariamachado.com> e <http://www.academia.org.br>

Em 1979, um dia quis dar um livro a uma sobrinha que fazia anos. Bati perna por todas as livrarias de Ipanema e Copacabana e não achei um único livro infantil que me agradasse! Percebi logo que estava faltando uma livraria especializada, onde as crianças pudessem ler e encontrar bons livros. Com a ajuda de uma sócia surgiu a Livraria Malasartes, onde eu ficaria por 18 anos.³⁶⁸

No ano seguinte³⁶⁹, Ana Maria Machado rompe de vez com a carreira jornalística para dedicar-se integralmente ao universo literário:

Em 1980, passei por um momento decisivo dentro da Rádio JB. Diante de uma ordem para demitir um terço da redação, optei pela minha própria demissão. Com o jornalismo devidamente abandonado, mudei de vida. Iniciava um segundo casamento, com o músico Lourenço Baeta. Passei a cuidar de minha livraria e me dediquei mais a escrever, dando seguimento a um romance que começara dois anos antes, **Alice e Ulisses**.³⁷⁰

Ganhadora de importantes premiações ao longo de sua carreira literária³⁷¹, em 1993 tornou-se *hors-concours* dos prêmios da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e, em 2000, recebeu o prêmio Hans Christian Andersen, considerado o prêmio Nobel da literatura infantil mundial. No ano seguinte, é homenageada com o prêmio literário nacional Machado de Assis, oferecido pela ABL, vindo a lançar sua candidatura para uma vaga na agremiação apenas dois anos depois. Tal como evidencia Venâncio (2007), a escritora relativiza a importância das premiações (quando pensadas do ângulo da divulgação, diga-se de passagem, pouco notável, que

³⁶⁸ Declaração de Ana Maria Machado, extraída de seu site oficial: <http://www.anamariamachado.com>

³⁶⁹ No início desta década, em 1983, nasce Luísa Baeta, sua filha caçula e, no ano de 1989 a escritora muda-se com a filha e o marido para a Inglaterra, em resposta ao convite que lhe fora feito para trabalhar na BBC de Londres, lá residindo durante oito meses. Disponível em: <http://www.anamariamachado.com>.

³⁷⁰ **Alice e Ulisses** é o primeiro romance de Ana Maria Machado dirigido ao público adulto. Declaração de Ana Maria Machado, extraída de seu site oficial: <http://www.anamariamachado.com>

³⁷¹ Dentre as premiações obtidas por Ana Maria Machado na década de 1980 estão: “Selo de Ouro, pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, em 1980, com *Raul da ferrugem azul*; Prêmio Casa de Iás Américas (prêmio de reconhecimento no exterior), em Cuba, em 1981, com o livro infantil *De olho nas penas*; de melhor livro nacional do ano, com *Bisa Bia, Bisa Bel*, em 1982; Livro Altamente Recomendável, pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, com *Alguns medos e seus segredos*, em 1984; Prêmio APPLE, pelo Instituto Jean Piaget, na Suíça, em 1988, com *Palavras, palavrinhas e palavrões*; e Lista de Honra, pela IBBY, em 1982, com *Bisa Bia, Bisa Bel*” (cf. VENÂNCIO, 2007: 27).

promovem das obras homenageadas), vindo a considerá-las um eficiente mecanismo de autopromoção das marcas que as patrocinam:

Acho que o maior prêmio para o escritor é o leitor, que está longe e com quem você pode dialogar. Os prêmios não têm como objetivo divulgar o livro, mas sim as entidades que dão prêmios. Elas gostam de grandes cerimônias. Você sabe o nome de prêmios para o teatro, por exemplo, prêmio Shell, Sharp. É natural. É para vender mais Sharp, vender mais Shell (p. 37).

Estão entre os grandes incentivadores de sua candidatura a escritora Ruth Rocha e o acadêmico Evandro Lins e Silva (**imagem 62**) que, por sinal, havia falecido em 17 de dezembro de 2002, deixando vazia a Cadeira 1 da ABL. Segundo a escritora, foi determinante para a sua decisão a influência direta destes dois amigos, de modo que a vaga que viria a disputar seria justamente a deixada pelo jurista em questão:

Eu era muito amiga do doutor Evandro Lins e Silva. Minha irmã foi casada com um filho dele, então a gente conviveu muito. Ele várias vezes me falou que eu deveria me candidatar, que ele gostaria muito de me ver na Academia. E quando ele morreu, eu fiquei muito triste com o acontecido, mas pensei que a hora era aquela.

Imagem 62 – Com o Evandro Lins e Silva, durante cerimônia de premiação do Prêmio Machado de Assis, 2001. Fonte: <http://www.anamariamachado.com> (site oficial da escritora).

Ao oficializar sua candidatura, Ana Maria Machado pôde dimensionar, por meio da campanha que realizou, que se estendeu por quatro meses, suas reais possibilidades de êxito:

Eu, pessoalmente, quando fui candidata, eu quis me apresentar a todos porque eu achava que era possível que muita gente não me conhecesse. Para minha surpresa, não era verdade. Mas, foi muito bom. Uns dizendo que não iam votar em mim, mas que gostaram de me conhecer, outros não diziam nada, outros diziam que iam votar, enfim, eu não fui lá pedir voto, fui me apresentar. Eu achei que era uma deferência a uma Casa onde eu queria entrar, então, era uma maneira de eu conhecê-los e de eles me conhecerem também. É claro que se, nas sucessivas visitas eu tivesse me desencantado com os futuros companheiros, eu podia até ter retirado a minha candidatura, mas, enfim, gostei do ambiente e insisti.³⁷²

O processo eleitoral para o preenchimento da vaga deixada por Evandro Lins e Silva ocorreu em 24 de abril de 2003, sob a presidência de Alberto da Costa e Silva. Foi uma disputa muito acirrada, e que teve como inscritos os Srs. Fábio Konder Comparato, Júlio Romão da Silva, Alexandre de Souza Hernandez, Paulo Hirano, Paschoal Villaboim Filho, Felisbello da Silva, João Batista do Espírito Santo e Ptolomeu Pedro Pinto, e as Sras. Ana Maria Machado e Maria Beltrão.³⁷³

³⁷² Entrevista concedida à pesquisadora, em 7 de agosto de 2008. A íntegra se encontra disponível no **Apêndice 2** desta tese.

³⁷³ Órfã de mãe muito cedo, Maria Beltrão, nascida em 1934, teve na figura do pai um grande incentivador, responsável por aproximá-la do mundo da ciência. Graduada em Geografia e História pela Faculdade Fluminense de Filosofia, em seguida realiza um curso de Extensão Universitária em Arqueologia, na Universidade Federal do Paraná, o primeiro nacionalmente reconhecido nesta área. Tal como lembra a arqueóloga, “eu tinha nove anos e gostava muito de ler. Com a autorização do meu pai, fui lendo vários livros de sua biblioteca. Mas, certo dia, ele me viu lendo **Naná**, de Émile Zola - um livro bastante adiantado para a minha idade. Delicadamente, disse-me que o livro não era apropriado e me indicou um livro importante de ciências naturais e acrescentou: Maria, você gosta muito da natureza, vive observando tudo e cavucando a terra. Tenho certeza que você vai gostar de ciências. E ele tinha razão. Desde este dia, após ver pela primeira vez uma preguiça gigante, nunca mais deixei de me interessar pelo assunto. Curioso é que, nas minhas escavações pela Bahia, encontrei vários ossos de preguiça gigante ao longo da minha vida profissional”. Em 1962, aos 28 anos de idade, foi escolhida pela UNESCO, por unanimidade e por

Procedeu-se à votação, que teve o seguinte resultado:

1º. Escrutínio

Ana Maria Machado..... 16 votos

Maria Beltrão..... 16 votos

Fábio Konder Comparato..... 1 voto

1º. Escrutínio

Ana Maria Machado..... 19 votos

Maria Beltrão..... 13 votos

Fábio Konder Comparato..... 5 voto

(Fonte: **RABL**, jan.-jul., 2003: 88)

Tal como indica o quadro acima, pela primeira vez o pleito é disputado, voto a voto, por duas mulheres, havendo um empate em 1.º escrutínio e uma apertada vitória de Ana Maria Machado, em 2.º votação.

indicação técnica, para ser a primeira representante do Brasil como Membro do Conselho Permanente da União Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas. Nos anos 70, foi credenciada pelo CNPq como a Coordenadora da missão arqueológica da Região de Lagoa Santa, e em 1985, foi novamente escolhida pela UNESCO para participar do grupo que compõe o Comitê Superior da Associação Internacional de Paleontologia Humana.. Durante 18 anos foi uma das Conselheiras Consultivas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo também representado o Brasil na Associação Internacional de Paleontologia Humana. Em ambos os casos, sua participação foi pioneira, já que antes nenhuma mulher havia integrado o IPHAN, assim como qualquer paleontólogo brasileiro havia representado o país na referida Associação. Informações extraídas do site oficial da arqueóloga: <http://www.mariabeltrao.com.br>. Como mencionado na nota de rodapé 69, Maria Beltrão participou do II Ciclo de Palestras do Comitê Cultural Feminino da ABL, proferindo a conferência “A mulher brasileira: de onde veio e para onde vai”, na qual procede a um balanço arqueológico acerca da existência humana, revelando suas incursões e descobertas como pesquisadora, tendo como ponto de partida a alusão à mais antiga mulher, batizada de “Lucy” (fóssil de mais de 3 milhões e 500 mil anos), considerada por Beltrão como “a estrela, a primeira” encontrando-se “na base da nossa história mais próxima da evolução do homem, dessa linguagem humana” (2000: 146).

Imagem 63 – Ana Maria Machado durante sua posse, 2003. Fonte: **110 anos da Academia Brasileira de Letras**, 2007: 425.

Ana Maria Machado, que foi ex-aluna do acadêmico Alceu Amoroso Lima, considera seu ingresso uma forma de reconhecimento das produções literárias voltadas para o público infanto-juvenil, que, até então, não contava com um representante entre os imortais, apesar das idas e vindas protagonizadas por Monteiro Lobato. Isto porque, a relação que Lobato manteve com a agremiação se converteu em um duradouro duelo pela hegemonia do campo literário que então se formava (PASSIANI, 2003: 66).³⁷⁴

³⁷⁴ Como lembra Passiani (2003), “ao lado do duelo travado com os modernistas, Lobato se enreda noutro conflito, com a Academia Brasileira de Letras, que começa a se esboçar em 1919 e terá desdobramentos futuros, perceptíveis em duas outras contendas” (p. 67). Alegando não possuir “feitio acadêmico”, i.e., não se curvando aos critérios de seleção e de classificação elaboradas por qualquer agremiação, em um primeiro momento, Lobato descarta a possibilidade de propor candidatura, até mesmo como uma forma de garantir sua liberdade individual. Avesso à erudição exacerbada, ao apego às regras gramaticais (que menosprezavam a fala coloquial na literatura), a ABL situava-se na contracorrente de sua proposta estética e de seu projeto literário, além do que, “o projeto literário lobatiano respondia em larga medida a uma demanda social e histórica que a Academia Brasileira de Letras (ABL) não era, naquele momento, capaz de responder (...). E o reconhecimento obtido por Lobato era tanto que ele podia prescindir dos critérios de classificação adotados pela ABL para assegurar sua consagração” (p. 71-73). Curiosamente, em 1921, Lobato decide se candidatar à ABL, na sucessão de Pedro Lessa. Esta atitude, embora contradissesse alguns de seus posicionamentos iniciais, deixava entrever a insegurança do escritor, quanto à manutenção de seu prestígio, ante à ascensão dos “barões” do modernismo nacional, tal como assinala Passiani. No entanto, Lobato volta atrás, e retira sua candidatura, às vésperas do pleito, justificando ser aviltante ter que implorar votos aos acadêmicos. No entanto, em 1925, decide mais uma vez se candidatar à Casa de Machado de Assis, mas é

A acadêmica recém-eleita chega a agradecer a Rachel de Queiroz, que foi quem abriu o caminho para o ingresso feminino na agremiação, embora ressalte não ter sido por ela votada: “Ela não votou em mim, mas sua presença me deu ânimo”.³⁷⁵

Ao reconstruir a genealogia da Cadeira 1, a qual passa a ocupar, Ana Maria Machado estabelece como grande eixo norteador do discurso seu legado familiar, a partir do qual arquiteta os entrelaçamentos com a “linhagem literária” que constitui a memória da referida Cadeira. Mas, vale um adendo: em que pese a ênfase às passagens específicas de sua biografia, identificando nelas aqueles fios tênues que a conduziram à agremiação (tal como mostraremos a seguir), o discurso da recém-eleita, que muito se aproxima de um memorial, propõe-se menos a explicitar aqueles aspectos que particularizam sua trajetória – dentre os quais, a relação de seus ascendentes com a leitura, na qual esta prática adquire os contornos de uma “ferramenta de ascensão social” –, do que dissolvê-los no “processo brasileiro comum a tantos de nós”, marcado pela circunstancialidade reveladora de que, principalmente, o ingresso em entidades sectárias como a ABL é ilustrativo das “insuspeitadas ascensões e mobilidades numa sociedade tão desigual” :

E se nem mesmo havia veredas ou picadas, ou se no meio do caminho só havia pedras, se não havia pontes ou porteiras abertas, se nada conduzia a estradas largas e pavimentadas, hoje olho o percorrido e constato como tantos fios tão tênues vieram se entretecendo, tramando de modo diferente e me trazendo a este momento. Se os retraço agora é menos por registro biográfico do que pela evocação de um processo brasileiro comum a tantos de nós, que nos permite diferentes e insuspeitadas ascensões e mobilidades numa sociedade tão desigual.

Um tema que merece destaque em seu discurso de posse vem a reboque da referência à trajetória de sua avó paterna, Dona Neném que, diferentemente da maior parte das mulheres da época, e a despeito das adversidades que enfrentou, pôde lapidar seus conhecimentos em uma instituição de ensino renomada, o Colégio de Sion, e ter acesso a autores por meio dos quais estabeleceria com a neta uma fecunda relação de interlocução. Com isso, a recém-eleita deixa indicada em sua preleção a força com que operam os óbices à profissionalização feminina, o que

derrotado. Por fim, em 1944, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia iniciam uma campanha em seu nome, mas Lobato não endossa a iniciativa, recusando-se a concorrer (p. 78).

³⁷⁵ *Diário do Vale*, 25 abr. 2003. Fonte: Coleção Ana Maria Machado. Biblioteca Lúcio de Mendonça/ABL.

se fazia sentir de distintas formas. Contudo, Ana Maria Machado assinala que sua avó, “oculta sob pseudônimo”, e a despeito das dificuldades, muitas delas relacionadas às assimetrias entre os gêneros/sexos, “manteve uma coluna em um jornal local, defendendo o voto feminino e os direitos da mulher em geral”.

A partir destas considerações, Ana Maria Machado estabelece uma insólita ponte com um de seus antecessores acadêmicos, o historiador Afonso de Taunay. O elo é tecido por uma via pouco usual, já indiretamente prenunciada nas entrelinhas de sua fala, que é o questionamento da postura misógina do acadêmico em questão:

Talvez esses caminhos tenham se cruzado com os de um dos ocupantes desta Cadeira, o historiador Afonso de Taunay, que estudou muitos anos em Petrópolis... Quem sabe se ele, conservador a ponto de condenar o retrato da Marquesa de Santos nas paredes do Museu do Ipiranga, por ofensivo aos melindres das famílias, não se teria chocado com algumas das irreverências defendidas por minha avó em sua coluna do jornal? Os exercícios de imaginação, que são matéria-prima de qualquer ficcionista, me permitem enveredar por algumas possibilidades bem divertidas do que estariam achando os dois, Taunay e vovó, agora, ao me verem aqui, “se lá do assento etéreo onde subiram memória desta vida se consente...” Quem sabe se a garra que constituiu o primeiro fio que me trouxe aqui não terá vindo justamente daí – da força com que minha avó Neném desejava as conquistas femininas, numa época em que mulher não podia nem ao menos estudar latim e grego e assim era impedida de ler os clássicos...

Portanto, nesta passagem, Ana Maria Machado é incisiva ao desfolhar a sua memória e fazê-la revelar, não sem atentar para este grande espaço dos possíveis que orienta cada trajetória singular, um traço “reprovável” do perfil de um de seus sucessores. Neste caso, o entrelaçamento se estabelece pelo seu viés, de modo que o encômio cede lugar a ponderações e questionamentos inscritos na seara da profissionalização feminina, assunto que lhe permite expor as devidas ressalvas quanto à postura conservadora de Taunay.

A escritora também faz menção ao legado oriundo dos avós maternos, e o que nos chama a atenção é o papel central desempenhado por sua avó, Dona Rita. As lembranças que afloram advêm de um mundo rural, “bem distante das letras” – segundo suas próprias palavras –, mas que facultaram à escritora o estabelecimento de um vínculo muito forte com a prática da criação literária. A avó materna de Ana Maria Machado não possuía a erudição e o refinamento

intelectual de Dona Neném, porém, “as histórias tradicionais que contava, biblioteca viva de sabedoria popular” foram determinantes para sua formação profissional.

Aos poucos, os “fios tênues” desta treliça que liga, desde tenra idade, a escritora ao universo das letras, vão melhor se explicitando. Ana Maria Machado ilumina sua proximidade com alguns acadêmicos, dentre os quais os já citados Afrânio Coutinho, com quem dividiu a Cadeira de Literatura Brasileira, na Faculdade de Letras, localizada na Avenida Chile – da qual o acadêmico era Diretor – e Augusto Meyer, com quem também lecionava; Vianna Moog, Álvaro Moreyra, Luís Viana, Raymundo Magalhães Júnior e Affonso Arinos de Mello Franco, todos eles amigos de seu pai³⁷⁶; José Guilherme Merquior; Celso Cunha, que a escolheu como assistente na Sorbonne; Darcy Ribeiro; Antonio Callado; Antônio Houaiss, tendo este acompanhado de perto seu doutoramento; além daqueles que conheceu antes mesmo de terem ingressado na ABL, tais como Evanildo Bechara, Nélida Piñon e Eduardo Portella – com quem trabalhou mais diretamente na Editora Tempo Brasileiro.

Conversamos muito [referência a Houaiss], do outro lado do Atlântico, quando ele se candidatou e foi eleito para a Academia. Talvez tenha sido essa a primeira vez que me ocorreu que podia ser interessante alguém pretender pertencer ao quadro da ABL e estar aqui entre tantos nomes tão significativos de nossa cultura. Mas eu estava apenas começando e não achei que fosse para mim.

No entanto, aqui estou.³⁷⁷

Como se pode perceber por meio dos fios já entrelaçados, o ingresso de Ana Maria Machado à ABL está longe de ser um acontecimento fortuito. Seu contato com o mundo acadêmico e, mais especificamente, com importantes nomes da literatura iniciou-se quando a escritora era ainda muito jovem, primeiramente, por intermédio de familiares e, em seguida, pelas oportunidades que suas escolhas profissionais lhe facultaram que, de diferentes formas, a vincularam a um conjunto de escritores que viria a encampar sua presença na agremiação.

³⁷⁶ Em sua preleção, a menção à figura de seu pai aparece vinculada, não fortuitamente, às lembranças dos vínculos sociais e do círculo de amizades que possuía com notáveis escritores da época. Esta é a via privilegiada, a partir da qual Ana Maria Machado descortina episódios que reforçam sua forte ligação com o mundo literário.

³⁷⁷ Fragmento extraído do discurso de posse de Ana Maria Machado. A íntegra encontra-se disponível no site oficial da ABL: <http://www.academia.org.br>

Quando a criação da ABL sequer passava de um projeto, a referência a um traje cerimonial já se fazia presente. Pensada inicialmente como “uma espécie de beca para as solenidades”, a indumentária cerimonial tornou-se item indispensável na composição da imagem dos acadêmicos a partir de 1910, vindo, a um só tempo, a caracterizar a sua imagem e, especialmente, a distingui-la de outras categorias de profissionais, reconhecidas por meio de suas vestes: “fazer-se a coisa, que seja feita com todos os temperos. E por que não? O hábito faz muito mais o monge do que se pensa. Não concebo militar sem farda, magistrado sem toga, advogado sem beca” (Valentim Magalhães, *apud* EL FAR, 2000a: 30).

Tendo isto em vista, no próximo (e último) capítulo, que mais se aproxima de um excursus, mudaremos o foco da abordagem que vínhamos perseguindo, mas para que outras interpretações acerca da presença feminina na ABL possam emergir: deixaremos de falar sobre os acadêmicos especificamente, para tratarmos de suas vestes cerimoniais.

Com isso, objetivamos privilegiar um ângulo analítico menos trivial, mas repleto de significados. Isso porque, com a eleição da primeira imortal, a confecção de uma indumentária ritual feminina colocou-se como tema prioritário entre os acadêmicos, exaltando ânimos, causando grande reboio no *Petit Trianon* e tornando-se matéria de capa de inúmeros jornais. Por isso, dedicar o capítulo de encerramento desta tese à discussão sobre o fardão – especialmente a sua versão feminina – nos permitirá iluminar o potencial simbólico desta indumentária, bem como “amarrar” muitos assuntos ventilados ao longo de nossa investigação.

Procuraremos, a seguir, responder a algumas questões, dentre as quais: qual a relevância do fardão, em termos de eficácia performática para os rituais acadêmicos? Por que a escolha do primeiro modelo do uniforme feminino foi alvo de tamanho interesse por parte dos membros da ABL, bem como dos meios de comunicação? A indumentária cerimonial reproduz certas “clivagens” no interior da Academia, quando pensadas a partir das relações entre os gêneros/sexos?

Capítulo 5

Com que roupa eu vou? As acadêmicas e o “fardão feminino”

“Uma mulher fardada é horrível de se olhar”.

Olegário Mariano

Com a aprovação da elegibilidade feminina, em 1976, os umbrais da ABL estavam, enfim, (entre)abertos às mulheres e, com isso, toda a sorte de palpites e deliberações acerca do “fardão feminino” começou a se multiplicar. Afinal, pela primeira vez o assunto se afigurava como um tema real de pauta – não despido de inegáveis impasses e “saias-justas”, tal como veremos ao longo deste capítulo.

Tendo sido mencionado tanto em sessões regulares da ABL, quanto protagonizado muitas conversas informais entre os acadêmicos, o fardão – bem como a contraditória “versão feminina” da indumentária – se revelou, ao longo de nossa investigação, elemento fundamental para a compreensão de distinções entre os gêneros no interior da agremiação. Isso porque a inelegibilidade feminina encontrou muitas vezes reforço em argumentos, manejados pelos acadêmicos, que, inadvertidamente, apostavam na “inadequação da vestimenta” (expressamente masculina) para as aspirantes à imortalidade: o traje de gala, apreendido enquanto barreira simbólica, anunciava, por si só, o caráter misógino da agremiação.

Assim, dedicar um capítulo à análise deste acessório, aparentemente despretensioso, uma “simples indumentária”, é evidenciar o potencial heurístico que ele comporta, que incide nos modos pelos quais os mecanismos de diferenciação entre os acadêmicos e as acadêmicas se processam no interior da Casa de Machado de Assis. Portanto, trata-se de uma fonte explicativa, reveladora da dinâmica da agremiação, que nos oferece um arsenal simbólico pronunciado, auxiliando-nos a uma melhor compreensão das relações construídas, algumas recônditas e cifradas, entre seus membros, e modeladas a partir das prerrogativas de gênero. A partir de agora, lançaremos novos olhares, sob prismas distintos, para uma velha questão, que há muito povoa o

imaginário de alguns acadêmicos: qual seria o modelo do traje cerimonial da primeira acadêmica eleita?

Fardão e espada: um breve histórico sobre a indumentária cerimonial

Como não poderia ser diferente, a Académie Française de Lettres foi o modelo inspirador no que concerne à adoção do traje cerimonial, o chamado fardão, pela congênere brasileira.

A proposta de utilização partiu do então Presidente interino da ABL, Medeiros e Albuquerque, em junho de 1910, tendo sido aceita pela maioria dos acadêmicos, com exceção de José Veríssimo.³⁷⁸

Rui Barbosa elegeu-se o sucessor de Machado na presidência da ABL. Mas foi Medeiros e Albuquerque, contudo, quem, em 1910, no comando interino da entidade, instituiu o fardão como uniforme dos quarenta imortais. Embora Machado, durante a presidência, relutasse em adotá-lo, também esse aspecto do cerimonial interno foi inspirado na Academia Francesa, cujo fardão, desenhado pelo pintor David, fora encomendado por Napoleão Bonaparte.

Na ABL, ficou decidido que o fardão seria usado nas solenidades de posse (LACERDA, Rio de Janeiro, 2007: 60)

Sua idealização deixa também evidente a contigüidade dos laços entre a diplomacia e as letras, já que teve nas insígnias que compõem o uniforme do corpo diplomático brasileiro uma fonte de inspiração inegável. Tal como nos informa a Ata da ABL de 4 de junho de 1910, o modelo do uniforme foi discutido tendo sido “adotado o de ministro residente do corpo diplomático brasileiro, substituídos os emblemas de fumo e café pelo de folha de murta, e a cor preta do estofado pela verde garrafa” (**imagem 64**). Foi então que, em agosto deste mesmo ano, na cerimônia de recepção a Paulo Barreto (cognome do dândi João do Rio), a idéia foi posta em prática.

³⁷⁸ De acordo com a Ata da ABL de 4 de junho de 1910, “o sr. Medeiros de Albuquerque lê uma indicação assinada por vários membros para que seja criado um uniforme acadêmico, o qual deverá ser exigido dos novos membros. É aprovado contra o voto do sr. José Veríssimo”.

Em 1916, o acadêmico Affonso Celso sugeriu a modificação do uniforme, de modo a simplificá-lo. A discussão se estendeu por alguns anos, até que, em 1922, Celso entrega à Mesa³⁷⁹ 4 croquis elaborados pelo desenhista e ilustrador Julião Machado. Assim, no ano seguinte “o uniforme configurou-se de forma definitiva com os bordados em forma de louro, a espada e o bicórneo de veludo preto com plumas brancas” (LACERDA, Rio de Janeiro, 2007: 60), tal como evidencia a **imagem 65**.

Imagens 64 e 65 – À esquerda, Raimundo Correia, com o antigo fardão, confeccionado em 1910; à direita, Gustavo Barroso, em 1923, portando o novo modelo. Fonte: **110 anos da ABL**. Rio de Janeiro, 2007: p. 136 e p 171.

Mesmo adotado de forma consensual, o traje, por sua pompa e ostentação, provocou desconforto em alguns acadêmicos. Alberto de Oliveira, por exemplo, chegou a aventar a

³⁷⁹ Compunham a Diretoria da ABL os seguintes acadêmicos: Carlos de Laet e Afrânio Peixoto (Presidentes), Ataulfo Paiva (Secretário-Geral), Goulart de Andrade (Primeiro-Secretário), Aloísio de Castro (Segundo-Secretário) e Alberto Faria (Tesoureiro). Fonte: LACERDA, 2007: 111.

possibilidade de seu uso ser facultativo; José Veríssimo, tal como mostramos acima, foi contrário à sua adoção; Machado de Assis também não se revelou grande entusiasta da idéia (muito embora não tenha chegado a presenciar a aprovação e criação da vestimenta, pois falecera um pouco antes, em 1908). Ainda que a proposta de Medeiros e Albuquerque tenha encontrado adversários convictos, o grupo opositor era minoritário, de modo que o fardão foi, com facilidade, instituído traje obrigatório nas solenidades de posse dos acadêmicos e, até os dias atuais, continua sendo não somente um signo de distinção, mas símbolo da dignificação e reconhecimento do ofício de escritor.

Trata-se, pois, de um modelo hirtó, abundante em adereços (plumas, botões metálicos, bordados fartos), impregnado por referências simbólicas, presentes desde a proposta embrionária, tais como as folhas de murta, em alusão à poesia, e o verde-garrafa, uma provável homenagem ao símbolo máximo da nacionalidade, a bandeira do Brasil.

A adoção do fardão se coadunava com o tipo de ambiente literário que então se constituía, conferindo às cerimônias pomposas um ar de nobreza, formalidade e suntuosidade. Para tanto, basta lembrarmos que, “durante muito tempo, a roupa hirta – incômoda aos olhos de hoje – era símbolo de distinção social”, um indicador de que o portador de tal traje não exercia trabalhos manuais (PONTES, 2004b: 37).

Além de ser uma vestimenta de gala, Alessandra El Far (2000a) lembra que o fardão recende a distinção entre os “eleitos” e os “simples mortais”, sendo capaz de recrudescer o sentimento de pertença ao grupo, i.e., demarcar a unidade corporativa dos acadêmicos, tornando-os visivelmente diferentes daqueles que não fazem parte da agremiação.³⁸⁰ Nestes termos, é possível apreender o significado e a relevância desta indumentária pelo teor simbólico que lhe é subjacente e que dela emana: utilizado em ocasiões solenes, que envolvem aparições públicas, o traje faz com que a individualidade seja obnubilada pela “máscara” momentânea que rege os rituais públicos que, por sua vez, adquirem uma coloração homogênea. O uso do fardão, peça fundamental de distinção, reveste os rituais dos signos visuais que implicam a delimitação de “fronteiras sociais”, garantindo a eficácia do cumprimento dos papéis designados à função de imortal (*Idem, Ibidem*).

³⁸⁰ O fardão francês, criado em 1801, foi inspirado no uniforme do corpo diplomático francês. No Brasil, os acadêmicos continuaram seguindo o modelo francês, mas procedendo às adequações necessárias. Para tanto, a fonte inspiradora do traje dos imortais da ABL fora também o corpo diplomático brasileiro. O fardão francês era “além de uma roupa de gala de cor preta, compreendendo chapéu, casaco e calça bordados com ramos de oliveiras [...] A espada era de uso estrito aos que pertencessem ao Poder Executivo” (Oster *apud* EL FAR, 2000a: 103).

Em se tratando dos modelos de fardão já utilizados pela ABL, as duas imagens acima, a primeira de 1910, e a segunda de 1923, nos possibilitam analisar, de forma contrapontística, as alterações por que o traje passou desde sua concepção. Vale ressaltar que os traçados que caracterizam este último se assemelham sobremaneira ao modelo utilizado atualmente (**imagens 66, 67 e 68**). Diferentemente do imaginado, as modificações não foram significativas, nem representaram uma simplificação no que se refere ao excesso de bordados, tal como sugeriram alguns acadêmicos.

Imagens 66, 67 e 68 – Detalhes do fardão doado à ABL, pertencente ao acadêmico Afonso Arinos.

O que se nota no modelo de 1923 é uma maior sofisticação, um maior apuro e abuso dos brocados. Por isso, a mais nítida alteração se refere ao fato de a camisa branca ter-se deixado encobrir completamente pelo casaco, cujas abotoaduras, mais fartas, se estendem até o colarinho.

Quanto às simplificações, são pouco perceptíveis. Uma delas está localizada nas mangas, cujos detalhes dos ornatos aparecem mais enxutos, sensação deixada pela ausência de uma das fileiras que no modelo de 1910 compunha o bordado, especificamente aquela que circundava o punho, formada por argolas douradas, levemente achatadas. Estas mesmas argolas também constituíam os detalhes da parte frontal do casaco, que foram substituídas por duas tiras douradas, ladeadas, dispostas de modo a acompanhar a sequência das abotoaduras, chegando até a base do casaco, como uma espécie de contorno, com ares de acabamento.

Poderíamos, então, dizer que o fardão passou por pequenos ajustes, todos insuficientes para a promoção de uma descaracterização de seu desenho original, sem dúvida, confeccionado com vistas a ser portado exclusivamente por indivíduos “do sexo masculino”.

A presença de mulheres na ABL é uma “questão saial”

E se na farda das academias há flores, que engrinaldam como símbolos exteriores da majestade do saber, os ramos de café ou de louro muito mais se assentam na mulher, de onde irradiam, além dos clarões azulados dos privilegiados da influência, a delicadeza e suavidade de sentimentos, que a fizeram senhora dos homens e dominadora do mundo.³⁸¹

Em um breve retrospecto do que já dissemos ao longo da tese, as tentativas de ingresso (ou ao menos de candidatura) de mulheres na agremiação foram acompanhadas por retumbantes fracassos. Desde a sua criação, em 1897, a ABL foi o cenário de sessões esporádicas dedicadas à discussão acerca da (in)elegibilidade feminina, nas quais podia-se perceber nitidamente que a poeira que se levantava a partir das contendas, muito rapidamente se assentava, e a acintosa e arrebatadora calma se instaurava, ano após ano. Tratar, pois, da presença (na verdade, ausência!) de escritoras na ABL tornou-se parte de um ritual que, acompanhado pelas repetidas alusões ao tema do “fardão feminino”, costumava tornar as sessões mais descontraídas.

Isso porque, a despeito das posturas divergentes que suscita, o fardão – especialmente sua versão feminina – é mencionado com insistência, seja direta ou indiretamente, e não só pelos

³⁸¹ Trecho do já mencionado artigo, “Academia Brasileira de Letras”, escrito por Odylo Costa, e publicado no *Jornal do Commercio*, 5 jun. 1930.

acadêmicos. Arriscamos dizer que ele faz parte do imaginário dos letrados e, mais do que isso, que está atrelado à postura misógina que caracteriza a ABL. Trata-se de um índice potencialmente capaz de reforçar a compleição da agremiação, ao ser mobilizado como justificativa para a inadequação da presença de mulheres em seu interior, muito embora o fragmento acima, escrito por Odylo Costa, nos queira convencer do contrário.

Assim, revelando-se uma obsessão que beira a precaução, as discussões acerca da (in)elegibilidade feminina no cenáculo apresentam correlação direta com a manifesta curiosidade dos acadêmicos em torno da indumentária que as mulheres viriam a portar nas cerimônias de posse, caso fossem algum dia eleitas. Estamos, portanto, diante de um tema que antecede, e muito, sua real necessidade de criação. Se, por um lado, pensar sobre o traje cerimonial para mulheres não representava para os imortais o tratamento de uma possibilidade concreta, i.e., de um “perigo iminente” – pelo menos até 1977 ³⁸² –, por outro, a alusão à incongruência de um “fardão feminino” reforçava, e muito, a feição que a agremiação desejava sinalizar e atualizar.

Desta feita, as referências à saia ou a elementos associados às “vestimentas femininas”, sempre como o antípoda dos trajes masculinos, não são tão fortuitas ou descomprometidas quanto parecem, pois exprimem algo precipuamente intencional: denunciam o desajuste, a não-identificação entre as mulheres e a ABL.

Por isso, até 1977, quando nenhuma mulher havia conseguido eleger-se membro da Academia, conjecturar sobre o “fardão feminino” afigurava-se quase como um passatempo para os imortais, já que tais especulações não transcendiam os limites do hipotético. Tanto que muitos comentários revestiam-se do descomprometimento do deboche, ou eram emanações de uma curiosidade desprezível.

Chegamos até mesmo a dar alguns exemplos, no **Capítulo 3**: Rodrigo Octávio, por exemplo, ao responder à interpelação “deve a mulher pertencer à ABL?”, alude ao “avesso” do que o uniforme dos acadêmicos supõe: a saia, chegando a definir, ironicamente, a possibilidade de eleição feminina como uma “questão saial” (BEVILÁQUA, 1930: 25). Por sua vez, Olegário Mariano se mostra curioso quanto às implicações que o ingresso de uma mulher pudesse desencadear no cenáculo, em termos de indumentária, e questiona se à mulher seria oferecido um

³⁸² Muito embora a modificação do Regimento Interno tenha sido promovida em 1976, como mostramos no capítulo anterior, foi apenas no ano seguinte que a primeira mulher conseguiu oficializar sua candidatura e sagrar-se imortal. Por isso, o ano de 1977 é considerado ponto de inflexão no concernente às discussões concretas acerca do “fardão feminino”.

quimono ou um hábito (*Idem, Ibidem*: 28-29). O acadêmico chega até mesmo a responder à provocação de Henriqueta Lisboa, já mencionada no **Capítulo 3** – na qual a poetisa exprime sua insatisfação para com a “firula gramatical”, i.e., a equivocada interpretação do Estatuto – dirigindo-lhe, então, uma réplica em nada “poética”.

Muitos são contra. Outros, por medo ou covardia,
Acham de pôr na idéia entusiasmos supremos.
Que a mulher, magra ou gorda, alta ou baixa, seria
Um lírio ornamental no Jardim de Academus.

Se é por ela afinal que todos nós vivemos,
Se é dela que nos vem o encanto da Poesia,
Por que havemos de usar de processos extremos
E fechar-lhe o portão da douta Academia?

Há um obstáculo só, que me parece enorme:
O “habitat vert”. Que fazer? Criar novo uniforme,
Ou deixá-la à paisana o templo penetrar?

Os velhos do “Trianon” quase não dizem nada,
Mas preferem por certo a mulher decotada,
Que uma mulher fardada é horrível de se olhar (*apud* VENÂNCIO
FILHO, 2006: 23).

O fardão ocupa o centro da argumentação de Olegário Mariano, sendo recrudescida pela linguagem metafórica, que apreende a mulher como um “lírio ornamental no Jardim de Academus”, enfim, como musa inspiradora masculina, vindo a reforçar a idéia de que “o homem estava apto, em função de suas capacidades mentais, a criar as grandes obras, ao passo que as mulheres não passavam de colaboradoras” (SIMIONI, 2004: 33) ou, simplesmente, como é o caso, fonte passiva de inspiração.

Tal qual um Deus Pai que criou o mundo e nomeou as coisas, o artista torna-se o progenitor e procriador de seu texto. À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação (...) É musa ou criatura, nunca criadora (TELLES, 2001: 403).

Porém, o ponto alto do poema é seu desfecho, momento em que o acadêmico, diga-se de passagem, discípulo de Clóvis Beviláqua, revela que “uma mulher fardada é horrível de se olhar”, sendo desejáveis aquelas que ostentam decotes. Embora se mostre favorável à presença de mulheres no cenáculo, seus apontamentos exprimem ressalvas e não deixam de ser um verdadeiro testemunho de que o assunto era apreendido como um chiste, chegando o acadêmico a definir, em termos não tão explícitos, que uma mulher de fardão seria praticamente uma aberração. O poema se limita a versar sobre a forma como as mulheres se apresentariam ao cenáculo, e, com isso, vê-se reduzido ao registro de uma mera superficialidade.

Contudo, um comentário revelador acerca desse assunto não vem de um imortal e, talvez por isso, se distancie do lugar-comum em que costumam se inscrever as apreciações que suscita: “sob aquela cúpula, não entra em conta, exclusivamente, a potência cerebral, mas a condição primeira de cobertura das pernas”.³⁸³ Não vestir saia se afigura, então, como o passaporte de entrada para a agremiação. Ainda que audaciosa, essa consideração está longe de ser uma novidade!

Com isso, podemos perceber que, além das interpretações enviesadas que o Art. 17º do Regimento Interno facultou, certos elementos ritualísticos também foram mobilizados como justificativas para a inelegibilidade feminina, ainda que mais sutilmente, vindo a compor o anedotário dos acadêmicos e a reforçar o pendor misógino da agremiação.

Até agora, tratamos dos “antecedentes de 1977”, longo período no qual a idéia de um “fardão feminino” se apresentava como mera suposição e, no limite, uma “anomalia”. No entanto, o que muitos acadêmicos talvez duvidassem era que chegaria o momento de promover uma discussão em torno deste assunto. E, como dito, isso aconteceu em 1977, em virtude da eleição de Rachel de Queiroz.

Assim, muito embora tenham sido significativos os “ajustes” e reparos que o ingresso da primeira imortal exigiu por parte da ABL, a confecção do “fardão feminino” – expressão por si só contraditória e sugestiva –, se nos afigura como a mais emblemática, especialmente por ser

³⁸³ O autor do comentário é Pinheiro de Vasconcellos, que dedica um artigo à Amélia Beviláqua, intitulado “A nossa Academia de Letras e a mulher”, originalmente publicado na *Gazeta de Notícias*, 6 jun. 1930.

portadora fecunda da demarcação das diferenças entre a recém-ingressa e os demais escritores, cristalizadas no que poderia ser denominado de um “dimorfismo estético” (PONTES, 2004b: 32). Sem mencionar que, na contramão do que muitos poderiam supor, ainda que tenha sido um assunto discutido coletivamente, tendo despertado muito alarde e provocado um mar de palpites, a decisão final do modelo do “fardão feminino” coube *exclusivamente* à escritora eleita, fato merecedor de nossa atenção.

Desta feita, no tópico a seguir nos debruçaremos sobre os meandros da emaranhada treliça que compõe este bordado, com o intuito de desatar muitos de seus nós e, quem sabe, costurar muitas de suas fissuras.

“Pano pra manga”: a conversão do *Petit Trianon* em uma “arena de moda”

“A memória das mulheres é vestida”

Michelle Perrot

A exatamente um ano da eleição de Rachel de Queiroz, o acadêmico Josué Montello publica sua opinião sobre como deveria ser o traje feminino.³⁸⁴ Além de prenunciar a proximidade da admissão de escritoras na ABL, “sem que [julgasse] preciso, para isso, mudar a letra dos Estatutos”, as considerações do acadêmico podem ser inscritas na contracorrente do que já fora aventado acerca da inadequação deste “viril” traje cerimonial para as mulheres. Vejamos por quê:

Ao conjecturar acerca da eleição de uma mulher, Montello considera ser desnecessária a modificação do fardão, argumentando que “hoje, depois da fase dos terninhos, já as mulheres estão afeitas às calças compridas. O chapéu de plumas fica-lhes a calhar”. No entanto, a ressalva fica por conta da utilização da espada, que, confessa, lhe causaria muito estranhamento. Segundo as próprias palavras do acadêmico, “só ainda não me acostumei com a idéia de vê-las de espada à cinta”. Aqui, novamente, a aura de comicidade parece envolver as apostas lançadas pelo acadêmico.

³⁸⁴ Trata-se da já mencionada crônica “As mulheres na Academia”, publicada no *Jornal do Brasil*, 5 ago. 1976.

Já às vésperas da posse de Rachel de Queiroz, os jornais da época tornaram-se porta-vozes de alguns palpites aventados por outros acadêmicos. E o curioso é que as publicações eram unânimes em afirmar que a escritora, quando de sua posse, não seria obrigada a usar fardão, tampouco o chapéu bicórneo e a espada. O *Jornal de Minas*, por exemplo, traz como destaque a seguinte notícia: “Sem o fardão, Rachel de Queiroz é a primeira mulher na Academia”.³⁸⁵ O próprio Presidente da entidade, Austregésilo Athayde, afirmou que, para a cerimônia de posse, à escritora bastaria a imposição do colar, que lhe seria oferecido por Alceu Amoroso Lima.

Nesta mesma loteria, o jornal *O Globo*, de 9 de outubro de 1977, divulga um leque de opções formulado pelos pares de Rachel de Queiroz: “uns chegaram a sugerir boleros, como se ela [Rachel de Queiroz] fosse para a arena fantasiada de toureiro; alguns Acadêmicos, da Irmandade do Outeiro, idealizaram uma espécie de opa, de acompanhar procissão!”. A mesma matéria traz uma declaração da escritora em questão, que já nos fornece pistas de como seria o seu traje: “estão fazendo muita onda com esta história de minha roupa. Meus vestidos são todos chémissier, todos absolutamente do mesmo feitio; eu não me visto, eu me cubro”.

Este já parece ser o primeiro imbróglio que a eleição de Rachel de Queiroz suscitou. Ela usaria ou não um traje cerimonial? Afinal, com que roupa a escritora iria à sua cerimônia de posse? Era chegado o momento de pôr à prova a previsão do acadêmico Montello e de outro tantos palpiteiros incontidos.

Quanto às indagações acima formuladas, a resposta à primeira é afirmativa, já, quanto à segunda, tem-se a confirmação do improvável: ela portaria, sim, um “fardão feminino”. Tanto que em um segundo pronunciamento, Austregésilo de Athayde muda o discurso, e assinala que, além do colar cerimonial, um traje estava sendo decidido:

Rachel de Queiroz não usará fardão, mas ainda não temos um uniforme escolhido para ela. O figurinista Guilherme Guimarães apresentou um que me parece o mais apropriado. É um vestido longo preto, com franjas douradas e o colar. A eleita não usará espada, embora Joana D’arc tenha usado.³⁸⁶

³⁸⁵ 5 de agosto de 1977. Merece destaque também a reportagem publicada no mesmo dia, no *Estado de São Paulo*, segundo a qual o fardão é apresentado como um privilégio masculino, como um elemento de distinção entre os sexos, estando seu uso, portanto, interdito às mulheres eleitas: “uma parte do privilégio masculino será mantido: Rachel de Queiroz, a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras, não usará o fardão, nem portará a espada, tendo direito apenas ao colar”. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁸⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 5 ago. 1977; *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 5 ago. 1977; *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 5 ago. 1977; *Jornal do Comércio*. Recife, 5 ago. 1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

Com isso, temos que o ingresso de Rachel de Queiroz ensejou a criação do tão comentado e pouco compreendido “fardão feminino”, expressão reveladora de uma inegável ambigüidade. Há um segundo imbróglio anunciado: a inadequação do nome do traje – se é fardão, como pode ser feminino? São termos inconciliáveis, diriam muitos acadêmicos. Portanto, as apreciações dos acadêmicos acerca da versão feminina do traje, com exceção de Montello, que apenas fazia ressalvas quanto ao uso da espada, continuavam a reiterar sua inadequação. Para driblar esta incompatibilidade, a saída encontrada estaria na concepção de uma indumentária “eminentemente feminina”.

Confeccionada de modo a materializar as diferenças entre os sexos, a indumentária de Rachel de Queiroz não mantém qualquer semelhança com o traje portado pelos homens. Vamos aos pormenores:

Com a proximidade da cerimônia de posse de Rachel de Queiroz, que ocorreu em 4 de novembro de 1977, a ABL se rende ao que se apresentava como uma nova demanda e passa a dar linha às discussões que já fervilhavam nas rodas informais. Em termos mais precisos, a novidade inscrita no ingresso feminino converteu a “Casa de Machado de Assis [em] palco de um dos mais estranhos debates deste final dos anos 70, com todos os lapsos e atos falhos a que a psicologia impressa nos permitiu” (HOLLANDA, 1992: 79):

Eleita Rachel de Queiroz e aparentemente resolvido o debate gramatical em torno do ingresso feminino na ABL, uma antiga pendência continua a alimentar ansiedades atávicas no *Petit Trianon*: Que roupa usaria Rachel para compatibilizar-se com a simbologia heróica expressa pela espada e os louros do fardão dos imortais?

(...)

O chá das 5 reverte-se numa arena da moda. Na procura da roupa da Rachel, discussões acaloradas acompanhavam o passar de redingotes trespassados, tailleur com alamares e dragonas, desfiles de Guilherme Guimarães, da boutique Mônaco e de Sílvia Souza Dantas, deliciando os acadêmicos (*Idem, Ibidem*: 79)

Um verdadeiro arsenal *fashion* foi deslocado para o interior da ABL, e tamanha mobilização surtiu efeito: Rachel de Queiroz usava em sua posse não um fardão, mas o feminino deste termo (que até hoje não possui uma nomenclatura própria, daí utilizarmos a expressão

“fardão feminino” sempre entre aspas).³⁸⁷ Confeccionado pouco depois de ter sido eleita, em 4 de agosto de 1977, o vestido cerimonial é a materialização do modelo proposto no esboço, datado de 23 de setembro de 1977:

Imagem 69 – Croqui do “fardão feminino”. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

Contrariando a aposta de Athayde, que tinha como favorito o modelo apresentado por Guilherme Guimarães, a autoria do croqui ficou por conta da estilista Sílvia Souza Dantas, que seguiu à risca as recomendações de Rachel de Queiroz (**imagem 69**). A escritora elegeu como característica do traje a sobriedade, e justifica sua escolha lançando mão de uma explicação inegavelmente insólita: foi na natureza, mais especificamente no reino animal, que a escritora diz ter encontrado sua grande fonte de inspiração, tal como declara ao *Jornal do Brasil*, no dia de sua posse: “todas as fêmeas da espécie animal são menos ornamentadas que os machos. De maneira

³⁸⁷ A virilidade do nome “fardão” foi conservada, tendo sido apenas acrescida do adendo que o particulariza como “traje para mulher”.

que segui a regra”.³⁸⁸ Ainda segundo a acadêmica, “criou-se uma polêmica em torno da roupa, se deveria ser calça ou vestido. Então achei que deveria tomar a frente. Decidi usar longo”.

(...) quando a Rachel tomou posse, e ela foi a primeira, ela quem decidiu como ia ser o fardão, e como ela era uma pessoa muito pouco vaidosa, uma sertaneja, então, ela escolheu a coisa mais simples que podia, e tanto que o fardão dos homens é muito mais bordado e muito mais enfeitado do que o das mulheres.³⁸⁹

Imagem 70 – Rachel de Queiroz, logo após ser empossada. Fonte: Jornal *O Fluminense*, Niterói (RJ), 5-11-1977. Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁸⁸ Declaração feita no dia de sua posse *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 nov. 1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁸⁹ Entrevista já citada, concedida por Ana Maria Machado. Ver **Apêndice 2**.

Imagem 71 – Rachel de Queiroz, logo após ser empossada, 4-11-1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

Imagem 72 – Rachel de Queiroz, logo após ser empossada, 4-11-1977. Fonte: Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997, p. 110.

Aliás, um episódio, protagonizado por Dinah Silveira de Queiroz, evidencia o poder de decisão de Rachel de Queiroz. Em 1980, quando fora eleita, a autora de **A muralha** sugeriu algumas alterações no traje idealizado por sua antecessora, mas não obteve o consentimento da Diretoria da entidade, que adotou (e criteriosamente seguiu) como padrão para as demais vestes femininas o modelo definido por Rachel de Queiroz. Segundo Nélida Piñon (informação verbal), este episódio revela o grande prestígio que a primeira imortal possuía entre os demais acadêmicos:³⁹⁰

Uma vez que Rachel definiu, e ela era tão poderosa de algum modo, em relação aos homens, que aquele fardão é aprovado em plenário, e tinha que ser aquele. Pelo prestígio dela, ela consagra o vestido, e a próxima não podia mudar mais. É o modelo oficial.³⁹¹

Até mesmo os registros visuais do dia da posse de Rachel de Queiroz parecem reforçar as considerações tecidas por Nélida Piñon. Mesmo que estivessem despidas de tal intencionalidade, muitas fotografias referentes à cerimônia, disponíveis no Arquivo ABL, são verdadeiros flagrantes do que poderia ser definido como um ritual de “entronização” da recém-eleita, enfim, de seu imponente “reinado”, características estas que as **imagens 71 e 72**, por exemplo, recendem inequivocamente, contrariando até mesmo aquela declaração concedida pela escritora eleita, veiculada em alguns jornais da época: “Não quero um trono, quero apenas esta Cadeira”.

Alguns traços insinuados nestas fotografias merecem destaque, especialmente aqueles que fazem com que entre elas se estabeleça uma relação de complementaridade: ambas parecem “dialogar entre si”, de modo que a primeira revela aquilo que está implícito na segunda e vice-versa, a começar pelos fotógrafos, ajoelhados ao redor da Cadeira/trono em que se encontra a primeira imortal, chegando mesmo a compor um semicírculo, tal como evidencia a **imagem 71**. É

³⁹⁰ Os gastos com a confecção do “fardão feminino” de Rachel de Queiroz ficaram por conta do Governo do Ceará, que desembolsou Cr\$250.000,00 para o vestido e Cr\$20.000,00 para o colar. Da mesma forma, os demais vestidos foram oferecidos às acadêmicas pelo Governo do Estado natal de cada uma. Porém, no caso de Dinah Silveira de Queiroz, a cortesia oferecida por Paulo Maluf, então Governador de São Paulo, foi prontamente dispensada. Fonte: Arquivo ABL.

³⁹¹ Entrevista já citada, concedida por Nélida Piñon à pesquisadora. Ver **Apêndice 2**.

como se a posição destes profissionais, de aparente subalternidade, conferisse à cerimônia um tom de “louvação”.

Em outros termos, o ângulo capturado pelas lentes dos fotógrafos é responsável por “elevar” Rachel de Queiroz (os “flashes” partem “de baixo para cima”, vindo a produzir esse efeito de assimetria, de desnível), apreendendo-a em posição sublime, altiva. Além disso, os autores dos flagrantes não apenas figuram nos próprios registros visuais como partícipes do episódio – capturados pelas câmeras de seus pares –, como promovem uma “auto-representação” reveladora: assemelhando-se a “súditos”, parecem estar curvados “aos pés” de Rachel de Queiroz, testemunhando o seu “coroamento”. Daí ser possível considerar que “a câmera e a lente permitem ver o que por outros meios não pode ser visto” (MARTINS, 2008: 36), abrigoando “sobre-significados ocultos”, tais como “relações de poder e modos de dominação social e política” (*Idem, Ibidem*: 152).³⁹²

A majestosa imagem da primeira eleita contrasta, pois, com a auto-representação daqueles que assim a “eternizaram”, responsáveis, com efeito, pela construção, por que não dizer, de certo imaginário que envolve seu ritual de empossamento.

Imagem 73 – Cerimônia de posse de Rachel de Queiroz, em que a escritora recebe o “colar simbólico” de Alceu Amoroso Lima. Fonte: Jornal *Última Hora*, 5-11-1977. Fonte: Coleção Rachel de Queiroz. Arquivo ABL.

³⁹² Ao se referir às limitações e aos alcances da fotografia como técnica de investigação sociológica, e inspirado nas análises de Henri Cartier-Bresson, Martins (2008) menciona o “caráter indicial” de tal documento, ao lembrar que está ele muito mais impregnado “de fantasia, tanto do fotógrafo quanto do fotografado, quanto do ‘leitor’ de fotografia, do que de exatidões próprias de verossimilhanças” (p.28). Ou então, ao considerar que “a fotografia não é o produto de uma tecnologia, mas é o produto das várias interações humanas envolvidas: pessoas sendo fotografadas, pessoas tirando fotografias, pessoas olhando fotografias” (Paul Byers *apud* MARTINS, *Ibidem*: 28).

O “fardão feminino”, por mais estranho que a expressão possa soar é, na verdade, uma espécie de túnica longa, em crepe verde-musgo, com detalhes em dourado, que representam as folhas de murta, adornando tanto a gola em “V” quanto as bordas das mangas. Um modelo indubitavelmente mais frugal e discreto que a vestimenta masculina, já que esta ostenta bordados diversas vezes mais imponentes e adereços multifários, dentre os quais o chapéu bicórneo de veludo negro com plumas brancas e a espada, e cujo dourado das murtas encobre quase que por completo a parte frontal do casaco (**imagens 66 a 68**).

Se, por um lado, a espada é um acessório indispensável da indumentária masculina, por outro, o colar – que também integra o fardão dos acadêmicos – se torna seu equivalente na composição da vestimenta feminina, vindo a adquirir aí redobrada importância: ao ser enfatizado, este acessório se converte em uma espécie de “elemento compensatório” da ausência de outros adereços na complementação do traje de gala feminino. De um modo geral, é possível sintetizar a diferença entre as vestes (recrudescidas pelos acessórios) considerando-se que à calça masculina (ao contrário da aposta de Montello) corresponde o longo vestido.

Imagem 74 – Posse de Dinah Silveira de Queiroz, em 7-4-1981. Em pé: Bernardo Elias, Herberto Sales, José Honório Rodrigues, José Cândido de Carvalho, Adonias Filho, José Sarney, Miguel Reale, Francisco de Assis Barbosa, Américo Jacobina Lacombe, Mauro Mota e Vianna Moog. Sentados: Josué Montello, Aurélio Lyra Tavares, Dinah Silveira de Queiroz, Austregésilo de Athayde, Luiz Vianna Filho, Pedro Calmon e Rachel de Queiroz. Fonte: **Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997**, p. 111.

Imagem 75 – Sábato Magaldi, Lêdo Ivo, Barbosa Lima e Nélida Piñon, na posse do cardeal dom Lucas Moreira Neves, em 18-10-1996. Fonte: **Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997**, p. 112.

Imagem 76 – Ana Maria Machado ladeada pelos acadêmicos presentes em sua posse, 29-08-2003. Fonte: <http://www.anamariamachado.com>

Nestes termos, as informações fornecidas pelas **imagens 74, 75 e 76** atestam o contraste visual que os vestidos das acadêmicas mantêm com relação à vestimenta masculina, exatamente por protagonizarem uma inesperada inversão, enfim, pela insinuação expressiva perceptível até

mesmo pelos olhares mais incautos: os adornos, o brilho, o glamour, elementos ditos constitutivos da “moda” feminina, estão quase que ausentes do uniforme das imortais, em contraposição ao exagero que se faz notar com relação à vestimenta da “ala masculina”. Esta inversão pode ser melhor compreendida se tivermos como parâmetro a estética tradicional das indumentárias na sociedade ocidental.

Enquanto que, para os homens, a aparência e os trajes tendem a apagar o corpo em proveito de signos sociais de posição social (roupas, ornamentos, uniformes etc.), nas mulheres, eles tendem a exaltá-lo e dele fazer uma linguagem de sedução (BOURDIEU, 2003: 118).

Imagem 77 – Ana Maria Machado, durante cerimônia de posse, 29-08-2003. Fonte: <http://www.anamariamachado.com>

Destarte, é possível pensar que os trajes dos acadêmicos, em termos da “gestão da imagem”, encenam transfigurações reveladoras, especialmente ao redefinirem a idéia de que a “atenção à aparência física e predisposições à sedução estão de acordo com o papel que,

tradicionalmente, compete mais à mulher” (*Idem, Ibidem*: 120). O “fardão feminino” é, nestes termos, a representação da *hexis* corporal *quase* ausente de conotação sexual (não fosse o decote da gola em “V”), como a **imagem 77** ilustra. Esta mesma fotografia nos remete àquele velho palpite lançado por Olegário Mariano, segundo o qual o traje de gala feminino seria um “hábito”, ou então um “quimono”.

Além disso, pensando na escolha (intencional) de Rachel de Queiroz por um traje sóbrio, os fardões como que reproduziram as distinções atinentes às relações entre “macho” e “fêmea”, de tal forma que o interior da ABL parecia mimetizar, e com certa fidedignidade, as clivagens encontradas no mundo animal: o macho ostenta suntuosidade, é exibicionista, esplendoroso, “atrai os olhares para si”, em contrapartida, o “excesso de discrição” oriundo de uma inegável “modéstia visual” faz com que a fêmea seja pouco notada, ofuscamento que chega a se confundir com retraimento. Esta é exatamente a impressão que se tem a partir da análise das imagens acima, em que as acadêmicas aparecem ladeadas por seus pares.

Portanto, as mulheres ingressantes puderam contar com a criação de um modelo desenxabido, sobremaneira distinto do traje masculino, e considerado por Rachel de Queiroz como mais “afeito” a elas.

Temos, pois, anunciada, uma complexa malha na qual se entrelaçam elementos que simbolizam distinções, vindo a promover clivagens no interior da homogeneidade que as vestes rituais de um só modelo, até 1977, cintilavam.

Quando Rachel de Queiroz foi eleita, os meios de comunicação trataram exaustivamente de seu ingresso, porém enfatizando menos as jogadas políticas que estavam por trás de seu ingresso, do que literalmente os traçados de sua indumentária. Nestes termos, arriscamos dizer que a atenção desmesurada dada ao “fardão feminino” não se deveu apenas à relevância que o assunto representava. Este pode ter sido um engenhoso despiste que contou com a conivência dos meios de comunicação, ao possibilitar que o foco de atenção, que deveria estar voltado para os favorecimentos políticos que interferiram na eleição da escritora, fosse desviado para os imbróglios que o modelo da vestimenta anunciava.

A imprensa registrava, ligadíssima, o desenrolar dos trabalhos. Nas dezenas de matérias que povoaram os jornais (com a forte presença das sessões de cartas de leitores) sobre a roupa que usaria Rachel (HOLLANDA, 1992: 79-80).

Assim sendo, ser definido como uma grande incógnita já fazia do “fardão feminino” fonte profícua de especulações, eclipsando outros assuntos relacionados às circunstâncias do ingresso de Rachel de Queiroz, a exemplo daquele, dos mais relevantes, que levantou raras suspeitas e deu pouco “pano pra manga”, tratado no capítulo anterior: a trama de conveniências que se teceu entre a escritora e o acadêmico Adonias Filho, seu principal cabo eleitoral, acusado de ter dado apoio integral à amiga como uma forma de retribuir um grande favor, a saber, a indicação de seu nome para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Federal de Cultura. Além disso, Ana Maria Machado faz outra leitura deste acontecimento, mas que também endossa a idéia que levantamos, qual seja, a de que o alarde acerca do fardão tenha sido uma forma de “despiste”, de “escape”, encobrimdo “assuntos outros”, que não deveriam roubar a cena:

Despiste é a palavra. Eu acho que tem muito de um despiste, de um mal-estar da mídia, de não conseguir, naquele momento, de governo militar, de não conseguir discutir as questões que realmente estavam em jogo. A questão de uma nordestina, que começou a escrever muito cedo, muito rebelde, uma voz do povo sofrido, e que teve um comprometimento com a esquerda muito marcado na juventude, e que depois estava do outro lado, e que tinha relações de parentesco com pessoas do governo militar, enfim, numa Academia que a esta altura tinha um militar, Lyra Tavares, que estava aqui, que tinha sido Ministro da Defesa.

Então, toda esta questão, a questão política, a de esquerda-direita, a de governo militar e oposição, a questão política mais ampla, de machismo ou não, a questão regional da força nordestina de uma pessoa que tinha uma obra de muito jovem (...). Todas essas coisas que a mídia não podia discutir na ocasião saíram pela discussão do fardão, que é mais superficial, uma “espuma flutuante”. Esta é uma hipótese que a minha visão crítica dita, porque eu sou uma crítica sempre.³⁹³

Assim, não há como desconsiderar este aspecto, uma vez que a farta cobertura da imprensa sobre o “fardão feminino” parece ter escamoteado a premência destas outras facetas,

³⁹³ Entrevista já citada, concedida por Ana Maria Machado. Ver **Apêndice 2**.

bem menos glamorosas, que fizeram do ingresso de Rachel de Queiroz corolário de benefícios políticos, de jogos de interesse, de redes de favorecimento. E já havíamos assistido a algo parecido, quando a Academia, em 1930, deliberou em favor de uma “firula gramatical”. Como se vê, o pretexto gramatical cede espaço às especulações que habitam o universo *fashion*. “Diferentes entonações para coros tão semelhantes”.

A partir dessas considerações, não há como deixar de sublinhar a inegável influência da roupa na composição da atmosfera da Academia, perfazendo não apenas um item de oficialização do extraordinário e de demarcação de diferenças entre os gêneros, como também um acessório transfigurado em insuspeito despiste.

O espírito do “fardão feminino”: do reino animal ao ambiente de gala

Ao se referir às diferenças sociais que se imprimem aos indivíduos como máscaras, que o passar do tempo cristaliza, Gilda de Mello e Souza (1996) chama a atenção para a importância da roupa, elemento capaz de acentuar um repertório de diferenças existente entre os sexos. Como lembra a autora, “a história do traje nos mostra, é verdade, como os dois grupos [homens e mulheres] sempre se diferenciaram através da roupa” (MELLO E SOUZA, 1996: 59). Assim, os trajes dos acadêmicos não fogem a essa constatação, e a expressividade destas vestes se pronuncia na medida em que têm descortinadas as suas idiossincrasias. A importância da indumentária para os imortais nos leva a enfatizar o primado do visual no processo de diferenciação que caracteriza os rituais da ABL.

Grosso modo, pensando menos na nomenclatura do que nos modelos, os homens usam fardão e as mulheres, vestido; os adereços masculinos são a espada e o bicórneo, enquanto o colar (que, como dissemos, sempre foi um acessório da indumentária masculina) complementa o traje das escritoras. As plumas que adornam o chapéu dos acadêmicos parecem deslocadas. Este ornamento, que ao longo do tempo se tornou apanágio feminino, está de todo ausente da indumentária cerimonial das escritoras, figurando como adereço exclusivo da vestimenta masculina. Estas características vão ao encontro da constatação de Gilda de Mello e Souza, a propósito da mulher que, em busca de sua profissionalização, se vê incitada a se despir de todos

os adereços e complementos que dão graça e brilho ao seu traje, como garantia de inserção social e reconhecimento.

Além disso, a simplificação progressiva da roupa masculina, observada por Mello e Souza (1996) ao se referir ao século XIX (mas que nos fornece pistas para pensarmos sobre os dias atuais), não coincide com os detalhes e luxo que o fardão ostenta, indicando de fato se tratar de uma instituição fincada no passado. O século XIX, período de criação da ABL, é o tempo todo reverenciado por seus membros; não à toa a vestimenta se apresentar como o avesso da moda, ou como seu contraponto.

Perseguindo o raciocínio de Gilda de Mello e Souza, para quem o traje não existe independente do movimento, a ABL tem no fardão não apenas um poderoso elo com o passado, mas, e sobretudo, uma ode aos que exercem trabalhos intelectuais, que podem se dar ao luxo de portarem roupas que dificultam os gestos – esta nos parece uma referência cifrada à dualidade prefigurada pelas relações entre, de um lado, o esforço braçal, ignóbil de um lado e, de outro, o trabalho imaterial, reverenciado pelo traje. Da mesma forma que a mobilidade é apontada como condição indispensável para a existência de uma vestimenta, o colorido também é considerado pela escritora como seu elemento constitutivo. Assim, de acordo com esta chave analítica específica, o fardão situa-se fora deste esquadro basilar definido por Mello e Souza. De fato, o misoneísmo da Academia contrasta com a celeridade das transformações que movem a moda.

Ainda na esteira dessas considerações, talvez seja possível pensar a diferença que as indumentárias sinalizam tendo em vista os óbices enfrentados pela mulher que buscava seguir carreira profissional. Como mostra Mello e Souza, da segunda metade do XIX em diante, a mulher começa a manifestar interesse em seguir uma profissão, sendo esta, até então, restrita ao homem e compreendida em termos da austeridade do traje (1996: 106).

Desta feita, as mulheres que almejavam obter êxito em suas empreitadas profissionais – Gilda toma como exemplo a experiência das *suffragettes* “que, aspirando uma experiência diversa, [enxergavam] na carreira uma fonte de realização pessoal” (PONTES, 2004b: 41) –, esquivando-se da pecha de amadoras, viam-se compelidas a abandonar, não impunemente, velhos hábitos que foram se constituindo vagarosamente, que de tão entranhados, chegavam a compor uma segunda natureza.³⁹⁴ Esse desprendimento, veladamente compulsório, se expressa por meio do

³⁹⁴ Ao mesmo tempo em que Gilda de Mello e Souza aborda a experiência social das *suffragettes*, sua trajetória profissional está sendo indiretamente tematizada, sob dois aspectos distintos, porém indissociáveis: tanto com relação ao conflito geracional que experimentou, quanto com relação às tensões de gênero que se colocaram como

“desinteresse pelo adorno, pela vestimenta rebuscada, pela preocupação com a moda” (MELLO E SOUZA, *Ibidem*: 106):

Lançando-se no áspero mundo dos homens, a mulher viu-se dilacerada entre dois pólos, vivendo simultaneamente em dois mundos, com duas ordens inversas de valores. Para viver dentro da profissão adaptou-se à mentalidade masculina da eficiência e do despojamento, copiando os hábitos do grupo dominante, a sua maneira de vestir, desgostando-se com tudo aquilo que, por ser característica de seu sexo, surgia como símbolo de inferioridade: o brilho dos vestidos, a graça dos movimentos, o ondulado do corpo (*Idem, Ibidem*: 106).³⁹⁵

Em consonância com o que o período acima sugere, o “fardão feminino” representa o despojamento, a simplificação – o antípoda, *grosso modo*, das vestimentas tradicionalmente caracterizadas como “femininas”, que conferem à mulher uma silhueta bem delineada, transformando-a “num milagre de curvas” (*Idem, Ibidem*: 64), como a **imagem 78** sugere: nela, o efeito da vestimenta na modelação do corpo feminino evidencia-se por meio dos babados, das rendas, da marcação acentuada da cintura (que tinha os espartilhos como grandes aliados) e do ampliamiento do tamanho dos quadris (provavelmente, graças ao recurso da crinolina, armação interna metálica, que conferia volume ao vestido, em substituição às desconfortáveis anáguas). Por sua vez, o vestido cerimonial encobre os contornos, oculta o perfil do corpo da mulher. É como se, de algum modo, ele anunciasse que a consagração acadêmica dessas mulheres vem acompanhada da abdicação dos acessórios e expedientes que o intensificam.

aspecto premente de seu itinerário. Como aponta Heloísa Pontes, Vilma Arêas chama a atenção para o modo sutil e esgueirado com que essa abordagem, que supõe a problematização do percurso da autora de **O espírito das roupas**, é engendrada e compõe, sob a forma de lampejos criativos, a dinâmica de seu processo de investigação sociológica. Assim, “o reprocessamento da experiência de transição vivida pelas mulheres de sua geração permite a ela [Gilda], como autora, uma lucidez particularmente aguda em relação aos meandros da chamada cultura feminina, vista sempre em relação e conexão com o universo masculino” (PONTES: 2004b, 43; cf. *Idem*, 2006).

³⁹⁵ A título de ilustração, quando questionada sobre a vestimenta masculina ser uma “artimanha feminina para ter acesso ao mundo masculino”, a historiadora francesa Michelle Perrot, em entrevista concedida à também historiadora Sheila Schvarzman, lembra que Georges Sands “começa a se vestir de homem entre 1830, 1831 [aos 26 anos]. É o momento que, ainda casada mas já insatisfeita ela abandona o seu marido e vem para Paris e quer escrever. Adota o pseudônimo de Georges Sand e se veste de homem para ter maior liberdade: ir ao teatro sozinha, ir à Câmara dos Deputados que era evidentemente proibida para as mulheres. Se tolerava na época o fato de mulheres se vestirem de homem. Sand não era a única” (1995: 35).

Imagem 78 – Desenho extraído do *Jornal das Senhoras*. 01-01-1852. Fonte: Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras (Microfilmagens).

Além disso, é possível arriscar que a eficácia da dimensão performática do traje cerimonial, no caso das escritoras, esteja relacionada justamente à sua descrição, que até parece reproduzir, em termos estilísticos, a exígua participação feminina na agremiação. Impossível não pontuar tal paralelo! Portanto, não seria apressado dizer que a falta de brilho oriunda da insipidez e do excesso de sobriedade que emanam do longo vestido em crepe o transformaram em um acessório representativo do – e em sintonia com o – exíguo número de mulheres que o portam. Assim, se a inserção feminina na agremiação se processa a conta-gotas, as eleitas encontram na vestimenta uma espécie de reiteração e coroamento de sua sutil presença, i.e., algo semelhante ao ocultamento obtido por um processo de camuflagem, cujo efeito seria, metaforicamente, o de um holofote desligado.

Em suma, a indumentária cerimonial feminina não chama a atenção, senão pelo seu viés, cristalizado na lisura de seu traçado, impondo-se antagonicamente ao exagero que qualifica o modelo masculino. Se as acadêmicas já são pouco numerosas, ainda portando vestes que esbanjam simplicidade, passam quase que despercebidas, em meio a tantos “pavões”.

A sofisticada investigação encaminhada por Gilda de Mello e Souza, em **O espírito das roupas**, nos despertou para o potencial simbólico do fardão e de seus contrapontos suscitados por sua versão feminina, justamente porque os referenciais manejados pela autora revelam as incompatibilidades e fissuras existentes entre as condições de existência da moda – a saber, a plenitude multicor e a célere mobilidade –, e o hirto traje cerimonial, que reverencia a tradição e economiza na têmpera. As demarcações das distinções entre o grupo masculino e o grupo feminino no interior da ABL, sugeridas aqui pela indumentária, também são forjadas como corolário do entrecruzamento de percepções, discursos e significações que os próprios acadêmicos têm acerca de si mesmos.

Ainda que desacompanhado de uma exegese estética e sociológica sobre as vestimentas, é possível constatar que a sobriedade da indumentária feminina ombreia com o rebuscamento dos ornatos masculinos. Ao chamar a atenção para o peitoral, parte do corpo que, simbolicamente, representa a virilidade, a altivez, o vigor, o traje masculino concorreria para a intensificação do brio dos acadêmicos, reforçando a idéia de masculinidade, não fosse seu significativo contrapeso: o excesso de brocados, que acaba por torná-lo mais “feminino” do que propriamente “varonil”. Por sua vez, o traje das acadêmicas supõe o olhar desviante, mais dispersivo, já que não oferece tantas informações visuais a ponto de prender a atenção: ele é uma espécie de eco da simplificação por que passaram as roupas femininas a partir do século XIX, sintomática do êxito profissional das mulheres (que corresponde ao gradativo abandono do “brilho dos vestidos, da graça dos movimentos, do ondulado do corpo”, como pontua Gilda de Mello e Souza).

Nesse sentido, a vestimenta dos membros da ABL parece operar uma insólita inversão que subentende um duplo processo: as relativas “feminização do masculino” e “masculinização do feminino”, i.e., enquanto a vestimenta masculina se anuncia como signo do exagero, fato que a aproxima culturalmente do que se convencionou denominar de “feminino”, o vestido das escritoras tem na discrição, na sobriedade e na aridez de brocados índices alusivos, ainda sub-reptícios e não premeditados, à idéia de “masculinidade”, além de retraduzir esteticamente a exígua presença das mesmas na agremiação.

Portas (entre)abertas: à guisa de conclusão

Após um longo percurso pelos desvãos documentais, tendo como ponto de partida o silêncio e a aridez, não tardou para que muitos ruídos se fizessem ouvir. E a própria divisão desta tese foi se estabelecendo em função da densidade da imersão nestas fendas, das descobertas que elas nos proporcionavam. Assim, a tônica de nossa abordagem, por muitas vezes demandar uma sequiosa problematização de fontes de informação produzidas pela própria ABL, se fez sentir em sua própria estruturação.

Dos cinco capítulos que compõem esta tese, dois deles foram integralmente dedicados às trajetórias de escritoras que *não* ingressaram na ABL, enquanto a investigação acerca dos bastidores de ingresso das “eleitas” foi condensada em um capítulo. Este proposital arranjo buscou justamente “restituir” as ausências, sem contudo deixar de iluminar as presenças.

Perseguir cada temática traduziu-se, por inúmeras vezes, em descobertas surpreendentes: as bordas dos documentos eram fecundas, os silêncios muito nos diziam. A partir de agora, procederemos a um balanço do que foi a construção desta tese, colocando em tela alguns destes “diálogos frutíferos” (expressão esta que, em alguns casos, assume sentido literal) que travamos com as personagens centrais que a compõem.

Para começar, nos reportaremos ao período de criação da ABL e à definição do perfil de seus membros. Como mencionado no **Capítulo 1**, e por iniciativa de Joaquim Nabuco, inegável importância foi dada à presença de expoentes nos quadros da agremiação, – os *grands seigneurs* –, estratégia capaz de investi-la de *status* e prestígio, tomados de empréstimo de figuras ilustres e, como o próprio nome atesta, expoentes da sociedade (de final do oitocentos). Merece destaque o fato de que tal nomenclatura, por mais vaga que seja, justifica, ainda hoje, a presença de personagens “notáveis” entre os membros da entidade.

A esse respeito, nos salta aos olhos uma não menos “notável” constatação: o fato de que o ingresso de expoentes se afigura, marcadamente, como uma “regalia masculina”. Pensemos, por exemplo, no conjunto de mulheres que se aproximou da ABL: a indicada Júlia Lopes de Almeida, a pretendente Amélia Beviláqua, e também as seis “eleitas”. Logo perceberemos não haver entre elas, nem mesmo entre outras preteridas, como é o caso da filóloga Carolina Michaëlis (que ingressaria na condição de sócia correspondente) e da arqueóloga e escritora Maria Beltrão

(adversária de Ana Maria Machado, que com ela disputou voto a voto a Cadeira 1) – apenas para mencionarmos os casos mais expressivos, que renderam discussões regimentais, como é o caso da primeira e/ou contabilizaram expressiva votação, como ocorreu com a segunda –, qualquer possibilidade de as atividades por elas exercidas as inscreverem na condição de “expoentes”; todas são escritoras e/ou pesquisadoras reconhecidas em suas devidas áreas de atuação. Este quadro, no mínimo, comprova que “com relação às mulheres, critérios estéticos e intelectuais são mais rigorosos”.³⁹⁶

Outro ponto curioso, e que se evidenciou gradativamente, diz respeito às “sutilezas definidoras” que regem a política de indicação, especialmente quando analisadas a partir da pronunciada hierarquia existente entre a “auto-indicação” e a indicação propriamente dita. Pensada especificamente à luz das trajetórias femininas, já que é o escopo a partir do qual podemos extrair algumas conclusões, a primeira situação denuncia a posição desfavorável em que se encontra a aspirante à imortalidade, enquanto a segunda é, por si só, um prenúncio de seu ingresso, de seu pleito vitorioso ou, quando não, de sua *possível* concretização. Ser indicada, se não traduz precisamente uma “aceitação antecipada”, informal, ao menos revela a posição vantajosa em que se encontra a candidata a uma Cadeira, em detrimento daquela que se “auto-indicou”.

Indicar-se é, com efeito, recender fragilidade e submissão. Portanto, se analisarmos por este prisma as malogradas tentativas de Amélia Beviláqua, em 1930 e de Dinah Silveira de Queiroz, em 1970 e 1979, é possível notar que este jogo de forças está completamente anunciado em cada um dos episódios. Ambas chegaram a ser consideradas “insistentes” por seus pares, e tais rótulos, pejorativos, deixaram ainda mais à mostra a delicada e desvantajosa posição que as mesmas ocupavam no acirrado “jogo das cadeiras”, i.e., o *handicap* subjacente às suas investidas na entidade. Com isso, fica evidente a relevância dos “apadrinhamentos” (transfigurados em “cabos eleitorais”), verdadeiros marcadores de poder, articuladores institucionais e agregadores de *status*, e sua frontal contraposição em relação àquelas iniciativas individuais destemidas, “aventureiras” que, sem dúvida, não se definem como prática bem-vinda entre os acadêmicos, tendo resultado (ao menos nos casos aqui analisados) no insucesso das proponentes.

Ainda com relação ao período de criação da ABL, é sabido que a mulher letrada encontrou muitos óbices para ser enxergada como profissional, já que seu descrédito vinha

³⁹⁶ Constatação aventada por Nélida Piñon durante a entrevista que concedeu à pesquisadora. Consultar **Apêndice 2**.

respaldado por discursos que postulavam a “inferioridade atrelada ao pertencimento ao sexo feminino” (SIMIONI, 2004: II), de modo que aquelas que conseguiram reconhecimento viram-se inadvertidamente rotuladas como excepcionais, tendo sua postura, quando não seu estilo, definidos segundo critérios que aludiam à idéia de masculinidade, de sorte que o talento era explicado e atribuído a certo ímpeto varonil, tal como aconteceu com Júlia Lopes de Almeida.

Longe de corresponder à propalada exígua atuação de mulheres no campo literário, a ausência feminina na ABL, durante tantos anos, sustentou-se em iniciativas e manobras as mais arbitrárias. Tais “lacunas institucionais” revelam, corolariamente, não apenas que as fontes documentais produzidas por teóricos, escritores e críticos da literatura são fruto de construções parciais, mas que aquele manancial produzido pela ABL esteve, sobretudo durante sua fase de consolidação, em profunda sintonia com aquele tipo de pensamento que (embebido em um pronunciado determinismo biológico e no positivismo oitocentista) elegeu a “questão da mulher” como objeto privilegiado de investigação, transformando-o em terreno pantanoso sobre o qual incidiram as mais impensáveis injunções.

Os respingos deste pensamento fizeram-se ainda sentir nos anos de 1930, que é quando, por um lado, Amélia Beviláqua é impedida de ingressar na ABL e, por outro, Rachel de Queiroz desponta no cenário literário, com o romance **O quinze**, tendo sua escrita qualificada como “viril”, “ máscula”. Era, pois, ainda incompatível “ser mulher” e ao mesmo tempo obter sucesso editorial, reconhecimento literário.³⁹⁷ Já as escritoras que não possuíam predicados suficientes, ou que não contavam com influência considerável no meio social do qual faziam parte, viram-se classificadas como amadoras e/ou diletantes, reforçando a relação entre escrita e passatempo. O amadorismo aparece também como uma designação recorrente até mesmo para (des)qualificar as escritoras mais talentosas e já renomadas, como uma forma de arrefecer sua projeção e obliterar sua inserção e projeção no campo literário.

Com isso, e ao não admitir a presença de mulheres em seus quadros, a ABL expressa sua total conviência com tais posturas misóginas, ainda que a inelegibilidade feminina tenha sido incorporada oficialmente ao Regimento Interno apenas em 1951. Isso quer dizer que, até a referida data, a indesejável presença do “sexo oposto” dispensava quaisquer discussões, posto

³⁹⁷ Como lembram Riot-Sarcey & Varikas, “agissant comme de ‘purs et simples êtres humains’, dans un monde où l’humanité n’avait été pensée que pour le genre masculin et qui tendait à identifier l’humanité à l’homme, ces femmes ont dû assumer l’exceptionnalité qu’on leur attribuait comme prix de leur réussite” (1988: 81).

que tacitamente consentida. A justificativa para a exclusão do nome de Júlia Lopes de Almeida da relação final, tal como mostrado no **Capítulo 2**, levou os fundadores iniciais a elegerem como pretexto a observância aos critérios de seleção vigentes na Académie Française de Lettres, cuja expressão “*hommes de lettres*” era apreendida em seu sentido literal. Esta escusa inspirou tantas outras que, até 1976, mantiveram a agremiação incólume à presença feminina.

Talvez o pretexto mais debatido, por ter envolvido de forma explícita um dos membros fundadores da ABL que, por ironia do destino, exercia o cargo de jurista, tenha sido a “firula gramatical” mobilizada pelos acadêmicos para preterir a proposta de candidatura encaminhada por Amélia Beviláqua. Neste episódio, descortinado no **Capítulo 3**, a Academia expôs publicamente toda a sua intransigência quanto à presença feminina em seus quadros, deixando mais uma vez evidente o quão frágil era a sua argumentação, que acabava por colocar em xeque a própria competência interpretativa de seus membros. Diferentemente do episódio protagonizado por Júlia Lopes, que transcorreu na fase embrionária da instituição, portanto, mais facilmente encoberto e maquiado em meio às incipientes instalações da entidade, a amarga experiência de Amélia Beviláqua rendeu maior repercussão, pois a escritora optou por divulgar seu insucesso sob a forma de livro, fazendo assim circular as desculpas inconsistentes e prepotentes encontradas pelos membros da ABL para justificarem a negativa à sua intenção de candidatura. Vale lembrar que a postura de Amélia Beviláqua estava, de certa forma, afinada com as reivindicações feministas que então pululavam, e que tinham na figura de Bertha Lutz grande articuladora. No entanto, a ABL mostrou-se implacavelmente refratária a tais demandas e, mais ainda, alheia às conquistas femininas até então obtidas.

Com o passar do tempo, era esperado que os acadêmicos reavaliassem a postura androcêntrica da entidade, envolta em inegável anacronismo, e reformulassem seu Regimento Interno (muito embora qualquer iniciativa nessa direção pudesse adquirir matizes de benefício, de concessão). Contudo, além da não-ocorrência de qualquer alteração em tal sentido, nem mesmo diante da proposta de candidatura encaminhada, em 1970, por Dinah Silveira de Queiroz, a mudança regimental (que suprimiu do documento o “aposto restritivo” “do sexo masculino”) só se concretizou em 1976, e como expressão de um casuísmo, como sugerido no **Capítulo 4**. Portanto, a eleição de Rachel de Queiroz, a primeira mulher a sagrar-se imortal, no ano seguinte, exprime muito menos uma modificação na mentalidade da agremiação do que ratifica a sua compleição: ela é, por suposto, fruto da aquiescência não propriamente acerca do ingresso

feminino, mas da eleição de uma escritora que fazia parte do *establishment*, que mantinha vínculos de amizade e relações de favorecimento e conveniência com muitos acadêmicos.

As demais eleitas ingressam no encalço desta modificação, “beneficiando-se” indiretamente de uma manobra interessada que não mais poderia retroceder ou ser obnubilada. Se, por um lado, a ascensão de Nélida Piñon à Presidência da ABL (e exatamente no simbólico ano de seu centenário), é representativa de mudanças internas, por outro, a própria acadêmica alude a certo “*regime de cotas*” para definir a posição da agremiação ante a presença feminina.³⁹⁸ Como ressalta Nélida Piñon em entrevista já citada,

na Academia, então, temos a entrada de Rachel, que foi uma consagração, porque era a novidade de uma mulher entrar na Academia. Mas eu acho que ainda hoje, é uma novidade a entrada da mulher na Academia. (...) Se você levar em conta que somos 40 e nunca ultrapassamos 4, portanto, cota, cota de 10%. É como se a Academia operasse por cota, em relação a nós mulheres e, penso eu que, muitas vezes, [tal como mencionado acima] os critérios com relação às mulheres, critérios estéticos e intelectuais, são mais rigorosos.

O que se nota, portanto, é a continuidade da “segregação sexual”, mas sob novas roupagens, mais sofisticadas, veladas, sutis. E, por falar em roupagens, até mesmo a escolha do “fardão feminino” tencionou mimetizar as clivagens entre machos e fêmeas atinentes ao reino animal, fazendo jus ao modelo de indumentária idealizado por Rachel de Queiroz. Quando devidamente paramentados para as cerimônias de posse, é possível perceber que os homens pavoneiam sua presença e as mulheres retraduzem esteticamente sua “ausência”, tal como constatamos no **Capítulo 5**.

E até mesmo as relações entre sagração e premiação, na ABL, adquirem contornos sugestivos se pensadas à luz das relações entre os gêneros/sexos. Isso porque a exígua presença de “mulheres imortais” está longe de coincidir com o número de escritoras, poetisas etc. laureadas pela agremiação. O reconhecimento do mérito literário dessas “mulheres de letras”, cristalizado em tais premiações, não se evidencia, por suposto, como critério suficiente para sua sagração (tal como prevêm os Estatutos da Academia). A explicação para tal situação poderia

³⁹⁸ Entrevista concedida à pesquisadora. Ver **Apêndice 2**.

estar, como propõe Nélida Piñon, na inconsistência e incoerência de seus critérios de elegibilidade, melhor dizendo, em sua parcialidade:

Há um rigor muito grande em relação à capacidade da mulher. Eles querem uma mulher excepcional, como se fosse, cada qual, uma suma teológica de Tomás de Aquino. E eu não creio que sejam os mesmos critérios de exigência que aplicam aos homens que ingressam na Casa.³⁹⁹

Se, por um lado, nosso recorte metodológico compreendeu apenas aquelas mulheres que mantiveram relações diretas com a ABL (afora as eleitas, Júlia Lopes, que foi partícipe das discussões que antecederam a criação de seu projeto, e Amélia Beviláqua, proponente a uma Cadeira), por outro, é certo dizer que as “ausências institucionais” que aqui se fizeram “presentes” estão longe de corresponder às “lacunas que de fato povoam” a historiografia acadêmica. Por isso, as trajetórias contempladas na primeira parte desta tese fazem mais sentido se tomadas como casos paradigmáticos daquelas tantas ausências femininas não só na entidade (que não faz mais do que ecoá-las), mas no campo literário brasileiro que, por tantas vezes, repeliu tais participações para as suas franjas, especialmente se consideramos a experiência de escritoras coetâneas a Júlia Lopes, em cuja época as barreiras à profissionalização eram mais acerbadas. Não é preciso grande esforço analítico para perceber as incontáveis *presenças* que estiveram *ausentes* da arbitrária contagem dos 40.

Por tais motivos, é preciso redobrado cuidado para não incorrermos no erro de “absolutizar as ausências”. Para melhor ilustrar esta ressalva, um comentário de Lygia Fagundes Telles, datado de 2 de setembro de 2000, é bastante sugestivo:

Conversando com a Clarice, ela disse: – Não, eu não quero entrar para a Academia. – Por que, Clarice Lispector? Por que, Clarice? – Ah, porque a gente

³⁹⁹ Entrevista já citada, concedida à pesquisadora. Consultar **Apêndice 2** para ter acesso à íntegra. Seria necessário um levantamento minucioso de todas estas premiações, para comprovar tal suposição. Apenas para ilustrar, dentre as escritoras premiadas estão: Rosalina Lisboa, em 1921; Gilka Machado, em 1921 e em 1979 (já mencionadas no **Capítulo 3**); Cecília Meireles, em 1939 e em 1965 (prêmio concedido postumamente); Adélia Prado, em 2007.

dá um espirro, estão pensando que a gente está morrendo e tal, então, querem a nossa vaga.⁴⁰⁰

É equivocado, pois, partir do pressuposto de que ocupar um lugar entre os imortais faça parte do interesse de todos os escritores renomados (que vislumbram na agremiação a possibilidade de ampliação de prestígio e de coroação de uma carreira literária já consolidada). Pensando especificamente no caso das mulheres, posto que nosso objeto de investigação, é válido sublinhar que, se muitas ausências encontram explicação na compleição androcêntrica da entidade, podendo até mesmo inúmeras “não-candidaturas” ser compreendidas, no limite, como sintomáticas de uma “interiorização da dominação” (BOURDIEU, 2003), tantas outras propostas não encaminhadas à ABL devem ser pensadas a partir de parâmetros outros, dentre os quais, o simples desejo (fruto de motivações que nos escapam) da não transposição de seus umbrais.

O exemplo de Clarice Lispector, cuja motivação é declarada (e jocosa) evidencia o outro lado de nossa pesquisa: as “ausências solicitadas, requeridas, reivindicadas”, e, com isso, propõe a necessidade de relativização de tais lacunas. Aliás, a postura de Clarice Lispector poderia ser aqui tomada como um contraponto dos mais ilustrativos à atitude, por exemplo, de Dinah Silveira: a primeira a reivindicar sua ausência, a segunda, a batalhar por sua presença entre os imortais. Por isso, as aspas acima renderiam um estudo à parte, pois subentendem não somente o posicionamento daquelas profissionais das letras que, reconhecidas literariamente por outras vias, não enxergam no ingresso à entidade o zênite de suas carreiras, como também as possíveis implicações oriundas do próprio descrédito sofrido pela entidade (ao abrigar, desde suas raízes, personalidades, expoentes, colocando em xeque os propósitos norteadores de sua criação) como estímulo e justificativa para a opção pela “ausência requerida”.

Ressalvas à parte, essa incursão revelou-nos uma entidade que, mesmo tendo ultrapassado os cento e dez anos de sua fundação, ainda enxerga a elegibilidade feminina como uma prerrogativa. Sob sua fachada insuspeita, a do *direito* à candidatura, a presença *de fato* de mulheres na ABL é, além de muito acanhada, transformada, a cada pleito, a cada cerimônia de posse, em um evento extraordinário, em um acontecimento excepcional, enfim, em uma contagem – e os meios de comunicação reiteram este cômputo, sob a forma de um articulado

⁴⁰⁰ Fragmento extraído de discurso pronunciado na ABL, por Lygia Fagundes Telles, dedicado à análise do “conto”, gênero literário este que consagrou a escritora e com o qual mantém inegável identificação estilística. Disponível no acervo virtual da ABL: www.academia.org.br

jogral: a primeira imortal; a segunda imortal; a terceira imortal e assim por diante, um verdadeiro “boletim numérico” atualizado, sempre estampado nas primeiras páginas dos jornais (e que não deixa de atravessar e contaminar as mais distintas “panelinhas acadêmicas”).

Chegarão eles a perder as contas? Sob a pena de uma resignação involuntária, é possível dizer que, se desde 1976, as mulheres não mais se deparam com uma entidade cujos umbrais até então lhes estavam completamente cerrados, agora, suas portas ao menos se encontram entreabertas.

APÊNDICE 1

- 1. Os patronos, os membros fundadores e os atuais ocupantes da ABL.*
- 2. Quadro de membros da ABL, quando da intenção de candidatura de Amélia Beviláqua.*
- 3(A). Quadro sinóptico dos membros até hoje eleitos, por sexo.*
- 3(B). Representação gráfica da Tabela 3(A).*
- 4(A). Quadro dos atuais sócios correspondentes da ABL.*
- 4(B). Quadro sinóptico da presença de sócios correspondentes, por sexo.*
- 4(C). Representação gráfica da Tabela 4(A)*
- 5. Quadro de acadêmicos que participaram da sessão que aquiesceu acerca da elegibilidade feminina.*
- 6. Composição da ABL, a cada eleição feminina.*
- 6(A). Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Rachel de Queiroz.*
- 6(B). Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Dinah Silveira de Queiroz.*
- 6(C). Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Lygia Fagundes Telles.*
- 6(D). Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Nélida Piñon.*
- 6(E). Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Zélia Gattai.*
- 6(F). Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Ana Maria Machado*
- 7. As mulheres e a ABL: quadros sinóticos*
- 8. Breve histórico das cadeiras ocupadas por acadêmicas*

As tabelas, a seguir, buscam ilustrar, por meio de mapeamentos: (1) a composição inaugural da ABL, bem como seus atuais membros (2) o quadro de membros da ABL, quando da intenção de candidatura de Amélia Beviláqua; (3) o quadro sinóptico dos membros até hoje eleitos, por sexo; (4) a composição da ABL a cada eleição feminina; (5) as mulheres e a Academia: quadros sinópticos; (6) um breve histórico das Cadeiras ocupadas por acadêmicas.

Todos os dados compulsados para a elaboração das tabelas foram obtidos a partir do acervo da ABL.

TABELA 1

Composição inaugural da ABL, bem como seus atuais membros. Em destaque, as mulheres:

<u>CADEIRAS</u>	PATRONOS	FUNDADORES	ATUAIS OCUPANTES
1	ADELINO FONTOURA	LUÍS MURAT	ANA MARIA MACHADO
2	ÁLVARES DE AZEVEDO	COELHO NETO	TARCÍSIO PADILHA
3	ARTUR DE OLIVEIRA	FILINTO DE ALMEIDA	CARLOS HEITOR CONY
4	BASÍLIO DA GAMA	ALUÍSIO AZEVEDO	CARLOS NEJAR
5	BERNARDO GUIMARÃES	RAIMUNDO CORREIA	JOSÉ MURILO DE CARVALHO (no lugar de RACHEL DE QUEIROZ)
6	CASIMIRO DE ABREU	TEIXEIRA DE MELO	CÍCERO SANDRONI
7	CASTRO ALVES	VALENTIM MAGALHÃES	NELSON PEREIRA DOS SANTOS (Cadeira ocupada por DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ)
8	CLÁUDIO MANOEL DA COSTA	ALBERTO DE OLIVEIRA	ANTÔNIO OLINTO
9	GONÇALVES DE MAGALHÃES	CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO	ALBERTO DA COSTA E SILVA
10	EVARISTO DA VEIGA	RUI BARBOSA	LÊDO IVO
11	FAGUNDES VARELA	LÚCIO DE MENDONÇA	HÉLIO JAGUARIBE
12	FRANÇA JÚNIOR	URBANO DUARTE	ALFREDO BOSI
13	FRANCISCO OTAVIANO	VISCONDE DE TAUNAY	PEDRO PAULO ROUANET
14	FRANKLIN TÁVORA	CLÓVIS BEVILÁQUA	CELSO LAFER
15	GONÇALVES DIAS	OLAVO BILAC	FERNANDO BASTOS DE ÁVILA
16	GREGÓRIO DE MATOS	ARARIPE JÚNIOR	LYGIA FAGUNDES TELLES
17	HIPÓLITO DA COSTA	SÍLVIO ROMERO	AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO
18	JOÃO FRANCISCO LISBOA	JOSÉ VERÍSSMO	ARNALDO NISKIER
19	JOAQUIM CAETANO DA SILVA	ALCINDO GUANABARA	ANTÔNIO CARLOS SECCHIN
20	JOAQUIM MANUEL DE MACEDO	SALVADOR DE MENDONÇA	MURILO MELO FILHO
21	JOAQUIM SERRA	JOSÉ DO PATROCÍNIO	PAULO COELHO
22	JOSÉ BONIFÁCIO	MEDEIROS E ALBUQUERQUE	IVO PITANGUY
23	JOSÉ DE ALENCAR	MACHADO DE ASSIS	LUIZ PAULO HORTA (no lugar de ZÉLIA GATTAI)
24	JÚLIO RIBEIRO	GARCIA REDONDO	SABATO MAGALDI
25	JUNQUEIRA FREIRE	FRANKLIN DÓRIA	ALBERTO VENÂNCIO FILHO

26	LAURINDO RABELO	GUIMARÃES PASSOS	MARCOS VILAÇA
27	MACIEL MONTEIRO	JOAQUIM NABUCO	EDUARDO PORTELLA
28	MANOEL ANTÔNIO DE ALMEDA	INGLÊS DE SOUZA	DOMÍCIO PROENÇA FILHO
29	MARTINS PENA	ARTUR AZEVEDO	JOSÉ MINDLIN
30	PARDAL MALLET	PEDRO RABELO	NÉLIDA PIÑON
31	PEDRO LUÍS	GUIMARÃES JÚNIOR	MOACYR SCLiar
32	ARAÚJO PORTO-ALEGRE	CARLOS DE LAET	ARIANO SUASSUNA
33	RAUL POMPEIA	DOMÍCIO DA GAMA	EVANILDO CAVALCANTE BECHARA
34	SOUZA CALDAS	PEREIRA DA SILVA	JOÃO UBALDO RIBEIRO
35	TAVARES BASTOS	RODRIGO OCTÁVIO	CÂNDIDO MENDES
36	TEÓFILO DIAS	AFONSO CELSO	JOÃO DE SCANTIMBURGO
37	TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA	SILVA RAMOS	IVAN JUNQUEIRA
38	TOBIAS BARRETO	GRAÇA ARANHA	JOSÉ SARNEY
39	FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN	OLIVEIRA LIMA	MARCO MACIEL
40	VISCONDE DO RIO BRANCO	EDUARDO PRADO	EVARISTO DE MORAES FILHO

(Fonte: Academia Brasileira de Letras. Ano base 2009)

TABELA 2

Quadro de membros da ABL, quando da intenção de candidatura de Amélia Beviláqua. Em destaque, os membros fundadores, que ainda faziam parte da agremiação. Em destaque, os acadêmicos que compuseram o quadro inicial da Academia, na condição de fundadores:

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS EM 1930
1	AFONSO D'E. TAUNAY
2	COELHO NETO
3	FILINTO DE ALMEIDA
4	ALCIDES MAIA
5	ALOÍSIO DE CASTRO
6	GOULART DE ANDRADE
7	AFRÂNIO PEIXOTO
8	ALBERTO DE OLIVEIRA
9	CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO
10	LAUDELINO FREIRE
11	ADELMAR TAVARES
12	AUGUSTO DE LIMA
13	HÉLIO LOBO
14	CLÓVIS BEVILÁQUA
15	GUILHERME DE ALMEIDA
16	FÉLIX PACHECO
17	ROQUETTE-PINTO
18	LUÍS CARLOS BARROS
19	GUSTAVO BARROSO
20	HUMBERTO DE CAMPOS
21	OLEGÁRIO MARIANO
22	MEDEIROS E ALBUQUERQUE
23	VAGA DEIXADA POR ALFREDO PUJOL

24	LUÍS GUIMARÃES FILHO
25	ATAULFO PAIVA
26	CONSTÂNCIO ALVES
27	DANTAS BARRETO
28	XAVIER MARQUES
29	CLÁUDIO DE SOUZA
30	ANTÔNIO AUSTREGÉSILO
31	JOÃO RIBEIRO
32	BARÃO DE RAMIZ GALVÃO
33	FERNANDO MAGALHÃES
34	DOM AQUINO CORRÊA
35	RODRIGO OCTÁVIO
36	AFONSO CELSO
37	SILVA RAMOS
38	GRAÇA ARANHA
39	ALBERTO DE FARIA
40	MIGUEL COUTO

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 3(A)

Quadro sinóptico dos membros até hoje eleitos, por sexo.

INSTITUIÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
ABL	235	6	241

Representação gráfica da TABELA 3(B)

TABELA 4(A)

Quadro dos atuais sócios correspondentes da ABL. Em destaque, as mulheres.

<u>CADEIRAS</u>	PATRONOS (NACIONALIDADE BRASILEIRA)	ATUAIS OCUPANTES	PAÍS DE ORIGEM
1	ALEXANDRE DE GUSMÃO	ANTÔNIO ALÇADA BAPTISTA	PORTUGAL
2	ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA, O JUDEU	MÁRIO SOARES	PORTUGAL
3	BOTELHO DE OLIVEIRA	URBANO TAVARES RODRIGUES	PORTUGAL
4	EUSÉBIO DE MATOS	ANTÔNIO BRAZ TEIXEIRA	PORTUGAL
5	D. FRANCISCO DE SOUSA	MIA COUTO	MOÇAMBICANA
6	MATHIAS AYRES	ARNALDO SARAIVA (NA SUCESSÃO DE LUCIANA STEGAGNO PICCHIO)	PORTUGAL
7	NUNO MARQUES PEREIRA	JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO	PORTUGAL
8	ROCHA PITA	AGUSTIN BUZURA	ROMÊNIA
9	SANTA RITA DURÃO	ADRIANO MOREIRA	PORTUGAL
10	FREI VICENTE DO SALVADOR	AGUSTINA BESSA-LUÍS	PORTUGAL
11	ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA	CURT MEYER-CLASON	ALEMANHA
12	ANTÔNIO DE MORAIS SILVA	FRED P. ELLISON	ESTADOS UNIDOS
13	DOMINGOS BORGES DE BARROS	JEAN D'ORMESSON	FRANÇA
14	FREI FRANCISCO DE MONT'ALVERNE	DAYSAKU IKEDA	JAPÃO
15	FREI GONÇALVES LEDO	CLAUDE L. HULET	ESTADOS UNIDOS
16	JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA	MAURICE DRUON	FRANÇA
17	ODORICO MENDES	VITORINO MAGALHÃES GODINHO	PORTUGAL
18	SILVA ALVARENGA	JOSÉ VITORINO DE PINA MARTINS	PORTUGAL
19	SOTERO DOS REIS	ALAIN TOURAINE	FRANÇA
20	VISCONDE DE CAIRU	EDUARDO LOURENÇO DE FARIA	PORTUGAL

(Fonte: Academia Brasileira de Letras. Ano base 2009)

Tal como informa a tabela, as sócias correspondentes são: a italiana Luciana Stegagno Picchio (9ª ocupante da Cadeira 6, sucedida em 2008 por Arnaldo Saraiva) e a portuguesa Agustina Bessa-Luís (6ª ocupante da Cadeira 10).

TABELA 4(B)

Quadro sinóptico da presença de sócios correspondentes (20 cadeiras), por sexo.

INSTITUIÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
ABL	125	2	127

TABELA 4(C)

Representação gráfica da TABELA 4(A)

TABELA 5

Quadro de acadêmicos que participaram da sessão realizada em 14 de outubro de 1976, que aquiesceu acerca da elegibilidade feminina.

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS
1	BERNARDO ÉLIS
2	MÁRIO PALMÉRIO
3	HERBERTO SALES
4	VIANNA MOOG
5	VAGA DEIXADA POR CÂNDIDO MOTA FILHO (preenchida em agosto de 1977, por Rachel de Queiroz)
6	BARBOSA LIMA SOBRINHO
7	HERMES LIMA
8	AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE
9	CARLOS CHAGAS FILHO
10	OSVALDO ORICO
11	DEOLINDO COUTO
12	ABGAR RENAULT
13	FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA
14	MIGUEL REALE
15	ODYLO COSTA
16	PEDRO CALMON
17	ANTÔNIO HOUAISS
18	PEREGRINO JÚNIOR
19	AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
20	AURÉLIO DE LYRA TAVARES
21	ADONIAS FILHO
22	LUÍS VIANA FILHO
23	JORGE AMADO
24	CYRO DOS ANJOS
25	AFONSO ARINOS
26	MAURO MOTA
27	OTÁVIO DE FARIA

28	MENOTTI DEL PICCHIA
29	JOSUÉ MONTELLO
30	AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA
31	JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO
32	GENOLINO AMADO
33	AFRÂNIO COUTINHO
34	RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
35	JOSÉ HONÓRIO ROGRIGUES
36	PAULO CARNEIRO
37	JOÃO CABRAL DE MELO NETO
38	JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA
39	ELMANO CARDIM
40	ALCEU AMOROSO LIMA (TRISTÃO DE ATAÍDE)

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

6. A composição da ABL a cada eleição feminina

TABELA 6(A)

Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Rachel de Queiroz, ocorrido em 4 de agosto de 1977.

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS
1	BERNARDO ÉLIS
2	MÁRIO PALMÉRIO
3	HERBERTO SALES
4	VIANNA MOOG
5	RACHEL DE QUEIROZ (na vaga deixada por Cândido Mota Filho)
6	BARBOSA LIMA SOBRINHO
7	HERMES LIMA
8	AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE
9	CARLOS CHAGAS FILHO
10	OSVALDO ORICO
11	DEOLINDO COUTO
12	ABGAR RENAULT
13	FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA
14	MIGUEL REALE
15	ODYLO COSTA
16	PEDRO CALMON
17	ANTÔNIO HOUAISS
18	PEREGRINO JÚNIOR
19	AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
20	AURÉLIO DE LYRA TAVARES
21	ADONIAS FILHO
22	LUÍS VIANA FILHO
23	JORGE AMADO
24	CYRO DOS ANJOS
25	AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO
26	MAURO MOTA
27	OTÁVIO DE FARIA
28	MENOTTI DEL PICCHIA

29	JOSUÉ MONTELLO
30	AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA
31	JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO
32	GENOLINO AMADO
33	AFRÂNIO COUTINHO
34	RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
35	JOSÉ HONÓRIO ROGRIGUES
36	PAULO CARNEIRO
37	JOÃO CABRAL DE MELO NETO
38	JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA
39	ELMANO CARDIM
40	ALCEU AMOROSO LIMA (TRISTÃO DE ATAÍDE)

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 6(B)

Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Dinah Silveira de Queiroz, ocorrido em 10 de julho de 1980.

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS
1	BERNARDO ÉLIS
2	MÁRIO PALMÉRIO
3	HERBERTO SALES
4	VIANNA MOOG
5	RACHEL DE QUEIROZ
6	BARBOSA LIMA SOBRINHO
7	DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ (na vaga deixada por Pontes de Miranda)
8	AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE
9	CARLOS CHAGAS FILHO
10	OSVALDO ORICO
11	DEOLINDO COUTO
12	ABGAR RENAULT
13	FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA
14	MIGUEL REALE
15	DOM MARCOS BARBOSA
16	PEDRO CALMON
17	ANTÔNIO HOUAISS
18	PEREGRINO JÚNIOR
19	AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
20	AURÉLIO DE LYRA TAVARES
21	ADONIAS FILHO
22	LUÍS VIANA FILHO
23	JORGE AMADO
24	CYRO DOS ANJOS
25	AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO
26	MAURO MOTA
27	OTÁVIO DE FARIA
28	MENOTTI DEL PICCHIA
29	JOSUÉ MONTELLO
30	AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA
31	JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO

32	GENOLINO AMADO
33	AFRÂNIO COUTINHO
34	RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
35	JOSÉ HONÓRIO ROGRIGUES
36	PAULO CARNEIRO
37	JOÃO CABRAL DE MELO NETO
38	VAGA DEIXADA POR JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA (preenchida em julho de 1980, por José Sarney)
39	OTTO LARA RESENDE
40	ALCEU AMOROSO LIMA (TRISTÃO DE ATAÍDE)

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 6(C)

Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Lygia Fagundes Telles, ocorrido em 24 de outubro de 1985.

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS
1	BERNARDO ÉLIS
2	MÁRIO PALMÉRIO
3	HERBERTO SALES
4	VIANNA MOOG
5	RACHEL DE QUEIROZ
6	BARBOSA LIMA SOBRINHO
7	SÉRGIO CORRÊA DA COSTA
8	AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE
9	CARLOS CHAGAS FILHO
10	ORÍGENES LESSA
11	DEOLINDO COUTO
12	ABGAR RENAULT
13	FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA
14	MIGUEL REALE
15	DOM MARCOS BARBOSA
16	LYGIA FAGUNDES TELLES (na vaga deixada por Pedro Calmon)
17	ANTÔNIO HOUAISS
18	ARNALDO NISKIER
19	AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
20	AURÉLIO DE LYRA TAVARES
21	ADONIAS FILHO
22	LUÍS VIANA FILHO
23	JORGE AMADO
24	CYRO DOS ANJOS
25	AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO
26	MARCOS VINÍCIOS RODRIGUES VILAÇA
27	EDUARDO PORTELLA
28	MENOTTI DEL PICCHIA
29	JOSUÉ MONTELO
30	AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA
31	JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO
32	GENOLINO AMADO
33	AFRÂNIO COUTINHO
34	CARLOS CASTELLO BRANCO

35	JOSÉ HONÓRIO ROGRIGUES
36	JOSÉ GUILHERME MERQUIOR
37	JOÃO CABRAL DE MELO NETO
38	JOSÉ SARNEY
39	OTTO LARA RESENDE
40	EVARISTO DE MORAES FILHO

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 6(D)

Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Nélida Piñon, ocorrido em 27 de julho de 1989.

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS
1	BERNARDO ÉLIS
2	MÁRIO PALMÉRIO
3	HERBERTO SALES
4	CARLOS NEJAR
5	RACHEL DE QUEIROZ
6	BARBOSA LIMA SOBRINHO
7	SÉRGIO CORRÊA DA COSTA
8	AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE
9	CARLOS CHAGAS FILHO
10	LÊDO IVO
11	DEOLINDO COUTO
12	ABGAR RENAULT
13	FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA
14	MIGUEL REALE
15	DOM MARCOS BARBOSA
16	LYGIA FAGUNDES TELLES
17	ANTÔNIO HOUAISS
18	ARNALDO NISKIER
19	AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
20	AURÉLIO DE LYRA TAVARES
21	ADONIAS FILHO
22	LUÍS VIANA FILHO
23	JORGE AMADO
24	CYRO DOS ANJOS
25	AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO
26	MARCOS VINÍCIOS RODRIGUES VILAÇA
27	EDUARDO PORTELLA
28	OSCAR DIAS CORRÊA
29	JOSUÉ MONTELLO
30	NÉLIDA PIÑON (na vaga deixada por Aurélio Buarque de Holanda)
31	JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO
32	VAGA DEIXADA POR GENOLINO AMADO (preenchida em agosto de 1989, por Ariano Suassuna)
33	AFRÂNIO COUTINHO
34	CARLOS CASTELLO BRANCO
35	CELSO FERREIRA DA CUNHA
36	JOSÉ GUILHERME MERQUIOR
37	JOÃO CABRAL DE MELO NETO

38	JOSÉ SARNEY
39	OTTO LARA RESENDE
40	EVARISTO DE MORAES FILHO

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 6(E)

Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Zélia Gattai, ocorrido em 7 de dezembro de 2001.

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS
1	BERNARDO ÉLIS
2	TARCÍSIO PADILHA
3	CARLOS HEITOR CONY
4	CARLOS NEJAR
5	RACHEL DE QUEIROZ
6	RAYMUNDO FAORO
7	SÉRGIO CORRÊA DA COSTA
8	ANTÔNIO OLINTO
9	ALBERTO DA COSTA E SILVA
10	LÊDO IVO
11	CELSO FURTADO
12	DOM LUCAS MOREIRA NEVES
13	SÉRGIO PAULO ROUANET
14	MIGUEL REALE
15	PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA
16	LYGIA FAGUNDES TELLES
17	AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO
18	ARNALDO NISKIER
19	MARCOS ALMIR MADEIRA
20	MURILO MELO FILHO
21	VAGA DEIXADA POR ROBERTO CAMPOS (preenchida em julho de 2002, por Paulo Coelho)
22	IVO PITANGUY
23	ZÉLIA GATTAI (na vaga deixada por Jorge Amado)
24	SÁBATO MAGALDI
25	ALBERTO VENÂNCIO FILHO
26	MARCOS VINÍCIOS RODRIGUES VILAÇA
27	EDUARDO PORTELLA
28	OSCAR DIAS CORRÊA
29	JOSUÉ MONTELLO
30	NÉLIDA PIÑON
31	GERALDO FRANÇA DE LIMA
32	ARIANO SUASSUNA
33	EVANILDO BECHARA
34	JOÃO UBALDO RIBEIRO
35	CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
36	JOÃO DE SCATIMBURGO
37	IVAN JUNQUEIRA
38	JOSÉ SARNEY
39	ROBERTO MARINHO
40	EVARISTO DE MORAES FILHO

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 6(F)

Quadro de acadêmicos quando do ingresso de Ana Maria Machado, ocorrido em 24 de abril de 2003.

<u>CADEIRAS</u>	MEMBROS
1	ANA MARIA MACHADO (na vaga deixada por Evandro Lins e Silva)
2	TARCÍSIO PADILHA
3	CARLOS HEITOR CONY
4	CARLOS NEJAR
5	RACHEL DE QUEIROZ
6	RAYMUNDO FAORO
7	SÉRGIO CORRÊA DA COSTA
8	ANTÔNIO OLINTO
9	ALBERTO DA COSTA E SILVA
10	LÊDO IVO
11	CELSO FURTADO
12	ALFREDO BOSI
13	SÉRGIO PAULO ROUANET
14	MIGUEL REALE
15	PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA
16	LYGIA FAGUNDES TELLES
17	AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO
18	ARNALDO NISKIER
19	MARCOS ALMIR MADEIRA
20	MURILO MELO FILHO
21	PAULO COELHO
22	IVO PITANGUY
23	ZÉLIA GATTAI
24	SÁBATO MAGALDI
25	ALBERTO VENÂNCIO FILHO
26	MARCOS VINÍCIOS RODRIGUES VILAÇA
27	EDUARDO PORTELLA
28	OSCAR DIAS CORRÊA
29	JOSUÉ MONTELLO
30	NÉLIDA PIÑON
31	VAGA DEIXADA POR GERALDO FRANÇA DE LIMA (preenchida em julho de 2003, por Moacyr Scliar)
32	ARIANO SUASSUNA
33	EVANILDO BECHARA
34	JOÃO UBALDO RIBEIRO
35	CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
36	JOÃO DE SCATIMBURGO
37	IVAN JUNQUEIRA
38	JOSÉ SARNEY
39	ROBERTO MARINHO
40	EVARISTO DE MORAES FILHO

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

7. As mulheres e a ABL: quadros sinópticos

TABELA 7(A) – *Das ausências*

<i>Mulheres na ABL</i>	<i>Origem</i>	<i>Ano de veto</i>	<i>Cadeira pretendida</i>
Júlia Lopes de Almeida	Rio de Janeiro (RJ)	1897	Supostamente, a Cadeira 3, que foi ocupada por seu marido, Filinto de Almeida.
Amélia de Freitas Beviláqua	Juremenha (PI)	1930	Cadeira 23, na sucessão de Alfredo Pujol.

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 7(B) – *Das presenças*

<i>Mulheres na ABL</i>	<i>Origem</i>	<i>Ano de ingresso</i>	<i>Cadeira ocupada</i>
Rachel de Queiroz	Fortaleza (CE)	1977	5
Dinah Silveira de Queiroz	São Paulo (SP)	1980	7
Lygia Fagundes Telles	Sertãozinho (SP)	1985	16
Nélida Piñon	Rio de Janeiro (RJ)	1989	30
Zélia Gattai	São Paulo (SP)	2001	23
Ana Maria Machado	Rio de Janeiro (RJ)	2003	1

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

8. Breve histórico das Cadeiras ocupadas por acadêmicas.

TABELA 8(A) – CADEIRA 1 – Patrono: Adelino Fontoura

<i>Posição</i>	<i>Acadêmico(a)</i>	<i>Período</i>
<i>Membro-fundador</i>	<i>Luiz Murat</i>	<i>1897 a 1929</i>
2.º	Afonso D'E. Taunay	1929-1958
3.º	Ivan Lins	1958-1975
4.º	Bernardo Élis	1975-1997
5.º	Evandro Lins e Silva	1998-2002
6.º	Ana Maria Machado	2003

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 8(B) – CADEIRA 5 – Patrono: Bernardo Guimarães

<i>Posição</i>	<i>Acadêmico(a)</i>	<i>Período</i>
<i>Membro-fundador</i>	<i>Raimundo Corrêa</i>	<i>1897-1911</i>
2.º	Osvaldo Cruz	1912-1917
3.º	Aloísio de Azevedo	1917-1959
4.º	Cândido Motta Filho	1960-1977
5.º	Rachel de Queiroz	1977-2003
6.º	José Murilo de Carvalho	2004

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 8(C) – CADEIRA 7 – Patrono: Castro Alvos

<i>Posição</i>	<i>Acadêmico(a)</i>	<i>Período</i>
<i>Membro-fundador</i>	<i>Valentim Magalhães</i>	<i>1897-1903</i>
2.º	Euclides da Cunha	1903-1909
3.º	Afrânio Peixoto	1910-1947
4.º	Afonso Pena Júnior	1947-1968
5.º	Hermes Lima	1968-1978
6.º	Pontes de Miranda	1979
7.º	Dinah Silveira de Queiroz	1980-1982
8.º	Sérgio Corrêa da Costa	1983-2005
9.º	Nelson Pereira dos Santos	2006

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 8(D) – CADEIRA 16 – Patrono: Gregório de Matos

<i>Posição</i>	<i>Acadêmico(a)</i>	<i>Período</i>
<i>Membro-fundador</i>	<i>Araripe Júnior</i>	<i>1897-1911</i>
2.º	Félix Pacheco	1912-1935
3.º	Pedro Calmon	1936-1985
4.º	Lygia Fagundes Telles	1985

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 8(E) – CADEIRA 23 – Patrono: José de Alencar

<i>Posição</i>	<i>Acadêmico(a)</i>	<i>Período</i>
<i>Membro-fundador</i>	<i>Machado de Assis</i>	<i>1897-1908</i>
2.º	Lafayette Rodrigues Pereira	1909-1917
3.º	Alfredo Pujol	1917-1930
4.º	Otávio Mangabeira	1930-1960
5.º	Jorge Amado	1961-2001
6.º	Zélia Gattai	2001-2008
7.º	Luiz Paulo Horta	2008

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

TABELA 8(F) – CADEIRA 30 – Patrono: Pardal Mallet

<i>Posição</i>	<i>Acadêmico(a)</i>	<i>Período</i>
<i>Membro-fundador</i>	<i>Pedro Rabelo</i>	<i>1897-1905</i>
2.º	Heráclito Graça	1906-1914
3.º	Antônio Austregésilo	1914-1960
4.º	Aurélio Buarque de Holanda	1961-1989
5.º	Nélida Piñon	1989

(Fonte: Academia Brasileira de Letras)

APÊNDICE 2

Transcrição das entrevistas realizadas com:

- 1. Ana Maria Machado*
- 2. Nélida Piñon*
- 3. Lygia Fagundes Telles*

1. Entrevista concedida à pesquisadora, por Ana Maria Machado, em 7 de agosto de 2008.

Meu estudo trata da presença de escritoras na ABL. Em linhas gerais, é uma investigação mais de ausências do que de presenças. Gostaria de saber sua visão acerca desse processo histórico por que passou a Academia, no que concerne ao ingresso de escritoras. Trata-se de uma concessão?

Ana Maria Machado: *Não me parece que tenha sido uma concessão, de modo algum. Acho que foi muito mais uma conquista. Acho que foi uma conquista porque, na verdade, é impressionante quando a gente pensa que, na ocasião da fundação, havia a intenção de que entrasse uma mulher, a Júlia Lopes de Almeida, e houve uma reação. Acabaram chamando o marido dela, o Filinto, e não ela, e, a partir daí, não se deixou – e durante muitos anos –, cada vez que alguém falava, eles vieram com uma firula gramatical, de dizer que os Estatutos falavam em “brasileiros”, e isto era homem, que não dizia brasileiros e brasileiras, ou escritores e escritoras. Enfim, uma coisa bem (...), já que o plural no português se faz no masculino, e eles fizeram disso uma barreira mesmo. Então, não foi absolutamente concessão. Eu sei que, esporadicamente havia escritoras que queriam, acadêmicos que queriam que viessem, Osvaldo Orico, por exemplo, muito solidário com as mulheres mesmo, batalhou para que as mulheres entrassem, mas a reação era sempre de tal modo, que não se mudava isso. Então, acho muito impressionante que tenha havido esta conquista, com a Rachel e a Dinah.*

Gostaria de saber um pouco mais sobre o envolvimento da Dinah, sobre a “batalha” que a escritora travou com a ABL, em favor da elegibilidade feminina, pois encontrei poucas informações sobre o assunto. Antes mesmo de seu ingresso, Dinah tentou candidatura uma vez, em 1970, tendo sido negada, só vindo a ingressar uma década depois.

Ana Maria Machado: *Eu sei que houve esta batalha, mas eu não sei detalhes. Eu sei que ela lutou, ela foi mais determinada para entrar, e houve uma reação a ela. Uma coisa que eu ouvi dizer, mas eu não sei qual o fundamento, mas faz um certo sentido é que a mesma composição da Academia, que num determinado momento recusou a insistência da Dinah para*

entrar, se abriu para Rachel em seguida, porque a Rachel era amiga dos governos militares e havia uma relação com a política. Isso não diminui nem um pouquinho o valor da Rachel, ou o merecimento da Rachel, mas dá uma idéia de circunstâncias. Se isso for verdade, como eu acho que parece ter uma certa lógica, um certo fundamento, sobretudo se a gente lembra o que era o Brasil naquele momento, historicamente, isto na verdade, por um lado, e respondendo a sua primeira pergunta, foi uma conquista da mulher, escritora, foi uma conquista feminina, do pós-feminismo no Brasil, e era um momento de garantir mais espaços etc., mas, por outro lado, não que tenha sido uma concessão da Academia, mas teria sido uma docilidade a uma pressão externa, de que, já que teriam que engolir uma mulher, que então fosse uma mulher que era prima de um Presidente da República. Ela era prima do Humberto Castelo Branco. E eu não sei nem se a cronologia casa, pode ser que o Castelo não fosse mais Presidente, e eu acho que não era mas, enfim, tinha uma questão por aí. Isto eu não sei, eu não estava aqui, eu não pesquisei isto, mas eu percebo que faz sentido esta história, porque a grande batalhadora para entrar foi a Dinah, e ela não foi a primeira, ela foi rejeitada. Houve a ação de lobbies.

E como é realizada a campanha para angariar votos?

Ana Maria Machado: *Quando há uma vaga, abrem-se as inscrições, e existe um tempo para que o inscrito se apresente aos outros, aos votantes. E isto é o que se chama uma campanha. Apresentar-se pode ser mandar obras, escrever, visitar, telefonar, enfim. Há uns que acham que são tão conhecidos que não precisam, outros têm um certo constrangimento em fazer isso. Eu, pessoalmente, quando fui candidata, eu quis me apresentar a todos porque eu achava que era possível que muita gente não me conhecesse. Para minha surpresa, não era verdade. Mas, foi muito bom. Uns dizendo que não iam votar em mim, mas que gostaram de me conhecer, outros não diziam nada, outros diziam que iam votar, enfim, eu não fui lá pedir voto, fui me apresentar. Eu achei que era uma deferência a uma Casa onde eu queria entrar, então, era uma maneira de eu conhecê-los e de eles me conhecerem também. É claro que se, nas sucessivas visitas eu tivesse me desencantado com os futuros companheiros, eu podia até ter retirado a minha candidatura, mas, enfim, gostei do ambiente e insisti.*

Uma última questão, que me incomoda um pouco, tem a ver com o fardão, porque o termo já é masculino, de modo que sua versão feminina foi pensada em decorrência da eleição de Rachel de Queiroz.

Ana Maria Machado: *O fardão é o traje de gala, usado na cerimônia de posse. Esta é a única ocasião em que se usa o fardão, quando alguém toma posse. Agora, já que você está interessada no fardão, tem muita coisa pra eu te dizer, porque, quando a Rachel tomou posse, e ela foi a primeira, ela quem decidiu como ia ser o fardão, e como ela era uma pessoa muito pouco vaidosa, uma sertaneja, então, ela escolheu a coisa mais simples que podia, e tanto que o fardão dos homens é muito mais bordado e muito mais enfeitado do que o das mulheres. Agora, mais recentemente, foi feito o desenho de um novo, pelo Guilherme Guimarães, então, pode ser que em algum momento aí se faça. Eu já fiz três provas, mas eu não sei como vai ser.*

A discussão sobre o fardão da Rachel acabou ficando no foco das atenções da mídia e, quando eu fui tomar posse, (fazer o fardão, provar o fardão, encontrar o tecido pro fardão, que não tinha mais, era um tecido importado, não existia mais naquela cor, tive que tingir quatro vezes até chegar, foi uma coisa tão absurda, que eu cheguei à conclusão que fardão não era o aumentativo de farda, era o aumentativo de fardo, porque era um peso carregar esta roupa). Aí, eu comentei isso com a Heloísa Buarque de Hollanda, que é uma crítica, e a Heloísa me mandou um texto, que ela fez na ocasião da entrada da Rachel, ela fez a partir de uma entrevista com a Rachel, e ela fez uma análise do que a imprensa publicou na ocasião sobre o fardão, e eu tenho este texto. E é muito bem pensado, porque ela situa a posição da mulher frente a isso, e da mulher na mídia, e de como uma coisa que jamais seria discutida sobre uma roupa de homem passou a ser discutida por uma roupa de mulher.

Eu dediquei o último capítulo a essa discussão, e justamente porque a vestimenta comporta uma ambigüidade. Além disso, o espaço que ela acabou tomando na mídia é revelador. O ingresso de Rachel aparece atrelado à preocupação com o fardão feminino. Esta atenção toda seria um despiste, deslocando do foco de atenção os bastidores do ingresso da escritora, para a discussão sobre a indumentária?

Ana Maria Machado: *Despiste é a palavra. Eu acho que tem muito de um despiste, de um mal-estar da mídia, de não conseguir, naquele momento, de governo militar, de não conseguir discutir as questões que realmente estavam em jogo. A questão de uma nordestina, que começou a escrever muito cedo, muito rebelde, uma voz do povo sofrido, e que teve um comprometimento com a esquerda muito marcado na juventude, e que depois estava do outro lado, e que tinha relações de parentesco com pessoas do governo militar, enfim, numa Academia que a esta altura tinha um militar, Lyra Tavares, que estava aqui, que tinha sido Ministro da Defesa. Então, toda esta questão, a questão política, a de esquerda-direita, a de governo militar e oposição, a questão política mais ampla, de machismo ou não, a questão regional da força nordestina de uma pessoa que tinha uma obra de muito jovem (...). Então, tudo o que a mídia não podia discutir na ocasião saiu pela discussão do fardão, que é mais superficial, uma “espuma flutuante”. Esta é uma hipótese que a minha visão crítica dita, porque eu sou uma crítica sempre.*

Agora, hoje em dia, eu não vejo isso, absolutamente, aqui, e eu acho que a receptividade para candidaturas femininas é muito grande, enfim, não é uma coisa por sistema de cotas, nem é por paternalismo, quer dizer, não é só porque precisa ter. Então, se jogar, e eu já vi algumas vezes, aparece candidata achando “ah, porque está na hora, porque tem mulher”. Não é assim. Mulher ou homem, para entrar, tem que fazer uma jogada política, se calçar em pessoas que tenham um esquema de alianças, um círculo, tem a questão do merecimento, a questão do convívio, e as circunstâncias de cada eleição.

2. Entrevista concedida à pesquisadora, por Nélida Piñon, em 10 de agosto de 2008.

A minha pesquisa é sobre a elegibilidade feminina na ABL, o que me levou a proceder a uma reconstrução do campo literário brasileiro, desde a cogitação do nome de Júlia Lopes de Almeida, como membro fundadora da agremiação. Aquilo que seria um trabalho sobre “presenças”, se tornou um trabalho sobre ausências.

Nélida: *Muito bem observado. Perfeito.*

Gostaria que você fizesse um balanço sobre a questão da elegibilidade feminina na agremiação, sobre a modificação do Regimento Interno.

Nélida: *O Regimento foi alterado antes do ingresso de Rachel, e Osvaldo Orico foi o responsável.*

Foi, em 1976...

Nélida: *E ela [Rachel de Queiroz] entra em 1977. Eu não freqüentava a Academia. Eu sempre via a Academia como uma instituição formidável, mas distante de mim, então, talvez eu pensasse, remotamente, na possibilidade de, no futuro, ingressar, enfim, em sua vida, mas, realmente, isto não estava nos meus projetos. Engraçado, isto foi uma coisa que eu descobri em Lisboa, em 1989. Mas, devo dizer-lhe, que eu fui à posse de Rachel de Queiroz. Eu quis ir, porque eu era uma feminista e achei que aquele era um momento histórico, mas eu lamento que o discurso da Rachel não menciona este fato histórico. É um discurso de um homem, e não o discurso de quem vive uma circunstância histórica extraordinária e que abre portas para as mulheres. O reconhecimento do talento da mulher como um ser digno de freqüentar aquela instituição tão seleta, de elite, no melhor sentido. Então, eu fiquei decepcionada com o discurso dela, porque a Rachel não era feminista, ela não tinha a noção histórica do papel da mulher na sociedade, e ela entra justamente por isso. Eu acho que a Rachel entra na Academia, e não Dinah, porque Dinah desenvolve um papel político, e Rachel não. Rachel era aliada do mundo masculino, não que eu não seja, ou Dinah não seja, mas é que ela era no sentido de olhar com*

uma certa indiferença uma conquista dessa natureza. Ela é aceita com naturalidade porque ela é apoiada por seus grandes amigos homens e grandes escritores, como ela também era.

Ela possuía um inegável capital social.

Nélida: *Exatamente. Ela possuía um capital social que lhe facilita o ingresso. A entrada dela é uma penalidade da Dinah Silveira de Queiroz, que era a mulher que realmente pleiteou o ingresso. Tanto que a Academia faz justiça depois. Não que Rachel não merecesse, ela merecia amplamente, mas ela não tinha noção histórica. Mas a Dinah entra depois como uma correção histórica.*

E interessante que Rachel de Queiroz entra na Academia Brasileira antes de Marguerite Youcenar entrar na Francesa. Portanto, Rachel entra como uma mulher importante, com uma obra importante, mas como se fosse um homem entrando. O discurso dela é de homem, e eu fiquei decepcionada, porque sempre fui uma feminista, não contundente, sempre muito bem-educada, mas com idéias firmes. Não se esqueça que eu participei do movimento feminista americano, em 1969. No meu livro, que vai sair agora, Memórias, eu conto um episódio, como eu vi a invasão de uma casa velha, imensa, numa zona depressiva de Nova York, em uma noite de Natal, um inverno, neve. E eu ia entrar também, mas as mulheres formidáveis americanas me disseram “você não entre”, olhe que generosidade, “porque você é uma brasileira, passaporte brasileiro, e se nós formos presas, nós podemos ser presas, mas você não, você seria deportada imediatamente”. Então eu não entrei, mas acompanhei o trabalho e, no dia seguinte, eu fui ver o que elas fizeram naquela madrugada. Um trabalho excepcional. Então, eu era aluem vinculada ao movimento, com noção profunda de que a mulher merecia uma habilitação social.

Na Academia, então, temos a entrada de Rachel, que foi uma consagração, porque era a novidade de uma mulher entrar na Academia. Mas eu acho que ainda hoje, é uma novidade a entrada da mulher na Academia.

As matérias jornalísticas acentuam esse lugar-comum: “a primeira a entrar”, “a segunda a entrar”. O ingresso feminino passa a ser uma contagem.

Nélida: *É uma contagem. Se você levar em conta que somos 40 e nunca ultrapassamos 4, portanto, cota, cota de 10%. É como se a Academia operasse por cota, em relação a nós mulheres e, penso eu que, muitas vezes, os critérios com relação às mulheres, critérios estéticos e intelectuais, são mais rigorosos.*

E o interessante é que as acadêmicas são as que mais ganharam prêmios.

Nélida: *De fato. Há um rigor muito grande em relação à capacidade da mulher. Eles querem uma mulher excepcional, como se fosse, cada qual, uma suma teológica de Tomás de Aquino. E eu não creio que sejam os mesmos critérios de exigência que aplicam aos homens que ingressam na Casa.*

Eu gostaria de saber um pouco mais sobre a “batalha” que Dinah travou com a ABL.

Nélida: *Eu não saberia dizer-lhe muito, porque eu não freqüentava a Academia, e não tinha intenção de entrar na Academia. Eu só tomo esta decisão uma semana em que eu estou em Lisboa, com Lygia Fagundes Telles, Jorge Amado e José Saramago. Saíamos da reunião, Jorge, com aquela camisa colorida, vinha ao encontro, com Zélia, “você vai se candidatar na vaga do Aurélio”. Porque ele [Aurélio Buarque] morre enquanto nós estávamos viajando. E eu queria muito bem ao Aurélio. E eu disse “como?”. Me deu um choque, porque eu não sabia que um amigo tinha morrido. Fiquei chocada, e o Jorge, que era um leão, leonino persistente, tinha um gênio forte, e queria porque queria. Então, o que ele faz? “Vamos todos almoçar”, naquele parque Mayer, perto do Hotel Tívoli, perto da Avenida Liberdade, onde ele freqüentava. Um lugar modesto, mas que ele guardava muito carinho, porque quando ele estava exilado, ele vai receber Zélia e o filhinho, que vêm do Brasil, em 1945, lá. E ele, não tendo muito dinheiro, ele vai preferir... Era um parque de diversões, com vários pequenos restaurantes. Então, ele vai, com a mulher e o filho para este restaurante, que é muito modestinho e barato. A dona era uma senhora, com as filhas. As portuguesas ajudaram o menininho, deram leite, mamadeira, tudo. Então, Jorge, mesmo depois de ficar famoso, conhecido, sempre foi muito agradecido, um homem grato, que tinha o sentimento da gratidão. Então, ele já um homem famoso, ele ia pra lá.*

Ele levava os escritores. E lá fomos almoçar. E ele, “você tem que ser candidata”, “você tem que ser candidata”, e Lygia também. Lygia dizia “Nélida, Paulo Emílio, que era trotskista, dizia: você tem que entrar na Academia, porque a Academia protege, sobretudo a uma mulher”. E ele tinha razão. É um lugar de proteção. Nós somos muito apaixonadas pela Casa. Então, a Casa tem o sentido da proteção aos seus membros. Somo só 40. As nossas discussões eventuais, quando há, e eu acho que para o número de 40 egos, nós temos uma grande harmonia. Então, um protege o outro.

E a Academia é uma instituição poderosa, a grande instituição cultural do Brasil. Então, ele percebeu, o Paulo Emílio, que se ele morresse, a Lygia estaria protegida. E ele morre logo. Então, Lygia também lutou muito. Mas aí, o Jorge disse: “Nélida, comece a ligar”. Mas, naquela época, os telefonemas internacionais eram caros, e eu não tinha as facilidades que eu tenho hoje. Mas aí, eu disse “está bem”. E fiquei pensando. Talvez me falta enveredar pela memória da Academia, como se eu estivesse enveredando pela memória do Brasil, porque sempre, até então, eu tinha o sentimento de ser uma brasileira recente. Amava o país, conhecia profundamente tudo do Brasil e de sua história, mas eu era uma brasileira recente. Talvez me falte conversar, ter convívio com estes acadêmicos, para que parte da memória brasileira entre em mim como escritora, porque eu me penso como escritora, e não como acadêmica. Eu amo a Academia, mas eu sou escritora. Tanto que eu continuo publicando, eu continuo lutando. Eu não penso nas benesses da Academia, eu penso na batalha literária, na criação, na publicação. Você vê que eu estou sempre publicando.

Aí, eu aceitei, e vim para o Rio de Janeiro, para me inscrever. Eu não tinha nenhuma experiência, e me inscrevi. A Carmen, que é a grande Secretária, a memória da Academia, disse “o Presidente Athayde quer falar com a senhora”. E ele ficava no escuro, parecia um totem. Ele não me conhecia, nem eu a ele. “Soube que a senhora acabou de se inscrever”. E eu, “sim, Presidente, acabei de me inscrever, na vaga do querido mestre Aurélio Buarque, meu amigo”. E ele disse “e por que a senhora se inscreveu?”, e eu comecei, gentilmente “porque, eu sou de família imigrante, e eu achei que me faltava essa memória, para completar essa minha visão do Brasil. Mas, de repente, eu senti que tinha que viver uma coisa, que estava no sub-reptício de sua pergunta. “Agora, se o senhor pensa, Sr. Presidente, que eu me inscrevo buscando a glória que a Academia vai dar, o senhor está equivocado. Eu não estou me inscrevendo para buscar a glória, que só a Academia pode me dar, não. Que glória eu quiser, quem vai me dar sou eu, com os

meus livros, e na rua. Eu não vim buscar glória”. E sabe que, a partir dali, ele me tratou de uma forma absolutamente especial. Ele começou a dar atenção. Ele temia, porque eu fui a mulher mais moça a entrar na Academia, e eu tinha fama de esquerda, progressista, comunista, cosmopolita, eu vivia no mundo. Então, eu não era de controle, eu não era de grupetos, eu sempre me dei com todo mundo. “Então, essa mulher está vinculada a quê?” E não queria o homem, para a paz da Casa. Ele não sabia que eu sou uma mulher completamente educada, com normas morais muito rigorosas, nunca fiz minhas carreiras com alianças. Sempre fui muito bonitinha, mas minha carreira não tem proteções de pessoas famosas. Não tem! Foi tudo com a minha obra, com o meu trabalho, com o meu suor. Aí, inclusive, ele fez uma coisa, quando eu entrei, você pode saber disso. Você sabe que, quando você é eleita, se você não tomou posse, você não pode falar. É uma prática. É um silêncio. Enquanto você não toma posse, você não tem direito ao discurso, à fala. Você tem que se manter no silêncio total. Então, se você ficar seis meses, seis meses calada. Você não ganha jetom, porque você é acadêmica eleita, você não tem o título de acadêmica. Acontece que eu tinha tão pouca noção, que eu cometi uma gafe de algum modo. Eu deveria ter tomado posse mais cedo, mas eu só tomei posse um ano depois, o que não é muito comum. Então, eles estranharam, mas ninguém me disse nada. Pois bem, durante este período, ele me fez falar. Foi uma convocação original. E logo depois que eu tomei posse, você pode ver na Academia a data, ele me manda para Portugal, junto com Antônio Houaiss, para discutir o acordo ortográfico. Eu não tinha tradição na Casa, e logo depois ele me coloca na Secretaria. Você vê que eu percorri vários cargos, e muito cedo.

E isto já sinalizava a sua atuação como Presidente da Academia.

Nélida: *Para lhe dar uma idéia, eu não sabia que, quando você toma posse, é prática, não é obrigatório, na primeira quinta-feira após a sua posse, você deve comparecer para ser aplaudida pelo plenário. E eu fui para os Estados Unidos. Eu não disse para ninguém, porque eu fui defender a minha cátedra. Eu estava inscrita, e era uma das cinco finalistas de uma batalha de oitenta intelectuais no mundo, por uma cátedra nos Estados Unidos. E eu não quis diz a ninguém, porque se eu perdesse, já pensou uma acadêmica perder? Eu não disse a ninguém, e fui para os Estados Unidos. Fiquei lá três dias, fiz três conferências públicas e fui sabatinada por todos os chefes de Departamento aí, eu voltei. Então, foi essa a minha relação.*

Mas, olha, os acadêmicos têm muito boa relação com as mulheres. Nesse sentido, eles devem ficar encantados. E eu não sei como eles não abriram o leque, porque nunca houve um problema, uma mulher que criasse um problema, nunca. São exemplares, educadas, finas de talento, não são ostensivas, não são exibicionistas. Não tem um homem que possa falar de uma acadêmica. E mesmo na minha presidência, eu tive uma presidência chamada exemplar.

Sua trajetória é singular, porque além de fazer parte de um grupo minoritário, você presidiu a agremiação.

Nélida: *E foi no ano do Centenário, que era o ano mais disputado.*

E um ano simbólico.

Nélida: *Você sabe que havia grandes disputas para saber quem ia ser o Presidente do Centenário. Eu chegava ao cúmulo de, quando havia [...] no final do dia, vir empadinha, que eu pagava. Hoje eu acho que fui escrupulosa em excesso. E foi uma presidência brilhante, nos feitos, nos gastos. Um dos maiores elogios que eu recebi, no final de minha presidência, foi de Ledo Ivo, que disse “Sra. Presidente, a senhora pecou por avara”. Com isso, ele quis dizer que eu tive um zelo com o dinheiro público, com o dinheiro da Academia.*

E eu queria saber sobre outro acontecimento, paralelo. Eu conversei com a Ruth Niskier sobre o Comitê Cultural Feminino.

Nélida: *Que veio depois.*

Sim, na gestão do Arnaldo Niskier. Esta foi também uma iniciativa interessante, não?

Nélida: *É, mas episódica. Elas até falaram, mas não foi uma administração, uma gestão das acadêmicas. Partiu das senhoras dos acadêmicos, e foi uma coisa esporádica, simpática, mas esporádica.*

Qual foi a relação da Academia com o Comitê? Ele foi paralelo? Porque hoje, ele continua existindo, mas com o apoio da H. Stern.

Nélida: *Paralelo, totalmente. A Ruth foi apoiada, porque o marido era Presidente, e pediu. Isso foi uma coisa a parte, uma delicadeza do Presidente, uma cortesia.*

Para finalizar, gostaria de saber também sobre o fardão. Eu dedico o último capítulo da tese à análise da vestimenta cerimonial, pois percebi que os modelos (feminino e masculino) possuíam diferenças que poderiam ser apreendidas como símbolos de distinção. Há uma diferença patente entre os trajes, o do homem, todo pavão, e o da mulher, aquele modelo hirto, discreto. Quando eu fiz alguns levantamentos no Arquivo da ABL, soube que foi Rachel de Queiroz a idealizadora da indumentária, materializada pela desenhista Silvia Souza Dantas. Foi ela quem deu a idéia, quem a imaginou. E como a própria escritora disse, “eu não me visto, eu me cubro”, fica evidente a relação entre o modelo concebido e o perfil da primeira acadêmica.

Nélida: *Rachel queira uma farda muito sóbria, que foi criticada por muita gente, que acha que foi sóbria demais.*

Nos levantamento que fiz, eu notei ter havido uma preocupação excessiva (da mídia, dos acadêmicos) com o fardão feminino. Isto teria a ver com certo jogo, para se mudar o foco de interesse, que deixaria de ser o ingresso de Rachel, propriamente dito, e passaria a ser a sua vestimenta? Ao invés de se discutir as circunstâncias de ingresso de Rachel, os holofotes se voltaram para questões menos comprometedoras. Seria um despiste?

Nélida: *Não acho que tenha sido um despiste, porque o fardão foi feito como ela quis, e a Rachel era muito sóbria nas roupas dela.*

Mas, e quanto à excessiva atenção que a mídia deu à questão da vestimenta cerimonial?

Nélida: *Mas a mídia deu muito mais atenção a ela [Rachel]. A roupa, claro, que todo mundo queria ver como uma mulher iria se vestir. Veja só, a imprensa terá dado atenção a como a mulher iria se vestir. Era natural. Era todo um cenário novo, inclusive a geografia da mulher, o corpo da mulher, a anatomia da mulher. Então, eu não acho que foi um despiste, de modo algum. Foi uma roupa que a Rachel escolheu, quis que fosse daquele jeito. E claro que chamou atenção, como chamou atenção o discurso, a festa dela, a presença dela, os óculos dela. A Rachel se vestia muito sobriamente, muito vaidosa, muito bem-arrumada, sempre com muitas roupas, mas muito sóbrias. Era uma mulher discreta, com um gosto discreto, uma mulher fina. Mas, eu creio que não foi um despiste não, porque não havia essa intenção.*

Uma vez que Rachel definiu, e ela era tão poderosa de algum modo, em relação aos homens, que aquele fardão é aprovado em plenário, e tinha que ser aquele. Pelo prestígio dela, ela consagra o vestido, e a próxima não podia mudar mais. É o modelo oficial. E agora houve uma mudança, que quiseram que eu aprovasse, assim como a Lygia e a Ana Maria.

Mas houve um jogo político nos bastidores, e era pronunciado, voltado para o ingresso de Rachel. Por que não Dinah, que já havia proposto candidatura em 1970?

Nélida: *A Rachel era grande amiga dos poderosos da casa, inclusive do Austregésilo de Athayde. Ela era muito próxima do Athayde, e Athayde não deixaria entrar Dinah, não deixaria. Eles lutaram, Octávio de Faria, Adonias Filho, Austregésilo, Afonso Arinos, Aurélio. Todos eles eram íntimos, colegas, amigos de Rachel. Então, a Dinah era estranha no ninho, e considerada, talvez, uma mulher insistente demais. A Rachel, desde menina, foi apoiada pelos homens. Ela foi a escritora que mais foi bem-recebida pelos homens quando estréia. Nenhuma mulher foi recebida de uma forma, logo participando do grupo. Ela se integra ao grupo, lá de Maceió, onde ela mora, de Graciliano, todos eles. Ela recebia muito na casa dela, no Rio de Janeiro, ela já tinha um marido, isso também ajudou muito. Só que ela mandava na casa. Ela tinha paixão por ele, mas ela era a grande figura. Ela que recebia, às vezes, trinta, quarenta pessoas em casa para feijoadas, para tudo, cozinhava bem... mulher generosa. Ela era uma grande nordestina, fazendeira. E ela, então, nunca transmite idéias feministas, ao contrário, ela não gostava das feministas.*

O episódio vivido por Dinah me faz lembrar da tentativa frustrada de Amélia Beviláqua que, apesar da insistência, não entrou. O que se vê é que, para ingressar na Academia, o jogo não é esse, o da “auto-indicação”.

Nélida: *Veja você, eles acreditaram que só “brasileiros”... é uma coisa tão machista, um impropério tão grande, que “brasileiro” era homem, não incluía as mulheres. Eles não queriam as mulheres, isto é visível. E, até hoje, um detalhe: nunca excedemos o número quatro [de acadêmicas]. No máximo, quatro. Morre e ficam três. E deve entrar homem.*

3. Entrevista concedida à pesquisadora, por Lygia Fagundes Telles, em 02 de outubro de 2008.

Gostaria que a Sra. falasse um pouco sobre a presença de escritoras na ABL, sobre a sua experiência na agremiação.

Lygia Fagundes Telles: *A Academia Brasileira de Letras foi fundada por Machado de Assis com outros companheiros da época, no século XIX, e foi uma cópia, os mesmos Estatutos da Academia Francesa de Letras. O mesmo molde da brasileira foi copiado da francesa. Agora, o interessante é o seguinte, que Marguerite Youcenar, em 1980, foi eleita para a Academia Francesa de Letras e, três anos antes, isso é muito bonito, Rachel de Queiroz entrou na Academia Brasileira de Letras. Isso quer dizer que a Academia Brasileira aceitou a presença da mulher antes ainda da Academia Francesa aceitar Marguerite Youcenar, logicamente, você já sabe, Rachel de Queiroz, que entrou e eu fiquei muito satisfeita com isso.*

Apesar de estarmos no Terceiro Mundo, a revolução da mulher, que é uma revolução importante, a mais importante revolução do século XX, no Brasil funcionou muito bem. As minhas colegas são ótimas, gosto muito delas. Das falecidas, tenho lembranças muito agradáveis, Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Zélia Gattai.

Como surgiu o convite para integrar a Academia Brasileira de Letras?

Lygia Fagundes Telles: *Pessoalmente, eu digo que não gosto de sentir esta diferença em relação à mulher no mundo. Eu acho que a mulher chegou em um ponto que tem sim que competir com os homens, com a mesma força, com a mesma vontade, com a mesma liberdade, sem aspereza, sem esta vontade de ser melhor maior. Isto é horrível, eu acho horrível a mulher assim. A mulher tem que, com dignidade, com força, com prestígio que ela foi adquirindo. Você veja, na Segunda Guerra Mundial, que é a minha geração (eu me formei em 1946), os homens foram para a Guerra, e as mulheres, então, começaram a entrar nas fábricas, nos escritórios e nas universidades. O homem faltando nas fábricas, nos escritórios e nas universidades, a mulher foi ocupando o lugar dele, e ocupando muito bem. Começou aí. Então, eu acho que esse é o papel da mulher, sem arrogância, essa era a palavra que queria, sem arrogância, com*

simplicidade, adquirindo os estudos e como companheira do homem, como Machado de Assis justamente idealizava, como era Carolina para ele, era uma companheira.

Ela revisava as obras de Machado...

Lygia Fagundes Telles: *Biblicamente, a companheira é aquela que dá o braço, quando um cai, o outro segura e quando o outro cai, o outro segura, e vão assim até o fim da vida, sem arrogância, sem petulância, sem orgulho, com simplicidade.*

Então, eu acho que a Segunda Guerra Mundial foi muito importante para a mulher, porque ela começou a ocupar o lugar que os homens, estando no front, ocupavam – nos escritórios, nas fábricas e nas universidades. Quando eu entrei na universidade, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, éramos seis ou setes mocinhas e quatrocentos rapazes. Eles ficavam espantados, mas era assim, sem arrogância, sem petulância, sem rivalizar. Eu acho horrível a mulher que fica querendo rivalizar com os homens, eu acho horrendo.

Hoje, você entra na Faculdade de Direito, tem desquitadas, viúvas, divorciadas, solteiras, tem mulher “a dar com pau”.

As mulheres que entraram na Academia, felizmente, nenhuma arrogante, nenhuma petulante, nenhuma querendo se sobressair. Todas tranqüilas. Muito bonito o papel da mulher na Academia Brasileira de Letras.

E como surgiu a idéia de propor candidatura? A Sra. foi indicada, não?

Lygia Fagundes Telles: *Sim, fui indicada por amigos meus que estavam lá. Já tinham entrado a Rachel e a Dinah Silveira de Queiroz. Começaram, então, meus amigos me estimulando. Cyro dos Anjos, Arnaldo Niskier, a própria Rachel de Queiroz e Eduardo Portella.*

Foi Eduardo Portella quem fez o discurso de recepção, não?

Lygia Fagundes Telles: *Isso. Foi ele quem me recebeu. A mulher tem que entrar com amor, com vontade de dar o braço para o companheiro. E era isso que Machado de Assis idealizava, com a companheira maravilhosa que ele teve, que foi a Carolina.*

A Sra. acha que o ingresso de Rachel de Queiroz foi fruto de um casuísmo? A modificação no Regimento Interno tinha em vista a elegibilidade feminina como um todo, ou visava especificamente garantir o ingresso de Rachel?

Lygia Fagundes Telles: *Foi um sinal de que a mulher estava pronta para fazer parte de uma Academia, ao lado dos homens. A mulher já estava preparada para isso. Porque, antigamente, no século XIX, as mulheres só tocavam piano – nem era piano, era uma espécie de pianola –, ficavam na janela olhando, os pais escolhiam os maridos, “você casa com esse”, “não casa com aquele”. Era horrendo isso, era uma servidão humana. A mulher agora está tão bonita, tranqüila, sem arrogância, sem petulância, conseguindo seu lugar ao sol, como ela merece. Você vê que a mulher está em todas, e é bonito isso.*

A Esther de Figueiredo Ferraz⁴⁰¹, que hoje vamos homenagear, está na frente da revolução da mulher, na primeira linha. E diziam que os que vão na primeira linha recebem as rajadas no peito. A Esther levou rajadas de admiração e de amor. E esta mensagem que eu vou ler hoje sobre a Esther eu já enviei ao Cícero Sandroni [atual Presidente da ABL].

Dinah foi, também, uma batalhadora?

Lygia Fagundes Telles: *Batalhou muito, mas quem entrou em primeiro lugar foi a Rachel. Mas porque Dinah era embaixatriz, era casada com Dario Castro Alves, uma excelente escritora, muito minha amiga, era como uma irmã. Mas, nesse aspecto, não houve nenhuma coisa desagradável, nenhuma competição. A Rachel tinha mais amigos, entusiasmaram mais, e, tranquilamente, depois a Dinah entrou em segundo lugar. Foi tudo tranqüilo e bonito, sem a coisa da rivalidade.*

⁴⁰¹ A entrevista concedida por Lygia Fagundes ocorreu na Academia Paulista de Letras, pouco antes do início da cerimônia em homenagem à Esther de Figueiredo Ferraz, em virtude de seu falecimento. Membro da Academia Paulista de Letras, Esther Ferraz (1918-2008) também fora colega de Faculdade de Lygia Fagundes, no Largo de São Francisco e possui uma trajetória bastante audaciosa para as mulheres de sua geração. Foi membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (1963-1964), e integrou o Conselho Federal de Educação (1979-1982), no Governo de João Figueiredo; foi também a primeira mulher a compor o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como a ministrar disciplinas na Faculdade em que se formara. O discurso em homenagem à acadêmica coube à Lygia Fagundes Telles que, gentilmente, presenteou-me com uma cópia, e cujo teor muito se assemelha à entrevista a nós concedida.

Além do curso de Direito, eu fiz o curso de Educação Física, e eu aprendi, lá, que o importante em uma corrida, não é quem chega em primeiro lugar, mas que todos são vencedores. É a corrida do bastão: eu vou indo com o bastão, aí, vou arrefecendo a marcha para entregar o bastão para aquela que vem vindo atrás. São todos vencedores; essa corrida eu acho tão importante, porque não há um, são todas eram vencedoras. É isto que eu gosto. Ser humano competitivo é tão desagradável. Essa competição do homem empurrando o outro, eu acho horrível. Isso funciona no futebol, mas eu não sou jogadora de futebol (risos).

E sobre o fardão, cheguei a ler uma entrevista em que a Sra. comenta que o vestirá, mas não abrirá mão de um tênis, porque é mais confortável.

Lygia Fagundes Telles: *Risos. Eu uso muito pouco o fardão. E se me aperta o pé, eu ponho tênis mesmo. Não me atormenta com essas coisas não. Risos.*

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR FILHO, Adonias. “Resposta do Sr. Adonias Filho a Sra. Rachel de Queiroz”. In: **Discursos Acadêmicos (1975-1980)**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1981, pp. 61-68.
- AGUIAR, Maria Alice. “A árvore do conhecimento, velha adivinha, e a vocação feminina de recriar o verbo em *madeira feita cruz*, de Nélida Piñon”. **Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura: ensaios sobre mulher e literatura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Correio da roça: romance epistolar**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1987.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das noivas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1914.
- _____. **Eles e Elas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1922.
- _____. **A Família Medeiros**. São Paulo: Horácio Belfort Sabino Editor, 1894.
- _____. **Ânsia eterna**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.
- _____. “In Extremis”. *A Semana*. 30 jun. 1894.
- _____. & ALMEIDA, Filinto de. **A casa verde**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- ALMEIDA, Filinto. **Dona Júlia**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1938.
- _____. **Colunas da Noite**. Paris: Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, 1919.
- ALMEIDA, Lúcia Lopes de. **Terra do futuro**. São Paulo: Editora e Distribuidora Líder, 1973.
- AMADO, João Jorge et al. **Jorge Amado: um baiano romântico e sensual – três relatos de amor**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ANDRADE, Daniel Pereira. **Nietzsche - a experiência de si como transgressão (loucura e normalidade)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- ARANTES, Paulo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- ARÊAS, Vilma. “Rachel: o ouro e a prata da casa”. In: *Cadernos de Literatura Brasileira: Rachel de Queiroz*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, número 4, setembro de 1997.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru: EDUSC, 2001.
- _____. “Modernismo e modernismos: as controvérsias de quixotes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 169-172, fev, 1998.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. & GARCIA, Sylvia G. **Florestan Fernandes - Mestre da Sociologia Moderna**. Brasília: Paralelo 15/CAPES, 2003.
- ATHAYDE, Tristão de. **Meio século de presença literária: 1919-1969**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- AUSTREGÉSILO, Antônio. **Perfil da mulher brasileira: esboço acerca do feminismo no Brasil**. Lisboa: Editora Livraria Aillaud e Bertrand; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.
- BALZAC. Honoré de. “Cenas da vida parisiense”. **A comédia Humana**. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Editora Globo, 1952.
- BAMBERGER, Joan. “O mito do matriarcado: porque os homens dominavam as sociedades primitivas?” In: ROSALDO, Michele Z & LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. RJ, Paz e Terra, 1979.
- BARRETO, Lima. “Feminismo e voto feminino (Estudo de Ciência Social)”. **Feiras e mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 267-269.
- BELL, Quentin. **Bloomsbury**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914-1940**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BEVILÁQUA, Amélia de Freitas. **Amélia Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras: documentos histórico-literários**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1930.

_____. **Impressões**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1929.

_____. **Divagações sobre a consciência: conferência**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Borsoi, 1931.

_____. **Angústia**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1913.

_____. **Palestra literária: conferência**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1937.

_____. & BEVILÁQUA, Clóvis. **Literatura e direito**. Bahia: Magalhães, 1907.

BELTRÃO, Maria. “A mulher brasileira: de onde veio e para onde vai”. In: NISKIER, Ruth (org.). **A mulher no terceiro milênio: Ciclo de Palestras do Comitê Cultural Feminino da ABL**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BRANCO, Lúcia Castello & BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial: LTC livros Técnicos e Científicos Ed., 1989.

BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. **Clóvis Beviláqua na intimidade**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1989.

BRANDÃO, Izabel & MUZART, Zahidé. **Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

BRITTO, Clóvis Carvalho. “Decifrando o Brasil: itinerários de Rachel de Queiroz”. **Ícone – Revista de Letras**. São Luís de Montes Belos, v. 1, dez. 2007, pp. 65-84.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

_____. “A mulher na literatura brasileira”. In: **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro**. São Paulo: Polis/INL/MEC. Vol. 1 das Obras reunidas. 1979.

BRUNO, Haroldo. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1977.

CALABRE, Lia. “O Conselho Federal de Cultura – 1971-1974”. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, no. 37, jan.-jun. de 2006, pp. 01-21.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

_____. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Edusp/Itatiaia, vol. 1, 1975.

_____. “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4^a. ed. Brasília: UnB, 1963.

CAMINHA, Adolfo. **Cartas Literárias**. Fortaleza : EUFC, 1999.

CARASSUS, Emilien. **Le snobisme et les lettres françaises de Paul Bourget à Marcel Proust 1884-1914**. Paris: Librairie A. Colin, 1966.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Sobre o pré-modernismo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.

CELSONO, Afonso. "Homenagem à Dona Júlia Lopes de Almeida". In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, v.48, p.259-261, abr. 1935.

CHADWICH, Whitney & COURTIVRON, Isabelle de. **Amor & arte: duplas amorosas e criatividade artística**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CLARK, T. J. **A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COURTIVRON, Isabelle de. "Primeiras esposas e heróis solitários: Clara e André Malraux. In: CHADWICH, Whitney & _____. **Amor & arte: duplas amorosas e criatividade artística**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

DE LUCA, Leonora. "O feminismo possível de Júlia Lopes de Almeida". In: *Cadernos Pagu* (12) 1999: pp.275-299.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. "Modernidade, tradição e reflexibilidade no Brasil contemporâneo". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 10, n. 2, out. 1998.

DUARTE, Constância Lima. "Henriqueta Lisboa, uma biografia intelectual". **Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

EHRENREICH, Bárbara & ENGLISH, Deirdre. **Para seu próprio bem: 150 anos de conselhos de especialistas para as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2003.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000a.

_____. "A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários". **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 119-134, 2000b.

ELIAS, Norbert. **Mozart: Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____ & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **O processo civilizador**. Trad. Port. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. **Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

EULÁLIO, Alexandre. **Escritos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora UNESP, 1992.

FAUSTO, Boris. "Imigração: cortes e continuidades". In: SCWARCZ, Lília Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade**. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade brasileira**. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1974.

- FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. **Suaves Amazonas: mulheres e Abolição no Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 1999.
- FILHO, Alberto Venâncio. "As mulheres na Academia". *Revista Brasileira/ABL*. Out./Nov./Dez. 2006, ano XIII, no. 49.
- FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Rio de Janeiro, Typographia de M. A. Silva Lima, 1853.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GALVÃO, Francisco. **A Academia de Letras na intimidade**. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1937.
- GARCIA, Sylvia G. **Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GATTAI, Zélia. **Senhora dona do baile**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- _____. **Jardim de inverno**. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- _____. **Um chapéu para viagem**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- _____. **Chão de meninos**. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- _____. **Crônica de uma namorada**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- _____. "Discurso de posse". In: *Discursos Acadêmicos/ABL (2002-2005)*, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Disponível, 2005. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em 10/10/2007.
- GINZBURG, Carlo e CASTELNUOVO, Enrico. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. port. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIUMBELLI, Emerson. "A modernidade do Cristo Redentor". *Revista Dados*, v.51, n.1 Rio de Janeiro, 2008.
- GOLBERG, Anette. "Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político". *BIB*, n. 28, 1989.
- GOTLIB, Nádia Battella. "A literatura feita por mulheres no Brasil". In: BRANDÃO, Izabel & MUZART, Zahidé. **Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais: 1859-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil". In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 187.
- HOBBSAWM, Eric & TERENCE, Ranger. **A invenção das tradições**. Trad. Port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- _____. "O éthos Rachel". In: *Cadernos de Literatura Brasileira: Rachel de Queiroz*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, número 4, setembro de 1997.
- _____. "A roupa da Rachel". In: *Revista Estudos feministas*, nº 0. Rio de Janeiro, Editora Imago, pp.187-202, 1992.
- _____(org.). **Coleção melhores crônicas: Rachel de Queiroz**. São Paulo: Global, 2004.

- _____. & ARAÚJO, Lúcia Nascimento. **Ensaístas brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 e 1991**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- INNOCENTI, Thaís Ferraz de B. P. **Dona Veridiana Valésia da Silva Prado: uma imagem e seus espelhos**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, 1985.
- IVO, Lêdo. “A mulher na poesia”. In: NISKIER, Ruth (org.). **A mulher na sociedade contemporânea: Ciclo de Palestras do Comitê Cultural Feminino da ABL**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LEVIN, Orna Messer. **As figurações do dândi: um estudo sobre a obra de João do Rio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LISBOA, Henriqueta. **Obras completas**. São Paulo: Duas Cidades, 1985.
- MACCOBY, Eleanor. “Gender and relationships”. In: *American Psychologist*, 45(4), 513-520, 1990.
- MACEDO, Márcio José de. “De corpo e alma na memória afro-brasileira”. In: *Revista de Antropologia*, vol.47, no.2. São Paulo, Jul/Dez. 2004.
- MACHADO, Ana Maria. **Contracorrente: conversas sobre leitura e política**. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. “Discurso de posse”. In: **Discursos Acadêmicos (2002-2005)**, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Disponível, 2005. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em 10/10/2007.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da República das Letras (sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930)**. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1973.
- MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: **História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MANOEL, Ivan. **Igreja e educação feminina (1959-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- MARINHO, Josaphat. “Clóvis Beviláqua e o Código Civil”. In: MARINHO, Josaphat et al. **Clóvis Beviláqua**. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1961.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MARTINS, Wilson. “Rachel de Queiroz em perspectiva”. In: *Cadernos de Literatura Brasileira: Rachel de Queiroz*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, número 4, setembro de 1997.
- MEIRA, Sílvio. **Clóvis Beviláqua: Sua vida. Sua obra**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1990.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.
- MENDES, Algemira de Macedo. **A imagem da mulher na obra de Amélia Beviláqua**. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- MENDONÇA, Lúcio de. “As três Júlias”. *Jornal Republica*, 6 de março de 1897.

MICELI, Sérgio. **Nacional estrangeiro. História Social e Intelectual do Modernismo Artístico em São Paulo**: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. “Intelectuais brasileiros”. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Vol. II. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Prosa de ficção (de 1870 a 1920). História da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

MONIZ, Naomi Hoki. “Nélida Piñon: a questão da História em sua obra”. In: SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina**. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.

MONTELLO, Josué. **Na Casa dos 40**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

_____. **O Presidente Machado de Assis**. 1ª edição, São Paulo: Martins, 1961.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. **A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

MOTT, Maria Lúcia. **Partos, Parteiras e Parturientes: Mme. Durocher e sua época**. São Paulo, 1998. USP. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo, 1998.

MUZART, Zahidé. “Resgates e ressonâncias: uma Beauvoir tupiniquim”. In: BRANDÃO, Izabel & _____. **Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical – Sociedade, cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NERY, Hermes Rodrigues. **Presença de Rachel**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2002.

OCTÁVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978/1979, v. 3.

OLINTO, Antônio. “A mulher na literatura”. In: NISKIER, Ruth (org.). **A mulher na sociedade contemporânea: Ciclo de Palestras do Comitê Cultural Feminino da ABL**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu – Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. “Feminismo e feminilidade”. In: NISKIER, Ruth (org.). **A mulher no terceiro milênio: Ciclo de Palestras do Comitê Cultural Feminino da ABL**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

PAES, José Paulo. “Ao encontro dos desencontros”. *Cadernos de Literatura Brasileira*: Lygia Fagundes Telles. São Paulo, Instituto Moreira Salles, número 5, mar. 1998.

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. “Introdução”. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Correio da Roça: romance epistolar**. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

PASSIANI, Enio. **Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PEIXOTO, Afrânio. **A educação da mulher**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PERROT, Michèle. “Michel Foucault et l’histoire des femmes”. In: ROTMANN, Roger (org.). **Au risque de Foucault**. Coll. Supplémentaires. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

- _____. “Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência”. *Cadernos Pagu – Dossiê: História das Mulheres no Ocidente* (4), 1995, pp. 9-24.
- _____. (org.). **História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PICANÇO, Macário de Lemos. **Clóvis Beviláqua: sua vida e sua obra**. Rio de Janeiro: Livraria Educadora Braga & Valverde, [1936?].
- PIÑON, Nélida. “A paixão e a memória da mulher”. In: NISKIER, Ruth (org.). **A mulher na sociedade contemporânea: Ciclo de Palestras do Comitê Cultural Feminino da ABL**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.
- _____. **O presumível coração da América**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- _____. “Sou brasileira recente – Discurso de posse”. In: **Discursos Acadêmicos (1985-1990)**, vol. XXV. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1982. Também disponível em: <http://www.academia.org.br/> Acesso em 10/10/2007.
- PIZA, Daniel. **Academia Brasileira de Letras: Histórias e revelações**. São Paulo: Dezembro Editorial, 2003.
- PLANTÉ, Christine. “Ecrire des vies femmes”. *Les Cahiers du GRIF* (Le genre de l’histoire), 37/38, 1988, pp. 57-75.
- _____. “Femmes exceptionnelles : des exceptions pour quelle règle”. *Les Cahiers du GRIF* (Le genre de l’histoire), 37/38, 1988, pp. 91-111.
- PONTES, Heloísa. “Cidades e Intelectuais: os ‘nova-iorquinos’ da *Partisan Review* e os ‘paulistas’ de Clima entre 1930 e 1950”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, nº.53, out. 2003, p. 33-52.
- _____. **Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. “A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 231-262, 2004a.
- _____. “Modas e modos: uma leitura enviesada de **O espírito das roupas**”. *Cadernos Pagu – Dossiê: O gênero da moda e outros gêneros*, v. 22, jan.-jul, 2004b.
- _____. “A paixão pelas formas: Gilda de Mello e Souza”. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 74, março de 2006, pp. 87-105.
- PORTELLA, Eduardo. “Resposta do Sr. Eduardo Portella a Sra. Lygia Fagundes Telles”. In: **Discursos Acadêmicos (1985-1990)**, vol. XXV. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1982, pp. 69-74.
- _____. “O partido da amizade”. In: AMADO, João Jorge et al. **Jorge Amado: um baiano romântico e sensual – três relatos de amor**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- QUEIROZ, Dinah Silveira. “As vozes d’África”. In: **Discursos Acadêmicos (1975-1980)**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1981. Também disponível em: <http://www.academia.org.br/> Acesso em 10/10/2007.
- QUEIROZ, Rachel de. **Coleção melhores crônicas: Rachel de Queiroz**. São Paulo: Global, 2004.
- _____. **O não me deixes: suas histórias e sua cozinha**. São Paulo: Arx, 2004.
- _____. **Obra reunida: O quinze, João Miguel, Caminho de pedras**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.
- _____. **100 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.
- _____. **As três Marias**. São Paulo: Abril, 1982.

_____. "Discurso de posse". In: **Discursos Acadêmicos (1975-1980)**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1981, pp. 61-68. Também disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em 10/10/2007.

_____. & QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998.

RAGO, Elisabeth Juliska. "Francisca Prager Fróes e a igualdade dos sexos". *Labrys*. Estudos Feministas (Online), ago./dez. de 2005. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8/histoire/elizabeth.htm>. Acesso em 25/09/2007. Acesso em 04/05/2008.

RÉGIS, Sônia. "A densidade do aparente". *Cadernos de Literatura Brasileira*: Lygia Fagundes Telles. São Paulo, Instituto Moreira Salles, número 5, março de 1998.

RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1994.

RIOT-SARCEY, Michèle. (1988), "Les sources du pouvoir: l'événement en question", *Les Cahiers du GRIF* (Le genre de l'histoire), 37/38, 1988, pp. 25-41.

_____. & VARIKAS, Eleni. "Réflexions sur la notion d'exceptionnalité". *Les Cahiers du GRIF* (Le genre de l'histoire), 37/38, 1988, pp. 77-89.

_____. PLANTÉ, Christine & VARIKAS, Eleni. "Femmes sujets de discours, sujets d'histoire". *Les Cahiers du GRIF* (Le genre de l'histoire), 37/38, 1988, pp. 21-23.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)**. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. "A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica" In: _____. & LAMPHRE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. RJ, Paz e Terra, 1979.

ROTMANN, Roger (org.). **Au risque de Foucault**. Coll. Supplémentaires. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis : Vozes, 1976.

SAINT MARTIN, Monique de. Les "femmes écrivains" et le champ littéraire, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1990, n° 1, pp. 52-56.

SANTIAGO, Silviano. "A bolha e a folha: estrutura e inventário". *Cadernos de Literatura Brasileira*: Lygia Fagundes Telles. São Paulo, Instituto Moreira Salles, número 5, mar. 1998.

SCHVARZMAN, Sheila. "Entrevista com Michelle Perrot". *Cadernos Pagu – Dossiê: História das Mulheres no Ocidente*, v. 4, 1995, pp. 29-36.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a **Gender and politics of history**. *Cadernos Pagu* (3) 1994.

SCHWARCZ, Lília. "Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 29, ANPOCS, 1994.

_____. "Academia no paralelo". Prefácio do livro de EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000a.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina**. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SIGNER, Rina. **Academia Brasileira de Letras: nacionalismo à francesa**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras Modernas da USP, São Paulo, 1988.

SILVESTRE, Simone Michelle. **Sobre o que é ser escritor no discurso de Ana Maria Machado**. Campinas-SP: UNICAMP, 2007. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2007.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão Artista: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922**. São Paulo: USP, 2004. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, 2004.

_____. “As mulheres artistas e os silêncios da história: a história da arte e suas exclusões” (Dossiê Escritoras. Org: Norma Telles). *Labrys*. Estudos Feministas (Online), v. 11, p. sn-si, 2007. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem>. Acesso em 25/09/2007.

_____. “Profissão artistas: mulheres na Académie Julian (resenha)”. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 341-348, 2000.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. “Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 13, no. 24, pp. 191-207, 2008.

SOUZA, Lia Gomes; SOMBRIO, Mariana Moraes; LOPES, Maria Margaret. “Para ler Bertha Lutz”. In: *Cadernos Pagu*, v. 24. Campinas Jan./Jun. 2005.

TELLES, Lygia Fagundes. **Conspiração de nuvens**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

_____. **Invenção e memória**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Ciranda de pedra**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

_____. “A mulher escritora e o feminismo no Brasil”. In: SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina**. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da EFG, 1997.

_____. “A disciplina do amor”. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*: Lygia Fagundes Telles. Instituto Moreira Salles, 1998.

_____. “As personagens femininas”. In: NISKIER, Ruth (org.). **A mulher na sociedade contemporânea: Ciclo de Palestras do Comitê Cultural Feminino da ABL**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

_____. “Discurso de posse”. In: **Discursos Acadêmicos (1985-1990)**, vol. XXV. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1982. Também disponível em: <http://www.academia.org.br/> Acesso em 10/10/2007.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: M. Del Priore (org.), **História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

VARIKAS, Eleni. “L’approche biographique dan l’histoire des femmes”. *Les Cahiers du GRIF* (Le genre de l’histoire), 37/38, 1988, pp. 41-55.

VERGARA, Moema de Rezende. “A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan”. *Cadernos Pagu* (13), 1999.

VERSÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Elódia (org.). **Tudo no feminino: a mulher e a narrativa brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

YALOM, Marilyn. **A história da esposa: da virgem Maria à Madonna – o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ZANCHET, Maria Beatriz. “Tradição e vanguarda na escritura de Júlia Lopes de Almeida”. *Revista Trama*, vol. 2, no. 4, 2.º semestre de 2006.

ACERVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

ARQUIVO PARTICULAR (CLÁUDIO LOPES DE ALMEIDA)

Espólio de Júlia Lopes de Almeida

OBRAS RARAS (ACERVO PARTICULAR DA PESQUISADORA)

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das noivas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1914.

_____. **Eles e Elas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1922.

_____. **A Família Medeiros**. São Paulo: Horácio Belfort Sabino Editor, 1894

_____. & ALMEIDA, Filinto de. **A casa verde**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

ALMEIDA, Filinto. **Dona Júlia**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1938.

_____. **Colunas da Noite**. Paris: Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, 1919.

AUSTREGÉSILO, Antônio. **Perfil da mulher brasileira: esboço acerca do feminismo no Brasil**. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand; Porto: Livraria Chardron; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

BEVILÁQUA, Amélia de Freitas. **Impressões**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1929.

GALVÃO, Francisco. **A Academia de Letras na intimidade**. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1937.

MONTELLO, Josué. **Na Casa dos 40**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

PEIXOTO, Afrânio. **A educação da mulher**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Biblioteca Lúcio de Mendonça

Atas e Anais da ABL.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos (1897-1906)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

_____. **Discursos Acadêmicos (1975-1980)**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1981.

_____. **Discursos Acadêmicos (1985-1990)**, vol. XXV. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1982.

_____. **Discursos Acadêmicos (2002-2005)**, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

_____. **Academia Brasileira de Letras 100 anos: 1897-1997**. São Paulo: BEI Comunicação, 1997.

_____. **Estatutos e Regimento Interno da ABL**. ABL/RJ, 1910, 1927, 1951, 1964, 1976.

AGUIAR FILHO, Adonias. “Resposta do Sr. Adonias Filho a Sra. Rachel de Queiroz”. In: **Discursos Acadêmicos (1975-1980)**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1981, pp. 61-68.

BEVILÁQUA, Amélia de Freitas. “Instrução e Educação da Infância”. In: *Revista Literatura e Direto*, 1907. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça da Academia Brasileira de Letras.

_____. **Amélia Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras**: documentos histórico-literários. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1930.

_____. **Divagações sobre a consciência**: conferência. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Borsoi, 1931.

BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. **Clóvis Beviláqua na intimidade**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1989.

LACERDA, Rodrigo. **110 anos de Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

MARINHO, Josaphat. “Clóvis Beviláqua e o Código Civil”. In: MARINHO, Josaphat et al. **Clóvis Beviláqua**. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1961.

MEIRA, Sílvio. **Clóvis Beviláqua: Sua vida. Sua obra**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1990.

MENDONÇA, Lúcio de. “As três Júlias”. *Jornal Republica*, 6 mar. 1897.

OCTÁVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978/1979, v. 3.

PICANÇO, Macário de Lemos. **Clóvis Beviláqua: sua vida e sua obra**. Rio de Janeiro: Livraria Educadora Braga & Valverde, [1936?].

PIZA, Daniel. **Academia Brasileira de Letras: Histórias e revelações**. São Paulo: Dezembro Editorial, 2003.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. “As mulheres na Academia”. *Revista Brasileira*. Out./Nov./Dez. 2006, ano XIII, no. 49.

Dezembro Editorial, 2003.

Periódico A Semana.

Revista da Academia Brasileira de Letras (Anuários).

Revista Entrelivros, no. 10, 2008. “Machado de Assis: uns oclinhos no meio do caminho”.

Revista A Bruxa.

Revista Kosmos.

Revista Ilustração Brasileira – Edição comemorativa do cinquentenário da Academia Brasileira. Ano XXIV, no. 140 – dez. 1946.

Arquivo da ABL

Arquivo Ana Maria Machado

Arquivo Covis Beviláqua

Arquivo Dinah Silveira de Queiroz

Arquivo Filinto de Almeida

Arquivo Lygia Fagundes Telles

Arquivo Margarida Lopes de Almeida

Arquivo Nélida Piñon

Arquivo Rachel de Queiroz

Arquivo Zélia Gattai

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Setor de Obras Raras (Microfilmagens)

A Família

A Mensageira

Bello Sexo
Fon-Fon
Gazeta de Notícias
O Jornal das Senhoras
O Lyrio
Revista Brasileira
Sexo Feminino

Acervo Geral da BN

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Ânsia eterna**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.
_____. **Livro das donas e donzelas**. Rio de Janeiro: Francisco Alvers Editor, 1906.
BEVILÁQUA, Amélia de Freitas. **Angústia**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1913.
FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Rio de Janeiro, Typographia de M. A. Silva Lima, 1853.
VERSÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

SITES CONSULTADOS

Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br>
Académie Française: <http://www.academie-francaise.fr>
Biblioteca Nacional: <http://www.bn.br>
Fundação Casa de Jorge Amado: <http://www.fundacaojorgeamado.com.br>
Instituto Camões: <http://www.instituto-camoes.pt>
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: <http://www.ihgb.org.br>
Instituto Moreira Salles: <http://ims.uol.com.br/ims>
Site oficial Ana Maria Machado: <http://www.anamariamachado.com>
Site oficial Maria Beltrão: <http://www.mariabeltrao.com.br>
Site oficial Nélida Piñon: <http://www.nelidapinon.com.br>

ENTREVISTAS REALIZADAS

ALMEIDA, Cláudio Lopes de. *A trajetória de Júlia Lopes de Almeida*. [ago. 2008]. Entrevistadora: Michele Asmar Fanini. Rio de Janeiro, 05 ago. 2008.
MACHADO, Ana Maria. *As mulheres e a Academia Brasileira de Letras*. [ago. 2008]. Entrevistadora: Michele Asmar Fanini. Rio de Janeiro, 07 ago. 2008.
PIÑON, Nélida. *As mulheres e a Academia Brasileira de Letras*. [ago. 2008]. Entrevistadora: Michele Asmar Fanini. São Paulo, 10 ago. 2008.
TELLES, Lygia Fagundes. *As mulheres e a Academia Brasileira de Letras*. [out. 2008]. Entrevistadora: Michele Asmar Fanini. São Paulo, 02 out. 2008.

ENTREVISTAS UTILIZADAS

ALMEIDA, Cláudio Lopes de. *Júlia Lopes de Almeida*. [jan. 2001]. Entrevistadora: Rosane Salomoni. Rio de Janeiro, janeiro de 2001. In: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.

ALMEIDA, Fernanda Lopes de. *A trajetória de Júlia Lopes de Almeida*. [jan. 2001]. Entrevistadora: Rosane Salomoni. Rio de Janeiro, janeiro de 2001. In: Espólio de Júlia Lopes de Almeida, pertencente a Cláudio Lopes de Almeida.